ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 136

Brasília - DF, segunda-feira, 18 de julho de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 10
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 23
Ministério da Integração Nacional 35
Ministério da Justiça e Cidadania 35
Ministério da Saúde 38
Ministério das Cidades 80
Ministério de Minas e Energia 84
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 92
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 93
Ministério do Esporte 103
Ministério do Meio Ambiente 104
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 106
Ministério do Trabalho 107
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 108
Ministério Público da União 113
Tribunal de Contas da União 116
Poder Judiciário 166
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 166

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 729**, de 31 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho do corrente ano, que "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de julho de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 730**, de 8 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 9, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R$ 150.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de julho de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 731**, de 10 de junho de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre a extinção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e a criação de funções de confiança denominadas Funções Comissionadas do Poder Executivo", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de julho de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 732**, de 10 de junho de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de julho de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÕES

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 740, DE 13 DE JULHO DE 2016

Republica-se os Anexos I e II por terem saído com incorreções no DOU de 14 de julho de 2016, Seção 1.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.351.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**1.351.000**
02 122	0571 4256 6500	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional (Crédito Extraordinário)							1.351.000
			F	3	2	90	0	350	1.351.000
TOTAL - FISCAL									**1.351.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.351.000**

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULOU EM 15/7/2016 A EDIÇÃO EXTRA Nº 135-A
Também disponível no endereço www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.942.449**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**2.942.449**
02 122	0571 4256 6501	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário)							2.942.449
			F	3	2	90	0	181	1.729.449
			F	3	2	90	0	350	1.206.000
			F	3	2	90	0	381	7.000
TOTAL - FISCAL									**2.942.449**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.942.449**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**72.284.996**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**72.284.996**
02 122	0571 4256 6502	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo (Crédito Extraordinário)							72.284.996
			F	3	2	90	0	181	12.642.996
			F	3	2	90	0	381	59.642.000
TOTAL - FISCAL									**72.284.996**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**72.284.996**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**18.306.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**18.306.000**
02 122	0571 4256 6503	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais (Crédito Extraordinário)							18.306.000
			F	3	2	90	0	181	3.663.000
			F	3	2	90	0	350	3.673.000
			F	3	2	90	0	381	10.970.000
TOTAL - FISCAL									**18.306.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.306.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**29.819.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**29.819.000**
02 122	0571 4256 6504	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário)							29.819.000
			F	3	2	90	0	181	29.115.000
			F	3	2	90	0	381	704.000
TOTAL - FISCAL									**29.819.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**29.819.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**132.066.454**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**132.066.454**
02 122	0571 4256 6505	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia (Crédito Extraordinário)							132.066.454
			F	3	2	90	0	181	131.145.454
			F	3	2	90	0	350	620.000
			F	3	2	90	0	381	301.000
TOTAL - FISCAL									**132.066.454**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**132.066.454**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**4.014.511**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**4.014.511**
02 122	0571 4256 6506	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco (Crédito Extraordinário)							4.014.511
			F	3	2	90	0	181	266.511
			F	3	2	90	0	350	1.411.000
			F	3	2	90	0	381	2.337.000
TOTAL - FISCAL									**4.014.511**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.014.511**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.768.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**2.768.000**
02 122	0571 4256 6507	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará (Crédito Extraordinário)							2.768.000
			F	3	2	90	0	350	850.000
			F	3	2	90	0	381	1.918.000
TOTAL - FISCAL									**2.768.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.768.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**3.515.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**3.515.000**
02 122	0571 4256 6508	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA (Crédito Extraordinário)							3.515.000
			F	3	2	90	0	181	900.000
			F	3	2	90	0	381	2.615.000
TOTAL - FISCAL									**3.515.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.515.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

ALEXANDRE RETAMAL BARBOSA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016071800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**23.108.307**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**23.108.307**
02 122	0571 4256 6509	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná (Crédito Extraordinário)							23.108.307
			F	3	2	90	0	181	19.292.307
			F	3	2	90	0	350	657.000
			F	3	2	90	0	381	3.159.000
TOTAL - FISCAL									**23.108.307**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**23.108.307**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**14.844.445**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**14.844.445**
02 122	0571 4256 6510	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO (Crédito Extraordinário)							14.844.445
			F	3	2	90	0	181	8.763.445
			F	3	2	90	0	350	190.000
			F	3	2	90	0	381	5.891.000
TOTAL - FISCAL									**14.844.445**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.844.445**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**225.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**225.000**
02 122	0571 4256 6511	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR (Crédito Extraordinário)							225.000
			F	3	2	90	0	181	225.000
TOTAL - FISCAL									**225.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**225.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**4.238.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**4.238.000**
02 122	0571 4256 6512	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina (Crédito Extraordinário)							4.238.000
			F	3	2	90	0	381	4.238.000
TOTAL - FISCAL									**4.238.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.238.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.150.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**1.150.000**
02 122	0571 4256 6513	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba (Crédito Extraordinário)							1.150.000
			F	3	2	90	0	350	774.000
			F	3	2	90	0	381	376.000
TOTAL - FISCAL									**1.150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.150.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**8.116.500**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**8.116.500**
02 122	0571 4256 6514	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO (Crédito Extraordinário)							8.116.500
			F	3	2	90	0	181	2.803.500
			F	3	2	90	0	350	2.381.000
			F	3	2	90	0	381	2.932.000
TOTAL - FISCAL									**8.116.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.116.500**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**18.975.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**18.975.000**
02 122	0571 4256 6515	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP (Crédito Extraordinário)							18.975.000
			F	3	2	90	0	181	6.075.000
			F	3	2	90	0	381	12.900.000
TOTAL - FISCAL									**18.975.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.975.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.417.136**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**2.417.136**
02 122	0571 4256 6516	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão (Crédito Extraordinário)							2.417.136
			F	3	2	90	0	181	1.400.136
			F	3	2	90	0	350	134.000
			F	3	2	90	0	381	883.000
TOTAL - FISCAL									**2.417.136**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.417.136**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**960.497**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**960.497**
02 122	0571 4256 6517	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás (Crédito Extraordinário)							960.497
			F	3	2	90	0	150	640.795
			F	3	2	90	0	181	280.702
			F	3	2	90	0	350	39.000
TOTAL - FISCAL									**960.497**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**960.497**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**5.396.051**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**5.396.051**
02 122	0571 4256 6518	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe (Crédito Extraordinário)							5.396.051
			F	3	2	90	0	181	4.923.051
			F	3	2	90	0	381	473.000
TOTAL - FISCAL									**5.396.051**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.396.051**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**4.893.782**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**4.893.782**
02 122	0571 4256 6519	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte (Crédito Extraordinário)							4.893.782

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			F	3	2	90	0	181	3.067.782
			F	3	2	90	0	350	620.000
			F	3	2	90	0	381	1.206.000
TOTAL - FISCAL									**4.893.782**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.893.782**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**300.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**300.000**
02 122	0571 4256 6520	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí (Crédito Extraordinário)							300.000
			F	3	2	90	0	350	90.000
			F	3	2	90	0	381	210.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**852.106**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**852.106**
02 122	0571 4256 6521	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso (Crédito Extraordinário)							852.106
			F	3	2	90	0	181	136.106
			F	3	2	90	0	350	576.000
			F	3	2	90	0	381	140.000
TOTAL - FISCAL									**852.106**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**852.106**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.227.213**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**1.227.213**
02 122	0571 4256 6522	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul (Crédito Extraordinário)							1.227.213
			F	3	2	90	0	150	235.713
			F	3	2	90	0	181	364.500
			F	3	2	90	0	350	221.000
			F	3	2	90	0	381	406.000
TOTAL - FISCAL									**1.227.213**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.227.213**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**1.729.449**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**1.729.449**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	1.729.449
TOTAL - FISCAL									**1.729.449**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.729.449**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**12.642.996**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**12.642.996**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	12.642.996
TOTAL - FISCAL									**12.642.996**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.642.996**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**3.663.000**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**3.663.000**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	3.663.000
TOTAL - FISCAL									**3.663.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.663.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**29.115.000**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**29.115.000**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	29.115.000
TOTAL - FISCAL									**29.115.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**29.115.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**131.145.454**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**131.145.454**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	131.145.454
TOTAL - FISCAL									**131.145.454**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**131.145.454**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**266.511**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**266.511**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	266.511
TOTAL - FISCAL									**266.511**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**266.511**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**900.000**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**900.000**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	900.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**19.292.307**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181		19.292.307
TOTAL - FISCAL										**19.292.307**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**19.292.307**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**8.763.445**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**8.763.445**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	8.763.445
TOTAL - FISCAL									**8.763.445**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.763.445**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**225.000**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**225.000**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	225.000
TOTAL - FISCAL									**225.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**225.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**2.803.500**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**2.803.500**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	2.803.500
TOTAL - FISCAL									**2.803.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.803.500**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**6.075.000**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**6.075.000**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	6.075.000
TOTAL - FISCAL									**6.075.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.075.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**1.400.136**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**1.400.136**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	1.400.136
TOTAL - FISCAL									**1.400.136**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.400.136**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**921.497**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**921.497**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	150	640.795
			F	9	0	99	0	181	280.702
TOTAL - FISCAL									**921.497**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**921.497**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**4.923.051**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**4.923.051**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	4.923.051
TOTAL - FISCAL									**4.923.051**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.923.051**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**3.067.782**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**3.067.782**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	3.067.782
TOTAL - FISCAL									**3.067.782**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.067.782**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**136.106**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**136.106**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	181	136.106
TOTAL - FISCAL									**136.106**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**136.106**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO II — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**600.213**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**600.213**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	F	9	0	99	0	150	235.713
			F	9	0	99	0	181	364.500
TOTAL - FISCAL									**600.213**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**600.213**

p/COEJO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 741, DE 14 DE JULHO DE 2016

(Publicada no Diário Oficial de 15 de julho de 2016 - Seção 1)

Na página 2, 1ª coluna, nas assinaturas, **leia-se:** MICHEL TEMER, Henrique Meirelles, José Mendonça Bezerra Filho e Dyogo Henrique de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-06/N° 119, de 26 de outubro de 2005, que cria o Projeto de Assentamento NOVA CACHOEIRINHA, localizado no município de Prata/MG, publicada no DOU N° 215-A, de 09 de novembro de 2005, Seção 1, página 41, e Boletim de Serviço N° 46, de 14 de novembro de 2005, **onde se lê** "... área de 1653,2487 ha (hum mil, seiscentos e cinquenta e três hectares, vinte e quatro ares e oitenta e sete centiares) ...", **leia-se** área de 1651,0846 ha (hum mil, seiscentos e cinquenta e um hectares, oito ares e quarenta e seis centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, autarquia federal, criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.321, de 23 de outubro de 1984, por sua Coordenadora, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do Art. 7º da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso IV do Art. 13, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009.

Considerando a apresentação da Planilha de Preços Referenciais de Terras de Imóveis Rurais - 2016, pelo Chefe da Divisão de Obtenção de Terras, Zacarias de Sousa Costa, em anexo, de que trata o processo administrativo nº 54600.000929/2016-74, válida para os municípios que menciona;

Considerando a aprovação unânime na ata da 85ª Reunião Extraordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, realizada em 11 de julho de 2016; e

Estando cumpridos os procedimentos técnicos e legais na instrução processual, com manifestações favoráveis dos setores técnicos, com vistas à aprovação da referida Planilha, por ser pleito do interesse INCRA/SR(27), resolve:

Art. 1º - APROVAR a Planilha de Preços Referenciais de Terras de Imóveis Rurais - 2016, apresentada pelo Chefe da Divisão de Obtenção de Terras, com a finalidade de servir de instrumento ou parâmetro nas avaliações de imóveis rurais com fins de obtenção de terras para atender o programa nacional de reforma agrária, como demais procedimentos utilizados pela Autarquia, a qual fará parte integrante desta resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDECK ALVES FERREIRA
Coordenador do Comitê
Substituto

ANEXO I

PREÇOS REFERENCIAIS DE TERRAS E IMÓVEIS RURAIS - 2016

MRG	VALOR DA TERRA NUA / ha						VALOR TOTAL DO IMÓVEL / ha			CUSTO FAMÍLIA (R$)		
	MÍNIMO		*MÉDIO*		*MÁXIMO*		*MÍNIMO*	*MÉDIO*	*MÁXIMO*	*MÍNIMO*	*MÉDIO*	*MÁXIMO*
	N.A	*Valor (R$)*	*N.A*	*Valor (R$)*	*N.A*	*Valor (R$)*	*Valor (R$)*	*Valor (R$)*	*Valor (R$)*	*Valor (R$)*	*Valor (R$)*	*Valor (R$)*
16	0,338	2.160,69	0,458	2.927,80	0,577	3.688,52	2.788,25	3.555,36	4.316,08	122.683,00	156.435,84	189.907,52
17	0,333	2.153,03	0,453	2.928,90	0,573	3.704,76	3.128,90	3.904,77	4.680,63	137.671,60	171.809,88	205.947,72
18	0,363	3.176,22	0,474	4.147,46	0,586	5.127,45	4.847,02	5.818,25	6.798,24	261.739,08	314.185,50	367.104,96
19	0,349	4.088,33	0,468	5.482,35	0,588	6.888,08	5.687,77	7.081,79	8.487,52	250.261,88	311.598,76	373.450,88
20	0,355	3.835,15	0,462	4.991,09	0,569	6.147,04	4.780,88	5.936,82	7.092,77	186.454,32	231.535,98	276.618,03
21	0,353	3.273,06	0,462	4.283,72	0,572	5.303,65	4.214,42	5.225,08	6.245,01	185.434,48	229.903,52	274.780,44
22	0,336	3.419,47	0,453	4.610,17	0,570	5.800,88	5.647,35	6.838,05	8.028,76	248.483,40	300.874,20	353.265,44

Fonte: Superintendência Regional Sul e Sudeste do Pará - INCRA/SR-27 - Ano 2016 - Serviço de Obtenção de Terras

MRG - Microrregião(Divisão Regional - IBGE)

16 - Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Novo Repartimento, Breu Branco e Nova Ipixuna.
17 - Rondon do Pará , Goianésia do Pará,Bom Jesus do Tocantins e Abel Figueiredo.
18 - São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã, Cumarú do Norte e Bannach.
19 - Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás.
20 - Marabá, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará e São Domingos do Araguaia.
21 - Redenção, Rio Maria, Xinguara, São Geraldo do Araguaia, Pau d'arco, Sapucaia e Piçarra.
22 - Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Floresta do Araguaia.

N.A. - Nota Agronômica (Fator de Homogeneização)

Marabá (PA), 05 de julho de 2016.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 462, DE 14 DE JULHO DE 2016

Divulga o resultado das metas de desempenho institucional alcançadas no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, no período de avaliação de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 102/AGU, de 12 de abril de 2013, e o disposto no Processo nº 00400.000708/2015-42, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional para fins de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo - GDAA e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, conforme o Anexo desta portaria.

Parágrafo único. A Avaliação de Desempenho Institucional refere-se ao período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2016, tendo sido efetuada com base no anexo da Portaria nº 198/AGU, de 23 de junho de 2015.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O cálculo da pontuação para fins de atribuição da GDAA e da GDACE observam os seguintes critérios:

I - a pontuação alcançada em cada item reflete o grau de alcance da meta, calculada percentualmente, de forma linear;

II - a pontuação final é a média da pontuação atribuída a cada item; e

III - os pontos a serem atribuídos aos servidores em decorrência da Avaliação de Desempenho Institucional obedecerão à tabela 2 do Anexo III da Portaria nº 102, de 12 de abril de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MEDINA OSÓRIO

ANEXO

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL
18º CICLO

Nº	Indicador	Descrição	Meta	Grau de Alcance
I	Prazo médio para cumprimento de tarefas administrativas pelos servidores administrativos no Sistema SAPIENS	Diminuir o tempo de conclusão das tarefas administrativas pelos servidores administrativos, no Sistema SAPIENS	Diminuir o tempo médio de encerramento das tarefas administrativas do SAPIENS, pelos servidores administrativos da AGU	100%
II	Programa de Melhoria da Qualidade do Cadastramento de Dados nos Sistemas Eletrônicos - Identificação da parte adversária	Aprimorar, nos sistemas eletrônicos de acompanhamento de ações judiciais em uso na AGU (SICAU ou SAPIENS), o cadastramento de dados do CPF ou CNPJ da parte adversária nos processos judiciais novos em que a União, Autarquias ou Fundações federais sejam parte.	Aumentar em 5%, durante o período avaliativo, os registros de CPF (pessoa física) ou com CNPJ (pessoa jurídica) da parte adversária, em relação ao percentual apurado no final do ciclo avaliativo antecedente.	95%
III	Índice de treinamentos ministrados por instrutores internos	Mensurar o percentual de eventos de capacitação ministrados por integrantes da AGU, em relação ao total de eventos de capacitação organizados pela Escola da AGU.	Promover, no período avaliativo, pelo menos 40% de treinamentos por instrutoria interna em relação ao total de eventos de capacitação organizados pela Escola.	100%
IV	Aplicação do checklist 2015 do ProgramAGU Instalações Eficientes e Sustentáveis (IES)	Aplicar o checklist 2015 do ProgramAGU Instalações Eficientes e Sustentáveis (IES) em todas as unidades da AGU e PGF administradas pela Secretaria-Geral de Administração (SGA)	Alcançar, no mínimo, o índice de 85% das unidades da AGU e PGF com o checklist 2015 respondido	97%
V	Utilização do Sistema CONTA - Gestão de Contratos da AGU	Utilizar o Sistema CONTA - Gestão de Contratos da AGU para acompanhamento dos contratos firmados no âmbito da AGU	Alcançar 100% de contratos ativos cadastrados no sistema	100%
VI	Qualidade de vida	Aferir o número de ações de âmbito nacional dentro do programa AGU Mais Vida.	Realizar 4 ações de âmbito nacional dentro do Programa AGU Mais Vida, no período avaliativo.	75%
VII	Capacitação de servidores técnico-administrativos	Mensurar o total de horas de treinamento frequentadas por servidores técnico-administrativos, em exercício na AGU, em relação ao total desses servidores	Capacitar 25% dos servidores técnico-administrativos, em exercício na AGU, em, pelo menos, 2 horas de treinamento, no período avaliativo.	76%
VIII	Implantação do Plano de Logística Sustentável - PLS	Elaborar e implantar o PLS observando as diretrizes definidas pela Comissão Nacional do PLS.	Implantar o Plano de Logística Sustentável - PLS nos 15 edifícios das Superintendências de Administração e na Unidade Administrativa/MG	92%
IX	Capacidade de resposta da Ouvidoria da AGU aos cidadãos	Identificar o percentual de atendimento das demandas feitas à Ouvidoria da AGU.	Responder 100% das demandas feitas à Ouvidoria da AGU, no exercício de 2015.	100%
X	Satisfação do usuário do novo site da AGU	Mensurar a satisfação de visitantes e usuários do novo site da AGU por meio de pesquisa.	Obter 45% de respostas de conotação satisfatória.	100%
XI	Gestão de Riscos de TI e do Plano de Continuidade do Negócio da AGU	Desenvolver e institucionalizar o Plano de Continuidade do Negócio da AGU e as atividades de monitoramento e gestão de riscos de TI de acordo as normas técnicas aplicáveis a esta temática.	Implantar a Gestão de Riscos de TI e do Plano de Continuidade do Negócio da AGU, no período avaliativo	75%
XII	Plano Diretor de TI da AGU para o biênio 2016/2017	Elaborar o novo Plano Diretor de TI da AGU para o biênio 2016/2017 de acordo com a atualização da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação a ser realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Publicar Plano Diretor de TI da AGU para o biênio 2016/2017, no período avaliativo	91%
XIII	Catálogo de Serviços de TI da AGU	Planejar e desenvolver o Catálogo de Serviços de TI da AGU tomando por referência as normas técnicas aplicáveis ao tema bem como os requisitos definidos no Decreto nº 6.932/2009, que institui, entre outras providências, a 'Carta de Serviços ao Cidadão'.	Publicar o Catálogo de Serviços de TI da AGU, no período avaliativo	71%
			MÉDIA DE ALCANCE DAS METAS	90%
			EQUIVALÊNCIA DE PONTOS GDAA	80

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 e o que consta do Processo nº 21000.02936/2016-12, resolve:

Art. 1º. Alterar os Anexos I, II e III da Instrução Normativa SDA n° 65, de 21 de novembro de 2006, que passam a vigorar na forma dos anexos à presente Instrução Normativa.

Art. 2º Incluir o Anexo IV na Instrução Normativa SDA n° 65, de 21 de novembro de 2006.

Art. 3º. Alterar o disposto no item 8.3 da Instrução Normativa MAPA n° 4, de 23 de fevereiro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3. Manutenção dos registros: todos os registros devem ser mantidos pelo período mínimo de 2 anos." (NR)

Art. 4° Estabelecer o prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para a adequação dos estabelecimentos que fabricam, importam e manipulam produto veterinário ao disposto neste Anexo.

Art. 5° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO I

REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A FABRICAÇÃO E O EMPREGO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL COM MEDICAMENTO DE USO VETERINÁRIO

Art. 1°. Este Regulamento estabelece os critérios e os procedimentos para a fabricação, a comercialização e o uso de produtos para alimentação animal com medicamentos de uso veterinário da classe dos antimicrobianos e antiparasitários, em animais produtores de alimentos, visando garantir um nível adequado de proteção da saúde humana e dos animais.

Parágrafo único. O disposto neste Anexo se aplica aos estabelecimentos fabricantes e importadores de medicamento de uso veterinário, aos estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal, aos médicos veterinários e aos proprietários ou detentores de animais produtores de alimentos, envolvidos no uso de produtos destinados à alimentação animal contendo medicamento de uso veterinário.

Art. 2°. Para os efeitos desta Instrução Normativa considera-se:

I - Contaminação residual: nível de contaminação de determinado produto destinado à alimentação animal por resíduos de medicamento de uso veterinário remanescente do produto anteriormente fabricado na mesma linha de equipamentos;

II - Categoria animal sensível: categoria animal para a qual a contaminação residual de determinado medicamento de uso veterinário representa risco à sua saúde ou risco de violação dos limites máximos de resíduo nos seus produtos (carne, leite e ovos), tais como animais para abate em fase final de criação, vacas em lactação, aves em postura e o risco aos equídeos associado à contaminação por ionóforos;

III - Limpeza de linha: procedimento adotado para a limpeza na linha de equipamentos aplicado na sequência de fabricação de produto com medicamento veterinário para promover a redução da contaminação residual no lote subsequente. Incluem as limpezas físicas com uso de utensílios, lavagem com água ou flushing;

IV - Flushing: procedimento de limpeza de linha que consiste em circular na linha de equipamentos compartilhados produto (flush) para promover a eliminação ou redução da contaminação residual em lote subseqüente.

V - Limite de detecção do método analítico: é a menor quantidade do analito presente em uma amostra que pode ser detectado, porém não necessariamente quantificado, sob as condições experimentais estabelecidas.

VI - Limite Inferior de quantificação: menor quantidade de um analito numa amostra que pode ser determinada quantitativamente pelo método analítico com precisão e exatidão aceitáveis pelo método analítico;

VII - Matriz de sensibilidade: matriz que correlaciona a compatibilidade existente entre os diversos produtos destinados à alimentação animal fabricados numa mesma linha de produção. Considera-se na sua elaboração o risco que a eventual contaminação residual constitui para os animais a que se destinam;

VIII - Medicamento de uso veterinário: produto de uso veterinário com indicação de administração de uso via alimentação animal, destinada à prevenção, à cura ou ao tratamento das doenças dos animais.

IX - Produto com medicamento veterinário: ração, suplemento, premix, núcleo ou concentrado destinado à alimentação animal que contenha medicamento de uso veterinário na sua formulação, para emprego em animais produtores de alimentos.

X - Sequência de fabricação: descrição onde se define uma sequência prioritária de fabricação de produtos numa mesma linha de equipamentos, elaborada a partir da matriz de sensibilidade com o objetivo de reduzir a possibilidade de contaminação cruzada;

XI - Sequência-piloto: sequência experimental de fabricação de produto sem medicamento de uso veterinário após produto com medicamento veterinário, intermediada por procedimento de limpeza de linha, conduzida

para avaliar o perfil da contaminação cruzada em partidas subsequentes a produtos com medicamentos veterinários e a eficácia dos procedimentos de limpeza de linha;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XII - Sistema de produção integrada: sistema no qual o produtor rural integrado e a empresa integradora associam-se para a realização de determinada etapa do processo produtivo de animais, mediante contrato de produção integrada;

Art. 3°. Os estabelecimentos fabricantes abrangidos por esta Instrução Normativa que pretendam fabricar produtos destinados à alimentação animal com medicamento de uso veterinário devem estar previamente autorizados pelo MAPA para esta atividade.

Art. 4°. Os produtos destinados à alimentação animal não podem conter aditivos melhoradores de desempenho ou aditivos anticoccidianos com o mesmo princípio ativo do medicamento de uso veterinário a ser incorporado.

Art. 5°. Somente podem ser utilizados medicamentos de uso veterinário licenciados pelo MAPA com indicação de uso via alimentação animal.

Art. 6°. Os medicamentos de uso veterinário ou os produtos destinados à alimentação animal com medicamento de uso veterinário, somente podem ser comercializados aos proprietários ou detentores dos animais mediante prescrição do médico veterinário responsável pelo manejo da propriedade.

§ 1º. A prescrição veterinária de que trata o caput deste artigo deverá ser expedida com base no disposto em ato normativo específico que disciplina a comercialização de produtos de uso veterinário sob prescrição veterinária.

§ 2º. A prescrição é válida em todo o território nacional por 30 dias a contar da data de sua emissão.

Art. 7°. Em se tratando de sistema de produção integrada, o médico veterinário responsável pelo programa sanitário pode redigir uma única prescrição veterinária contendo mais de uma propriedade integrada ao sistema.

Parágrafo único. O produtor integrado fica dispensado de receber uma via da prescrição veterinária, desde que receba junto à nota fiscal de transferência do produto com medicamento, o rótulo contendo as informações que permitam a identificação do princípio ativo incorporado à ração, a duração e a frequência do tratamento, o período de carência ou de retirada, as restrições ou incompatibilidades e o lote de fabricação do produto.

Art. 8°. Os estabelecimentos devem:

I - aplicar procedimentos auditáveis que permitam a prevenção da contaminação cruzada com outros produtos fabricados na mesma linha.

II - estabelecer e empregar adequada seqüência de fabricação dos produtos e a limpeza dos equipamentos, com objetivo de reduzir a contaminação cruzada, com especial controle dos produtos destinados à alimentação de categorias animais sensíveis.

III - devem realizar controles laboratoriais que evidenciem a eficiência do procedimento de prevenção da contaminação cruzada, a homogeneidade da mistura e a quantificação para o doseamento dos princípios ativos de uso veterinário empregados.

Parágrafo Único. Excluem-se da exigência do inciso III os estabelecimentos que fabricam exclusivamente para uso próprio, sem fins comerciais e que pretendem manipular somente os premixes, núcleos ou concentrados com medicamento de uso veterinário.

Art. 9°. Os fabricantes de produtos com medicamento veterinário devem manter os registros de produção e comercialização destes produtos, em arquivo auditáveis pelo período mínimo de dois anos e que permitam a rastreabilidade dos seus lotes.

Art. 10 Os fabricantes de produtos com medicamento de uso veterinário e os proprietários ou detentores dos animais devem manter as prescrições veterinárias em arquivo pelo período mínimo de dois anos.

Parágrafo Único. Em se tratando de sistema de integração, as prescrições ou rótulos e comprovantes fiscais correspondentes contendo as informações obrigatórias, devem ser mantidas em arquivo pelo período mínimo de dois anos.

Art. 11. O rótulo do produto com medicamento deve apresentar, além das informações obrigatórias estabelecidas por regulamento específico, as seguintes informações de forma clara, legível e indelével:

I. a expressão "RAÇÃO, SUPLEMENTO, PREMIX, NÚCLEO OU CONCENTRADO COM MEDICAMENTO DE USO VETERINÁRIO" ou "RAÇÃO, SUPLEMENTO, PREMIX, NÚCLEO OU CONCENTRADO COM PRODUTO HOMEOPÁTICO DE USO VETERINÁRIO ", quando couber, em destaque;

II. a identificação do(s) princípio(s) ativo(s) do(s) medicamento(s) utilizado(s) e sua quantidade (em unidade de medida adequada por kg do produto);

III. as instruções sobre o modo de uso e duração do fornecimento do produto com medicamento;

IV. as informações sobre restrições e período de carência ou retirada, quando couber, conforme determinado no rótulo do medicamento de uso veterinário, e em destaque; E

V. para os premixes, núcleos ou concentrados com medicamento de uso veterinário, a informação sobre a quantidade do (s) princípio (s) ativo(s) do (s) medicamento (s) que deverá estar presente na ração ou suplemento a ser fornecido aos animais.

Art. 12. Nenhum produto destinado à alimentação animal com medicamento de uso veterinário pode ser entregue ao destinatário sem que esteja devidamente identificado ou rotulado.

Art. 13. Os premixes, núcleos e concentrados com medicamento de uso veterinário somente podem ser comercializados para os estabelecimentos cadastrados ou autorizados pelo MAPA para a fabricação de produto com medicamento veterinário, incluindo-se os estabelecimentos que fabricam exclusivamente para uso próprio, sem fins comerciais.

Art. 14. Os fabricantes de rações ou suplementos com medicamento de uso veterinário somente podem comercializar estes produtos diretamente para os proprietários ou detentores de animais produtores de alimentos.

Art. 15. No estabelecimento fabricante do produto de alimentação animal o medicamento de uso veterinário deve ser armazenado em local separado, identificado, com acesso restrito e de acordo com as recomendações indicadas pelo fabricante, descritas na rotulagem do mesmo.

Art. 16. Os produtos com medicamento veterinário, devidamente identificados, devem ser armazenados em local separado, de forma a evitar a contaminação cruzada com os demais produtos destinados à alimentação animal e conforme as recomendações indicadas pelo fabricante do medicamento de uso veterinário, descritas na rotulagem do mesmo.

Parágrafo único. Quando utilizados silos para o armazenamento dos produtos com medicamento veterinário, devem ser adotados procedimentos de limpeza validados para o controle dos riscos da contaminação cruzada.

Art. 17. O produto com medicamento veterinário só pode ser transportado em embalagem ou recipiente fechado, de modo a garantir a sua qualidade e inviolabilidade.

Parágrafo único. Quando utilizados veículos graneleiros ou recipientes equivalentes para o transporte de produto com medicamento, devem ser adotados procedimentos de limpeza validados para o controle dos riscos da contaminação cruzada.

Art. 18. Os estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal que pretendem manipular medicamento de uso veterinário, incluindo-se os estabelecimentos que fabricam exclusivamente para uso próprio, sem fins comerciais, devem requerer autorização ao MAPA para fabricação de produto com medicamento veterinário.

§ 1º Deve ser apresentado um plano de prevenção da contaminação cruzada, que especifique os procedimentos de validação de limpeza dos equipamentos e a sequência de fabricação dos produtos, além do controle sobre o processo de mistura por meio de testes de homogeneidade, conforme disposto no Anexo II.

§ 2º Para a autorização de que trata este artigo, o estabelecimento deve ser submetido a auditoria prévia pelo serviço de fiscalização do MAPA para avaliação do processo de produção e seus controles, devendo enquadrar-se no grupo 1 de BPF, conforme legislação específica vigente.

§ 3º Para realizar os estudos de validação de limpeza de equipamentos para fabricação de produtos com medicamento veterinário, a empresa deve comunicar previamente ao MAPA, conforme disposto no Anexo III.

§ 4º Os estabelecimentos que pretendem manipular somente o produto homeopático de uso veterinário ficam dispensados da apresentação dos procedimentos de validação de limpeza.

Art. 19. Os estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal registrados no MAPA que manipularão somente o produto com medicamento veterinário, devem requerer autorização ao MAPA para fabricação de produto destinados à alimentação animal com medicamento de uso veterinário.

§ 1º Deve ser apresentado um plano de prevenção da contaminação cruzada, que especifique os procedimentos de validação de limpeza de equipamentos e a sequência de fabricação dos produtos, além do controle sobre o processo de mistura por meio de testes de homogeneidade, conforme disposto no Anexo II.

§ 2º Para realizar os estudos de validação de limpeza de equipamentos para fabricação de produtos destinados à alimentação animal com medicamento de uso veterinário, a empresa deve comunicar previamente ao MAPA, conforme disposto no anexo III.

§ 3º Os estabelecimentos que pretendem manipular somente o produto homeopático de uso veterinário ficam dispensados da apresentação dos procedimentos de validação de limpeza.

§ 4º A autorização de que trata este artigo fica dispensada de auditoria prévia pelo serviço de fiscalização.

Art. 20. Os estabelecimentos que fabricam exclusivamente para uso próprio, sem fins comerciais e que pretendem manipular somente os premixes, núcleos ou concentrados com medicamento de uso veterinário, devem requerer ao MAPA o cadastro para a fabricação de produtos com medicamento veterinário.

§ 1º O requerimento deverá estar acompanhado de uma declaração na qual conste que o estabelecimento possui capacidade de fabricar rações com medicamento de uso veterinário, a partir de premixes, núcleos ou concentrados com medicamento de uso veterinário, e tem implementado procedimentos para a prevenção da contaminação cruzada e para a mistura homogênea dos produtos, conforme disposto no Anexo IV.

§ 2º O cadastro de que trata este artigo fica dispensado da exigência de auditoria prévia pelo serviço de fiscalização.

Art. 21. É de responsabilidade do proprietário ou detentor dos animais produtores de alimentos que o produto com medicamento veterinário, seja administrado conforme determinado pelo médico veterinário.

Art. 22. O uso dos produtos com medicamento veterinário deve ser anotado nos controles sanitários da propriedade para permitir a adequada rastreabilidade, de acordo com as recomendações das boas práticas agropecuárias.

Art. 23. É vedado ao proprietário ou detentor dos animais produtores de alimentos transferir ou comercializar os medicamentos de uso veterinário com indicação de uso via alimentação animal ou produtos com medicamento veterinário.

Art. 24. Os estabelecimentos de que trata este regulamento, estão sujeitos à fiscalização pelo MAPA, para verificação do cumprimento dos critérios e procedimentos aqui descritos e nos demais atos normativos vigentes.

Art. 25. O não cumprimento ao disposto nesta Instrução Normativa sujeita os estabelecimentos às sanções aplicáveis e previstas em legislação vigente, podendo ter a autorização ou cadastro suspenso.

Art. 26. As fábricas de produtos destinados à alimentação animal que utilizam produto de uso veterinário classificado como aditivo melhorador de desempenho ou aditivo anticoccidiano na elaboração de seus produtos ficam dispensadas das exigências específicas de que trata esta Instrução Normativa.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTO DE USO VETERINÁRIO EM FÁBRICAS DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL

1. PROCEDIMENTOS DE VALIDAÇÃO DE LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS

1.1. As validações devem ser específicas por linha de equipamentos, ainda que diferentes linhas sejam de mesma marca e especificação.

1.2. Os estudos de eficiência de limpeza devem ser desenvolvidos especificamente para as duas categorias:a) rações ou concentrados; b) suplementos, premixes e núcleos.

1.3. A avaliação da eficiência do procedimento de limpeza da linha no controle da contaminação residual deve ser desenvolvida por meio de acompanhamento analítico dos princípios ativos dos produtos de uso veterinário que a interessada pretende utilizar, sendo considerado suficiente a validação do procedimento com um único princípio ativo para a autorização inicial;

1.4. Deve ser considerada a possibilidade de contaminação cruzada do primeiro ao último equipamento de uso compartilhado entre os produtos com e sem medicamento de uso veterinário. Portanto, a amostragem deve ser realizada no último ponto compartilhado da linha de equipamentos;

1.5. Devem ser avaliadas ao menos três sequências piloto de fabricação, seguindo o procedimento de limpeza a ser validado, para determinar a repetibilidade da redução da contaminação residual proporcionada;

1.6. Para cada sequência piloto devem ser analisados os níveis do princípio ativo, para avaliação efetiva do decaimento dos níveis de contaminação residual nas batidas subsequentes ao produto com medicamento veterinário,

1.7. O procedimento de amostragem de cada um dos produtos deve garantir a representatividade da amostra. Para tanto, deve ser elaborado um plano de amostragem. A coleta deve ser realizada no último ponto compartilhado da linha de equipamentos.

1.8. O uso de marcador alternativo não substitui a validação da eficiência da limpeza de linha pelo acompanhamento analítico da molécula ativa, prestando-se tão somente como verificação de rotina da eficiência do procedimento.

1.9. O limite de detecção deve ser abaixo do valor crítico de contaminação residual tolerado.

2. RECONHECIMENTO DA EFICIÊNCIA DO PROGRAMA DE LIMPEZA

2.1. Nas rações, suplementos, premixes, núcleos ou concentrados sem medicamento de uso veterinário será considerado conforme o produto cuja concentração da substância ativa se encontre em níveis inferiores a um por cento (1%) da dose terapêutica. A contaminação residual não pode ultrapassar a um por cento (1%) da dose recomendada.

2.2. Quando utilizado, a empresa deve ter procedimento definido de segregação e destinação final do flush. Nestes casos, o critério da contaminação residual inferior a um por cento deve ser plenamente atendido no produto sem medicamento de uso veterinário.

3. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA HOMOGENEIDADE DA MISTURA

3.1 Eficiência de homogeneização do misturador, cujo Coeficiente de Variação não pode ser superior a 5%, valores superiores deverão ser investigados e corrigidos. A avaliação da eficiência de homogeneização pode ser conduzida por meio de indicadores indiretos.

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO PARA COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VALIDAÇÃO DE LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL COM MEDICAMENTO DE USO VETERINÁRIO

Eu _____, abaixo assinado, Responsável Técnico da empresa _____, localizada no município/UF_____, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o Nº_____ comunico que no período de _____ a _____ estaremos utilizando o medicamento de uso veterinário abaixo relacionado, na quantidade de _____, exclusivamente para o estudo de validação de limpeza de nossos equipamentos, visando o controle da contaminação cruzada de produtos destinados à alimentação animal com medicamento de uso veterinário, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa Nº xxxxxx, de xxx de xxxxxxxx de xxxx.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Informo ainda,
Nome do Produto
Nome do Fabricante
Princípio ativo do medicamento de uso veterinário
Destinação do produto utilizado no estudo

_____
(Local e Data)

_____
(Nome e assinatura do responsável técnico)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE PRODUTOR RURAL QUE PRETENDE MANIPULAR PRODUTO DESTINADO À ALIMENTAÇÃO ANIMAL COM MEDICAMENTO VETERINÁRIO

Eu _____, abaixo assinado, CPF n° _____, proprietário da _____, inscrição estadual n° _____, situada à _____ (endereço completo), declaro que minhas instalações possuem capacidade para fabricar rações com medicamento de uso veterinário a partir de premixes, núcleos ou concentrados que os contenham em sua composição, estando implementados procedimentos para a prevenção da contaminação cruzada e para a mistura homogênea dos produtos, e estou ciente da minha responsabilidade quanto à aquisição de produtos regularizados junto ao MAPA, bem quanto ao uso em conformidade com as informações constantes no rótulo e na prescrição do médico veterinário.

_____
(Local e Data)

_____
(Assinatura do produtor)

PORTARIA Nº 67, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto n° 8.701, de 31 de março de 2016, com suporte no disposto pelo inciso IV do art. 160 do Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pela Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016, o que consta do Processo no 21000.033796/2016-22, resolve:

Art. 1º Determinar que seja dada prioridade na análise de solicitação de registro de cultivar destinada exclusivamente à produção de sementes para a exportação, objetivando a inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC.

Parágrafo único. A solicitação de inscrição no RNC de que trata o caput deverá estar devidamente identificada com a expressão "CULTIVAR DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PRODUÇÃO DE SEMENTES PARA A EXPORTAÇÃO", após a identificação da denominação, no formulário de inscrição de cultivares no RNC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 2, DE 13 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o constante dos autos do Processo 21028.003620/2016-38, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa DOMÍNIO CONTROLADORA DE PRAGAS URBANAS LTDA., CNPJ 13.175.899/0001-25, localizada à Praça Getúlio Vargas, 213, Bairro Capim Branco, Unaí-MG, sob o número BR MG 0587, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os Tratamentos: Fumigação em Silos Herméticos (FSH) com Fosfina; Fumigação em Contêineres (FEC) com fosfina e Fumigação em Câmaras de Lona (FCL) com fosfina.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por um ano, em caráter provisório, conforme § 4º do Art. 1º - Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RAIMUNDO DE BARROS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 224, DE 12 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.001989/2011-14, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento sob o número BR SC 433 da empresa AMBIENTAL SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS E FUMIGAÇÕES LTDA, CNPJ nº 11.851.479/0001-96, localizada à Rua Max Cley Defendi, 29, caixa Postal 131, bairro Itapema do Norte, município de Itapoá/SC para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: FUMIGAÇÃO EM CONTÊINERES (FEC - Fosfina) e FUMIGAÇÃO EM PORÕES DE NAVIO (FPN - Fosfina).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até cento e vinte (120) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO LUIZ FREIBERGER
Substituto

PORTARIA Nº 225, DE 12 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.002077/2011-60, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento sob o número BR SC 434 da empresa MSX TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.365.711/0001-01, localizada à Rua Anita Garibaldi, 197, Centro, município de Bom Retiro/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO - HT e SECAGEM EM ESTUFA - KD.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até cento e vinte (120) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO LUIZ FREIBERGER
Substituto

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016071800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 15 DE JULHO DE 2016

Nº 262 - Processo nº 53500.012900/2016-09

Recorrente/Interessado: INMARSAT SOLUTIONS (CANADA) INC., INMARSAT SOLUTIONS B.V., ASTRIUM SERVICES BUSINESS COMMUNICATIONS SAS, MORSVIAZSPUTNIK, TELECOM ITÁLIA S.P.A. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 65, de 13 de julho de 2016

EMENTA: SATÉLITE ESTRANGEIRO. PRORROGAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO E DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS ASSOCIADAS. EXIGÊNCIAS LEGAIS ATENDIDAS. VIABILIDADE TÉCNICA. INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO. AUTORIZAÇÃO ONEROSA (PPDESS). REGULARIDADE DE DÉBITOS PERANTE A ANATEL. PEDIDO DEFERIDO. 1. Pedido de prorrogação, pelo prazo de 6 (seis) anos, dos direitos de exploração dos satélites estrangeiros Inmarsat-3 AOR East e Inmarsat-3 AOR West e das autorizações de uso de radiofrequências associadas. 2. O requerimento atende ao disposto no art. 17 do Regulamento do Direito de Exploração de Satélites para o Transporte de Sinais de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 220, de 5 de abril de 2000. 3. Viabilidade técnica do pedido em razão da manutenção das características técnicas dos satélites e das frequências utilizadas. 4. Inexigibilidade de processo licitatório, pois é possível conferir o direito de exploração de satélites estrangeiros a todos os interessados que atendam aos requisitos da legislação pertinente. 5. Condicionamento da expedição dos atos de prorrogação ao pagamento dos valores de PPDESS devidos e à apresentação da documentação comprobatória de regularidade fiscal. 6. Determinação à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação para que formalize os atos de prorrogação dos referidos direitos de exploração, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. 7. Pedido deferido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 59/2016/SEI/OR (SEI nº 0638451), integrante deste acórdão: a) aprovar a prorrogação, pelo prazo de 6 (seis) anos, a contar de 26 de julho de 2016, dos direitos de exploração parcial e das autorizações de uso de radiofrequências associadas, para os satélites estrangeiros Inmarsat-3 AOR East e Inmarsat-3 AOR West, que ocupam as posições orbitais 15,5° W e 54° W, respectivamente: I - INMARSAT SOLUTIONS (CANADA) INC., empresa constituída segundo as leis do Canadá, por meio de seus representantes legais ONIXTEL COMUNICAÇÕES LTDA., SATCOM DIRECT CAPACIDADE SATELITAL LTDA., TELEFONICA INTERNACIONAL WHOLESALE SERVICES BRASIL LTDA., INTERSATELLITE DO BRASIL LTDA., ARINC SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA. e ORBCOMM COMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE LTDA., empresas constituídas segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ/MF, respectivamente, nº 18.079.896/0001-01, nº 14.990.727/0001-78, nº 03.199.519/0001-39, nº 22.725.492/0001-15, nº 23.393.151/0001-52 e nº 11.520.057/0001-38; II - INMARSAT SOLUTIONS BV, atual denominação da STRATOS BV, empresa constituída segundo as leis do Reino Unido dos Países Baixos, por meio de seu representante legal TESACOM DO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA., empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ/MF nº 07.984.195/0001-09; III - ASTRIUM SERVICES BUSINESS COMMUNICATIONS SAS, empresa constituída segundo as leis da República Francesa, por meio de seus representantes legais ARYCOM CAPACIDADE SATELITAL LTDA. e ASTRIUM DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., empresas constituídas segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ/MF, respectivamente, nº 16.676.055/0001-56 e nº 15.539.169/0001-91; IV - MORSVIAZSPUTNIK, empresa constituída segundo as leis da Federação Russa, por meio de seu representante legal ONIXTEL COMUNICAÇÕES LTDA., empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ/MF nº 18.079.896/0001-01; V - TELECOM ITÁLIA S.p.A., empresa constituída segundo as leis da República da Itália, por meio de seu representante HONEYWELL BRASIL COMERCIALIZAÇÃO DE SEGMENTO ESPACIAL LTDA., empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ/MF nº 08.394.253/0001-07; e, b) adotar o condicionamento da expedição dos atos de prorrogação ao pagamento dos valores de PPDESS devidos e à apresentação da documentação comprobatória da regularidade fiscal.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior. Ausente o Conselheiro Igor Vilas Boas de Freitas, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais, Substituto, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna pública a decisão final proferida no processo nº 53524.004284/2015-55.

A íntegra da decisão pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos).

MARCELO LÚCIO NUNES

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 8 DE JULHO DE 2016

Nº 53.856 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à TECMAN SERVIÇOS TÉCNICOS PREDIAIS LTDA, CNPJ nº 08.065.993/0001-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado;

Nº 53.857 - Prorroga autorização para uso de radiofrequências à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ nº 54.313.556/0001-67 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado;

Nº 53.858 - Expede autorização à TV TAUBATÉ LTDA, CNPJ nº 01.921.699/0001-95 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço;

Nº 53.859 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.695.036/0040-09 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado;

Nº 53.860 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE POSSE, CNPJ nº 45.331.196/0001-35 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 14 DE JULHO DE 2016

Nº 53.895 - Expede autorização à BARIRI RÁDIO CLUBE LTDA - ME, CNPJ nº 46.210.340/0001-48 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço;

Nº 53.896 - Expede autorização à TV RECORD DE BAURU LTDA, CNPJ nº 58.018.441/0001-09 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço;

Nº 53.897 - Expede autorização à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0027-33 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Comunicação de Ordens Internas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço;

Nº 53.898 - Expede autorização à FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSORA ASTROGILDA MARIANO DAMASCENO, CNPJ nº 02.806.460/0001-37 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 53.899 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S/A, CNPJ nº 10.562.611/0001-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 15 DE JULHO DE 2016

N° 53.902 - Expede autorização à AIRLIFT OPERAÇÕES AERONÁUTICAS LTDA, CNPJ nº 20.042.076/0001-97, para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço;

N° 53.910 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado;

N° 53.912 - Transfere autorização expedida à USINA IPIRANGA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, por meio do Ato n° 2696, de 28 de abril de 2011, para IPIRANGA AGROINDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 07.280.328/0018-04, para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 53.870, DE 11 DE JULHO DE 2016

Expede autorização à GARRA SEGURANÇA E VIGILANCIA PRIVADA EIRELI- ME, CNPJ nº 24.413.557/0001-12 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

LUIZ ROBERTO CARMONA PEREIRA
Gerente

ATO Nº 53.883, DE 13 DE JULHO DE 2016

Expede autorização à HIDROVIAS DO BRASIL - VILA DO CONDE, CNPJ nº 13.574.672/0001-52 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

LUIZ ROBERTO CARMONA PEREIRA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 1.036, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Processo nº 53500.018737/2015 Expedir autorização à MONICA ADRIANA MELO FRANCA INFORMATICA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 05.356.643/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.677, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.013052/2015. Expedir autorização à L R DA COSTA SANTANA - ME, CNPJ/MF nº 19.975.209/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.729, DE 14 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.009928/2016- Expedir autorização à JANDER DICARLY MARQUES - ME, CNPJ/MF nº 24.146.571/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.225, DE 13 DE JULHO DE 2016

Autorizar a(o) Embaixada dos Estados Unidos da América a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/08/2016 a 30/08/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 14 DE JULHO DE 2016

Nº 2.237 - Autorizar UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ Nº 03.197.023/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 10/07/2016 a 20/10/2016.

Nº 2.239 - Autorizar BRAZUCAH PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME, CNPJ Nº 05.357.127/0001-86 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Orlândia/SP, no período de 23/07/2016 a 24/07/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.659, DE 17 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1o do Capítulo I do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.037599/2012-45, resolve:

Art. 1° Homologar a alteração do objetivo social, realizada pela RÁDIO GURI AM LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, nos termos da 2ª alteração contratual, datada em 10 de maio de 2012, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o n.º 20128295685, em 28 de junho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Execução de serviços de radiodifusão, de qualquer modalidade e seus Serviços auxiliares e outros serviços de telecomunicações, em qualquer localidade do território nacional, mediante concessão(ões) e/ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente; - A comercialização de propaganda comercial; - A exploração de estúdios de gravação de vídeo e áudio, inclusive dublagem e mixagem sonora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.661, DE 17 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1o do Capítulo I do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.042941/2011-48, resolve:

Art. 1° Homologar a alteração do objetivo social realizada pela RÁDIO FM MORENA LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guiratinga, no estado de Mato Grosso, nos termos da 6ª alteração contratual, datada em 19 de julho de 2011, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul sob o n.º 54303051, em 2 de agosto de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

Cláusula 3ª- A sociedade tem como objeto social à execução dos serviços de radiodifusão sonora, seus serviços afins ou correlatos, auxiliares e ancilares, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação especifica em vigor e a prestação de serviços "on line", assim entendidos os serviços de publicidade, veiculação de propagandas e comerciais, anúncios e outros relacionados a prestação de serviços na Rede Mundial de Computadores (World Wide Web), ou Internet, por meio de "site" especializado e personalizado.

Paragrafo Único - A sociedade por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, os regulamentos e as instruções vigente ou em que vierem a vigorar referente às emissoras de televisão.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.887, DE 11 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º do Capítulo I do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.029896/2016-05, resolve:

Art. 1º Autorizar a FUNDAÇÃO CULTURAL AGENOR ZANON, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Linhares/ES, a efetuar a alteração dos seus objetivos sociais, nos termos da minuta do Estatuto de 30 de Dezembro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art 3º- A Fundação tem como finalidades:

I - Participar do desenvolvimento econômico e social, político e cultural da Cidade de Linhares e da região onde está inserida;

II - Participar do desenvolvimento econômico e social, político e cultural da cidade do Espíríto Santo;

III - Produzir estudos, pesquisas, seminários, cursos, e eventos que conduzam aos objetivos da participação descrita nas alíneas anteriores;

IV - Realizar eventos na área social e filantrópica de forma de cooperar com o equilíbrio e a justiça social, com prioridade nas áreas de educação, saúde, e nutrição;

V - Realizar eventos na área de preservação do meio ambiente que levem à consciência preservacionista, produzindo estudos, pesquisas, cursos e publicações;

VI - Produzir e incentivar a publicação de trabalhos, pesquisas e estudos nas áreas de seus objetivos;

VII - Atuar na área de televisão serviço de comunicações em geral, mais especificamente radiofusão de sons e imagens e radiofusão em frequência modulada, cujo serviço será executado sem fins lucrativos, isto é, com finalidades exclusivamente educativas e culturais, fazendo divulgação social e cultural de beneficio público, produzindo e transmitindo eventos sócio-educativos, inclusive com transmissão de televisão a cabo, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a lei, em especial, com a legislação específica que regula a matéria;

VII- Produzir e incentivar eventos que conduzam a efetiva cidadania e participação do indivíduo e da comunidade;

IX - Celebrar quando solicitado, eventos religiosos que ajudem a formação sócio-espiritual da comunidade e dos indivíduos;

X - Estimular e apoiar a implantação de organizações não governamentais na área da ciência, qualidade ambiental e impacto social, a eles se vinculando;

XI - Para desenvolver seus objetivos, pode celebrar convênios, contratos e outros ajustes com entidades públicas e privadas do País e do Exterior no interesse do desenvolvimento cultural, educacional, artístico, cientifico, religioso e esportivo;

Art. 2º A Alteração autorizada no art. 1º deverá ser registrada no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A comprovação do registro a que se refere o caput deverá ser apresentada para aprovação deste Ministério no prazo de até sessenta dias, a contar da data do registro.

Art. 3º No caso de descumprimento de quaisquer dos prazos previstos nos artigos anteriores, a presente autorização perderá automaticamente sua eficácia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 14 de julho de 2016

Nº 240 - A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0340- ESPAÇO ALÉM - MARINA ABRAMOVIC E O BRASIL

Processo: 01580.015643/2013-60

Proponente: CASA REDONDA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 06.228.927/0001-60

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.417.440,85 para R$ 1.404.181,18

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 4055-x conta corrente:11.409-x

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 446.568,80 para R$ 313.972,12

Banco: 001- agência: 4055-x conta corrente: 11.410-3

Prazo de captação: 31/12/2016.

13-0404- POLIDORO

Processo: 01580.030046/2013-65

Proponente: TITÂNIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 08.103.457/0001-33

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.511.414,00 para R$ 3.451.414,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: De R$ 301.904,44 para R$ 0,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 301.904,44 para R$ 0,00

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 1.343.808,88

Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente:13.785-5

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.100.000,00 para R$ 800.000,00

Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 13.787-1

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0275 - OS ESPETACULARES

Processo: 01580.017003/2013-94

Proponente: FRAIHA PRODUÇÕES DE EVENTOS E EDITORA LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 00.538.914/0001-00

Valor total do orçamento aprovado: R$ 7.751.586,78

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 900.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.988-3

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 907.285,01

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.991-3

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.621.293,29 para R$ 121.293,29

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.989-1

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00

Prazo de captação: 31/12/2017.

13-0349 - SEM VOLTA

Processo: 01580.019153/2013-32

Proponente: PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 05.565.485/0001-84

Valor total do orçamento aprovado: R$ 8.500.000,20

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.075.000,00 para R$ 1.500.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 26.441-5

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.100.000,00 para R$ 2.675.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 26.442-3

Prazo de captação: 31/12/2016.

13-0422 - TOC

Processo: 01580.033659/2013-54

Proponente: BIÔNICA CINEMA E TV LTDA. - ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 07.570.789/0001-65

Valor total do orçamento aprovado: R$ 6.889.970,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 400.000,00 para R$ 370.000,00

Banco: 001- agência: 3050-3 conta corrente: 18.748-8

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 700.000,00 para R$ 564.000,00

Banco: 001- agência: 3050-3 conta corrente: 18.749-6

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 3050-3 conta corrente: 19.859-5

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00

Banco: 001- agência: 3050-3 conta corrente: 18.750-X

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2017.

14-0281 - São Paulo em Hi-Fi

Processo: 01580.048347/2014-26

Proponente: Cigano Filmes Ltda. - ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 09.005.783/0001-70

14-0307 - Intolerância.doc

Processo: 01580.057415/2014-48

Proponente: Modo Operante Produções culturais Ltda. - ME

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 06.992.833/0001-62

Art. 4º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "Efeito Ex-Marido" para "Uma Loucura de Mulher".

12-0546 - Uma Loucura de Mulher

Processo: 01580.034598/2012-61

Proponente: CKI MARKETING ENTRETENIMENTO E CULTURA LTDA.

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 04.854.820/0001-00

Art. 5º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Em 15 de julho de 2016

Nº 241 - A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0294 - PARQUE PATATI PATATÁ SEGUNDA TEMPORADA

Processo: 01416.001208/2016-01

Proponente: RINALDI PRODUÇÕES LTDA - ME

Cidade/UF: SÃO PAULO/SP

CNPJ: 66.176.181/0001-10

Valor total aprovado: R$ 3.981.191,50

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.831.348,09

Banco: 001- agência: 6999-X conta corrente: 10861-8

16-0362 - DUAS GAZAS

Processo: 01416.000768/2016-30

Proponente: TURBILHÃO DE IDEIAS CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA -ME

Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 09.535.973/0001-08

Valor total aprovado: R$ 980.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29717-8

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 431.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29718-6
16-0363 - APAVORO
Processo: 01416.001363/2016-19
Proponente: 3FG.TV PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 15.031.868/0001-26
Valor total aprovado: R$ 1.400.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.330.000,00
Banco: 001- agência: 7003-3 conta corrente: 6683-4
16-0366 - CARNAVAL - O GRANDE NEGÓCIO
Processo: 01416.001518/2016-17
Proponente: TEM DENDÊ PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: SALVADOR/BA
CNPJ: 15.128.758/0001-87
Valor total aprovado: R$ 520.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 494.000,00
Banco: 001- agência: 5694-4 conta corrente: 10132-X
16-0367 - AS TRÊS SOMBRAS
Processo: 01416.001566/2016-13
Proponente: MACONDO FILMES S/C LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.315.795/0001-88
Valor total aprovado: R$ 1.157.894,74
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1546-6 conta corrente: 21342-X
16-0368 - TURMA DO XAXADO "MONSTRO"
Processo: 01416.001492/2016-15
Proponente: LIBERATO PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: SALVADOR/BA
CNPJ: 14.372.650/0001-72
Valor total aprovado: R$ 172.600,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 162.534,00
Banco: 001- agência: 1599-7 conta corrente: 70061-4
16-0369 - GAROTA MARAVILHA
Processo: 01416.001421/2016-12
Proponente: BANG BANG FILMES PRODUÇÕES EIRELI
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 01.230.968/0001-77
Valor total aprovado: R$ 4.206.154,10
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23725-6
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.503,50
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23726-4
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 363.781,35
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23727-2
16-0370 - GOLENS
Processo: 01416.001520/2016-96
Proponente: ANDRÉ MOREIRA FORNI - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 15.747.649/0001-48
Valor total aprovado: R$ 211.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 20254-1
Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CLARICE SAADI MURTINHO

COMISSÃO NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA

MOÇÃO Nº 11, DE 7 DE JULHO DE 2016

Moção em solidariedade à comunidade local e repúdio à desativação do Museu da Casa das Onze Janelas, em Belém/PA.

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura soma-se a comunidade de Artistas Visuais, pesquisadores, agentes culturais, professores de Artes Visuais, Arte/Educadores e diversos grupos sociais da população de Belém do Pará contra ao processo de desativação do Museu de Arte Contemporânea Casa das Onze Janelas em Belém, do Estado do Pará, conforme Decreto nº 1.568, publicado no Diário Oficial do Estado de 20 de junho de 2016, que cria o Pólo Gastronômico e desativa o museu para abrigar parte deste pólo.

O museu, regimentalmente criado em 2002 pela Secretária de Estado da Cultura no âmbito do projeto de requalificação do patrimônio histórico do núcleo de fundação da cidade, intitulado de Projeto Feliz Lusitânia, após 14 anos de existência se tornou uma referência no norte do país em projetos expositivos e de formação da Arte Brasileira Contemporânea. Seu acervo é composto por uma significativa doação advinda do Salão Nacional de Artes efetivada pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em 1999. Esta coleção foi somada a outras doações e aquisições de artistas locais, nacionais e internacionais. A coleção do museu é composta por: Luiz Braga, Emanuel Nassar, Alex Fleming, Rosângela Rennó, Miguel Rio Branco, Miguel Chikaoka, Cildo Meireles, Adriana Varejão, dentre outros.

O museu está posicionado em frente à Baía do Guajará e ao lado do Forte do Presépio no território patrimonializado e musealizado conhecido como Núcleo Cultural Feliz Lusitânia. As suas instalações foram adequadas em um edifício histórico do século XVIII desprovido de ornamentos internos e cujas salas possuem vãos livres e pé-direito bastante alto que comportam trabalhos artísticos de distintas escalas incluindo instalações e projeções de grande formato. A estrutura física do edifício também permite criar infinitos desenhos expográficos que atendem perfeitamente a constante reorganização espacial de suas dependências em diversas salas, seguindo a necessidade de cada projeto de exposição a ser montado.

O território musealizado integra-se a uma paisagem que agrega a relação entre arte, geografia e cultura amazônica. Suas varandas e seu jardim de esculturas expõem obras concebidas para o local, como: "Aninga" do artista paraense Osmar Pinheiro e "U Ura Muta Uê" (O que vem de outro lugar) da paulista Denise Milan e outras intervenções artísticas, dentre as quais podemos citar: Dirceu Maués, Miguel Chikaoka e Waléria Américo. Estas obras artísticas contemporâneas estabeleceram o elo entre o prédio histórico e a paisagem natural, consolidando a vocação de sua arquitetura para o uso e a difusão do conhecimento por meio da experiência e vivência da Arte.

Nesse sentido, a CNIC se solidariza à comunidade local pela não desativação de uma instituição educativa e de Arte Contemporânea consolidada no norte do país e pertencente, desde sua origem, ao interesse público e não ao interesse privado.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS
Presidente da Comissão
Substituto

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 37, DE 15 DE JULHO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

VI- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VII- Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII- Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

IX- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01508.001527/2015-06
Projeto: Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na área de influência da PCH Confluência
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal do Paraná - UFPR
Área de Abrangência: Municípios de Prudentópolis e Turvo, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
02-Processo n.º 01496.000087/2016-29
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial do Núcleo Urbano Ceará - MasterPlan
Arqueólogo Coordenador: Felipe Rocha Carvalho Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Eusébio, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo n.º 01512.004095/2014-37
Projeto: Prospecção Arqueológica Interventiva Pré-Histórica e Histórica nas Áreas de Empréstimo da BR 290 - Lote 4
Arqueóloga Coordenadora: Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Apoio Institucional: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
Área de Abrangência: Município de Pântano Grande, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04-Processo n.º 01516.000580/2016-63
Projeto: Levantamento Arqueológico Interventivo do Empreendimento Imobiliário Betânia
Arqueólogo Coordenador: Cristiane Loriza Dantas
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jataí - Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos
Área de Abrangência: Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01512.000828/2015-45
Projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo e Educação Patrimonial PCH Morro Grande
Arqueólogo Coordenador: Valquíria de Carla Alves
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong, Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Município de Muitos Capões, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02-Processo: 01512.002746/2012-92
Projeto: Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial na área de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
Arqueólogo coordenador: Klaus Peter Kristian Hilbert
Apoio Institucional: Museu de Ciências e Tecnologia - PUC/RS
Área de Abrangência: Municípios de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO III

01-Processo n.º 01402.000730/2016-16
Projeto: Diagnóstico Interventivo Arqueológico na área da Lagoa de São Vítor e Sítio Arqueológico Lagoa de São Vítor
Arqueólogos Coordenadores: Bruno Vitor de Farias Vieira e Andréia Oliveira Macedo
Apoio Institucional: Fundação Museu do Homem Americano - FUNDHAM
Área de Abrangência: Município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empreendimento Imobiliário Loteamento Terras Mogi SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial e Comercial Terras Alphaville Mogi Mirim
Processo n.º 01506.005204/2015-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Residencial e Comercial Terras Alphaville Mogi Mirim
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: NOVABRITA
Empreendimento: Lavra de Rocha Gnáissica
Processo n.º 01514.006592/2015-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Novabrita Lavra de Rocha Gnáissica
Arqueólogo Coordenador: Márcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Área de Abrangência: Município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: JMM Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S/A
Empreendimento: LT 230 kV Igaporã - Pindaí III
Processo n.º 01502.003412/2015-06
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 230 kV Igaporã - Pindaí III
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueólogo de Campo: Ana Lucia Herberts
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz - NEPAB/UESC
Área de Abrangência: Municípios de Pindaí, Guanambi e Caetité, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04- Enquadramento IN: IV
Empreendedor: Statkraft Energias Renováveis S.A.
Empreendimento: Usina Eólica Nova Canarana
Processo n.º 01502.000917/2016-91
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da Usina Eólica Nova Canarana
Arqueólogo Coordenador: Carlos Alberto Etchevarne
Coordenador de Campo: Henry Luydy Abraham Fernandes
Apoio Institucional: Laboratório de Documentação e Arqueologia - Centro de Artes, Humanidades e Letras - UFRB
Área de Abrangência: Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 01 (um) mês
05- Empreendedor: CEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Empreendimento: Reconstrução da Linha de Transmissão LT 138 kV Barra Bonita-Botucatu C1/C2
Processo n.º 01506.004977/2015-62
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Reconstrução da Linha de Transmissão LT 138 kV Barra Bonita-Botucatu C1/C2
Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais
Arqueólogo Coordenador de Campo: Silvio Alberto Camargo Araújo
Área de Abrangência: Município de Barra Bonita, Igaraçu do Tietê, São Manoel e Botucatu, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses
06- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Santa Lucia Transmissora de Energia S.A
Empreendimento: Lt 500 kV Jauru - Cuiabá / C2
Processo n.º 01425.000336/2016-10
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na LT 500 kV Jauru - Cuiabá
Arqueólogas Coordenadoras: Suzana Schisuco Hirooka e Sirlei Elaine Hoeltz
Apoio Institucional: Museu de Pré-História Casa Dom Aquino - Centro de Pesquisa e Laboratório de Arqueologia
Área de Abrangência: Municípios de Cáceres, Curvelância, Alto Paraguai, Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Rosário Oeste, Acorizal, Jangada, Araputanga, Figueirópolis d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Rio Branco, São José dos Quatro Marcos, Barra do Bugres e Porto Estrela, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: FRV - Fotowatio Renewable Ventures
Empreendimento: Solar Caetité 1 S.A
Processo n.º 01502.003680/2015-10
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Solar fotovoltaico de Caetité - Fase 1
Arqueóloga Coordenadora: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Murilo Muritiba Araújo
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz - NEPAB/UESC
Área de Abrangência: Município de Caetité, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

PORTARIA Nº 38, DE 15 DE JULHO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I- Permissão n.º 13, Seção I, Anexo I, Página 07, Portaria n.º 53/2014, publicada no DOU em 06/10/2014, em nome da Arqueóloga Irmina Doneux Santos, referente ao Processo nº 01506.004330/2014-50, Projeto "Diagnóstico Arqueológico Interventivo Amostral das obras de Melhoria e Duplicação da SP 270-Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre Itapetininga e Ourinhos (Km 168+200 e Km 373+300)", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

II- Autorização n.º 01, Seção I, Anexo III, Página 13, Portaria n.º18/2016, publicada no DOU em 11/04/2016, em nome dos arqueólogos Sergio Bruno dos Reis Almeida e Carla Janayna de Sousa Costa, referente ao Processo n.º 01403.000594/2014-92, Projeto "Proposta de Acompanhamento Arqueológico na área de influência do Levantamento Sísmico nos blocos SEAL-T-30, SEAL-T-31e SEAL-T-62", tendo em vista a solicitação dos arqueólogos coordenadores.

III- Permissão n.º 06, Seção 1, Anexo I, Página 07, Portaria n.º 30/2016, publicada no DOU em 13/06/2016, em nome dos arqueólogos Valdir Luiz Schwengber e Jedson Francisco Cerezer, referente ao processo n.º 01450.009614/2014-25, Projeto "Programa de Resgate Monitoramento e Educação Patrimonial na área de Implantação de Linha de Transmissão 500 KV Assis (SP) - Londrina (PR)", tendo em vista solicitação dos arqueólogos coordenadores.

IV- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

RETIFICAÇÕES

Na Portaria n.º 34/2016, Seção 1, página 06, Revogação n.º XI, de 27/06/2016, onde se lê: "01500.002298/2014-28", leia-se: "01502.0001710/2014-72".

Na Portaria n.º 53/2015, Seção 1, Anexo II, Página 16, Permissão n.º 01, de 28/09/2015, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Raimundo Ney da Cruz Gomes", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Elaine Cristina Carvalho da Silva".

Na Portaria n.º19/2016, Seção 1, Anexo II, Página 24, Renovação n.º 05, de 18/04/2016, onde se lê: "Arqueólogos Coordenadores: Marina Neiva de Oliveira e Henrique Alexandre Pozzi", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Marina Neiva de Oliveira".

Na Portaria n.º 55/2015, Seção 1, Anexo I, Página 09, Permissão n.º 23, de 13/10/2015, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Ivone Maria Amorim Bezerra", leia-se: "Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira".

Na Portaria nº 16/2016, seção 1, anexo I, página 61, Permissão nº 11, de 04/04/2016, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: "Flávia Maria da Mata Reis, leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Mariana Gonçalves Moreira"

Na Portaria n.º 24/2016, Seção 1, Anexo IV, Página 17, Autorização n.º 05, de 16/05/2016, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Pablo Roggers Amaral Rodrigues", leia-se: "Arqueólogo Coordenador: Adolfo Yuji Okuyama"

Na Portaria n.º 18/2016, Seção 1, Anexo II, Página 13, Renovação n.º 01, de 11/04/2016, onde se lê: "Processo n.º 01401.000030/2015-51 Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da PCH Verde 4 leia-se: "Processo n° 01401.000687/2014-37 Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da PCH Verde 4A"

Na Portaria n.º 24/2016, Seção 1, Anexo II, Página 17, Renovação n.º 03, de 16/05/2016, onde se lê: "Prazo de Validade: 04 (quatro) meses leia-se: "Prazo de Validade: 05 (cinco) meses"

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 411, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161459 - 22 Festival de Inverno de Itapecerica
ESPACO AMPLIAR - ASSESSORIA, PROJETOS E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.818.903/0001-06
Processo: 01400027161201676
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 339.490,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 30/09/2016
Resumo do Projeto: Realizado há vinte e dois anos, o Festival de Inverno de Itapecerica já possui tradição e abrangência regional. A vigésima segunda edição do evento acontecerá de 23 a 31 de julho de 2016. Com duração de nove dias e uma programação diversificada e original, o Festival proporciona a difusão da cultura à população do centro-oeste mineiro por meio de uma programação completamente gratuita. Dentre a programação cultural do evento, acontecem apresentações de rua de artes cênicas e musicas instrumental e erudita.
160566 - ABRAM-SE AS CORTINAS!
HANDIA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.841.045/0001-29
Processo: 01400006812201694
Cidade: Canoas - RS;
Valor Aprovado: R$ 688.800,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto consiste em um circuito de 12 apresentações de Artes Cênicas e Circense com os Grupos: "Teatro Luz &Cena" ? de Novo Hamburgo|RS; "Cia. Palco Iluminado" ? de Porto Alegre|RS; ?Foi o que eu disse? ? de Harmonia|RS; e "Grupo Tholl" ? de Pelotas|RS, em diferentes cidades do sul do País.
160322 - Menino Lobo ? O musical
Priscilla Paixão Produções Ltda - ME
CNPJ/CPF: 21.498.945/0001-55
Processo: 01400004860201648
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 479.076,40
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto tem como síntese a montagem do espetáculo ?Menino Lobo ? O musical? a ser apresentado durante 3 meses em temporada Rio de Janeiro (24 apresentações). Prevê-se um público mínimo de 9.600 espectadores.
161516 - Para todos, Ballet! - Um tributo à Tchaikovsky
DD2 Produções Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 08.878.729/0001-77
Processo: 01400200151201691
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 3.330.443,22
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 30/11/2016
Resumo do Projeto: O projeto Para todos, Ballet! - Um tributo à Tchaikovsky prevê trazer ao Brasil, em um novo formato, uma das mais renomadas companhia balé do mundo, o conhecido Ballet Kiev interpretando 02 montagens compiladas em uma única apresentação - O Lago dos Cisnes e A Bela Adormecida, do autor romântico russo Tchaikovsky. Os espetáculos acontecerão nas cidades Brasília/DF, Belém/PA, Manaus/AM, Belo Horizonte/MG, Ribeirão Preto/SP, Fortaleza/CE, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC e Rio de Janeiro/RJ. Também serão ministradas por solistas da companhias oficinas de técnicas de dança clássica ucraniana e contato com o dia a dia dos bailarinos nas 10 cidades.
160308 - Teatro Presente
Daniel Elwanger Henz
CNPJ/CPF: 917.191.270-34
Processo: 01400003013201666
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 102.500,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto intitulado Teatro Presente será uma série de apresentações teatrais com intuito de formar plateia para as artes cênicas. Serão quatro apresentações de peças adultas e quatro apresentações de peças infantis, ao longo de nove meses. As apresentações acontecerão na cidade de São Leopoldo. Estima-se um público de 2000 espectadores.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
161524 - CANTA PETRÓPOLIS
COMPANHIA DE PROMOCOES E EVENTOS K S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Processo: 01400200322201682
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 548.180,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O PROJETO VISA FORMAÇÃO DE CORAIS COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 36 ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE PETROPOLIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. COMO FORMA DE INCENTIVO O INICIO DO PROJETO CONTARÁ COM UMA APRESENTAÇÃO DO CORAL CANARINHO DE PETRÓPOLIS COM PARTICIPAÇÃO DO CANTOR DANIEL.
160562 - CANTO CORAL - NOSSO MOMENTO - EDIÇÃO III
Josimeire Trevisan de Campos
CNPJ/CPF: 120.295.748-05
Processo: 01400006807201681
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 238.040,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar aulas / oficinas de músicas eruditas, com formação de coral e 4 apresentações musicais no Lar Dona Paula e na Casa do Ancião. Serão realizadas 2 aulas / oficinas por semana e 1 apresentação a cada três meses. As aulas/oficinas e apresentações desde projeto serão gratuitas.
160577 - Lá Fora Food Park - Música Instrumental
São Bento Mídia Alternativa Ltda
CNPJ/CPF: 10.404.235/0001-00
Processo: 01400006834201654
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.175.250,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto Lá Fora Food Park - Música Instrumental, trata da realização de programação de música instrumental em 5 edições do Lá Fora Food Park. Cada edição contará com a participação de até 9 bandas, prioritariamente das cidades que irão sediar as atividades do projeto (Fortaleza, Aracaju, Recife e Salvador).As bandas serão definidas por curadoria na etapa de pré-produção do projeto.
160021 - Música Instrumental Itinerante
Lúcia de Fátima Rêgo
CNPJ/CPF: 045.063.818-90
Processo: 01400000033201685
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 355.620,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Esse projeto consiste na realização de dez apresentações de música instrumental, com instrumentistas locais

EXEMPLAR DE ASSINANTE

e nacionais mostrando a variedade dos ritmos e gêneros musicais brasileiros em diversos teatros e espaços culturais de Belo Horizonte/MG.

160184 - Turnê Instrumental Leaving this world
Gerson Marcelo Nascimento Mariano
CNPJ/CPF: 143.582.676-02
Processo: 01400002819201637
Cidade: Três Corações - MG;
Valor Aprovado: R$ 289.700,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto "Leaving this world" pretende realizar uma turnê de música instrumental por sete cidades brasileiras a fim de divulgar o trabalho do artista Gerson Mariano. Os shows irão ocorrer entre os meses de Julho de 2016 a Janeiro de 2017, nas cidades de: Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, Recife-PE, Brasilia-DF, Curtiba-PR e Porto Alegre-RS.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

161579 - EXPOSIÇÃO ARTISTA JOSÉ PATRÍCIO - INSTITUTO LING
Instituto Ling
CNPJ/CPF: 00.753.867/0001-18
Processo: 01400201214201627
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 173.240,96
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto "Exposição Artista José Patrício - Instituto Ling" é uma programação de artes visuais a ser realizada no centro cultural Instituto Ling, composta de uma ocupação inédita de obras do artista, realização de uma palestra e impressão de catálogo. Todas as atividades terão gratuidade garantida a todos os públicos.

161662 - EXPOSIÇÃO ARTISTA LAURA VINCI - INSTITUTO LING
Instituto Ling
CNPJ/CPF: 00.753.867/0001-18
Processo: 01400201839201699
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 191.969,48
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto "Exposição Artista Laura Vinci - Instituto Ling" é uma programação de artes visuais a ser realizada no centro cultural Instituto Ling, composta de uma ocupação com obras do artista, realização de uma palestra e impressão de catálogo. Todas as atividades terão gratuidade garantida a todos os públicos.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

1510719 - Revitalização do Parque do Queimado
Instituto de Ação Social pela Música - IASPM
CNPJ/CPF: 10.490.525/0001-06
Processo: 01400079347201520
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 15.542.434,63
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto prevê a reforma e revitalização do Parque do Queimado, localizado no bairro da Liberdade, em Salvador, para abrigar a futura sede do Programa NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia). O projeto contempla o restauro e adaptação dos edifícios para criação de uma sala multiuso para 140 pessoas e salas de ensaio e estudo, além da revitalização da área interna do Parque. O projeto inclui ainda eventos musicais e educacionais ao ar livre e gratuitos, a serem realizados durante o processo de restauro; a produção de um livro sobre a história do Parque e a elaboração de projetos arquitetônicos para a revitalização integral do espaço.

160521 - Revitalizacão e Modernizacão do Teatro Cine Palacio
AVENTURA TEATROS ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 13.310.565/0001-17
Processo: 01400006748201641
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 12.602.289,55
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realização de Obras para Revitalização e Modernização do Teatro Cine Palácio, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal do Rio de Janeiro, incluindo substituiçao integral da estrutura da caixa cênica, das Instalações, Equipamentos e Vestimentas Cênicos, forrações de piso, tratamento acústico, iluminação cênica, de serviço e da sala de espetáculos com substituição integral das poltronas, adequando-o para as normas e legislação de acessibilidade e segurança vigentes.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

162030 - ARQTE VIVER NO RIO
Tamandua Criação e Comercio de Arte Publicação e Serviços Ltda ME
CNPJ/CPF: 19.767.323/0001-33
Processo: 01400205801201695
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 304.535,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Edição de um livro de arte bilíngue (português / Inglês), reunindo cerca de 25 projetos dos melhores profissionais de arquitetura que produzem em seus trabalhos uma identidade plástica e semântica diferenciada, valorizando a cidade do Rio de Janeiro e o jeito carioca de se viver. O livro terá um ensaio de um jornalista e outro de uma personalidade carioca, ainda a ser convidados, com cerca de 10 laudas. Será dividido em seções por bairros, apresentando os projetos ali realizados, integrados à paisagem da cidade. E ainda um "off Rio", mostrando Angra dos Reis, Búzios e Itaipava(Petrópolis), locais onde os cariocas passam seus finais de semana. O livro demonstrará os melhores projetos que valorizam os aspectos cênicos da cidade do Rio de Janeiro, integrando-os à beleza natural e à arquitetura da cidade.

161634 - Biografia de Hélio Carlos Manhães (título provisório)
Pro Texto Comunicação e Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 36.300.499/0001-08
Processo: 01400201485201682
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 230.015,00
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Publicação de um livro sobre a trajetória de Hélio Carlos Manhães, político capixaba que se destacou na luta contra a ditadura e considerado um dos maiores oradores que o Espírito Santo já teve. Nesta biografia, que será escrita com o coração, serão reproduzidos trechos de alguns discursos pronunciados por ele. Serão também relatados fatos históricos ocorridos desde 1962 (quando Hélio Carlos começou sua carreira política), episódios relativos ao golpe militar de 1964 (ao qual se opôs como integrante do MDB e depois do PMDB), sua atuação nos dois mandatos como prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (quando abriu as portas da Prefeitura para o povo), bem como de seus mandatos como deputado estadual e deputado federal.

161962 - Pratos da Boa Lembrança
Anesio Fassina Filho
CNPJ/CPF: 821.846.158-20
Processo: 01400204961201617
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 370.817,70
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Um livro com tiragem de 3000 exemplares com muitas histórias, pesquisas, ilustrações, fotos e receitas típicas da culinária regional, onde existe o Prato da Boa Lembrança. Este livro resgata 400 anos da história da origem da gastronomia típica e tradicional de 40 regiões brasileiras, onde o Prato da Boa Lembrança é servido. Este relato histórico abordará a cultura local, os recursos naturais de onde se extraem os ingredientes, como a cozinha regional é relacionada ao meio-ambiente e as personagens que influenciaram no desenvolvimento da tradicional culinária de cada região pesquisada.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
159660 - Rock para crianças
Renato Fernandes Vilela
CNPJ/CPF: 879.270.804-82
Processo: 01400070167201582
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: 76670.55
Prazo de Captação: 18/07/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Gravação e lançamento, com uma apresentação musical, de um CD com 12 músicas inéditas, em ritmo de rock and roll e temática infantil.

PORTARIA N° 412, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
15 1685 - Cidade Viva
MARCUS VINICIUS HONORATO ARAUJO - ME
CNPJ/CPF: 17.803.318/0001-03
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2016 a 31/12/2016

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 43/MD, DE 14 DE JULHO DE 2016

Aprovar a Diretriz para a Operação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - 2016).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do Parágrafo único do Art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para a Operação ENEM - 2016, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entre em vigor na data de sua publicação

RAUL JUNGMANN

ANEXO

DIRETRIZ MINISTERIAL N° 13/2016
OPERAÇÃO ENEM - 2016

O Ministério da Educação (MEC) oficializou ao Ministério da Defesa (MD), por intermédio do Aviso nº 079/2016-GM/MEC, de 20 de abril de 2016, a solicitação de apoio das Forças Armadas ao Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, a ser realizado nos dias 5 e 6 de novembro do corrente ano.

Diante dos gigantescos números envolvidos na operação logística para a consecução do citado exame, foi solicitado o apoio de armazenagem segura das provas.

Em consequência, informo aos Comandantes das Forças Armadas que decidi autorizar a execução da Operação ENEM - 2016, com fundamento no parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

DETERMINAÇÃO

Dessa forma, as Forças Armadas, sob a coordenação deste Ministério, deverão utilizar os meios necessários para prestar apoio logístico à realização da Operação ENEM-2016, mediante repasse ao MD de recursos orçamentários, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS Nº 1.006, DE 14 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 194/2013, de 31/01/2013, publicado no DOU de 01.02.2013; resolve:

Retificar a Portaria nº 67/2015-CMRV/UFPI, datada de 21.10.2015 e publicada no DOU de 30.10.2015, referente a Homologação do Edital nº 10/15-CMRV, publicado no DOU de 30.10.2015 de Processo Seletivo de Professor Substituto na área de Pedagogia, do Curso de Pedagogia / Campus Ministro Reis Velloso, em Parnaíba - PI, onde se lê: "SAMIA NAGLE DE OLIVEIRA SOUSA", leia-se: " SAMYA NAGLE DE OLIVEIRA SOUSA".

LAURO OLIVEIRA VIANA

PORTARIAS DE 15 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº. 194/2013, de 31/01/2013, publicado no DOU de 01.02.2013; resolve:

Nº 1.045 - Retificar a Portaria nº 18/2016-CCE/UFPI, publicada no DOU de 29.04.2016, referente a Homologação do Edital nº 02/16-CCE, publicado no DOU de 16.03.2016 de Processo Seletivo de Professor Substituto na área de Telejornalismo, do Curso de Comunicação Social / Centro de Ciências da Educação, em Teresina - PI, onde se lê: "EULALIA RIBEIRO GONÇALVES DO NASCIMENTO TEIXEIRA", leia-se: "EULALIA RIBEIRO GONÇALVES DO NASCIMENTO TEIXEIRA DE VASCONCELOS".

Nº 1.047 - Retificar a Portaria nº 06/2016-CCE/UFPI, publicada no DOU de 24.02.2015, referente a Homologação do Edital nº 02/15-CCE, do Processo Seletivo de Professor Substituto na área de Telejornalismo, do Departamento de Comunicação Social / Centro de Ciências da Educação, em Teresina - PI, onde se lê: "Edital nº 02/15-CCE, de 08.01.2015, publicado no DOU de 08.01.2015", leia-se: "Edital nº 02/15-CCE, de 08.01.2015, publicado no DOU de 09.01.2015".

LAURO OLIVEIRA VIANA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

PORTARIAS DE 14 DE JULHO DE 2016

A REITORA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, designada através da Portaria nº 926, de 07/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, Seção 2, páginas 21-22, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta no item 21.1 do Edital nº 01/2015, resolve:

Nº 938 - Art. 1º - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 03/08/2016, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, homologado através do Edital publicado no DOU de 04/08/2015, Seção III, pag. 36.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A REITORA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, designada através da Portaria nº 926, de 07/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, Seção 2, páginas 21-22, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta no item 14.3 do Edital nº 02/2015,

Nº 939 - Art. 1º - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 25/02/2017, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, homologado através do Edital publicado no DOU de 26/02/2016, Seção III, pag. 35.

A REITORA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, designada através da Portaria nº 926, de 07/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, Seção 2, páginas 21-22, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta no item 15.1 do Edital nº 01/2015,

Nº 940 - Art. 1º - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 10/08/2016, o prazo de validade do Processo Seletivo para contratação por tempo determinado de Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, área Direito, homologado através do Edital publicado no DOU de 11/08/2015, Seção III, pag. 32.

A REITORA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, designada através da Portaria nº 926, de 07/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, Seção 2, páginas 21-22, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta no item 15.1 do Edital nº 08/2015,

Nº 941 - Art. 1º - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 24/08/2016, o prazo de validade do Processo Seletivo para contratação por tempo determinado de Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, área Letras Português/Espanhol homologado através do Edital publicado no DOU de 25/08/2015, Seção III, pag. 36.

ÂNGELA IRENE FARIAS DE ARAUJO UTZIG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.343, DE 14 DE JULHO DE 2016

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria n.º 1.942-GR/IFAM, de 02.07.2016, CONSIDERANDO o teor do Memorando Eletrônico n.º 81/2016-CG/CPRF, de 12 de julho de 2016, resolve:

I. ALTERAR a estrutura organizacional do campus Presidente Figueiredo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme especificação a seguir:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	
Coordenação de Transporte	De	Para
	FG-01	FG-02

SANDRA MAGNI DARWICH

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS ALEGRE

PORTARIA Nº 294, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Diretora-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus de Alegre, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº 23149.000692/2016-82, homologa e torna público o resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a contratação de Professor Substituto para a Disciplina de Educação/Libras, objeto do Edital nº. 09/2016, de 17/06/2016, publicado no DOU de 20/01/2016, conforme discriminação a seguir:

Área de Estudo: Educação/Libras

Nome	Resultado Final	
	Pontuação	Classificação
Ediane Vitor de Souza Vital	57,49	1º
Gislane da Silva Tobias	52,50	2°
Valdenice Soroldani de Souza	15,00	NÃO HABILITADA
Adília Alves Pereira	10,80	NÃO HABILITADA
Camila do Espírito Santo Ornelas	10,04	NÃO HABILITADA

MARIA VALDETE SANTOS TANNURE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 46, DE 15 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Substituta, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17, incisos I, V e VIII, Anexo I, do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, e o PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, incisos VI e IX, Anexo I, do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na Medida Provisória nº 741, de 14 de julho de 2016, e no art. 3º da Portaria Interministerial nº 177, de 8 de julho de 2004, resolvem:

Art. 1º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE é o responsável pela remuneração integral de que trata o § 3º do art. 2º da Lei 10.260, de 2001, aos agentes financeiros, nos termos regulamentares da Portaria nº 505, de 16 de abril de 2010.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, consideram-se agentes financeiros a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S/A.

Art. 2º O FNDE repassará, mensalmente, aos agentes financeiros a remuneração de que trata o § 6º do art. 2º da Lei 10.260, de 2001.

Art. 3º Esta portaria regula exclusivamente os procedimentos referentes às novas contratações realizadas a partir das inscrições referentes ao segundo semestre de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DULCE MARIA TRISTÃO
Secretária de Educação Superior
do Ministério da Educação
Substituta

GASTÃO DIAS VIEIRA
Presidente do Fundo Nacional
de Desenvolvimento da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 306, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo nº 5006076-21.2015.404.7003, de Ação Ordinária, constante do Processo SEI nº 00498.000147/2015-40, resolve:

Art. 1º Fica autorizado, sub judice, o curso de Bacharelado em Administração, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (FAINSEP), com sede na Rua dos Gerânios, nº 1893, bairro Borba Gato, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, mantida pelo Instituto para o Desenvolvimento da Educação e da Cidadania, com sede nos mesmos Município e Estado, com 1500 (mil e quinhentas) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes de atos oficiais de credenciamento, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 307, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, as Notas Técnicas nº 242/2014-SERES/MEC e nº 1.094/2014-SERES/MEC, e considerando o processo nº 23000.007632/2015-99 e a Nota Técnica nº 274/2016/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido provisoriamente o pedido de remanejamento de vagas e locais da oferta do curso de Direito (16244), bacharelado, ministrado pela Universidade Potiguar - UnP (718), localizada no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, mantida pela APEC - Sociedade Potiguar de Educação e Cultura LTDA (481), sendo 600 (seiscentas) vagas para a Unidade Roberto Freire, localizada na Avenida Engenheiro Roberto Freire, nº 2.184, Capim Macio; 290 (duzentas e noventa) vagas para a Unidade Floriano Peixoto, localizada na Avenida Floriano Peixoto, nº 295, Petrópolis; e 120 (cento e vinte) vagas para a Unidade João Medeiros, localizada na Avenida Doutor João Medeiros Filho, - de 2032 a 3720 - lado par, nº 2.300, Potengi, todos no município de Natal/RN.

Art. 2º O deferimento do pedido de remanejamento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 308, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, as Notas Técnicas nº 242/2014-SERES/MEC e nº 1.094/2014-SERES/MEC, e considerando o processo nº 23000.011379/2015-78 e a Nota Técnica nº 273/2016/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido provisoriamente o pedido de remanejamento de vagas e locais da oferta do curso de Direito (10493), bacharelado, ministrado pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL (519), localizada no município de Salvador, estado da Bahia, mantida pela Associação Universitária e Cultural da Bahia (360), sendo 540 (quinhentas e quarenta) vagas para o Campus Federação, localizado na Avenida Cardeal da Silva, nº 205, Federação; e 300 (trezentas) vagas para o Campus Pituaçu, localizado na Avenida Prof. Pinto de Aguiar, nº 2.589, Pituaçu, todos no município de Salvador/BA.

Art. 2º O deferimento do pedido de remanejamento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 309 DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, as Notas Técnicas nº 242/2014-SERES/MEC e nº 1.094/2014-SERES/MEC, e considerando o processo nº 23000.029623/2015-59 e a Nota Técnica nº 276/2016/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido provisoriamente o pedido de remanejamento de vagas e locais da oferta do curso de Psicologia (102173), bacharelado, ministrado pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE (316), localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional Nove de Julho (222), sendo 716 (setecentas e dezesseis) vagas para o Campus Memorial, localizado na Rua Adolfo Pinto, nº 109, Barra Funda, e 80 (oitenta) vagas para o Campus Santo Amaro, localizado na Rua Amador Bueno, nº 389/491, Santo Amaro, todos no município de São Paulo/SP.

Art. 2º O deferimento do pedido de remanejamento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 310, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201413151	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA AFONSO CELSO, 235, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
2.	201500979	MODA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA DOUTOR VICENTE MACHADO, 585, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
3.	201353991	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE CONTAGEM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. TOM JOBIM, 2820, 2840,2860,2880 E 2890, CIDADE INDUSTRIAL, CONTAGEM/MG
4.	201409556	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE CATÓLICA DE SANTA CATARINA	FUNDACAO DOM JAIME DE BARROS CAMARA	RUA DEPUTADO ANTÔNIO EDU VIEIRA, 1524, PANTANAL, FLORIANÓPOLIS/SC
5.	201413562	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO	ASS. DE ENSINO INTEGRADO E ORGANIZADO UNIVERSITARIO	RUA BOLIVAR DE ABREU, 48, CAMPO GRANDE, CARIACICA/ES
6.	201403808	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DO ARAGUAIA	FACULDADES CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR DE BARRA DO GARCAS - ME	AVENIDA ANTONIO FRANCISCO CORTES, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BARRA DO GARÇAS/MT
7.	201408844	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS VIANNA JÚNIOR	INSTITUTO VIANNA JUNIOR LTDA	AVENIDA DOS ANDRADAS, 415, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG
8.	201500388	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE INHUMAS - FAC-MAIS	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE INHUMAS - EPP	AVENIDA MONTE ALEGRE, 100, QUADRA 3, LOTES 11 A 37, MONTE ALEGRE, INHUMAS/GO
9.	201501487	PSICOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE SÃO LOURENÇO DA MATA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR ANGLO LIDER - AESAL	AV. ALMIRANTE TAMANDARÉ, 100, CENTRO, SÃO LOURENÇO DA MATA/PE
10.	201413595	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS STELLA MARIS DE ANDRADINA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRADINA	RUA AMAZONAS, 571, STELLA MARIS, ANDRADINA/SP
11.	201354439	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
12.	201412900	PSICOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PORTO ALEGRE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA CAVALHADA, 4980, CAVALHADA, PORTO ALEGRE/RS
13.	201500953	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
14.	201501328	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA LTDA. - ME	RUA ERNESTO GEISEL QUADRA 72, S/N, LOTE: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 24, PARAÍSO, PARAUAPEBAS/PA
15.	201413013	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE CASCAVEL	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA ROCHA POMBO, 2.005, REGIÃO DO LAGO 4, CASCAVEL/PR
16.	201501159	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DA ALTA PAULISTA	INSTITUICAO DOM BOSCO DE ENSINO E CULTURA LTDA	RUA MANDAGUARIS, 1010, TÉRREO, CENTRO, TUPÃ/SP
17.	201352699	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DO PANTANAL MATOGROSSENSE	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP	AVENIDA SÃO LUIZ, 2522, CIDADE NOVA, CÁCERES/MT
18.	201403817	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
19.	201412844	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA EMÍLIA STEFANELLI CEREGATTI, S/N, JARDIM MORUMBI, CAMPINAS/SP
20.	201404178	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. RUDGE RAMOS, 1501, RUDGE RAMOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
21.	201409004	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE MACEIÓ	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 3800, CIDADE UNIVERSITÁRIA, MACEIÓ/AL
22.	201403749	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE BOM DESPACHO	INSTITUTO FACEB EDUCAÇÃO	BR 262 - KM 480, S/N, ZONA RURAL, BOM DESPACHO/MG
23.	201409457	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG
24.	201413652	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE MACEIÓ	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ROOSEVELT, 1.111, BARRO DURO, MACEIÓ/AL
25.	201501414	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALFREDO NASSER	ASSOCIACAO APARECIDENSE DE EDUCACAO	AVENIDA BELA VISTA, 26, JARDIM DAS ESMERALDA, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
26.	201408842	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS VIANNA JÚNIOR	INSTITUTO VIANNA JUNIOR LTDA	AVENIDA DOS ANDRADAS, 415, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG
27.	201409014	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE MACEIÓ	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 3800, CIDADE UNIVERSITÁRIA, MACEIÓ/AL
28.	201400446	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA GESTÃO & MARKETING	IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO & MARKETING LTDA - EPP	RUA JOAQUIM FELIPE, 250, BOA VISTA, RECIFE/PE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

29.	201400990	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA RHEINGANTZ, 91, PARQUE RESIDENCIAL COELHO, RIO GRANDE/RS
30.	201413142	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGÜERA DE PIRACICABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA SANTA CATARINA, S/N, SÍTIO SANTA NEUZA I, PIRACICAMIRIM, PIRACICABA/SP
31.	201403359	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
32.	201501245	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA	RUA DARCY CÉSAR DE OLIVEIRA LEITE, 600, ALFA SUL, MANHUAÇU/MG
33.	201400855	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE MACEIÓ	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 3800, CIDADE UNIVERSITÁRIA, MACEIÓ/AL
34.	201500387	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE INHUMAS - FAC-MAIS	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE INHUMAS - EPP	AVENIDA MONTE ALEGRE, 100, QUADRA 3, LOTES 11 A 37, MONTE ALEGRE, INHUMAS/GO
35.	201414094	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.	RUA CONSELHEIRO ESTELITA, 500, CENTRO, FORTALEZA/CE
36.	201500236	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 683, CENTRO, ANÁPOLIS/GO
37.	201500386	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, S/N, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
38.	201500752	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE MERIDIONAL	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR MERIDIONAL S.A.	RUA SENADOR PINHEIRO, 304, CRUZEIRO, PASSO FUNDO/RS
39.	201500896	FARMÁCIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA EMÍLIA STEFANELLI CEREGATTI, S/N, JARDIM MORUMBI, CAMPINAS/SP
40.	201408843	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS VIANNA JÚNIOR	INSTITUTO VIANNA JUNIOR LTDA	AVENIDA DOS ANDRADAS, 415, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG

PORTARIA Nº 311, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201413386	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	RUA PE. JOÃO PIAMARTA, 161, MONTESE, FORTALEZA/CE
2.	201502042	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	RODOVIA BR 316, KM 3, GUANABARA, ANANINDEUA/PA
3.	201412954	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE GUARULHOS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA PAPA PIO XII, 291, MACEDO, GUARULHOS/SP
4.	201504840	CIÊNCIAS EXATAS - QUÍMICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA PIONEIRO, 2153, JARDIM DALLAS, PALOTINA/PR
5.	201500143	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SERIGY	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA - ME	AVENIDA MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, JABOTIANA, ARACAJU/SE
6.	201302967	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA AUGUSTA, 1520, 1508 A , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
7.	201413410	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA	AVENIDA MAUÁ, 2854, ZONA 01, MARINGÁ/PR
8.	201504833	CIÊNCIAS EXATAS - MATEMÁTICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA DR. JOÃO MAXIMIANO, 426, FAFIJAN, CENTRO, JANDAIA DO SUL/PR
9.	201500923	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA ESCADA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA ESCADA LTDA - SOESE	RUA CORONEL ANTÔNIO MARQUES, 67, CENTRO, ESCADA/PE
10.	201501139	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL	UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL LTDA	AVENIDA TITO MUFFATO, 2317, SANTA CRUZ, CASCAVEL/PR
11.	201500613	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA SERRA GAÚCHA - BENTO CONÇALVES	SOCIEDADE EDUCACIONAL SAO BENTO LTDA - EPP	RUA OSVALDO ARANHA, 808, 301, CIDADE ALTA, BENTO GONÇALVES/RS
12.	201504834	CIÊNCIAS EXATAS - QUÍMICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA DR. JOÃO MAXIMIANO, 426, FAFIJAN, CENTRO, JANDAIA DO SUL/PR
13.	201504837	CIÊNCIAS EXATAS - QUÍMICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AC PONTAL DO PARANÁ, S/N, PONTAL DO SUL, PONTAL DO PARANÁ/PR
14.	201504838	CIÊNCIAS EXATAS - FÍSICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA PIONEIRO, 2153, JARDIM DALLAS, PALOTINA/PR
15.	201500534	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MACHADINHO, 4.349, SETOR 6, ARIQUEMES/RO
16.	201501305	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SANTA EMÍLIA	CENTRO EDUCACIONAL E DESPORTIVO FASE LTDA	RUA MARFIM, 375, JARDIM ATLÂNTICO, OLINDA/PE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

17.	201409338	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG
18.	201504836	CIÊNCIAS EXATAS - MATEMÁTICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AC PONTAL DO PARANÁ, S/N, PONTAL DO SUL, PONTAL DO PARANÁ/PR
19.	201401122	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO RECIFE	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RUA DOM BOSCO, 1.329, BOA VISTA, RECIFE/PE
20.	201500615	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA SERRA GAÚCHA - BENTO CONÇALVES	SOCIEDADE EDUCACIONAL SAO BENTO LTDA - EPP	RUA OSVALDO ARANHA, 808, 301, CIDADE ALTA, BENTO GONÇALVES/RS
21.	201504832	CIÊNCIAS EXATAS - FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA DR. JOÃO MAXIMIANO, 426, FAFIJAN, CENTRO, JANDAIA DO SUL/PR
22.	201501365	HISTÓRIA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MOZARTEUM	RUA NOVA DOS PORTUGUESES, 365, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
23.	201409410	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA MAJOR FACUNDO, 403, - ATÉ 1137/1138 , CENTRO, FORTALEZA/CE
24.	201500984	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PANAMERICANA DE JI-PARANÁ	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA	ROD 135 KM 01, ESTRADA NOVA LONDRINA, ZONA RURAL, JI-PARANÁ/RO
25.	201501116	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, VILA VIRGÍNIA, ITAQUAQUECETUBA/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 312, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201208955	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE PARAGOMINAS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAGOMINAS LTDA	RODOVIA PA 256 - KM 05, S/Nº, ZONA RURAL, PARAGOMINAS/PA
2.	201305100	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DO CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA HISTORIADOR PEREIRA DA COSTA, 473, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
3.	201305685	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS III	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, 583, CENTRO, TUCANO/BA
4.	201405750	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA DO RECÔNCAVO	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	AVENIDA ALBERTO PASSOS, 294, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA
5.	201403555	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIO-GRANDESE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA	RODOVIA GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA, KM 38, INTERIOR, LINHA BEIRA CAMPO, SARANDI/RS
6.	201405563	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA DO RECÔNCAVO	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	AVENIDA ALBERTO PASSOS, 294, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA
7.	201305683	GEOGRAFIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS III	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, 583, CENTRO, TUCANO/BA
8.	201356123	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE POLITÉCNICA DE GOIÁS	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	RUA ADEMAR FERRUGEM, 840, SANTO ANTÔNIO, CATALÃO/GO
9.	201356178	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA	GRUPO M.C EDUCACAO E ASSESSORIA LTDA - ME	FAZENDA PINDA BA 409 KM 10, KM 10, RODOVIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ/BA
10.	201403252	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA DE CARIACICA	EMPRESA EDUCACIONAL DE CARIACICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTESAO LTDA	AVENIDA ANTÔNIO PEIXOTO, S/Nº, ANDAR 06, SALA 01, VERA CRUZ, CARIACICA/ES
11.	201305684	HISTÓRIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS III	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, 583, CENTRO, TUCANO/BA
12.	201208959	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE PARAGOMINAS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAGOMINAS LTDA	RODOVIA PA 256 - KM 05, S/Nº, ZONA RURAL, PARAGOMINAS/PA
13.	201356207	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA	GRUPO M.C EDUCACAO E ASSESSORIA LTDA - ME	FAZENDA PINDA BA 409 KM 10, KM 10, RODOVIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ/BA
14.	201356446	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE TABOÃO	TABOAO EDUCACIONAL LTDA.	RUA JOÃO SLAVIERO, 65, JARDIM DA GLÓRIA, TABOÃO DA SERRA/SP
15.	201405387	TEOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CATÓLICA DE BELÉM	INSTITUTO DOM VICENTE ZICO - INVIZI	CLI TIM NORTE, S/N, RODOVIA BR 316, KM 06 CCFC, CENTRO, ANANINDEUA/PA
16.	201403548	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIO-GRANDESE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA	RODOVIA GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA, KM 38, INTERIOR, LINHA BEIRA CAMPO, SARANDI/RS
17.	201305298	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE RENIL DO BRASIL	RENIL CENTRO EDUCACIONAL E CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA - ME	RUA LUÍS LACAVA, 239, VILA BOCAINA, MAUÁ/SP
18.	201305098	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DO CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA HISTORIADOR PEREIRA DA COSTA, 473, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
19.	201405535	TEOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA DO RECÔNCAVO	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	AVENIDA ALBERTO PASSOS, 294, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA

20.	201208954	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE PARAGOMINAS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAGOMINAS LTDA	RODOVIA PA 256 - KM 05, S/Nº, ZONA RURAL, PARAGOMINAS/PA
21.	201305096	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DO CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA HISTORIADOR PEREIRA DA COSTA, 473, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
22.	201355926	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE POLITÉCNICA DE GOIÁS	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	RUA ADEMAR FERRUGEM, 840, SANTO ANTÔNIO, CATALÃO/GO
23.	201304952	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE NECTAR	NECTAR - NUCLEO DE EMPREENDIMENTOS EM CIENCIA,TECNOLOGIA E ARTES	RUA COSTA SEPÚLVEDA, 749, ENGENHO DO MEIO, RECIFE/PE
24.	201356124	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE POLITÉCNICA DE GOIÁS	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	RUA ADEMAR FERRUGEM, 840, SANTO ANTÔNIO, CATALÃO/GO
25.	201356448	RADIOLOGIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE TABOÃO	TABOAO EDUCACIONAL LTDA.	RUA JOÃO SLAVIERO, 65, JARDIM DA GLÓRIA, TABOÃO DA SERRA/SP
26.	201405551	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA DO RECÔNCAVO	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	AVENIDA ALBERTO PASSOS, 294, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA
27.	201403249	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA DE CARIACICA	EMPRESA EDUCACIONAL DE CARIACICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTESAO LTDA	AVENIDA ANTÔNIO PEIXOTO, S/Nº, ANDAR 06, SALA 01, VERA CRUZ, CARIACICA/ES
28.	201305097	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DO CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA HISTORIADOR PEREIRA DA COSTA, 473, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
29.	201403553	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIO-GRANDESE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA	RODOVIA GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA, KM 38, INTERIOR, LINHA BEIRA CAMPO, SARANDI/RS
30.	201405386	FILOSOFIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CATÓLICA DE BELÉM	INSTITUTO DOM VICENTE ZICO - INVIZI	CLI TIM NORTE, S/N, RODOVIA BR 316, KM 06 CCFC, CENTRO, ANANINDEUA/PA
31.	201210688	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE WALDIR FILHO	ALVES DE MELO E MELO LTDA	RUA LIBÉRCIA GONÇALVES DE MORAES, S/N, 1º ANDAR, SALA 02, VILA ANTÔNIO HUMBERTO DE MORAES, LAGO DA PEDRA/MA
32.	201356441	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE TABOÃO	TABOAO EDUCACIONAL LTDA.	RUA JOÃO SLAVIERO, 65, JARDIM DA GLÓRIA, TABOÃO DA SERRA/SP
33.	201403251	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA DE CARIACICA	EMPRESA EDUCACIONAL DE CARIACICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTESAO LTDA	AVENIDA ANTÔNIO PEIXOTO, S/Nº, ANDAR 06, SALA 01, VERA CRUZ, CARIACICA/ES
34.	201356180	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA	GRUPO M.C EDUCACAO E ASSESSORIA LTDA - ME	FAZENDA PINDA BA 409 KM 10, KM 10, RODOVIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ/BA
35.	201403253	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA DE CARIACICA	EMPRESA EDUCACIONAL DE CARIACICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTESAO LTDA	AVENIDA ANTÔNIO PEIXOTO, S/Nº, ANDAR 06, SALA 01, VERA CRUZ, CARIACICA/ES
36.	201403254	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA DE CARIACICA	EMPRESA EDUCACIONAL DE CARIACICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTESAO LTDA	AVENIDA ANTÔNIO PEIXOTO, S/Nº, ANDAR 06, SALA 01, VERA CRUZ, CARIACICA/ES
37.	201305099	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DO CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA HISTORIADOR PEREIRA DA COSTA, 473, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
38.	201305299	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE RENIL DO BRASIL	RENIL CENTRO EDUCACIONAL E CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA - ME	RUA LUÍS LACAVA, 239, VILA BOCAINA, MAUÁ/SP
39.	201208953	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE PARAGOMINAS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAGOMINAS LTDA	RODOVIA PA 256 - KM 05, S/Nº, ZONA RURAL, PARAGOMINAS/PA
40.	201356179	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA	GRUPO M.C EDUCACAO E ASSESSORIA LTDA - ME	FAZENDA PINDA BA 409 KM 10, KM 10, RODOVIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ/BA
41.	201356126	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE POLITÉCNICA DE GOIÁS	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	RUA ADEMAR FERRUGEM, 840, SANTO ANTÔNIO, CATALÃO/GO
42.	201305297	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE RENIL DO BRASIL	RENIL CENTRO EDUCACIONAL E CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA - ME	RUA LUÍS LACAVA, 239, VILA BOCAINA, MAUÁ/SP
43.	201356447	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE TABOÃO	TABOAO EDUCACIONAL LTDA.	RUA JOÃO SLAVIERO, 65, JARDIM DA GLÓRIA, TABOÃO DA SERRA/SP
44.	201403550	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIO-GRANDESE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA	RODOVIA GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA, KM 38, INTERIOR, LINHA BEIRA CAMPO, SARANDI/RS
45.	201403552	GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIO-GRANDESE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA	RODOVIA GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA, KM 38, INTERIOR, LINHA BEIRA CAMPO, SARANDI/RS
46.	201356449	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE TABOÃO	TABOAO EDUCACIONAL LTDA.	RUA JOÃO SLAVIERO, 65, JARDIM DA GLÓRIA, TABOÃO DA SERRA/SP
47.	201305686	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS III	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, 583, CENTRO, TUCANO/BA
48.	201208957	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE PARAGOMINAS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAGOMINAS LTDA	RODOVIA PA 256 - KM 05, S/Nº, ZONA RURAL, PARAGOMINAS/PA
49.	201305680	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS III	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, 583, CENTRO, TUCANO/BA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 313, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o disposto na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Ano de 2013 da Diretoria Colegiada da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 32, Inciso III, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016071800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Indeferimento do Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201401191	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AVENIDA VILARINHO, 2.060, VENDA NOVA, BELO HORIZONTE/MG
2.	201352540	SERVIÇOS JURÍDICOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONEGÓCIO PARAÍSO DO NORTE	INSTITUTO PARAISO DO NORTE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - IPNEC - ME	RUA OLAVO BILAC , 78, CENTRO, CENTRO, PARAÍSO DO NORTE/PR
3.	201403415	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALAGOANA DE ADMINISTRAÇÃO	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS-AESA	AVENIDA ENGENHEIRO PAULO BRANDÃO NOGUEIRA, 160, LOTEAMENTO STELLA MARIS, JATIUCA, MACEIÓ/AL
4.	201355465	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE PIRACANJUBA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PIRACANJUBA EIRELI	AVENIDA AMYM DAHER, S/N, ESQUINA C/ ROD. GO-217, SETOR NORTE, PIRACANJUBA/GO
5.	201500321	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EDUCACIONAL ARAUCÁRIA	ORGANIZACAO EDUCACIONAL ARAUCARIA LTDA - ME	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 3065, PORTÃO, CURITIBA/PR
6.	201502142	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DE AMPÉRE	CAES - CENTRO AMPERENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	RUA DOS ANDRADAS, 144, CASA, CENTRO, AMPÉRE/PR

PORTARIA Nº 314, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando o disposto no Processo SEI n° 23000.010127/2016-16, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, excepcionalmente para fins de expedição e registro dos diplomas dos alunos ingressantes em 2013, o Curso de Direito, Bacharelado, ofertado por força de decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0009711.63.2012.4.01.4100, da 2ª Vara Federal de Rondônia, pela Universidade Federal de Rondônia, na BR 425, Km 2,5, s/n, Jardim das Esmeraldas, Guajará-Mirim, Rondônia, mantida pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, com sede no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Encerra-se a oferta do curso reconhecido por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 315, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando o disposto no Processo SEI n° 00000.023050/2014-79, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos ingressantes até a data de publicação desta Portaria, o Curso de Pedagogia da Terra, Licenciatura, com 100 (cem) vagas, ministrado pela Universidade Federal do Maranhão, no Campus de Bacabal, Avenida Governador João Alberto s/n, Bacabal, Maranhão, mantida pela Universidade Federal do Maranhão, com sede no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 316, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa SERES nº 03, de 29 de julho de 2014, publicada em 30 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201352433	ENGENHARIA DE MINAS (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	AVENIDA ANTONIO CARLOS, 6627, , PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MG
2.	201301808	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	RUA DOM BOSCO, 466, , CASTELO, BATATAIS/SP
3.	201301558	FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	AVENIDA NESTOR DE MELLO PITA, S/N, , BARREIROS, AMARGOSA/BA
4.	201350282	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA CARLOS CONSONI, 10, , JARDIM CANADA, RIBEIRAO PRETO/SP
5.	201350389	GESTÃO PORTUÁRIA (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE VILA VELHA	SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO	AV. COMISSÁRIO JOSÉ DANTAS DE MELLO, 21, , BOA VISTA II, VILA VELHA/ES
6.	201352443	MANUTENÇÃO DE AERONAVES (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 257, , SANTANA, SÃO PAULO/SP
7.	201005193	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE JAU LTDA	AVENIDA TIRADENTES, 629, , CENTRO, MATÃO/SP
8.	201352285	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, , PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
9.	201349074	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS	SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PROFESSORA AIDA MAINARTINA PARAISO, 80, , IBITURUNA, MONTES CLAROS/MG
10.	201301392	MATEMÁTICA INDUSTRIAL (Bacharelado)	44 (quarenta e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AV. CEL. FRANCISCO H. DOS SANTOS, S/N, JARDIM DAS AMÉRICAS, CURITIBA/PR
11.	201349447	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	AVENIDA, ALCINDO CACELA, 287, BLOCO C - TERREO, UMARIZAL, BELÉM/PA
12.	201209780	MEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE MEDICINA DO ABC	FUNDACAO DO ABC	AVENIDA PRINCIPE DE GALES, 821, PRÍNCIPE DE GALES, SANTO ANDRÉ/SP
13.	201351023	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	RUA IRMÃ IVONE DRUMMOND, 200, CAMPUS UNIFEI, DISTRITO INDUSTRIAL II, ITABIRA/MG
14.	201352038	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE VILA VELHA	SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO	AV. COMISSÁRIO JOSÉ DANTAS DE MELLO, 21, , BOA VISTA II, VILA VELHA/ES
15.	201116604	MEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA	CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR	RUA JOSUE MONTELLO, 01, LOTEAMENTOO BELA VISTA, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS/MA
16.	201301465	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DO SUL	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOSÉ SOARES PINHEIRO, 1191, , CENTRO, ITABUNA/BA
17.	201349390	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, , ASA NORTE, BRASÍLIA/DF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18.	201209796	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	RUA DOS IMIGRANTES, 500, VILA RAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
19.	201350793	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E BIOTECNOLOGIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AV. CEL. FRANCISCO H. DOS SANTOS, S/N, JARDIM DAS AMÉRICAS, CURITIBA/PR
20.	201349624	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE SANTA BARBARA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1450, 2º DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA BÁRBARA D´OESTE/SP
21.	201350812	GEOPROCESSAMENTO (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO, AVENIDA RORAIMA, 1000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMOBI, SANTA MARIA/RS
22.	201349675	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, - ATÉ 550 - LADO PAR, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
23.	201206328	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL	RUA CÔNEGO MACHADO, 918, , FAROL, MACEIÓ/AL
24.	201301588	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA ALEXANDRE HERCULANO. 1400, JARDIM VERANEIO., 1400, JARDIM VERANEIO, CAMPO GRANDE/MS
25.	201349363	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	33 (trinta e três)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	AV. OSWALDO ARANHA, 99, PRÉDIO 11105, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
26.	201301495	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	AVENIDA ALCINDO CACELA, 287, BLOCO C - TERREO, UMARIZAL, BELÉM/PA
27.	201350261	LETRAS - ESPANHOL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
28.	201301361	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	VIA MARGINAL ROSALINA MARIA DOS SANTOS, 1233, , AREA URBANIZADA I, CAMPO MOURÃO/PR
29.	201301353	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
30.	201352133	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	65 (sessenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO	RUA VEREADOR PINHO DE CARVALHO, 267, CENTRO, BARRA MANSA/RJ
31.	201349315	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	195 (cento e noventa e cinco)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CAPOTE VALENTE, 1121, DE 1025/1026 AO FIM, PINHEIROS, SÃO PAULO/SP
32.	201349342	MÚSICA - CANTO (Bacharelado)	2 (duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
33.	201107634	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos	ITPAC PORTO NACIONAL - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS PORTO LTDA	RUA 02, QUADRA 07, S/N, JARDIM DOS YPÊS, PORTO NACIONAL/TO
34.	201350745	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA RHEINGANTZ, 91, PARQUE RESIDENCIAL COELHO, RIO GRANDE/RS
35.	201349217	LETRAS - ITALIANO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
36.	201301480	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	90 (noventa)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ	ORGANIZACAO EDUCACIONAL BARAO DE MAUA	RUA RAMOS DE AZEVEDO, 423, , JARDIM PAULISTA, RIBEIRÃO PRETO/SP
37.	201350402	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA PREFEITA ELIANE BARROS, 2000, TIROL, NATAL/RN
38.	201209797	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	RUA DOS IMIGRANTES, 500, VILA RAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
39.	201352100	HISTÓRIA (Bacharelado)	92 (noventa e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA UFJF	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, UFJF, SÃO PEDRO, JUIZ DE FORA/MG
40.	201301489	PEDAGOGIA (Licenciatura)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA ALBERTO BENASSI, 200, PARQUE DAS LARANJEIRAS, ARARAQUARA/SP
41.	201209779	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE MEDICINA DO ABC	FUNDACAO DO ABC	AVENIDA PRÍNCIPE DE GALES, 821, PRÍNCIPE DE GALES, SANTO ANDRÉ/SP
42.	201352015	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA FRANCISCO MANOEL, S/N°, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
43.	201351234	MATEMÁTICA (Licenciatura)	44 (quarenta e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	AV. CEL. FRANCISCO H. DOS SANTOS, S/N, JARDIM DAS AMÉRICAS, CURITIBA/PR
44.	201301681	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	UNIVERSIDADE GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AV.ANTHON PHILIPS, 01, VILA HERMÍNIA, GUARULHOS/SP
45.	201349595	GEOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 2413, , AEROPORTO, BOA VISTA/RR
46.	201348891	GESTÃO PORTUÁRIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE RECIFE	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATAO-UNESJ	AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 809, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
47.	201352060	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES OPET	OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TECNICO LTDA	AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 902, , , REBOUÇAS, CURITIBA/PR
48.	201351228	ENGENHARIA INDUSTRIAL MADEIREIRA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, S/N, ALTO UNIVERSITÁRIO., S/N, , GUARAREMA, ALEGRE/ES
49.	201206339	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL	RUA CÔNEGO MACHADO, 918, , FAROL, MACEIÓ/AL
50.	201352326	QUÍMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 317, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa SERES nº 03, de 29 de julho de 2014, publicada em 30 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201352033	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO	SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA.	RUA YVETTE GABRIEL ATIQUE, 45, BOA VISTA, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

2.	201349128	FILOSOFIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE	AVENIDA DONA FLORIANA, 463, TÉRREO, CENTRO, GUAXUPÉ/MG
3.	201107622	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos	ITPAC PORTO NACIONAL - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS PORTO LTDA	RUA 02, QUADRA 07, S/N, JARDIM DOS YPÊS, PORTO NACIONAL/TO
4.	201301319	HISTÓRIA (Bacharelado)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	AV. PROF. MORAES REGO, 1.235, , CIDADE UNIVERSITÁRIA, RECIFE/PE
5.	201351333	ENGENHARIA DE PESCA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	RUA RUI BARBOSA, 710, SEDE DA UFRB, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA
6.	201350978	FÍSICA (Licenciatura)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RUA PASSO DA PÁTRIA, 156, CENTRO TECNOLOGICO, SÃO DOMINGOS, NITEROI/RJ
7.	201350281	ENGENHARIA AGRÍCOLA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	RUA APRÍGIO VELOSO, 882, BODOCONGÓ, CAMPINA GRANDE/PB
8.	201301768	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
9.	201301737	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
10.	201209812	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	RUA DOS IMIGRANTES, 500, VILA RAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
11.	201348767	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	RUA IRMÃ IVONE DRUMMOND, 200, CAMPUS UNIFEI, DISTRITO INDUSTRIAL II, ITABIRA/MG
12.	201352164	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RODOVIA BR 465 - KM 7, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SEROPÉDICA/RJ
13.	201350032	ENGENHARIA MECATRÔNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, , ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
14.	201351675	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE SÃO BERNARDO DE TECNOLOGIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA ATLÂNTICA, 700, , JARDIM DO MAR, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
15.	201350930	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	AVENIDA ALCINDO CACELA, 287, BLOCO C - TERREO, UMARIZAL, BELÉM/PA
16.	201301532	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	SET SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI LIMITADA	RUA SYDNEI ANTONIO RANGEL SANTOS, 245, , SANTO INÁCIO, CURITIBA/PR
17.	201352276	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 2413, , AEROPORTO, BOA VISTA/RR
18.	201350766	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Bacharelado)	264 (duzentas e sessenta e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RODOVIA JOSÉ AURÉLIO VILELA - BR 267, 11999, CIDADE UNIVERSITÁRIA, CIDADE UNIVERSITÁRIA, POÇOS DE CALDAS/MG
19.	201350310	QUÍMICA (Bacharelado)	64 (sessenta e quatro)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, , ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
20.	201209814	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	RUA DOS IMIGRANTES, 500, VILA RAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
21.	201351949	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE NATAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AVENIDA ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 708, ALECRIM, NATAL/RN
22.	201352336	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE RONDONÓPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA ARI COELHO, 829, CIDADE SALMEM, RONDONÓPOLIS/MT
23.	201348670	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI PORTO ALEGRE	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI	AVENIDA ASSIS BRASIL, 8450, , SARANDI, PORTO ALEGRE/RS
24.	201301326	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.	RUA PEDRO DIAS LEME, 203, FLORES, MANAUS/AM
25.	201352359	QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	PRAÇA PROF. EDMIR SÁ SANTOS, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAVRAS/MG
26.	201352040	PEDAGOGIA (Licenciatura)	400 (quatrocentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA TAMBURUGY, 474, COLÉGIO DIPLOMATA, PATAMARES, SALVADOR/BA
27.	201349401	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO BERNARDO DE TECNOLOGIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA ATLÂNTICA, 700, , JARDIM DO MAR, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
28.	201351910	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	60 (sessenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 136, PRÉDIO DA REITORIA, PARQUE DAS UNIVERSIDADES, CAMPINAS/SP
29.	201301345	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.	RUA PEDRO DIAS LEME, 203, FLORES, MANAUS/AM
30.	201360890	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	AV. FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, 514, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES
31.	201351854	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA	AVENIDA MURILO DANTAS, 300, , FAROLÂNDIA, ARACAJU/SE
32.	201107624	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos	ITPAC PORTO NACIONAL - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS PORTO LTDA	RUA 02, QUADRA 07, S/N, JARDIM DOS YPÊS, PORTO NACIONAL/TO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 15 de julho de 2016

Dispõe sobre a conclusão dos processos de reconhecimento protocolados no período de 2007 a 2011, que tiveram atos de reconhecimento excepcional publicados conforme parâmetros e procedimentos estabelecidos pela Nota Técnica nº 141/2013/DIREG/SERES-MEC, item III.2.

Nº 47 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 34/2016/CGARCES/DIREG/SERES, de 14 de julho de 2016, relativa ao Processo SEI nº 23000.031717/2016-74, que apresenta os critérios para conclusão dos processos de reconhecimento, protocolados no período de 2007 a 2011, que tiveram atos de reconhecimento excepcional publicados conforme parâmetros e procedimentos estabelecidos pela Nota Técnica nº 141/2013/DIREG/SERES-MEC, item III.2, determina que:

I - Sejam concluídos os processos constantes do Anexo I, tendo em vista o cumprimento do Protocolo de Compromisso firmado no âmbito dos respectivos processos de reconhecimento;

II - Sejam concluídos os processos constantes do Anexo II, tendo em vista o cumprimento do Protocolo de Compromisso firmado no âmbito dos respectivos processos de reconhecimento, com marcações no cadastro com vistas à obrigatoriedade de avaliação in loco na próxima renovação de reconhecimento; e

III - Sejam abertos processos de renovação de reconhecimento para os cursos constantes dos Anexos I e II do presente Despacho.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

ANEXO I

PROCESSO	CURSO	INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
20070560	SANEAMENTO AMBIENTAL (Tecnológico)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS
20071382	MEDICINA (Bacharelado)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO
20073644	ENFERMAGEM (Bacharelado)	FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA
20075479	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SENA AIRES
20077290	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	FACULDADE DE CALDAS NOVAS
20077718	MEDICINA (Bacharelado)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL - FACID
20077769	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	FACULDADE HERRERO
20078561	TEOLOGIA (Bacharelado)	FACULDADE DA IGREJA MINISTÉRIO FAMA
20079613	DIREITO (Bacharelado)	FACULDADE DO VALE DO ITAPECURU
20079947	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	FACULDADE LUIZ EDUARDO MAGALHÃES
200712870	BIOMEDICINA (Bacharelado)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA
200800782	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP

200801216	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SÃO JUDAS TADEU
200803375	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	FACULDADE DE BAURU
200804231	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO
200812468	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	FACULDADE DE NANUQUE
200814826	DIREITO (Bacharelado)	FACULDADE ESAMC UBERLÂNDIA
200900591	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	FACULDADE DE TECNOLOGIA IPEP DE SÃO PAULO
200901476	LOGÍSTICA (Tecnológico)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
200902528	MATEMÁTICA (Licenciatura)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO PAULISTA
200904908	LOGÍSTICA (Tecnológico)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO
200908510	PSICOLOGIA (bacharelado)	INSTITUTO BLUMENAUENSE DE ENSINO SUPERIOR - IBES
200908600	TEOLOGIA (Bacharelado)	FACULDADE DE TEOLOGIA DE HOKEMAH
200908911	GASTRONOMIA (Tecnológico)	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
200909125	PSICOLOGIA (Bacharelado)	FACULDADE DE JANDAIA DO SUL - FAFIJAN
200912426	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
200913035	DIREITO (Bacharelado)	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA
200914592	MUSEOLOGIA (Bacharelado)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II

PROCESSO	CURSO	INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
20075052	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	FACULDADE MORUMBI SUL
20078325	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CETEP
200712872	ZOOTECNIA (Bacharelado)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA
200712871	DIREITO (Bacharelado)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA REUNIDA
200809409	MARKETING (Tecnológico)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - FEOB
200815091	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA (Tecnológico)	UNIVERSIDADE DE UBERABA

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 18, no número de ordem 156, do anexo da Portaria nº 286, de 27 de dezembro de 2012, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA CIVIL (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/DIREG/ SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201215916 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 18, no número de ordem 149, do anexo da Portaria nº 286, de 27 de dezembro de 2012, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA DE MATERIAIS (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201212725 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 18, no número de ordem 154, do anexo da Portaria nº 286, de 27 de dezembro de 2012, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA MECÂNICA (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201214297 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 18, no número de ordem 157, do anexo da Portaria nº 286, de 27 de dezembro de 2012, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201215994 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 18, no número de ordem 152, do anexo da Portaria nº 286, de 27 de dezembro de 2012, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA QUÍMICA (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201213442 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 30 de dezembro de 2015, Seção 1, página 30, no número de ordem 101, do anexo da Portaria nº 1.091, de 24 de dezembro de 2015, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA DE MATERIAIS (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201512176 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 30 de dezembro de 2015, Seção 1, página 30, no número de ordem 102, do anexo da Portaria nº 1.091, de 24 de dezembro de 2015, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201514606 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 249, de 30 de dezembro de 2015, Seção 1, página 30, no número de ordem 103, do anexo da Portaria nº 1.091, de 24 de dezembro de 2015, onde se lê: "ENGENHARIA (BACHARELADO)", leia-se: "ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE (BACHARELADO)", conforme Nota Técnica nº 23/2015/CGARCES/DIREG/SERES/MEC. (Registro e-MEC nº 201515058 e Processo SEI nº 23000.024478/2015-15).

No Diário Oficial da União nº 91, de 14 de maio de 2013, Seção 1, página 20, no número de ordem 26, do anexo da Portaria nº 197, de 13 de maio de 2013, onde se lê: "PSICOLOGIA (Licenciatura)", leia-se: "PSICOLOGIA (Bacharelado)", conforme Nota Técnica nº 30/2016/CGARCES/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 200811871 e Processo SEI nº 23000.005814/2016-10).

No Diário Oficial da União nº 246, de 19 de dezembro de 2013, Seção 1, página 159, no número de ordem 457, do anexo da Portaria nº 705, de 18 de dezembro de 2014, onde se lê: "PSICOLOGIA (Licenciatura)", leia-se: "PSICOLOGIA (Bacharelado)", conforme Nota Técnica nº 30/2016/CGARCES/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201363012 e Processo SEI nº 23000.005814/2016-10).

No Diário Oficial da União nº 61, de 31 de março de 2014, Seção 1, página 15, no número de ordem 23, do anexo da Portaria nº 216, de 28 de março de 2014, onde se lê: "PEDAGOGIA (Bacharelado)", leia-se: "PEDAGOGIA (Licenciatura)", conforme Nota Técnica nº 25/2016/CGARCES/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201210043 e Processo SEI nº 23000.002396/2016-09).

No Diário Oficial da União nº 124, de 2 de julho de 2015, Seção 1, página 13, nas linhas 2 e 3, do Art. 1º, da Portaria nº 498, de 1º de julho de 2015, onde se lê: "Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo", leia-se: "Licenciatura em Educação do Campo", conforme Nota Técnica nº 27/2016/CGARCES/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201501212 e Processo SEI nº 23000.018960/2016-05)

No Diário Oficial da União nº 190, de 5 de outubro de 2015, Seção 1, página 640, no número de ordem 1, do anexo da Portaria nº 700, de 1º de outubro de 2015, onde se lê: "LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)", leia-se: "LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)", conforme Nota Técnica nº 28/2016/CGARCES/DIREG/SERES. (Registro e-MEC nº 201203508 e Processo SEI nº 23000.023288/2016-61).

No Diário Oficial da União nº 91, de 13 de maio de 2016, Seção 1, página 54, no número de ordem 22, do anexo da Portaria nº 181, de 12 de maio de 2016, onde se lê: "RUA PROF. ARISTIDES NOVIS, 02, CAMPUS UNIVERSITÁRIO FEDERAÇÃO/ ONDINA, FEDERAÇÃO, SALVADOR/BA", leia-se: "AVENIDA ADEMAR DE BARROS S/N, ONDINA - SALVADOR/BA", conforme Nota Técnica nº 29/2016/CGARCES/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201358640 e Processo SEI nº 23000.023809/2016-81).

No Diário Oficial da União nº 249, de 30 de dezembro de 2015, Seção 1, páginas 78 e 79, nos números de ordem 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187 e 188, da coluna "ENDEREÇO", do anexo da Portaria SERES/MEC nº 1.096, de 24 de dezembro de 2015, onde se lê: "RUA IRMÃ ARMINDA, 18537, JARDIM BRASIL, BAURU, SP"; leia-se: "RUA IRMÃ ARMINDA, 10-50, JARDIM BRASIL, BAURU, SP", conforme Nota Técnica nº 31/2016/CGARCES/DIREG/SERES/MEC. (Registros e-MEC nºs 201512297, 201513107, 201513109, 201512337, 201514506, 201514183, 201514534 e 201512401 e Processo SEI nº 23000.005577/2016-89).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.282, DE 12 DE JULHO DE 2016

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.005112/2015-34, resolve:

Prorrogar, pelo período de 22/07/2016 a 21/07/2017, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado através do Edital nº 085/2015, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 111/2015, de 21/07/2015, publicado no DOU de 23/07/2015, Seção 3, fl. 50.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 734, DE 11 DE JULHO DE 2016

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 18/2016 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1.1.1 - Seleção 46: Departamento de Finanças e Controladoria - Processo nº 23071.007972/2016-62 - Nº Vagas: 01 (uma)

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 2.981, DE 13 DE JULHO DE 2016

A VICE-REITORA NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, resolve:

Aplicar a penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 03 (três) meses, cumulada com a imposição de multa no valor de 2% (dois por cento) do valor empenhado para o item 10 da Ata de Registro de Preços nº. 516/2014, à empresa DTI COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA - EPP, inscrita no CNPJ nº 05.506.073/0001-73, na forma prevista, respectivamente, nos incisos II e III, do artigo 87 da Lei nº. 8666/1993. (Processo nº 23076.048649/2015-18)

FLORISBELA DE ARRUDA CAMARA E SIQUEIRA CAMPOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPOS DE MACAÉ

PORTARIA Nº 6.897, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Diretora-Geral do Campus Macaé - Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora Arlene Gaspar, nomeada pela Portaria nº 5.290, de 07/06/2016, publicada no DOU nº 108, de 08/06/2016, no uso de suas atribuições resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 200, de 22 de junho de 2016, publicado no D.O.U. nº 119, em 23 de junho de 2016, divulgando, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados:

Curso: Licenciatura em Biologia
Setor: Paleontologia, Geologia e Sedimentologia
1º - Carlos Alberto da Cunha Filho
2º - Aline Meneguci da Cunha
3º - Dimila Mothé Cordeiro dos Santos
4º - Leandro Nogueira Ferreira
Curso: Licenciatura em Química
Setor: Inglês Instrumental
1° - Paulo César Risso de Souza
2° - Marcelo da Costa Gomes
Curso: Licenciatura em Química
Setor: Psicologia da Educação
1º - Danielly Pierre Procópio da Rocha
2º - Dalva Alves dos Santos
3° - Natália Silva Pereira

ARLENE GASPAR

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 312, DE 15 DE JULHO DE 2016

Altera a Portaria nº 122, de 31 de março de 2016, que regulamenta o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 122, de 31 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DECISÃO DE 6 DE JULHO DE 2016

Com base no disposto do art. 19, do Decreto no 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o resultado do julgamento da 61a Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, realizada em 6 de julho de 2016.

1) Processo nº 44011.000161/2015-34

Auto de Infração nº 0003/15-85

Decisão nº 01/2016/Dicol/Previc

Recorrentes: Alexej Predtechensky, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa, Mônica Christina Caldeira Nunes, Adilson Florêncio da Costa e João Carlos Penna Esteves

Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Relatora: Evelise Pafetti.

Ementa: Previdência Complementar. Processo Administrativo Sancionador - Preliminar de nulidade por ausência de descumprimento dos princípios da impessoalidade, motivação, atividade vinculada, contraditório, ampla defesa, preclusão administrativa e conexão de julgamento - Inadmissibilidade - Falta de fundamento legal das alegações e ausência de ressonância junto à legislação geral (Lei nº 9.784 de 1999) ou junto à principiologia constitucional pertinente (CF, art. 5º, XIV e LX) - Procedimento Administrativo sancionador que obedeceu a legislação de regência - Inadimplência dos ativos que afasta aplicação da regra do art. 22, § 2º, do Decreto nº 4.942/2003 - Preliminar afastada. Previdência Complementar - Processo Administrativo Sancionador - Aplicação financeira de recursos garantidores de EFPC em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - Cédula de Crédito Bancário - Enquadramento à luz dos artigos 4º, 9º e 30 da Resolução CMN nº 3.792/2009 - Comprovação nos autos de que a entidade deixou de observar o risco de crédito apontado por analista de investimentos, bem como o nexo causal entre a conduta dos autuados e a infração administrativa - Recurso Improvido.

Decisão: A Câmara de Recursos da Previdência Complementar, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos voluntários, afastou as preliminares para, no mérito, negar provimento aos recursos. Ausente justificadamente a membro Nélia Maria de Campos Pozzi, representante das entidades fechadas de previdência complementar e o membro Marcelo Freitas Toledo de Melo, representante dos servidores públicos federais de cargo efetivo.

2) Processo nº 44170.000004/2015-04

Auto de Infração nº 0012/15-76

Decisão nº 06/2016/Dicol/Previc

Recorrente: Luís Carlos Fernandes Afonso

Procurador: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267

Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social

Relatora: Evelise Pafetti.

Decisão: Sobrestado o julgamento do recurso, tendo em virtude a petição formulada pelo procurador da parte, Dr. Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267

VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
Presidente da Câmara

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamentos, abertos ao público, de Processos Administrativos Sancionadores - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que serão realizadas as seguintes Sessões de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2015/9276 - CERAMICA CHIARELLI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data: 23.8.2016-terça-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Pablo Renteria

Procuradora: LucianaDayer

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ.

Objeto do processo: Responsabilidade do diretor de relações com investidores da Cerâmica Chiarelli S.A. - em Recuperação Judicial, por divulgar os formulários do 1º, 2º e 3º ITR/2013, DFP/2013, 1º e 2º ITR/2014, com informações sabidamente incorretas, em suposto descumprimento ao disposto no artigo 14 da Instrução CVM nº 480/2009.

Acusado	Advogada
Caio Albino de Souza	Dra. Ânna Lúcia M. P. Cardoso de Mello OAB/SP nº 100.930

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2016.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Pauta da 393ª Sessão de Julgamento, publicada na Seção 1 do DOU de 14 de julho de 2016, páginas 18 e 19, a ser realizada no dia 26 de julho de 2016, às 14, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 2 do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF), excluir os recursos:

Recursos: 13911 - 9900966552 - Recorrente: Banco Boavista Interatlântico S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Carlos Portugal Gouvêa. Retirado de pauta por pedido de vista da Conselheira Adriana Cristina Dullius Britto (392ª Sessão).

Recurso 14235 - 1201563655 - Recorrentes: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - CrediPaulista e Rita de Cássia da Silva Trombini. Recorrido: Bacen. Relator: Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo. Retirado de pauta pela Presidente, por solicitação da parte (392ª Sessão).

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2016

Declara BAIXADA - POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO EVENTUAL DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ - AP, no uso da competência delegada pela Portaria/SRRF/2ªRF nº 10 de 07 de janeiro de 2016, publicada no Boletim de Serviço nº 5 de 08 de janeiro de 2016 e da competência atribuída pelo artigo 5º, inciso VII, da portaria/DRFB/MCA nº 26, de 13 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 114 de 17 de junho de 2014, declara:

Art.1º BAIXADA - POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, conforme Sentença prolatada as fls 39 a 40, apurado através do processo nº 3922-76.2013.4.01.3700 - JUSTIÇA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL-MA -OFICIO Nº 066/2016/SECIV DE 22 DE JUNHO DE 2016. a BAIXA da inscrição no CNPJ/MF nº 06.307.692/0001-00, em nome de FRANCISCO FERNANDES SOUZA - ME DOSSIÊ Nº 10010.005.805/0716-91 DE 05/07/2016.

EMIR CAVALCANTI FURTADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 13 DE JULHO DE 2016

Declara o cancelamento do Registro Especial para realizar operações com papel Imune.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Marabá, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 224, c/c art. 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e no disposto no artigo 7º, IV, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações, declara:

Art. 1º. Fica revogado o Registro Especial de Usuário nº UP-01201/00225, empresa jornalística ou editora que explore a indústria de livro, jornal ou periódicos (UP), de 10 de novembro de 2010, publicado em 11 de novembro de 2010, de acordo com o disposto no artigo 7º, IV, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações e no processo administrativo número 10010.030769/0516-79, a saber:

Empresa: JORNAL VISAO NEWS LTDA - ME

CNPJ: 11.489.208/0001-32

Endereço: Rua Carajás S/N, Bairro Centro, Canaã dos Carajás-PA, CEP: 68.537-000.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR VINICIUS DA COSTA FERREIRA PINTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 7, DE 13 DE JULHO DE 2016

Cancela, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), a inscrição do imóvel que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal-RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.467, de 22 de maio de 2014, publicada no DOU de 23 de maio de 2014, declara:

Art.1º Cancelar, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição a seguir relacionada, por motivo de transformação em imóvel urbano, conforme consta no processo administrativo 10469.722960/2016-56:

I - NIRF 7.560.875-8 referente ao imóvel rural denominado "Oitizeiro", medindo 2,6 hectares, localizado no município de Macaíba/RN.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 13 DE JULHO DE 2016

Declara baixada a inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte / MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 203, de 14 de maio de 2012, DOU 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IV, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10680.721822/2016-45, declara:

Art. 1º - Baixada de ofício, a inscrição de nº 03.719.195/0001-12, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa CMV-CLO COMERCIAL LTD, em virtude de seu cancelamento no respectivo órgão de registro.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 13 DE JULHO DE 2016

Declara a nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, item II e 36 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634 de 06 de maio de 2016, DOU 09/05/2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10680.721527/2016-99, declara:

Art. 1º - NULA de ofício a inscrição nº , no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ, atribuída à CELY DA SILVA AMORIM 02927898669, CNPJ 14.451.617/0001-38, na data de sua abertura 13/10/2011

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 7 DE JULHO DE 2016

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA-MG, no uso das atribuições que lhe confere art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 e alterações, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e alterações e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015 e o constante do e-dossiê nº 10010.040220/0416-20, declara:

Art. 1º - Fica habilitada de forma definitiva a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015:

Nome empresarial: Scalon & Cerchi LTDA
CNPJ: 24.333.411/0001-67
Projeto de Investimentos no Programa Mais Leite Saudável aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 75, de 20 de abril de 2016, seção 03, pág. 07.
Período de vigência do Projeto: 01/10/2015 a 30/09/2018

Art. 2º - Esta habilitação será cancelada automaticamente na data da protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimentos aprovado, por meio do processo nº 21028.005159/2015-77, e fiscalizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 14 DE JULHO DE 2016

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluída no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
EDILENE DE OLIVEIRA PAULO	800.228.716-91	12466.720306/2016-63

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 483, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.001068/0516-22

NOME EMPRESARIAL: GREEN COAST CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

CNPJ Nº 07.659.561/0001-46

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 09/05/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XIV do art. 2º, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 484, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.003197/0616-18

NOME EMPRESARIAL: L. AMORIM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ Nº 16.311.011/0001-22

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:03/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 485, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.014767/0815-40

NOME EMPRESARIAL: GL EVENTS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ Nº 15.453.068/0001-01

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 11/12/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 486, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.019024/0316-23

NOME EMPRESARIAL: INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE E V LEI 12780/2013

CNPJ Nº 25.024.099/0001-92

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso I, do art. 2º, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 487, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021309/0616-12

NOME EMPRESARIAL: PROMENADE APART HOTEIS LTDA. - ME

CNPJ Nº 06.325.665/0001-51

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 488, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021321/0616-27

NOME EMPRESARIAL: RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA.

CNPJ Nº 08.382.929/0001-34

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIV e XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 489, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021348/0616-10

NOME EMPRESARIAL: DESTAK BRASIL EDITORA S/A.

CNPJ Nº 11.216.913/0001-66

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 490, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021362/0616-13

NOME EMPRESARIAL: MV5 COMERCIO LTDA.

CNPJ Nº 05.295.679/0001-07

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIII, § 2º, art. 4º da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 491, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021367/0616-46

NOME EMPRESARIAL: O2 FILMES PUBLICITÁRIOS LTDA.

CNPJ Nº 08.746.762/0001-43

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIV e XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 492, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021370/0616-60

NOME EMPRESARIAL: RP LIGHTING LOCAÇÃO E ILUMINAÇÃO EIRELI - EPP

CNPJ Nº 11.506.306/0001-30

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 493, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021375/0616-92

NOME EMPRESARIAL: UBEE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A

CNPJ Nº 17.399.938/0001-29

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 494, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021381/0616-40

NOME EMPRESARIAL: WINDSOR BARRA HOTEL LTDA.

CNPJ Nº 05.298.154/0001-25

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XIV, do art. 2º, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 495, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.021416/0616-41

NOME EMPRESARIAL: CINEMAS PARIS SEVERIANO RIBEIRO LTDA.

CNPJ Nº 31.611.189/0001-82

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 14/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 496, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.026560/0616-73

NOME EMPRESARIAL: TRAMONTINA MULTI S/A

CNPJ Nº 88.037.668/0001-54

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 17/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 497, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.026567/0616-95

NOME EMPRESARIAL: PERFORMANCE OPALINA ADMINISTRAÇÃO DE HOTÉIS LTDA.

CNPJ Nº 22.476.853/0001-37

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 17/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 498, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033769/0516-21

NOME EMPRESARIAL: JAM ENGENHARIA S/A.

CNPJ Nº 38.734.794/0001-90

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 499, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033770/0516-55

NOME EMPRESARIAL: C&A MODAS LTDA.

CNPJ Nº 45.242.914/0001-05

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/05/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIII e XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 500, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033773/0516-99

NOME EMPRESARIAL: ROSA CELESTE EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA - EPP

CNPJ Nº 01.691.339/0001-44

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:25/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 501, DE 5 DE JUHLO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033776/0516-22

NOME EMPRESARIAL: LOJA ELÉTRICA LIMITADA

CNPJ Nº 17.155.342/0001-83

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 502, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033779/0516-66

NOME EMPRESARIAL: ENTREARTES E SERVIÇOS LTDA - EPP

CNPJ Nº 16.887.324/0001-23

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 503, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033782/0516-80

NOME EMPRESARIAL: RODOPLEX ENGENHARIA LTDA.

CNPJ Nº 01.950.243/0001-53

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 504, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033783/0516-24

NOME EMPRESARIAL: MONTACON ENGENHARIA LTDA.

CNPJ Nº 30.035.117/0001-71

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 505, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033784/0516-79

NOME EMPRESARIAL: LIAME ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CULTURA

CNPJ Nº 07.691.148/0001-69

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 506, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033785/0516-13

NOME EMPRESARIAL: KIOTO AMBIENTAL LTDA.

CNPJ Nº 06.865.209/0001-02

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 507, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033786/0516-68

NOME EMPRESARIAL: MOGIGLASS ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA.

CNPJ Nº 66.886.052/0001-15

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 508, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033788/0516-57

NOME EMPRESARIAL: BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

CNPJ Nº 84.088.830/0001-02

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 509, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033789/0516-00

NOME EMPRESARIAL: CORPO LTDA.

CNPJ Nº 18.719.369/0001-14

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 510, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033791/0516-71

NOME EMPRESARIAL: ACTION SHOP SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ Nº 03.429.430/0001-11

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 511, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033794/0516-12

NOME EMPRESARIAL: P5 EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ Nº 06.865.209/0001-02

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 512, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038477/0416-11

NOME EMPRESARIAL: ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A

CNPJ Nº 33.373.325/0001-79

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 513, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038478/0416-66

NOME EMPRESARIAL: CWM RENT CAR LOCADORA LTDA.

CNPJ Nº 02.290.241/0001-48

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 514, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038479/0416-19

NOME EMPRESARIAL: SÃO PAULO MARKETING CENTER LTDA.

CNPJ Nº 58.098.997/0001-44

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XIV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 515, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038482/0416-24

NOME EMPRESARIAL: JOHN RICHARD LOCAÇÃO DE MÓVEIS LTDA.

CNPJ Nº 02.964.380/0001-00

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 516, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038485/0416-68

NOME EMPRESARIAL: HUMBERTO THEODORO JUNIOR ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ Nº 38.744.033/0001-19

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 517, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038486/0416-11

NOME EMPRESARIAL: ITHACA ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA.

CNPJ Nº 23.381.118/0001-02

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 518, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038487/0416-57

NOME EMPRESARIAL: INTEBRAS COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E SERVIÇOS AUDIOVISUAIS LTDA

CNPJ Nº 22.096.405/0001-08

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC.XIV e XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 519, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038488/0416-00

NOME EMPRESARIAL: COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS S/A

CNPJ Nº 03.237.583/0001-67

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 520, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038490/0416-71

NOME EMPRESARIAL: GASTROSERVICE REFEIÇÕES LTDA

CNPJ Nº 03.477.084/0001-47

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 521, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038491/0416-15

NOME EMPRESARIAL: ORGBRISTOL ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA.

CNPJ Nº 23.306.087/0001-25

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 522, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038493/0416-12

NOME EMPRESARIAL: EDITORA GLOBO S/A

CNPJ Nº 04.067.191/0001-60

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 04/05/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XII, XIII, XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 523, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047466/0516-95

NOME EMPRESARIAL: PERIQUITA ARTES LTDA. - EPP

CNPJ Nº 07.102.930/0001-03

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 524, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047475/0516-86

NOME EMPRESARIAL: OTRANTO, LEBEIS & ETHEL PROPAGANDA E MARKETING LTDA.

CNPJ Nº 00.925.658/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 525, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047476/0516-21

NOME EMPRESARIAL: NEORUBBER INDÚSTRIA DE SANDÁLIAS LTDA.

CNPJ Nº 11.909.814/0001-60

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 526, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047479/0516-64

NOME EMPRESARIAL: SUGAR SHOES LTDA.

CNPJ Nº 04.098.591/0001-32

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 527, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047480/0516-99

NOME EMPRESARIAL: TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS

CNPJ Nº 01.281.360/0001-71

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 528, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047484/0516-77

NOME EMPRESARIAL: SR RIO DE JANEIRO CINEMAS S/A

CNPJ Nº 08.262.566/0001-01

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIII e XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 529, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047487/0516-19

NOME EMPRESARIAL: PCF GLOBAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 14.596.813/0001-09

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 530, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047489/0516-08

NOME EMPRESARIAL: RENNA ALUMÍNIO E COMPONENTES LTDA.

CNPJ Nº 03.961.151/0001-02

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 02/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XIV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 531, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047490/0516-24

NOME EMPRESARIAL: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.

CNPJ Nº 00.331.788/0001-19

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:01/06/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 532, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047501/0516-76

NOME EMPRESARIAL: FRONARQ PROMOCIONAL LTDA - EPP

CNPJ Nº 02.373.474/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 533, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047503/0516-65

NOME EMPRESARIAL: CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO BARRA LTDA.

CNPJ Nº 21.489.739/0001-89

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 534, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047508/0516-98

NOME EMPRESARIAL: MORPHY SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP

CNPJ Nº 08.374.839/0001-00

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 535, DE 5 DE JULHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.047509/0516-32

NOME EMPRESARIAL: CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 46.266.771/0001-26

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 14 DE JULHO DE 2016

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido nos arts. 40, inciso II; e 42, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 15540.720110/2016-27, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição da pessoa jurídica ALL BLUE COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME, número 08.226.336/0001-89, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 a 48 da supracitada Instrução Normativa.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 13 DE JULHO DE 2016

Habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 7º da Instrução Normativa RFB n° 852, de 13 de junho de 2008 e a Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 157, de 19 de fevereiro de 2016, e, finalmente, em face do que consta do Processo Administrativo n° 13837.720165/2016-86, declara:

Art. 1° - Fica habilitada à fruição dos incentivos fiscais previstos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, instituído pela Lei n° 11.484, de 31 de maio de 2007, a empresa SMART MODULAR TECHNOLOGIES INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ 06.103.827/0001-07, estendendo-se às suas filiais, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório.

Art. 2° Para a realização das atividades de corte, encapsulamento e teste e comercialização dos dispositivos eletrônicos semicondutores referidos no art. 1° da Portaria Interministerial nº 157, e para os modelos relacionados no processo MCTI nº 01200.004717/2015-21, de 14 de outubro de 2015, serão concedidos os incentivos fiscais previstos nos arts. 2º, 3º e 4º do Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007.

§ 1º Os incentivos de que tratam o art. 2° e os incisos I e II do art. 4° do Decreto no 6.233, de 2007, vigorarão até 22 de janeiro de 2022, conforme o disposto no art. 64 da Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007.

§ 2° Os incentivos de que tratam o art. 3° e o inciso III do art. 4° do Decreto no 6.233, de 2007, vigorarão por 12 (doze) anos, contados a partir da data de publicação da Portaria Interministerial nº 157, conforme o disposto no inciso II do art. 65 da Lei no 11.484, de 2007.

Art. 3° - A presente habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, nos termos do art. 11 do Decreto n° 6.233, de 2007, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido decreto.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ROBERTO MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 13 DE JULHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224, VII, combinado com o art. 302, IX, todos pertencentes ao Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, e, tendo em vista o art. 51, I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no processo administrativo nº 13839.004152/2010-51, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 27.720 (vinte e sete mil, setecentos e vinte) selos de controle (Tipo/Cor) "Bebidas Alcoólicas/Vermelha" e 194.832 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e dois) selos de controle (Tipo/Cor) "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedidos protocolados em 15/06/2016, ao contribuinte PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 33.856.394/0018-81, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/060 - ADE nº 22, de 14 de abril de 2011, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Vodca Absolut	Caixas com 12 garrafas de 750 ml de vodca, de graduação alcoólica de 40%	27.720	2.310
Ballantines Finest	Caixas com 12 garrafas de 750 ml de uísque, de graduação alcoólica de 40%	104.832	8.736
Ballantines 12YO	Caixas com 12 garrafas de 750 ml de uísque, de graduação alcoólica de 40%	36.000	3.000
Chivas Regal 12YO	Caixas com 12 garrafas de 750 ml de uísque, de graduação alcoólica de 40%	54.000	4.500

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 18, DE 13 DE JULHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, em razão do pedido do contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 59.104.737/0001-05, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0002, localizado na Rua Martini, n° 292 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.721606/2016-85, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 8.112 (oito mil, cento e doze) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
JIM BEAM BLACK BOURBON WHISKEY	Caixa com 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	476	5.712
JIM BEAM WHITE BOURBON WHISKEY	Caixa com 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	200	2.400

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO BENJAMIN BARTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 8 DE JULHO DE 2016

Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas modalidades "usuário" e "gráfica".

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 302, e seu inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, tendo em vista os demais dispositivos da referida instrução normativa, com alterações posteriores, bem como os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 13982.720857/2015-70, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial sob o nº UP-09203/0073 e GP-09203/0074 o estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades específicas de "Usuário" (UP) e "Gráfica" (GP), conforme disposto no art. 1º, § 1º, incisos II e V, da Instrução Normativa RFB nº 976/2009:

GRÁFICA E EDITORA OESTE SC EIRELI -ME

CNPJ: 15.294.056/0001-73

ENDEREÇO: Rua Ricardo Panizzi, 426, Bairro Dr. Ari Lunardi, Xaxim (SC).

Art. 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OTTO MARESCH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

PORTARIA Nº 53, DE 13 DE JULHO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS - RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, relativamente a qualquer dos tributos e contribuições abrangidos pelo Refis -, a pessoa jurídica denominada CISPLATUR - VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, CNPJ nº 90.565.854/0001-08, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 11040.720210/2015-52.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VLADIMIR TEIXEIRA DA SILVA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 450, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 133.711.791 (cento e trinta e três milhões, setecentos e onze mil, setecentos e noventa e um) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 475.550.931,97 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/7/2016	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	3,556537	3.434	12.213,14
1º/1/2006	1º/1/2036	3,556537	43.903	156.142,64
1º/1/2008	1º/1/2038	3,556537	83.641	297.472,31
1º/1/2009	1º/1/2039	3,556537	60.485	215.117,14
1º/1/2010	1º/1/2040	3,556537	72.023	256.152,46
1º/1/2011	1º/1/2041	3,556537	85.961	305.723,47
1º/1/2012	1º/1/2042	3,556537	54.879	195.179,19
1º/1/2013	1º/1/2043	3,556537	41.811	148.702,36
1º/1/2014	1º/1/2044	3,556537	9.334.104	33.197.086,23
1º/1/2015	1º/1/2045	3,556537	117.019.632	416.184.650,93
1º/1/2016	1º/1/2046	3,556537	6.911.918	24.582.492,10
TOTAL			133.711.791	475.550.931,97

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 325, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000199/2016-98, comando nº 416929237, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada vazia da patrocinadora Angelo Thikio Kanekadan ME do Plano de Benefícios MicroPrev - CNPB nº 2010.0023-18, administrado pela Sociedade de Previdência Complementar Sul Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE ARIMATEIA PINHEIRO TORRES

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 21/2016/DICOL/PREVIC, de 13/06/2016, referente ao Auto de Infração nº 20/15-02, do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS, publicada no DOU nº 113, de 15/06/2016, Seção 1, pág. 31, onde se lê: "Processo nº 44170.000305/2015-52", leia-se " 44011.000305/2015-52".

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.534, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do Processo Susep 15414.000440/2016-48, resolve:

Art. 1° Homologar a transferência de controle acionário indireto de CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ n. 33.170.085/0001-05, para CHUBB LIMITED, anteriormente denominada ACE LIMITED, sociedade constituída sob as leis da Confederação Suíça.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.588, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, considerando o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.005284/2015-21, resolve:

Art. 1° Aprovar a transferência do controle acionário direto de SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 33.822.131/0001-03, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para AXA CORPORATE SOLUTIONS BRASIL E AMÉRICA LATINA RESSEGUROS S.A., CNPJ n° 19.323.175/0001-68, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos do contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 21 de maio de 2015.

Art. 2° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2015:

I - Renúncia e eleição de administradores;

II - Mudança da denominação social para AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.;

III - Alteração do endereço da sede para Rua da Assembleia, n° 100, sala 1201, 12° pavimento - Centro, Rio de Janeiro - RJ; e

IV - Alteração dos artigos 1° e 2° e consolidação do estatuto social.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 154, DE 15 DE JULHO DE 2016

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	João Dourado	Estiagem - 1.4.1.1.0	1975/2016	01/06/16	59051.001943/2016-72
ES	Santa Leopoldina	Estiagem - 1.4.1.1.0	111/2016	08/06/16	59051.001982/2016-70
MG	Formoso	Estiagem - 1.4.1.1.0	952/2016	20/06/16	59051.002091/2016-31
MG	Grão Mogol	Estiagem - 1.4.1.1.0	037/2016	14/06/16	59051.002092/2016-85
MG	Jacinto	Estiagem - 1.4.1.1.0	010	22/06/16	59051.002051/2016-99
MG	Montes Claros	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.405	06/06/16	59051.002062/2016-79
MS	Japorã	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	1.085	07/06/16	59051.002087/2016-72
MS	Paranhos	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	041	27/05/16	59051.002007/2016-89

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 15 DE JULHO DE 2016

Altera disposição da Resolução SUDECO n. 01, de 23 de novembro de 2011.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19, inciso VIII, do Regimento Interno, considerando ainda a urgência e relevância do assunto, resolve aprovar, ad referendum da Diretoria Colegiada, alteração na Resolução SUDECO n. 01 de 23 de novembro de 2011.

Alterar, nos termos desta Resolução, dispositivo previsto na Resolução SUDECO nº 1, de 22 de novembro de 2011.

Art. 1° - O item II, do art. 9º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9° - .....

I - .....

II - .....

a) O número máximo de parcelas, por convênio, serão duas;

b) Nenhuma parcela poderá ser inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto quando o valor total do convênio ou o saldo do repasse for inferior;

c) A primeira parcela deverá contemplar, no mínimo, a conclusão das seguintes etapas:

Tipo de objeto	Primeira parcela
Pavimentação	Dos serviços preliminares até a imprimação
Drenagem e pavimentação	Dos serviços preliminares até a compactação dos reaterros
Bueiros	Dos serviços preliminares até a conclusão de cada unidade
Pontes	Dos serviços preliminares até a conclusão de cada unidade
Edificações	Dos serviços preliminares até a cobertura

d) Revogado.

e) Revogado.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER ÁVILA

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 60

Dia: 15.07.2016
Hora: 16h00
Presidente Interino: Márcio de Oliveira Junior
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos.

A distribuição é realizada em blocos de modo que o processo seja sorteado aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição ocorrerá sem os nomes dos Conselheiros João Paulo de Resende e Alexandre Cordeiro, que nos últimos blocos de sorteio - nas 117ª e 118ª Sessões Ordinárias de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Ato de Concentração nº 08700.003683/2016-47

Requerentes: Partners Alpha Participações Ltda., Setee Serviços Administrativos e Participações Ltda. e Derivados do Brasil S.A.

Advogados: Amanda Bertolin Alves, Barbara Rosenberg, Marco Antonio Meneghetti, Luis Bernardo Coelho Cascão, Luiz Antonio Galvão, Maurício Maranhão de Oliveira e outros

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.004501/2016-55

Autuada: FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.

Advogados: Pedro Villas-Bôas e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos da Lei nº 12.529/2011.

MÁRCIO DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente do Conselho
Interino

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 15 de julho de 2016

Nº 835 - Processo Administrativo nº 08700.004633/2015-04 (ref. Apartado Restrito nº 08700.006640/2015-32). Representante: Cade ex officio. Representados: Banco Standard de Investimentos S.A. ("Banco Standard de Investimentos"), The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD ("Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ"), Banco Barclays S.A. ("Barclays"), Citicorp ("Citigroup"), Credit Suisse AG ("Credit Suisse"), Deutsche Bank S.A. Banco Alemão ("Deutsche Bank"), HSBC Bank PLC ("HSBC"), JPMorgan Chase Bank ("JP Morgan Chase"), Bank of America Merrill Lynch Banco Multiplo S.A. ("Merril Lynch"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), Nomura International Plc ("Nomura"), Royal Bank of Canada ("RBC"), Royal Bank of Scotland P.Ltd.Co. ("RBS"), Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. ("Standard Chartered"), UBS AG ("UBS"); Alexandre Gertel Nogueira, Alexandre Santos, Christoph Durst, Christopher Ashton, Colin Devereux, Daniel Evans, Daniel Yuzo Shimada Kajiya, Eduardo Hargreaves, Fábio Ramalho, Felipe Leitão, Fernando Pais, Frank Cahill, James Witt, James Wynne, John Erratt, José Aloisio Teles Junior, Marco Christen, Mark Clark, Martin Tschachtli, Matthew John Gardiner, Michael Weston, Niall O'Riordan, Pablo Frisanco Oliveira, Paul Nash, Renato Lustosa Giffoni, Ralf Klonowski, Richard Gibbons, Richard Usher, Rohan Ramchandani, Sergio Correa Zanini. Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Renê Guilherme da Silva Medrado, André Rossetto Daudt, Luís Henrique Perroni Fernandes, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Marcos Paulo Veríssimo, Eduardo Caminati Anders, André Alencar Porto, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovanne Cordovil, Carolina Saito, Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Marcio Dias Soares, Ana Carolina Folgosi Bittar, Maria Cecília Andrade, Ana Carolina Estevão, Francisco Ribeiro Todorov, Renata Vieira Lins Arcoverde, Fernnanda Sá Rodrigues, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Raquel Bezerra Cândido Amaral, Carlos Francisco de Magalhães, Gabriel Nogueira Dias, Cristianne Saccab Zarzur, Ana Carolina Cabana Zoricic, Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Marcos Drummond Malvar, Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti, Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcellos, José Alexandre Buaiz Neto, Vicente Coelho Araújo, Marco Aurélio Martins Barbosa, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Patrícia Agra Araujo, Patrícia Dabus Buazar Ávila, Leonardo Felisoni Torre, Aurélio Marchini Santos, Luiza Andrade Machado, Vicente Bagnoli, Fábio Medina Osório, Mariana Benjamin Costa, Fábio Eduardo Galvão e outros. Acolho a Nota Técnica nº 42 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: (i) considerando a petição SEI nº 0220455, retifica-se o polo passivo do presente processo para substituir Barclays S.A. por Barclays Plc e requer-se a apresentação de procuração, devidamente notarizada e consularizada, no prazo de 15 (quinze) dias; (ii) considerando as petições SEI nº 0188677 e 0210712, retifica-se o polo passivo do presente processo para substituir o JP Morgan Chase Bank National Association pelo JP Morgan Chase & CO e requer-se a apresentação de procuração, devidamente notarizada e consularizada, no prazo de 15 (quinze) dias; (iii) considerando a petição SEI nº 0196686, retifica-se o polo passivo do presente processo para substituir o Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. - Banco de Investimento pelo Standard Chartered Bank e requer-se a apresentação de procuração, devidamente notarizada e consularizada, no prazo de 15 (quinze) dias; (iv) considerando a petição SEI nº 0218935, retifica-se o polo passivo do presente processo para substituir o Bank of America Merrill Lynch Múltiplo S.A. pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith lncorporated.

Nº 846 - Ato de Concentração nº 08700.005138/2016-95. Requerentes: Molino Cañuelas S.A.C.I.F.I.A. e Cargill Agrícola S.A. Advogados: Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 847 - Ato de Concentração nº 08700.004963/2016-72. Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e DuPont do Brasil S.A. Advogados: Christiane Ferrero, Barbara Rosenberg e outros. Decido pela não conhecimento da operação.

Nº 850 - Ato de Concentração nº 08700.004859/2016-88. Requerentes: Penske Automotive Group, Inc., Mitsui & Co., Ltd. e Penske Truck Leasing Co., L.P.. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio M. Barbosa e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 851 - Ato de Concentração nº 08700.005000/2016-96. Requerentes: Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações e Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Advogados: Cristianne S. Zarzur e Marina C. Penna. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 852 - Ato de Concentração nº 08700.004758/2016-15. Requerentes: Sherwin-Williams S.A. e Valspar Corporation. Advogados: Olavo Zago Chinaglia, Marcello Calliari e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 853 - Ato de Concentração nº 08700.004769/2016-97. Requerentes: RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A, RBS Empresa de TVA Ltda., RBS Participações S/A, RBS Rádios - Participações S/A, Casarita Participações S/A e NC Broadcast Participações S/A. Advogados: Marcela Altale, Andrea Curi e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.005, DE 1 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28053 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI ALPHAVILLE, CNPJ nº 13.966.712/0001-01 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.097, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25591 - DPF/MCE/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRISEGUR VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.563.628/0001-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1551/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.102, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/32172 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0090-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9690 (nove mil e seiscentas e noventa) Munições calibre 38

4599 (quatro mil e quinhentas e noventa e nove) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.104, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/34463 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0090-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

45 (quarenta e cinco) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.105, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/35107 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0086-24, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.118, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28755 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BEHRING SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 10.748.912/0001-08, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.127, DE 11 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30863 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0008-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1585/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.165, DE 14 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/35580 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRUPO SEIXAS SEGURANÇA LTDA ME , CNPJ nº 11.485.204/0001-86, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ACERTO ESCOLA DE SEGURANÇA TREINAMENTO DE DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ nº 11.053.938/0001-96:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.172, DE 14 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/37795 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRÓSPERUS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 23.784.111/0001-31, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ESISEG - SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 08.229.652/0001-04:

1 (um) Revólver calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.600, DE 13 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.012739/2016-50 - SR/DPF/BA, resolve:

Autorizar a empresa PITTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.143.143/0001-15, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser PITTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 33.601, DE 13 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08096.001020/2016-63 - DPF/CAC/PR, resolve:

Autorizar a empresa SANT SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.770.785/0001-06, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser SANT SEGURANÇA - ME - EIRELI.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33602, DE 13 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.019565/2016-88 - SR/DPF/RS, resolve:

Autorizar a empresa PLÁTANO CENTRO DE TREINAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 18.302.753/0001-17, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser PLÁTANO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIA Nº 156, DE 14 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 133 de 09 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2016, e RESTABELECER os efeitos da Portaria nº 124 de 25 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2016, que SUSPENDE os efeitos da Portaria nº 57, de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2015, na parte que concede nacionalidade brasileira por naturalização a EMESE TAKÁCS, em cumprimento à decisão judicial proferida no Agravo de Instrumento nº 5021485-60.2016.4.04.0000/PR, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, interposto pela União nos autos de Ação Popular nº 5021296-34.2016.4.04.7000, em trâmite na 5ª Vara Federal de Curitiba/PR.

GUSTAVO JOSÉ MARRONE
DE CASTRO SAMPAIO

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE
Em 6 de julho de 2016

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08505066855201519, AHMED SBARGOUD, verifica-se que o endereço informado nos autos não existe, não foi localizado.

Em 8 de julho de 2016

Conheço do recurso e mantenho o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625:

Processo: 08505066826201557, ALI HASSAN MAJED, não se verifica um dos pressupostos de admissibilidade da peça recursal, qual seja, a tempestividade, haja vista que a peça recursal foi interposta fora do prazo de 30 dias, contados da data de publicação do ato no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 118, do referido diploma legal.

Em 12 de julho de 2016

Processo: 08501000951201615, CALEQUELA JOÃO TOME MANUEL, por falta de cumprimento de exigência, nos termos do art.127, § 2º, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981.

Processo: 08505035214201601, JERRY MPOYI MIANDA, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08505035184201625, FREDRICK MONSO ODEBE, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08709004845201684, HSU FU CHIEN, com fulcro no art.116, parágrafo único, da Lei 6.815/80 com redação alterada pela Lei 6.964/81.

Processo: 08505054467201676, HEBIN FANG, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08270004190201631, ANTONIO JOSÉ REGADAS MACHADO, não reside no endereço declarado nos autos.

Processo: 08505044197201695, NIYAZI TAMER ASAN, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08460.002065/2016-50, OLEKSANDR BORODIN, falta de interesse do naturalizando em dar prosseguimento no pedido, bem assim pela falta de cumprimento de exigências.

Processo: 08102010956201578, ARIANA NICOL EUGENIO VELA, falta de cumprimento de exigência, nos termos do art.127, § 2º, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981 com redação alterada pelo Decreto nº 8.757, de 10 de maio de 2016.

Processo: 08102010956201578, ARIANA NICOL EUGENIO VELA, falta de cumprimento de exigência, nos termos do art.127, § 2º, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981 com redação alterada pelo Decreto nº 8.757, de 10 de maio de 2016.

Processo: 08280026804201536, ISMAIL ABDUL RAHMAN UMAR, falta de cumprimento de exigência, nos termos do art.127, § 2º, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, com redação alterada pelo Decreto nº 8.757, de 10 de maio de 2016.

Processo: 08505066858201552, RABIH HUSSEIN EL MASRI, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08437000628201581, ALEJANDRO MARCELO LOPEZ, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08505066777201552, BUSAYO BOLANLE ADEYANJU, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Em 13 de julho de 2016

Processo: 08505066813201588, MOHAMAD AL SHEKH HASAN, não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo: 08505066730201599, GBOLAGADE FOLARIN YUSUF, não foi localizado no endereço declarado nos autos.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08460.022635/2016-28 - LI JINLU
Processo Nº 08460.000217/2016-80 - XU WEIDA
Processo Nº 08460.022101/2016-00 - JIANWU WANG
Processo Nº 08460.023425/2016-57 - YUMEI DENG
Processo Nº 08494.006662/2013-13 - MIRIAM ALEXANDRA LOPEZ QUIROZ

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO o presente processo de permanência, vez que restou provado que o estrangeiro) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505137987201451 - EBERE KINGLSEY UDENSI

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para a implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo Nº 08260.005260/2014-26 - GUILLERMO ANGEL ARIOLI COLL

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo Nº 08444.003178/2014-17 - MARCELA ANDREA PEREYRA

DEFIRO os pedidos de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08702.006495/2014-99 - EZEQUIEL RAMON ALONSO
Processo Nº 08260.002460/2016-99 - MARIA VANESA CALCAGAGNI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/05/2013, Seção 1, pág. 38, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08461.007656/2012-80 - EMMANUEL ALEJANDRO GALINDO LILLO

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências, abaixo relacionados:

Processo Nº 08270.008495/2014-51 - ALEJANDRO ESTEBAN RESSCH
Processo Nº 08437.000394/2014-91 - RAUL HECTOR FERREIRA

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de residência temporária em permanente com base no Acordo Mercosul, tendo em vista o não cumprimento da exigência formulada por esta Divisão.

Processo Nº 08102.005248/2013-53 - DIANA ISABEL ZERGA NORIEGA

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de temporário em permanente com base no Acordo Bilateral entre Brasil e Uruguai, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta divisão.

Processo Nº 08107.004247/2012-61 - LEONARDO GABRIEL RUGGIERO ALLENDE

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista a prole encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08240.007590/2016-56 - TANG JIANRONG

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08495.002941/2014-89 - GINA WILHELMINA DE KATER

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os pedidos tendo em vista que os requerentes não foram localizados(a) no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo, abaixo relacionados:

Processo Nº 08420.011085/2014-26 - JORGE ALEXANDRE NOBRE DOS SANTOS COSTA
Processo Nº 08505.044021/2016-33 - SALIOU FALL
Processo Nº 08505.044460/2016-46 - SALIOU ADAMOU
Processo Nº 08270.019176/2011-28 - PETER LYBEM
Processo Nº 08495.002631/2013-83 - PAULO MIGUEL GATO VAZ
Processo Nº 08505.017357/2016-23 - BENJAMIN LUZOCHUKWU OBASI
Processo Nº 08505.017530/2016-93 - ANTHONY IFEANYI OCHIEZE
Processo Nº 08505.034480/2016-17 - GEORGE ANTHONY NGENGE
Processo Nº 08505.034671/2016-71 - EFOE AHOLOU ASSAGBA
Processo Nº 08505.067101/2013-14 - TOCHUKWU SUNDAY EZO

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em prole brasileira, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 5º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08410.003614/2012-75 - ZHUANG KAI

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.033876/2015-39 - OLEG SALNIKOV, até 18/01/2018.
Processo Nº 08000.033849/2015-66 - RYAN CLARK VARNADO, até 30/12/2017 .
Processo Nº 08000.027510/2015-21 - NICOLA ZIGNEGO, até 21/09/2016.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os pedidos de reconsideração, e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.034064/2015-19 - ELIANE DIAMANTINO MACEDO, SEBASTAIN URSYN RAFLEWSKI, até 01/09/2017.
Processo nº 08000.034063/2015-66 VELIMIR SUDAR, até 17/08/2017.
Processo nº 08286.002526/2015-71 - MD FARUK HOSSAIN, até 28/11/2016.
Processo nº 08000.030232/2015-99 - JACEK WISNIEWSKI, até 05/03/2018.
Processo nº 08000.027681/2015-50 - HENDRIK DE HOO, até 04/11/2016.

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08000.025363/2015-54 - TOM HELGE FONNELAND
Processo Nº 08458.006431/2015-16 - CATALINO PAALA ANDAYA
Processo Nº 08000.016041/2015-14 - LYDIA MATEO CASTANEYRA
Processo Nº 08461.006206/2013-51 - ROBERT CHLUSCIK

Determino o arquivamento dos processos, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.033037/2015-11 - TOMASZ JÓZEF REISCH
Processo Nº 08000.027845/2015-49 - SHREEDHAR ALOK

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2016, Seção 1, pág.65, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.033877/2015-83 - DIDIER LOUIS VINCENT GUAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15 de abril, Seção1, pág.30, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08286.002626/2015-06 - MOHD MABIBUR RAHMAN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/03/2016, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000023603201403 - YURIY OSKIN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/10/2015, Seção 1, pág. 28, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.013074/2015-11 - KJETIL ARNE FRANTSEN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2015, Seção 1, pág. 30, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.013381/2015-93 - HELGE NEERLAND

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16 de março de 2016, Seção 1, pág. 24, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.030097/2015-81 - ANDRIY ZAKHARCHENKO

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 9 de ,Maio de 2016, Seção 1, pág. 66, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.030094/2015-48 - OLEKSANDR PROVOTOROV

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.016887/2015-54 - SERGEI PUSHKAR

Processo Nº 08000.017474/2015-97 - KIMON CHRISTODOULOU

Processo Nº 08000.017475/2015-31 - KONSTANTINOS PNEVMATIKAS

Processo Nº 08000.017476/2015-86 - EMMANUEL JR CANETE GRAN

Processo Nº 08000.017477/2015-21 - RUEL TIOTANGCO MAMAWAG

Processo Nº 08000.017479/2015-10 - FLORENCIO GUBI CUERDO

Processo Nº 08000.017481/2015-99 - PER OLAV HAUGE

Processo Nº 08000.017482/2015-33 - DAN MICHAEL GREPO PINGUE

Processo Nº 08000.017486/2015-11 - GEORSGIOS MENNIS

Processo Nº 08000.017588/2015-37 - JOSEPH FLATLEY

Processo Nº 08000.017696/2015-18 - NILO SUNIEGA BUENA

Processo Nº 08000.017699/2015-43 - JULIUS CZAR FERRER DELA CRUZ

Processo Nº 08000.017706/2015-15 - JEROEN WOLF

Processo Nº 08000.017708/2015-04 - RONIX IAN ABARIENTOS SACMAR

Processo Nº 08000.017710/2015-75 - ROBERT WILLIAM HOUGHTON

Processo Nº 08000.017832/2015-61 - JOE ROMER EBUNA BACLIG

Processo Nº 08000.018108/2015-55 - ISIDOROS STEVIS

Processo Nº 08000.018110/2015-24 - JEFRAIL WARREN LUCENO CERBAS

Processo Nº 08000.019746/2015-93 - SAVVAS VARSOS

Processo Nº 08000.019955/2015-37 - Zoran Mijalic

Processo Nº 08000.020089/2015-27 - SERGEY FETISOV

Processo Nº 08000.020151/2015-81 - SERHIY PYPENKO

Processo Nº 08000.020249/2015-38 - Oliver Castillo Gonzales

Processo Nº 08000.020250/2015-62 - Rhaynond Rivac Garcia

Processo Nº 08000.025364/2015-07 - OSWALDO SANIN NASS BLANCO

Processo Nº 08000.027665/2015-67 - SEBASTIAN MATEU GARCIA

Processo Nº 08000.030557/2015-71 - ENDER RAMON CORTEZ CASTELLANO

Processo Nº 08000.033578/2015-49 - MICHAEL BILLIOTE PACANA

Processo Nº 08000.033807/2015-25 - HANS AKE STRANDBERG

Processo Nº 08000.019958/2015-71 - JOEY MANZANO HIPOLITO

Processo Nº 08000.030432/2015-41 - PATRICE MARCEL DANIEL GAUDEMER

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no Pais, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.020142/2015-90 - LUIS BORJA HERMO OLVEIRA

Processo Nº 08000.020143/2015-34 - JOSE RAMON GONZALEZ FREIVEDO

Processo Nº 08212.007977/2015-69 - CHIA CHI CHEN

Processo Nº 08461.004351/2015-69 - IANCU TIMU

Processo Nº 08514.004762/2015-91 - YOSHIAKI ARAKI

MULLER LUIZ BORGES

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 89 DE 15 DE JULHO DE 2016

A Diretora Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: FUTURO JUNHO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Maria Augusta Ramos//Niek Koppen/Jan De Ruiter
Diretor(es): Maria Augusta Ramos
Distribuidor(es): LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.026011/2016-05
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O BOM GIGANTE AMIGO (THE BFG, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Amblin Entertainment
Diretor(es): Steven Spielberg
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08000.028935/2016-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CAFÉ SOCIETY (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Letty Aronson
Diretor(es): Woody Allen
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.028937/2016-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O GUARDIÃO 3 - VERSÃO EDITADA (THE LABRARIAM, Estados Unidos da América - 2010)
Diretor(es): Jonathan
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.039755/2015-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O VALOR DO AMOR (VALLEY OF LOVE, Bélgica / França - 2015)
Produtor(es): Les Films du Worso/LGM Productions/Scope Pictures
Diretor(es): Guillaume Nicloux
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000547/2016-11
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Série: TROMBA TREM - 3ª TEMPORADA (TROMBA TREM - EPISÓDIOS 27 AO 52, Brasil - 2015/2016)
Episódio(s): 26
Produtor(es): Felipe Tavares
Diretor(es): Zé Brandão
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000586/2016-19
Requerente: COPA STUDIO PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA

Filme: DA ALEGRIA, DO MAR E DE OUTRAS COISAS (Brasil - 2012)
Produtor(es): Ceci Alves dos Santos
Diretor(es): Ceci Alves dos Santos
Distribuidor(es): OBÁ CACAUÉ PRODUÇÕES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000594/2016-57
Requerente: CECI ALVES DOS SANTOS

Filme: PARA TER ONDE IR (Brasil - 2016)
Produtor(es): Jorane Castro/Ofir Figueiredo
Diretor(es): Jorane Castro
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000685/2016-92
Requerente: CABOCLA FILMES LTDA. - ME

Filme: AUDIO VISÃO - O FILME (Brasil - 2016)
Produtor(es): John Howard Szerman
Diretor(es): John Howard Szerman
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000707/2016-14
Requerente: DADA N ZEN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E TURISMO LTDA.-ME

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

DESPACHO DA DIRETORA
Em 14 de julho de 2016

Nº 355 - A DIRETORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 521, de 22 de abril de 2016, resolve:

Declarar o cancelamento da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do DESAFIO JOVEM EBENÉZER DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, registrado no CNPJ sob o nº 08.872.893/0001-77, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ nº 08071.029408/2014-45;

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/99 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias;

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99.

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.301, DE 15 DE JULHO DE 2016

Estabelece a suspensão do repasse de recursos ao Centro de Atenção Psicossocial do Município de Mafra (SC) provenientes da Portaria nº 3.099/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 869/SAS/MS, de 7 de dezembro de 2006, que habilita Centros de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde, republicada do Diário Oficial da União nº 96 de 21 de maio de 2013, seção 1, página 37;

Considerando a Portaria nº 3.099/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que estabelece, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios referentes ao novo tipo de financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial; e

Considerando a recomendação nº 17/2015 do Ministério Público Federal, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão da transferência de recursos referente à habilitação do Centro de Atenção Psicossocial do Município de Mafra (SC), no montante anual de R$ 241.318,65 (duzentos e quarenta e um mil trezentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos) ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, provenientes da Portaria nº 3.099/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.302, DE 15 DE JULHO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art.87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750 SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira abril de 2016, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	120033	MÂNCIO LIMA	1	0	0	1	0	8
AC	120040	RIO BRANCO	1	0	0	0	0	6
AL	270100	BOCA DA MATA	1	0	0	1	0	7
AL	270470	MARECHAL DEODORO	0	0	0	1	0	0
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1	0	0	1	0	10
AL	270642	PARICONHA	0	0	0	1	0	0
AM	130020	ATALAIA DO NORTE	1	0	0	1	0	6
AM	130406	TABATINGA	0	0	0	0	0	4
AP	160030	MACAPÁ	1	0	0	0	0	5
BA	290060	AIQUARA	1	0	0	1	0	7
BA	290135	ANDORINHA	0	0	0	1	0	0
BA	290195	APUAREMA	0	0	0	1	0	0
BA	290475	BURITIRAMA	0	0	0	1	0	0
BA	290600	CAMPO FORMOSO	1	0	0	0	0	5
BA	290820	CONCEIÇÃO DA FEIRA	0	0	0	1	0	0
BA	290860	CONDE	1	0	0	0	0	8
BA	290930	CORRENTINA	0	0	0	0	0	15
BA	290980	CRUZ DAS ALMAS	0	0	0	1	0	0
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	1	0	0	0	0	6
BA	291150	GONGOGI	1	0	0	1	0	7
BA	291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	2	0	0	1	0	10
BA	291185	HELIÓPOLIS	1	0	0	0	0	5
BA	291370	INHAMBUPE	0	0	0	1	0	0
BA	291400	IPIRÁ	0	0	0	1	0	0
BA	291470	ITABERABA	1	0	0	0	0	9
BA	291685	ITATIM	1	0	0	1	0	4
BA	291720	ITUAÇU	0	0	0	1	0	4
BA	291770	JAGUARARI	1	0	0	1	0	10
BA	291920	LAURO DE FREITAS	1	0	0	1	0	9
BA	291980	MACAÚBAS	1	0	0	0	0	8
BA	292070	MARAÚ	1	0	0	1	0	6
BA	292130	MILAGRES	1	0	0	0	0	9
BA	292145	MIRANTE	0	0	0	1	0	0
BA	292150	MONTE SANTO	2	0	0	2	0	14
BA	292230	MURITIBA	0	0	0	1	0	0
BA	292370	PARATINGA	0	0	0	1	0	0
BA	292550	PRADO	1	0	0	1	0	8
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0	0	0	1	0	0
BA	292850	SANTA TERESINHA	1	0	0	1	0	5
BA	292935	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	1	0	0	1	0	5
BA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	0	0	0	1	0	0
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0	0	0	1	0	0
BA	293170	TERRA NOVA	1	0	0	1	0	6
CE	230090	APUIARÉS	1	0	0	1	0	5
CE	230100	AQUIRAZ	0	0	0	1	0	0
CE	230120	ARACOIABA	0	0	0	0	1	0
CE	230260	CAMOCIM	0	0	0	1	0	0
CE	230330	CARIÚS	1	0	0	1	0	9
CE	230370	CAUCAIA	1	0	0	0	0	9
CE	230393	CHORÓ	0	0	0	1	0	0
CE	230410	CRATEÚS	0	0	0	1	0	0
CE	230435	FORQUILHA	0	0	0	1	0	0
CE	230440	FORTALEZA	1	0	0	2	0	3
CE	230580	IPU	0	0	0	1	0	0
CE	230640	ITAPIPOCA	1	0	0	1	0	4
CE	230660	ITATIRA	1	0	0	1	0	8
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	1	0	0	1	0	5
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	0	0	5
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	1	0	0	0	0	6
CE	230837	MIRAÍMA	1	0	0	0	0	3
CE	230960	PACAJUS	0	0	0	0	0	1
CE	231020	PARACURU	0	0	0	1	0	0
CE	231070	PENTECOSTE	0	0	0	1	0	0
CE	231130	QUIXADÁ	0	0	0	1	0	0
CE	231195	SALITRE	1	0	0	0	1	4
CE	231290	SOBRAL	1	0	0	0	0	6
CE	231355	TURURU	1	0	0	1	0	1
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	1	0	0	1	0	8
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	1	0	0	1	0	12
GO	520580	CORUMBÁ DE GOIÁS	0	0	0	1	0	0
GO	521440	NAZÁRIO	1	0	0	1	0	4
GO	521760	PLANALTINA	2	0	0	2	0	13
GO	522045	SENADOR CANEDO	1	0	0	1	0	1
MA	210325	CIDELÂNDIA	1	0	0	1	0	7
MA	210510	ICATU	1	0	0	1	0	10
MA	210530	IMPERATRIZ	1	0	0	1	0	8
MA	210990	SANTA INÊS	2	0	0	2	0	15
MA	211023	SANTANA DO MARANHÃO	1	0	0	0	0	4
MG	310160	ALFENAS	1	0	0	1	0	6
MG	310490	BAEPENDI	0	0	0	1	0	0
MG	310740	BOM DESPACHO	1	0	0	0	1	5
MG	310790	BOM REPOUSO	0	0	0	0	0	1
MG	311270	CAPITÃO ENÉAS	1	0	0	0	1	7
MG	311610	CHAPADA DO NORTE	0	0	0	1	0	0
MG	311860	CONTAGEM	1	0	0	0	0	5
MG	312087	CURRAL DE DENTRO	0	0	0	1	0	0
MG	312190	DIVINÉSIA	1	0	0	1	0	3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	312230	DIVINÓPOLIS	2	0	0	1	0	8
MG	312430	ESPINOSA	1	0	0	0	0	6
MG	312670	FRANCISCO SÁ	1	0	0	0	1	7
MG	312920	HELIODORA	0	0	0	0	0	1
MG	313190	ITABIRITO	1	0	0	0	0	9
MG	313665	JUATUBA	1	0	0	0	0	5
MG	313700	LADAINHA	0	0	0	0	1	0
MG	314200	MIRABELA	1	0	0	0	0	6
MG	314330	MONTES CLAROS	3	0	0	2	0	11
MG	314650	PAINS	0	0	0	2	0	0
MG	314710	PARÁ DE MINAS	1	0	0	2	0	5
MG	314850	PAVÃO	1	0	0	1	0	6
MG	315450	RIACHO DOS MACHADOS	1	0	0	1	0	6
MG	315550	RIO PARANAÍBA	1	0	0	0	1	6
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS	0	0	0	1	0	0
MG	315600	RIO VERMELHO	0	0	0	0	1	0
MG	315750	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	1	0	0	0	0	4
MG	315895	SANTANA DO PARAÍSO	1	0	0	0	0	7
MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	0	0	0	0	1	0
MG	316090	SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ	0	0	0	0	1	0
MG	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	1	0	0	1	0	7
MG	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS	0	0	0	1	0	0
MG	316555	SETUBINHA	1	0	0	1	0	7
MG	317047	URUANA DE MINAS	1	0	0	0	1	4
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	0	0	0	1	0	0
MS	500370	DOURADOS	1	0	0	1	0	5
MS	500470	IVINHEMA	1	0	0	1	0	7
MS	500790	SIDROLÂNDIA	1	0	0	1	0	10
MT	510130	ARENÁPOLIS	1	0	0	1	0	6
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	0	0	0	1	0	10
MT	510794	TABAPORÃ	1	0	0	1	0	12
PA	150080	ANANINDEUA	2	0	0	0	0	9
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	0	0	0	1	0	0
PA	150178	BREU BRANCO	0	0	0	1	0	0
PA	150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	1	0	0	0	0	6
PA	150240	CASTANHAL	1	0	0	1	0	7
PA	150360	ITAITUBA	0	0	0	0	1	0
PA	150490	MUANÁ	0	0	0	0	0	7
PA	150506	NOVO REPARTIMENTO	1	0	0	0	0	4
PA	150620	SALINÓPOLIS	1	0	0	1	0	4
PA	150650	SANTA ISABEL DO PARÁ	3	0	0	3	0	23
PA	150680	SANTARÉM	1	0	0	0	1	5
PA	150690	SANTARÉM NOVO	1	0	0	1	0	6
PB	250180	BAYEUX	1	0	0	1	0	10
PB	250280	BREJO DO CRUZ	1	0	0	1	0	7
PB	250350	CACIMBA DE DENTRO	0	0	0	1	0	0
PB	250600	ESPERANÇA	1	0	0	0	1	8
PB	250750	JOÃO PESSOA	1	0	0	1	0	3
PB	250770	JUAZEIRINHO	0	0	0	1	0	0
PB	251020	NOVA OLINDA	0	0	0	1	0	0
PB	251090	PAULISTA	1	0	0	1	0	5
PB	251120	PEDRAS DE FOGO	1	0	0	1	0	6
PB	251130	PIANCÓ	1	0	0	1	0	8
PB	251190	PITIMBU	1	0	0	1	0	6
PB	251370	SANTA RITA	1	0	0	1	0	6
PB	251400	SÃO JOÃO DO CARIRI	1	0	0	1	0	6
PB	251530	SAPÉ	1	0	0	2	0	4
PB	251580	SERRA REDONDA	1	0	0	1	0	6
PB	251610	SOLEDADE	0	0	0	1	0	0
PE	260060	ALAGOINHA	1	0	0	1	0	5
PE	260340	CALUMBI	0	0	0	1	0	0
PE	260520	ESCADA	0	0	0	1	0	0
PE	260660	IBIMIRIM	0	0	0	1	0	0
PE	260680	IGARASSU	1	0	0	1	0	10
PE	260730	IPUBI	1	0	0	1	0	7
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	1	0	0	2	0	7
PE	260900	MACAPARANA	1	0	0	0	0	3
PE	261070	PAULISTA	0	0	0	1	0	0
PE	261160	RECIFE	1	0	0	1	0	6
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	1	0	0	0	0	5
PE	261380	SÃO VICENTE FERRER	1	0	0	0	0	8
PE	261390	SERRA TALHADA	1	0	0	1	0	6
PE	261410	SERTÂNIA	0	0	0	1	0	0
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0	0	0	1	0	0
PI	220117	BARRA D'ALCÂNTARA	1	0	0	1	0	4
PI	220240	CAPITÃO DE CAMPOS	1	0	0	1	0	4
PI	220465	ILHA GRANDE	0	0	0	1	0	0
PI	220558	LAGOA DO PIAUÍ	0	0	0	0	1	0
PI	220820	PIO IX	0	0	0	1	0	0
PI	221005	SÃO JOSÉ DO DIVINO	0	0	0	1	0	0
PI	221100	TERESINA	3	0	0	3	0	18
PR	410030	AGUDOS DO SUL	0	0	0	0	0	1
PR	410430	CAMPO MOURÃO	1	0	0	0	0	7
PR	410550	CIANORTE	1	0	0	0	0	5
PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	1	0	0	0	1	6
PR	410965	HONÓRIO SERPA	1	0	0	1	0	3
PR	411060	IPORÃ	0	0	0	0	0	1
PR	411520	MARINGÁ	1	0	0	0	0	4
PR	411620	MORRETES	1	0	0	1	0	7
PR	411770	PALMEIRA	1	0	0	1	0	6
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0	0	0	0	0	12
PR	412065	QUARTO CENTENÁRIO	1	0	0	1	0	7
PR	412625	SARANDI	1	0	0	0	0	4
PR	412760	TIJUCAS DO SUL	1	0	0	0	1	8
RJ	330030	BARRA DO PIRAÍ	0	0	0	1	0	0
RJ	330070	CABO FRIO	1	0	0	0	0	8
RJ	330120	CARMO	1	0	0	0	0	3
RJ	330130	CASIMIRO DE ABREU	0	0	0	0	0	2
RJ	330240	MACAÉ	0	0	0	1	0	0
RJ	330250	MAGÉ	1	0	0	1	0	8
RJ	330380	PARATI	1	0	0	0	0	8
RJ	330390	PETRÓPOLIS	1	0	0	0	0	4
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	5	0	0	1	3	31
RJ	330490	SÃO GONÇALO	1	0	0	1	0	4
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	1	0	0	1	0	4
RJ	330575	TANGUÁ	0	0	0	2	0	0
RN	240380	FLORÂNIA	1	0	0	1	0	4
RN	240460	IELMO MARINHO	0	0	0	1	0	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RN	240980	PEDRO VELHO	1	0	0	1	0	6
RN	241120	SANTA CRUZ	1	0	0	1	0	5
RN	241140	SANTANA DO MATOS	0	0	0	1	0	0
RN	241170	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	1	0	0	1	0	4
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1	0	0	1	0	6
RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	1	0	0	1	0	2
RR	140010	BOA VISTA	0	0	0	0	0	1
RS	430175	BARÃO DO TRIUNFO	0	0	0	1	0	0
RS	431205	MARQUES DE SOUZA	1	0	0	0	0	4
RS	431306	NOVA HARTZ	0	0	0	1	0	0
RS	431340	NOVO HAMBURGO	1	0	0	0	0	4
RS	432220	TUPANCIRETÃ	1	0	0	1	0	4
RS	432240	URUGUAIANA	1	0	0	0	0	11
SC	420195	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	0	0	0	0	0	1
SC	420240	BLUMENAU	1	0	0	0	0	4
SC	420460	CRICIÚMA	3	0	0	0	0	11
SC	420610	GRÃO PARÁ	1	0	0	1	0	6
SC	420640	GUARACIABA	1	0	0	1	0	5
SC	420700	IÇARA	1	0	0	0	0	5
SC	420830	ITAPEMA	2	0	0	2	0	11
SC	421010	MAFRA	0	0	0	0	0	5
SC	421220	PAPANDUVA	1	0	0	1	0	6
SC	421400	PRESIDENTE GETÚLIO	1	0	0	0	0	6
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	1	0	0	1	0	7
SC	421800	TIJUCAS	0	0	0	1	0	0
SC	421870	TUBARÃO	1	0	0	1	0	6
SE	280030	ARACAJU	0	0	0	0	0	1
SE	280160	CEDRO DE SÃO JOÃO	0	0	0	1	0	0
SE	280550	POÇO VERDE	0	0	0	1	0	0
SE	280750	TOMAR DO GERU	1	0	0	1	0	6
SP	350360	AREIÓPOLIS	1	0	0	1	0	5
SP	351350	CUBATÃO	0	0	0	1	0	0
SP	351380	DIADEMA	1	0	0	1	0	4
SP	351760	GUAPIARA	1	0	0	1	0	4
SP	351870	GUARUJÁ	1	0	0	0	0	5
SP	351880	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	352720	LORENA	0	0	0	1	0	0
SP	352740	LUCÉLIA	1	0	0	1	0	7
SP	353870	PIRACICABA	1	0	0	0	0	6
SP	353920	PIRAPOZINHO	1	0	0	0	0	8
SP	354170	QUATÁ	0	0	0	1	0	0
SP	354300	RIBEIRÃO BRANCO	1	0	0	1	0	5
SP	354940	SÃO JOAQUIM DA BARRA	1	0	0	0	0	5
SP	355030	SÃO PAULO	2	0	0	0	0	11
SP	355100	SÃO VICENTE	0	0	0	0	0	1
TO	170755	FÁTIMA	1	0	0	1	0	6
TO	172100	PALMAS	1	0	0	0	0	6
TO	171820	PORTO NACIONAL	1	0	0	1	0	5
TOTAL		243	178	0	0	177	20	1120

PORTARIA Nº 1.303, DE 15 DE JULHO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira maio de 2016, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	120033	MÂNCIO LIMA	1	0	0	1	0	8
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	1	0	0	1	0	7
AL	270430	MACEIÓ	0	0	0	0	0	1
AL	270470	MARECHAL DEODORO	0	0	0	1	0	0
AL	270770	RIO LARGO	0	0	0	0	0	1
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	1	0	0	1	0	6
AM	130250	MANACAPURU	1	0	0	1	0	10
AM	130395	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	0	0	0	1	0	0
AM	130426	UARINI	1	0	0	0	0	11
AP	160030	MACAPÁ	1	0	0	0	0	5
BA	290040	ÁGUA FRIA	2	0	0	1	0	10
BA	290135	ANDORINHA	0	0	0	1	0	0
BA	290370	BOA NOVA	0	0	0	1	0	0
BA	290460	BRUMADO	2	0	0	2	0	9
BA	290570	CAMAÇARI	1	0	0	1	0	10
BA	290650	CANDEIAS	0	0	0	1	0	0
BA	290860	CONDE	2	0	0	0	0	15
BA	290970	CRISTÓPOLIS	1	0	0	1	0	6
BA	291010	DOM BASÍLIO	1	0	0	1	0	7
BA	291060	ESPLANADA	2	0	0	2	0	16
BA	291150	GONGOGI	1	0	0	1	0	7
BA	291210	IBICARAÍ	0	0	0	1	0	0
BA	291300	IBITIARA	0	0	0	1	0	0
BA	291370	INHAMBUPE	0	0	0	1	0	0
BA	291400	IPIRÁ	0	0	0	1	0	0
BA	291470	ITABERABA	1	0	0	0	0	9
BA	291590	ITANAGRA	1	0	0	0	0	4
BA	292150	MONTE SANTO	0	0	0	1	0	0
BA	292590	QUIJINGUE	1	0	0	0	0	8
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0	0	0	1	0	0
BA	292700	RIO REAL	1	0	0	1	0	8
BA	292790	SANTA INÊS	0	0	0	1	0	0
BA	292890	SÃO DESIDÉRIO	0	0	0	1	0	0
BA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	0	0	0	1	0	0
CE	230040	AIUABA	1	0	0	0	0	8
CE	230100	AQUIRAZ	1	0	0	2	0	5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	230120	ARACOIABA	0	0	0	0	1	0
CE	230150	ARNEIROZ	1	0	0	1	0	6
CE	230280	CANINDÉ	0	0	0	1	0	0
CE	230370	CAUCAIA	1	0	0	0	0	10
CE	230470	GRANJA	1	0	0	1	0	9
CE	230580	IPU	0	0	0	1	0	0
CE	230590	IPUEIRAS	0	0	0	1	0	0
CE	230640	ITAPIPOCA	0	0	0	2	0	0
CE	230840	MISSÃO VELHA	1	0	0	1	0	4
CE	231030	PARAMBU	1	0	0	0	0	8
CE	231070	PENTECOSTE	0	0	0	1	0	0
CE	231160	REDENÇÃO	0	0	0	0	1	0
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	1	0	0	1	0	8
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	0	0	0	1	0	0
GO	520013	ACREÚNA	1	0	0	1	0	10
GO	520993	INACIOLÂNDIA	0	0	0	1	0	0
GO	521450	NERÓPOLIS	0	0	0	1	0	0
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	1	0	0	1	0	4
GO	522045	SENADOR CANEDO	1	0	0	1	0	5
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	1	0	0	0	0	6
MA	210235	BURITIRANA	1	0	0	0	0	7
MA	210300	CAXIAS	1	0	0	1	0	4
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	0	0	0	0	0	1
MA	210530	IMPERATRIZ	1	0	0	0	0	6
MA	210596	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	0	0	0	1	0	0
MA	210825	PEDRO DO ROSÁRIO	1	0	0	1	0	9
MA	210840	PERI MIRIM	1	0	0	1	0	8
MA	210960	ROSÁRIO	0	0	0	0	1	0
MA	211245	TURILÂNDIA	1	0	0	1	0	11
MA	211290	VITÓRIA DO MEARIM	0	0	0	1	0	0
MG	310160	ALFENAS	1	0	0	1	0	6
MG	310230	ALVINÓPOLIS	2	0	0	2	0	10
MG	310620	BELO HORIZONTE	1	0	0	0	0	4
MG	310670	BETIM	1	0	0	0	0	6
MG	310870	BRÁS PIRES	1	0	0	0	0	3
MG	310860	BRASÍLIA DE MINAS	1	0	0	0	1	6
MG	311170	CANAÃ	1	0	0	0	1	7
MG	311270	CAPITÃO ENÉAS	1	0	0	0	1	7
MG	311550	CAXAMBU	0	0	0	1	0	0
MG	311680	COLUNA	0	0	0	1	0	0
MG	311860	CONTAGEM	3	0	0	1	0	12
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	1	0	0	0	0	6
MG	311950	CORONEL MURTA	0	0	0	0	1	0
MG	312015	CRISÓLITA	0	0	0	1	0	0
MG	312087	CURRAL DE DENTRO	0	0	0	1	0	0
MG	312350	DOURADOQUARA	0	0	0	1	0	0
MG	312400	ERVÁLIA	1	0	0	1	0	6
MG	312690	FREI INOCÊNCIO	1	0	0	1	0	4
MG	312750	GONZAGA	1	0	0	0	1	8
MG	313010	IGARAPÉ	1	0	0	1	0	5
MG	313580	JEQUITINHONHA	0	0	0	1	0	0
MG	313750	LAGOA FORMOSA	1	0	0	0	0	7
MG	314200	MIRABELA	2	0	0	0	0	10
MG	314670	PALMA	1	0	0	0	1	5
MG	314675	PALMÓPOLIS	1	0	0	1	0	9
MG	314710	PARÁ DE MINAS	0	0	0	1	0	0
MG	314930	PEDRO LEOPOLDO	1	0	0	0	0	5
MG	314990	PERDÕES	1	0	0	1	0	6
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	3	0	0	0	0	19
MG	315550	RIO PARANAÍBA	1	0	0	0	1	6
MG	315600	RIO VERMELHO	0	0	0	0	1	0
MG	315850	SANTANA DE PIRAPAMA	1	0	0	0	0	7
MG	316020	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	1	0	0	1	0	7
MG	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	0	0	0	1	0	0
MG	316553	SARZEDO	1	0	0	0	1	9
MG	316555	SETUBINHA	1	0	0	1	0	7
MG	316870	TIMÓTEO	0	0	0	0	0	1
MG	317020	UBERLÂNDIA	1	0	0	1	0	6
MS	500100	APARECIDA DO TABOADO	0	0	0	0	0	1
MS	500370	DOURADOS	1	0	0	1	0	5
MS	500710	RIBAS DO RIO PARDO	1	0	0	1	0	6
MT	510025	ALTA FLORESTA	1	0	0	1	0	7
MT	510780	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	1	0	0	1	0	10
PA	150080	ANANINDEUA	3	0	0	2	0	15
PA	150140	BELÉM	1	0	0	0	0	7
PA	150200	CACHOEIRA DO ARARI	1	0	0	1	0	5
PA	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1	0	0	0	0	4
PA	150340	INHANGAPI	1	0	0	2	0	5
PA	150370	ITUPIRANGA	0	0	0	1	0	0
PA	150506	NOVO REPARTIMENTO	1	0	0	0	0	4
PA	150655	SANTA LUZIA DO PARÁ	1	0	0	0	0	7
PA	150747	SÃO JOÃO DE PIRABAS	1	0	0	1	0	12
PA	150810	TUCURUÍ	0	0	0	0	1	0
PA	150815	URUARÁ	0	0	0	1	0	0
PB	250030	ALAGOA GRANDE	1	0	0	1	0	8
PB	250140	BAÍA DA TRAIÇÃO	1	0	0	1	0	6
PB	250460	CONDE	1	0	0	1	0	2
PB	250690	ITABAIANA	1	0	0	1	0	6
PB	250710	ITAPOROROCA	1	0	0	1	0	9
PB	250750	JOÃO PESSOA	1	0	0	1	0	7
PB	251080	PATOS	1	0	0	1	0	5
PB	251150	PILAR	0	0	0	1	0	0
PB	251274	RIACHÃO	1	0	0	1	0	5
PB	251370	SANTA RITA	4	0	0	4	0	23
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	1	0	0	1	0	3
PB	251530	SAPÉ	3	0	0	4	0	15
PB	251550	SERRA BRANCA	1	0	0	1	0	5
PB	251620	SOUSA	0	0	0	1	0	0
PB	251670	TEIXEIRA	1	0	0	1	0	6
PE	260040	ÁGUA PRETA	0	0	0	1	0	0
PE	260200	BODOCÓ	1	0	0	1	0	6
PE	260345	CAMARAGIBE	1	0	0	0	0	7
PE	260410	CARUARU	1	0	0	1	0	7
PE	260450	CHÃ GRANDE	0	0	0	1	0	0
PE	260520	ESCADA	0	0	0	1	0	0
PE	260690	IGUARACI	0	0	0	1	0	0
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	3	0	0	0	0	16
PE	261070	PAULISTA	3	0	0	2	0	34

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PE	261220	SALGUEIRO	1	0	0	1	0	7
PE	261350	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	0	0	0	1	0	0
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0	0	0	1	0	0
PI	220205	CABECEIRAS DO PIAUÍ	1	0	0	1	0	7
PI	220558	LAGOA DO PIAUÍ	0	0	0	0	1	0
PI	220770	PARNAÍBA	0	0	0	1	0	0
PI	221110	UNIÃO	0	0	0	1	0	0
PR	410030	AGUDOS DO SUL	2	0	0	0	0	10
PR	410105	ANAHY	0	0	0	0	1	0
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA	1	0	0	0	1	5
PR	410430	CAMPO MOURÃO	1	0	0	1	0	5
PR	410550	CIANORTE	1	0	0	1	0	6
PR	410690	CURITIBA	1	0	0	1	0	3
PR	410720	DOIS VIZINHOS	1	0	0	0	0	5
PR	411060	IPORÃ	0	0	0	0	0	1
PR	411095	ITAIPULÂNDIA	1	0	0	1	0	6
PR	411820	PARANAGUÁ	1	0	0	0	0	7
PR	411840	PARANAVAÍ	1	0	0	0	0	5
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0	0	0	0	0	12
PR	412350	SANTA HELENA	0	0	0	1	0	0
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0	0	0	0	0	1
PR	412760	TIJUCAS DO SUL	1	0	0	0	1	8
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0	0	0	1	0	0
RJ	330020	ARARUAMA	0	0	0	1	0	0
RJ	330030	BARRA DO PIRAÍ	0	0	0	1	0	0
RJ	330040	BARRA MANSA	1	0	0	0	0	7
RJ	330070	CABO FRIO	1	0	0	0	0	8
RJ	330120	CARMO	1	0	0	0	0	4
RJ	330130	CASIMIRO DE ABREU	0	0	0	0	0	2
RJ	330250	MAGÉ	3	0	0	2	0	15
RJ	330330	NITERÓI	1	0	0	0	0	1
RJ	330380	PARATI	1	0	0	0	0	8
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	1	0	0	0	1	6
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	1	0	0	1	0	4
RJ	330580	TERESÓPOLIS	2	0	0	0	0	12
RN	240240	CARNAÚBA DOS DANTAS	1	0	0	2	0	4
RN	240800	MOSSORÓ	0	0	0	1	0	0
RN	241140	SANTANA DO MATOS	1	0	0	1	0	5
RN	241170	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	1	0	0	1	0	4
RN	241400	TANGARÁ	1	0	0	1	0	5
RO	110040	ALTO PARAÍSO	1	0	0	0	0	8
RO	110030	VILHENA	1	0	0	0	0	7
RR	140010	BOA VISTA	1	0	0	0	0	6
RR	140017	CANTÁ	1	0	0	1	0	10
RS	430175	BARÃO DO TRIUNFO	0	0	0	1	0	0
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	1	0	0	1	0	6
RS	430380	CAMPINAS DO SUL	1	0	0	0	0	4
RS	430400	CAMPO NOVO	1	0	0	0	0	6
RS	430640	DOIS IRMÃOS	1	0	0	0	0	2
RS	431162	LINDOLFO COLLOR	0	0	0	1	0	0
RS	431205	MARQUES DE SOUZA	2	0	0	0	0	9
RS	431215	MATO LEITÃO	1	0	0	0	0	4
RS	432240	URUGUAIANA	1	0	0	0	0	11
SC	420460	CRICIÚMA	1	0	0	0	0	2
SC	420610	GRÃO PARÁ	2	0	0	2	0	10
SC	420700	IÇARA	1	0	0	0	0	5
SC	420930	LAGES	2	0	0	1	0	11
SC	420960	LAURO MULLER	1	0	0	1	0	5
SC	421020	MAJOR GERCINO	1	0	0	0	0	7
SC	421507	RIQUEZA	0	0	0	1	0	0
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	0	0	0	0	0	1
SC	421725	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0	0	0	1	0	0
SC	421890	URUBICI	0	0	0	1	0	0
SE	280030	ARACAJU	0	0	0	0	0	1
SE	280550	POÇO VERDE	0	0	0	1	0	0
SE	280570	PROPRIÁ	0	0	0	1	0	0
SE	280760	UMBAÚBA	0	0	0	1	0	0
SP	350360	AREIÓPOLIS	1	0	0	1	0	5
SP	350570	BARUERI	1	0	0	0	1	4
SP	351350	CUBATÃO	0	0	0	1	0	0
SP	351380	DIADEMA	0	0	0	1	0	0
SP	351740	GUAIRÁ	1	0	0	1	0	6
SP	351760	GUAPIARA	1	0	0	1	0	4
SP	351880	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	352170	ITABERÁ	1	0	0	0	0	6
SP	354320	RIBEIRÃO DO SUL	0	0	0	0	0	4
SP	354380	RINÓPOLIS	1	0	0	0	0	7
SP	354780	SANTO ANDRÉ	1	0	0	0	0	6
SP	354850	SANTOS	1	0	0	0	0	8
SP	354940	SÃO JOAQUIM DA BARRA	0	0	0	0	0	1
SP	354960	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	1	0	0	1	0	4
SP	355030	SÃO PAULO	1	0	0	0	0	6
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	1	0	0	0	0	6
TO	171820	PORTO NACIONAL	1	0	0	1	0	6
TO	172210	XAMBIOÁ	1	0	0	1	0	5
TOTAL		229	176	0	0	159	19	1105

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.304, DE 15 DE JULHO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Formigueiro (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu Anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira maio de 2016, a transferência do incentivo financeiro referente às equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal do Município de Formigueiro (RS), em virtude de irregularidades/impropriedades constantes no Relatório de Fiscalização nº 40009, oriundo da Controladoria-Geral da União especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) equipe de Saúde da Família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 1.305, DE 15 DE JULHO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Matias Barbosa (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu Anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira maio de 2016, a transferência do incentivo financeiro referente às Equipe de Saúde da Família e de Saúde Bucal do Município de Matias Barbosa (MG), em virtude de irregularidades/impropriedades apontadas no Relatório de Fiscalização nº 40025, oriundo da Controladoria Geral da União, especialmente no que tange a descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõe as equipes de Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) equipe de Saúde da Família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 1.306, DE 15 DE JULHO DE 2016

Revoga a Portaria nº 1.344/GM/MS, de 29 de junho de 2012, que habilitou a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II, nova) do Município de Alvorada (RS), por descumprimento de prazo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS de 4 de março de 2013, que define as diretrizes para implantação do componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal; e

Considerando os Ofícios nº 84 e 85 de 2016, da Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada (RS) e a Nota Técnica nº 163/2016/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1.344/GM/MS, de 29 de junho de 2012, que habilitou a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II, nova) do Município de Alvorada (RS), por descumprimento de prazo, conforme descrito no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica determinado que a Secretaria de Atenção à Saúde adote os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Alvorada (RS), para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	Município	Programa	Categoria	Descrição	Proposta	SIPAR	Portaria de Habilitação	Valor da Proposta	Valor Repassado
RS	Alvorada	2010	PAC2 NOVA	UPA 24h Porte II	88000.906000/1120-07	25000.105432/2012-89	PT 1.344/GM/MS, de 29/06/2012	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00

PORTARIA Nº 1.307, DE 15 DE JULHO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Jenipapo de Minas (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira maio de 2016, a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, do Município de Jenipapo de Minas (MG), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais no âmbito da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária e irregularidades junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) equipes de Saúde da Família, 2 (duas) Equipes de Saúde Bucal modalidade I e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

RETIFICAÇÕES

No caput e no art. 1º da Portaria nº 451/GM/MS, de 16 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 52, de 17 de março de 2011, Seção 1, página 38.

onde se lê:

Habilita o Município de Recife (PE) a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Avançado destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 da Central de Regulação Médica Regional do Metropolitano do Recife (PE).

Art. 1º Habilitar o Município de Recife (PE) a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Avançado destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional Metropolitano de Recife (PE), conforme especificado a seguir:

Município para repasse	Unidade de Suporte Básico (USA)	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Recife (PE)	01	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00

leia-se:

Habilita o Município de Recife (PE) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Equipe de Aeromédico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Metropolitano do Recife (PE).

Art. 1º Fica habilitado o Município de Recife (PE) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Equipe de Aeromédico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional Metropolitano do Recife (PE), conforme especificado a seguir:

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Número Proposta	Valor do repasse mensal	Valor do repasse anual
PE	Recife	2611606	7560214	Equipe de Aeromédico	25000.030938/2011-46	8246	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00

No art. 2º da Portaria nº 800/GM/MS, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 76, de 22 de abril de 2016, Seção 1, Página 82, onde se lê: "Município de São Paulo", leia: "Municípios de São Paulo".

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.060, DE 14 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a revogação do inciso IV, art. 1º da Resolução Operacional nº 1.926, de 21 de outubro de 2015.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86 do Regimento Interno aprovado pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no inciso IV, art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e considerando a satisfação dos requisitos econômico-financeiros e o avanço da satisfação dos demais requisitos para obtenção de autorização de funcionamento, em especial a adoção de providências para adequação ao disposto no art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, demonstrada nos autos do processo administrativo nº 33902.060700/2005-61, em reunião ordinária de 19 de maio de 2015, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197 de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Revoga-se o inciso IV, art. 1º da Resolução Operacional nº 1.926, de 21 de outubro de 2015, que determinou a suspensão de comercialização de planos ou produtos da operadora FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER, registro nº 33.995-4, inscrita no CNPJ nº 19.878.404/0001-00.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 15 DE JULHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 441ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 06 de abril de 2016, aprovou os Despacho 0363/2016, pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, no seguinte processo administrativo de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$).
33902.150173/2016-39	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S/A	000027	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8285176	R$ 512.290,89 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 8.538,18).

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 445ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 1 de junho de 2016, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$).
33902.451046/2016-54	VITALLIS SAÚDE S/A	413038	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9069101	R$ 578.265,48(pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.637,76).
33902.447638/2016-71	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA	302091	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8477914	R$ 827.194,46(pagáveis em 60 parcelas de R$ 13.786,57).
33902.450274/2016-15	SAMP ESPÍRITO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	342033	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9075221	R$ 604.124,98 (pagáveis em 20 parcelas de R$ 30.206,25).
33902.450288/2016-21	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC. COOP. SERV. MED. E HOSP. LTDA	343731	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9070647	R$ 586.285,43 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.771,42).
33902.450242/2016-10	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9070048	R$ 3.978,989,42 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 66.316,49).
33902.451224/2016-47	MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A	348520	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9071758	R$ 546.089,84 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.101,50).
33902.446011/2016-01	MEMORIAL SAÚDE	373010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8733842	R$ 598,660,85 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.977,68).
33902.447653/2016-10	FUNDAÇÃO WALDEMAR BARNSLEY PESSOA	319147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8579660	R$ 540,734,08 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.012,23).
33902.446972/2016-16	UNIMED DE FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA	317144	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8715847	R$ 1.267.945,05 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 21.132,42).
33902.437273/2016-77	MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A	348520	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8622773	R$ 654.332,48 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.905,54).
33902.437226/2016-23	VITALLIS SAÚDE S/A	413038	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8607861	R$ 1.186.144,83 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 19.769,08).
33902.442872/2016-11	CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO	303623	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8594300	R$ 703.947,08 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.732,45).
33902.446035/2016-52	UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	357391	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 8724405	R$ 1.426.381,69 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 237.730,28).
33902.445169/2016-56	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9039608	R$ 1.048.977,06 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 17.482,95).
33902.445995/2016-03	CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - CAPESESP	324477	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 9006776	R$ 1.097.145,24 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 18.285,75).

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 585, DE 14 DE JULHO DE 2016

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII, art. 53, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91

25743.085816/2008-06 - AIS:112954/08-6 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 9.000,00 (nove mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 025/2015, realizada no dia 03/12/2015.

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91

25743.676925/2010-62 - AIS:895099/10-7 - GGPAF/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por nulidade do auto de infração sanitária, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 005/2016, realizada no dia 08/03/2016.

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91

25743.225049/2007-95 - AIS:286959/07-4 - GGPAF/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por nulidade do auto de infração sanitária, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 006/2015, realizada no dia 19/03/2015.

AUTUADO: AJA EMPREENDIMENTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 08.922.172/0005-58

25743.229077/2011-14 - AIS:319661/11-5 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 3.000,00 (tres mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15

25759.402039/2006-20 - AIS:538475/06-3 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 314/2016, prolatada em 03/05/2016.

AUTUADO: BISTRO FOOD SERVICE LTDA. CNPJ/CPF: 07.052.925/0004-78

25759.521162/2011-12 - AIS:731040/11-4 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 3.000,00 (tres mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 001/2016, realizada no dia 21/01/2016.

AUTUADO: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ/CPF: 60.831.658/0001-77

25351.005301/2010-61 - AIS:006908/10-6 - GFIMP/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 70.000,00 (setenta mil reais), além de proibição de propaganda irregular, decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 213/2016, prolatada em 21/03/2016.

AUTUADO: BRASTERAPICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 46.179.008/0001-68

25351.001561/2010-91 - AIS:002164/10-4 - GFIMP/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), além de proibição de propaganda, decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 216/2016, prolatada em 22/03/2016.

AUTUADO: BRIGHT STAR BUSINESS CORP. DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.292.882/0001-67

25759.060708/2011-76 - AIS:084333/11-4 - GGPAF/ANVISA

25759.060712/2011-23 - AIS:084337/11-7 - GGPAF/ANVISA

Proveu parcialmente o recurso interposto reconhecendo a nulidade da decisão anteriormente proferida e determinando o desapensamento dos processos, retornando os autos à área técnica para novo julgamento, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 003/2016, realizada no dia 18/02/2016.

AUTUADO: CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 31.274.384/0001-64

25351.334456/2010-95 - AIS:435140/10-1 - GGIMP1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 40.000,00 (quarenta mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 216/2016, prolatada em 22/03/2016.

AUTUADO: COFFEE SHOP DO AEROPORTO LTDA CNPJ/CPF: 02.301.599/0003-90

25763.107689/2011-01 - AIS:148789/11-2 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 001/2016, realizada no dia 21/01/2016.

AUTUADO: COMERCIAL NACIONAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 00.142.916/0001-86

25767.067212/2013-25 - AIS:0095269/13-9 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 213/2016, prolatada em 21/03/2016.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS CNPJ/CPF: 58.125.174/0002-03

25759.665367/2008-05 - AIS:856943/08-6 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 262/2015, realizada no dia 04/09/2015.

AUTUADO: COOPERVISION DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 04.998.723/0001-82

25759.644972/2012-27 - AIS:0924754/12-8 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de advertência, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: CORMACK MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 01.956.427/0001-20

25752.150254/2006-08 - AIS:201641/06-9 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 18.000,00 (dezoito mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 353/2016, prolatada em 09/05/2016.

AUTUADO: DOTAGNA COMÉRCIO E SISTEMAS LTDA. CNPJ/CPF: 07.934.736/0001-86

25351.218901/2009-98 - AIS:281848/09-5 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 7.000,00 (sete mil reais), além de proibição de propaganda irregular, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A CNPJ/CPF: 06.626.253/0102-03

25351.235296/2010-68 - AIS:309543/10-6 - GGIMP1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 20.000,00 (vinte mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 091/2016, prolatada em 29/01/2016.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0002-00

25351.536715/2012-15 - AIS:0769100/12-9 - GGPAF/ANVISA

25351.504404/2012-60 - AIS:0723156/12-3 - GGPAF/ANVISA

Proveu parcialmente o recurso interposto reconhecendo a nulidade da decisão anteriormente proferida e determinando o desapensamento dos processos, retornando os autos à área técnica para novo julgamento, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65

25759.211679/2008-94 - AIS:268020/08-3 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 351/2016, prolatada em 06/05/2016.

AUTUADO: EPPENDORF DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 03.010.937/0001-36

25767.369844/2013-39 - AIS:0520180/13-2 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 4.000,00 (quatro mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 218/2016, prolatada em 22/03/2016.

AUTUADO: ESTORIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TOUCADOR LTDA CNPJ/CPF: 52.662.657/0001-18

25351.589664/2007-31 - AIS:735857/07-1 - GFIMP/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: F C BRINGEL DE LIMA - ME CNPJ/CPF: 04.889.801/0002-91

25351.606705/2010-73 - AIS:800601/10-6 - GGIMP1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: FARMAIS FRANCHISING S/A CNPJ/CPF: 00.259.932/0001-53

25351.530370/2008-83 - AIS:691948/08-1 - GGPRO/ANVISA

Prover Parcialmente O Recurso Interposto Minorando A Penalidade De Multa Anteriormente Aplicada Para A Penalidade De Multa No Valor De R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), Além De Proibição De Propaganda Irregular, Decisão, Por Unanimidade, Em Reunião Ordinária Pública - Rop 005/2016, Realizada No Dia 08/03/2016.

AUTUADO: FERNANDO OLANDA CAVALCANTE CNPJ/CPF: 04.776.951/0001-08

25753.353319/2008-19 - AIS:446107/08-0 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto alterando a penalidade anteriormente aplicada para penalidade de advertência, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 025/2015, realizada no dia 03/12/2015.

AUTUADO: GALENA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 57.442.774/0001-90

25759.368802/2012-21 - AIS:0527228/12-9 - GGPAF/ANVISA

Proveu parcialmente o recurso interposto reconhecendo a nulidade da decisão anteriormente proferida e determinando que a área julgadora profira nova decisão, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 004/2016, realizada no dia 23/02/2016.

AUTUADO: GALENA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 57.442.774/0001-90

25759.235127/2008-71 - AIS:298200/08-5 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 299/2016, prolatada em 26/04/2016.

AUTUADO: GERBRÁS QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 47.479.852/0001-77

25759.067032/2003-12 - AIS:250954/03-7 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 315/2016, prolatada em 03/05/2016.

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO QUIMETAL SA CNPJ/CPF: 27.240.464/0001-21

25759.507366/2007-58 - AIS:639069/07-2 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 4.000,00 (quatro mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: INTRA-LOCK IND. COM. IMP. EXP. DE PRODUTOS IMPLANTOLÓGICOS LTDA CNPJ/CPF: 72.953.003/0001-50

25759.510888/2011-89 - AIS:716644/11-3 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 092/2016, prolatada em 29/01/2016.

AUTUADO: INFORPRINT PRICE EDITORA CNPJ/CPF: 04.527.118/0001-23

25351.440580/2008-81 - AIS:581628/08-9 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto, mantendo-se, contudo, a penalidade de multa no valor de r$ 5.000,00 (cinco mil reais), além de proibição de propaganda irregular, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ/CPF: 17.159.229/0001-76

25351.104501/2009-88 - AIS:132808/09-5 - GGPRO/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), além de proibição de propaganda irregular, decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 216/2016, prolatada em 22/03/2016.

AUTUADO: LIBRA TERMINAIS S.A. CNPJ/CPF: 33.813.452/0017-09

25767.200243/2013-24 - AIS:0284660/13-8 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 213/2016, prolatada em 21/03/2016.

AUTUADO: LIDIANE VIEIRA ROCHA DE MOURA LEAL CNPJ/CPF: 09.405.946/0001-02

25351.618624/2009-12 - AIS:804189/09-0 - GFIMP/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 2.000,00 (dois mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 012/2016, prolatada em 07/01/2016.

AUTUADO: MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. CNPJ/CPF: 17.875.154/0001-20

25351.051732/2004-41 - AIS:125537/04-1 - GFIMP/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: MERCK S/A CNPJ/CPF: 33.069.212/0010-75

25759.158514/2013-80 - AIS:0224807/13-7 - GGPAF/ANVISA

25759.076593/2013-04 - AIS:0108769/13-0 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 280/2016, prolatada em 15/04/2016.

AUTUADO: PORTO DO RECIFE S/A CNPJ/CPF: 04.417.870/0001-11

25757.687420/2009-70 - AIS:127636/09-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de advertência, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: QUICK LINK SERVIÇOS AUXILIARES DA AVIAÇÃO CIVIL LTDA CNPJ/CPF: 01.623.475/0001-05

25759.116591/2012-14 - AIS:0167585/12-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de advertência, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 002/2016, realizada no dia 28/01/2016.

AUTUADO: R. VIEIRA BATISTA & CIA LTDA - ME CNPJ/CPF: 09.029.668/0001-36

25351.570107/2010-28 - AIS:751615/10-1 - GFIMP1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 7.000,00 (sete mil reais), além de proibição de propaganda irregular, decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 091/2016, prolatada em 29/01/2016.

AUTUADO: DDDRIN SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO DOMICILIAR CNPJ/CPF: 05.095.596/0001-74

25759.193687/2008-41 - AIS:245192/08-1 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 395/2016, prolatada em 31/05/2016.

AUTUADO: SABUGÍ LOGÍSTICA LTDA CNPJ/CPF: 44.804.185/0001-62

25759.228106/2008-08 - AIS:289005/08-4 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 314/2016, prolatada em 03/05/2016.

AUTUADO: SADIA S/A CNPJ/CPF: 20.730.099/0040-09

25751.070087/2006-14 - AIS:091152/06-6 - GGPAF/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por insubsistência do auto de infração sanitária, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 006/2015, realizada no dia 19/03/2015.

AUTUADO: SADIA S/A CNPJ/CPF: 20.730.099/0040-09

25741.114428/2007-71 - AIS:146090/07-1 - GGPAF/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por insubsistência do auto de infração sanitária, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 006/2015, realizada no dia 19/03/2015.

AUTUADO: SANTANA S/A DROGARIA FARMACIAS CNPJ/CPF: 15.103.047/0020-58

25351.243378/2010-82 - AIS:320178/10-3 - GGFIS/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 213/2016, prolatada em 21/03/2016.

AUTUADO: SPA DO BRASIL S/A CNPJ/CPF: 01.960.676/0001-90

25759.606898/2007-77 - AIS:756390/07-6 - GGPAF/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por insubsistência do auto de infração sanitária, decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 005/2016, realizada no dia 08/03/2016.

AUTUADO: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA CNPJ/CPF: 33.136.896/0001-90

25351.302597/2009-70 - AIS:388202/09-1 - GGPAF/ANVISA

25351.302644/2009-14 - AIS:388272/09-1 - GGPAF/ANVISA

25351.302634/2009-96 - AIS:388259/09-4 - GGPAF/ANVISA

25351.302620/2009-68 - AIS:388235/09-7 - GGPAF/ANVISA

Proveu parcialmente o recurso interposto reconhecendo a nulidade da decisão anteriormente proferida e determinando o desapensamento dos processos, retornando os autos à área técnica, a fim de que seja proferida nova decisão com uma avaliação individualizada de cada infração cometida., decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 005/2016, realizada no dia 08/03/2016.

AUTUADO: UCI - FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 48.396.378/0001-82

25351.387569/2009-05 - AIS:500591/09-4 - GGFIS/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de multa no valor de r$ 100.000,00 (cem mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 004/2016, realizada no dia 23/02/2016.

AUTUADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS CNPJ/CPF: 17.217.985/0001-04

25761.584010/2011-81 - AIS:819181/11-6 - GGPAF/ANVISA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para a penalidade de advertência, além de multa no valor de r$ 6.000,00 (seis mil reais), decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - rop 001/2016, realizada no dia 21/01/2016.

AUTUADO: VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA CNPJ/CPF: 00.965.403/0007-60

25756.141193/2009-10 - AIS:183002/09-3 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 373/2016, prolatada em 17/05/2016.

AUTUADO: WILIAM RAHY ASSISTÊNCIA MÉDICA À EMPRESA LTDA CNPJ/CPF: 01.876.277/0001-45

25752.263303/2007-44 - AIS:337549/07-8 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 12.000,00 (doze mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 092/2016, prolatada em 29/01/2016.

AUTUADO: EVERSIL PRODUTOS FARMACÊUTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ/CPF: 61.158.257/0001-04

25351.267988/2004-78 - AIS:383080/04-2 - GPROP/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de r$ 13.000,00 (treze mil reais), decisão, por unanimidade, em circuito deliberativo - cd 511/2014, prolatada em 09/12/2014.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

PORTARIA Nº 1.419, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MS/GM nº 487, de 24 de abril de 2015 e no art. 47, IX e o art. 54, III, § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o Decreto n° 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no DOU em 22 de março de 2010 que regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR, Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação - GDATR, instituídas pela Lei nº 10.871, de 2004, e a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, instituída pela Lei nº. 11.357, de 2006;

considerando a obrigatoriedade de regulamentação específica pela ANVISA para concessão e pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR; da Gratificação de Desempenho de Atividades Técnico-Administrativa de Regulação - GDATR e a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR;

considerando a Portaria n° 783, de 30 de junho de 2015, publicada no DOU em 30 de junho de 2015, que definiu as metas de Avaliação de Desempenho Institucional para Anvisa para o período de 01º de julho de 2015 à 30 de junho de 2016, cujos resultados foram monitorados e acompanhamos pela Assessoria de Planejamento da Anvisa, resolve:

Art. 1º Apresentar o resultado das metas de desempenho institucional, por meio Índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, aferido com base na média aritmética dos índices de desempenho de cada meta definida e obtido a partir do grau de alcance das respectivas metas, medido em pontuação de zero a cem pontos.

a. Meta 1- Reduzir prazo de atendimento ao Cidadão - resultado 100%;

b. Meta 2- Levantamento da percepção dos entes do SNVS e stakeholders sobre os desafios e tendências no campo da vigilância sanitária - resultado 100%;

c. Meta 3- Divulgar, no Portal da Anvisa, os documentos (justificativa; planilha de contribuições; relatório de análise da participação social; relatório de análise das contribuições; e resultado final do processo de regulamentação - Ato Normativo ou Despacho de arquivamento) de todas as Consultas Públicas (CP) que resultaram em Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) ou Instrução Normativa (IN), publicadas entre 1º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016 - resultado 100%;

d. Meta 4- Garantir que ao menos 60% dos atos normativos (Resoluções de Diretoria Colegiada - RDCs e Instruções Normativas - INs), publicados no período de 1º de julho de 2015 até 30 de junho de 2016, sejam resultantes de subtemas da Agenda Regulatória 2015/2016 - resultado 100%;

e. Meta 5- Realizar 10 ações de campo vinculadas à Política de Auditoria dos órgãos de vigilância sanitárias estaduais ou municipais responsáveis pelas atividades de inspeção de fabricantes de medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde, sendo 5 ações de campo correspondentes a Auditorias Técnicas em órgãos ainda não auditados ou auditados e com plano de ação encerrado e as outras 5 ações de campo correspondentes a atividades de monitoramento presencial de planos de ação apresentados como resposta a auditorias anteriores - resultado 100%;

f. Meta 6- Realizar 70 inspeções de registros, pós-registros, estudos de bioequivalência e equivalência farmacêutica - resultado 100%;

g. Meta 7- Realizar verificação em 3000 processos de produtos cosméticos sujeitos à isenção de registro para averiguação de conformidade com a legislação - resultado 100%;

h. Meta 8- Implantar o recebimento de documentos em mídia - resultado 80%;

i. Meta 9- Rever o mapeamento da gestão na contratação da Anvisa, promovendo o redesenho e implantação, mediante publicação, de normativo que estabelecerá fluxo, atores, papéis e prazos para os procedimentos de contratação, gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - resultado 95%;

j. Meta 10- Mapear as competências técnicas de 12 das unidades previstas no contrato de consultoria firmado pela GGPES (Contrato nº 53/2014) - resultado 100%;

k. Meta 11- Definição de plano de ação para reestruturação do Sistema de Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária - resultado 90%;

l. Meta 12- Realização do inventário da área de Tecnologia da Informação - resultado 100%;

m. Meta 13- Realizar diagnóstico para implementação de Metodologia de Gestão de Riscos Corporativos abrangendo a Segurança Corporativa - resultado 75%;

n. Meta 14- Tempo de manifestação para liberar produtos importados dentro dos prazos definidos - resultado 90%;

o. Meta 15- Reduzir prazo de primeira manifestação da Anvisa em produtos para saúde, saneantes, anuência de ensaios clínicos e dossiês de desenvolvimento clínico de medicamento - resultado 100%;

p. Meta 16- Emitir a primeira manifestação de análise das petições de registro de medicamento novo e de produtos biológicos solicitados pela via de desenvolvimento por comparabilidade no prazo máximo de até 150 dias nos primeiros 6 meses e 120 dias nos últimos 6 meses - resultado 100%;

Art. 2º Com resultados de cada meta, o cumprimento Índice de Desenvolvimento Institucional Médio - IDIM é de 96,4 pontos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BUCARESKY

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.849, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.850, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.851, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.852, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve

Art. 1° Deferir as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme decisão no Mandado de Segurança n.º 1002644-54.2016.4.01.3400, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.838, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente de Saneantes Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.839, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente de Saneantes Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site:
http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.829, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIA MARIA DE AQUINO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.840, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.841, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.842, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.843, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 1.181, de 18 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº. 54, de 21 de Março de 2011, Seção 1 Pág. 56 e Suplemento Pág. 26, referente ao processo 25351.656800/2010-28,

Onde se lê:
AMOXICILINA TRIIDRATADA
ANTIBIOTICOS SISTEMICOS SIMPLES
VELAMOX 25351.656800/2010-28 12/2010
Leia-se:
AMOXICILINA TRIIDRATADA
ANTIBIOTICOS SISTEMICOS SIMPLES
VELAMOX 25351.656800/2010-28 01/2011

Na Resolução - RE nº 1.343, de 30 de Abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 82, de 04 de Maio de 2015, Seção 1 Pág. 90 e Suplemento Pág. 4, referente ao processo 25351.224104/2005-71,

Onde se lê:
COMERCIAL 1.0235.0781.001-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0781.002-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0781.003-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0781.004-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
COMERCIAL 1.0235.0781.001-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0781.002-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0781.003-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 15 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0235.0781.004-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 1.343, de 30 de Abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 82, de 04 de Maio de 2015, Seção 1 Pág. 90 e Suplemento Pág. 04, referente ao processo 25351.224023/2005-71,

Onde se lê:
COMERCIAL 1.0583.0466.001-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0583.0466.002-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0583.0466.003-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0583.0466.004-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
COMERCIAL 1.0583.0466.001-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0583.0466.002-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0583.0466.003-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 15 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0583.0466.004-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
Não informado
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 1.687, de 05 de Junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 106, de 08 de Junho de 2015, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 76, referente ao processo 25992.035100/76,

Onde se lê:
CHIESI FARMACÊUTICA LTDA 1.00058-0
BROMOPRIDA
ANTIEMETICOS E ANTINAUSEANTES
PRIDECIL 25992.035100/76 06/2013
Leia-se:
CHIESI FARMACÊUTICA LTDA 1.00058-0
BROMOPRIDA
ANTIEMETICOS E ANTINAUSEANTES
PRIDECIL 25992.035100/76 06/2018

Na Resolução - RE nº 1.916, de 03 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 126, de 06 de julho de 2015, Seção 1 Pág. 51 e Suplemento Pág.4, referente ao processo 25351.737635/2011-68,

Onde se lê:
lixisenatida + lixisenatida
ANTIDIABETICOS
LYXUMIA 25351.737635/2011-68 09/2018
COMERCIAL 1.1300.1143.005-6 24 Meses
0,05 MG/ML + 0,1 MG/ML SOL INJ CT 2 CAR VD INC X 3 ML
+ 2 CAN APLIC5 (10 MCG/DOSE + 20 MCG/DOSE)
10135 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA
Leia-se:
lixisenatida
ANTIDIABETICOS
LYXUMIA 25351.737635/2011-68 09/2018
COMERCIAL 1.1300.1143.005-6 24 Meses
0,05 MG/ML + 0,1 MG/ML SOL INJ CT 2 CAR VD TRANS X 3 ML
+ 2 CAN APLIC (10 MCG/DOSE + 20 MCG/DOSE)
10135 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA

Na Resolução - RE nº 2.020 de 16 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº136, de 20 de julho de 2015, Seção 1 Pág. 53 e Suplemento Pág. 01, referente ao processo 25351.246456/2004-05,

Onde se lê:
ATENOLOL + BESILATO DE ANLODIPINO
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
ANATEN 25351.246456/2004-05 08/2020
COMERCIAL 1.0043.0935.001-6 24 Meses
5,0 MG + 25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.002-4 24 Meses
5,0 MG + 25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 16
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
BESILATO DE ANLODIPINO + ATENOLOL + BESILATO DE
ANLODIPINO + ATENOLOL
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
ANATEN 25351.246456/2004-05 08/2020
COMERCIAL 1.0043.0935.003-2 24 Meses
5,0 MG + 50 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
BESILATO DE ANLODIPINO + ATENOLOL
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
ANATEN 25351.246456/2004-05 08/2020
COMERCIAL 1.0043.0935.004-0 24 Meses
5,0 MG + 50 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 16
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.005-9 24 Meses
5,0 MG + 25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 7
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
ATENOLOL + BESILATO DE ANLODIPINO
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
ANATEN 25351.246456/2004-05 08/2020
COMERCIAL 1.0043.0935.006-7 24 Meses
5,0 MG + 50 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 7
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
BESILATO DE ANLODIPINO + ATENOLOL
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
ANATEN 25351.246456/2004-05 08/2020
COMERCIAL 1.0043.0935.001-6 24 Meses
5,0 MG + 25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.002-4 24 Meses
5,0 MG + 25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 16
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.003-2 24 Meses
5,0 MG + 50 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.004-0 24 Meses
5,0 MG + 50 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 16
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.005-9 24 Meses
5,0 MG + 25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 7
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0043.0935.006-7 24 Meses

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5,0 MG + 50 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 7
Não informado
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 2.090, de 24 de Julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 141, de 27 de Julho de 2015, Seção 1 Pág. 53 e Suplemento Pág. 01, referente ao processo 25351.225588/2004-95,
Onde se lê:
Referência - Tenadren 25351.225588/2004-95 06/2015
COMERCIAL 1.0583.0390.001-3 24 Meses
40 MG + 25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10249 GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM
PRAZO DE ANÁLISE
COMERCIAL 1.0583.0390.004-8 24 Meses
80 MG + 25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10249 GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM
PRAZO DE ANÁLISE
Leia-se:
Referência - Tenadren 25351.225588/2004-95 06/2015
COMERCIAL 1.0583.0390.001-3 36 Meses
40 MG + 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10249 GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM
PRAZO DE ANÁLISE
COMERCIAL 1.0583.0390.004-8 36 Meses
80 MG + 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10249 GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM
PRAZO DE ANÁLISE

Na Resolução - RE nº 2.323, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 17 de agosto de 2015, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 51, referente ao processo 25351.407681/2009-87,
Onde se lê:
(...)
(C)
(...)
CALMINTHEO 25351.407681/2009-87 05/2020
COMERCIAL 1.0963.0061.001-7 24 Meses
0,1 ML/ML XPE CT 1 FR PLAS AMB X 100 ML
Não informado
1810 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DO REGISTRO DA APRESENTAÇÃO
(...)
Leia-se:
(...)
THEODORO F SOBRAL & CIA LTDA 1.00963-6
(...)
CALMINTHEO 25351.407681/2009-87 05/2020
COMERCIAL 1.0963.0061.001-7 24 Meses
0,1 ML/ML XPE CT 1 FR PLAS AMB X 100 ML
Não informado
1810 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DO REGISTRO DA APRESENTAÇÃO
COMERCIAL 1.0963.0061.002-5 24 Meses
0,1 ML/ML XPE CT 1 FR PLAS AMB X 100 ML + COP
Não informado
1798 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
(...)

Na Resolução - RE nº 2.713, de 25 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 185, de 28 de setembro de 2015, Seção 1 Pág. 41 e Suplemento Pág. 05, referente ao processo 25351.422979/2013-67,
Onde se lê:
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + BESILATO DE ANLODIPINO
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
Referência - DIOVAN TRIPLO 25351.422979/2013-67 09/2020
COMERCIAL 1.0043.1161.001-1 24 Meses
BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COM + VALSARTANA 80
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COM REV CT BL
AL/AL X 15 + 15 01
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COM REV CT BL
AL/AL X 15 + 15 01
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COM REV CT BL
AL/AL X 15 + 15 01
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COM REV CT BL AL/AL
X 15 + 15 01
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COM REV CT BL AL/AL
X 15 + 15 01
Leia-se:
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + BESILATO DE ANLODIPINO
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
Referência - DIOVAN TRIPLO 25351.422979/2013-67 09/2020
COMERCIAL 1.0043.1161.001-1 24 Meses
BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COM + VALSARTANA 80
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COM REV CT BL
AL/AL X 15 + 15
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COM REV CT BL
AL/AL X 15 + 15
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG COM REV CT BL
AL/AL X 15 + 15
(...)
BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG COM + VALSARTANA 160
MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COM REV CT BL AL/AL
X 15 + 15

Na Resolução - RE nº 3.681, de 18 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União N° 182, em 22 de setembro de 2014, Seção 1 pág. 39, Suplemento pág. 01, referente ao processo n° 25351.696736/2013-98,
Onde se lê:
FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE
LTDA 1.01085-1
CLORETO DE POTÁSSIO + CLORETO DE SÓDIO + cloreto de
cálcio diidratado + LACTATO DE SÓDIO
REPOSICAO HIDROELETROLITICA E ALIMENTACAO PARENTERAL
RINGER COM LACTATO 25351.696736/2013-98 09/2019
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.001-4 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ CX 50 FA PLAS
TRANS SIST FECH X 250ML 01
FA R M A C E
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.003-0 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ FA PLAS TRANS
SIST FECH X 250ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.004-9 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ FA PLAS TRANS
SIST FECH X 500 ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
Leia-se:
FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE
LTDA 1.01085-1
CLORETO DE POTÁSSIO + CLORETO DE SÓDIO + cloreto de
cálcio diidratado + LACTATO DE SÓDIO
REPOSICAO HIDROELETROLITICA E ALIMENTACAO PARENTERAL
RINGER COM LACTATO 25351.696736/2013-98 09/2019
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.001-4 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ CX 50 FA PLAS
TRANS SIST FECH X 250ML 01
FA R M A C E
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.003-0 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ FA PLAS TRANS
SIST FECH X 250ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.004-9 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ FA PLAS TRANS
SIST FECH X 500 ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
Leia-se:
FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE
LTDA 1.01085-1
CLORETO DE POTÁSSIO + CLORETO DE SÓDIO + cloreto de
cálcio diidratado + LACTATO DE SÓDIO
REPOSICAO HIDROELETROLITICA E ALIMENTACAO PARENTERAL
RINGER COM LACTATO 25351.696736/2013-98 09/2019
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.001-4 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ CX 50 FA PLAS
TRANS SIST FECH X 250ML 01
FA R M A C E
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.003-0 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ FA PLAS TRANS
SIST FECH X 250ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.004-9 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ FA PLAS TRANS
SIST FECH X 500 ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1085.0042.005-7 24 Meses
(0,006+0,0003+0,0002+0,0031)G/ML SOL INJ CX 24 FA PLAS
TRANS SIST FECH X 500ML
Não informado
1583 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL.

Na Resolução - RE nº 4.219, de 24 de Outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº. 207, de 27 de Outubro de 2014, Seção 1 Pág. 31 e Suplemento Pág. 2, referente ao processo 25351.578232/2014-39,
Onde se lê:
VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 1.00575-6
DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + ÁCIDO SALICÍLICO
GLICOCORTICOIDES TOPICOS - ASSOCIACAO MEDICAMENTOSA
DERMOSALIC 25351.578232/2014-39 06/2015
COMERCIAL 1.0575.0113.001-1 36 Meses
0,64 MG + 30 MG POM DERM CT BG AL X 30 G
DESMOSALIC
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0575.0113.002-1 24 Meses
0,64 MG + 20 MG SOL TOP CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML
DESMOSALIC
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
Leia-se:
VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 1.00575-6
DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + ÁCIDO SALICÍLICO
GLICOCORTICOIDES TOPICOS - ASSOCIACAO MEDICAMENTOSA
DERMOSALIC 25351.578232/2014-39 06/2020
COMERCIAL 1.0575.0113.001-1 36 Meses
0,64 MG/G + 30 MG/G POM DERM CT BG AL X 30 G
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0575.0113.002-1 24 Meses
0,64 MG/ML + 20 MG/ML SOL TOP CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Na Resolução - RE nº 4.351, de 14 de Novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº. 223, de 18 de Novembro de 2013, Seção 1 Pág. 38 e Suplemento Pág. 28, referente ao processo 25351.022564/2003-03,

Onde se lê:

Empresa	Processo	Marca	Expediente	Assunto de Peitção	Venc Registro
(...)					
Ems S/A	25351.022564/2003-03	dimeticona	0237020134	GENÉRICO - Renovação de Registro de Medicamento	10/2018

Leia-se:

Empresa	Processo	Marca	Expediente	Assunto de Petição	Venc. Registro
(...)					
Ems S/A	25351.022564/2003-03	simeticona	0237020134	GENÉRICO - Renovação de Registro de Medicamento	10/2018

Na Resolução - RE nº 4.401, de 7 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n. 217, de 10 de novembro de 2014, Seção 1 Pág. 60 e Suplemento Pág. 3,

Onde se lê:

(...)

COMERCIAL 1.0041.9923.005-4 24 Meses

(...)

Leia-se:

(...)

COMERCIAL 1.0041.9923.005-4 36 Meses

(...)

Na Resolução - RE nº 4.646, de 09 de Dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº. 6, de 09 de Janeiro de 2009, Seção 1 Pág. 28, referente ao processo 25351.038535/2008-60,

Onde se lê:

SIGMA PHARMA LTDA 1.03569-5

CLORIDRATO DE VALACICLOVIR

ANTIVIROTICOS

HERPSTAL 25351.038535/2008-60 12/2013

Leia-se:

SIGMA PHARMA LTDA 1.03569-5

CLORIDRATO DE VALACICLOVIR

ANTIVIROTICOS

HERPSTAL 25351.038535/2008-60 01/2019

Na Resolução - RE nº 4.717, de 05 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº. 237, de 08 de dezembro de 2014, Seção 1 Pág. 64 e Suplemento Pág. 01, referente ao processo 25992.001403/76,

Onde se lê:

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA 1.00385-1

NITRATO DE MICONAZOL

ANTIMICOTICOS PARA USO TOPICO

Referência - VODOL 25992.001403/76 11/2019

Leia-se:

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA 1.00385-1

MICOFIM

ANTIMICOTICOS PARA USO TOPICO

Referência - VODOL 25992.001403/76 11/2019

Na Resolução - RE nº 505, de 14 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº. 33, de 17 de Fevereiro de 2014, Seção 1 Pág. 55 e Suplemento Pág. 39, referente ao processo 25351.058831/2010-11,

Onde se lê:

CEFALOSPORINAS

Referência - KEFLAXINA 25351.058831/2010-11 02/2019

COMERCIAL 1.0235.1099.001-5 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 60 ML + 50 CP MED (EMB HOSP)

EMS

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1099.002-3 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + CP MED

Não informado

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1099.003-1 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + CP MED

Não informado

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1099.004-1 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 100 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

Não informado

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

Leia-se:

CEFALEXINA MONOIDRATADA

CEFALOPORINAS

Referência - KEFLAXINA 25351.058831/2010-11 02/2019

COMERCIAL 1.0235.1099.001-5 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 70 ML + 50 CP MED (EMB HOSP)

CEFOXIT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1099.002-3 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 70 ML + CP MED

CEFOXIT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1099.003-1 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + CP MED

CEFOXIT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1099.004-1 24 Meses

50 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 100 ML + 50 CP

MED (EMB HOSP)

CEFOXIT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

Na Resolução - RE nº 5.131, de 18 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº. 222, de 21 de novembro de 2011, Seção 1 Pág. 92 e Suplemento Pág. 09, referente ao processo 25351.592867/2010-17,

Onde se lê:

SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.002-7 2 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 30 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.003-5 2 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 42 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.004-3 2 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 60 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.005-1 2 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 84 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.006-1 2 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 90 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

Leia-se:

SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.002-7 24 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 30 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.003-5 24 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 42 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.004-3 24 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 60 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.005-1 24 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 84 SILUESTAT

150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

COMERCIAL 1.0235.1052.006-1 24 Meses

120 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS OPC X 90 SILUESTAT

MILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR

Na Resolução - RE nº 850, de 1º de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 63, de 4 de abril de 2016, Seção 1 Pag. 96 e Suplemento Pag. 29,

Onde se lê:

(...)

Peumus boldus + Rhamnus purshiana + Rheum palmatum

(...)

Leia-se:

(...)

Peumus boldus + Frangula purshiana + Rheum palmatum

(...)

Na Resolução - RE nº 857, de 02 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº. 44, de 05 de março de 2012, Seção 1 Pág. 30 e Suplemento Pág. 14, referente ao processo 25351.146163/2010-51,

Onde se lê:

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

- LAFEPE 1.00183-1

OLANZAPINA

NEUROLEPTICOS

Referência - ZYPREXA 25351.146163/2010-51 03/2017

Leia-se:

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

- LAFEPE 1.00183-1

OLANZAPINA

ANTIPSICÓTICOS

Referência - ZYPREXA 25351.146163/2010-51 03/2017

Na Resolução - RE nº 889, de 23 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº. 58 de 24 de março de 2006, Seção 1 Pág. 55 referente ao processo 25351.351250/2005-79,

Onde se lê:

COMERCIAL 1.2675.0107.003-5 24 Meses

4 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 10ML + CGT

155 REGISTRO DE MEDICAMENTO GENÉRICO

COMERCIAL 1.2675.0107.004-3 24 Meses

4 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 20ML + CGT

155 REGISTRO DE MEDICAMENTO GENÉRICO

Leia-se:

COMERCIAL 1.2675.0107.003-5 24 Meses

4 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 10ML

155 REGISTRO DE MEDICAMENTO GENÉRICO

COMERCIAL 1.2675.0107.004-3 24 Meses

4 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 20ML

155 REGISTRO DE MEDICAMENTO GENÉRICO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.889, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.890, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do Amendoim, na modalidade de emprego (aplicação) solo, com LMR de 0,01 mg/kg e IS não determinado, a cultura do Fumo, na modalidade de emprego (aplicação) solo, com LMR e IS não determinados e a cultura do Melão, na modalidade de emprego (aplicação) solo, com LMR de 0,2 mg/kg e IS não determinado, na monografia do ingrediente ativo C70 - CLORANTRANILIPROLE, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.891, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do feijão na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,02 mg/kg e IS 30 dias; centeio e triticale na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS 14 dias; milheto na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,01 mg/kg e IS 21 dias; alterar o Limite Máximo de Resíduo (LMR) da cultura da soja, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, de 0,01 mg/kg para 0,03 mg/kg e o Intervalo de Segurança (IS) permanece com 14 dias, na monografia do ingrediente ativo C58 - ALFA-CIPERMETRINA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.892, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do amendoim na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS de 14 dias, a cultura do café na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS de 14 dias, a cultura da cenoura na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS de 7 dias, a cultura da pastagem na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 1,0 mg/Kg e IS de 7 dias, na monografia do ingrediente ativo B26 - BIFENTRINA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.893, DE 15 D EJULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do milho na modalidade de emprego foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e Intervalo de Segurança de 21 (vinte e um) dias; incluir a modalidade de emprego foliar na cultura de café com intervalo de segurança de 40 dias, sem alteração do LMR; incluir as culturas de aveia, centeio, cevada e triticale na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 1 mg/kg e IS 15 dias; incluir as culturas de milheto e sorgo na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS 30 dias na monografia do ingrediente ativo A29 - ACETAMIPRIDO, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.894, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Diminuir o Intervalo de Segurança de 7 para 3 dias, na cultura da banana, modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo A26 - AZOXISTROBINA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.895, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.896, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, com Limite Máximo de Resíduo (LMR) de 0,1 mg/kg e Intervalo de Segurança (IS) "não determinado devido à modalidade de emprego" na cultura de algodão; incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, LMR de 0,02 mg/kg e IS "não determinado devido à modalidade de emprego" na cultura de arroz; incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, LMR de 0,05 mg/kg e IS "não determinado devido à modalidade de emprego" na cultura de cana-de-açúcar e incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, LMR de 0,05 mg/kg e IS "não determinado devido à modalidade de emprego" na cultura de milho na monografia do ingrediente ativo C49 - CARFENTRAZONA-ETÍLICA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.897, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de milheto e sorgo na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 30 dias, na monografia do ingrediente ativo C10 - CIPERMETRINA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.898, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o Limite Máximo de Resíduos (LMR) de 0,02 para 0,03 mg/kg, na cultura do algodão, modalidade de emprego (aplicação) foliar e sementes; incluir a cultura do amendoim, na modalidade de emprego (aplicação) solo, com LMR de 0,02 mg/kg e Intervalo de Segurança (IS) não determinado; incluir a modalidade de emprego (aplicação) tratamento de mudas na bandeja antes do plantio, na cultura do fumo; aumentar o LMR de 0,02 para 0,2 mg/kg, na cultura da maçã, modalidade de emprego (aplicação) solo; alterar o LMR de 0,02 para 0,1 mg/kg, na cultura do melão, modalidade de emprego (aplicação) solo e foliar; incluir a modalidade de emprego (aplicação) tratamento de mudas na bandeja antes do plantio, na cultura do melão, com LMR de 0,1 mg/kg e IS não determinado; aumentar o LMR de 0,7 para 1,0 mg/kg, na cultura da pastagem, modalidade de emprego (aplicação) foliar e sementes e incluir a cultura da soja, na modalidade de emprego (aplicação) solo, com LMR de 0,02 mg/kg e IS não determinado, na monografia do ingrediente ativo T48 - TIAMETOXAM, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.899, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do girassol, modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes, com limite máximo de resíduos de 0,01 mg/kg e intervalo de segurança não determinado, na monografia do ingrediente ativo T14 - TIOFANATO-METÍLICO, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.900, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do girassol, modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes, com limite máximo de resíduos de 0,2 mg/kg e intervalo de segurança não determinado, na monografia do ingrediente ativo P46 - PIRACLOSTROBINA, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.901, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o limite máximo de resíduos - LMR para a cultura ervilha na modalidade de emprego (aplicação) foliar, de 0,2 para 0,3 mg/Kg e incluir a IDA de 0,0085 mg/kg p.c. na monografia do ingrediente ativo I16 - IMIBENCONAZOL, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.902, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do girassol, modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes com limite máximo de resíduos de 0,01 mg/kg e intervalo de segurança não determinado, na monografia do ingrediente ativo F43 - FIPRONIL, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.903, DE 15 DE JULHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuição que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de brócolis, couve, couve-flor, couve chinesa e couve-de-bruxelas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,02 mg/kg e IS de 01 dia; incluir abacate, anonáceas, cacau, kiwi, mamão, maracujá, e romã na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 01 dia, na monografia do ingrediente ativo E24 - ESPINOSADE, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RETIFICAÇÕES

Na RESOLUÇÃO - RE nº 1.470, de 3 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 106, de 06 de junho de 2016, pág. 18.

Onde se lê:
25351.143610/2014-88
SAPEC AGRO BRASIL LTDA.
15.269.121/0001-00
BIFENTRINA SAPEC TÉCNICO II
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE
CLASSE II - ALTAMENTE TÓXICO
Leia-se:
25351.535099/2014-52
SAPEC AGRO BRASIL LTDA.
15.269.121/0001-00
BIFENTRINA SAPEC TÉCNICO II
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE
CLASSE II - ALTAMENTE TÓXICO

Na RESOLUÇÃO - RE Nº 1.724, DE 30 DE JUNHO DE 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 126, de 04 de julho de 2016, pág. 12.

Onde se lê:
25351.242908/2013-20
CCAB AGRO S.A.
08.938.255/0001-01
DIAFENTIUROM TÉCNICO CCAB
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE
CLASSE II - ALTAMENTE TÓXICO
Leia-se:
25351.242908/2013-20
CCAB AGRO S.A.
08.938.255/0001-01
DIAFENTIUROM TÉCNICO CCAB
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE
CLASSE III - MEDIANAMENTE TÓXICO

Na RESOLUÇÃO-RE Nº 1.808, DE 8 DE JULHO DE 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 131, de 11 de julho de 2016, pág. 22.

Onde se lê:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 65703-67.2015.4.01.3400 que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto HEROLD SC.

Leia-se:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 65703-67.2015.4.01.3400 que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto APPROVE.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.830, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.831, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.832, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.833, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.853, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de medicamentos da empresa União Química Farmacêutica Nacional S/A, CNPJ nº 60.665.981/0005-41, publicada pela Resolução RE n° 4.385, de 06 de novembro de 2014, no Diário Oficial da União nº. 217, de 10 de novembro de 2014, Seção 1, pág. 67 e em suplemento da Seção 1, págs. 103 e 104, devido à duplicidade de certificados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.854, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.855, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, ou o descumprimento dos procedimentos de protocolo de documentos ou de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.856, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.857, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.858, DE 15 DE JULHO DE 2016 (*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.859, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.860, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.861, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.862, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.863, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.864, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.865, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.866, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.867, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.868, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.869, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.870, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.871, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.872, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.873, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 4º, X, b, o art. 16, IV e anexo 1 da Resolução-RDC n° 14, de 28 de março de 2014;

considerando a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Of. n° 793/2016/GABINETE/SUVISA/SES/GO, que cientifica a Agência do resultado da análise de contraprova referente ao Laudo Fiscal definitivo (contraprova) nº 1273.CP/2015, emitido pela Fundação Ezequiel Dias (LACEN-MG), que detectou matéria estranha indicativa de risco à saúde humana, pelo de roedor, acima do limite máximo de tolerância pela legislação vigente, resolve:

Art. 1° Proibir a distribuição e comercialização, em todo território nacional, do lote L06 (val.: 01/04/2017) do produto EXTRATO DE TOMATE, marca HEINZ, fabricado por Heinz Brasil S.A (CNPJ 50.955.707/0004-72), localizado na Rodovia GO 080 Km 26, Nerópolis -GO.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao lote do produto descrito no Art 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.874, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 3.479, de 16 de dezembro de 2015, no Diário Oficial da União nº 243, de 21 de dezembro de 2015, Seção 1, pág. 89 e em suplemento da Seção 1, pág. 68, conforme expediente nº 1951110/16-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.875, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.876, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.877, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.878, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.879, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a classe de risco IV na certificação da empresa ETS Marle SAS, solicitada pela empresa Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda., CNPJ n.º 09.117.476/0001-81, publicada pela Resolução RE nº 2.239, de 07 de Agosto de 2015, no Diário Oficial da União nº. 151, de 10 de agosto de 2015, Seção I, pág. 48 e suplemento da Seção I, pág. 139, conforme expedientes nº. 1152220/14-8 e 1782980/16-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.880, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.881, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Terumo Penpol Private Limited, na certificação solicitada pela empresa Terumo BCT Tecnologia Médica Ltda, CNPJ n.º 10.141.389/0001-49, publicada pela Resolução RE nº 457, de 12 de fevereiro de 2015, no Diário Oficial da União nº 32, de 18 de fevereiro de 2015, Seção I, pág. 45, e em Suplemento da Seção I, pág. 137, conforme expedientes nº 0829786/13-0 e 1765285/16-5.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.882, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a classe de risco IV na certificação da empresa Charles Pery & Cie S.A.S, solicitada pela empresa Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda., CNPJ n.º 09.117.476/0001-81, publicada pela Resolução RE nº 268, de 29 de Janeiro de 2015, no Diário Oficial da União nº. 22, de 02 de fevereiro de 2015, Seção I, pág. 81 e suplemento da Seção I, pág. 78 e 79, conforme expedientes nº. 1152212/14-7 e 1782970/16-4.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.883, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, II e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 28 de março de 2014;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.884, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.885, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.886, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.887, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 3.672, de 18 de setembro de 2014, no Diário Oficial da União nº. 182, de 22 de setembro de 2014, Seção I, pág. 45 e suplemento da Seção I, pág. 114, conforme expediente nº 1851742/16-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.888, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Alterar a razão social da empresa Cook Incorporated na certificação solicitada pela empresa E. Tamussino e Cia. Ltda, CNPJ n.º 33.100.082/0001-03, publicada pela Resolução RE nº 620, de 11 de março de 2016, no Diário Oficial da União nº. 49, de 14 de março de 2016, Seção I, pág. 55 e suplemento da Seção I, pág. 21 e 22, conforme expedientes nº 0815497/15-0 e 1914610/16-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.904, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.905, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante ÁGUA SANITÁRIA BRAVA, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Água Já Indústria e Comércio LTDA - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ÁGUA SANITÁRIA BRAVA, bem como todos os produtos sujeitos ao controle sanitário fabricado pela empresa Água Já Indústria e Comércio LTDA - ME. (CNPJ 05.135.400/0001-28), supostamente localizada na Rua Ana Carolina, 1022, Bairro Novo Camaragibe - PE.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.906, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante MOSCA BUM, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Cactus Industrial LTDA - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição, divulgação e a comercialização e uso do produto MOSCA BUM, bem como todos os produtos sujeitos ao controle sanitário fabricado pela empresa Cactus Industrial LTDA - ME. (CNPJ 35.476.126/0001-11), localizada na Rua Armindo Costa Moura, 683, Peixinhos, Olinda - PE.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.907, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante AROMAX, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Santana e Cilas Detergentes Ltda - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto AROMAX, bem como todos os produtos sujeitos ao controle sanitário fabricado pela empresa Santana e Cilas Detergentes LTDA - ME. (CNPJ 05.390.464/0001-75), localizada na Rua Coelho Munis, S/N, São Lourenço da Mata - PE.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.908, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando item 1.3 da Portaria SVS/MS nº 540, de 27 de outubro de 1997;

considerando o item 1.2 da Resolução- RDC nº 205, de 14 de novembro de 2006;

considerando o enquadramento da enzima digestiva lactase, marca LACDAY, como enzimas e preparações enzimáticas;

considerando a indicação/orientação de uso da enzima digestiva lactase, marca Lacday, incompatível com a definição de coadjuvante de tecnologia, estabelecida na Portaria SVS/MS nº 540, de 27 de outubro de 1997, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização de todos os lotes da enzima digestiva lactase, marca LACDAY, fabricada por EMS S/A. (CNPJ: 57.507.378/0001-01) situado na Rua Com. Carlo Mário Gardano, 450. São Bernardo do Campo - SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.909, DE 15 DE JULHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015,

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando a inspeção para verificação de Boas Práticas de fabricação na empresa Lupin Limited., realizada no período de 11/04/2016 a 15/04/2016, que foi considerada satisfatória, RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução RE n° 1.430, de 12/05/2015, publicada no DOU nº 89, de 13/05/2015 Seção 1, pág. 26, ficando liberada, em todo o território nacional, a importação de todos os insumos farmacêuticos beta-lactâmicos cefalosporínicos, bem como de todos os medicamentos importados que foram fabricados com tais insumos, produzidos pela empresa Lupin Limited., localizada em 198-202 New Industrial Area nº 02, Mandideep, 462 046, Dist. Raisen, Madhya Pradesh, Índia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 2.663, de 18 de Julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº. 137, de 21 de Julho de 2014, Seção I, pág. 73 e em suplemento da Seção I, pág. 110, referente a certificação da empresa Tornier S.A.S, solicitada pela Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda., CNPJ n.º 09.117.476/0001-81, conforme expedientes nº. 0452235/14-4 e 1783010/16-9.

Onde se lê: Materiais de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Leia-se: Materiais de uso médico das classes III e IV, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Na Resolução - RE n° 1.306, de 20 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 97, de 23 de maio de 2016, Seção 1 pág. 113, Suplemento págs. 24 e 28,

Onde se lê:

EMPRESA: R S FIALHO - ME

ENDEREÇO: AV BARÃO DO RIO BRANCO, 231

BAIRRO: CENTRO CEP: 79480000 - RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS

CNPJ: 23.540.280/0001-26

PROCESSO: 25351.034218/2016-84

AUTORIZ/MS: 7.45168-1

ATIVIDADE/ CLASSE: COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/

COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: R S FIALHO - ME

ENDEREÇO: AV BARÃO DO RIO BRANCO, 231

BAIRRO: CENTRO CEP: 79480000 - RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS

CNPJ: 23.540.280/0001-26

PROCESSO: 25351.034218/2016-84

AUTORIZ/MS: 7.45168-1

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução RE nº 457, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 32, de 18 de fevereiro de 2015, Seção I, pág. 45 e em Suplemento da Seção I, página 137, referente à certificação da empresa Terumo Penpol Private Limited, solicitada pela empresa empresa Terumo BCT Tecnologia Médica Ltda, CNPJ nº 10.141.389/0001-49, conforme expedientes nº 0829786/130 e 1765285/16-5.

Onde se lê:

Empresa Fabricante: Terumo Penpol Limited

Endereço: Puliyarakonam, Trivandrum 695 573 - Kerala, 695573

Leia-se:

Empresa Fabricante: Terumo Penpol Private Limited

Endereço: Puliyarakonam, Thiruvananthapuram 695 573 - Kerala, 695573

Na publicação do Diário Oficial da União n° 243, de 21 de dezembro de 2015, Seção 1, página 89, Suplemento, página 68,

Onde se lê:

"RESOLUÇÃO-RE N° 3.479, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015";

Leia-se:

"RESOLUÇÃO-RE N° 3.479, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015".

Na Resolução - RE n.º 4.694, de 04 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º237, segunda-feira de 08 de dezembro de 2014, Seção I, pág. 68 e em suplemento da seção I, página 141, referente à certificação da empresa ELLA-Cs, S.R.O., filial, solicitada pela empresa Angiomed Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº. 02.699.256/0001-64, conforme o expedientes 615976/10-1 e 1625529/16-1.

Onde se lê: Endereço: Sárovcova, 1273

Leia-se: Endereço: Sárovcova, 1273, 503 46 Trebechovice Pod Orebem

Na Resolução - RE n.º 4.694, de 04 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º237, segunda-feira de 08 de dezembro de 2014, Seção I, pág. 68 e em suplemento da seção I, página 141, referente à certificação da empresa ELLA-Cs, S.R.O., matriz, solicitada pela empresa Angiomed Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº. 02.699.256/0001-64, conforme o expediente 615978/10-8 e 1067252/15-4.

Onde se lê: Endereço: Milady Horákové, 504

Leia-se: Endereço: Milady Horákové, 504, 500 06 Hradec Králove

Na Resolução RE nº 774, de 12 de Março de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 50, de 16 de Março de 2015, Seção I, pág. 32 e 33 e em suplemento da Seção I, pág. 100 e 101, retificar a pedido, a certificação da empresa Terumo Europa N.V, solicitada pela Terumo Medical do Brasil Ltda., CNPJ n.º 03.129.105/0001-33, conforme expedientes nº. 0486444/14-1 e 1729912/16-8.

Onde se lê: Researchpark Zone 2 Haasrode - Interleuvenlaan 40 / Leuven - Bélgica

Leia-se: Interleuvenlaan 40 / 3001 Leuven - Bélgica

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.848, DE 15 DE JULHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.388, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.670, de 23 de junho de 2016, publicada no DOU nº 121, de 27 de junho de 2016, Seção 1, pág. 30 e em Suplemento, pág. 88,

ONDE SE LÊ:

MM RIO IMPOTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

CNPJ: 11.259.590/0001-98

Marca	Processo	Expediente	Assunto
ZOMO BANANA CINNAMON GUM - BANANA E CANELA (fumo para narguilé) - embalagem caixa de 50g	25351.995313/2016-74	1550095/16-1	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
ZOMO BANANA CINNAMON GUM - BANANA E CANELA (fumo para narguilé) - embalagem caixa de 50g	25351.995313/2016-74	1844432/16-6	6031 - Aditamento

LEIA-SE:

MM RIO IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

CNPJ: 11.259.590/0001-98

Marca	Processo	Expediente	Assunto
ZOMO BANANA CINNAMON - BANANA E CANELA (fumo para narguilé) - embalagem caixa de 50g	25351.995313/2016-74	1550095/16-1	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
ZOMO BANANA CINNAMON - BANANA E CANELA (fumo para narguilé) - embalagem caixa de 50g	25351.995313/2016-74	1844432/16-6	6031 - Aditamento

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.834, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.835, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.836, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.837, DE 14 DE JULHO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 1.592, de 25 de abril de 2014, publicada em DOU nº 79 de 28 de abril de 2014, Seção 1, página 43 e em Suplemento, página 16,

Onde se lê:

E TAMUSSINO E CIA LTDA 1.02129-9

Cateteres 25351.026098/2003-27

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CATETER BALAO PARA RETIRADA DE CALCULOS POR ENDOSCOPIA
FABRICANTE : COOK ENDOSCOPY - ESTADOS UNIDOS
FABRICANTE : WILSON COOK MEDICAL, INC - ESTADOS UNIDOS
DISTRIBUIDOR : COOK MEDICAL INCORPORATED - ESTADOS UNIDOS
CATETER BALÃO PARA RETIRADA DE CÁLCULOS POR ENDOSCOPIA: TX-8.5-A; TX-8.5-B; TX-12-A; TX-12-B; TX-15-A; TX-15-B; TXR-8.5-12-15-A; TXR-8.5-12-15-B; EBLR-8.5-12-15; DASH-8.5-12-15; TXR-ME.
CLASSE : II 10212990107
80012 - Revalidação de Cadastro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico
Leia-se:
E TAMUSSINO E CIA LTDA 1.02129-9
Cateteres 25351.026098/2003-27
CATETER BALAO PARA RETIRADA DE CALCULOS POR ENDOSCOPIA
FABRICANTE : COOK ENDOSCOPY - ESTADOS UNIDOS
FABRICANTE : WILSON COOK MEDICAL, INC - ESTADOS UNIDOS
DISTRIBUIDOR : COOK MEDICAL INCORPORATED - ESTADOS UNIDOS
CATETER BALÃO PARA RETIRADA DE CÁLCULOS POR ENDOSCOPIA: TX-8.5-A; TX-8.5-B; TX-12-A; TX-12-B; TX-15-A; TX-15-B; TXR-8.5-12-15-A; TXR-8.5-12-15-B; EBLR-8.5-12-15; DASH-8.5-12-15; TXR-ME.
CLASSE : II 10212990107
80125 - Revalidação de Cadastro de Conjunto de Material de Uso Médico

Na Resolução - RE n° 1.840, de 26 de abril de 2012, publicada em DOU nº 83 de 30 de abril de 2012, Seção 1, página 50 e em Suplemento, página 53,
Onde se lê:
MAKE LINE COMERCIAL LTDA ME 8.01715-3
Cateteres 25351.727677/2011-00
HS CATETER PARA HISTEOROSONOGRAFIA E HISTEROSALPINGOGRAFIA
FABRICANTE : COOPERSURGICAL INC. - ESTADOS UNIDOS
Calibre 5FR / Calibre 7FR
CLASSE : II 80171530023
80007 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico Importado
Leia-se:
MAKE LINE COMERCIAL LTDA ME 8.01715-3
Cateteres 25351.727677/2011-00
HS CATETER PARA HISTEOROSONOGRAFIA E HISTEROSALPINGOGRAFIA
FABRICANTE : COOPERSURGICAL INC. - ESTADOS UNIDOS
Calibre 5FR / Calibre 7FR
CLASSE : II 80171530023
80089 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico Importado

Na Resolução - RE n° 2.459, de 3 de agosto de 2006, publicada em DOU nº 150 de 7 de agosto de 2006, Seção 1, página 66 e em Suplemento, página 24,
Onde se lê:
MED SHARP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME 8.02671-7
Drenos 25351.464367/2005-11
DISPOSITIVO DE DRENAGEM MEDIASTINAL - MED SHARP
...
CLASSE : II 80267170006
8029 - Registro de Famílias de Material de Uso Médico NACIONAL
Leia-se:
MED SHARP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME 8.02671-7
Drenos 25351.464367/2005-11
DISPOSITIVO DE DRENAGEM MEDIASTINAL - MED SHARP
...
CLASSE : II 80267170006
80010 MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico Nacional

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 887, DE 15 DE JULHO DE 2016

Desabilita hospitais psiquiátricos.

O Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
Considerando a Portaria nº 251/GM/MS, de 31 de janeiro de 2002, que estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria, reclassifica os hospitais psiquiátricos, define e estrutura a porta de entrada para as internações psiquiátricas no SUS e dá outras providências;
Considerando a Portaria nº 52/GM/MS, de 20 de janeiro de 2004, que institui o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS;
Considerando a Portaria nº 358/GM/ms, de 09 de março de 2004 que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual da Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
Considerando a nova classificação dos hospitais psiquiátricos no âmbito do Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS (PRH), instituído pela Portaria nº 2.644/GM/MS, de 28 de outubro de 2009 e a Portaria nº 404/GM/MS, de 19 de novembro de 2009 que habilita os hospitais psiquiátricos à nova classificação;
Considerando a Portaria nº 2.647/GM/MS, de 31 de outubro 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual da Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde; resolve
Art. 1º Ficam desabilitados os hospitais psiquiátricos relacionados a seguir, conforme descredenciamento por parte da gestão local:

UF	MUNICÍPIO	NOME	CNES	GESTÃO	Nº DE LEITOS SUS DESCREDENCIADOS	HABILITAÇÃO
PR	Curitiba	Clinica Heidelberg	0015806	Municipal	49	0601 - Classe I PORTARIA SAS Nº 53/2004
SP	Pirapozinho	Hospital Santa Maria de Pirapozinho	2750554	Estadual	59	0631 - Nível I- PORTARIA SAS Nº 404/2009
SP	Presidente Prudente	Hospital São João de Presidente Prudente	2096625	Estadual	180	0632 - Nível II - PORTARIA SAS Nº 404/2009

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 888, DE 15 DE JULHO DE 2016

Indefere a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Vitória do Palmar, com sede em Santa Vitória do Palmar (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);
Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;
Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;
Considerando os termos da Nota nº 02409/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 10 de junho de 2016 e o Despacho nº 34073/2016/CONJUR-MS/CGU/AGU, NUP 00737.005397/2016-97;
Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Vitória do Palmar, CNPJ nº 96.014.600/0001-88, e
Considerando o Parecer Técnico nº 100/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.125778/2014-65/MS, que concluiu pelo não atendimento do disposto nos incisos VIII e IX do art. 6º, art. 9º e seu inciso I e Anexo III da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:
Art. 1º Fica indeferida a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Vitória do Palmar, CNPJ nº 96.014.600/0001-88, com sede em Santa Vitória do Palmar (RS).
Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei nº 12.873/2013.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 889, DE 15 DE JULHO DE 2016

Desabilita leitos de Unidades de Cuidados Intermediário - UCI no Estado do Rio Grande do Sul.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de unidades neonatal;
Considerando o Ofício Circular nº 101 - GS/SAS, de 05 de maio de 2016, que informa sobre os estabelecimentos em desacordo, bem como o prazo para que os serviços estejam em conformidade com a Portaria nº 930/SAS/MS, de 10 de maio de 2012 que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de unidade neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e
Considerando o Ofício GAB nº 310/2016 da SES/RS, e Informação nº 44/2016, de 07 de junho de 2016 e 02 de junho de 2016 respectivamente, autorizando as desabilitações em desacordo, resolve:
Art. 1º Fica desabilitado o número de leitos das Unidades de Cuidados Intermediário, dos estabelecimentos a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
6255434	CAPS II ALCOOL E DROGAS SCS - PORTO ALEGRE/RS	
28.01		02

CNES	Hospital	Nº leitos
5602742	FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ - CAMBARÁ DO SUL/RS	
28.01		02

CNES	Hospital	Nº leitos
2254956	HOSPITAL PANAMBI - PANAMBI/RS	
28.01		02

CNES	Hospital	Nº leitos
2241447	UNIDADE PSF SÃO JOSÉ - IVORÁ/RS	
28.01		14

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 890, DE 15 DE JULHO DE 2016

Altera o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI do Hospital Maternidade Escola Santa Mônica e do Hospital Universitário Profº Alberto Antunes - MEC, ambos com sede em Maceió (AL).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que estabelece critérios de classificação e habilitação para as Unidades de Tratamento Intensivo Neonatal; e
Considerando a Portaria 850/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014, que altera o número de leitos dos estabelecimentos de saúde em questão, resolve:
Art. 1º Fica alterado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, dos hospitais a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
2009250	Maternidade Escola Santa Mônica - Maceió/AL	
26.01		06
26.10		27

CNES	Hospital	Nº leitos
2006197	Hospital Universitário Profº Alberto Antunes - MEC - Maceió/AL	
26.01		06
26.10		10

Art. 2º O custeio da habilitação de que trata o art. 1º desta Portaria, deverá onerar o teto financeiro do Estado e/ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.
Art. 3º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas Portarias nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, e nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos da habilitação.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 891, DE 15 DE JULHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 030, de 22/06/2016, e Deliberações CIB nº 033 e nº 034, de 17/06/16, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I a esta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 8.375.210.108,54, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	3.744.348.596,51	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	4.630.861.512,03	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 37.633.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 207.438.465,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento do recurso por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	90.446.475,94
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	3.653.902.120,57
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.744.348.596,51

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO -

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	1.840.228,26	2.167.710,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.429.606,38
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	92.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	165.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	-1.032.279,17	0,00	0,00	0,00	0,00	767.369,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	-12.217,62	0,00	0,00	0,00	0,00	151.927,86
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	460.269,48	405.245,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.811,01
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	91.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	1.278.269,99	939.050,57	0,00	0,00	0,00	0,00	4.302.142,03
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	263.025,00	94.589,71	0,00	0,00	0,00	0,00	367.727,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	157.500,00	94.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	284.112,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	855.380,45	688.452,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.683.399,54
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	98.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	285.588,90
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	0,00	9.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	308.859,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	14.187,34	0,00	0,00	0,00	0,00	32.016,54
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	783.905,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.312,59
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	90.727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	91.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	59.697,05	6.641.193,39	0,00	0,00	0,00	0,00	19.501.699,04
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	375.300,00	2.953.866,36	0,00	2.951.775,46	0,00	0,00	1.797.752,05
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	8.719,36	0,00	0,00	0,00	0,00	82.143,71
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	2.519.071,19	4.008.704,33	0,00	0,00	0,00	0,00	14.797.510,24
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	1.593.034,17	2.475.545,84	0,00	5.562.079,31	0,00	0,00	1.545.812,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	263.025,00	543.499,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.371.376,10
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	263.025,00	94.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	379.753,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	2.327.850,48	421.164,03	0,00	5.217.088,26	0,00	0,00	906.671,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	157.500,00	39.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371.318,21
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	1.411.591,38	497.526,40	0,00	12.552,96	0,00	0,00	3.768.094,23
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	157.500,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	363.527,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	12.168.609,68	12.662.061,74	0,00	34.261.664,20	0,00	0,00	19.343.130,16
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	339.660,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	748.902,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	13.635,96	0,00	0,00	0,00	0,00	95.988,37
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	10.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	157.500,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	191.165,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	9.813.787,62	25.460.334,87	0,00	3.728.739,29	0,00	0,00	52.813.914,48
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	7.601.962,64	5.217.346,29	0,00	10.042.184,41	0,00	0,00	24.739.930,84
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	263.025,00	9.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	572.390,85
350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	263.025,00	3.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	368.128,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	158.400,00	110.276,92	0,00	0,00	0,00	0,00	467.895,68
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	403.490,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.914,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	263.028,00	1.292.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.890.093,04
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	8.102,35	0,00	0,00	0,00	0,00	23.056,51
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	5.025.410,60	8.986.789,70	0,00	9.149.363,92	0,00	0,00	17.348.024,72
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	1.167.854,99	3.541.192,38	0,00	133.954,23	0,00	0,00	8.373.861,39
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	466.547,76	93.192,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.453.965,78
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	25.233,27	0,00	0,00	0,00	0,00	313.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	5.677.873,19	5.930.845,78	0,00	0,00	0,00	0,00	20.542.623,52
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	98.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	20.066,19	0,00	0,00	0,00	0,00	66.416,17
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	115.055,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.356,12
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	980.642,51	535.781,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.237.014,39
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	1.038.003,90	587.384,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.163.964,41
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	23.297.648,96	68.892.494,87	0,00	128.517.115,65	0,00	0,00	35.208.161,18
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	263.028,00	527.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.934.751,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	12.644.001,62	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260.359,02
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	520.057,60	325.530,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.888,42
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	3.315.651,33	9.144.193,72	0,00	0,00	0,00	0,00	16.797.452,52
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	17.412.169,78	66.426.938,06	0,00	101.972.340,40	0,00	0,00	36.688.495,51
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	2.460.000,00	1.901.205,10	0,00	91.682,58	0,00	0,00	9.699.868,75
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	61.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	67.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	58.973,86	0,00	0,00	0,00	0,00	746.504,56
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	315.000,00	310.284,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.029.945,53
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	183.965,96	0,00	0,00	0,00	0,00	560.709,78
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	1.442.528,11	98.238,84	0,00	0,00	0,00	0,00	7.576.073,46
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	263.028,00	496.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.068.910,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	619.500,00	36.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.869,20
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	7.500,00	23.064,41	0,00	0,00	0,00	0,00	412.956,59
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	605.675,10	191.326,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.815.718,63
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	157.500,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	702.941,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	3.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.655,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	625,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8.924,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	60.970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	80.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,98	4.036,58	0,00	150.298,08	0,00	0,00	0,00	0,00	808.006,64
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	39.350,88	0,00	0,00	0,00	0,00	42.454,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	6.566.735,77	19.118.874,68	0,00	77.932.238,85	0,00	0,00	6.934.830,78
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	13.316.930,18	8.575.854,18	0,00	29.702.109,79	0,00	0,00	16.099.899,42
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	14.435,04	0,00	0,00	0,00	0,00	18.874,30
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	263.028,00	126.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	848.272,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	57.342,38	0,00	0,00	0,00	0,00	801.616,93
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-164.837,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773.965,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	118.800,00	565.837,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.641.971,90
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	122.511,18	0,00	0,00	0,00	0,00	144.750,98
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	90.229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	96.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	38.401,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.552,91
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	3.751.162,73	1.457.763,58	0,00	0,00	0,00	0,00	10.359.585,49
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	158.400,00	452.625,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268.593,26
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	743.741,50	134.944,78	0,00	2.391.614,29	0,00	0,00	302.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	509.057,55	162.281,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.724.553,06
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	91.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	91.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	173.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.819,86
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	90.889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	91.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	1.479.425,54	0,00	0,00	0,00	0,00	7.213.447,61
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	455.618,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.408.434,55
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	75.573,26	0,00	0,00	0,00	0,00	673.746,54
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	1.043.004,12	236.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.324.834,77
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	50.069.443,02	180.013.174,81	0,00	171.989.484,96	0,00	0,00	255.838.053,13
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	1.153.688,47	0,00	0,00	0,00	0,00	3.917.195,41
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	4.442.852,50	-893.613,62	0,00	7.618.095,44	0,00	0,00	4.019.320,91
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	3.937,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.937,87
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	514.008,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.410.988,83
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	74.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	99.478,02	0,00	0,00	0,00	0,00	100.682,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	1.106.134,99	609.604,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.659,98
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	339.660,00	99.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	696.304,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	1.320.322,39	1.312.235,73	0,00	0,00	0,00	0,00	6.138.663,37
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,25	845.149,49	5.022.758,77	7.604.407,00	0,00	856.010,71	0,00	0,00	17.546.725,80
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	907.200,00	10.566.068,65	0,00	20.339.134,68	0,00	0,00	7.865.750,46
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	157.500,00	60.355,83	0,00	1.174.310,41	0,00	0,00	337.704,30
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	810.468,42	2.280.566,55	0,00	7.338.995,35	0,00	0,00	2.960.479,65
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	374.818,26	-160.867,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.107.343,66
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	14.724.627,71	11.200.836,53	0,00	49.540.320,42	0,00	0,00	9.711.445,76
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	92.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	160.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	258.000,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	410.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	659.596,47	76.206,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.955.232,24
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	1.094.566,62	232.351,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.947.611,54
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	22.565,20	0,00	0,00	0,00	0,00	757.164,40
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	-34.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.853,73
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	208.771,06	0,00	371.198,52	0,00	0,00	49.083,31
351200	COLINA	901.949,53	768,10	157.500,00	63.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.123.818,96
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	157.500,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	360.222,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	1.128.779,09	73.339,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.922,22
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	-45.375,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.411,51
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	315.900,00	744.529,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759.172,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	90.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	92.357,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	263.025,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	312.675,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	429.348,03	3.177.488,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.172.886,56
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	11.020,24	0,00	0,00	0,00	0,00	115.551,24
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	832.860,00	5.875.980,97	0,00	12.262.376,34	0,00	0,00	6.266.236,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	263.028,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	888.565,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	104.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	144.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46
351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	3.232.217,97	1.786.777,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.783.852,22
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	1.937.100,00	4.402.030,88	0,00	0,00	0,00	0,00	16.683.321,47
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	912.043,78	708.954,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.587.042,36
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,71	118.800,00	203.540,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.545,25
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	4.051.800,00	19.593.921,27	0,00	18.094.954,19	0,00	0,00	46.810.051,46
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	5.949,38	0,00	0,00	0,00	0,00	8.949,62
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	5.975.446,33	5.190.779,09	0,00	18.296.041,25	0,00	0,00	96.793,76
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	1.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	17.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	743.138,82	679.728,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619.736,76
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	7.096,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.174,91

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	110.701,65	0,00	191.566,12	0,00	0,00	228.145,60
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	2.088.532,08	2.091.473,78	0,00	0,00	0,00	0,00	8.488.707,08
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	937.305,48	264.538,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.419.444,10
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	263.028,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	567.300,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	4.970,13	0,00	0,00	0,00	0,00	150.952,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	101.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	578.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	93.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	114.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	61.970,91	0,00	0,00	0,00	0,00	70.579,21
351500	EMBU DAS ARTES	7.259.749,68	46.389,16	2.531.766,00	2.891.680,64	0,00	0,00	0,00	0,00	12.729.585,48
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	684.456,00	1.183.362,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.358.466,02
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	1.380.041,03	2.193.722,90	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	4.786.949,85
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	2.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.411,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.232,38	0,00	61.396,09	0,00	0,00	583.550,62
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	0,00	0,00	0,00	284.427,53
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	157.500,00	44.681,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.161,91
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	7.585.885,85	2.034.184,18	0,00	13.258.381,43	0,00	0,00	3.864.187,78
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	99.000,00	96.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	247.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	70.935,29	0,00	0,00	0,00	0,00	72.229,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,04	4.108.566,75	158.400,00	6.060.626,83	0,00	17.846.692,87	0,00	0,00	2.357.322,75
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	31.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	34.712,30
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	249.592,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	245.444,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	15.115.330,44	18.399.350,55	0,00	57.549.646,01	0,00	0,00	16.446.229,52
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	1.658.577,90	2.646.229,63	0,00	6.817.560,16	0,00	0,00	10.393.120,49
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	360.000,00	6.876.190,03	0,00	14.851.807,71	0,00	0,00	6.486.331,42
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,21	0,00	63.915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	473.938,23
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	1.082.448,31	3.686.183,55	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	8.030.109,36
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	7.778,39	0,00	0,00	0,00	0,00	40.816,59
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	37.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	99.000,00	35.794,59	0,00	0,00	0,00	0,00	649.756,73
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	67.347,57	0,00	0,00	0,00	0,00	474.832,66
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	65.979,53	0,00	0,00	0,00	0,00	71.435,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	207.784,88	0,00	0,00	0,00	0,00	318.094,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	892.431,27	729.359,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.288.044,05
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	559.439,91	0,00	0,00	0,00	0,00	840.509,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	165.000,00	33.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.453,24
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	198.000,00	548.319,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.465,88
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	71.906,15	0,00	0,00	0,00	0,00	419.503,89
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	157.500,00	62.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	440.897,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-146.755,78	0,00	0,00	0,00	0,00	66.781,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	718.073,34	62.816,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.275.422,85
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	1.068.351,14	73.295,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.206.225,81
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	6.427.526,87	5.830.219,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.538.696,66
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	263.025,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	496.607,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	1.551.770,29	-234.741,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.641.193,67
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	11.111.322,21	15.604.638,06	0,00	0,00	0,00	0,00	48.201.698,19
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	30.438.540,94	46.364.552,63	0,00	60.087.328,93	0,00	0,00	117.627.790,29
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	157.500,00	5.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	216.517,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	444.000,42	256.418,83	0,00	877.052,04	0,00	0,00	251.196,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	2.509.200,00	8.928.796,77	0,00	0,00	0,00	0,00	19.927.310,52
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	263.028,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	587.035,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	57.100,05	87.123,79	0,00	0,00	0,00	0,00	483.540,10
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	106.292,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.216,09
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	263.025,00	18.325,98	0,00	0,00	0,00	0,00	619.998,90
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	91.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	635.296,70	648.245,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.512.247,09
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	157.500,00	264.976,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780.533,70
351980	ICEM	147.949,89	0,00	157.500,00	97.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	402.749,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	-401.294,45	0,00	0,00	0,00	0,00	694.503,80
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	198.000,00	112.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147.192,20
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	547.547,04	264.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.204.647,90
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	40.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	854.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	157.500,00	417.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.979.874,43
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	63.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	271.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	1.345.134,68	255.296,86	0,00	3.117.581,44	0,00	0,00	698.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	3.535.975,03	15.679.768,23	0,00	144.956,28	0,00	0,00	32.135.368,00
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	81.551,54	0,00	407.096,70	0,00	0,00	88.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	94.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	138.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	400.657,95	136.729,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.166,75
352100	IPERO	69.588,83	0,00	157.500,00	585.226,02	0,00	0,00	0,00	0,00	812.314,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	263.025,00	94.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	420.109,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	61.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	78.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	132.000,00	1.508.598,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268.440,65
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	7.500,00	113.797,84	0,00	0,00	0,00	0,00	308.187,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	104.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	48.164,22	0,00	0,00	0,00	0,00	864.907,73
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	157.500,00	69.512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.252.465,54
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	134.661,43	0,00	0,00	0,00	0,00	711.765,88
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	2.749.794,00	2.191.091,87	0,00	2.143.469,19	0,00	0,00	7.816.110,78
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,41	8.656.008,20	1.165.080,00	14.387.948,29	0,00	25.482.953,84	0,00	0,00	10.419.647,06
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	2.026.374,00	3.629.023,99	0,00	2.010.054,04	0,00	0,00	13.836.914,26
352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	7.742.040,54	6.276.155,36	0,00	0,00	0,00	0,00	24.530.129,96
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	2.093.700,00	4.921.495,97	0,00	15.107.002,24	0,00	0,00	9.081.439,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	1.086.166,40	3.124.537,00	0,00	7.717.225,58	0,00	0,00	9.943.242,39
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	263.028,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	266.826,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	922.228,30	1.040.575,60	0,00	60.024,36	0,00	0,00	4.402.416,94
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	157.500,00	77.330,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.223.397,95
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	157.500,00	113.166,78	0,00	0,00	0,00	0,00	874.168,90
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.596.000,00	5.350.441,57	0,00	16.287.797,17	0,00	0,00	4.817.918,59
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	1.684.953,26	821.832,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.318.930,79

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEROS

352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	263.028,00	70.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	557.258,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	1.486.206,88	4.156.964,30	0,00	0,00	0,00	0,00	11.401.122,34
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	27.813,53	0,00	0,00	0,00	0,00	526.068,32
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	263.025,00	-59.268,77	0,00	0,00	0,00	0,00	773.529,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,63	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,13
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	6.776.277,60	4.097.345,81	0,00	21.653.935,18	0,00	0,00	4.074.238,33
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	1.442.535,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.126.403,67
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	3.688.268,89	1.685.583,34	0,00	0,00	0,00	0,00	9.028.607,61
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	157.500,00	110.838,32	0,00	0,00	0,00	0,00	512.611,54
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	2.400.081,86	3.448.801,98	0,00	0,00	0,00	0,00	9.704.359,91
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	7.782.981,68	12.230.443,94	0,00	0,00	0,00	0,00	36.368.833,00
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	2.001.547,08	145.017,13	0,00	6.228.457,54	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	524.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	118.800,00	1.872.647,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.424.130,23
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	4.607.029,95	4.521.874,19	0,00	10.366.758,88	0,00	0,00	4.595.271,84
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	256.500,00	944.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.803.397,56
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	263.028,00	726.081,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.765.539,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	11.437,98	0,00	0,00	0,00	0,00	342.527,63
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	15.195.605,16	29.819.364,08	0,00	67.827.012,16	0,00	0,00	34.248.929,00
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	92.626,01	0,00	0,00	0,00	0,00	105.056,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	157.500,00	-22.947,02	0,00	0,00	0,00	0,00	506.369,66
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	826.376,59	311.130,72	0,00	2.151.674,75	0,00	0,00	735.639,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	15.452.854,10	15.166.431,28	0,00	614.446,63	0,00	0,00	76.198.754,13
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	524.276,76	636.470,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.316.488,39
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	182.862,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.354,35
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	526.056,00	394.336,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.291,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	602.926,56	567.265,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.558.203,29
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	3.451.933,06	3.566.495,32	0,00	0,00	0,00	0,00	12.561.417,01
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	2.946.412,79	840.076,48	0,00	0,00	0,00	0,00	6.958.717,41
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	13.924.488,36	12.749.988,62	0,00	892.523,67	0,00	0,00	58.693.359,05
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	237.600,00	962.369,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.052.461,96
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	2.470.432,56	7.108.729,56	0,00	5.481.277,49	0,00	0,00	14.649.698,08
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	3.649.567,81	2.825.866,99	0,00	0,00	0,00	0,00	12.633.781,42
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	75.380,12	0,00	0,00	0,00	0,00	89.258,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	76.556,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716.946,42
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	889.582,96	-1.063,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.883.043,29
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	90.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	263.028,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	531.743,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	-27.056,91	0,00	0,00	0,00	0,00	196.233,83
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	668,04	0,00	0,00	0,00	0,00	23.647,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	99.000,00	400.678,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.492.282,15
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	116.315,80	0,00	0,00	0,00	0,00	345.841,01
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	42.738,49	0,00	0,00	0,00	0,00	53.133,13
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	289.500,00	82.548,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.687,46
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	2.294.664,46	631.259,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.319.967,02
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	582.854,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.638,05
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	95.636,84	0,00	0,00	0,00	0,00	112.716,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	205.641,82	0,00	0,00	0,00	0,00	230.691,32
352900	MARILIA	27.754.093,08	18.954.807,54	19.899.891,27	20.035.258,65	0,00	49.110.465,26	0,00	0,00	37.533.585,28
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	4.857,53	0,00	0,00	0,00	0,00	18.394,51
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	691.160,98	1.273.825,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.670.622,89
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	4.230.502,62	6.091.937,41	0,00	13.713.290,51	0,00	0,00	1.318.202,65
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	6.016.487,32	58.512.974,59	0,00	127.323,68	0,00	0,00	83.877.777,89
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	263.025,00	103.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	378.873,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	95.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	117.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	10.889,86	0,00	0,00	0,00	0,00	34.405,01
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	151.927,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.253,10
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	3.748,02	0,00	0,00	0,00	0,00	86.995,72
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	20.597,90	0,00	0,00	0,00	0,00	699.172,95
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	193.332,00	0,00	2.055.559,21	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	2.698.412,22	510.430,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.599.604,50
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	2.375.303,88	5.082.723,12	0,00	0,00	0,00	0,00	12.122.819,30
353060	MOGI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	15.310.722,02	51.560.898,41	0,00	40.239.824,84	0,00	0,00	74.124.489,01
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	5.782.887,58	8.408.985,37	0,00	380,40	0,00	0,00	25.800.064,29
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	4.946.326,51	7.070.941,89	0,00	2.276.396,75	0,00	0,00	17.178.603,90
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	95.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	140.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	7.270,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.996,56
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	999.180,00	28.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.550.824,81
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	1.697.391,21	2.425.041,90	0,00	0,00	0,00	0,00	7.333.963,91
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	976.368,63	121.591,52	0,00	2.228.405,72	0,00	0,00	324.976,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	310.304,05	53.268,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617.713,47
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	158.400,00	497.651,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.869.009,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	2.118.660,00	343.201,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.832.136,96
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.269,35	0,00	0,00	0,00	0,00	771.203,97
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	74.424,41	0,00	0,00	0,00	0,00	116.622,87
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	-95.974,96	0,00	0,00	0,00	0,00	82.404,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	14.808,17	0,00	0,00	0,00	0,00	32.701,38
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	157.500,00	-65.898,79	0,00	0,00	0,00	0,00	705.778,57
353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	157.500,00	114.614,70	0,00	0,00	0,00	0,00	650.251,56
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	971.987,68	175.408,04	0,00	2.262.362,78	0,00	0,00	290.627,76
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	103.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	122.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	61.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	80.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	2.607,57	0,00	0,00	0,00	0,00	13.518,78
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	78.432,82	0,00	0,00	0,00	0,00	357.674,96
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	815.755,19	709.712,77	0,00	3.597.677,00	0,00	0,00	787.997,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38

EXEMPLAR DESTINADO À IMPRENSA NACIONAL

353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	91.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	135.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	250.145,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.191,37
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	1.132.064,54	434.946,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.938.182,32
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	63.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	1.702.442,60	4.037.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	9.043.136,57
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	95.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	133.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	51.734,02	0,00	0,00	0,00	0,00	97.179,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	431.720,46	0,00	0,00	0,00	0,00	503.980,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	1.049.741,64	1.183.349,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.359.253,32
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	2.663.700,00	16.546.799,79	0,00	9.798.454,41	0,00	0,00	48.289.198,51
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	101.100,03	0,00	0,00	0,00	0,00	114.908,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	923.230,96	503.431,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.140.380,16
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	8.087.814,30	11.502.478,91	0,00	0,00	0,00	0,00	32.300.594,81
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	72.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	353.113,52
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	120.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	688.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	157.500,00	102.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	307.513,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	62.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	87.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	157.500,00	70.798,32	0,00	0,00	0,00	0,00	947.598,54
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	933.187,31	89.707,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.540.932,00
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.651,81	0,00	0,00	0,00	0,00	604.724,11
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	1.964.466,42	1.611.094,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6.895.346,80
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	144.306,92	0,00	0,00	0,00	0,00	346.245,05
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	93.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	153.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	157.500,00	21.236,23	0,00	0,00	0,00	0,00	718.687,40
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	15.036,94	0,00	0,00	0,00	0,00	18.303,94
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	177.027,99	0,00	0,00	0,00	0,00	646.321,76
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	263.025,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	366.966,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	5.305.169,09	0,00	13.643.631,45	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	8.982,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.761,02
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	157.500,00	59.271,61	0,00	739.145,03	0,00	0,00	288.922,09
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	91.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	91.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	1.755.737,91	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076.610,88
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	36.437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	263.025,00	-93.487,06	0,00	0,00	0,00	0,00	459.689,63
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	1.422.522,15	1.276.006,87	0,00	0,00	0,00	0,00	4.706.892,21
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	157.500,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	165.976,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	569.033,75	1.725.390,93	0,00	2.937.858,52	0,00	0,00	309.097,53
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	-477.596,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.074,85
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	66.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	143.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	263.028,00	8.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	478.606,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	1.834.186,93	3.881.144,96	0,00	0,00	0,00	0,00	12.520.629,58
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	759.678,55	248.942,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.391.043,89
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	92.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	132.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	1.263.108,00	2.221.391,74	0,00	0,00	0,00	0,00	7.590.724,18
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	1.288.559,00	1.118.779,91	0,00	6.601.162,49	0,00	0,00	3.379.888,57
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	864.387,89	357.288,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.500,54
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	571.200,00	4.741.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.119.780,06
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	93.814,47	0,00	0,00	0,00	0,00	296.427,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	157.500,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	316.237,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	263.025,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	623.890,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	157.500,00	-181.549,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.177.790,27
353870	PIRACICABA	33.151.995,02	9.198.312,26	15.872.852,35	17.760.722,68	0,00	0,00	0,00	0,00	75.983.882,31
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	1.192.756,30	243.483,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.514.059,63
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	795.652,62	95.109,48	0,00	2.114.079,21	0,00	0,00	859.860,14
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	99.000,00	198.258,90	0,00	0,00	0,00	0,00	662.110,13
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	157.500,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.978,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	480.000,00	677.898,01	0,00	633.304,27	0,00	0,00	1.821.289,27
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	1.971.485,04	2.928.326,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.876.061,52
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	105.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	373.150,84
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	263.028,00	803.247,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.486.032,26
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	263.025,00	90.300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	373.429,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	61.683,60	0,00	0,00	0,00	0,00	82.496,80
353980	POA	3.394.062,94	0,00	211.200,00	1.029.139,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.634.402,84
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	91.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	138.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	158.400,00	954.877,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.296.499,56
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	263.028,00	787.994,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.768.968,57
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	107.183,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.537,93
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	9.515,81	0,00	0,00	0,00	0,00	74.534,50
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	106.338,46	0,00	0,00	0,00	0,00	438.105,12
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	91.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	103.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	1.457.834,18	910.263,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500.065,39
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	981.053,64	495.675,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.552.135,75
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	157.500,00	371.556,24	0,00	0,00	0,00	0,00	646.535,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	124.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	634.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	263.028,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	748.916,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	1.630.764,00	13.234.722,16	0,00	64,91	0,00	0,00	37.919.663,42
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	427.943,04	94.665,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.478,71
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	1.326.629,19	249.375,74	0,00	4.190.118,23	0,00	0,00	199.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	6.269.027,16	17.067.528,01	0,00	63.397.791,18	0,00	0,00	5.132.368,03
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	1.260.195,55	1.173.811,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.244.045,27
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,94	0,00	2.285.065,60	0,00	4.047.339,62	0,00	0,00	681.858,46

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

354165	QUADRA	1.786,64	0,00	263.025,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	265.825,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	95.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	247.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	381.825,00	33.680,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.545,27
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	99.000,00	97.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	221.168,50
354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,34	1.775.437,68	1.621.333,26	0,00	5.401.547,90	0,00	0,00	1.342.957,29
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	124.356,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.755,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	91.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	106.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	3.262.505,05	4.763.359,65	0,00	9.673.703,89	0,00	0,00	3.895.555,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	21.922,14	0,00	0,00	0,00	0,00	476.335,37
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-80.639,29	0,00	0,00	0,00	0,00	851.426,87
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	44.687,13	0,00	0,00	0,00	0,00	90.328,21
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	92.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	119.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	237.600,00	15.221.268,23	0,00	0,00	0,00	0,00	20.669.579,98
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	26.961.916,81	89.814.382,22	0,00	135.777.218,58	0,00	0,00	97.934.472,10
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	132.000,00	91.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	285.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	281.608,60	0,00	0,00	0,00	0,00	831.432,13
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	6.573.408,06	12.335.107,38	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	29.074.309,35
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	424.320,01	544.414,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.983.854,08
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	1.949.165,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.366.175,67
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	0,00	25.802,40	0,00	0,00	0,00	0,00	389.930,88
354425	ROSANA	1.427.905,05	553.745,90	0,00	184.646,85	0,00	1.537.686,89	0,00	0,00	628.610,91
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	72.015,60	0,00	0,00	0,00	0,00	72.429,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	61.119,87	0,00	0,00	0,00	0,00	104.543,87
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	193,59	0,00	0,00	0,00	0,00	599,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	108.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	162.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	81.854,77	0,00	0,00	0,00	0,00	448.012,61
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	263.028,00	41.132,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.565.099,41
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	92.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	5.291.909,82	0,00	0,00	0,00	0,00	11.157.067,08
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	548.017,45	2.320.536,87	0,00	11.955.069,76	0,00	0,00	3.415.515,73
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	306.933,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.404,16
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	134.917,66	0,00	0,00	0,00	0,00	548.865,35
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	157.500,00	35.057,31	0,00	20.740,92	0,00	0,00	226.459,69
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	3.946.907,69	7.727.444,21	0,00	118.751,45	0,00	0,00	18.780.524,34
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	-286.839,28	0,00	0,00	0,00	0,00	177.841,70
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	7.917,06	0,00	0,00	0,00	0,00	17.128,50
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	263.028,00	3.790,33	0,00	0,00	0,00	0,00	285.932,51
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	1.233.781,99	252.531,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759.136,29
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	2.598.772,01	5.980.666,17	0,00	0,00	0,00	0,00	11.768.500,86
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	60.979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	142.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	1.321.633,31	3.017.557,70	0,00	355.016,66	0,00	0,00	7.047.640,82
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	362.025,00	358.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.237,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	2.420.586,60	2.342.842,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.433.813,32
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	45.617,44	0,00	0,00	0,00	0,00	140.218,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	7.497,68	0,00	0,00	0,00	0,00	22.497,44
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	99.000,00	2.208.004,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.530.083,22
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	9.813,47	0,00	0,00	0,00	0,00	21.905,90
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	817.344,54	1.382.301,77	0,00	4.918.351,02	0,00	0,00	2.268.119,71
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	263.028,00	40.659,04	0,00	0,00	0,00	0,00	971.961,89
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	7.911,60	0,00	0,00	0,00	0,00	28.462,15
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	674.834,20	94.869,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.152.550,43
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	8.188.798,83	57.115.254,88	0,00	31.640.218,06	0,00	0,00	86.023.899,75
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	263.028,00	101.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	564.076,48
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	363.836,47	0,00	0,00	0,00	0,00	888.122,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	93.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	95.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	157.500,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	268.582,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	130.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	148.293,74
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	233.894,14	0,00	0,00	0,00	0,00	239.997,35
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	24.210.612,28	38.120.953,41	0,00	24.188.126,99	0,00	0,00	108.949.986,30
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	482.447,34	161.237,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395.068,38
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	19.276.096,73	189.316.381,43	0,00	0,00	0,00	0,00	249.196.741,79
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	1.520.508,00	12.071.994,45	0,00	152.245,94	0,00	0,00	27.328.909,99
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	9.373.569,60	17.494.028,06	0,00	0,00	0,00	0,00	52.903.701,72
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	103.792,35	0,00	0,00	0,00	0,00	113.820,96
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	5.259.903,90	6.783.270,57	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	18.071.595,13
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	44.463,65	0,00	0,00	0,00	0,00	54.279,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	1.624.532,19	1.869.012,92	0,00	5.641.633,93	0,00	0,00	1.101.220,29
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	163.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	276.772,17
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	96.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	411.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	2.382.335,46	2.358.585,84	0,00	0,00	0,00	0,00	8.899.988,95
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	55.476.456,13	60.270.388,45	0,00	138.055.865,27	0,00	0,00	85.706.363,83
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	9.306.329,59	34.735.439,29	0,00	14.398.627,87	0,00	0,00	92.836.858,95
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	263.028,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	472.578,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.842,93	0,00	0,00	0,00	0,00	636.404,83
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	862.127,86	340.039,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.972.106,65
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	1.124.305,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.517.599,06
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,09	247.700.629,07	266.251.600,48	1.111.393.496,24	0,00	1.750.449.193,81	0,00	0,00	989.277.650,07
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	436.586,77	231.746,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.119,60
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	97.292,54	0,00	0,00	0,00	0,00	196.119,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	1.801.648,48	755.891,94	0,00	0,00	0,00	0,00	6.899.775,01
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	3.230.169,52	1.167.697,19	0,00	41.687,83	0,00	0,00	9.400.347,04
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	407.496,90	120.686,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.470.228,02
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	530.588,16	139.147,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.426.000,89
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.966.500,00	8.879.491,43	0,00	0,00	0,00	0,00	28.805.252,96
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	263.025,00	139.127,07	0,00	0,00	0,00	0,00	409.647,51
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	13.650,77	0,00	0,00	0,00	0,00	25.272,53
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	263.028,00	51.790,67	0,00	0,00	0,00	0,00	581.413,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	362.028,00	1.623.806,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690.162,97

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	487.323,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.034,14
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	4.212.197,52	4.020.009,30	0,00	0,00	0,00	0,00	14.605.587,54
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.243,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.111,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	961.700,24	433.616,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307.881,30
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	25.131.872,80	27.710.862,69	0,00	46.650.564,79	0,00	0,00	104.580.003,93
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	273.077,12	0,00	0,00	0,00	0,00	651.415,70
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	4.153.250,84	10.060.986,18	0,00	22.962.332,36	0,00	0,00	12.086.179,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	7.282.739,26	7.627.106,50	0,00	144.180,57	0,00	0,00	26.377.449,54
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	94.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	116.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	158.400,00	194.932,01	0,00	0,00	0,00	0,00	678.939,75
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	112.935,93	0,00	0,00	0,00	0,00	699.696,90
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.558.200,00	16.490.765,82	0,00	29.911.828,73	0,00	0,00	15.093.869,73
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	94.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	119.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	505.354,98	39.773,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097.577,82
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	94.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	194.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	91.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	208.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	502.233,19	109.485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.482.052,36
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	828.000,90	92.855,70	0,00	1.443.407,32	0,00	0,00	399.723,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	167.497,57	0,00	0,00	0,00	0,00	874.415,48
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	92.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	119.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	2.213.768,96	4.570.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	10.980.352,30
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	657.583,35	175.577,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.080.859,00
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	1.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	94.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	122.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	157.500,00	520.429,42	0,00	0,00	0,00	0,00	967.313,68
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	3.638.155,93	1.419.728,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.128.957,75
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.804.338,96	20.966.915,98	0,00	56.712.127,47	0,00	0,00	6.890.419,88
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	586.345,38	85.782,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2.813.968,71
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	74.405,67	0,00	0,00	0,00	0,00	341.056,48
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	917.940,77	205.848,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.186.926,42
355460	TIMBURI	600,00	0,00	157.500,00	40.221,54	0,00	0,00	0,00	0,00	198.321,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	895,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.173,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	91.391,94	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.118.364,20
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	17.272,98	0,00	0,00	0,00	0,00	38.323,82
355495	TUIUTI	0,00	0,00	157.500,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.959,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	7.110.923,39	3.871.495,75	0,00	27.384.134,86	0,00	0,00	2.872.730,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	561.785,28	224.590,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.199,82
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	64.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	2.763.457,90	853.552,05	0,00	0,00	0,00	0,00	7.566.986,41
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	39.932,47	0,00	0,00	0,00	0,00	50.956,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	92.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	309.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	91.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	105.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	335.700,00	-52.237,57	0,00	0,00	0,00	0,00	697.316,84
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	49.132,93	0,00	0,00	0,00	0,00	745.818,47
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	30.861,27	0,00	0,00	0,00	0,00	329.169,82
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	1.580.887,42	4.436.277,32	0,00	0,00	0,00	0,00	9.995.120,74
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	118.800,00	366.153,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.202.469,77
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	157.500,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	169.883,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	928.431,49	436.576,55	0,00	0,00	0,00	0,00	3.254.377,91
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	157.500,00	345.081,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.619.777,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	147.456,00	2.167.597,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.903.894,94
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	62.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	1.854.230,28	2.749.653,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.060.190,94
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	158.400,00	-11.755,54	0,00	0,00	0,00	0,00	882.735,45
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	-22.274,33	0,00	0,00	0,00	0,00	174.530,62
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	6.949,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.335,55
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	315.900,00	2.473.500,69	0,00	0,00	0,00	0,00	8.239.857,99
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	6.657.451,14	6.461.659,66	0,00	17.648.559,63	0,00	0,00	6.360.988,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	91.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	101.405,78
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	136.646,66	0,00	1.071.082,57	0,00	0,00	133.000,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	263.028,00	14.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	368.002,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										4.630.861.512,03

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 892, DE 15 DE JULHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Ceará.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria n°. 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e,

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Ceará, por meio do Ofício nº 6862/2016, de 13/06/2016 e Resolução nº 38-A/2016 - CIB/CE, de 07/06/2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado da Ceará, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.774.929.558,80, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	436.818.960,82	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.306.743.827,98	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	31.366.770,00	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO, no valor de R$ 18.275.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 20.378.400,00.

§ 3º O estado e municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0023 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	59.974.672,04
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	219.523.250,00
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	157.321.038,78
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	436.818.960,82

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
230010	ABAIARA	280.278,00	0,00	163.582,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	443.860,00
230015	ACARAPE	154.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.996,00
230020	ACARAU	3.107.677,00	333.684,00	1.601.646,00	0,00	0,00	904.200,00	0,00	0,00	4.138.807,00
230030	ACOPIARA	3.081.301,00	199.595,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.399.696,00
230040	AIUABA	451.768,00	0,00	51.532,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	503.300,00
230050	ALCANTARAS	87.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.986,00
230060	ALTANEIRA	125.642,00	1.789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.431,00
230070	ALTO SANTO	709.167,00	9.282,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	817.449,00
230075	AMONTADA	1.350.011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350.011,00
230080	ANTONINA DO NORTE	139.855,00	4.292,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.147,00
230090	APUIARES	284.198,00	0,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.198,00
230100	AQUIRAZ	3.001.505,00	829,00	138.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.140.934,00
230110	ARACATI	5.464.995,00	613.308,00	992.666,00	0,00	0,00	429.000,00	0,00	0,00	6.641.969,00
230120	ARACOIABA	4.432.515,00	860.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.293.345,00
230125	ARARENDA	321.678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.678,00
230130	ARARIPE	1.306.516,00	18.271,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.423.787,00
230140	ARATUBA	310.834,00	0,00	56.862,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	367.696,00
230150	ARNEIROZ	255.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.128,00
230160	ASSARE	1.066.328,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066.328,00
230170	AURORA	2.266.936,00	42.029,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.407.965,00
230180	BAIXIO	285.682,00	16.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.830,00
230185	BANABUIU	445.869,00	0,00	168.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.199,00
230190	BARBALHA	19.903.543,00	20.798.854,00	9.360.452,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.218.849,00
230195	BARREIRA	378.153,00	0,00	61.727,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	439.880,00
230200	BARRO	528.076,00	0,00	103.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632.075,00
230205	BARROQUINHA	327.037,00	0,00	108.379,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.416,00
230210	BATURITE	3.258.843,00	1.084.416,00	1.222.985,00	0,00	0,00	958.200,00	0,00	0,00	4.608.044,00
230220	BEBERIBE	2.032.206,00	1.602,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.033.808,00
230230	BELA CRUZ	1.270.598,00	0,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.398,00
230240	BOA VIAGEM	2.275.537,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.275.537,00
230250	BREJO SANTO	6.552.042,00	3.409.258,00	3.546.892,00	0,00	0,00	872.000,00	0,00	0,00	12.636.192,00
230260	CAMOCIM	4.626.337,00	577.980,00	534.600,00	0,00	0,00	811.800,00	0,00	0,00	4.927.117,00
230270	CAMPOS SALES	903.173,00	3.561,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	906.734,00
230280	CANINDE	8.468.280,00	1.894.716,00	2.356.152,00	0,00	0,00	673.200,00	0,00	0,00	12.045.948,00
230290	CAPISTRANO	798.461,00	17.463,00	33.397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	849.321,00
230300	CARIDADE	520.899,00	0,00	91.676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	612.575,00
230310	CARIRE	1.003.475,00	3.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006.800,00
230320	CARIRIACU	1.161.012,00	0,00	240.781,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.401.793,00
230330	CARIUS	853.371,00	3.450,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	975.621,00
230340	CARNAUBAL	1.028.117,00	0,00	48.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076.655,00
230350	CASCAVEL	5.081.917,00	418.273,00	1.643.201,00	0,00	0,00	719.400,00	0,00	0,00	6.423.991,00
230360	CATARINA	948.861,00	0,00	209.835,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.158.696,00
230365	CATUNDA	379.261,00	0,00	11.764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.025,00
230370	CAUCAIA	18.947.182,00	1.374.990,00	884.125,00	0,00	0,00	819.600,00	0,00	0,00	20.386.697,00
230380	CEDRO	1.738.864,00	76.329,00	224.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.039.341,00
230390	CHAVAL	551.747,00	8.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559.797,00
230393	CHORO	383.970,00	0,00	29.196,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413.166,00
230395	CHOROZINHO	583.346,00	0,00	94.803,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.149,00
230400	COREAU	992.316,00	1.320,00	94.007,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087.643,00
230410	CRATEUS	10.512.249,00	1.880.892,00	2.566.350,00	0,00	0,00	686.850,00	0,00	0,00	14.272.641,00
230420	CRATO	14.264.318,00	6.114.094,00	5.560.913,00	0,00	0,00	712.950,00	0,00	0,00	25.226.375,00
230423	CROATA	511.878,00	0,00	30.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.546,00
230425	CRUZ	1.648.831,00	70.669,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.300,00
230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	451.960,00	0,00	19.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.634,00
230427	ERERE	146.370,00	0,00	40.587,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.957,00
230428	EUSEBIO	17.591.065,00	182.860,00	323.400,00	0,00	0,00	10.168.200,00	0,00	0,00	7.929.125,00
230430	FARIAS BRITO	1.009.675,00	1.818,00	178.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.189.693,00
230435	FORQUILHA	627.083,00	0,00	158.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785.483,00
230440	FORTALEZA	722.952.136,00	99.800.056,00	63.184.582,00	0,00	157.321.038,78	67.201.344,00	31.366.770,00	0,00	630.047.621,22
230445	FORTIM	474.080,00	0,00	68.901,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.981,00
230450	FRECHEIRINHA	365.259,00	0,00	28.032,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393.291,00
230460	GENERAL SAMPAIO	107.211,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.211,00
230465	GRACA	141.361,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.361,00
230470	GRANJA	2.399.906,00	3.604,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.403.510,00
230480	GRANJEIRO	190.864,00	0,00	178.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369.664,00
230490	GROAIRAS	170.843,00	0,00	21.636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.479,00
230495	GUAIUBA	1.148.753,00	0,00	230.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378.943,00
230500	GUARACIABA DO NORTE	1.569.111,00	46.516,00	138.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.754.227,00
230510	GUARAMIRANGA	115.354,00	0,00	32.937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.291,00
230520	HIDROLANDIA	464.986,00	0,00	22.637,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487.623,00
230523	HORIZONTE	8.099.373,00	19.451,00	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.303.624,00
230526	IBARETAMA	447.758,00	0,00	33.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481.230,00
230530	IBIAPINA	1.109.129,00	56.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.165.169,00
230533	IBICUITINGA	282.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.242,00
230535	ICAPUI	804.642,00	0,00	101.027,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	905.669,00
230540	ICO	5.058.735,00	658.164,00	184.800,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	5.721.699,00
230550	IGUATU	11.589.663,00	1.724.583,00	881.354,00	0,00	0,00	457.200,00	0,00	0,00	13.738.400,00
230560	INDEPENDENCIA	918.195,00	317.998,00	118.994,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.187,00
230565	IPAPORANGA	390.304,00	0,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.304,00
230570	IPAUMIRIM	321.885,00	4.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326.200,00
230580	IPU	4.236.339,00	372.691,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.727.830,00
230590	IPUEIRAS	1.884.055,00	5.543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.598,00
230600	IRACEMA	802.631,00	19.926,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	822.557,00
230610	IRAUCUBA	1.035.414,00	0,00	46.827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082.241,00
230620	ITAICABA	191.206,00	0,00	28.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.014,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

230625	ITAITINGA	984.710,00	21.957,00	158.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.165.067,00
230630	ITAPAGE	2.936.854,00	19.067,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.955.921,00
230640	ITAPIPOCA	11.433.796,00	2.043.018,00	5.302.249,00	0,00	0,00	775.800,00	0,00	0,00	18.003.263,00
230650	ITAPIUNA	953.828,00	0,00	37.456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991.284,00
230655	ITAREMA	2.199.783,00	7.391,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.207.174,00
230660	ITATIRA	340.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.340,00
230670	JAGUARETAMA	1.085.273,00	0,00	43.963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129.236,00
230680	JAGUARIBARA	266.539,00	4.658,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.197,00
230690	JAGUARIBE	2.552.204,00	2.884,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	2.397.588,00
230700	JAGUARUANA	1.367.846,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.367.846,00
230710	JARDIM	1.581.252,00	34.571,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.615.823,00
230720	JATI	459.578,00	0,00	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644.378,00
230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	516.053,00	0,00	158.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	674.453,00
230730	JUAZEIRO DO NORTE	60.639.507,00	1.438.583,00	679.800,00	615.600,00	0,00	33.897.632,00	0,00	0,00	29.475.858,00
230740	JUCAS	1.608.439,00	70.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.678.974,00
230750	LAVRAS DA MANGABEIRA	2.072.303,00	0,00	601.578,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.673.881,00
230760	LIMOEIRO DO NORTE	5.775.220,00	1.355.248,00	1.090.068,00	0,00	0,00	1.709.100,00	0,00	0,00	6.511.436,00
230763	MADALENA	467.626,00	0,00	41.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	509.445,00
230765	MARACANAU	49.191.133,20	2.438.230,00	2.002.127,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00	0,00	53.127.490,20
230770	MARANGUAPE	9.890.043,00	103.432,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.112.275,00
230780	MARCO	1.383.975,00	29.376,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.351,00
230790	MARTINOPOLE	286.060,00	0,00	56.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342.402,00
230800	MASSAPE	795.689,00	5.887,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920.376,00
230810	MAURITI	2.892.921,00	0,00	530.007,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.422.928,00
230820	MERUOCA	414.602,00	0,00	43.053,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.655,00
230830	MILAGRES	1.369.656,00	0,00	238.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.608.124,00
230835	MILHA	508.393,00	0,00	43.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.168,00
230837	MIRAIMA	250.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.683,00
230840	MISSAO VELHA	1.381.273,56	3.482,00	501.411,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.886.166,56
230850	MOMBACA	1.724.502,00	1.193,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.725.695,00
230860	MONSENHOR TABOSA	1.025.870,00	0,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.144.670,00
230870	MORADA NOVA	4.034.340,00	32.994,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.067.334,00
230880	MORAUJO	306.384,00	0,00	28.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.284,00
230890	MORRINHOS	599.751,00	2.305,00	91.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	694.042,00
230900	MUCAMBO	641.212,00	358.982,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.194,00
230910	MULUNGU	674.102,00	0,00	43.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	717.921,00
230920	NOVA OLINDA	433.176,00	8.168,00	236.732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.076,00
230930	NOVA RUSSAS	1.600.921,00	21.516,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.721.437,00
230940	NOVO ORIENTE	1.062.271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.271,00
230945	OCARA	860.045,00	0,00	128.459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	988.504,00
230950	OROS	1.377.608,00	8.223,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.831,00
230960	PACAJUS	1.713.731,00	39.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752.911,00
230970	PACATUBA	2.823.632,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.823.632,00
230980	PACOTI	721.155,00	10.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	731.158,00
230990	PACUJA	34.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.782,00
231000	PALHANO	223.482,00	0,00	42.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.241,00
231010	PALMACIA	310.589,00	0,00	10.578,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.167,00
231020	PARACURU	1.809.760,00	96.452,00	431.610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337.822,00
231025	PARAIPABA	2.066.079,00	0,00	124.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.190.392,00
231030	PARAMBU	2.649.105,00	0,00	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.748.105,00
231040	PARAMOTI	308.667,00	0,00	37.363,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.030,00
231050	PEDRA BRANCA	2.521.216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	2.363.716,00
231060	PENAFORTE	323.234,00	0,00	244.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568.034,00
231070	PENTECOSTE	6.223.182,00	107.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.330.471,00
231080	PEREIRO	751.855,00	5.527,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757.382,00
231085	PINDORETAMA	523.808,00	660,00	72.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.148,00
231090	PIQUET CARNEIRO	800.600,00	0,00	34.515,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	835.115,00
231095	PIRES FERREIRA	91.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.668,00
231100	PORANGA	612.088,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	612.088,00
231110	PORTEIRAS	487.102,00	0,00	174.883,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	661.985,00
231120	POTENGI	254.474,00	74.443,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	328.917,00
231123	POTIRETAMA	118.744,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.744,00
231126	QUITERIANOPOLIS	547.537,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	547.537,00
231130	QUIXADA	14.114.684,00	1.893.768,00	1.948.786,00	0,00	0,00	619.500,00	0,00	0,00	17.337.738,00
231135	QUIXELO	546.134,00	4.215,00	118.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	669.149,00
231140	QUIXERAMOBIM	43.145.170,00	185.663,00	483.798,00	0,00	0,00	36.555.000,00	0,00	0,00	7.259.631,00
231150	QUIXERE	649.648,00	0,00	61.328,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	710.976,00
231160	REDENCAO	2.690.914,00	487.779,00	971.933,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150.626,00
231170	RERIUTABA	525.852,00	2.417,00	58.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586.273,00
231180	RUSSAS	7.910.502,00	970.102,00	2.660.645,00	0,00	0,00	1.577.700,00	0,00	0,00	9.963.549,00
231190	SABOEIRO	596.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596.275,00
231195	SALITRE	565.397,00	0,00	157.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	723.367,00
231200	SANTANA DO ACARAU	1.850.199,00	5.180,00	138.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.993.979,00
231210	SANTANA DO CARIRI	314.833,00	0,00	158.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	473.233,00
231220	SANTA QUITERIA	2.429.653,00	26.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.455.775,00
231230	SAO BENEDITO	4.277.756,00	126.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.403.913,00
231240	SAO GONCALO DO AMARANTE	6.594.836,00	19.555,00	369.600,00	0,00	0,00	765.600,00	0,00	0,00	6.218.391,00
231250	SAO JOAO DO JAGUARIBE	206.785,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.785,00
231260	SAO LUIS DO CURU	419.681,00	0,00	43.473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.154,00
231270	SENADOR POMPEU	2.105.567,00	458.165,00	385.452,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.949.184,00
231280	SENADOR SA	10.608,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.608,00
231290	SOBRAL	112.727.580,00	32.477.667,00	27.557.596,00	0,00	0,00	54.526.044,00	0,00	0,00	118.236.799,00
231300	SOLONOPOLE	1.224.055,00	480,00	180.237,00	0,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	1.247.272,00
231310	TABULEIRO DO NORTE	1.362.460,00	370.438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.732.898,00
231320	TAMBORIL	2.459.913,00	1.226,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.461.139,00
231325	TARRAFAS	243.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.570,00
231330	TAUA	7.899.036,00	797.495,00	2.106.406,00	0,00	0,00	1.847.400,00	0,00	0,00	8.955.537,00
231335	TEJUCUOCA	437.251,00	0,00	54.396,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	491.647,00
231340	TIANGUA	6.505.416,00	1.461.933,00	1.668.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.635.669,00
231350	TRAIRI	1.795.475,00	1.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.640,00
231355	TURURU	383.105,00	0,00	54.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.425,00
231360	UBAJARA	2.004.564,00	23.103,00	508.200,00	0,00	0,00	679.030,00	0,00	0,00	1.856.837,00
231370	UMARI	292.619,00	0,00	23.008,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.627,00
231375	UMIRIM	366.291,00	0,00	194.059,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.350,00
231380	URUBURETAMA	913.894,00	0,00	147.042,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.936,00
231390	URUOCA	354.489,00	762,00	29.795,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385.046,00
231395	VARJOTA	427.123,00	0,00	56.412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.535,00
231400	VARZEA ALEGRE	2.768.408,00	72.414,00	726.247,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.567.069,00
231410	VICOSA DO CEARA	3.383.708,00	3.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.387.211,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.306.743.827,98

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	230440 - FORTALEZA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	2561492	0	10-01-2006	16.904.847,00
Municipal	230440 - FORTALEZA	MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	2481286	0	10-01-2006	14.461.923,00
TOTAL						31.366.770,00

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO STUDART GOMES	2479214	02	03-06-2016	FES	25.866.412,68
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR	2479907	02	03-06-2016	FES	5.967.000,00
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA	2480026	02	03-06-2016	FES	4.117.191,51
230440 - FORTALEZA	CENTRO DE SAÚDE ESCOLA MEIRELES	2481472	02	03-06-2016	FES	213.721,56
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	2497654	02	03-06-2016	FES	51.366.548,73
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL DR. CÉSAR CALS	2499363	02	03-06-2016	FES	26.477.120,46
230440 - FORTALEZA	INSTITUTO PREVENÇÃO DO CÂNCER	2561379	02	03-06-2016	FES	1.596.696,74
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECCIOSAS	2561417	02	03-06-2016	FES	5.365.480,86
230440 - FORTALEZA	HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN	2563681	02	03-06-2016	FES	33.603.931,19
230440 - FORTALEZA	CENTRO INTEGRADO DIABETES HIPERTENSÃO	2611775	02	03-06-2016	FES	944.998,66
230440 - FORTALEZA	CENTRO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA CENTRO	2704404	02	03-06-2016	FES	1.089.572,37
230440 - FORTALEZA	CENTRO ESPECIALIZADO EM DERMATOLOGIA DONA LIBÂNIA	2723158	02	03-06-2016	FES	712.364,02
TOTAL						157.321.038,78

PORTARIA Nº 893, DE 15 DE JULHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Paraná.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 022/016-CIB/PR, de 27/06/2016, e as Deliberações CIB/PR nº 087, de 13/05/2016; nº 092, de 30/05/2016; nº 105, de 27/06/2016 e nº 102, de 17/06/2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I a esta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Paraná, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.364.000.130,43, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	919.440.867,30	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.375.482.857,71	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	69.076.405,42	Anexo III

§2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 11.919.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 67.392.990,00.

§3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª parcela de de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	395.015.414,71
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	524.425.452,59
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	919.440.867,30

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
410010	ABATIA	194.384,04	3.720,99	0,00	0,00	0,00	198.105,03	0,00	0,00	0,00
410020	ADRIANOPOLIS	38.213,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.213,02	0,00	0,00	0,00
410030	AGUDOS DO SUL	22.940,77	0,00	157.500,00	0,00	0,00	22.940,77	0,00	0,00	157.500,00
410040	ALMIRANTE TAMANDARE	2.155.011,30	658.813,71	0,00	0,00	0,00	2.416.790,01	0,00	0,00	397.035,00
410045	ALTAMIRA DO PARANA	193.712,76	12.883,68	0,00	26.212,44	0,00	0,00	0,00	0,00	232.808,88
410050	ALTONIA	905.219,56	37.200,00	157.500,00	121.968,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221.888,52
410060	ALTO PARANA	320.238,96	28.404,00	0,00	0,00	0,00	348.642,96	0,00	0,00	0,00
410070	ALTO PIQUIRI	70.626,12	0,00	0,00	196.313,04	0,00	0,00	0,00	0,00	266.939,16
410080	ALVORADA DO SUL	107.063,10	0,00	130.980,48	0,00	0,00	148.043,58	0,00	0,00	90.000,00
410090	AMAPORA	85.596,67	24.402,51	22.963,80	0,00	0,00	132.962,98	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

410100	AMPERE	579.574,47	34.758,19	0,00	147.402,36	0,00	395.258,02	0,00	0,00	366.477,00
410105	ANAHY	3.397,01	0,00	90.000,00	0,00	0,00	3.397,01	0,00	0,00	90.000,00
410110	ANDIRA	925.428,94	45.456,44	0,00	0,00	0,00	631.225,38	0,00	0,00	339.660,00
410115	ANGULO	468,90	0,00	0,00	0,00	0,00	468,90	0,00	0,00	0,00
410120	ANTONINA	412.555,21	59.539,47	263.028,00	0,00	0,00	472.094,68	0,00	0,00	263.028,00
410130	ANTONIO OLINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410140	APUCARANA	17.741.511,17	10.102.340,40	8.389.130,16	1.512.467,29	0,00	0,00	0,00	0,00	37.745.449,02
410150	ARAPONGAS	14.525.198,70	7.680.098,48	9.630.335,15	0,00	0,00	29.572.357,33	0,00	0,00	2.263.275,00
410160	ARAPOTI	1.083.269,27	37.515,38	99.000,00	0,00	0,00	676.174,65	0,00	0,00	543.610,00
410165	ARAPUA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410170	ARARUNA	309.890,00	19.347,83	0,00	0,00	0,00	329.237,84	0,00	0,00	0,00
410180	ARAUCARIA	18.054.033,44	2.004.068,40	1.014.600,00	549.667,53	0,00	0,00	0,00	0,00	21.622.369,37
410185	ARIRANHA DO IVAI	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410190	ASSAI	511.277,00	277.831,84	263.028,00	0,00	0,00	789.108,84	0,00	0,00	263.028,00
410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	931.851,65	165.663,29	90.000,00	0,00	0,00	1.097.514,94	0,00	0,00	90.000,00
410210	ASTORGA	1.239.648,63	161.100,99	872.715,48	0,00	0,00	1.843.805,10	0,00	0,00	429.660,00
410220	ATALAIA	47.354,43	0,00	46.290,24	0,00	0,00	93.644,67	0,00	0,00	0,00
410230	BALSA NOVA	138.543,25	13.983,03	25.214,04	0,00	0,00	177.740,33	0,00	0,00	0,00
410240	BANDEIRANTES	1.543.157,51	141.802,79	902.988,48	0,00	0,00	2.248.288,78	0,00	0,00	339.660,00
410250	BARBOSA FERRAZ	585.797,27	44.411,89	247.500,00	0,00	0,00	630.209,16	0,00	0,00	247.500,00
410260	BARRACAO	422.642,76	40.914,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.557,60
410270	BARRA DO JACARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410275	BELA VISTA DO CAROBA	71.799,12	0,00	0,00	84.199,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.998,92
410280	BELA VISTA DO PARAISO	716.597,68	49.081,13	157.500,00	0,00	0,00	426.018,81	0,00	0,00	497.160,00
410290	BITURUNA	485.857,75	13.926,36	90.000,00	0,00	0,00	499.784,11	0,00	0,00	90.000,00
410300	BOA ESPERANCA	72.729,21	10.262,33	0,00	0,00	0,00	82.991,54	0,00	0,00	0,00
410302	BOA ESPERANCA DO IGUACU	55.369,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.369,32
410304	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	25.771,59	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,59	0,00	0,00	0,00
410305	BOA VISTA DA APARECIDA	108.539,05	0,00	0,00	0,00	0,00	40.339,09	0,00	0,00	68.199,96
410310	BOCAIUVA DO SUL	97.027,74	7.669,19	157.500,00	0,00	0,00	104.696,93	0,00	0,00	157.500,00
410315	BOM JESUS DO SUL	103.016,40	0,00	0,00	8.560,68	0,00	0,00	0,00	0,00	111.577,08
410320	BOM SUCESSO	433.258,90	0,00	37.714,44	0,00	0,00	131.313,34	0,00	0,00	339.660,00
410322	BOM SUCESSO DO SUL	9.092,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.092,30	0,00	0,00	0,00
410330	BORRAZOPOLIS	187.006,72	18.786,58	0,00	0,00	0,00	205.793,30	0,00	0,00	0,00
410335	BRAGANEY	2.435,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,93	0,00	0,00	0,00
410337	BRASILANDIA DO SUL	492.428,64	0,00	0,00	5.839,56	0,00	0,00	0,00	0,00	498.268,20
410340	CAFEARA	10.249,39	0,00	0,00	0,00	0,00	10.249,39	0,00	0,00	0,00
410345	CAFELANDIA	287.953,39	131.732,22	0,00	0,00	0,00	419.685,61	0,00	0,00	0,00
410347	CAFEZAL DO SUL	20.273,76	0,00	157.500,00	8.716,80	0,00	0,00	0,00	0,00	186.490,56
410350	CALIFORNIA	18.643,61	0,00	0,00	0,00	0,00	18.643,61	0,00	0,00	0,00
410360	CAMBARA	868.239,73	8.721,34	246.331,92	0,00	0,00	1.033.292,99	0,00	0,00	90.000,00
410370	CAMBE	7.913.206,48	659.852,96	3.630.600,46	0,00	0,00	6.091.827,77	0,00	0,00	6.111.832,13
410380	CAMBIRA	369.336,24	0,00	90.000,00	0,00	0,00	29.676,24	0,00	0,00	429.660,00
410390	CAMPINA DA LAGOA	440.797,78	35.587,82	0,00	0,00	0,00	476.385,61	0,00	0,00	-0,01
410395	CAMPINA DO SIMAO	11.889,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.889,94	0,00	0,00	0,00
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	5.329.178,77	46.594.395,83	17.817.114,36	0,00	0,00	69.401.028,96	0,00	0,00	339.660,00
410405	CAMPO BONITO	1.782,92	0,00	90.000,00	0,00	0,00	1.782,92	0,00	0,00	90.000,00
410410	CAMPO DO TENENTE	72.803,19	5.823,56	32.866,80	0,00	0,00	111.493,55	0,00	0,00	0,00
410420	CAMPO LARGO	13.118.899,68	6.596.526,66	777.000,00	0,00	0,00	18.841.031,34	0,00	0,00	1.651.395,00
410425	CAMPO MAGRO	425.859,31	0,00	157.500,00	0,00	0,00	86.199,31	0,00	0,00	497.160,00
410430	CAMPO MOURAO	11.838.574,24	12.953.700,96	4.293.088,68	1.535.573,35	0,00	0,00	0,00	0,00	30.620.937,23
410440	CANDIDO DE ABREU	491.307,03	17.016,41	0,00	0,00	0,00	508.323,45	0,00	0,00	-0,01
410442	CANDOI	539.298,51	170.416,68	118.800,00	0,00	0,00	619.715,19	0,00	0,00	208.800,00
410445	CANTAGALO	385.140,22	17.223,04	0,00	0,00	0,00	402.363,26	0,00	0,00	0,00
410450	CAPANEMA	477.567,32	108.800,43	0,00	192.737,52	0,00	382.027,31	0,00	0,00	397.077,96
410460	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	406.542,90	330.727,88	0,00	0,00	0,00	737.270,78	0,00	0,00	0,00
410465	CARAMBEI	144.026,05	7.257,38	0,00	0,00	0,00	151.283,43	0,00	0,00	0,00
410470	CARLOPOLIS	255.389,21	6.523,01	16.284,84	0,00	0,00	278.197,06	0,00	0,00	0,00
410480	CASCAVEL	39.564.747,74	25.730.755,30	15.901.105,20	0,00	0,00	64.746.751,80	0,00	0,00	16.449.856,44
410490	CASTRO	6.112.589,90	164.184,74	315.900,00	0,00	0,00	2.160.662,23	0,00	0,00	4.432.012,41
410500	CATANDUVAS	283.308,41	19.833,79	0,00	0,00	0,00	303.142,20	0,00	0,00	0,00
410510	CENTENARIO DO SUL	278.024,55	77.064,65	276.538,08	0,00	0,00	368.599,28	0,00	0,00	263.028,00
410520	CERRO AZUL	359.864,63	60.118,46	0,00	0,00	0,00	419.983,09	0,00	0,00	0,00
410530	CEU AZUL	234.366,54	12.543,85	0,00	0,00	0,00	246.910,39	0,00	0,00	0,00
410540	CHOPINZINHO	1.445.512,50	379.231,35	841.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.666.423,85
410550	CIANORTE	6.242.065,93	6.176.991,51	3.269.159,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.688.216,96
410560	CIDADE GAUCHA	307.104,42	72.213,90	0,00	0,00	0,00	379.318,33	0,00	0,00	-0,01
410570	CLEVELANDIA	590.075,67	0,00	263.028,00	0,00	0,00	590.075,67	0,00	0,00	263.028,00
410580	COLOMBO	5.211.506,96	1.710.724,02	1.722.421,51	0,00	0,00	7.611.857,49	0,00	0,00	1.032.795,00
410590	COLORADO	1.287.453,85	310.353,73	1.525.286,36	0,00	0,00	2.639.433,94	0,00	0,00	483.660,00
410600	CONGONHINHAS	1.718.135,96	0,00	3.945,96	0,00	0,00	162.081,92	0,00	0,00	1.560.000,00
410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	71.533,57	0,00	41.298,24	0,00	0,00	112.831,81	0,00	0,00	0,00
410620	CONTENDA	612.391,40	20.955,08	13.713,60	0,00	0,00	307.400,08	0,00	0,00	339.660,00
410630	CORBELIA	421.151,55	348.599,94	90.000,00	0,00	0,00	769.751,49	0,00	0,00	90.000,00
410640	CORNELIO PROCOPIO	3.554.658,23	3.924.079,84	9.858.084,55	0,00	0,00	10.455.893,62	0,00	0,00	6.880.929,00
410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	31.402,06	0,00	0,00	0,00	0,00	31.402,06	0,00	0,00	0,00
410650	CORONEL VIVIDA	3.352.310,43	0,00	530.318,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.882.628,47
410655	CORUMBATAI DO SUL	48.828,16	0,00	0,00	0,00	0,00	628,12	0,00	0,00	48.200,04
410657	CRUZEIRO DO IGUACU	25.870,32	0,00	0,00	8.080,68	0,00	0,00	0,00	0,00	33.951,00
410660	CRUZEIRO DO OESTE	1.795.963,48	327.626,04	157.500,00	284.319,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.565.408,92
410670	CRUZEIRO DO SUL	155.209,28	0,00	247.500,00	0,00	0,00	155.209,28	0,00	0,00	247.500,00
410680	CRUZ MACHADO	465.889,76	0,00	90.000,00	0,00	0,00	465.889,76	0,00	0,00	90.000,00
410685	CRUZMALTINA	5.463,05	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.463,05	0,00	0,00	90.000,00
410690	CURITIBA	317.985.769,25	148.994.474,05	146.750.407,33	46.423.191,46	0,00	8.556.222,24	69.076.405,42	0,00	582.521.214,43
410700	CURIUVA	205.429,80	103.050,07	74.946,60	0,00	0,00	383.426,47	0,00	0,00	0,00
410710	DIAMANTE DO NORTE	159.875,18	0,00	8.674,56	0,00	0,00	168.549,74	0,00	0,00	0,00
410712	DIAMANTE DO SUL	841,64	0,00	0,00	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	0,00
410715	DIAMANTE D'OESTE	56.441,90	4.048,35	0,00	0,00	0,00	60.490,25	0,00	0,00	0,00
410720	DOIS VIZINHOS	2.616.253,84	442.415,09	263.028,00	188.879,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.510.576,33
410725	DOURADINA	310.194,33	203.608,51	0,00	24.734,16	0,00	339.341,31	0,00	0,00	199.195,69
410730	DOUTOR CAMARGO	119.171,21	18.547,22	0,00	0,00	0,00	137.718,43	0,00	0,00	0,00
410740	ENEAS MARQUES	74.050,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.050,68
410750	ENGENHEIRO BELTRAO	305.107,17	8.487,63	455.412,60	0,00	0,00	679.007,40	0,00	0,00	90.000,00
410752	ESPERANCA NOVA	2.625,12	0,00	0,00	3.624,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,84
410753	ENTRE RIOS DO OESTE	78.956,81	12.469,49	0,00	0,00	0,00	91.426,31	0,00	0,00	-0,01
410754	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	2.226,55	0,00	90.000,00	0,00	0,00	2.226,55	0,00	0,00	90.000,00
410755	FAROL	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410760	FAXINAL	570.929,41	197.338,24	263.028,00	0,00	0,00	768.267,65	0,00	0,00	263.028,00
410765	FAZENDA RIO GRANDE	3.589.375,41	263.946,91	157.500,00	0,00	0,00	1.356.287,32	0,00	0,00	2.654.535,00
410770	FENIX	131.815,88	5.018,95	0,00	0,00	0,00	136.834,83	0,00	0,00	0,00
410773	FERNANDES PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410775	FIGUEIRA	145.320,12	18.779,95	69.346,44	0,00	0,00	233.446,51	0,00	0,00	0,00
410780	FLORAI	107.402,78	3.384,48	0,00	0,00	0,00	110.787,26	0,00	0,00	0,00
410785	FLOR DA SERRA DO SUL	35.658,84	0,00	0,00	9.217,80	0,00	0,00	0,00	0,00	44.876,64
410790	FLORESTA	128.368,33	12.505,48	0,00	0,00	0,00	140.873,80	0,00	0,00	0,01
410800	FLORESTOPOLIS	473.593,10	0,00	61.118,88	0,00	0,00	195.051,98	0,00	0,00	339.660,00
410810	FLORIDA	4.717,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,15	0,00	0,00	0,00
410820	FORMOSA DO OESTE	265.886,33	103.587,89	0,00	0,00	0,00	369.474,21	0,00	0,00	0,01

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

410830	FOZ DO IGUACU	29.062.139,39	2.986.652,72	8.321.386,80	2.717.503,32	0,00	0,00	0,00	0,00	43.087.682,23
410832	FRANCISCO ALVES	194.437,92	0,00	0,00	36.214,56	0,00	0,00	0,00	0,00	230.652,48
410840	FRANCISCO BELTRAO	10.423.582,45	11.927.155,50	1.236.708,00	544.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	24.132.262,91
410845	FOZ DO JORDAO	13.376,04	0,00	0,00	0,00	0,00	13.376,04	0,00	0,00	0,00
410850	GENERAL CARNEIRO	488.910,51	67.607,55	90.000,00	0,00	0,00	556.518,06	0,00	0,00	90.000,00
410855	GODOY MOREIRA	57.446,98	3.452,52	90.000,00	0,00	0,00	60.899,50	0,00	0,00	90.000,00
410860	GOIOERE	1.750.795,56	919.135,92	842.939,52	248.410,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.761.281,52
410865	GOIOXIM	11.265,67	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,67	0,00	0,00	0,00
410870	GRANDES RIOS	180.389,57	15.484,65	0,00	0,00	0,00	195.874,22	0,00	0,00	0,00
410880	GUAIRA	1.169.010,79	17.759,04	0,00	0,00	0,00	847.109,83	0,00	0,00	339.660,00
410890	GUAIRACA	121.258,19	0,00	108.700,56	0,00	0,00	139.958,75	0,00	0,00	90.000,00
410895	GUAMIRANGA	17.943,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.943,19	0,00	0,00	0,00
410900	GUAPIRAMA	18.908,17	0,00	60.000,00	0,00	0,00	78.908,17	0,00	0,00	0,00
410910	GUAPOREMA	4.485,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.485,54	0,00	0,00	0,00
410920	GUARACI	25.817,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,35	0,00	0,00	0,00
410930	GUARANIACU	525.071,99	306.919,00	0,00	0,00	0,00	831.990,99	0,00	0,00	0,00
410940	GUARAPUAVA	17.717.050,96	8.252.089,57	8.845.106,40	0,00	0,00	27.264.551,93	0,00	0,00	7.549.695,00
410950	GUARAQUECABA	115.551,10	9.446,87	0,00	0,00	0,00	124.997,97	0,00	0,00	0,00
410960	GUARATUBA	1.178.422,27	41.694,44	353.028,00	0,00	0,00	880.456,71	0,00	0,00	692.688,00
410965	HONORIO SERPA	177.324,30	0,00	9.267,12	0,00	0,00	186.591,42	0,00	0,00	0,00
410970	IBAITI	821.918,52	74.621,35	0,00	0,00	0,00	896.539,88	0,00	0,00	-0,01
410975	IBEMA	165.097,92	0,00	0,00	0,00	0,00	165.097,92	0,00	0,00	0,00
410980	IBIPORA	3.676.425,05	288.271,44	1.679.415,84	0,00	0,00	2.908.413,68	0,00	0,00	2.735.698,65
410990	ICARAIMA	1.035.928,32	0,00	247.500,00	19.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.303.009,80
411000	IGUARACU	53.011,10	88.108,99	1.501,20	0,00	0,00	142.621,29	0,00	0,00	0,00
411005	IGUATU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411007	IMBAU	1.579,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,86	0,00	0,00	0,00
411010	IMBITUVA	579.010,96	93.598,94	0,00	0,00	0,00	672.609,90	0,00	0,00	0,00
411020	INACIO MARTINS	207.040,55	0,00	10.939,80	0,00	0,00	217.980,35	0,00	0,00	0,00
411030	INAJA	52.628,62	0,00	42.070,80	0,00	0,00	94.699,42	0,00	0,00	0,00
411040	INDIANOPOLIS	112.702,36	37.481,64	0,00	0,00	0,00	150.184,01	0,00	0,00	-0,01
411050	IPIRANGA	401.060,60	6.712,53	0,00	0,00	0,00	407.773,14	0,00	0,00	-0,01
411060	IPORA	631.315,08	55.894,68	0,00	85.445,40	0,00	0,00	0,00	0,00	772.655,16
411065	IRACEMA DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411070	IRATI	3.052.928,19	1.459.479,94	3.322.747,92	0,00	0,00	7.438.121,05	0,00	0,00	397.035,00
411080	IRETAMA	181.026,84	12.432,36	247.500,00	62.834,76	0,00	0,00	0,00	0,00	503.793,96
411090	ITAGUAJE	68.229,13	139.464,11	0,00	0,00	0,00	207.693,24	0,00	0,00	0,00
411095	ITAIPULANDIA	103.621,96	0,00	0,00	0,00	0,00	103.621,96	0,00	0,00	0,00
411100	ITAMBARACA	154.216,24	0,00	0,00	0,00	0,00	154.216,24	0,00	0,00	0,00
411110	ITAMBE	111.057,67	21.270,96	27.306,00	0,00	0,00	159.634,63	0,00	0,00	0,00
411120	ITAPEJARA D'OESTE	36.636,72	0,00	0,00	78.583,20	0,00	0,00	0,00	0,00	115.219,92
411125	ITAPERUCU	748.266,53	249.206,81	90.000,00	0,00	0,00	657.813,34	0,00	0,00	429.660,00
411130	ITAUNA DO SUL	217.833,90	0,00	18.728,28	0,00	0,00	146.562,18	0,00	0,00	90.000,00
411140	IVAI	387.531,79	6.325,67	0,00	0,00	0,00	393.857,47	0,00	0,00	-0,01
411150	IVAIPORA	4.023.032,21	3.599.866,99	90.000,00	0,00	0,00	7.283.239,20	0,00	0,00	429.660,00
411155	IVATE	43.027,68	0,00	0,00	17.419,68	0,00	0,00	0,00	0,00	60.447,36
411160	IVATUBA	72.194,98	0,00	33.973,80	0,00	0,00	106.168,78	0,00	0,00	0,00
411170	JABOTI	124.541,81	45.410,44	0,00	0,00	0,00	169.952,25	0,00	0,00	0,00
411180	JACAREZINHO	2.367.000,39	1.828.251,07	2.115.515,12	0,00	0,00	5.971.106,58	0,00	0,00	339.660,00
411190	JAGUAPITA	241.515,61	0,00	8.747,88	0,00	0,00	250.263,49	0,00	0,00	0,00
411200	JAGUARIAIVA	1.590.880,06	122.699,06	5.690,04	0,00	0,00	1.229.919,16	0,00	0,00	489.350,00
411210	JANDAIA DO SUL	1.181.858,53	4.583.723,09	263.028,00	0,00	0,00	5.765.581,62	0,00	0,00	263.028,00
411220	JANIOPOLIS	175.290,72	5.884,32	0,00	40.023,60	0,00	0,00	0,00	0,00	221.198,64
411230	JAPIRA	12.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	12.020,31	0,00	0,00	0,00
411240	JAPURA	236.105,43	8.894,54	0,00	0,00	0,00	244.999,96	0,00	0,00	0,01
411250	JARDIM ALEGRE	313.362,78	7.633,39	0,00	0,00	0,00	320.996,16	0,00	0,00	0,01
411260	JARDIM OLINDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411270	JATAIZINHO	203.664,68	57.127,61	0,00	0,00	0,00	260.792,29	0,00	0,00	0,00
411275	JESUITAS	227.075,63	25.675,69	0,00	0,00	0,00	252.751,32	0,00	0,00	0,00
411280	JOAQUIM TAVORA	290.722,73	3.662,67	0,00	0,00	0,00	294.385,40	0,00	0,00	0,00
411290	JUNDIAI DO SUL	47.263,29	0,00	52.143,72	0,00	0,00	99.407,01	0,00	0,00	0,00
411295	JURANDA	288.416,08	4.288,54	0,00	0,00	0,00	202.704,62	0,00	0,00	90.000,00
411300	JUSSARA	78.708,43	0,00	38.350,32	0,00	0,00	117.058,75	0,00	0,00	0,00
411310	KALORE	439.490,55	48.883,95	19.789,92	0,00	0,00	168.504,42	0,00	0,00	339.660,00
411320	LAPA	2.807.858,40	137.866,34	157.500,00	581.120,52	0,00	1.987.185,26	0,00	0,00	1.697.160,00
411325	LARANJAL	7.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060,29	0,00	0,00	0,00
411330	LARANJEIRAS DO SUL	1.840.286,50	1.907.592,98	1.427.169,36	0,00	0,00	4.835.388,84	0,00	0,00	339.660,00
411340	LEOPOLIS	11.760,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,74	0,00	0,00	0,00
411342	LIDIANOPOLIS	5.111,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.111,37	0,00	0,00	0,00
411345	LINDOESTE	103.282,84	30.043,02	90.000,00	0,00	0,00	133.325,86	0,00	0,00	90.000,00
411350	LOANDA	1.301.442,62	738.275,54	157.500,00	0,00	0,00	1.700.058,16	0,00	0,00	497.160,00
411360	LOBATO	5.031,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031,33	0,00	0,00	0,00
411370	LONDRINA	110.056.263,44	61.116.953,21	29.908.044,88	6.646.714,87	0,00	0,00	0,00	0,00	207.727.976,40
411373	LUIZIANA	14.725,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725,45	0,00	0,00	0,00
411375	LUNARDELLI	157.895,97	204.038,32	90.000,00	0,00	0,00	361.934,29	0,00	0,00	90.000,00
411380	LUPIONOPOLIS	52.794,86	17.896,35	35.985,24	0,00	0,00	106.676,45	0,00	0,00	0,00
411390	MALLET	328.720,17	8.651,38	0,00	0,00	0,00	337.371,56	0,00	0,00	-0,01
411400	MAMBORE	546.220,41	117.385,80	90.000,00	101.543,29	0,00	12.134,97	0,00	0,00	843.014,53
411410	MANDAGUACU	641.659,41	277.624,65	0,00	0,00	0,00	829.284,06	0,00	0,00	90.000,00
411420	MANDAGUARI	2.288.239,46	795.751,62	281.300,27	207.207,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.572.499,05
411430	MANDIRITUBA	701.279,63	35.039,90	90.000,00	0,00	0,00	396.659,53	0,00	0,00	429.660,00
411435	MANFRINOPOLIS	12.340,56	0,00	0,00	5.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.290,52
411440	MANGUEIRINHA	507.100,75	33.053,31	263.028,00	0,00	0,00	540.154,06	0,00	0,00	263.028,00
411450	MANOEL RIBAS	196.526,62	4.851,74	141.015,84	0,00	0,00	252.394,20	0,00	0,00	90.000,00
411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	1.846.575,87	4.269.342,51	0,00	0,00	0,00	6.115.918,38	0,00	0,00	0,00
411470	MARIA HELENA	92.210,52	0,00	0,00	36.794,16	0,00	0,00	0,00	0,00	129.004,68
411480	MARIALVA	1.420.764,31	200.452,74	0,00	0,00	0,00	1.281.557,05	0,00	0,00	339.660,00
411490	MARILANDIA DO SUL	35.312,65	0,00	90.000,00	0,00	0,00	35.312,65	0,00	0,00	90.000,00
411500	MARILENA	207.978,07	0,00	28.683,36	0,00	0,00	146.661,43	0,00	0,00	90.000,00
411510	MARILUZ	114.795,00	0,00	0,00	18.602,64	0,00	0,00	0,00	0,00	133.397,64
411520	MARINGA	84.980.639,15	59.334.900,03	12.233.864,40	4.101.326,88	0,00	0,00	0,00	0,00	160.650.730,46
411530	MARIOPOLIS	20.185,24	0,00	0,00	0,00	0,00	20.185,24	0,00	0,00	0,00
411535	MARIPA	155.858,31	17.561,99	0,00	0,00	0,00	173.420,30	0,00	0,00	0,00
411540	MARMELEIRO	2.052.912,12	206.383,08	0,00	155.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.415.103,20
411545	MARQUINHO	6.097,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097,42	0,00	0,00	0,00
411550	MARUMBI	77.372,00	28.237,90	118.949,40	0,00	0,00	134.559,30	0,00	0,00	90.000,00
411560	MATELANDIA	658.947,56	375.622,45	263.028,00	0,00	0,00	1.034.570,01	0,00	0,00	263.028,00
411570	MATINHOS	535.365,86	51.371,83	353.028,00	0,00	0,00	586.737,69	0,00	0,00	353.028,00
411573	MATO RICO	9.283,99	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.283,99	0,00	0,00	90.000,00
411575	MAUA DA SERRA	14.262,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14.262,98	0,00	0,00	0,00
411580	MEDIANEIRA	2.291.855,56	1.039.809,18	2.164.972,80	0,00	0,00	3.961.297,54	0,00	0,00	1.535.340,00
411585	MERCEDES	17.136,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.136,85	0,00	0,00	0,00
411590	MIRADOR	2.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,15	0,00	0,00	0,00
411600	MIRASELVA	27.440,29	0,00	54.018,72	0,00	0,00	81.459,01	0,00	0,00	0,00
411605	MISSAL	338.150,86	14.952,37	263.028,00	0,00	0,00	353.103,23	0,00	0,00	263.028,00
411610	MOREIRA SALES	101.983,92	0,00	0,00	0,00	0,00	101.983,92	0,00	0,00	0,00
411620	MORRETES	381.327,86	85.697,32	353.028,00	0,00	0,00	467.025,18	0,00	0,00	353.028,00
411630	MUNHOZ DE MELO	55.650,95	26.219,61	39.057,48	0,00	0,00	120.928,04	0,00	0,00	0,00
411640	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	31.713,28	0,00	48.152,52	0,00	0,00	79.865,80	0,00	0,00	0,00
411650	NOVA ALIANCA DO IVAI	2.237,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,92	0,00	0,00	0,00
411660	NOVA AMERICA DA COLINA	8.699,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.699,57	0,00	0,00	0,00
411670	NOVA AURORA	350.337,53	80.943,51	90.000,00	0,00	0,00	431.281,04	0,00	0,00	90.000,00
411680	NOVA CANTU	191.445,37	9.048,90	0,00	0,00	0,00	200.494,27	0,00	0,00	0,00
411690	NOVA ESPERANCA	1.192.063,01	256.857,41	0,00	0,00	0,00	1.109.260,42	0,00	0,00	339.660,00
411695	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	164.960,97	12.216,00	14.449,56	47.987,64	0,00	120.614,25	0,00	0,00	118.999,92
411700	NOVA FATIMA	142.078,34	4.423,55	0,00	0,00	0,00	146.501,88	0,00	0,00	0,01
411705	NOVA LARANJEIRAS	276.367,99	62.722,43	0,00	0,00	0,00	339.090,42	0,00	0,00	0,00
411710	NOVA LONDRINA	342.106,13	0,00	247.500,00	0,00	0,00	432.106,13	0,00	0,00	157.500,00
411720	NOVA OLIMPIA	71.422,52	18.196,66	64.125,36	104.286,00	0,00	131.015,82	0,00	0,00	127.014,72

EXEMPLAR DESSA EDIÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

411721	NOVA SANTA BARBARA	9.533,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.533,02	0,00	0,00	0,00
411722	NOVA SANTA ROSA	109.498,43	0,00	26.478,12	0,00	0,00	135.976,55	0,00	0,00	0,00
411725	NOVA PRATA DO IGUACU	327.317,69	2.172,00	0,00	118.933,32	0,00	252.459,53	0,00	0,00	195.963,48
411727	NOVA TEBAS	241.762,98	3.902,91	90.000,00	0,00	0,00	245.665,89	0,00	0,00	90.000,00
411729	NOVO ITACOLOMI	7.584,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584,28	0,00	0,00	0,00
411730	ORTIGUEIRA	1.046.266,13	148.231,54	0,00	0,00	0,00	854.837,67	0,00	0,00	339.660,00
411740	OURIZONA	43.916,84	28.773,82	36.948,72	0,00	0,00	109.639,38	0,00	0,00	0,00
411745	OURO VERDE DO OESTE	7.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.149,24	0,00	0,00	0,00
411750	PAICANDU	1.123.390,59	0,00	0,00	0,00	0,00	783.730,59	0,00	0,00	339.660,00
411760	PALMAS	2.361.582,84	718.548,84	263.028,00	300.585,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.643.745,36
411770	PALMEIRA	1.358.964,45	71.151,02	387.198,48	0,00	0,00	1.345.653,95	0,00	0,00	471.660,00
411780	PALMITAL	414.085,16	20.011,76	99.000,00	0,00	0,00	434.096,92	0,00	0,00	99.000,00
411790	PALOTINA	1.192.901,18	4.511,04	480.000,00	0,00	0,00	857.752,22	0,00	0,00	819.660,00
411800	PARAISO DO NORTE	236.808,77	154.477,76	90.000,00	0,00	0,00	391.286,53	0,00	0,00	90.000,00
411810	PARANACITY	169.732,83	40.494,35	0,00	0,00	0,00	210.227,18	0,00	0,00	0,00
411820	PARANAGUA	6.059.752,05	2.198.725,92	1.951.968,00	0,00	0,00	7.918.817,97	0,00	0,00	2.291.628,00
411830	PARANAPOEMA	80.701,92	7.105,76	25.689,00	0,00	0,00	113.496,67	0,00	0,00	0,01
411840	PARANAVAI	5.583.026,35	4.728.343,31	5.057.341,56	0,00	0,00	12.573.356,22	0,00	0,00	2.795.355,00
411845	PATO BRAGADO	73.669,05	24.540,16	0,00	0,00	0,00	98.209,21	0,00	0,00	0,00
411850	PATO BRANCO	13.202.448,07	18.459.706,97	2.426.166,00	2.330.040,84	0,00	0,00	0,00	0,00	36.418.361,88
411860	PAULA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411870	PAULO FRONTIN	145.131,98	12.399,03	0,00	0,00	0,00	157.531,01	0,00	0,00	0,00
411880	PEABIRU	367.886,28	23.540,69	0,00	0,00	0,00	391.426,97	0,00	0,00	0,00
411885	PEROBAL	20.349,36	0,00	0,00	10.379,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.728,64
411890	PEROLA	225.201,25	0,00	0,00	190.968,24	0,00	0,00	0,00	0,00	416.169,49
411900	PEROLA D'OESTE	44.331,48	0,00	0,00	90.224,76	0,00	0,00	0,00	0,00	134.556,24
411910	PIEN	673.391,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	673.391,88
411915	PINHAIS	3.282.642,72	3.783.380,15	0,00	0,00	0,00	6.191.627,87	0,00	0,00	874.395,00
411920	PINHALAO	182.622,12	40.623,70	0,00	0,00	0,00	223.245,82	0,00	0,00	0,00
411925	PINHAL DE SAO BENTO	37.844,28	0,00	0,00	57.545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.389,92
411930	PINHAO	1.170.252,22	119.635,05	0,00	0,00	0,00	950.227,27	0,00	0,00	339.660,00
411940	PIRAI DO SUL	966.978,01	25.122,59	0,00	0,00	0,00	652.440,60	0,00	0,00	339.660,00
411950	PIRAQUARA	2.792.672,51	8.570.540,15	1.210.218,96	0,00	0,00	11.699.036,62	0,00	0,00	874.395,00
411960	PITANGA	1.633.788,55	462.351,35	1.239.439,56	0,00	0,00	2.621.519,46	0,00	0,00	714.060,00
411965	PITANGUEIRAS	8.846,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,79	0,00	0,00	0,00
411970	PLANALTINA DO PARANA	79.709,17	10.343,19	28.844,52	0,00	0,00	118.896,87	0,00	0,00	0,01
411980	PLANALTO	445.868,32	0,00	90.000,00	308.212,92	0,00	372.506,92	0,00	0,00	471.574,32
411990	PONTA GROSSA	25.555.459,68	8.892.514,86	11.639.904,55	0,00	0,00	41.177.278,58	0,00	0,00	4.910.600,51
411995	PONTAL DO PARANA	109.741,36	0,00	263.028,00	0,00	0,00	109.741,36	0,00	0,00	263.028,00
412000	PORECATU	246.171,09	6.948,26	47.614,20	0,00	0,00	300.733,55	0,00	0,00	0,00
412010	PORTO AMAZONAS	136.220,35	2.177,81	119.855,76	0,00	0,00	168.253,92	0,00	0,00	90.000,00
412015	PORTO BARREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412020	PORTO RICO	64.438,13	1.730,89	37.933,08	0,00	0,00	104.102,10	0,00	0,00	0,00
412030	PORTO VITORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412033	PRADO FERREIRA	40.581,81	9.208,01	46.462,80	0,00	0,00	96.252,62	0,00	0,00	0,00
412035	PRANCHITA	283.593,40	621.202,51	0,00	103.273,32	0,00	820.190,86	0,00	0,00	187.878,37
412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	95.214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.214,88	0,00	0,00	0,00
412050	PRIMEIRO DE MAIO	194.909,78	4.221,16	306.137,16	0,00	0,00	242.240,10	0,00	0,00	263.028,00
412060	PRUDENTOPOLIS	2.442.921,49	54.215,21	854.705,40	0,00	0,00	2.444.822,10	0,00	0,00	907.020,00
412065	QUARTO CENTENARIO	507,98	0,00	0,00	0,00	0,00	507,98	0,00	0,00	0,00
412070	QUATIGUA	184.374,79	106.678,71	0,00	0,00	0,00	291.053,50	0,00	0,00	0,00
412080	QUATRO BARRAS	476.610,75	44.071,05	0,00	0,00	0,00	181.021,80	0,00	0,00	339.660,00
412085	QUATRO PONTES	44.633,91	7.004,75	0,00	0,00	0,00	51.638,65	0,00	0,00	0,01
412090	QUEDAS DO IGUACU	853.418,60	121.357,47	0,00	0,00	0,00	974.776,07	0,00	0,00	0,00
412100	QUERENCIA DO NORTE	259.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	259.434,73	0,00	0,00	0,00
412110	QUINTA DO SOL	112.737,95	22.284,31	0,00	0,00	0,00	135.022,26	0,00	0,00	0,00
412120	QUITANDINHA	315.489,24	4.453,29	247.500,00	0,00	0,00	319.942,53	0,00	0,00	247.500,00
412125	RAMILANDIA	63.732,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.732,82	0,00	0,00	0,00
412130	RANCHO ALEGRE	34.307,33	0,00	90.000,00	0,00	0,00	34.307,33	0,00	0,00	90.000,00
412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE	4.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.965,39	0,00	0,00	0,00
412140	REALEZA	797.546,75	0,00	841.680,00	113.377,08	0,00	318.743,27	0,00	0,00	1.433.860,56
412150	REBOUCAS	423.689,13	158.698,41	90.000,00	0,00	0,00	582.387,54	0,00	0,00	90.000,00
412160	RENASCENCA	110.898,36	0,00	0,00	132.234,60	0,00	0,00	0,00	0,00	243.132,96
412170	RESERVA	633.858,56	53.463,09	0,00	0,00	0,00	687.321,66	0,00	0,00	-0,01
412175	RESERVA DO IGUACU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412180	RIBEIRAO CLARO	261.335,76	0,00	220.935,24	0,00	0,00	482.271,00	0,00	0,00	0,00
412190	RIBEIRAO DO PINHAL	400.808,39	23.150,23	0,00	0,00	0,00	423.958,62	0,00	0,00	0,00
412200	RIO AZUL	305.116,90	13.964,31	0,00	0,00	0,00	319.081,21	0,00	0,00	0,00
412210	RIO BOM	9.967,59	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.967,59	0,00	0,00	90.000,00
412215	RIO BONITO DO IGUACU	24.020,30	12.444,76	90.000,00	0,00	0,00	36.465,06	0,00	0,00	90.000,00
412217	RIO BRANCO DO IVAI	11.276,51	0,00	90.000,00	0,00	0,00	11.276,51	0,00	0,00	90.000,00
412220	RIO BRANCO DO SUL	894.731,30	89.799,37	0,00	0,00	0,00	644.870,67	0,00	0,00	339.660,00
412230	RIO NEGRO	690.444,53	251.762,94	492.657,00	0,00	0,00	937.704,47	0,00	0,00	497.160,00
412240	ROLANDIA	4.345.046,71	1.262.600,03	3.252.094,83	0,00	0,00	6.033.906,57	0,00	0,00	2.825.835,00
412250	RONCADOR	339.952,28	102.005,27	90.000,00	0,00	0,00	441.957,55	0,00	0,00	90.000,00
412260	RONDON	245.248,19	54.273,59	157.500,00	0,00	0,00	299.521,78	0,00	0,00	157.500,00
412265	ROSARIO DO IVAI	159.547,22	65.082,94	0,00	0,00	0,00	224.630,16	0,00	0,00	0,00
412270	SABAUDIA	12.001,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,04	0,00	0,00	0,00
412280	SALGADO FILHO	101.211,24	0,00	0,00	8.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.524,24
412290	SALTO DO ITARARE	106.334,03	5.727,06	120.000,00	0,00	0,00	232.061,09	0,00	0,00	0,00
412300	SALTO DO LONTRA	373.147,80	0,00	90.000,00	112.067,64	0,00	286.558,32	0,00	0,00	288.657,12
412310	SANTA AMELIA	105.929,92	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,92	0,00	0,00	0,00
412320	SANTA CECILIA DO PAVAO	25.174,54	0,00	60.000,00	0,00	0,00	85.174,54	0,00	0,00	0,00
412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	133.758,69	0,00	0,00	0,00	0,00	43.758,69	0,00	0,00	90.000,00
412340	SANTA FE	248.466,24	66.202,60	0,00	0,00	0,00	314.668,84	0,00	0,00	0,00
412350	SANTA HELENA	531.332,59	36.984,08	0,00	0,00	0,00	568.316,67	0,00	0,00	0,00
412360	SANTA INES	5.890,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890,88	0,00	0,00	0,00
412370	SANTA ISABEL DO IVAI	205.056,50	74.237,18	0,00	0,00	0,00	279.293,68	0,00	0,00	0,00
412380	SANTA IZABEL DO OESTE	544.570,08	0,00	0,00	179.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	723.923,76
412382	SANTA LUCIA	103.438,72	4.617,56	0,00	0,00	0,00	108.056,27	0,00	0,00	0,01
412385	SANTA MARIA DO OESTE	350.019,22	12.457,71	0,00	0,00	0,00	362.476,93	0,00	0,00	0,00
412390	SANTA MARIANA	138.507,53	0,00	75.360,84	0,00	0,00	213.868,37	0,00	0,00	0,00
412395	SANTA MONICA	3.577,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577,65	0,00	0,00	0,00
412400	SANTANA DO ITARARE	123.794,99	0,00	35.186,04	0,00	0,00	158.981,03	0,00	0,00	0,00
412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2.801,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801,62	0,00	0,00	0,00
412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	320.046,33	664.580,44	901.428,00	0,00	0,00	984.626,77	0,00	0,00	901.428,00
412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2.799.476,14	888.857,03	217.800,00	0,00	0,00	3.258.673,17	0,00	0,00	647.460,00
412420	SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.843,97	0,00	43.556,88	0,00	0,00	88.400,85	0,00	0,00	0,00
412430	SANTO ANTONIO DO PARAISO	44.532,98	0,00	47.133,72	0,00	0,00	91.666,70	0,00	0,00	0,00
412440	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	978.904,34	17.431,96	263.028,00	198.888,12	0,00	518.944,98	0,00	0,00	939.307,44
412450	SANTO INACIO	115.036,95	104.320,42	0,00	0,00	0,00	219.357,37	0,00	0,00	0,00
412460	SAO CARLOS DO IVAI	103.927,64	0,00	26.626,68	0,00	0,00	130.554,32	0,00	0,00	0,00
412470	SAO JERONIMO DA SERRA	122.643,31	42.036,36	53.930,16	0,00	0,00	218.609,83	0,00	0,00	0,00
412480	SAO JOAO	271.201,18	37.536,61	0,00	0,00	0,00	308.737,79	0,00	0,00	0,00
412490	SAO JOAO DO CAIUA	110.348,04	0,00	19.398,72	0,00	0,00	129.746,76	0,00	0,00	0,00
412500	SAO JOAO DO IVAI	374.776,05	300.000,00	90.000,00	0,00	0,00	674.776,05	0,00	0,00	90.000,00
412510	SAO JOAO DO TRIUNFO	278.287,18	5.633,47	0,00	0,00	0,00	283.920,64	0,00	0,00	0,01
412520	SAO JORGE D'OESTE	322.641,17	0,00	0,00	132.742,56	0,00	223.118,09	0,00	0,00	232.265,64

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

412530	SAO JORGE DO IVAI	128.851,31	22.471,80	0,00	0,00	0,00	151.323,11	0,00	0,00	0,00
412535	SAO JORGE DO PATROCINIO	438.419,95	199.628,62	26.252,88	33.502,63	0,00	112.724,40	0,00	0,00	585.079,68
412540	SAO JOSE DA BOA VISTA	142.647,17	40.262,43	0,00	0,00	0,00	182.909,60	0,00	0,00	0,00
412545	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	83.177,82	50.590,83	0,00	0,00	0,00	133.768,64	0,00	0,00	0,01
412550	SAO JOSE DOS PINHAIS	26.044.673,49	3.446.099,07	1.686.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.177.672,56
412555	SAO MANOEL DO PARANA	5.221,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,44	0,00	0,00	0,00
412560	SAO MATEUS DO SUL	838.563,94	112.216,37	713.234,64	0,00	0,00	1.574.014,95	0,00	0,00	90.000,00
412570	SAO MIGUEL DO IGUACU	1.293.227,30	166.205,15	421.428,00	0,00	0,00	1.119.772,45	0,00	0,00	761.088,00
412575	SAO PEDRO DO IGUACU	138.572,08	9.435,11	0,00	0,00	0,00	148.007,19	0,00	0,00	0,00
412580	SAO PEDRO DO IVAI	311.693,22	80.245,71	0,00	0,00	0,00	391.938,93	0,00	0,00	0,00
412590	SAO PEDRO DO PARANA	5.784,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.784,39	0,00	0,00	0,00
412600	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	189.604,35	11.783,95	0,00	0,00	0,00	201.388,29	0,00	0,00	0,01
412610	SAO TOME	18.075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.075,60	0,00	0,00	0,00
412620	SAPOPEMA	53.224,63	11.480,97	0,00	0,00	0,00	64.705,60	0,00	0,00	0,00
412625	SARANDI	7.780.042,41	5.204.838,04	4.917.146,88	0,00	0,00	15.464.992,33	0,00	0,00	2.437.035,00
412627	SAUDADE DO IGUACU	11.557,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.557,94	0,00	0,00	0,00
412630	SENGES	475.251,52	8.764,65	0,00	0,00	0,00	484.016,17	0,00	0,00	0,00
412635	SERRANOPOLIS DO IGUACU	75.119,47	0,00	0,00	0,00	0,00	75.119,47	0,00	0,00	0,00
412640	SERTANEJA	43.287,93	0,00	48.356,16	0,00	0,00	91.644,08	0,00	0,00	0,01
412650	SERTANOPOLIS	346.005,25	11.549,61	263.028,00	0,00	0,00	357.554,86	0,00	0,00	263.028,00
412660	SIQUEIRA CAMPOS	522.533,34	71.675,52	0,00	0,00	0,00	594.208,86	0,00	0,00	0,00
412665	SULINA	11.698,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.698,89	0,00	0,00	0,00
412667	TAMARANA	145.327,96	4.514,50	289.933,44	0,00	0,00	176.747,90	0,00	0,00	263.028,00
412670	TAMBOARA	69.763,57	0,00	38.580,12	0,00	0,00	108.343,69	0,00	0,00	0,00
412680	TAPEJARA	306.844,26	11.689,28	0,00	0,00	0,00	318.533,54	0,00	0,00	0,00
412690	TAPIRA	203.475,72	0,00	0,00	12.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	216.363,96
412700	TEIXEIRA SOARES	162.465,99	30.605,98	0,00	0,00	0,00	193.071,98	0,00	0,00	-0,01
412710	TELEMACO BORBA	4.068.606,98	2.213.596,99	0,00	0,00	0,00	5.942.543,97	0,00	0,00	339.660,00
412720	TERRA BOA	1.287.258,96	312.945,50	157.500,00	81.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.742,55
412730	TERRA RICA	284.094,88	10.597,78	265.682,76	0,00	0,00	312.875,42	0,00	0,00	247.500,00
412740	TERRA ROXA	370.812,89	4.258,57	0,00	0,00	0,00	375.071,46	0,00	0,00	0,00
412750	TIBAGI	304.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.714,00	0,00	0,00	0,00
412760	TIJUCAS DO SUL	495.249,48	26.578,20	157.500,00	0,00	0,00	521.827,68	0,00	0,00	157.500,00
412770	TOLEDO	9.503.135,31	3.185.676,08	5.411.911,32	0,00	0,00	13.866.327,71	0,00	0,00	4.234.395,00
412780	TOMAZINA	321.023,40	8.902,98	246.680,51	0,00	0,00	576.606,89	0,00	0,00	0,00
412785	TRES BARRAS DO PARANA	326.306,52	89.961,84	90.000,00	0,00	0,00	416.268,36	0,00	0,00	90.000,00
412788	TUNAS DO PARANA	8.068,66	0,00	60.000,00	0,00	0,00	68.068,66	0,00	0,00	0,00
412790	TUNEIRAS DO OESTE	191.196,71	4.074,87	0,00	0,00	0,00	195.271,58	0,00	0,00	0,00
412795	TUPASSI	183.278,08	85.617,55	0,00	0,00	0,00	268.895,64	0,00	0,00	-0,01
412796	TURVO	305.087,24	48.202,46	250.616,52	0,00	0,00	603.906,22	0,00	0,00	0,00
412800	UBIRATA	1.347.603,69	265.519,48	335.700,00	118.341,24	0,00	911.820,96	0,00	0,00	1.155.343,45
412810	UMUARAMA	13.520.057,73	12.813.593,89	5.379.625,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.713.277,42
412820	UNIAO DA VITORIA	5.088.470,92	2.892.191,49	3.018.838,14	0,00	0,00	10.659.840,55	0,00	0,00	339.660,00
412830	UNIFLOR	30.466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	30.466,53	0,00	0,00	0,00
412840	URAI	287.083,53	87.025,99	0,00	0,00	0,00	374.109,52	0,00	0,00	0,00
412850	WENCESLAU BRAZ	370.523,74	10.781,55	0,00	0,00	0,00	381.305,29	0,00	0,00	0,00
412853	VENTANIA	22.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	22.598,32	0,00	0,00	0,00
412855	VERA CRUZ DO OESTE	208.232,06	0,00	90.000,00	0,00	0,00	208.232,06	0,00	0,00	90.000,00
412860	VERE	240.645,07	0,00	0,00	145.149,84	0,00	176.575,87	0,00	0,00	209.219,03
412862	ALTO PARAISO	143.645,88	0,00	0,00	6.091,92	0,00	0,00	0,00	0,00	149.737,80
412863	DOUTOR ULYSSES	23.341,27	0,00	0,00	0,00	0,00	23.341,27	0,00	0,00	0,00
412865	VIRMOND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412870	VITORINO	21.214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,64	0,00	0,00	0,00
412880	XAMBRE	65.671,20	0,00	0,00	9.905,88	0,00	0,00	0,00	0,00	75.577,08
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.375.482.857,71

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód. IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	410690 - CURITIBA	Hospital de Clínicas	2384299	15545	11-11-2004	69.076.405,42
TOTAL						69.076.405,42

PORTARIA Nº 894, DE 15 DE JULHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Maranhão.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão por meio do Ofício nº 1219/2016 -GAB/SES, de 20/06/2016, e as Resoluções CIB/MA nº 73/2016, de 20/05/2016, nº 83/2016 e nº 84/2016, de 17/06/2016 resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I a esta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Maranhão, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.068.298.908,64, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	347.061.012,67	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	678.211.262,27	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	43.026.633,70	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 4.422.000,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 42.527.019,60.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0021 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	194.157.876,76
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	152.903.135,91
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	347.061.012,67

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO - ABRIL/2016

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
210005	ACAILANDIA	3.924.286,29	1.309.416,07	2.210.100,00	1.963.520,99	0,00	0,00	0,00	0,00	9.407.323,35
210010	AFONSO CUNHA	95.656,63	0,00	0,00	0,00	0,00	95.656,63	0,00	0,00	0,00
210015	AGUA DOCE DO MARANHAO	113.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.450,00
210020	ALCANTARA	306.686,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.686,91
210030	ALDEIAS ALTAS	48.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.690,00	0,00	0,00	0,00
210040	ALTAMIRA DO MARANHAO	22.448,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.448,00	0,00	0,00	0,00
210043	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	292.584,28	0,00	1.241.000,00	0,00	0,00	1.241.000,00	0,00	0,00	292.584,28
210047	ALTO ALEGRE DO PINDARE	1.351.100,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351.100,38
210050	ALTO PARNAIBA	21.622,00	0,00	204.750,00	0,00	0,00	21.622,00	0,00	0,00	204.750,00
210055	AMAPA DO MARANHAO	13.016,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.016,00	0,00	0,00	0,00
210060	AMARANTE DO MARANHAO	1.858.777,59	0,00	3.285.369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.144.146,59
210070	ANAJATUBA	649.343,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	649.343,37
210080	ANAPURUS	347.077,15	0,00	0,00	0,00	0,00	347.077,15	0,00	0,00	0,00
210083	APICUM-ACU	334.252,72	0,00	0,00	0,00	0,00	334.252,72	0,00	0,00	0,00
210087	ARAGUANA	28.452,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.452,00	0,00	0,00	0,00
210090	ARAIOSES	86.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.176,00
210095	ARAME	1.157.613,82	0,00	0,00	0,00	0,00	1.157.613,82	0,00	0,00	0,00
210100	ARARI	1.164.507,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.164.507,96
210110	AXIXA	530.093,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.093,77
210120	BACABAL	9.549.965,35	6.103.578,46	2.798.250,00	5.029.526,19	0,00	0,00	0,00	0,00	23.481.320,00
210125	BACABEIRA	403.464,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403.464,37
210130	BACURI	487.504,38	0,00	0,00	0,00	0,00	487.504,38	0,00	0,00	0,00
210135	BACURITUBA	10.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.682,00
210140	BALSAS	3.179.122,40	1.818.076,08	2.186.616,06	3.158.338,79	0,00	0,00	0,00	0,00	10.342.153,33
210150	BARAO DE GRAJAU	436.423,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	436.423,36
210160	BARRA DO CORDA	3.249.823,99	742.161,18	1.119.300,00	3.261.880,20	0,00	0,00	0,00	0,00	8.373.165,37
210170	BARREIRINHAS	1.831.458,94	0,00	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.171.118,94
210173	BELAGUA	32.576,09	0,00	0,00	0,00	0,00	32.576,09	0,00	0,00	0,00
210177	BELA VISTA DO MARANHAO	24.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.388,00	0,00	0,00	0,00
210180	BENEDITO LEITE	91.869,43	0,00	0,00	0,00	0,00	91.869,43	0,00	0,00	0,00
210190	BEQUIMAO	399.160,51	0,00	0,00	0,00	0,00	399.160,51	0,00	0,00	0,00
210193	BERNARDO DO MEARIM	30.987,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.987,77
210197	BOA VISTA DO GURUPI	16.332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.332,00	0,00	0,00	0,00
210200	BOM JARDIM	1.530.941,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.941,14	0,00	0,00	0,00
210203	BOM JESUS DAS SELVAS	841.887,99	0,00	0,00	0,00	0,00	841.887,99	0,00	0,00	0,00
210207	BOM LUGAR	68.618,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.618,22
210210	BREJO	1.161.866,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161.866,26	0,00	0,00	0,00
210215	BREJO DE AREIA	122.230,80	0,00	0,00	0,00	0,00	122.230,80	0,00	0,00	0,00
210220	BURITI	283.031,80	0,00	0,00	0,00	0,00	283.031,80	0,00	0,00	0,00
210230	BURITI BRAVO	800.675,42	0,00	204.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.005.425,42
210232	BURITICUPU	6.390.920,88	0,00	1.010.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.401.020,88
210235	BURITIRANA	29.716,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.716,00	0,00	0,00	0,00
210237	CACHOEIRA GRANDE	83.919,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.919,35
210240	CAJAPIO	113.329,22	0,00	0,00	0,00	0,00	113.329,22	0,00	0,00	0,00
210250	CAJARI	118.332,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.332,07
210255	CAMPESTRE DO MARANHAO	264.071,53	0,00	0,00	0,00	0,00	264.071,53	0,00	0,00	0,00
210260	CANDIDO MENDES	268.719,51	0,00	0,00	0,00	0,00	268.719,51	0,00	0,00	0,00
210270	CANTANHEDE	894.121,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	894.121,24
210275	CAPINZAL DO NORTE	383.568,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.568,80
210280	CAROLINA	880.933,42	52.933,44	204.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.138.616,86
210290	CARUTAPERA	582.792,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	582.792,66
210300	CAXIAS	12.707.881,86	3.433.779,46	4.431.611,28	19.673.822,72	0,00	0,00	0,00	0,00	40.247.095,32
210310	CEDRAL	386.475,96	0,00	0,00	0,00	0,00	386.475,96	0,00	0,00	0,00
210312	CENTRAL DO MARANHAO	138.844,50	0,00	0,00	0,00	0,00	138.844,50	0,00	0,00	0,00
210315	CENTRO DO GUILHERME	334.705,42	0,00	0,00	0,00	0,00	334.705,42	0,00	0,00	0,00
210317	CENTRO NOVO DO MARANHAO	81.414,40	0,00	0,00	0,00	0,00	81.414,40	0,00	0,00	0,00
210320	CHAPADINHA	3.892.889,46	4.113.049,96	0,00	3.844.127,36	0,00	0,00	0,00	0,00	11.850.066,78
210325	CIDELANDIA	393.401,35	0,00	204.750,00	0,00	0,00	393.401,35	0,00	0,00	204.750,00
210330	CODO	9.389.786,31	0,00	6.956.350,00	4.222.989,00	0,00	4.230.000,00	0,00	0,00	16.339.125,31
210340	COELHO NETO	2.731.387,41	562.991,57	157.500,00	3.670.664,38	0,00	0,00	0,00	0,00	7.122.543,36
210350	COLINAS	2.043.509,62	3.258.570,25	805.350,00	2.455.491,68	0,00	530.939,16	0,00	0,00	8.031.982,39
210355	CONCEICAO DO LAGO-ACU	45.034,74	0,00	0,00	0,00	0,00	45.034,74	0,00	0,00	0,00
210360	COROATA	8.704.898,26	5.487.344,89	3.208.206,00	3.267.228,89	0,00	9.486.000,00	0,00	0,00	11.181.678,04
210370	CURURUPU	1.467.353,51	2.178.345,45	2.175.065,13	305.708,86	0,00	4.599.490,42	0,00	0,00	1.526.982,53
210375	DAVINOPOLIS	32.317,74	0,00	0,00	0,00	0,00	32.317,74	0,00	0,00	0,00
210380	DOM PEDRO	1.965.376,63	0,00	204.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.126,63
210390	DUQUE BACELAR	70.223,92	0,00	0,00	0,00	0,00	70.223,92	0,00	0,00	0,00
210400	ESPERANTINOPOLIS	1.626.948,10	183.427,75	0,00	131.008,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.941.384,84
210405	ESTREITO	1.337.481,20	0,00	0,00	118.346,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455.827,67
210407	FEIRA NOVA DO MARANHAO	200.564,82	0,00	0,00	0,00	0,00	200.564,82	0,00	0,00	0,00
210408	FERNANDO FALCAO	122.386,84	0,00	0,00	0,00	0,00	122.386,84	0,00	0,00	0,00
210409	FORMOSA DA SERRA NEGRA	721.014,79	0,00	0,00	0,00	0,00	721.014,79	0,00	0,00	0,00
210410	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	400.011,94	0,00	0,00	0,00	0,00	400.011,94	0,00	0,00	0,00
210420	FORTUNA	347.800,62	0,00	0,00	0,00	0,00	347.800,62	0,00	0,00	0,00
210430	GODOFREDO VIANA	32.448,88	2.473,96	0,00	8.304,16	0,00	43.227,00	0,00	0,00	0,00
210440	GONCALVES DIAS	685.524,05	0,00	0,00	0,00	0,00	685.524,05	0,00	0,00	0,00
210450	GOVERNADOR ARCHER	331.784,79	0,00	0,00	0,00	0,00	331.784,79	0,00	0,00	0,00
210455	GOVERNADOR EDISON LOBAO	177.454,61	0,00	0,00	0,00	0,00	177.454,61	0,00	0,00	0,00
210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	526.801,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.801,01
210462	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	216.905,48	0,00	0,00	0,00	0,00	216.905,48	0,00	0,00	0,00
210465	GOVERNADOR NEWTON BELLO	1.053.434,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.053.434,22	0,00	0,00	0,00
210467	GOVERNADOR NUNES FREIRE	979.108,26	2.655.819,20	0,00	1.701.114,87	0,00	0,00	0,00	0,00	5.336.042,33
210470	GRACA ARANHA	244.489,68	0,00	0,00	0,00	0,00	244.489,68	0,00	0,00	0,00
210480	GRAJAU	2.822.487,08	1.208.184,79	2.410.075,53	2.142.246,65	0,00	0,00	0,00	0,00	8.582.994,05
210490	GUIMARAES	697.389,87	0,00	0,00	0,00	0,00	697.389,87	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

210500	HUMBERTO DE CAMPOS	657.059,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	657.059,15
210510	ICATU	501.325,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.325,58
210515	IGARAPE DO MEIO	116.619,32	0,00	0,00	0,00	0,00	116.619,32	0,00	0,00	0,00
210520	IGARAPE GRANDE	388.672,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.672,02
210530	IMPERATRIZ	27.117.401,59	14.406.743,01	26.511.183,12	34.976.542,35	0,00	27.519.977,40	0,00	0,00	75.491.892,67
210535	ITAIPAVA DO GRAJAU	546.430,88	0,00	0,00	0,00	0,00	546.430,88	0,00	0,00	0,00
210540	ITAPECURU MIRIM	2.053.149,54	105.091,98	0,00	1.477.368,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.635.610,47
210542	ITINGA DO MARANHAO	964.171,37	0,00	204.750,00	0,00	0,00	964.171,37	0,00	0,00	204.750,00
210545	JATOBA	80.132,65	0,00	0,00	0,00	0,00	80.132,65	0,00	0,00	0,00
210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	209.112,91	0,00	0,00	0,00	0,00	209.112,91	0,00	0,00	0,00
210550	JOAO LISBOA	1.306.444,51	0,00	0,00	652.678,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.959.123,11
210560	JOSELANDIA	466.645,53	0,00	0,00	0,00	0,00	466.645,53	0,00	0,00	0,00
210565	JUNCO DO MARANHAO	40.225,43	0,00	0,00	0,00	0,00	40.225,43	0,00	0,00	0,00
210570	LAGO DA PEDRA	1.894.208,51	1.443.245,37	105.600,00	1.257.287,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.700.341,27
210580	LAGO DO JUNCO	383.529,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.529,82
210590	LAGO VERDE	31.311,50	0,00	0,00	0,00	0,00	31.311,50	0,00	0,00	0,00
210592	LAGOA DO MATO	35.607,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.607,60
210594	LAGO DOS RODRIGUES	17.754,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.754,47
210596	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	103.338,55	0,00	0,00	0,00	0,00	103.338,55	0,00	0,00	0,00
210598	LAJEADO NOVO	24.140,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.140,19	0,00	0,00	0,00
210600	LIMA CAMPOS	515.843,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	515.843,75
210610	LORETO	386.175,77	0,00	0,00	0,00	0,00	386.175,77	0,00	0,00	0,00
210620	LUIS DOMINGUES	20.445,75	0,00	0,00	0,00	0,00	20.445,75	0,00	0,00	0,00
210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	407.028,10	0,00	0,00	0,00	0,00	407.028,10	0,00	0,00	0,00
210632	MARACACUME	309.312,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.312,21
210635	MARAJA DO SENA	16.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.056,00	0,00	0,00	0,00
210637	MARANHAOZINHO	232.232,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.232,83	0,00	0,00	0,00
210640	MATA ROMA	608.789,22	0,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	968.789,22
210650	MATINHA	732.267,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.267,25
210660	MATOES	731.358,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	731.358,18
210663	MATOES DO NORTE	217.957,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.957,94
210667	MILAGRES DO MARANHAO	282.372,16	0,00	0,00	0,00	0,00	282.372,16	0,00	0,00	0,00
210670	MIRADOR	967.267,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	967.267,86
210675	MIRANDA DO NORTE	980.738,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.738,52
210680	MIRINZAL	533.581,29	0,00	0,00	0,00	0,00	533.581,29	0,00	0,00	0,00
210690	MONCAO	2.459.473,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.459.473,62	0,00	0,00	0,00
210700	MONTES ALTOS	18.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.682,00	0,00	0,00	0,00
210710	MORROS	367.737,80	0,00	0,00	0,00	0,00	367.737,80	0,00	0,00	0,00
210720	NINA RODRIGUES	378.361,35	0,00	0,00	0,00	0,00	378.361,35	0,00	0,00	0,00
210725	NOVA COLINAS	127.911,21	0,00	0,00	0,00	0,00	127.911,21	0,00	0,00	0,00
210730	NOVA IORQUE	17.846,71	0,00	0,00	0,00	0,00	17.846,71	0,00	0,00	0,00
210735	NOVA OLINDA DO MARANHAO	296.302,41	0,00	0,00	0,00	0,00	296.302,41	0,00	0,00	0,00
210740	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	614.801,61	0,00	0,00	0,00	0,00	614.801,61	0,00	0,00	0,00
210745	OLINDA NOVA DO MARANHAO	433.858,70	0,00	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773.518,70
210750	PACO DO LUMIAR	4.084.622,40	0,00	805.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.889.972,40
210760	PALMEIRANDIA	646.188,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	646.188,38
210770	PARAIBANO	800.904,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.904,27
210780	PARNARAMA	1.509.736,97	29.801,86	0,00	1.172.265,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.711.804,56
210790	PASSAGEM FRANCA	716.026,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	716.026,53
210800	PASTOS BONS	749.007,50	0,00	339.660,00	14.032,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102.699,66
210805	PAULINO NEVES	213.156,04	0,00	0,00	0,00	0,00	213.156,04	0,00	0,00	0,00
210810	PAULO RAMOS	785.793,85	0,00	0,00	0,00	0,00	785.793,85	0,00	0,00	0,00
210820	PEDREIRAS	1.828.527,23	1.141.789,86	0,00	3.549.461,17	0,00	0,00	0,00	0,00	6.519.778,26
210825	PEDRO DO ROSARIO	592.061,30	0,00	0,00	0,00	0,00	592.061,30	0,00	0,00	0,00
210830	PENALVA	981.561,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	981.561,24
210840	PERI MIRIM	230.471,24	0,00	0,00	0,00	0,00	230.471,24	0,00	0,00	0,00
210845	PERITORO	160.607,64	0,00	7.436.686,40	0,00	0,00	7.094.750,00	0,00	0,00	502.544,04
210850	PINDARE MIRIM	974.813,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	974.813,90
210860	PINHEIRO	3.139.341,05	3.189.134,48	2.865.300,00	3.227.066,86	0,00	0,00	0,00	0,00	12.420.842,39
210870	PIO XII	1.337.592,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337.592,40
210880	PIRAPEMAS	553.837,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	553.837,62
210890	POCAO DE PEDRAS	921.787,85	0,00	0,00	1.132.959,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.054.747,26
210900	PORTO FRANCO	5.024.841,41	785.701,45	3.926.325,00	1.061.964,76	0,00	0,00	0,00	0,00	10.798.832,62
210905	PORTO RICO DO MARANHAO	14.481,25	0,00	0,00	0,00	0,00	14.481,25	0,00	0,00	0,00
210910	PRESIDENTE DUTRA	5.913.103,65	264.951,56	2.005.350,00	1.889.426,00	0,00	2.578.713,60	0,00	0,00	7.494.117,61
210920	PRESIDENTE JUSCELINO	401.476,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	401.476,64
210923	PRESIDENTE MEDICI	187.130,69	0,00	0,00	0,00	0,00	187.130,69	0,00	0,00	0,00
210927	PRESIDENTE SARNEY	129.171,23	0,00	0,00	0,00	0,00	129.171,23	0,00	0,00	0,00
210930	PRESIDENTE VARGAS	272.590,51	0,00	0,00	0,00	0,00	272.590,51	0,00	0,00	0,00
210940	PRIMEIRA CRUZ	406.874,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	406.874,28
210945	RAPOSA	1.068.015,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.068.015,34
210950	RIACHAO	1.212.427,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.212.427,42	0,00	0,00	0,00
210955	RIBAMAR FIQUENE	14.764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,00	0,00	0,00	0,00
210960	ROSARIO	1.328.364,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.328.364,98
210970	SAMBAIBA	184.836,26	0,00	0,00	0,00	0,00	184.836,26	0,00	0,00	0,00
210975	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	212.440,30	0,00	0,00	0,00	0,00	212.440,30	0,00	0,00	0,00
210980	SANTA HELENA	1.523.612,08	0,00	0,00	334.928,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.858.540,91
210990	SANTA INES	5.267.148,06	2.801.807,83	1.252.800,00	5.678.598,01	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000.353,90
211000	SANTA LUZIA	2.821.217,50	285.908,97	1.200.000,00	1.772.240,29	0,00	0,00	0,00	0,00	6.079.366,76
211003	SANTA LUZIA DO PARUA	851.593,41	0,00	0,00	75.741,43	0,00	0,00	0,00	0,00	927.334,84
211010	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	1.004.097,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004.097,75	0,00	0,00	0,00
211020	SANTA RITA	1.161.346,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161.346,11
211023	SANTANA DO MARANHAO	297.571,50	0,00	0,00	0,00	0,00	297.571,50	0,00	0,00	0,00
211027	SANTO AMARO DO MARANHAO	467.026,76	0,00	0,00	0,00	0,00	467.026,76	0,00	0,00	0,00
211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	815.365,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815.365,91
211040	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	405.280,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405.280,71
211050	SAO BENTO	1.445.036,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.445.036,17
211060	SAO BERNARDO	971.206,47	0,00	0,00	0,00	0,00	971.206,47	0,00	0,00	0,00
211065	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	124.528,79	0,00	0,00	0,00	0,00	124.528,79	0,00	0,00	0,00
211070	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	1.132.614,44	0,00	204.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337.364,44
211080	SAO FELIX DE BALSAS	176.930,68	0,00	0,00	0,00	0,00	176.930,68	0,00	0,00	0,00
211085	SAO FRANCISCO DO BREJAO	228.451,95	0,00	0,00	0,00	0,00	228.451,95	0,00	0,00	0,00
211090	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	308.366,11	0,00	0,00	0,00	0,00	308.366,11	0,00	0,00	0,00
211100	SAO JOAO BATISTA	818.388,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	818.388,96
211102	SAO JOAO DO CARU	494.715,26	0,00	0,00	0,00	0,00	494.715,26	0,00	0,00	0,00
211105	SAO JOAO DO PARAISO	31.624,90	0,00	0,00	0,00	0,00	31.624,90	0,00	0,00	0,00
211107	SAO JOAO DO SOTER	861.617,08	0,00	0,00	0,00	0,00	861.617,08	0,00	0,00	0,00
211110	SAO JOAO DOS PATOS	3.094.850,51	139.082,67	204.750,00	1.143.194,00	0,00	2.040.000,00	0,00	0,00	2.541.877,18
211120	SAO JOSE DE RIBAMAR	12.238.977,93	0,00	858.150,00	0,00	0,00	4.230.000,00	0,00	0,00	8.867.127,93
211125	SAO JOSE DOS BASILIOS	219.362,35	0,00	0,00	0,00	0,00	219.362,35	0,00	0,00	0,00
211130	SAO LUIS	110.988.904,64	93.771.715,74	54.120.913,38	76.797.967,51	0,00	44.324.891,48	43.026.633,70	0,00	248.327.976,09
211140	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	950.887,65	0,00	0,00	0,00	0,00	818.887,65	0,00	0,00	132.000,00
211150	SAO MATEUS DO MARANHAO	2.571.399,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.571.399,70
211153	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	243.953,07	0,00	204.750,00	0,00	0,00	243.953,07	0,00	0,00	204.750,00
211157	SAO PEDRO DOS CRENTES	116.680,17	0,00	0,00	0,00	0,00	116.680,17	0,00	0,00	0,00
211160	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	622.599,72	0,00	409.500,00	0,00	0,00	622.599,72	0,00	0,00	409.500,00
211163	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	114.975,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.975,07
211167	SAO ROBERTO	122.871,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.871,82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

211170	SAO VICENTE FERRER	825.492,48	853.896,99	0,00	137.585,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.816.974,49
211172	SATUBINHA	356.969,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.969,58
211174	SENADOR ALEXANDRE COSTA	244.122,46	0,00	0,00	0,00	0,00	244.122,46	0,00	0,00	0,00
211176	SENADOR LA ROCQUE	29.098,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.098,00	0,00	0,00	0,00
211178	SERRANO DO MARANHAO	22.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.160,00	0,00	0,00	0,00
211180	SITIO NOVO	557.782,35	0,00	341.936,40	0,00	0,00	557.782,35	0,00	0,00	341.936,40
211190	SUCUPIRA DO NORTE	263.184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.184,50
211195	SUCUPIRA DO RIACHAO	149.189,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.189,73
211200	TASSO FRAGOSO	86.584,06	0,00	0,00	0,00	0,00	86.584,06	0,00	0,00	0,00
211210	TIMBIRAS	508.224,02	0,00	3.320.336,40	127.904,06	0,00	3.614.528,08	0,00	0,00	341.936,40
211220	TIMON	9.512.658,94	0,00	1.648.800,00	7.009.181,70	0,00	3.600.000,00	0,00	0,00	14.570.640,64
211223	TRIZIDELA DO VALE	599.773,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599.773,85
211227	TUFILANDIA	1.043.899,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043.899,17	0,00	0,00	0,00
211230	TUNTUM	1.148.361,32	2.511.265,83	1.979.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.638.877,15
211240	TURIACU	1.281.739,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.281.739,86	0,00	0,00	0,00
211245	TURILANDIA	46.554,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.554,00	0,00	0,00	0,00
211250	TUTOIA	1.851.409,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.851.409,41
211260	URBANO SANTOS	524.032,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524.032,36
211270	VARGEM GRANDE	1.812.435,08	164.009,71	0,00	115.694,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.092.139,07
211280	VIANA	2.383.403,30	850.356,93	0,00	1.035.812,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.269.572,94
211285	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	261.964,91	0,00	204.750,00	0,00	0,00	261.964,91	0,00	0,00	204.750,00
211290	VITORIA DO MEARIM	1.237.946,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237.946,51
211300	VITORINO FREIRE	1.537.407,27	115.267,13	0,00	1.403.451,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.056.125,73
211400	ZE DOCA	1.744.093,88	733.293,27	0,00	700.552,18	0,00	0,00	0,00	0,00	3.177.939,33
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										678.211.262,27

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

PPI ASSISTENCIAL - Detalhamento dos valores a serem descontados da PPI dos municípios para retenção dos recursos pelo FNS e transferência direta às unidades prestadoras universitárias federais (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	211130 - SAO LUIS	Hospital Universitário - HU-UFMA	2726653	12	02-12-2004	43.026.633,70
TOTAL						43.026.633,70

PORTARIA Nº 895, DE 15 DE JULHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de Pernambuco.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco - CIB/PE, por meio do Ofício CIB/PE n° 008/2016, de 20/06/2016 e da Resolução CIB-PE nº 2.891, de 20/06/2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I a esta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Pernambuco, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.066.020.198,10, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.168.964.955,29	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	856.164.161,57	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	40.891.081,24	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 8.890.200,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 44.717.718,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0026 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	78.037.082,94
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	748.054.435,56
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	383.764.518,03
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	40.891.081,24
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.168.964.955,29

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
260005	ABREU E LIMA	2.045.359,65	331.846,60	987.000,00	4.652.295,14	0,00	0,00	0,00	0,00	8.016.501,39
260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.227.307,96	949.341,05	178.200,00	2.816.447,43	0,00	1.765.576,32	0,00	0,00	3.405.720,12
260020	AFRANIO	352.405,05	0,00	0,00	914.528,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.933,77
260030	AGRESTINA	752.714,30	151.126,31	1.421.111,01	1.517.556,04	0,00	283.885,34	0,00	0,00	3.558.622,32
260040	AGUA PRETA	393.873,25	0,00	256.500,00	7.757.373,49	0,00	3.304.453,32	0,00	0,00	5.103.293,42
260050	AGUAS BELAS	447.933,74	69.781,08	928.500,00	676.153,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.122.368,19
260060	ALAGOINHA	141.817,71	0,00	157.500,00	538.289,99	0,00	57.195,93	0,00	0,00	780.411,77
260070	ALIANCA	914.430,46	3.991,80	157.500,00	203.794,80	0,00	229.408,20	0,00	0,00	1.050.308,86
260080	ALTINHO	528.249,62	0,00	157.500,00	85.870,57	0,00	118.074,71	0,00	0,00	653.545,48
260090	AMARAJI	550.953,97	4.783,02	157.500,00	152.584,43	0,00	0,00	0,00	0,00	865.821,42
260100	ANGELIM	220.360,00	5.728,72	157.500,00	123.634,60	0,00	0,00	0,00	0,00	507.223,32
260105	ARACOIABA	283.525,27	0,00	157.500,00	344.328,25	0,00	0,00	0,00	0,00	785.353,52
260110	ARARIPINA	2.571.703,18	491.908,13	1.319.762,88	5.234.456,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9.617.830,64
260120	ARCOVERDE	2.514.594,65	2.562.646,81	2.010.000,00	12.037.830,74	0,00	9.792.183,14	0,00	0,00	9.332.889,06
260130	BARRA DE GUABIRABA	212.170,69	0,00	0,00	46.427,00	0,00	38.270,11	0,00	0,00	220.327,58

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

260140	BARREIROS	1.203.580,90	731.462,58	157.500,00	14.062.815,92	0,00	5.314.360,74	0,00	0,00	10.840.998,66
260150	BELEM DE MARIA	207.342,80	6.360,72	219.850,42	24.978,39	0,00	0,00	0,00	0,00	458.532,33
260160	BELEM DE SAO FRANCISCO	471.509,73	1.328,25	0,00	682.664,66	0,00	47.312,45	0,00	0,00	1.108.190,19
260170	BELO JARDIM	1.978.366,10	263.393,10	395.100,00	1.355.278,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.992.138,11
260180	BETANIA	291.462,57	0,00	0,00	170.249,97	0,00	0,00	0,00	0,00	461.712,54
260190	BEZERROS	2.080.193,84	840.888,08	1.289.878,50	7.863.417,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12.074.377,62
260200	BODOCO	862.342,65	69.796,34	0,00	1.080.159,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.012.298,00
260210	BOM CONSELHO	1.100.377,78	29.507,44	157.500,00	694.763,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.982.148,60
260220	BOM JARDIM	740.848,02	0,00	157.500,00	99.099,42	0,00	0,00	0,00	0,00	997.447,44
260230	BONITO	1.318.904,00	0,00	395.100,00	297.267,70	0,00	464,40	0,00	0,00	2.010.807,30
260240	BREJAO	195.051,35	6.280,80	157.500,00	31.324,44	0,00	0,00	0,00	0,00	390.156,59
260250	BREJINHO	175.335,93	0,00	0,00	19.374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	194.710,03
260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	901.684,47	25.749,70	236.700,00	2.080.885,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3.245.019,96
260270	BUENOS AIRES	188.961,07	0,00	157.500,00	106.526,01	0,00	0,00	0,00	0,00	452.987,08
260280	BUIQUE	795.255,69	6.065,48	280.409,42	703.963,39	0,00	1.785.693,98	0,00	0,00	0,00
260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	5.099.845,79	497.264,49	7.861.800,00	40.393.455,25	0,00	40.415.314,75	0,00	0,00	13.437.050,78
260300	CABROBO	831.890,26	28.290,94	0,00	504.676,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.364.858,14
260310	CACHOEIRINHA	452.584,91	0,00	118.800,00	99.260,33	0,00	0,00	0,00	0,00	670.645,24
260320	CAETES	671.471,92	16.859,42	253.324,63	123.556,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065.212,73
260330	CALCADO	141.247,05	0,00	157.500,00	111.905,76	0,00	20.287,31	0,00	0,00	390.365,50
260340	CALUMBI	107.956,60	0,00	0,00	4.668,42	0,00	0,00	0,00	0,00	112.625,02
260345	CAMARAGIBE	8.084.687,77	7.082.745,97	672.300,00	10.385.214,67	0,00	5,02	0,00	0,00	26.224.943,39
260350	CAMOCIM DE SAO FELIX	253.365,10	0,00	157.500,00	98.915,87	0,00	0,00	0,00	0,00	509.780,97
260360	CAMUTANGA	158.402,40	2.001,52	205.952,47	5.236,49	0,00	30.670,59	0,00	0,00	340.922,29
260370	CANHOTINHO	787.828,25	29.136,10	157.500,00	102.787,60	0,00	260.310,46	0,00	0,00	816.941,49
260380	CAPOEIRAS	451.150,19	0,00	259.959,82	128.248,69	0,00	0,00	0,00	0,00	839.358,70
260390	CARNAIBA	345.613,24	0,00	0,00	232.509,20	0,00	0,00	0,00	0,00	578.122,44
260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	231.582,05	0,00	79.542,00	45.518,81	0,00	179.025,73	0,00	0,00	177.617,13
260400	CARPINA	1.956.212,47	857.202,87	619.500,00	842.162,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.275.078,16
260410	CARUARU	12.284.047,19	13.920.148,29	12.832.200,00	69.956.427,77	37.215.104,83	39.409.669,89	0,00	0,00	32.368.048,53
260415	CASINHAS	277.627,93	0,00	157.500,00	35.362,33	0,00	33.463,23	0,00	0,00	437.027,03
260420	CATENDE	506.328,05	0,00	341.011,75	496.762,17	0,00	928,80	0,00	0,00	1.343.173,17
260430	CEDRO	256.685,85	6.876,72	118.800,00	114.089,55	0,00	36.436,74	0,00	0,00	460.015,38
260440	CHA DE ALEGRIA	221.335,16	0,00	157.500,00	27.949,44	0,00	0,00	0,00	0,00	406.784,60
260450	CHA GRANDE	587.777,14	2.287,44	157.500,00	1.249.190,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996.755,49
260460	CONDADO	568.022,94	429,00	256.500,00	202.470,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.027.422,51
260470	CORRENTES	425.710,84	0,00	248.731,12	68.799,05	0,00	0,00	0,00	0,00	743.241,01
260480	CORTES	470.542,15	39.380,09	157.500,00	7.603.098,92	0,00	3.374.313,93	0,00	0,00	4.896.207,23
260490	CUMARU	663.107,71	5.211,68	0,00	62.186,49	0,00	391.597,13	0,00	0,00	338.908,75
260500	CUPIRA	671.988,44	0,00	296.100,00	576.739,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.828,23
260510	CUSTODIA	901.513,98	4.105,92	0,00	500.106,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.726,18
260515	DORMENTES	270.900,33	0,00	0,00	46.934,74	0,00	0,00	0,00	0,00	317.835,07
260520	ESCADA	1.997.148,83	145.980,10	0,00	482.870,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625.998,95
260530	EXU	796.632,26	3.390,50	315.625,03	1.029.315,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.144.963,48
260540	FEIRA NOVA	504.206,83	8.020,10	0,00	55.465,41	0,00	0,00	0,00	0,00	567.692,34
260545	FERNANDO DE NORONHA	104.854,52	0,00	462.000,00	51.916,41	0,00	618.770,93	0,00	0,00	0,00
260550	FERREIROS	96.142,57	0,00	0,00	100.526,65	0,00	0,00	0,00	0,00	196.669,22
260560	FLORES	392.522,59	0,00	90.499,21	82.763,38	0,00	0,00	0,00	0,00	565.785,18
260570	FLORESTA	815.638,72	100.351,75	0,00	1.031.088,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.079,17
260580	FREI MIGUELINHO	225.485,48	0,00	89.818,95	174.673,16	0,00	0,00	0,00	0,00	489.977,59
260590	GAMELEIRA	488.865,05	0,00	341.097,58	409.341,46	0,00	126.133,45	0,00	0,00	1.113.170,64
260600	GARANHUNS	4.685.993,00	6.424.369,49	1.450.105,50	13.076.878,59	0,00	13.732.602,41	0,00	0,00	11.904.744,17
260610	GLORIA DO GOITA	653.824,22	0,00	157.500,00	417.628,75	0,00	303.647,72	0,00	0,00	925.305,25
260620	GOIANA	2.375.402,78	166.372,44	2.124.900,00	1.636.126,46	0,00	2.604.355,39	0,00	0,00	3.698.446,29
260630	GRANITO	165.745,54	0,00	0,00	109.605,71	0,00	0,00	0,00	0,00	275.351,25
260640	GRAVATA	2.130.285,48	0,00	1.019.400,00	3.548.556,06	0,00	0,00	0,00	0,00	6.698.241,54
260650	IATI	445.424,29	0,00	157.500,00	228.625,76	0,00	0,00	0,00	0,00	831.550,05
260660	IBIMIRIM	770.268,50	1.123,95	220.319,93	958.038,32	0,00	64.216,49	0,00	0,00	1.885.534,21
260670	IBIRAJUBA	178.548,59	0,00	157.500,00	118.542,43	0,00	0,00	0,00	0,00	454.591,02
260680	IGARASSU	2.524.238,39	649.879,01	6.861.000,00	3.969.392,32	2.206.099,08	6.000.000,00	0,00	0,00	5.798.410,64
260690	IGUARACI	203.044,26	0,00	0,00	116.085,56	0,00	53.687,60	0,00	0,00	265.442,22
260700	INAJA	333.433,87	2.334,00	0,00	143.414,20	0,00	0,00	0,00	0,00	479.182,07
260710	INGAZEIRA	60.476,15	0,00	0,00	56.635,14	0,00	0,00	0,00	0,00	117.111,29
260720	IPOJUCA	1.230.786,41	0,00	1.045.800,00	536.962,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.813.548,92
260730	IPUBI	702.218,69	0,00	0,00	686.927,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.146,14
260740	ITACURUBA	67.181,82	0,00	49.988,64	104.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	221.622,74
260750	ITAIBA	284.948,88	17.762,40	157.500,00	294.090,63	0,00	0,00	0,00	0,00	754.301,91
260760	ITAMARACA	363.015,04	0,00	795.000,00	443.147,84	0,00	104.062,71	0,00	0,00	1.497.100,17
260765	ITAMBE	925.646,20	100,00	355.500,00	856.042,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.137.288,49
260770	ITAPETIM	375.571,50	2.492,40	0,00	269.994,81	0,00	0,00	0,00	0,00	648.058,71
260775	ITAPISSUMA	521.274,00	0,00	1.090.560,00	643.208,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.042,02
260780	ITAQUITINGA	221.394,86	0,00	101.883,11	449.555,62	0,00	0,00	0,00	0,00	772.833,59
260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	20.939.654,76	2.231.395,81	30.328.993,81	43.300.113,35	0,00	16.744.731,11	0,00	0,00	80.055.426,62
260795	JAQUEIRA	143.944,45	0,00	157.500,00	7.600.076,67	0,00	3.454.021,12	0,00	0,00	4.447.500,00
260800	JATAUBA	340.447,59	0,00	157.500,00	101.827,23	0,00	0,00	0,00	0,00	599.774,82
260805	JATOBA	345.754,22	3.319,44	0,00	2.300.308,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.649.382,60
260810	JOAO ALFREDO	701.011,08	24.698,03	242.116,14	183.003,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.829,11
260820	JOAQUIM NABUCO	338.351,99	0,00	0,00	32.204,62	0,00	28.644,08	0,00	0,00	341.912,53
260825	JUCATI	71.271,99	0,00	0,00	90.878,80	0,00	0,00	0,00	0,00	162.150,79
260830	JUPI	265.338,11	24.163,86	206.108,28	101.499,20	0,00	0,00	0,00	0,00	597.109,45
260840	JUREMA	297.525,75	0,00	249.499,14	48.497,33	0,00	0,00	0,00	0,00	595.522,22
260845	LAGOA DO CARRO	399.173,29	0,00	157.500,00	472.656,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029.329,50
260850	LAGOA DO ITAENGA	551.462,47	3.464,29	157.500,00	396.972,68	0,00	74.749,18	0,00	0,00	1.034.650,26
260860	LAGOA DO OURO	269.939,73	3.796,20	296.100,00	468.615,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038.450,98
260870	LAGOA DOS GATOS	255.146,24	0,00	157.500,00	44.620,16	0,00	80.790,85	0,00	0,00	376.475,55
260875	LAGOA GRANDE	400.967,88	4.114,02	0,00	1.524.603,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.929.685,44
260880	LAJEDO	527.139,10	17.368,61	565.500,00	418.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528.970,16
260890	LIMOEIRO	1.877.283,05	3.728.523,13	857.100,00	4.452.388,45	0,00	4.225.992,05	0,00	0,00	6.689.302,58
260900	MACAPARANA	678.329,56	62.055,60	157.500,00	298.309,10	0,00	121.299,19	0,00	0,00	1.074.895,07
260910	MACHADOS	284.711,94	4.878,80	0,00	55.167,82	0,00	0,00	0,00	0,00	344.758,56
260915	MANARI	122.091,02	0,00	0,00	224.846,08	0,00	346.937,10	0,00	0,00	0,00
260920	MARAIAL	223.603,33	4.599,91	0,00	90.223,60	0,00	318.426,84	0,00	0,00	0,00
260930	MIRANDIBA	346.389,86	0,00	0,00	652.396,11	0,00	0,00	0,00	0,00	998.785,97
260940	MORENO	1.491.289,47	147.510,46	2.141.058,16	8.098.073,16	0,00	5.604.015,96	0,00	0,00	6.273.915,29
260950	NAZARE DA MATA	697.347,72	115.853,48	157.500,00	7.696.997,00	0,00	8.324.163,13	0,00	0,00	343.535,07
260960	OLINDA	10.995.104,33	1.781.901,53	10.967.225,14	25.274.960,57	0,00	8.579.503,91	0,00	0,00	40.439.687,66
260970	OROBO	749.611,11	11.923,68	252.549,63	105.883,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.967,82
260980	OROCO	217.227,99	0,00	0,00	34.605,84	0,00	251.833,83	0,00	0,00	0,00
260990	OURICURI	2.074.204,68	912.682,37	459.000,00	1.194.367,79	0,00	2.140.648,46	0,00	0,00	2.499.606,38
261000	PALMARES	2.131.886,07	3.949.923,52	1.190.700,00	28.935.524,13	0,00	26.323.948,04	0,00	0,00	9.884.085,68
261010	PALMEIRINA	56.034,32	0,00	157.500,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.534,32
261020	PANELAS	588.696,28	0,00	157.500,00	445.592,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.788,39
261030	PARANATAMA	70.812,63	0,00	256.500,00	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.972,63
261040	PARNAMIRIM	563.398,85	0,00	0,00	615.441,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178.840,15
261050	PASSIRA	804.898,39	1.813,05	157.500,00	209.481,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173.692,83
261060	PAUDALHO	1.765.763,66	1.128.413,43	157.500,00	819.490,02	0,00	0,00	0,00	0,00	3.871.167,11
261070	PAULISTA	7.445.655,04	2.503.728,46	7.092.900,00	43.192.156,84	3.564.795,48	38.861.726,40	0,00	0,00	17.807.918,46
261080	PEDRA	763.809,11	0,00	158.400,00	683.628,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.605.837,18

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

261090	PESQUEIRA	1.796.529,46	579.532,66	236.700,00	1.792.147,14	0,00	0,00	0,00	0,00	4.404.909,26
261100	PETROLANDIA	716.440,54	157.941,98	0,00	654.206,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528.588,81
261110	PETROLINA	19.988.405,81	5.226.751,30	4.070.400,00	46.542.323,98	0,00	28.843.073,95	0,00	0,00	46.984.807,14
261120	POCAO	153.579,44	0,00	157.500,00	15.059,98	0,00	0,00	0,00	0,00	326.139,42
261130	POMBOS	767.709,07	13.088,50	157.500,00	124.093,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.391,00
261140	PRIMAVERA	199.149,00	0,00	157.500,00	7.379,88	0,00	0,00	0,00	0,00	364.028,88
261150	QUIPAPA	563.257,04	11.949,70	0,00	529.633,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.104.840,59
261153	QUIXABA	69.130,44	0,00	0,00	94.285,20	0,00	60.918,53	0,00	0,00	102.497,11
261160	RECIFE	99.369.390,47	126.803.541,73	139.595.736,50	658.500.503,41	340.778.518,64	428.251.357,73	0,00	0,00	255.239.295,74
261170	RIACHO DAS ALMAS	597.496,78	2.200,78	236.700,00	568.872,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.270,53
261180	RIBEIRAO	1.477.889,58	324.420,01	157.500,00	362.164,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.321.973,85
261190	RIO FORMOSO	716.067,82	3.970,24	157.500,00	107.675,30	0,00	0,00	0,00	0,00	985.213,36
261200	SAIRE	332.302,93	0,00	157.500,00	34.422,20	0,00	81.691,89	0,00	0,00	442.533,24
261210	SALGADINHO	86.471,85	0,00	0,00	2.774,25	0,00	0,00	0,00	0,00	89.246,10
261220	SALGUEIRO	1.889.478,88	934.990,91	0,00	8.989.062,84	0,00	9.219.452,66	0,00	0,00	2.594.079,97
261230	SALOA	350.835,36	4.056,00	217.473,34	52.591,46	0,00	140.431,65	0,00	0,00	484.524,51
261240	SANHARO	430.453,58	1.399,25	157.500,00	203.053,17	0,00	0,00	0,00	0,00	792.406,00
261245	SANTA CRUZ	147.098,42	0,00	97.218,00	246.040,79	0,00	0,00	0,00	0,00	490.357,21
261247	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	108.319,93	0,00	0,00	344.183,23	0,00	0,00	0,00	0,00	452.503,16
261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	1.832.364,46	272.624,42	703.500,00	1.878.060,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.686.549,73
261255	SANTA FILOMENA	121.140,39	0,00	0,00	98.569,05	0,00	0,00	0,00	0,00	219.709,44
261260	SANTA MARIA DA BOA VISTA	863.144,97	403,00	0,00	1.069.691,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.933.239,19
261270	SANTA MARIA DO CAMBUCA	136.644,80	0,00	0,00	6.170,70	0,00	0,00	0,00	0,00	142.815,50
261280	SANTA TEREZINHA	262.377,27	0,00	0,00	20.916,67	0,00	113.495,30	0,00	0,00	169.798,64
261290	SAO BENEDITO DO SUL	121.903,09	0,00	157.500,00	109.328,33	0,00	0,00	0,00	0,00	388.731,42
261300	SAO BENTO DO UNA	835.443,12	2.393,35	757.500,00	140.115,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735.452,02
261310	SAO CAITANO	832.142,98	19.967,97	637.500,00	172.709,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.662.320,54
261320	SAO JOAO	420.911,92	16.482,47	157.500,00	709.647,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.304.542,12
261330	SAO JOAQUIM DO MONTE	599.211,80	915.781,99	795.900,00	848.013,57	0,00	0,00	0,00	0,00	3.158.907,36
261340	SAO JOSE DA COROA GRANDE	418.254,83	0,00	157.500,00	38.132,57	0,00	0,00	0,00	0,00	613.887,40
261350	SAO JOSE DO BELMONTE	862.282,31	0,00	0,00	663.839,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526.122,27
261360	SAO JOSE DO EGITO	1.232.678,87	289.490,85	0,00	1.961.154,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.483.323,77
261370	SAO LOURENCO DA MATA	2.481.530,55	66.600,72	6.157.500,00	9.388.783,29	0,00	6.965.099,52	0,00	0,00	11.129.315,04
261380	SAO VICENTE FERRER	406.129,45	0,00	157.500,00	68.546,19	0,00	125.501,73	0,00	0,00	506.673,91
261390	SERRA TALHADA	2.997.682,23	3.829.832,20	158.400,00	6.733.264,53	0,00	3.674.999,43	0,00	0,00	10.044.179,53
261400	SERRITA	596.770,52	5.040,25	0,00	1.257.367,81	0,00	76.767,86	0,00	0,00	1.782.410,72
261410	SERTANIA	962.021,33	135,12	0,00	517.266,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.479.423,00
261420	SIRINHAEM	957.205,54	4.753,70	157.500,00	232.342,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351.801,77
261430	MOREILANDIA	245.162,75	0,00	0,00	1.166.520,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.411.683,73
261440	SOLIDAO	128.835,71	0,00	0,00	42.500,12	0,00	41.181,39	0,00	0,00	130.154,44
261450	SURUBIM	1.946.726,68	1.633.713,86	2.560.532,06	3.195.351,36	0,00	0,00	0,00	0,00	9.336.323,96
261460	TABIRA	829.809,98	0,00	0,00	635.314,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465.124,26
261470	TACAIMBO	164.455,24	0,00	0,00	16.179,19	0,00	180.634,43	0,00	0,00	0,00
261480	TACARATU	277.150,07	0,00	0,00	132.987,24	0,00	320.137,31	0,00	0,00	90.000,00
261485	TAMANDARE	458.561,23	0,00	157.500,00	435.046,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.107,57
261500	TAQUARITINGA DO NORTE	598.618,31	73.613,03	157.500,00	560.437,70	0,00	157.245,92	0,00	0,00	1.232.923,12
261510	TEREZINHA	144.346,53	0,00	187.434,97	22.486,19	0,00	0,00	0,00	0,00	354.267,69
261520	TERRA NOVA	211.535,53	0,00	0,00	57.508,87	0,00	0,00	0,00	0,00	269.044,40
261530	TIMBAUBA	2.041.513,12	770.895,62	1.899.607,80	3.083.759,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.795.775,79
261540	TORITAMA	609.702,23	38.230,20	265.051,23	549.941,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.462.925,57
261550	TRACUNHAEM	184.425,73	0,00	97.218,00	10.217,45	0,00	112.646,78	0,00	0,00	179.214,40
261560	TRINDADE	582.178,54	15.327,25	0,00	788.201,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.707,34
261570	TRIUNFO	284.439,68	51.532,79	30.179,40	223.222,03	0,00	146.598,39	0,00	0,00	442.775,51
261580	TUPANATINGA	379.569,61	2.752,38	0,00	162.512,97	0,00	108.173,89	0,00	0,00	436.661,07
261590	TUPARETAMA	249.957,57	26.519,50	0,00	263.922,97	0,00	0,00	0,00	0,00	540.400,04
261600	VENTUROSA	450.623,14	0,00	118.800,00	219.593,72	0,00	0,00	0,00	0,00	789.016,86
261610	VERDEJANTE	198.411,56	0,00	30.965,81	143.901,45	0,00	0,00	0,00	0,00	373.278,82
261618	VERTENTE DO LERIO	148.877,78	0,00	0,00	103.344,12	0,00	71.126,93	0,00	0,00	181.094,97
261620	VERTENTES	426.609,25	201.445,62	410.392,83	873.259,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.911.707,43
261630	VICENCIA	846.169,40	96.598,90	118.800,00	632.042,58	0,00	456.127,14	0,00	0,00	1.237.483,74
261640	VITORIA DE SANTO ANTAO	5.476.079,05	1.042.288,01	3.930.281,23	31.195.651,84	0,00	22.704.943,94	0,00	0,00	18.939.356,19
261650	XEXEU	387.769,99	0,00	400.032,00	12.721,54	0,00	225.019,02	0,00	0,00	575.504,51
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										856.164.161,57

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	261160 - RECIFE	Hospital das Clínicas da UFPE	396	1	01-06-2004	40.891.081,24
TOTAL						40.891.081,24

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
260410 - CARUARU	Hospital Regional Jesus Nazareno	2351994	15	16-10-2015	FES	8.041.144,63
260410 - CARUARU	Hospital Regional do Agreste	2427419	14	16-10-2015	FES	29.173.960,20
260680 - IGARASSU	Hospital Colônia Alcides Codiceira	2347342	17	16-10-2015	FES	2.206.099,08
261070 - PAULISTA	Sanatorio Padre Antonio Manoel	2433044	16	16-10-2015	FES	3.564.795,48
261160 - RECIFE	Hospital Agamenon Magalhaes	418	01	16-10-2015	FES	57.546.983,01
261160 - RECIFE	Hospital Otavio de Freitas	426	07	16-10-2015	FES	30.805.416,52
261160 - RECIFE	Hospital Oswaldo Cruz	477	10	16-10-2015	FES	50.656.154,77
261160 - RECIFE	Hospital da Restauração	655	03	16-10-2015	FES	60.574.711,24
261160 - RECIFE	Hospital Correia Picanço	981	09	16-10-2015	FES	5.985.530,80
261160 - RECIFE	Hospital Ulises Pernambucano	1546	08	16-10-2015	FES	2.541.594,72
261160 - RECIFE	Hospital Barão de Lucena	2427427	02	16-10-2015	FES	39.720.050,54
261160 - RECIFE	CISAM	2711613	11	16-10-2015	FES	18.140.266,40
261160 - RECIFE	Hospital dos Servidores	2711923	06	16-10-2015	FES	18.585,00
261160 - RECIFE	Hospital Geral de Areias	2711974	04	16-10-2015	FMS	6.214.508,45
261160 - RECIFE	Hospital Getulio Vargas	2802783	05	16-10-2015	FES	40.926.229,80
261160 - RECIFE	Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco-PROCAPE	3983730	13	16-10-2015	FES	33.862.995,84
TOTAL						389.979.026,48

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 896, DE 15 DE JULHO DE 2016

Redefine recurso do limite financeiro anual, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado do Rio de Janeiro - Bloco Atenção de Média e Alta Complexidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.336/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado à troca dos dialisadores e linhas arteriais e venosas para todos os procedimentos hemodialíticos em pacientes com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C;

Considerando a Portaria nº 1.744/GM/MS, de 22 de outubro de 2015, que redefine o limite financeiro anual dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia,

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 10 de maio de 2016, que estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia, e

Considerando o Ofício nº 695, de 09 de junho de 2016, da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Fica redefinido recurso anual destinado ao custeio da Nefrologia no Estado do Rio de Janeiro, conforme discriminado no quadro a seguir:

UF	IBGE	Município	Limite anual (R$)
RJ	330010	Angra dos Reis	4.672.291,92
RJ	330020	Araruama	5.085.336,72
RJ	330030	Barra do Piraí	6.393.716,88
RJ	330040	Barra Mansa	1.728.824,88
RJ	330045	Belford Roxo	13.500.031,08
RJ	330070	Cabo Frio	4.936.147,32
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	12.011.973,72
RJ	330170	Duque de Caxias	16.096.667,28
RJ	330190	Itaboraí	7.100.983,20
RJ	330220	Itaperuna	5.048.672,52
RJ	330227	Japeri	5.647.124,64
RJ	330240	Macaé	4.514.143,80
RJ	330250	Magé	5.744.907,84
RJ	330320	Nilópolis	4.017.978,60
RJ	330330	Niterói	10.850.208,00
RJ	330340	Nova Friburgo	4.325.034,36
RJ	330350	Nova Iguaçu	15.207.682,44
RJ	330390	Petrópolis	4.483.997,88
RJ	330414	Queimados	7.214.308,56
RJ	330420	Resende	1.832.996,76
RJ	330430	Rio Bonito	4.392.073,44
RJ	330455	Rio de Janeiro	101.479.764,48
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	4.172.085,72
RJ	330490	São Gonçalo	15.832.427,40
RJ	330510	São João de Meriti	10.972.328,76
RJ	330600	Três Rios	4.288.110,60
RJ	330610	Valença	3.599.528,64
RJ	330620	Vassouras	1.581.217,32
RJ	330630	Volta Redonda	1.792.202,04
Total do Estado			288.522.766,80

Art. 2º A redefinição não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 897, DE 15 DE JULHO DE 2016

Reconsidera a decisão que cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde da entidade Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, com sede em Florianópolis (SC) e fica sem efeito a portaria nº 1318/SAS/MS de 25 de novembro de 2014.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o §1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, cumulada com a competência prevista no art. 63 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016.

Considerando a Nota nº 02575/2016/CONJUR-MS/CGU, de 17 de junho de 2016, e

Considerando a Nota Técnica nº 201-REC-DCEBAS e Despacho nº 86/2016-DCEBAS/SAS/MS, constantes do Processo/MS nº 25000.110002/2013-60, que concluiu na fase recursal, pelo manutenção dos requisitos que ensejaram a Certificação da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde, em atendimento aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, concedido nos termos da Portaria nº 579/SAS/MS, de 28 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 102, de 29 de maio de 2013, seção 1, página 92, resolve:

Art. 1º Fica reconsiderada a decisão que cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde da entidade Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, CNPJ nº 83.884.999/0001-06, com sede em Florianópolis(SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Torna sem efeito a Portaria nº 1318/SAS/MS de 24 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 25 de novembro de 2014, seção 1, página 40.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 199/SAS/MS, de 25 de fevereiro de 2013, republicada no Diário Oficial da União nº 227, de 22 de novembro de 2013, seção 1, página 57-61.

ONDE SE LÊ:

7 Centro de referência

Pacientes com acromegalia devem ser avaliados periodicamente em relação à eficácia do tratamento e ao desenvolvimento de toxicidade aguda ou crônica em serviços especializados de Neurocirurgia com neuroendocrinologia. A existência de centro de referência facilita a avaliação diagnóstica, o tratamento, o ajuste de doses conforme necessário e o controle de efeitos adversos.

LEIA-SE:

7 Centro de referência

Pacientes com acromegalia devem ser avaliados periodicamente em relação à eficácia do tratamento e ao desenvolvimento de toxicidade aguda ou crônica em serviços especializados de Neurocirurgia com endocrinologia ou neuroendocrinologia. A existência de centro de referência facilita a avaliação diagnóstica, o tratamento, o ajuste de doses conforme necessário e o controle de efeitos adversos.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 347, DE 15 DE JULHO DE 2016

Divulga a relação de profissionais desligados do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) 2015/2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013 e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, DE 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB);

Considerando a Portaria Interministerial nº 3.031/MS/MEC, de 26 de dezembro de 2012, que altera a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, DE 1º de setembro de 2011;

Considerando a adesão de médicos aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde - Projeto Mais Médicos para o Brasil e Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica 2015/2016, resolve:

Art.1º Divulgar na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a relação dos profissionais desligados PROVAB 2015/2016.

Art. 2º Divulgar, na forma do Anexo III desta Portaria, a relação de profissionais médicos que, em virtude de afastamento das atividades de integração ensino-serviço, no âmbito do PROVAB 2015/2016, deverão integralizar as horas não dedicadas às atividades, a fim de cumprir o total da carga horária previsto para Programa, nos termos do art. 10 da Portaria nº 11/2013/SGTES/MS e respectivas alterações.

Art. 3º A certificação de conclusão do Programa depende do cumprimento total da carga horária das atividades de integração ensino-serviço e aprovação nas avaliações acadêmicas, nos termos da Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.087/2011 e demais normas pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO I

PROFISSIONAIS QUE SOLICITARAM DESLIGAMENTO DO PROVAB

NOME	CPF	CICLO	EDITAL
ALISON BRUNO BATISTA	068349869-01	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ANA CATHARINA AMARAL DE MELLO AFFONSO	108803437-37	Sexto Ciclo	Edital nº 02,15 de janeiro de 2015
ANA CLAUDIA MARCHI BARROS	050817159-80	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
ANA CLAUDIA SIQUEIRA TORQUATO	068562404-81	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ANA ELISA PRESTES SIMONETTI	083457849-25	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ANA KARINNE MAGALHAES LIMA JEREMIAS	007286923-25	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ANA PAULA ANDRADE VASCONCELOS	117997677-01	Sexto Ciclo	Edital n º 02, 15 de janeiro de 2015
ANDRE JAQUETO	349075508-12	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ANDREA SARAN SONNE	034942299-02	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
ANDRIA MARCELA MIRANDA CHADA	005867972-38	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
BARBARA LAPORAES CALDEIRA	048814465-50	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
BEATRIZ ALBINO QUEIROZ	029895521-03	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
BEATRIZ ELIAS DE PAULA NUNES	023145001-05	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
BERFRAN TEOGENES FRANCA SILVA	918438472-72	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
BRIGIDA RANZANI	368284428-73	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
BRUNA RENATA LOPES AQUINO	073989254-17	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
BRUNO BILLER TEIXEIRA FERNANDES DE ARAUJO	013630255-62	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
BRUNO FERNANDO BINOTTO	229111868-42	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
BRUNO IGOR BENICIO COSTA	014152681-50	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
BRUNO SERGIO VASCONCELLOS	402167458-61	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
BRUNO VINICIUS ALVES DANTAS	068444594-83	Sexto Ciclo	Edital n º 02, 15 de janeiro de 2015
CAIO CESAR CALIXTO GOMES	033348745-16	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
CAMILA REIS TEIXEIRA AVELAR	096369686-67	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
CAMILLA GURJAO COUTINHO DE AZEVEDO	056262994-75	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CARLA PAGUNG KIPPERT	004697882-83	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
CARLOS EDUARDO ALMEIDA SOUSA	043286413-01	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
CARLOS HENRIQUE MARTINEZ VAZ	014127404-28	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
CAROLINA SAMPAIO LEONARDOS	055345287-88	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
CAROLINE SCOPEL LUSTOZA	298009908-28	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
CIRO DE OLIVEIRA LIMA	025119693-35	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
CLARITA MACHADO DE MELO SANTOS	059380504-64	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
CRISTIANE MICHELE MARTIN	005218180-44	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
CYNTIA DAMáSIO FITTIPALDI	064982464-48	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DALILA IARI SILVA BARBOSA	013695143-01	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DANIEL BRAGA CAVALCANTE	012544734-59	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DANIEL LEWI LOPES MONTEZUMA	010011033-94	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DANIELA FERNANDES	009507889-45	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DANILO GUIMARAES NOGUEIRA ANDRADE	046333915-00	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
DANILO LACERDA VIANA	063115596-17	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
DANILO LIRA GIANUZZI	351563868-73	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DAUBERNAI BONOSO MONTEIRO NETO	115679527-39	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DEBORA LONDE MOURA	089749586-19	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
DIESICA NALENA PROCHNOW	065173499-10	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
EDUARDA MARTINS MEDEIROS	079388176-51	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
EMILY MOURAO SOARES LOPES	041778673-57	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
EMYLE BRITO DE SOUZA	027804941-90	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
ERIKA PATRICIA BARBOSA CORREIA	022903155-24	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
FABRICIO NEIVA DE ARAUJO	767725191-91	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
FELIPE MACHADO SCALON	017852270-84	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FELIPE MAGALHAES SOUZA DECCACHE	102355007-55	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FELIPE MARTINS ABOU RAHAL	073613549-98	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FELIPE UCHOA PEREZINI MARTINS	084322176-38	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FERNANDA DE MACEDO FERREIRA	069933864-61	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FERNANDA FASSINA RIBEIRO PINTO	390450328-64	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
FERNANDO HENRIQUE ZAMBON VIOLA	226350648-90	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
FILIPE FARIA CARDOSO	068695456-42	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
FILIPE FLAVIO RODRIGUES	069813686-17	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FLAVIO CAMPOS MAGALHAES	018897781-33	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FRANCISCO MILTON DA SILVA JUNIOR	010600254-69	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
FRANCISCO THALES OLIVEIRA DE SOUZA	011995433-81	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
FRANCYWAGNER SILVA VARGAS	818249802-30	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
GABRIEL MAMEDE MAHMOUD	018034341-63	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
GEORGE WALLACE FREIRE ALVES	032825843-18	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
GISELE PERON DE CASTRO	089312126-66	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
GLEIDISON BOMFIM BOAVENTURA DOS SANTOS	033038945-90	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
GUILHERME DE PAULA BARBIERI	319943978-02	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
GUILHERME SABOIA SILVEIRA	041624753-93	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	962209452-04	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
HABIB GABRIEL DALLA MARTA KMEIH	945962802-82	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
HENRIQUE MARIOTI PERES	341088798-99	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
HYNGRIDD SOARES MENDES	028943153-09	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
IGOR BENEVIDES MUNIZ	014656485-50	Sexto Ciclo	Edital n º 02, 15 de janeiro de 2015
IVANICE DE FATIMA TORQUATO FRANCO	007940114-70	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
JEFERSON JORGE LOPES GONCALVES	042855526-80	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
JESSICA MIQUELITTO GASPARONI	084668596-59	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
JOAO GUILHERME VIEIRA PEREIRA REGO	029450435-48	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
JOAO VICTOR LOPES DOS SANTOS	037333171-14	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
JONIELLY COSTA VASCONCELOS DE SANTANA	029541345-00	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
JORDANA DE AGUIAR MOTA	041834623-20	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
JORGE AUGUSTO ALVES SILVEIRA	022777151-66	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
JOSE CARLOS CORREA DA CUNHA FILHO	067496494-24	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
JOSE IURI MARTINS BEZERRA	043531383-59	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
JOSE VALMIR MOURA JUNIOR	017728673-30	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
JULIANA NERY FERRARI	019909290-79	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
JULIANA SILVEIRA DE FREITAS	014002343-79	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
JULIANO PABLO DE PINHO TAVARES	048612316-20	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
JULIE AVILA BARTH	070239169-70	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
JULLIANNA SOUSA DE FARIAS PINTO VINAGRE	062505984-05	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
LARA MUNE DE OLIVEIRA LIMA	382162128-10	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
LAWRENCE HAGEN CURVELLO LEMOS	533104465-49	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
LISANDRO LIBONI GUIMARAES RIOS	094238716-31	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
LISSA ARAUJO SOARES	093887816-60	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
LUANA CAMPOLI GALBIATI	103562376-56	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
LUCAS RAMOS CRIVELENTE	320163758-09	Sexto Ciclo	Edital n º 02, 15 de janeiro de 2015
LUCIANA CURCIO PIZZUTTI	811945600-91	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
LUCIANNE THAIS ALVES NOGUEIRA	025130615-19	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
LUISA DALLE SCHEIBLER	007355440-50	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
LUIZ FERNANDO PEREIRA DE PAULA SILVA	023533221-66	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
MAISA HELENA DE ABREU SILVA SANTOS	027155511-42	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
MARCELLA SEVERIANO DE FREITAS	110785737-60	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
MARCELLO SANTOS DA SILVA	012228202-77	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
MARCELO GANDELMAN DE ANDRADE	136623267-44	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
MARCOS ALECIO BISPO DE ANDRADE	858379202-00	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
MARCOS LUIS LARANJEIRA CARNEIRO	025992625-69	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
MARIA EDUARDA DA COSTA LEMOS CARAMORI	061242509-69	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
MARIANA COSTA CESCONETTO	072874429-57	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
MARIE NATHALIE CHENU	142800087-95	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
MARSELLE ROCHA MARTINELLI	088415527-78	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
MARTA LIGIA COELHO DA COSTA	043206653-50	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
MATEUS DELTREGGIA	393456728-26	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
MATHEUS DIETRICHKEIT ZUCCHI	058832849-90	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
MATHEUS MACIEL DORNELLES DE CARVALHO	377748428-88	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
MELINA FERRAZ SOARES	089761064-40	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
MICHAELLA FERNANDES ALENCAR	065301494-57	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
MICHELLE SILVA ZENY	066245189-95	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
NARA LIVIA PEREIRA COUTINHO	033010263-03	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
NARJARA FONTES XAVIER	969647072-04	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
NATALIA MAIA DINIZ	064716134-66	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
NATALYA VITORINO SULIANO	012979353-14	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
NATHALIA DUARTE SEPE	131337267-65	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
NAYARA VILAS BOAS BAHIA	016321606-17	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
NICOLE PINHEIRO MOREIRA	034441603-80	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
NILTON AUGUSTO GUIMARAES PERLIN	018944861-02	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PAULA RAMOS MIRANDA	008632902-21	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
PAULO LEVI PEREIRA DE OLIVEIRA	006795083-33	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
PEDRO HENRIQUE GOMES FRAGA	119981107-61	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
PRISCILA GODOY FRANCO FREITAS	004543751-31	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
RAFAEL DAYVES MEDEIROS DE QUEIROZ	064509804-35	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
RAFAEL LUCIO PETRONZELLI	049625199-64	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
RAFAEL MATOS DE LUNA	940396582-72	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
RAFAEL RODRIGUES OLIVEIRA	036586491-94	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
RAFAELA RABELLO REIS	009303439-30	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
RAISSA MARIA RETTO DE VASCONCELOS	969848132-04	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
RAKEL DE CASTRO EVANGELISTA	027091653-92	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
RAPHAEL PEREIRA COUTINHO	059912146-70	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
RAYANNA CATARINA REGO DA COSTA	011862294-38	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
RENATA FORNACIARI LARA	022011371-88	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
RENATA PONTES DUARTE	077008684-50	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ROANA LACERDA TAVARES LEITE	034269543-62	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
ROBERTA FERNANDES MATTOS	000362522-20	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
SINARA LEONARDA OLIVEIRA DANTAS	077210734-30	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
SIZOSTENES LIVIO CUNHA DE ALMEIDA	737218595-53	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
STEFANI ISABELA MIGLIORANZA	066395239-57	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
SYBYLLA NOGUEIRA LUSTOSA E TORRES	050265063-05	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
TAINIELY MULLER BARBOSA FERNANDES	008315510-46	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
TALITA REIS	052569239-86	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
THAMYRES VARGAS DE LIMA MAGOSSO	344677388-60	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
THAYS BYCZKOVSKI	062227759-69	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
TOMAS AMORIM ANDRADE	013795385-21	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
THIERRY BARBOSA LIMA	748085402-15	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
VANNUCIA JORDANA DE CARVALHO OLIVEIRA	077429114-18	Sexto Ciclo	Edital nº 02, 15 de janeiro de 2015
VINICIUS CLEMENTINO FALCAO	322580478-97	Décimo Ciclo	Edital nº 8, 14 de abril de 2016
VITOR BARZOTTO HEINRICH	011796700-94	Nono Ciclo	Edital nº 02, 8 de janeiro de 2016
WAGNER OLIMPIO DA ROCHA	869802381-91	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015
WELLINGTON BITENCOURT AVILA MILHAN	049233049-28	Oitavo Ciclo	Edital nº16, 2 de outubro de 2015
YURI GOERSCH FERREIRA ANDRADE	004848052-58	Sétimo Ciclo	Edital nº 10, 10 de julho de 2015

ANEXO II

PROFISSIONAIS DESLIGADOS DO PROVAB POR DESCUMPRIMENTO DE REGRAS EDITALÍCIAS

NOME	CPF	CICLO	EDITAL
NATÁLIA ARAÚJO LIMA ROCHA COELHO	086352314-57	Sexto Ciclo	Edital nº02, 15 de janeiro de 2015
YURI CARLO DAVID SILVA	089679146-79	Sétimo Ciclo	Edital nº10, 10 de julho de 2015

PORTARIA Nº 348, DE 15 DE JULHO DE 2016

Divulga o resultado da 2ª Avaliação Somativa do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao Edital/SGTES nº 10, de 10 de julho de 2015, com a lista de médicos que poderão ou não se matricular nos Programas de Residência Médica utilizando a pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) e respectivas alterações;

Considerando a Portaria Interministerial nº 3.031/MS/MEC, de 26 de dezembro de 2012, que altera a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, DE 1º de setembro de 2011;

Considerando os termos da Resolução n° 2, de 27 de agosto de 2015, da Comissão Nacional de Residência Medica (CNRM), publicada no DOU n° 165, de 28 de agosto de 2015; e

Considerando a Portaria n° 53/SGTES/MS, de 28 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes de monitoramento dos profissionais do PROVAB, matriculados nos cursos de especialização;

Considerando o Edital/SGTES nº 10, de 10 de julho de 2015, que trata da adesão de médicos aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde - Projeto Mais Médicos para o Brasil e Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica. Resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação dos médicos que obtiveram Conceito Satisfatório na 2º Avaliação Somativa no Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), e que estão aptos a realizar matricula nos Programas de Residência Medica no ano de 2016, utilizando pontuação adicional de 10%.

Art. 2º Divulgar, conforme Anexo II desta Portaria, a relação dos médicos que não obtiveram Conceito Satisfatório na 2º Avaliação Somativa no Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), por não terem realizado a autoavaliação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

ANEXO I

Relação dos médicos que obtiveram Conceito Satisfatório na 2º Avaliação Somativa no Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao Edital/SGTES nº 10, de 10 de julho de 2015, e que estão aptos a realizar matricula nos Programas de Residência Medica no ano de 2016, utilizando pontuação adicional de 10%.

NOME DO PROFISSIONAL	CPF
AGUIDA MARIA ARAUJO DE BRITO	82542341320
ALAN CESPEDES MARTINS	30269833811
ALINE COELHO FIGUEIREDO	08812514618
ALINE PAIVA ALVES DE SOUZA MENDONCA	09064198675
ALISON DE SANTANA PACHECO	01505377358
AMANDA CRISTINA DE CARVALHO MIRANDA	09750270690
ANA CLAUDIA RIBEIRO	08996223646
ANA ELISA SANTOS DUARTE	08305670627
ANA FLAVIA MOURA MENDES	74600389115
ANA LAIS AGUIAR NOCRATO	04052922360
ANA PAULA TEIXEIRA DE ALMEIDA JUNQUEIRA	36985306861
ANDRE ELIAS ABREU PASSOS	02176166159
ANDREW NELSON MORAES HENKEMAIER	00215592107
ARTHUR LUIZ CARVALHO DE AMORIM	01392229448
ARTUR HENRIQUE SOARES DA SILVA FILHO	81681518368
BIANCA ARAUJO CARDOSO	07283689605
BRENO GOMES CARNEIRO DE FREITAS	01931745374
BRUNA GUSMAN LUZ	35884198884
CAMILA ARAGAO BORGES	02668595347
CAMILA ARAUJO MONTEZUMA	87290669304
CARLOS VIEIRA ARAUJO	87875446368
CRISTIANNE VANESSA MAIA GALVAO	01893821552
DAIZY VIEIRA SANTANA	01455437573
DANIEL LUIZ DA SILVA	06372956683
DANUZA BEATRIZ DE MENEZES BINO	01557528632
DEBORAH VIEIRA DE PONTES	00548345384
DIEGO ALEXANDRE GOMES SOUSA	07659128647
DIEGO AUGUSTO JORGE CARDOSO	87642247249
DIEGO CARLO PEREIRA FERNANDES DOS ANJOS	06744088459
EDUARDA PALACIO RAMOS	09336624407
EDUARDO CASTRO DE OLIVEIRA	09613332782
EDUARDO SILVA FREIRE	00497244101
FELIPE CANTIDIO MENDES	05510819456
FERNANDA LUCENA DA ROCHA	04753223558
FLAVIO FROTA DE ALMEIDA	00536266301
FREDERICO RESENDE AZEVEDO PARREIRA	01620993120
GILBERSON MOURA DE BRITO	01462529429
GRIJALBA JOSE PORTELA CARDOSO	00974415383
GUSTAVO FERNANDES LEOBAS	73774561168
HALYSON AGUIAR PONTE	03602122395
HELOISA BEATRIZ COSTA RIBEIRO	03264372150
HENDERSON HUMBERTO OLIVEIRA COUTINHO	08792958648
IGOR FERNANDO BARROS PIRES	06743890693
INGRID BARROS QUEIROZ	02139041364
ISABELA DO NASCIMENTO FONSECA	02902099517
IURI FERREIRA TENORIO	37728642871
IZABELLA CRISTINA CARDOZO BOMFIM	00612628116
JAQUELINE APOLINARIO MENDES AMORIM	05361352403
JOAO ALVES DA SILVA NETO	89602153415
JOAO VITOR TORRES DE LIMA	08257925411
JOICILENE CRUZ MANDULAO	74786768200
JORDANNA FRANCO SUCUPIRA	67316042320
JULIA ATHAYDE BRANT	10926164627
JULIA OLIVEIRA AIRES LUZ SERRANO	02713328322
JULIANA BEZERRA FERREIRA E SILVA	02694509398
JULIANA UCHOA CAVALCANTI	02047459346
KAREN CHRYSTINA FELIZARDO VASCONCELOS	01038766265
KARINA MEIRELLES FONSECA	01574898680
KARINA PEREIRA DA CRUZ	01521151024
KARINA SEREJO FERREIRA MOCARZEL	12826330748
KARINA SOUZA SCANAVACCA	06191583958
KAROLINE DAS DORES RIBEIRO	89129121272
LAILA KECIA DE OLIVEIRA PONTE	04323482396
LARISSA EULALIA MAIA DE ABRANTES	07003286459
LARISSA HALLEY SOARES E SA	02516026307
LEANDRO CESAR TAVARES MARTINS	00441882188
LETICIA VENOSO COSTA	33406339832
LORENA QUADROS TEIXEIRA	03659671576
LUANA DE OLIVEIRA	07444926964
LUCAS REZENDE PAULA	03569812154
LUCAS SOARES DE ALMEIDA	96525835372
LUCIANO BARRETO QUENTAL	03502408335
LUDIMILA GOMES SILVEIRA	09774138619
LUIZA CAROLINA GRUHLKE	06410763980
LUIZA TOLEDO SOARES	01672438616
LUMA BURGOS PINHEIRO CASTELO BRANCO	04347551339
MARCELLE OLIVEIRA PARAHYBA	03209743320
MARIA CLARA RODRIGUES LIMA MEDEIROS	03518069381
MARIANA DE ALMEIDA LINS BITTENCOURT	03605527302
MARIANA DOURADO PINTO	01493743139
MARIANA FONTELES DIAS	00094703361
MARIO GERALDO COSME DE LIMA FILHO	07306912410
MATEUS MACENA CORREIA DE LIMA	04383527426
MAYARA SANTANA NOBREGA DE FIGUEIREDO	04241197302
MELIANE MOLETA	05916970927
NATANAEL PIETROSKI DOS SANTOS	04433277932
OLINTO FARIAS CASTELO BRANCO JUNIOR	03796030394
PATRICIA GABRIELA SILVA SANTOS	07068651623
PAULA NATASHA RIBEIRO JONAS DE FARIA	10290254604
PAULO VITOR DE SOUSA MARCELINO	10347587640
PETROS PRISCO LEAO DE CARVALHO	04108768523
PRISCILA RENATA ALVES PEIXOTO	08732054726
PRYSCILLA GARCIA GUIMARAES BANDEIRA CRUZ	99533561149
RAFAELA MOTA ALVES	04536136592
RAIANE HOSANA FENG BORGES	72403659134
RENATA BOLZAN GINDRI	02106211090
RENATA LANDIM PRUTCHANSKY	02945745305
ROBSON ROBERTO PORTELA DIAS JUNIOR	04452596550
STELLA LOUSADA	13059592721
STERFFERSON MAYCON DE OLIVEIRA MORAIS	01362745367
SUELEN CAMILA FONTANA BORDIGNON	00915049023
TALITA SARAIVA BONFIM DO NASCIMENTO	03730447556
THALES ABEL JACOB	07006797667
THAYLIGON GADELHA LOUREIRO	02125462362
THIAGO DADALTO LOSS	10358606780
VANESSA MAIA CAMPELO	63120569372
VICTOR HUGO DA VEIGA JARDIM	01903649129
WELLINGTON OLIVEIRA BARRETO	70284350168
WESLEY DA CRUZ SOARES	02871835560
YURI CARLOS MORAIS RODRIGUES	02727091311

ANEXO II

Relação dos médicos que não obtiveram Conceito Satisfatório na 2º Avaliação Somativa no Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao Edital/SGTES nº 10, de 10 de julho de 2015, por não terem realizado a autoavaliação.

NOME DO PROFISSIONAL	CPF
JOSE KLEBER MOTA ASSUNCAO FILHO	00429613350
FAGNER DE SOUZA JORGE	13944527720

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 321, de 14 de julho de 2016, publicada no DOU de 15 de julho de 2016, Seção 1, página 54, no art. 1º, onde se lê: "d) possua membro da família, vivendo sob sua dependência, com microcefalia, devidamente comprovada com a apresentação de atestado médico.", leia-se: "e) possua membro da família, vivendo sob sua dependência, com microcefalia, devidamente comprovada com a apresentação de atestado médico.".

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 135, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, incisos VIII, IX, X e XIV, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal.

Considerando a necessidade de alterar a Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que estabelece os procedimentos para o acesso aos dados dos sistemas informatizados do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, e dá outras providências.

Considerando o que consta do processo administrativo nº 80001.037971/2007-19, resolve:

Art. 1º Incluir § 3º no art. 1º da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 3º O DENATRAN, independentemente de requerimento, promoverá a divulgação em seu sítio eletrônico na Internet das informações de interesse coletivo ou geral, em conformidade com ao art. 7º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações."

Art. 2º Alterar o art. 2º da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O interessado deverá ressarcir os valores para disponibilização das informações ou acesso aos sistemas, conforme tabela de valores estabelecidos pelo DENATRAN."

Art. 3º Alterar o Parágrafo único do art. 4º da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O atendimento ao pedido somente ocorrerá após comprovação, por meio da apresentação do comprovante de pagamento referente aos valores para disponibilização das informações."

Art. 4º Alterar o § 2º do art. 9º da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Quando o órgão ou entidade habilitar ou contratar pessoa jurídica para a realização de vistoria de identificação veicular e/ou produção de documentos de veículos e de condutores, será concedido acesso aos sistemas pelo DENATRAN, por meio de Autorização e celebração de contrato administrativo junto ao SERPRO, para ressarcimento dos valores correspondentes."

Art. 5º Incluir Parágrafo único no art. 12 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 12.....

Parágrafo único. Os órgãos listados no caput deste artigo poderão ter acesso para inserir dados ou informações sobre acidentes de trânsito."

Art. 6º Alterar o § 3º e incluir o § 11 no art. 15 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.....

§ 3º Às entidades que realizam serviços de vistorias ou inspeção veicular para expedição do laudo ou certificado de segurança veicular será disponibilizado acesso restrito às informações necessárias à execução desses serviços."

(...)

§ 11 Às demais entidades listadas no caput, que comprovarem a necessidade de acesso para desempenho de suas atividades, será concedido acesso restrito às informações necessárias à execução de suas atividades."

Art. 7º Incluir os §§ 5º e 6º no art. 16 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 16.....

§ 5º A disponibilização de acesso às bases de dados do DENATRAN aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional interessados será realizada nos termos do Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016.

§ 6º A Portaria do DENATRAN que concede licença de funcionamento às Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs ou às Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatais - ETPs substituirá o Termo de Autorização de que trata esta Portaria, para os efeitos dos seus artigos 21 e 22, para acesso exclusivo ao Sistema Nacional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular - SISCSV, devendo a entidade interessada apresentar os seguintes documentos junto ao DENATRAN quando da solicitação de credenciamento:

I - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada, quando couber;

II - ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa;

III - cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF dos representantes legais;

IV - endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da Federação e CEP), número de telefone e e-mail;

V - designação do responsável técnico pelo acesso aos sistemas;

VI - cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF do responsável técnico pelo acesso aos sistemas;

VII - relação dos equipamentos, profissionais e softwares que serão utilizados pela empresa para acesso ao SISCSV;

VIII - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, obtido no endereço eletrônico 'http://www.portaldatransparencia.gov.br;

IX - lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, obtido no endereço eletrônico http://portal2.tcu.gov.br;

X - Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de improbidade Administrativa, obtido no endereço eletrônico http://cnj.jus.br.

Art. 8º Alterar o inciso III do art. 21 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 .....

III - a forma de pagamento dos valores referente à disponibilização dos dados."

Art. 9º Acrescentar os §§ 1º e 2º ao art. 22 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 22 .....

§ 1º É permitido o acesso aos Sistemas e Subsistemas Informatizados do DENATRAN aos órgãos e entidades devidamente autorizados, por meio de Termo de Autorização específico, nos termos do art. 21 desta Portaria, até que o contrato administrativo de que trata o caput deste artigo seja devidamente firmado junto ao SERPRO.

§ 2º Os acessos de que trata o parágrafo anterior serão controlados e faturados pelo DENATRAN, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU."

Art. 10. Alterar o caput do art. 24 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Quando o acesso aos sistemas e subsistemas do DENATRAN exigir o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, o interessado deverá ressarcir os respectivos valores relativos aos investimentos e custeio."

Art. 11. Alterar o art. 32 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. Os acessos referentes ao cadastro de veículos e a inserção de dados ou informações sobre acidentes de trânsito estão isentos do pagamento pelas transações inerentes a esse tipo de serviço."

Art. 12. Incluir alínea "d" no art. 35 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 35 .....

d) a substituição dos funcionários autorizados a acessar os Sistemas."

Art. 13. Alterar o art. 37 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. O SERPRO deverá encaminhar ao DENATRAN:

I - cópia dos contratos firmados com as entidades autorizadas a acessar os bancos de dados do DENATRAN;

II - relatório mensal detalhado contendo o número e os tipos de acessos efetuados por cada órgão ou entidade relativo ao mês anterior;

III - relatório mensal detalhado contendo o faturamento efetuado aos órgãos e entidades relativo ao mês anterior."

Art. 14. Alterar o art. 38 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. Os Contratos, Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Execução Descentralizada e outros instrumentos congêneres celebrados entre os interessados e o DENATRAN para acesso às suas bases de dados que estejam em vigor deverão ser rescindidos e substituídos pelo Termo de Autorização de Acesso e respectivo contrato, nos termos desta Portaria, no prazo de 1 (um) ano a partir da data de sua publicação."

Art. 15. Alterar o art. 39 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. As entidades que acessam os sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN deverão encaminhar ao DENATRAN, até 31 de janeiro de cada ano, toda documentação atualizada prevista para a emissão do Termo de Autorização, sob pena de revogação da autorização."

Art. 16. Alterar o caput e acrescentar § 3º ao art. 40 da Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Os dados constantes na base de dados dos sistemas e subsistemas do DENATRAN são de propriedade exclusiva deste Departamento, e serão disponibilizados exclusivamente pelo SERPRO, sendo vedado aos órgãos e entidades contratantes a sua disponibilização, a qualquer título, a terceiros, sem prévia autorização do DENATRAN, observando-se as normas de restrições de acesso à informação previsto no Capítulo IV da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

(...)

§ 3º A autorização do DENATRAN para disponibilização de dados a terceiro será precedida de encaminhamento de lista, que deverá ser atualizada trimestralmente, contendo a razão social, CNPJ, nome, e-mail, CPF e RG do responsável das entidades associadas ou conveniadas para as quais os dados serão repassados."

Art. 17. Fica revogada a Portaria DENATRAN nº 45, de 1º de março de 2016.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 319, DE 13 DE JULHO DE 2016

Disciplina o Processo de Acompanhamento Orçamentário das Ações constantes nas Leis Orçamentárias Anuais - LOAs 2016 e 2017.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o inciso VII do Art.4º e o Art. 5º da Portaria nº 103/Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP, de 19 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Disciplinar o processo de Acompanhamento Orçamentário das Ações constantes nas Leis Orçamentárias Anuais - LOAs 2016 e 2017.

Art. 2º Compete à Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGORF acompanhar a execução físico-financeira das ações orçamentárias, cujos subtítulos possuam produtos e metas físicas associados, observando o alinhamento da execução com o planejado na LOA.

Art. 3º Compete à Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN coordenar o preenchimento e o envio dos dados no módulo de acompanhamento orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP; organizar, disciplinar e difundir a sistemática de acompanhamento orçamentário do órgão ou da entidade; coordenar o processo de acompanhamento orçamentário, visando à qualidade das informações inseridas pelas respectivas unidades no módulo do SIOP.

Art. 4º As Unidades Administrativas responsáveis pelas ações, bem como os servidores responsáveis pelo preenchimento do acompanhamento orçamentário - SIOP são aqueles constantes no anexo Único desta Portaria.

Art. 5º Compete às Unidades Administrativas:

I - viabilizar e monitorar a execução de uma ou mais ações de programa; responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso e quantificado na meta física da ação; garantir a utilização dos recursos de forma eficiente; gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução da ação; indicar os Perfis de Acompanhamento Orçamentário - UO no SIOP para preenchimento das informações de execução das ações orçamentárias;

II - garantir que as metas físicas constantes da LOA estejam atualizadas no módulo específico do SIOP, inclusive quando da efetivação de alterações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro vigente;

III - acompanhar e demonstrar a evolução dos indicadores previstos no SIOP.

Art. 6º As Unidades Administrativas deverão informar à Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN a alteração, inclusão ou exclusão de perfis dos usuários no SIOP sempre que se fizer necessário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO - UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES E SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO DO ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO SIOP - 2016 e 2017			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56101 - MINISTÉRIO DAS CIDADES			
PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Coordenação de Benefícios e Assistência ao Servidor - COBEN/CGRH/SPOA/SE	Sâmya Valeska Pedreira Oliveira Polyanna de Jesus Moreira
PROGRAMA 0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
00MT	Contribuição ao Conselho Mundial da Água - WWC (MCidades)	Departamento de Articulação Institucional, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - DARIN/SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Carolina Torres Menezes
PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DDCOT/SNSA	Manoel Renato Machado Filho Carolina Torres Menezes
20NN	Apoio ao Planejamento de Intervenções Estruturais em Municípios Críticos a Desastres Naturais	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
216C	Apoio à Elaboração de Projetos de Expansão Urbana	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - DEAP/SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
8865	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos - DAFUPR/SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
216D	Monitoramento da Ocupação Urbana	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - DEAP/SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Departamento de Mobilidade Urbana - DeMOB/SNTMU	Lucia Gonçalves Pedrozo Thauane Lima de Menezes
10ST	Apoio a Sistemas de Circulação Não-Motorizados	Departamento de Mobilidade Urbana - DeMOB/SNTMU	Lucia Gonçalves Pedrozo Thauane Lima de Menezes
2D47	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego	Departamento de Mobilidade Urbana - DeMOB/SNTMU	Lucia Gonçalves Pedrozo Thauane Lima de Menezes
10SR	Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano	Departamento de Mobilidade Urbana - DeMOB/SNTMU	Lucia Gonçalves Pedrozo Thauane Lima de Menezes
2D49	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DeCIS/SNTMU	Lucia Gonçalves Pedrozo Thauane Lima de Menezes
PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
00AF	Integração de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
00CW	Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com Menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
20Z9	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
PROGRAMA 2054 - PLANEJAMENTO URBANO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10T2	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas	Departamento de Acessibilidade e Programas Urbanos - DEAP/SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SE	Marcelino Silva da Cunha Jader Guimarães de Souza
216E	Apoio à Elaboração de Projetos Urbanos Estratégicos	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano - DEAP/ SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
20NP	Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE	Everton Sudré Ferreira Cleidson dos Santos Machado
4055	Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE	Everton Sudré Ferreira Cleidson dos Santos Machado
4420	Funcionamento do Conselho das Cidades	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE	Keila Suzane Freitas Isabela Sbampato Batista Reis de Paula
8872	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por Meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE	Everton Sudré Ferreira Cleidson dos Santos Machado
8874	Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa	Departamento de Acessibilidade e Programas Urbanos - DEAP/SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
8866	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos, DAFUPR/SNAPU	Bruna Martins de Melo Paula Regina Comin Cabral
PROGRAMA 2068 - SANEAMENTO BÁSICO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
12MH	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes.	Departamento de Articulação Institucional, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental -DARIN/SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Carolina Torres Menezes
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DDCOT/SNSA	Manoel Renato Machado Filho Carolina Torres Menezes
20NV	Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS	Departamento de Articulação Institucional, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental -DARIN/SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Carolina Torres Menezes
216F	Gestão da Política de Saneamento Básico	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Carolina Torres Menezes
8871	Apoio à Elaboração, Implementação e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional	Departamento de Articulação Institucional, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental -DARIN/SNSA	Tatiana Santana Timóteo Pereira Carolina Torres Menezes
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DDCOT/SNSA	Manoel Renato Machado Filho Carolina Torres Menezes
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DDCOT/SNSA	Manoel Renato Machado Filho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			Carolina Torres Menezes
116I	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DDCOT/SNSA	Manoel Renato Machado Filho Carolina Torres Menezes
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DDCOT/SNSA	Manoel Renato Machado Filho Carolina Torres Menezes
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Divisão de Pagamento de Pessoal - CGRH/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Delma Vital de Sousa
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH/SPOA/SE	Pedro Gregório Ferreira Manço Edna da Silva Amorim
2000	Administração da Unidade	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG/SPOA/SE	Rosilene da Conceição Santos Heberton da Silva Souza
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Divisão de Benefícios ao Servidor/CGRH/SPOA/SE	Juliana Campos Frazão Polyanna de Jesus Moreira
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Divisão de Pagamento de Pessoal/CGRH/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Delma Vital de Sousa
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Divisão de Pagamento de Pessoal/CGRH/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Delma Vital de Sousa
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Divisão de Pagamento de Pessoal/CGRH/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Delma Vital de Sousa
20TP	Pessoal Ativo da União	Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal /CGRH/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Delma Vital de Sousa
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal /CGRH/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Delma Vital de Sousa
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Coordenação de Legislação, Desenvolvimento e Capacitação/CGRH/SPOA/SE	Renata Mendes Vianna Ivonete Bezerra de Souza
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/GM	Clarissa Fernandes Dutra Kelyany Dayse Nunes de Lima
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/SPOA	Roberto do Nascimento Pereira Maria de Fátima Soares Lima
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56201 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB			
PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
PROGRAMA 0909 - OPERAÇÕES ESPECIAL: OUTROS ENCARGOS ESPECIAL			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
PROGRAMA 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
14TS	Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
14TT	Recuperação e Melhorias do Sistema de Trens Urbanos	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
20YB	Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
01M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
2000	Administração da Unidade	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
20TP	Pessoal Ativo da União	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Maria Cecília da Silva Brum Vilmar Menezes Paz
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU			
PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	Gerência Geral Jurídica/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
PROGRAMA 0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
PROGRAMA 0909 - OPERAÇÕES ESPECIAL: OUTROS ENCARGOS ESPECIAL			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
14TT	Recuperação e Melhorias do Sistema de Trens Urbanos	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
15KQ	Implantação do Trecho Maceió - Mangabeiras do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
15KR	Implantação do Trecho Tancredo Neves - Werneck do Sistema de Trens Urbanos de Recife-PE	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
15KS	Implementação do Trecho Largo da Paz - Forte do Brum do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
15KT	Implantação do Trecho Estação BR-101-Norte - Estação BR-101-Sul do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
5178	Implantação do Trecho Barreiro-Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte-MG	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
5754	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife - Jaboatão, Coqueiral - Rodoviária e Recife - Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
20YB	Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos	Diretoria Técnica/CBTU	Marcus Vinicius Braga Machado Rubens Pompeo de Barros Kanto
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E DE MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
2000	Administração da Unidade	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Valéria Maranhão Barreto Pereira Elcio Goulart Pinto
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56901 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO - FUNSET			
PROGRAMA 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
20YZ	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito	Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Sistema Nacional de Trânsito - CGPNE/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
4398	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito	Coordenação-Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
4414	Educação para a Cidadania no Trânsito	Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
8487	Fomento a Projetos Destinados à Prevenção e Redução de Acidentes no Trânsito	Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Sistema Nacional de Trânsito - CGPNE/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
2000	Administração da Unidade	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos Julhiermes Fernandes do Nascimento
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56902 - FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FNHIS			
PROGRAMA 0999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
10SJ	Apoio à Produção ou melhoria Habitacional de Interesse Social	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
8873	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DICT/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
8875	Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DICT/SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
2000	Administração da Unidade	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 365, DE 14 DE JULHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 09/2015-ANEEL, e o que consta dos Processos nºs 48500.001161/2015-09 e 48500.005316/2015-78, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica Babilônia IV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.039/0001-07, com Sede na Avenida Barão de Studart, nº 2.360, sala 1004 A, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Aurora, no Município de Várzea Nova, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034742-6.01, com 28.000 kW de capacidade instalada e 14.100 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatorze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Aurora, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de oitenta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Morro do Chapéu II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de dezembro de 2017;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 30 de dezembro de 2017;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 13 de janeiro de 2018;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 30 de janeiro de 2018;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de março de 2018;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2018;

g) obtenção da Licença de Operação: até 1º de setembro de 2018;

h) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de agosto de 2018;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 5ª Unidade Geradora: até 15 de setembro de 2018;

j) início da Operação em Teste da 6ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2018;

k) início da Operação em Teste da 11ª à 14ª Unidade Geradora: até 15 de outubro de 2018; e

j) início da Operação Comercial da 1ª à 14ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2018.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 09/2015-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 6.440.000,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santa Aurora;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 09/2015-ANEEL;

VII - encaminhar à ANEEL, os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação deste ato, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Aurora, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Aurora

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	257387	8785517
2	257354	8785219
3	257260	8784934
4	257123	8784667
5	255715	8785465
6	255695	8785236
7	255674	8785007
8	255183	8784380
9	255076	8784176
10	254965	8783975
11	257115	8783228
12	257009	8783024
13	256911	8782816
14	256792	8782619

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.927, DE 5 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000450/2008-53. Interessado: Da Mata S.A. - Açúcar e Álcool. Objeto: (i) Alterar a Potência Instalada e o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE da Mata, localizada no município de Valparaíso, estado de São Paulo, outorgada à empresa Da Mata S.A. - Açúcar e Álcool, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.029774-7.01. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETI RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 5 de julho de 2016

Nº 1.770 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta nos Processos n° 48500.005742/2013-40 e 48500.005870/2013-93, decide (i) conhecer do recurso interposto pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D em face do Auto de Infração 01/2012-GPE-D, de 31/10/2012, lavrado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, por conseguinte, (ii) ratificar as penalidades de advertência e multa no valor de R$ 4.418.573,53 (quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Em 12 de julho de 2016

Nº 1.837 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003528/2015-11, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética de Alagoas - CEAL em face do Auto de Infração nº 0001/2015-ARSAL-SFE lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL, que aplicou penalidade de multa em decorrência de fiscalização da apuração da Diferença Mensal de Receita - DMR, para, no mérito, negar-lhe provimento e manter a multa de R$ 109.714,57 (cento e nove mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos), a ser recolhida em conformidade com a legislação vigente.

Nº 1.863 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei 9.784 de 29.01.1999, no art. 47, §1º, da Norma de Organização ANEEL 001, revisada pela Resolução Normativa 273, de 10.7.2007, e do que consta do Processo 48500.000914/2015-51, resolve não conhecer do pedido de reconsideração interposto pela empresa Caiçara do Norte 2 Geradora de Energia S.A. em face do Despacho 1.704/2016-ANEEL, por estar esgotada a via administrativa.

Nº 1.864 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei 9.784 de 29.01.1999, nos arts. 43, inciso IV e 47, §1º, da Norma de Organização ANEEL 001, revisada pela Resolução Normativa 273, de 10.7.2007, e do que consta do Processo 48500.000819/2011-23, resolve não conhecer do pedido de reconsideração e de suspensão da eficácia da Resolução Normativa 726/2016 apresentado por Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., por interposto contra ato normativo editado pela ANEEL.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO
Em 15 de julho de 2016

Nº 1.891 - O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelas Portarias ANEEL nº 3.700, de 15 de setembro de 2015, e nº 3.733, de 13 de outubro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004029/2015-41 e o disposto no item 4.2.7.2 do Edital, decide pela habilitação da seguinte proponente vencedora no Leilão nº 01/2016-ANEEL (A-5/2016):

Seq.	Tipo	Empreendimento	Vendedora
1	UTE	Predilecta	Predilecta Alimentos LTDA. CNPJ: 62.546.387/0001-33

ANDRÉ LUIZ TIBURTINO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de julho de 2016

Nº 1.810 - Processo nº 48500.002721/2014-53. Interessado: Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A e Minas PCH S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da UHE Monte Santo, com 47000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.TO.035806-1.01, localizada no rio do Sono, integrante da sub-bacia 22, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins nos municípios de Rio Sono e Novo Acordo, no estado do Tocantins.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 13 de julho de 2016

Nº 1.873 - Processo nº: 48500.000892/2016-18. Interessada: Vert Energie Comercializadora Ltda. Decisão: Autorizar a Vert Energie Comercializadora Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.188.648/0001-39, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2016

Nº 1.886 - Processo nº 48500.000579/2015-91. Interessado: Central Eólica Santa Mônica SPE S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 16 de julho de 2016. Usina: EOL Santa Mônica I. Unidade Geradora: UG7, de 2.700 kW. Localização: Município de Trairi, Estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 16 de julho de 2016.

Nº 1.887 - Processo nº 48500.002973/2010-59. Interessado: Iaco Agrícola S.A. Usina: UTE Iaco Agrícola. Unidade Geradora: UG2, de 34.000 kW. Localização: município de Chapadão do Sul, estado de Mato Grosso do Sul.

Nº 1.888 - Processo nº 48500.005234/2010-19. Interessado: Norte Energia S.A. Usina: UHE Belo Monte. Unidade Geradora: UG2, com 611.111,11 kW. Localização: município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2016

Nº 1.885 - Processo nº: 48500.003673/2011-78. Decisão: publicar a tabela de referência elaborada pela ELETROBRAS com os custos diretos, em R$, do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada, para o cálculo da subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para as instalações realizadas no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016. A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 806	AUGE GEARSERVICE SUPORTE TÉCNICO LTDA. - ME - CNPJ nº 09.453.780/0001-08						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001622/2016 - 98	SWEPCO 123	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	SERVIÇO SEVERO, RÓTULAS, MANCAIS PLANOS E ROLAMENTOS, ARTICULAÇÕES, ELEMENTOS GIRATÓRIOS	5302
	48600.001622/2016 - 98	SWEPCO 123	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	SERVIÇO SEVERO, RÓTULAS, MANCAIS PLANOS E ROLAMENTOS, ARTICULAÇÕES, ELEMENTOS GIRATÓRIOS	5302
Nº 807	PEAK AUTOMOTIVA LTDA. - CNPJ nº 06.097.469/0001-77						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001466/2016 - 65	PEAK MOTOR OIL HEAVY DUTY DIESEL FULL SYNTHETIC	SAE 5W-40	API CJ-4 / SN.	ÓLEO LUBRIFICANTE	VEÍCULOS DE PASSEIO, UTILITÁRIOS, SUV E PICK-UPS COM MOTORES À GASOLINA, DIESEL, ETANOL, FLEX E GNV.	17525
	48600.001465/2016 - 11	PEAK MOTOR OIL HEAVY DUTY DIESEL CI-4	SAE 15W-40	API CI-4 / SL, ACEA E7-12, ACEA A3/B3/B4-12, MB 229.1, MB 228.3 (BLANKET APPROVAL), VOLVO VDS-3, MAN M3275-1, MTU TYPE 2, MACK EO-N, RENAULT TRUCKS RLD-2, CUMMINS CES 20076/77/78, JASO DH-1, GLOBAL DHD-1, DEUTZ DQC-III-10, CATERPILLAR ECF-2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	500 ML, 1 L, 4 L, 5 L, 20 L, 200 L, 1.000 L, GRANEL.	17524
	48600.001463/2016 - 21	PEAK MOTORCYCLE 4T	SAE 20W-50	API API SM, JASO T903:2016 MA/MA2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTOCICLETAS 4 TEMPOS.	17523
Nº 808	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 00.999.042/0001-88						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001545/2016 - 76	QUAKERTEK CG 6201	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	ACOPLAMENTOS DE ENGRENAGENS E DE GRADE EM VÁRIOS SETORES INDUSTRIAIS	5301
Nº 809	TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 71.770.689/0001-81						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001390/2016 - 78	EVOLUTION 700 STI	SAE 10W40	API SN, ACEA A3/B4-2012, MB 229.1, VW501.01/505.00, RN0710	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E DIESEL RÁPIDO	17527
	48600.001435/2016 - 12	CLASSIC	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	GASOLINA, ETANOL E FLEX	17528
	48600.001385/2016 - 65	QUARTZ 9000 SN	SAE 5W40	API SN, ACEA A3/B4-12, BMW LL-01, VW 502 00/ 505 00, MB 229.3, PORSCHE A40, PSA B71 2296	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E DIESEL RÁPIDO	17526

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 351, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004410/2015-62, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ n.° 02.284.585/0002-25 da empresa Distribuidora Tabocão Ltda., situada na Estrada Velha Guarulhos-São Miguel, n.° 303, Sala 201, Bairro Jardim Arapongas, no município de Guarulhos -SP, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Fica revogada a autorização n.° 984, publicada no D.O.U em 16/10/2015.

Art. 4° Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 352, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Portaria ANP n° 314, de 27 de dezembro de 2001 e o que consta do processo n° 48610.007299/2016-47, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Trafigura do Brasil Importação, Exportação e Comércio Ltda., com endereço na Rua Humaitá, nº 275 - 8º andar (parte), Bairro Humaitá, Município do Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22261-000, e inscrição no CNPJ nº 11.880.550/0001-69, autorizada a exercer a atividade de importação de gasolinas automotivas.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de gasolinas automotivas.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 353, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.007298/2016-01, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Pefil Comercial Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 58.805.466/0001-44, situada na Rua Abapá, nº 26 - Bairro Freguesia do Ó, Município São Paulo/SP. CEP: 02911-140, autorizada a exercer a atividade de Importação de Óleo Lubrificante Acabado automotivo e industrial.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2016

Nº 802 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RJ0184866	AGUIA COMERCIO DE GAS LTDA ME.	04.918.279/0001-48	ITAGUAI	RJ	48610.004114/2010-57
001/GLP/SC0002592	ANDERSON LUIZ ESPINDOLA ME	05.980.778/0001-28	FLORIANOPOLIS	SC	48610.010428/2004-41
001/GLP/AC0004294	BRITO E BRITO LTDA	07.190.755/0001-45	RIO BRANCO	AC	48610.003778/2005-31
GLP/CE0207186	COMERCIAL DE GÁS E ESTIVAS PINDORETAMA LTDA	63.292.924/0004-71	CASCAVEL	CE	48610.005488/2011-71
GLP/MA0228309	D.B.MOTA - COMERCIO - ME	07.255.012/0001-06	LIMA CAMPOS	MA	48610.000379/2015-91
GLP/RJ0173057	DISTRIBUIDORA DE GAS GLP PANTERA DE GUADALUPE LTDA.	09.426.356/0001-66	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.010104/2008-36
GLP/MG0211942	ELIZANGELA BARBOSA DOS SANTOS - ME	13.752.675/0001-39	MONTES CLAROS	MG	48610.014782/2011-73
GLP/SC0204414	FABIO JUNIO SOUSA - ME	12.690.981/0001-25	PALHOCA	SC	48610.018896/2010-10
001/GLP/GO0021886	FLAVIO GOMES DA SILVA E CIA LTDA	04.706.546/0001-13	TRINDADE	GO	48610.006790/2008-41
001/GLP/SC0003134	GASVALLE COMÉRCIO E TRANSPORTES DE GÁS LTDA. - ME.	05.797.017/0001-35	RIO DO SUL	SC	48610.011033/2004-65
GLP/RJ0182705	INOVAGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.	04.561.580/0001-47	CACHOEIRAS DE MACACU	RJ	48610.000273/2010-82
GLP/SC0218183	JEAN CARLO LEITZKE ME	15.707.255/0001-66	RODEIO	SC	48610.012505/2012-15
001/GLP/RS0006433	JM COMERCIAL DE GAS LTDA	03.317.020/0001-89	GRAVATAI	RS	48610.010153/2005-26
GLP/RS0174922	JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO DE OLIVEIRA & CIA LTDA.	05.400.978/0002-45	CAMAQUA	RS	48610.012610/2008-60
GLP/RS0218709	KALINCA DE OLIVEIRA DUTRA - ME	14.745.154/0001-17	ENCRUZILHADA DO SUL	RS	48610.010947/2012-19
GLP/PA0172770	LIMA AGUIAR COMÉRCIO LTDA.	04.552.469/0002-75	IGARAPE-ACU	PA	48610.009497/2008-35
GLP/RS0209598	LUCIMAR DE OLIVEIRA DIAS - ME	13.678.919/0001-80	BUTIA	RS	48610.010204/2011-68
GLP/SC0208793	MARCIO BESS	11.406.502/0001-33	MAJOR VIEIRA	SC	48610.008695/2011-87
GLP/SC0207692	MARTINS ÁGUA SUL COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.	07.437.013/0001-71	RIO DO SUL	SC	48610.006384/2011-83
GLP/MG0216306	NATANAEL DE ANDRADE REIS NETO 77824261620	14.481.848/0001-94	SAO JOAO DEL REI	MG	48610.001492/2012-41
001/GLP/GO0002630	NGX - COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME	07.008.537/0001-47	LUZIANIA	GO	48600.003856/2004-36
001/GLP/MG0006413	NILSON SILVA PINTO 491.397.206-59 - ME.	65.342.552/0002-04	MONTE CARMELO	MG	48610.009560/2005-91

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/SC0213470	POSTO ANITÁPOLIS LTDA	00.094.041/0001-94	ANITAPOLIS	SC	48610.001561/2012-16
001/GLP/RS0021311	POSTO PILGER SANTOS LTDA.	03.382.320/0001-41	BROCHIER	RS	48610.006020/2008-06
GLP/SC0212134	RH DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA LTDA - ME	14.317.873/0001-37	CURITIBANOS	SC	48610.015382/2011-85
GLP/SC0208521	SUPERMERCADO FISTAROL LTDA.	83.953.067/0003-30	APIUNA	SC	48610.008104/2011-71
GLP/RJ0188699	SUSANE M RISCADO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS ME	11.090.547/0001-41	GUAPIMIRIM	RJ	48610.011830/2010-91
GLP/ES0205527	VICTORIA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	12.087.385/0001-55	ITAPEMIRIM	ES	48610.002087/2011-69
001/GLP/SC0020304	VOVÔ DISTRIBUIDORA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE GÁS LTDA.	05.887.077/0001-49	CAMPOS NOVOS	SC	48610.006799/2006-91
GLP/MG0215121	WELINGTON RICARDO REIS PEREIRA - ME	14.727.867/0001-58	MONTES CLAROS	MG	48610.005228/2012-86

Nº 803 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
BA0000545	A G T COMBUSTIVEIS E CONVENIENCIAS LTDA	02.741.609/0001-47	SALVADOR	BA	48610.014414/2001-53
PR/MG0074080	AUTO POSTO ABRE CAMPO LTDA.	09.562.459/0001-53	ABRE CAMPO	MG	48610.009434/2009-60
SP0222816	AUTO POSTO ALVORADA DE ASSIS LTDA - EPP	47.601.471/0001-19	ASSIS	SP	48610.000843/2008-10
PR/RJ0069200	,AUTO POSTO DO TRABALHO S/A.	03.139.910/0014-62	ITAGUAI	RJ	48610.005033/2009-31
RJ0006487	CENTRO AUTOMOTIVO LUANA RIO LTDA	03.541.321/0001-91	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.006277/2000-19
GO0000994	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS IDM LTDA	02.949.404/0001-51	CALDAS NOVAS	GO	48610.005726/2600-71
PR/SC0165603	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS HLM LTDA.	19.377.031/0001-94	SAO BENTO DO SUL	SC	48610.009740/2014-63
PR/SC0165143	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS HLM LTDA.	19.377.031/0002-75	RIO NEGRINHO	SC	48610.009932/2014-70
PR/SC0165063	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS HLM LTDA.	19.377.031/0003-56	SAO BENTO DO SUL	SC	48610.009933/2014-14
PR/SC0168470	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS HLM LTDA.	19.377.031/0004-37	MAFRA	SC	48610.013871/2014-45
PE0215894	D & C COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	08.215.409/0001-37	RECIFE	PE	48610.009010/2007-33
MT0218501	GARRA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	08.751.804/0001-34	VARZEA GRANDE	MT	48610.012692/2007-61
MG0014833	PETROLIVA LIMITADA	16.854.119/0004-04	SAO FRANCISCO DE PAULA	MG	48610.015845/2001-37
RJ0002811	POSTO CIDADE MANGARATIBA LTDA	03.993.591/0001-33	MANGARATIBA	RJ	48610.001570/2001-54
RJ0006254	POSTO DE ABASTECIMENTO IRAÇU LTDA	33.649.955/0001-23	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.006164/2000-13
RJ0191961	POSTO DE GASOLINA GALO DE QUINTINO LTDA.	07.570.874/0001-23	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.009879/2005-16
RJ0023754	POSTO DE GASOLINA MARIA EDUARDA LTDA	04.198.256/0001-06	NOVA IGUACU	RJ	48610.018288/2001-14
RJ0021668	POSTO E GARAGEM VENEZA LTDA	34.099.440/0001-60	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.006661/2000-11
PR/PI0107942	POSTO SEIS - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E PETROLEO LTDA	05.907.293/0002-90	TERESINA	PI	48610.001464/2012-23
PR/PI0111263	POSTO SEIS - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E PETROLEO LTDA	05.907.293/0003-70	TERESINA	PI	48610.003958/2012-42
PR/RS0099245	SUELEN NEVES MONTANARI	13.054.256/0001-23	CAMPESTRE DA SERRA	RS	48610.009036/2011-68

Nº 804 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0176447	AUTO POSTO CIDADE DE JUDA EIRELI	24.726.096/0001-38	JUNDIAI	SP	48610.007197/2016-21
PR/PA0175568	AUTO POSTO OLIVEIRA LTDA	15.480.914/0001-74	NOVO REPARTIMENTO	PA	48610.004680/2016-54
PR/CE0176487	AUTO POSTO SERRA DA GUIA LTDA - ME	22.961.472/0001-43	BOA VIAGEM	CE	48610.007394/2016-41
PR/SP0174407	AUTO POSTO SUPER BUTANTA LTDA	23.187.546/0001-07	SAO PAULO	SP	48610.001669/2016-32
PR/MG0176010	AUTO POSTO TERRA LTDA - ME	22.940.158/0001-84	CANAPOLIS	MG	48610.006217/2016-47
PR/CE0175858	B S PETROLEO LTDA - ME	35.055.730/0001-74	CAUCAIA	CE	48610.005686/2016-49
PR/AM0176129	E. P. O. COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	17.119.240/0001-02	MANACAPURU	AM	48610.006536/2016-52
PR/MT0176510	EVERTON PESENTE DA SILVA & CIA LTDA - ME.	16.847.461/0001-34	CAMPOS DE JULIO	MT	48610.007367/2016-78
PR/RS0173025	FLAVIO HOFFMANN PELIZZARI -ME	11.219.798/0001-83	CAMPESTRE DA SERRA	RS	48610.011955/2015-25
PR/MG0169268	J.H.R. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VIP LTDA - EPP	20.787.169/0001-40	BRASILIA DE MINAS	MG	48610.001666/2015-18
PR/PE0176488	LUIZ OTAVIO ROCHA CABRAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS - ME	24.248.532/0001-00	RECIFE	PE	48610.007392/2016-51
PR/CE0176489	N BARBOSA DE CARVALHO - ME	23.815.721/0001-55	SALITRE	CE	48610.007393/2016-04
PR/SP0176470	PC LIMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI	24.726.072/0001-89	ASSIS	SP	48610.007223/2016-11
PR/PE0176486	PITA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	23.726.843/0001-75	CORRENTES	PE	48610.007395/2016-95
PR/MG0147322	POSTO ANACLETO ABRE CAMPO LTDA - ME	18.745.849/0001-50	ABRE CAMPO	MG	48610.011383/2013-12
PR/BA0176485	POSTO DE COMBUSTÍVEIS CAMPEÃO LTDA.	06.968.822/0001-47	RIACHAO DO JACUIPE	BA	48610.007497/2016-19
PR/PE0176148	POSTO DE COMBUSTIVEIS JACILENE P SILVA EIRELI - EPP	23.157.051/0001-27	OURICURI	PE	48610.006655/2016-13
PR/BA0175890	POSTO KALILANDIA LTDA	15.151.046/0021-22	SALVADOR	BA	48610.006145/2016-38
PR/CE0172410	R S PETROLEO LTDA.	21.568.071/0001-65	TIANGUA	CE	48610.010104/2015-65

Nº 805 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/ES0235156	A DA SILVA MARVILA ME	12.986.348/0001-89	MARATAIZES	ES	48610.007508/2016-52
GLP/SP0235157	ADEMILSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA 30928413870	24.031.520/0001-20	UBATUBA	SP	48610.007506/2016-63
GLP/SP0235158	ADENIR DIAS DA SILVA - ME	24.833.752/0001-00	SAO CARLOS	SP	48610.007400/2016-60
GLP/ES0235159	ADRIANO MACEDO BICALHO 12270018788	24.784.384/0001-49	SERRA	ES	48610.007577/2016-66
GLP/ES0235160	ALINY PONCE BORGES BENEVENUTE 11245545728	22.284.792/0001-06	MIMOSO DO SUL	ES	48610.007482/2016-42
GLP/RO0235161	AMORIN & AZEVEDO LTDA EPP	14.755.853/0001-48	ALVORADA D'OESTE	RO	48610.007477/2016-30
GLP/BA0235162	ANTONIEL RAMOS MUNIZ	12.812.976/0001-48	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.006102/2016-52
GLP/SP0235163	ANTONIO & CEZAR COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA ME	24.914.461/0001-38	BIRIGUI	SP	48610.007507/2016-16
GLP/RS0235164	B. R. DE SOZA ME	23.553.640/0001-24	CAPAO DA CANOA	RS	48610.007502/2016-85
GLP/PE0235165	BRUNO FERREIRA RICARDO 05277714499	24.548.014/0001-02	AGUA PRETA	PE	48610.007399/2016-73
GLP/PI0235166	CACIQUE COMBUSTIVEIS LTDA	08.986.525/0014-74	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	PI	48610.005439/2016-42
GLP/PA0235167	CELENE MORAES DA CUNHA 66437652268	24.395.046/0001-15	ANANINDEUA	PA	48610.006433/2016-92
GLP/ES0235168	CHRISTOPHER DOUGLAS NUNES GOMES 05826255722	24.882.538/0001-35	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.007409/2016-71
GLP/MA0235169	CLAUDECI DE OLIVEIRA FERREIRA 63480271391	23.934.228/0001-54	GOVERNADOR EDISON LOBAO	MA	48610.007483/2016-97
GLP/ES0235170	CLAUDIO DA SILVA SOUZA - ME	04.832.951/0001-88	CARIACICA	ES	48610.007406/2016-37
GLP/RS0235171	COMERCIO DE ALIMENTOS SP LTDA - EPP	11.701.475/0001-21	GIRUA	RS	48610.007488/2016-10
GLP/SE0235172	COMÉRCIO DE GÁS SANTOS & CABRAL LTDA ME	24.622.550/0001-00	ESTANCIA	SE	48610.007474/2016-04
GLP/AL0235173	DEPOSITO ZUMBI GAS LTDA ME	22.651.432/0001-03	UNIAO DOS PALMARES	AL	48610.006593/2016-31
GLP/PE0235174	DOMINGOS SAVIO ROLIM CAVALCANTI JUNIOR GÁS	24.199.024/0001-80	PETROLINA	PE	48610.007490/2016-99
GLP/ES0235175	ELIANE APARECIDA POLATI MONTOVANI BORGES 07523597700	18.977.073/0001-01	APIACA	ES	48610.007503/2016-20
GLP/MG0235176	EVA SILVESTRE DE SOUZA PEREIRA ME	22.638.186/0001-41	MONTES CLAROS	MG	48610.006403/2016-86
GLP/PA0235177	FRANCILENE NOGUEIRA DA SILVA 35890446835	18.464.584/0001-11	MARABA	PA	48610.005256/2016-27
GLP/RS0235178	G A COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	22.673.274/0002-65	BENTO GONCALVES	RS	48610.007495/2016-11
GLP/SP0235179	GIOVANIA CANTONIA - ME	24.002.516/0001-33	ITAJOBI	SP	48610.007492/2016-88
GLP/MA0235180	G.M. RIBEIRO REGO - ME	23.484.109/0001-47	SUCUPIRA DO NORTE	MA	48610.005278/2016-97
GLP/AC0235181	H.G.S. FILHO	11.776.815/0001-83	CRUZEIRO DO SUL	AC	48610.006266/2016-80
GLP/SP0235182	INACIO MONTEIRO COMECIO DE GAS EIRELI - EPP	23.097.035/0001-96	SAO PAULO	SP	48610.007401/2016-12
GLP/GO0235183	JAIRES DA SILVA SANTOS 90533909368	24.513.363/0001-99	GOIANIA	GO	48610.007408/2016-26
GLP/GO0235184	JAPA GAS LTDA - ME	23.888.851/0001-18	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.006154/2016-29
GLP/PR0235185	JAPACA E EVENTOS LTDA - ME	24.454.083/0001-57	GUARAPUAVA	PR	48610.005751/2016-36
GLP/GO0235186	JHAMYSSON LUCAS DE PAULA ROCHA EIRELELI - ME	24.507.737/0001-63	HIDROLANDIA	GO	48610.007524/2016-45
GLP/SP0235187	JOSÉ ANTENOR CUSTODIO 05554363814	12.075.071/0001-32	ASSIS	SP	48610.007412/2016-94
GLP/ES0235188	JOVANI VELTEN HERBST 03192909722	20.007.060/0001-43	AFONSO CLAUDIO	ES	48610.007485/2016-86

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/RJ0235189	JS DA SILVA COMERCIO DE GÁS EIRELI - ME	23.999.447/0001-11	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.007480/2016-53
GLP/ES0235190	JUMAR ROSA DE OLIVEIRA ME	03.731.823/0001-85	SERRA	ES	48610.007575/2016-77
GLP/PI0235191	K DIA FERREIRA - ME	24.228.309/0001-00	CRISTINO CASTRO	PI	48610.007573/2016-88
GLP/SP0235192	L. P. DE OLIVEIRA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	22.886.799/0001-06	ARARAQUARA	SP	48610.007576/2016-11
GLP/MG0235193	LUCIMARA FERNANDA DE FREITAS 08330110656	24.700.307/0001-63	JUATUBA	MG	48610.007325/2016-37
GLP/SC0235194	LUIS CARLOS MALLMANN 01766531989	21.217.453/0001-44	PARAISO	SC	48610.003795/2016-21
GLP/PI0235195	MACEDO GAS LTDA - ME	22.739.582/0001-65	BARRAS	PI	48610.006734/2016-16
GLP/RS0235196	MAIA E BORGES LTDA ME	12.045.069/0001-10	PORTO ALEGRE	RS	48610.007505/2016-19
GLP/ES0235197	MARIA APARECIDA GOMES FAUTHER	14.303.221/0001-43	CARIACICA	ES	48610.007574/2016-22
GLP/AC0235198	MARIA ROSA FLOR LEAR 65052404115	20.023.559/0001-44	RIO BRANCO	AC	48610.007487/2016-75
GLP/SP0235199	MARIO SERGIO NUBIATO 22631697847	24.158.497/0001-39	ARACATUBA	SP	48610.007486/2016-21
GLP/MS0235200	MAXWELL APARECIDO CHAVES 10661280144	15.161.171/0001-70	CAMPO GRANDE	MS	48610.007403/2016-01
GLP/GO0235201	MERCEARIA E DISTRIBUIDORA DE GAS ARAUJO LTDA ME	03.672.475/0001-12	INDIARA	GO	48610.006592/2016-97
GLP/RO0235202	M.G. DA CRUZ DE MIRANDA - ME	23.472.490/0001-24	CUJUBIM	RO	48610.006448/2016-51
GLP/SP0235203	MONICA APARECIDA DA SILVA CLAUDIO - ME	24.589.364/0001-17	BOTUCATU	SP	48610.007501/2016-31
GLP/GO0235204	PEDRO GONÇALVES 11830557149	24.282.356/0001-23	SENADOR CANEDO	GO	48610.006588/2016-29
GLP/ES0235205	RAIANE DE ALMEIDA PERCIANO 15459011710	24.485.499/0001-32	MIMOSO DO SUL	ES	48610.007404/2016-48
GLP/TO0235206	REIS & LIMA LTDA - ME	24.158.872/0001-40	LAGOA DA CONFUSAO	TO	48610.006865/2016-01
GLP/RS0235207	RODGERIO SOARES ROBAINA ME	23.740.811/0001-24	BAGE	RS	48610.007504/2016-74
GLP/TO0235208	RODRIGUES E SERAFIM LTDA - ME	24.705.442/0001-00	NOVO ALEGRE	TO	48610.007405/2016-92
GLP/SC0235209	RONGALO E PASINATO LTDA	13.847.878/0001-09	CONCORDIA	SC	48610.007570/2016-44
GLP/SC0235210	SAULO SARI ROSA 02243134950	22.735.488/0001-38	ITAJAI	SC	48610.007398/2016-29
GLP/ES0235211	SIMONE DE SOUZA SANTOS	24.448.049/0001-70	VILA VELHA	ES	48610.005445/2016-08
GLP/RN0235212	SIMONE LISBOA DA SILVA 01210715457	17.757.144/0001-90	MOSSORO	RN	48610.007568/2016-75
GLP/ES0235213	SIMONE RODRIGUES REIS 10143662759	24.563.313/0001-16	ARACRUZ	ES	48610.007571/2016-99
GLP/MG0235214	THAINARA DA SILVA RIBEIRO 01868307697	22.238.663/0001-81	SAO JOAO DEL REI	MG	48610.007407/2016-81
GLP/MG0235215	ULISSES JOSE DA SILVA ME	08.337.902/0002-00	ARANTINA	MG	48610.003733/2016-10
GLP/MG0235216	VALTER VIEIRA DE BARROS 08190120689	18.371.537/0001-23	CORONEL FABRICIANO	MG	48610.007500/2016-96
GLP/BA0235217	VICENTE SERGIO DA SILVA CARVALHO - EPP	00.957.491/0002-44	BIRITINGA	BA	48610.007494/2016-77
GLP/CE0235218	WENDEL WESKLEY ARAUJO CRUZ ME	24.102.961/0001-75	BREJO SANTO	CE	48610.006429/2016-24
GLP/GO0235219	WILSON RIBEIRO ROCHA 34704418120	24.954.731/0001-34	MINACU	GO	48610.007391/2016-15
GLP/SP0235220	WR SUPERMERCADO LTDA - ME	10.722.268/0001-90	PAULICEIA	SP	48610.007402/2016-59

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de julho de 2016

Nº 810 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-Fica CREDENCIADA a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	0711/2016
Unidade de Pesquisa	Thermal Fluid Flow Group - T2F
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CNPJ/MF	83.899.526/0001-82
Processo ANP	48610.005950/2016-44
Localização	Florianópolis - SC
Linhas de Pesquisa	Escoamentos multifásicos
	Separadores de fase
	Compressores e bombas multifásicas
	Captura de CO2
	Medidores de vazão multifásica

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DE DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 102/2016RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

6891/2016-848.113/2016-ERYCA TATYANE MARTINHO DE AMORIM-

RELAÇÃO Nº 126/2016SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

6872/2016-815.049/2016-JOSE SEVERIANO DA SILVA-

6873/2016-815.314/2016-EXARTE EXTRAÇÃO DE AREIA E TERAPLANAGEM LTDA ME-

6874/2016-815.340/2016-NELSO ENGEL-

6875/2016-815.350/2016-COMFLORESTA COMPANHIA CATARINENSE DE EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS-

6876/2016-815.355/2016-MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA-

6877/2016-815.359/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA MONDINI & SCHNAIDER LTDA-

6878/2016-815.361/2016-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-

6879/2016-815.381/2016-ALEMÃO SERVIÇOS LTDA ME-

6880/2016-815.383/2016-WILSON JOSÉ QUINTINO-

6881/2016-815.384/2016-VILMAR TESTONI-

6882/2016-815.385/2016-ALCEU ARNO MINATTI-

6883/2016-815.388/2016-RODRIGO LUIZ DO CARMO SOUZA-

6884/2016-815.391/2016-EDEGAR LAZAREK-

6885/2016-815.393/2016-BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

6886/2016-815.338/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-

6887/2016-815.357/2016-MOACIR PARISI-

6888/2016-815.360/2016-CODEJAS CIA DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL S A-

6889/2016-815.386/2016-MINERADORA VARGEÃO LTDA ME-

6890/2016-815.387/2016-MINERADORA VARGEÃO LTDA ME-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

RELAÇÃO Nº 146/2016DF

Fase de Disponibilidade

Despacho publicado(316)

815.174/2005-GOLDEN MIX CONCRETO LTDA-TORNO SEM EFEITO despacho de folha 446, publicado no DOU em 29/04/2016. Acolhendo proposta da Comissão Julgadora constituída na Sede do DNPM/Brasília, pela Portaria do Diretor-Geral nº 579 de 14 de dezembro 2015, com retificação que alterou a Portaria do Diretor-Geral nº 20 de 25 de janeiro de 2016, DOU PROVIMENTO ao RECURSO interposto por OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA. e TORNO SEM EFEITO a DECISÃO do Superintendente do DNPM/SC de folhas 403, publicada no DOU de 17/06/2011. Ato contínuo, NÃO CONHEÇO o requerimento de habitação apresentado por ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA JÚNIOR, DECLARO HABILITADAS as propostas de OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA e CERB - CONSTRUTORA E EXTRAÇÃO DE ROCHAS LTDA.

TELTON ELBER CORRÊA

Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 147/2016DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Nega provimento ao recurso interposto(187)
850.306/2006-DIRCEU SANTOS FREDERICO SOBRINHO
840.445/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.091/2015-CH EMPREENDIMENTOS LTDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
896.117/2009-GRAMACAP GRANITOS E MARMORES CAPIXABA LTDA. EPP
896.118/2009-CB GRANITOS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
808.538/1970-COMPANHIA NIQUEL SANTA FÉ-MINÉRIO DE NÍQUEL- Prazo de 3 (três) anos a contar da publicação no Diário Oficial da União.
Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
831.709/1999-NILTON ANTÔNIO BORGES
846.216/2003-JOSÉ ADERALDO DE MEDEIROS FERREIRA
860.156/2010-CALCÁRIA MINERADORA LTDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
815.386/1985-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
815.477/2001-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.
831.170/2007-VILENICE OLIVEIRA CAMPOS DA SILVA
Não conhece o recurso interposto(1837)
861.429/2009-Interposto porELEONORA CAMILO PIERUCCETTI e anulo a Decisão de fls.113, que não conheceu do Relatório Final de Pesquisa.
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
832.283/1992-CRH SUDESTE INDÚSTRIA DE CIMENTOS S.A.- Prazo:a contar de 10/11/1998 e com término em 3/3/1999.
896.208/2000-CAJUGRAM GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA- Prazo:a contar de 22/4/2010 e com término em 22/8/2016.
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
866.491/2004-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
004.312/1960-VALE S A-MINÉRIO DE FERRO.
891.108/1989-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO.
896.208/2004-MINEROCHAS MINERAÇÃO LTDA-GRANITO.
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
010.099/1967-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- Início:12/3/2008-Término:16/12/2015.
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
006.768/1962-EMPRESA DE MINERAÇÃO ROMER LTDA- Portaria N°68.241- DOU de 18/2/1971.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
871.330/2015-DJ MINERACAO TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA ME
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
896.304/2000- Recurso interposto por Mineração Vale Du Granito Ltda, mantendo como prioritária a proposta de Camilo Hemerly Simonelli nos termos do Despacho do Superintendente do DNPM/ES publicado no DOU de 19/8/2015.(fls.621).

RELAÇÃO Nº 149/2016DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
826.013/1988-ARMAZÉM SANTA LUZIA LTDA.- Portaria de Lavra nº 399/2006- Cessionário:MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA- CNPJ 78.420.718/0001-24.
844.000/1998-CERÂMICA PORTO RICO LTDA- Portaria de Lavra nº 155/2005- Cessionário:DEBORAH TRANSPORTE, LOCAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 05.459.576/0001-35.
826.680/2003-BERNARDETE APARECIDA DA SILVA GUIMARÃES ADUR- Portaria de Lavra nº 73/2014- Cessionário:MINERBRIT MINERAÇÃO, BRITAGEM E TRANSPORTE LTDA. ME- CNPJ 18.940.029/0001-19.
Autoriza averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1301)
822.017/1987-GENEROSO JUNQUEIRA DIAS ME- Arrendatário:CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA-Termino do arrendamento:11/8/2021.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.097/2015-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-OF. N°1125/2016-DNPM/ES.
896.131/2015-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1127/2016-DNPM/ES.
896.325/2015-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-OF. N°1133/2016-DNPM/ES.
896.407/2015-SAYONARA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA ME.-OF. N°1120/2016 - DNPM/ES.
896.410/2015-LUA MAR EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1123/2016 - DNPM/ES.
896.416/2015-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-OF. N°1124/2016 - DNPM/ES.
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.468/2010-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
Aceita defesa apresentada(241)
896.685/2005-S.B. GRANITOS LTDA ME
Nega provimento a defesa apresentada(242)
896.425/2010-MARCOS TADEU BERTOLLO
896.614/2013-TRANSKL COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.685/2005-S.B. GRANITOS LTDA ME-OF. N°1170/2016-SR/DNPM/ES.
896.693/2008-CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA-OF. N°1146/2016-DNPM/ES.
896.263/2009-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELLARI LTDA. ME-OF. N°1116/2016-SR/DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
896.315/2003-MINEROCHAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0498/2015 SR/DNPM/ES
896.006/2004-DUNAS MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELE-OF. N°1397/2015-SR/DNPM/ES
896.422/2007-MINERAÇÃO BELA VISTA LTDA-OF. N°0143/2015-SR/DNPM/ES
896.614/2013-TRANSKL COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP-OF. N°1539/2015-DNPM/ES
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
896.358/1998-GRAMIL GRANITOS E MÁRMORES ITAPEMIRIM LTDA-OF. N°1154/2014-SR/DNPM/ES.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.587/2012-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA ME-ALFREDO CHAVES/ES - Guia n° 0028/2016-16.000t/ano-GRANITO-Validade:15/06/2020
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.358/1998-GRAMIL GRANITOS E MÁRMORES ITAPEMIRIM LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
890.415/1988-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP- Substância Aprovada:GRANITO
896.198/2008-MINERAÇÃO MOULIN EXPORT- Substância Aprovada:AREIA E ARGILA
896.248/2009-CB GRANITOS LTDA- Substância Aprovada:GNAISSE
896.253/2011-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP- Substância Aprovada:AREIA
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
890.415/1988-GRANIPART MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
896.198/2008-THIAGO ALVES SARNAGLIA
896.248/2009-RUTH VIDIGAL PINHEIRO COSTA
896.253/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.080/1982-EXTRACAO IPIRANGA LTDA-OF. N°1142/2016-DNPM/ES.
890.729/1989-ALGAMAR MINERAÇÃO MARITIMA LTDA-OF. N°1131/2016 - DNPM/ES.
890.730/1989-ALGAMAR MINERAÇÃO MARITIMA LTDA-OF. N°1121/2016 - DNPM/ES.
896.380/2002-EDES DAL COL ME-OF. N°1082/2016-DNPM/ES
896.243/2003-MEC MINERAÇÃO EMERICK CESAR LTDA-OF. N°0982/2016-DNPM/ES. E 0983/2016-DNPM/ES.
896.390/2007-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-OF. N°1184/2016-SR/DNPM/ES.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
890.589/1988-BRASIL QUARRIES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-VILA VALÉRIO/ES, SÃO GABRIEL DA PALHA/ES - Guia n° 0027/2016-16.000toneladas-GRANITO- Validade:13/06/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.080/1982-EXTRACAO IPIRANGA LTDA-OF. N°1143/2016-DNPM/ES.
890.729/1989-ALGAMAR MINERAÇÃO MARITIMA LTDA-OF. N°1132/2016 - DNPM/ES.
890.730/1989-ALGAMAR MINERAÇÃO MARITIMA LTDA-OF. N°1122/2016 - DNPM/ES.
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
890.374/1984-GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S A.-OF. N°1092/2016-DNPM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.192/1981-CALCIMAR CALCAREOS E MARMORES LTDA- AI N° 0204/2016 - DNPM/ES
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.238/1980-MARSAL MARMORES SALVIANO LTDA-AI Nº 0837/2011 - DNPM/ES E 0838/2011 -DNPM/ES
890.192/1981-CALCIMAR CALCAREOS E MARMORES LTDA- AI Nº 0735/2013 - DNPM/ES A 0746/2013 - DNPM/ES (12 A.I's)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.238/1980-MARSAL MARMORES SALVIANO LTDA-OF. N°1076/2016 - DNPM/ES
890.192/1981-CALCIMAR CALCAREOS E MARMORES LTDA-OF. N°1099/2016 - DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
890.192/1981-CALCIMAR CALCAREOS E MARMORES LTDA-OF. N°3456/2013 - DNPM/ES
896.171/2006-S & C GRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0822/2015 - DNPM/ES E NOTIFICAÇÃO Nº 005/2015 - DNPM/ES
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.238/1980-MARSAL MARMORES SALVIANO LTDA
890.192/1981-CALCIMAR CALCAREOS E MARMORES LTDA
Da provimento ao recurso interposto(478)
896.171/2006-S & C GRAN MINERAÇÃO LTDA
Despacho publicado(508)
896.569/2002-ÁGUA PEDRA AZUL S A-Aprovo projeto construtivo de poço tubular protocolado em 19/05/2016 e autorizo a perfuração de novos poços tubulares na área da portaria de lavra nº 83/2008 - Processo 896.569/2002 Água Pedra Azul S/A.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.132/2013-NN EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME-OF. N°1141/2016-DNPM/ES.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
896.139/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-OF. N°1147/2016-DNPM/ES.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.621/2012-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.376/2012-JOSIMAR GUIMARÃES-OF. N°1150/2016-DNPM/ES.
896.395/2012-CONSTRUTORA IARA LTDA ME-OF. N°1171/2016-DNPM/ES.
896.413/2012-A & L ROCHAS E MINERAIS LTDA ME-OF. N°1168/2016-DNPM/ES.
896.086/2015-CERÂMICA FEREGUETTI LTDA-OF. N°1140/2016-DNPM/ES.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
896.110/2014-AREIA T. FERRARI LTDA-OF. N°1034/2016 - DNPM/ES
896.061/2015-CERÂMICA BOAPABA LTDA-OF. N°1137/2016-DNPM/ES.

RELAÇÃO Nº 77/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Celso Ferri - 896729/11 - Not.235/2016 - R$ 157,67
Domivan Indústria e Comércio Ltda me - 896025/14 - Not.225/2016 - R$ 2.370,28
Gedeon José Novello - 896067/14 - Not.223/2016 - R$ 2.533,03
Granitos Montanha Ltda - 896221/10 - Not.221/2016 - R$ 15,16
Irupi Madeiras Ltda me - 896023/14 - Not.215/2016 - R$ 320,96
Jandir Fraga - 896226/09 - Not.219/2016 - R$ 460,78
José Vicente Salles Barbosa - 896181/14 - Not.233/2016 - R$ 2.179,19
jp Mineração e Transporte de Areia Ltda Epp - 896247/14 - Not.217/2016 - R$ 2.535,41
Menino Jesus Mármores e Granitos LTDA. me - 896199/14 - Not.231/2016 - R$ 1.897,65
Raphael Nascimento Turra - 896244/14 - Not.227/2016 - R$ 24,18
Viverbrasil Consultoria e Participações Ltda - 896388/14 - Not.229/2016 - R$ 115,55

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 78/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Beatriz Martins Flório - 896045/12 - Not.212/2016 - R$ 3.157,05

Brasilmar Minerais do Brasil Ltda Epp - 896143/14 - Not.210/2016 - R$ 3.157,05, 896144/14 - Not.211/2016 - R$ 3.157,05

Celso Ferri - 896729/11 - Not.236/2016 - R$ 3.209,15

Domivan Indústria e Comércio Ltda me - 896025/14 - Not.226/2016 - R$ 3.209,15

Gedeon José Novello - 896067/14 - Not.224/2016 - R$ 3.209,15

Granitos Montanha Ltda - 896221/10 - Not.222/2016 - R$ 3.209,15

Help Ambiental Ltda - 896319/11 - Not.213/2016 - R$ 3.157,05

Industria e Beneficiamento de Argila Miotto LTDA. ME. - 896506/04 - Not.214/2016 - R$ 5.942,54

Irupi Madeiras Ltda me - 896023/14 - Not.216/2016 - R$ 3.209,15

Jandir Fraga - 896226/09 - Not.220/2016 - R$ 3.209,15

José Vicente Salles Barbosa - 896181/14 - Not.234/2016 - R$ 3.209,15

Josiel Norato da Luz - 896075/15 - Not.209/2016 - R$ 3.157,05

jp Mineração e Transporte de Areia Ltda Epp - 896247/14 - Not.218/2016 - R$ 3.209,15

Menino Jesus Mármores e Granitos LTDA. me - 896199/14 - Not.232/2016 - R$ 3.209,15

Raphael Nascimento Turra - 896244/14 - Not.228/2016 - R$ 3.209,15

Viverbrasil Consultoria e Participações Ltda - 896388/14 - Not.230/2016 - R$ 3.209,15

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 330/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Antonio Carlos Dos Santos - 831355/14 - A.I. 892/16

Areias 2 Irmãos Ltda - 832904/12 - A.I. 888/16

Brasilmar Minerais do Brasil Ltda Epp - 831330/11 - A.I. 886/16

Christiano Willian de Moura Teixeira - 833372/12 - A.I. 889/16

Ita Participação e Empreendimentos Ltda - 830687/13 - A.I. 891/16

Jovelino Marcial - 834021/13 - A.I. 879/16

Mauricio Tadeu Cerqueira - 833283/13 - A.I. 880/16

Mineração Itagran Ltda - 833038/10 - A.I. 885/16

Mineração Nossa Senhora de Fátima LTDA. - 830707/13 - A.I. 881/16

Mundo Mineração LTDA. - 832899/12 - A.I. 887/16

Nelson Gomes Veiga - 830082/14 - A.I. 894/16

Olimar Vieira Peixoto - 831396/05 - A.I. 883/16

Ouro Preto Mineração Ltda - 832954/92 - A.I. 884/16

Sandra Maria Queiroz Rosa - 830727/11 - A.I. 882/16

Tribo da Areia Ltda - 832381/13 - A.I. 893/16

Vancouver Empreendimentos Ltda - 830685/13 - A.I. 890/16

Waldir Batista Veloso - 833797/11 - A.I. 878/16

RELAÇÃO Nº 363/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Miguel Henrique Valadares - 833252/11

Milton Antonio Basilio - 831020/14

Puma Metals Mineração Ltda - 831285/14, 833668/13

Renan Lima Rocha - 831944/14

sg Mineração e Transporte Ltda me - 830225/15

Sgm Agregados Ltda - 831110/13

Soraya Neumann Pereira Carneiro - 831402/14, 831800/14, 831801/14, 831802/14, 832803/12, 832805/12, 832806/12, 832807/12, 832808/12, 830554/13, 830555/13, 830556/13, 830557/13, 830558/13, 830559/13, 830560/13, 830561/13

RELAÇÃO Nº 364/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Ailson Barbosa Moreira - 831371/14 - Not.860/2016 - R$ 3.131,28

Antonio Carlos Dos Santos - 830743/14 - Not.903/2016 - R$ 3.299,24

Brasil Empreendimentos Pesquisas e Mineracao Ltda Epp - 832489/12 - Not.653/2016 - R$ 6.411,34, 832342/12 - Not.655/2016 - R$ 6.351,02, 832345/12 - Not.657/2016 - R$ 6.389,28, 832355/12 - Not.659/2016 - R$ 3.301,07, 832357/12 - Not.661/2016 - R$ 6.414,54, 832358/12 - Not.667/2016 - R$ 3.300,60, 832359/12 - Not.669/2016 - R$ 711,85, 832363/12 - Not.671/2016 - R$ 6.583,34, 832367/12 - Not.673/2016 - R$ 4.930,83, 832369/12 - Not.675/2016 - R$ 6.601,82, 832370/12 - Not.677/2016 - R$ 6.559,43, 832452/12 - Not.679/2016 - R$ 6.586,67, 832483/12 - Not.681/2016 - R$ 6.487,27, 832484/12 - Not.683/2016 - R$ 6.149,53, 832458/12 - Not.685/2016 - R$ 6.593,57, 832476/12 - Not.687/2016 - R$ 6.317,74, 832468/12 - Not.705/2016 - R$ 6.600,04, 832488/12 - Not.707/2016 - R$ 6.577,83, 832487/12 - Not.709/2016 - R$ 6.533,19, 832486/12 - Not.711/2016 - R$ 6.524,11, 832485/12 - Not.713/2016 - R$ 6.554,32, 832490/12 - Not.715/2016 - R$ 6.580,80, 832469/12 - Not.717/2016 - R$ 6.600,04, 832470/12 - Not.719/2016 - R$ 6.600,04, 832491/12 - Not.723/2016 - R$ 6.550,00, 832456/12 - Not.741/2016 - R$ 5.533,96, 832457/12 - Not.743/2016 - R$ 4.502,21, 832459/12 - Not.745/2016 - R$ 6.593,57, 832460/12 - Not.747/2016 - R$ 6.057,03, 832462/12 - Not.749/2016 - R$ 6.593,01, 832463/12 - Not.751/2016 - R$ 6.600,44, 832464/12 - Not.753/2016 - R$ 6.593,01, 832465/12 - Not.755/2016 - R$ 6.600,44, 832466/12 - Not.757/2016 - R$ 6.600,44, 832472/12 - Not.759/2016 - R$ 6.594,23, 832473/12 - Not.761/2016 - R$ 6.594,23, 832474/12 - Not.763/2016 - R$ 6.594,23, 832475/12 - Not.765/2016 - R$ 6.594,23

Brasil Graniti Exportação Importação Ltda - 832686/13 - Not.725/2016 - R$ 2.969,96, 832681/13 - Not.727/2016 - R$ 3.110,41

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 831943/03 - Not.651/2016 - R$ 1.475,97

Brazminco Ltda - 831874/02 - Not.830/2016 - R$ 4.400,33

c. v. da Fonseca Mineraçao me - 830983/14 - Not.907/2016 - R$ 2.151,85, 832836/14 - Not.701/2016 - R$ 3.049,17

Celta Locacao de Veiculos Ltda - 830977/14 - Not.854/2016 - R$ 1.069,59, 830978/14 - Not.856/2016 - R$ 1.535,21, 830979/14 - Not.858/2016 - R$ 1.228,18

Cerâmica Pereira & Souza - 831541/14 - Not.817/2016 - R$ 3.284,19

Cidef do Brasil sa - 830338/13 - Not.846/2016 - R$ 2.741,47, 830339/13 - Not.848/2016 - R$ 3.355,08, 830340/13 - Not.850/2016 - R$ 5.672,92

Claudio Supeleto - 831342/14 - Not.811/2016 - R$ 3.256,86

Cleofas Gonçalves Gusmão - 833797/13 - Not.877/2016 - R$ 3.285,65, 830064/14 - Not.879/2016 - R$ 3.266,60, 830255/14 - Not.901/2016 - R$ 3.295,51

Clínica de Imagem Computadorizada Ltda - 830164/14 - Not.895/2016 - R$ 3.235,80, 830165/14 - Not.897/2016 - R$ 397,85, 830166/14 - Not.891/2016 - R$ 894,97, 832287/14 - Not.697/2016 - R$ 153,82

Construtora Trena - 831070/14 - Not.915/2016 - R$ 143,71

Coogavarb Cooperativa Garimpeira do Vale do Rio Bagagem LTDA. - 831635/02 - Not.648/2016 - R$ 1.262,35

Danilo Alves da Silva - 832330/13 - Not.852/2016 - R$ 3.269,73

Devanei Agostinho Rodrigues - 833718/11 - Not.729/2016 - R$ 6.457,16

Diamante Brasil LTDA. - 831132/99 - Not.646/2016 - R$ 7.100,99

Edson Sotero Loureiro - 831082/14 - Not.801/2016 - R$ 216,25

Eduardo Santos Freitas - 831334/14 - Not.793/2016 - R$ 13,44

Eustáquio de Oliveira Coimbra - 830081/14 - Not.881/2016 - R$ 2.922,56

Gedeon Lima Vitorino - 832633/12 - Not.691/2016 - R$ 6.595,16

Geovani Alves Pimenta - 830086/14 - Not.883/2016 - R$ 6.602,78

Geraldo Oliveira Antunes - 830172/14 - Not.899/2016 - R$ 3.300,43

Gilson José de Araújo - 830815/13 - Not.767/2016 - R$ 6.481,72

Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 834039/12 - Not.832/2016 - R$ 6.557,52

Granal Mármores e Granitos Ltda - 833766/13 - Not.875/2016 - R$ 723,57

Granitos Minas Brasil Ltda - 831497/14 - Not.815/2016 - R$ 3.210,18

Gregório Vassilive Ferreira - 830991/14 - Not.909/2016 - R$ 2.063,27, 830992/14 - Not.911/2016 - R$ 1.637,27, 830993/14 - Not.913/2016 - R$ 2.060,73

Helio Alves Feitosa - 830063/13 - Not.836/2016 - R$ 6.565,94

Itapeor Itapemirim Pedras Ornamentais LTDA. me - 831266/14 - Not.809/2016 - R$ 2.084,04

Ivan Marques Cajaí - 830858/13 - Not.771/2016 - R$ 4.843,64

Jardel Leone Queiroz de Freitas - 831638/14 - Not.823/2016 - R$ 3.240,29, 833252/13 - Not.862/2016 - R$ 6.566,86

Jesomar Bento - 830064/13 - Not.769/2016 - R$ 6.566,94

João Vander Alvarenga - 833717/11 - Not.799/2016 - R$ 5.447,52

José Elton Rocha - 830671/15 - Not.703/2016 - R$ 6.524,25

Jose Eustaquio Costa Ferreira - 830762/14 - Not.905/2016 - R$ 162,33

José Luís Del Colle - 834071/12 - Not.834/2016 - R$ 4.482,90

Josefino Batista Ramos - 830476/13 - Not.869/2016 - R$ 2.547,03, 833662/12 - Not.791/2016 - R$ 1.903,45

Karine Coelho Jacomelli - 831236/14 - Not.807/2016 - R$ 3.052,23

Leônidas Amaral Rabelo - 830560/14 - Not.919/2016 - R$ 3.297,43

Litoral Serviços Administrativos Ltda me - 833433/13 - Not.867/2016 - R$ 6.600,20

Luciano Teixeira Freire - 832732/13 - Not.785/2016 - R$ 122,49

Lucielio Coimbra Borges 05279975605 - 833734/11 - Not.797/2016 - R$ 2.357,83

Luis Augusto Vecchio Salomon - 830140/14 - Not.887/2016 - R$ 143,81, 830141/14 - Not.889/2016 - R$ 163,23

Mag Sousa me - 830267/14 - Not.917/2016 - R$ 1.066,56

Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831546/14 - Not.821/2016 - R$ 2.958,71

Marcilio Alberto Gomes - 830943/13 - Not.773/2016 - R$ 691,72

Marcio Romeu de Almeida Ottoni - 833676/13 - Not.871/2016 - R$ 3.289,38

Marcos Antônio Dos Santos - 830100/14 - Not.885/2016 - R$ 3.249,39

Marilha Ana de Oliveira - 832388/14 - Not.699/2016 - R$ 6.537,41

Marques e Gonçalves Mineração Ltda me - 831868/13 - Not.777/2016 - R$ 546,15, 831869/13 - Not.779/2016 - R$ 2.638,67

Miner Bras Minerações Brasileiras Ltda - 832536/12 - Not.689/2016 - R$ 6.602,25, 830218/14 - Not.893/2016 - R$ 965,36

Mineração Granitos de Minas Ltda - 831702/14 - Not.827/2016 - R$ 3.129,99

Mineração Minas Brasil Eireli me - 832109/14 - Not.695/2016 - R$ 6.116,42

Mineração Ouro Branco Ltda me - 833289/13 - Not.864/2016 - R$ 3.040,52

Mineradora Greimel Ltda me - 832512/13 - Not.783/2016 - R$ 30,60

Mineralium Engenharia Mineral, Geologia e Meio Ambiente - 833064/13 - Not.787/2016 - R$ 3.300,86

Msf Mineração S.A. - 832577/12 - Not.721/2016 - R$ 5.640,46, 830080/13 - Not.840/2016 - R$ 6.228,07, 830081/13 - Not.842/2016 - R$ 5.794,74, 830082/13 - Not.844/2016 - R$ 5.763,74

Myrian Ignez Pereira - 831655/14 - Not.825/2016 - R$ 1.548,46

Padreco Granitos Ltda me - 834018/12 - Not.665/2016 - R$ 2.825,27

Paula Lopes Vianna Costa - 830965/13 - Not.775/2016 - R$ 6.554,49

Pereira Brandão Beneficiamento e Comercialização Ltda - 834351/11 - Not.795/2016 - R$ 3.724,83

Petraminas Mámore Ltda - 830066/13 - Not.838/2016 - R$ 332,89

Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 830201/12 - Not.735/2016 - R$ 6.561,52

Produtos Cerâmicos Especiais do Leste de Minas LTDA. - 832206/13 - Not.781/2016 - R$ 159,89

Psicultura e Mineração Bela Vista Ltda me - 831159/14 - Not.803/2016 - R$ 3.037,57

Rodrigo Ferreira de Andrade - 831192/14 - Not.805/2016 - R$ 161,01

Ronieri Pereira Rocha - 833699/13 - Not.873/2016 - R$ 1.322,51

Silmar José de Menezes - 833929/12 - Not.663/2016 - R$ 1.434,22

Stonequarries do Brasil Ltda - 833645/12 - Not.693/2016 - R$ 3.309,88

Targio Murilo Diniz Pereira Cpf 456.564.956-04 - 833651/12 - Not.789/2016 - R$ 1.216,17

Terra do Brasil Mineração LTDA. - 831462/14 - Not.813/2016 - R$ 6.588,43

Ulisses Gomes Barroso - 830941/13 - Not.737/2016 - R$ 6.445,20

V.P. Avila Administração e Participação Ltda me - 833751/11 - Not.731/2016 - R$ 6.300,02, 833752/11 - Not.733/2016 - R$ 6.536,88

Vanderley Manuel de Oliveira - 831545/14 - Not.819/2016 - R$ 1.546,12

Washington Aguiar de Oliveira - 831307/12 - Not.739/2016 - R$ 4.416,47

RELAÇÃO Nº 365/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Ailson Barbosa Moreira - 831371/14 - Not.861/2016 - R$ 3.227,24

Aldo Messias Pinto - 832126/13 - Not.923/2016 - R$ 3.639,90

Antonio Carlos Dos Santos - 830743/14 - Not.904/2016 - R$ 3.237,42

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Brasil Empreendimentos Pesquisas e Mineracao Ltda Epp - 832489/12 - Not.654/2016 - R$ 3.227,24, 832342/12 - Not.656/2016 - R$ 3.227,24, 832345/12 - Not.658/2016 - R$ 3.227,24, 832355/12 - Not.660/2016 - R$ 3.227,24, 832357/12 - Not.662/2016 - R$ 3.227,24, 832358/12 - Not.668/2016 - R$ 3.227,24, 832359/12 - Not.670/2016 - R$ 3.227,24, 832363/12 - Not.672/2016 - R$ 3.227,24, 832367/12 - Not.674/2016 - R$ 3.227,24, 832369/12 - Not.676/2016 - R$ 3.227,24, 832370/12 - Not.678/2016 - R$ 3.227,24, 832452/12 - Not.680/2016 - R$ 3.227,24, 832483/12 - Not.682/2016 - R$ 3.227,24, 832484/12 - Not.684/2016 - R$ 3.227,24, 832458/12 - Not.686/2016 - R$ 3.227,24, 832476/12 - Not.688/2016 - R$ 3.227,24, 832468/12 - Not.706/2016 - R$ 3.227,24, 832488/12 - Not.708/2016 - R$ 3.227,24, 832487/12 - Not.710/2016 - R$ 3.227,24, 832486/12 - Not.712/2016 - R$ 3.227,24, 832485/12 - Not.714/2016 - R$ 3.227,24, 832490/12 - Not.716/2016 - R$ 3.227,24, 832469/12 - Not.718/2016 - R$ 3.227,24, 832470/12 - Not.720/2016 - R$ 3.227,24, 832456/12 - Not.742/2016 - R$ 3.227,24, 832457/12 - Not.744/2016 - R$ 3.227,24, 832459/12 - Not.746/2016 - R$ 3.227,24, 832460/12 - Not.748/2016 - R$ 3.227,24, 832462/12 - Not.750/2016 - R$ 3.227,24, 832463/12 - Not.752/2016 - R$ 3.227,24, 832464/12 - Not.754/2016 - R$ 3.227,24, 832465/12 - Not.756/2016 - R$ 3.227,24, 832466/12 - Not.758/2016 - R$ 3.227,24, 832472/12 - Not.760/2016 - R$ 3.227,24, 832473/12 - Not.762/2016 - R$ 3.227,24, 832474/12 - Not.764/2016 - R$ 3.227,24, 832475/12 - Not.766/2016 - R$ 3.227,24, 832491/12 - Not.724/2016 - R$ 3.227,24

Brasil Graniti Exportação Importação Ltda - 832686/13 - Not.726/2016 - R$ 2.753,14, 832681/13 - Not.728/2016 - R$ 2.753,14

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 832937/07 - Not.645/2016 - R$ 3.455,94, 831943/03 - Not.652/2016 - R$ 3.237,05

Brazminco Ltda - 831874/02 - Not.831/2016 - R$ 2.753,14

c. v. da Fonseca Mineraçao me - 830983/14 - Not.908/2016 - R$ 3.237,42, 832836/14 - Not.702/2016 - R$ 3.227,24

Celta Locacao de Veiculos Ltda - 830977/14 - Not.855/2016 - R$ 3.227,24, 830978/14 - Not.857/2016 - R$ 3.227,24, 830979/14 - Not.859/2016 - R$ 3.227,24

Cerâmica Pereira & Souza - 831541/14 - Not.818/2016 - R$ 3.227,24

Ceramica Tres Vales Ltda me - 832668/12 - Not.921/2016 - R$ 3.686,21, 832021/13 - Not.922/2016 - R$ 3.686,21

Cidef do Brasil sa - 830338/13 - Not.847/2016 - R$ 6.454,48, 830339/13 - Not.849/2016 - R$ 6.454,48, 830340/13 - Not.851/2016 - R$ 6.454,48

Claudio Supeleto - 831342/14 - Not.812/2016 - R$ 3.227,24

Cleofas Gonçalves Gusmão - 833797/13 - Not.878/2016 - R$ 2.753,14, 830064/14 - Not.880/2016 - R$ 3.227,24, 830255/14 - Not.902/2016 - R$ 3.237,42

Clínica de Imagem Computadorizada Ltda - 830166/14 - Not.892/2016 - R$ 6.454,48, 830164/14 - Not.896/2016 - R$ 6.474,84, 830165/14 - Not.898/2016 - R$ 6.474,84, 832287/14 - Not.698/2016 - R$ 3.227,24

Construtora Trena - 831070/14 - Not.916/2016 - R$ 3.237,42

Coogavarb Cooperativa Garimpeira do Vale do Rio Bagagem LTDA. - 831635/02 - Not.649/2016 - R$ 3.534,78

Danilo Alves da Silva - 832330/13 - Not.853/2016 - R$ 5.506,28

Devanei Agostinho Rodrigues - 833718/11 - Not.730/2016 - R$ 3.227,24

Diamante Brasil LTDA. - 831132/99 - Not.647/2016 - R$ 3.534,78

Edson Sotero Loureiro - 831082/14 - Not.802/2016 - R$ 3.227,24

Eduardo Santos Freitas - 831334/14 - Not.794/2016 - R$ 3.227,24

Eustáquio de Oliveira Coimbra - 830081/14 - Not.882/2016 - R$ 3.227,24

Gedeon Lima Vitorino - 832633/12 - Not.692/2016 - R$ 6.454,48

Geovani Alves Pimenta - 830086/14 - Not.884/2016 - R$ 3.227,24

Geraldo Oliveira Antunes - 830172/14 - Not.900/2016 - R$ 3.237,42

Gilson José de Araújo - 830815/13 - Not.768/2016 - R$ 2.753,14

Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 834039/12 - Not.833/2016 - R$ 3.227,24

Granal Mármores e Granitos Ltda - 833766/13 - Not.876/2016 - R$ 3.227,24

Granitos Minas Brasil Ltda - 831497/14 - Not.816/2016 - R$ 3.227,24

Gregório Vassilive Ferreira - 830991/14 - Not.910/2016 - R$ 3.237,42, 830992/14 - Not.912/2016 - R$ 3.237,42, 830993/14 - Not.914/2016 - R$ 3.237,42

Helio Alves Feitosa - 830063/13 - Not.837/2016 - R$ 3.227,24

Itapeor Itapemirim Pedras Ornamentais LTDA. me - 831266/14 - Not.810/2016 - R$ 3.227,24

Ivan Marques Cajaí - 830858/13 - Not.772/2016 - R$ 2.753,14

Jardel Leone Queiroz de Freitas - 831638/14 - Not.824/2016 - R$ 3.227,24, 833252/13 - Not.863/2016 - R$ 2.753,14

Jesomar Bento - 830064/13 - Not.770/2016 - R$ 3.227,24

João Vander Alvarenga - 833717/11 - Not.800/2016 - R$ 3.227,24

José Elton Rocha - 830671/15 - Not.704/2016 - R$ 3.227,24

Jose Eustaquio Costa Ferreira - 830762/14 - Not.906/2016 - R$ 3.237,42

Jose Geraldo Antenor - 833428/13 - Not.866/2016 - R$ 3.227,24

José Luís Del Colle - 834071/12 - Not.835/2016 - R$ 3.227,24

José Machado Neto fi - 831833/14 - Not.829/2016 - R$ 3.227,24

Josefino Batista Ramos - 830476/13 - Not.870/2016 - R$ 6.454,48, 833662/12 - Not.792/2016 - R$ 6.454,48

Karine Coelho Jacomelli - 831236/14 - Not.808/2016 - R$ 3.227,24

Leônidas Amaral Rabelo - 830560/14 - Not.920/2016 - R$ 6.474,84

Litoral Serviços Administrativos Ltda me - 833433/13 - Not.868/2016 - R$ 3.227,24

Luciano Teixeira Freire - 832732/13 - Not.786/2016 - R$ 2.753,14

Lucielio Coimbra Borges 05279975605 - 833734/11 - Not.798/2016 - R$ 3.227,24

Luis Augusto Vecchio Salomon - 830140/14 - Not.888/2016 - R$ 3.227,24, 830141/14 - Not.890/2016 - R$ 3.227,24

Mag Sousa me - 830267/14 - Not.918/2016 - R$ 3.237,42

Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831546/14 - Not.822/2016 - R$ 3.227,24

Marcilio Alberto Gomes - 830943/13 - Not.774/2016 - R$ 2.753,14

Marcio Romeu de Almeida Ottoni - 833676/13 - Not.872/2016 - R$ 3.227,24

Marcos Antônio Dos Santos - 830100/14 - Not.886/2016 - R$ 3.227,24

Marilha Ana de Oliveira - 832388/14 - Not.700/2016 - R$ 3.227,24

Marques e Gonçalves Mineração Ltda me - 831868/13 - Not.778/2016 - R$ 2.753,14, 831869/13 - Not.780/2016 - R$ 2.753,14

Miner Bras Minerações Brasileiras Ltda - 832536/12 - Not.690/2016 - R$ 3.227,24, 830218/14 - Not.894/2016 - R$ 3.227,24

Mineração Granitos de Minas Ltda - 831702/14 - Not.828/2016 - R$ 3.227,24

Mineração Minas Brasil Eireli me - 832109/14 - Not.696/2016 - R$ 3.227,24

Mineração Ouro Branco Ltda me - 833289/13 - Not.865/2016 - R$ 2.753,14

Mineradora Greimel Ltda me - 832512/13 - Not.784/2016 - R$ 5.506,28

Mineralium Engenharia Mineral, Geologia e Meio Ambiente - 833064/13 - Not.788/2016 - R$ 2.753,14

Msf Mineração S.A. - 832577/12 - Not.722/2016 - R$ 3.227,24, 830080/13 - Not.841/2016 - R$ 3.227,24, 830081/13 - Not.843/2016 - R$ 3.227,24, 830082/13 - Not.845/2016 - R$ 3.227,24

Myrian Ignez Pereira - 831655/14 - Not.826/2016 - R$ 3.227,24

Padreco Granitos Ltda me - 834018/12 - Not.666/2016 - R$ 3.227,24

Paula Lopes Vianna Costa - 830965/13 - Not.776/2016 - R$ 2.753,14

Pereira Brandão Beneficiamento e Comercialização Ltda - 834351/11 - Not.796/2016 - R$ 3.227,24

Petraminas Mármore Ltda - 830066/13 - Not.839/2016 - R$ 3.227,24

Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 830201/12 - Not.736/2016 - R$ 3.227,24

Produtos Cerâmicos Especiais do Leste de Minas LTDA. - 832206/13 - Not.782/2016 - R$ 3.227,24

Psicultura e Mineração Bela Vista Ltda me - 831159/14 - Not.804/2016 - R$ 3.227,24

Rodrigo Ferreira de Andrade - 831192/14 - Not.806/2016 - R$ 3.227,24

Ronieri Pereira Rocha - 833699/13 - Not.874/2016 - R$ 3.227,24

Silmar José de Menezes - 833929/12 - Not.664/2016 - R$ 6.454,48

Stonequarries do Brasil Ltda - 833645/12 - Not.694/2016 - R$ 3.227,24

Targio Murilo Diniz Pereira Cpf 456.564.956-04 - 833651/12 - Not.790/2016 - R$ 6.454,48

Terra do Brasil Mineração LTDA. - 831462/14 - Not.814/2016 - R$ 3.227,24

Ulisses Gomes Barroso - 830941/13 - Not.738/2016 - R$ 2.753,14

V.P. Avila Administração e Participação Ltda me - 833751/11 - Not.732/2016 - R$ 3.227,24, 833752/11 - Not.734/2016 - R$ 3.227,24

Vanderley Manuel de Oliveira - 831545/14 - Not.820/2016 - R$ 3.227,24

Washington Aguiar de Oliveira - 831307/12 - Not.740/2016 - R$ 3.227,24

RELAÇÃO Nº 369/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Axxia Mineraçao Ltda - 834785/11
Geovani Alves Pimenta - 831801/13
Mineração Beira Rio Ltda - 831201/13
Vicenza Mineração e Participações s a. - 831799/12, 831801/12

RELAÇÃO Nº 385/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.491/2016-MINERAÇÃO VALE DAS PEDRAS LTDA.-OF. N°1301/2016-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.491/2016-MINERAÇÃO VALE DAS PEDRAS LTDA.-OF. N°1302/2016-DGTM
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.076/1986-ÁGUA MINERAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA LTDA- AI N° 753/2016-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
830.076/1986-ÁGUA MINERAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA LTDA-OF. N°1367/2016-FISC
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.608/2007-ALTIVO PEDRAS LTDA - AI N°181/2015-FISC-MG
830.772/2007-ALTIVO PEDRAS LTDA - AI N°182/2015-FISC-MG
832.944/2007-BRAZMINCO LTDA - AI N°173/2015-FISC-MG
831.085/2009-JOSÉ DE PAULA MACIEL - AI N°176/2015-FISC-MG
831.198/2009-ALTIVO PEDRAS LTDA - AI N°183/2015-FISC-MG
831.616/2010-COMERCIAL GRÃO DE AREIA LTDA - AI N°140/2015-FISC-MG
832.060/2011-ALTIVO PEDRAS LTDA - AI N°184/2015-FISC-MG
832.061/2011-ALTIVO PEDRAS LTDA - AI N°185/2015-FISC-MG
832.130/2011-VICENTE VIANEY PIMENTA DE FIGUEIREDO - AI N°330/2015-FISC-MG
831.663/2012-EDSON JOAQUIM DONIZETE DA SILVA - AI N°187/2015-FISC-MG

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
826.200/2010-JORGE AUGUSTO KRUGER-AI N°408/2016
826.259/2010-CAL SANTA MARIA LTDA EPP-AI N°374/2016
826.133/2011-ADEMAR FISTAROL-AI N°373/2016
826.313/2011-PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME-AI N°407/2016
826.880/2011-RENATA CINTIA GIACOMETTI-AI N°406/2016
826.205/2012-SAIBREIRA SANT'ANA-AI N°405/2016
826.247/2012-TRES RIOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-AI N°430/2016
826.453/2012-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-AI N°404/2016
826.510/2012-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-AI N°403/2016
826.512/2012-ELIAS JOSE BATISTA-AI N°402/2016
826.513/2012-ELIAS JOSE BATISTA-AI N°401/2016
826.516/2012-AREAL PRATA LTDA ME-AI N°400/2016
826.517/2012-WADIR BRANDÃO-AI N°399/2016
826.527/2012-GERALDO JAMES CARNEIRO-AI N°398/2016
826.529/2012-AREAL ITABAUNA LTDA.-AI N°397/2016
826.532/2012-SAIBREIRA SANT'ANA-AI N°396/2016
826.537/2012-MASTERBLOCO PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°395/2016
826.544/2012-E.B. PERES & CIA LTDA-AI N°394/2016
826.554/2012-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-AI N°393/2016
826.563/2012-REINALDO RENATO COSTA-AI N°392/2016
826.574/2012-BENEDITO JOSE PINHEIRO-AI N°391/2016
826.583/2012-MARCIO DOS SANTOS-AI N°390/2016
826.584/2012-MARCIO DOS SANTOS-AI N°389/2016
826.585/2012-MARCIO DOS SANTOS-AI N°388/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

826.587/2012-L. A. GIMENES & CIA. LTDA. ME-AI N°387/2016
826.588/2012-MADÉRITO ANDRIGUETTO-AI N°386/2016
826.589/2012-CARLOS JOSÉ BOSA-AI N°385/2016
826.593/2012-MINERAÇÃO PARANAGUÁ LTDA ME-AI N°384/2016
826.611/2012-AIRTON ALBA-AI N°383/2016
826.661/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°382/2016
826.662/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°381/2016
826.664/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°380/2016
826.665/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°379/2016
826.677/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°378/2016
826.685/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°377/2016
826.692/2012-MARCO AURELIO PERES-AI N°376/2016
826.696/2012-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-AI N°375/2016
826.709/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°429/2016
826.712/2012-ANTONIO GILMAR DISSENHA-AI N°428/2016
826.715/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°427/2016
826.718/2012-ALDINO MAZZUCO-AI N°426/2016
826.727/2012-JAMES CESAR SPEROTTO-AI N°425/2016
826.730/2012-EXTRA MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°424/2016
826.743/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°423/2016
826.744/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°422/2016
826.745/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°421/2016
826.747/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°420/2016
826.748/2012-SÃO SEBASTIÃO MINERAÇÃO LTDA.-AI N°419/2016
826.751/2012-JOSÉ ZEMAN-AI N°418/2016
826.753/2012-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM-AI N°417/2016
826.774/2012-COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA-AI N°416/2016
826.775/2012-COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA-AI N°415/2016
826.776/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°414/2016
826.777/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°413/2016
826.778/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°412/2016
826.779/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°411/2016
826.782/2012-WILLY CHRISTIANO LUDEKE-AI N°410/2016
826.787/2012-EPP EMPRESA PARANAENSE DE PARTICIPAÇÕES S.A.-AI N°409/2016
826.072/2015-B. A. SOUZA SANCHES & CIA LTDA.-AI N°432/2016
826.075/2015-JOAQUIM VERGILIO BARBOSA NETO-AI N°431/2016

RELAÇÃO Nº 65/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
826.082/2012-MAURI BOZZA EIRELI EPP-AI N°487/2016
826.336/2012-AREAL BOZZA LTDA ME-AI N°486/2016
826.383/2012-WADIR BRANDÃO-AI N°485/2016
826.525/2012-AREAL BOZZA LTDA ME-AI N°484/2016
826.752/2012-JOSÉ ZEMAN-AI N°483/2016
826.783/2012-JOSÉ ARISTEU PEREIRA NETO-AI N°482/2016
826.785/2012-INDÚSTRIA E TRANSPORTES DE CAL "IGUAÇU" LTDA.-AI N°481/2016
826.791/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°480/2016
826.795/2012-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-AI N°479/2016
826.811/2012-SÃO DANIEL MINERADORA E TRANSPORTADORA LTDA.-AI N°478/2016
826.819/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°477/2016
826.862/2012-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.-AI N°476/2016
826.001/2013-GABRIEL ROVEDA GRANDO-AI N°475/2016
826.019/2013-KARINE APARECIDA SENRA-AI N°474/2016
826.032/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°473/2016
826.034/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°472/2016
826.035/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°471/2016
826.036/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°470/2016
826.037/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°469/2016
826.069/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA ZUCCHI LTDA.-AI N°468/2016
826.071/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA ZUCCHI LTDA.-AI N°467/2016
826.082/2013-AREAL BOZZA LTDA ME-AI N°466/2016
826.088/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°465/2016
826.114/2013-MARCIO DOS SANTOS-AI N°464/2016
826.141/2013-GIORGIA CAVALCANTI FRANÇA MUINOS-AI N°463/2016
827.057/2013-ELIAS JOSE BATISTA-AI N°462/2016
827.072/2013-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA-AI N°461/2016
827.073/2013-ADROALDO BUENO FI-AI N°460/2016
826.004/2014-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.-AI N°459/2016
826.008/2014-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-AI N°458/2016
826.009/2014-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-AI N°457/2016
826.010/2014-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-AI N°456/2016
826.011/2014-AREAL PRATA LTDA ME-AI N°455/2016
826.012/2014-AREAL PRATA LTDA ME-AI N°454/2016
826.013/2014-AREAL PRATA LTDA ME-AI N°453/2016
826.014/2014-AREAL PRATA LTDA ME-AI N°452/2016
826.021/2014-LUIZ EDUARADO DA SILVA-AI N°451/2016
826.023/2014-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS BACAETAVA LTDA EPP-AI N°450/2016
826.047/2014-DANIEL BERNARDO ROVEDA-AI N°449/2016
826.048/2014-DITZEL & SANCHES LTDA-AI N°448/2016
826.058/2014-JOÃO LANCE-AI N°447/2016
826.063/2014-INDUSPAVER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°446/2016
826.064/2014-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°445/2016
826.065/2014-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°444/2016
826.077/2014-ALEXANDRE PAVIN-AI N°443/2016
826.093/2014-FELIPE WEIBER-AI N°442/2016
826.117/2014-GABRIEL ROVEDA GRANDO-AI N°441/2016
826.217/2014-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-AI N°440/2016
826.235/2014-AREAL CERAMITEL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-AI N°439/2016
826.245/2014-MINERAÇÃO PARANAGUÁ LTDA ME-AI N°438/2016
826.941/2014-JORGE TADEU GAI-AI N°437/2016
827.007/2014-JURANDIR MACHADO CIA. LTDA. ME-AI N°436/2016
827.024/2014-JOSÉ CAETANO FERREIRA-AI N°435/2016
826.005/2015-A&A COMERCIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°434/2016
826.050/2015-CTG MINÉRIOS LTDA ME-AI N°433/2016

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 109/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
José Maria Cunha Melo - 848620/11, 848621/11, 848622/11, 848623/11, 848624/11, 848625/11

RELAÇÃO Nº 110/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Soleminas Indústria e Comércio de Minerais Ltda - 848675/11 - Not.145/2016 - R$ 3.227,24

RELAÇÃO Nº 111/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Areal Potengi Ltda me - 848185/04 - Not.147/2016 - R$ 417,57

RELAÇÃO Nº 112/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Ronaldo Diniz de Almeida - 848215/10, 848118/12, 848119/12, 848120/12, 848121/12, 848122/12, 848123/12

RELAÇÃO Nº 115/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ronaldo Diniz de Almeida - 848171/12 - Not.148/2016 - R$ 3.257,78

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 58/2016

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.149/2007-CERÂMICA BARRENSE LTDA ME-OF. N°890/2016
811.452/2014-JAIR FERNANDO STRELLO-OF. N°2010/2016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.451/1984-BASALTO CASTELI LTDA ME- Registro de Licença N°:410/1985 - Vencimento em 08/07/2020
810.174/1992-CERAMICA ORLANDIN LTDA ME- Registro de Licença N°:1264/1996 - Vencimento em 24/03/2020
810.293/1993-CERAMICA RITTER LTDA- Registro de Licença N°:1054/1995 - Vencimento em 15/04/2017
810.449/1993-CERÂMICA BOM SUCESSO LTDA- Registro de Licença N°:1113/1995 - Vencimento em 18/03/2020
810.329/2001-INCOPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA- Registro de Licença N°:2075/2001 - Vencimento em 31/05/2020
810.149/2007-CERÂMICA BARRENSE LTDA ME- Registro de Licença N°:92/2007 - Vencimento em 03/02/2018
810.929/2009-CERAMICA ZONA SUL LTDA- Registro de Licença N°:50/2011 - Vencimento em 20/08/2019
811.305/2011-SUPERTEX CONCRETO LTDA- Registro de Licença N°:245/2012 - Vencimento em 07/10/2017
810.349/2012-LUIZ CUNHA EXTRATORA DE PEDRAS LTDA- Registro de Licença N°:96/2012 - Vencimento em 21/04/2017
810.352/2014-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA-Registro de Licença N°:158/2014 - Vencimento em 28/02/2018
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
810.507/2004-MARIA DA CONCEIÇÃO VITORINO DE SOUZA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
810.223/2002-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
811.488/2013-CERÂMICA GRAEBIN LTDA
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
810.483/2003-CERÂMICA GRAEBIN LTDA- Processo englobado:811.488/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
811.248/2010-LIDIANI LOPES GOMES-Registro de Licença N°099/2016 de 24/06/2016-Vencimento em 27/10/2018
811.618/2014-MTS MINERAÇÃO LTDA.-Registro de Licença N°120/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 03/04/2017
810.413/2015-F C C MAGNUS E CIA. LTDA. ME-Registro de Licença N°116/2016 de 29/06/2016-Vencimento em 07/04/2020
810.494/2015-KATIANI DO CARMO MOREIRA FAGUNDES ME-Registro de Licença N°113/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 20/03/2019
810.972/2015-S. A. JONSON ME-Registro de Licença N°124/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 25/05/2019
811.032/2015-LUIZ FERNANDO LOPES PINHEIRO-Registro de Licença N°119/2016 de 29/06/2016-Vencimento em 23/04/2017
811.459/2015-SOUSA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA-Registro de Licença N°115/2016 de 29/06/2016-Vencimento em 14/08/2020
811.541/2015-REGINALDO DE CEZARE ME-Registro de Licença N°112/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 02/10/2020
811.728/2015-CONSORCIO REVITALIZACAO REGALADO-Registro de Licença N°117/2016 de 29/06/2016-Vencimento em 02/12/2019
811.754/2015-BOM RETIRO FRONTEIRA OESTE AGROPECUÁRIA LTDA-Registro de Licença N°122/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 10/07/2019
810.077/2016-AREAL MINAS LTDA-Registro de Licença N°121/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 06/11/2018

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

810.085/2016-HOFF EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁ RIOS LTDA-Registro de Licença N°114/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 10/06/2018
810.268/2016-JORGE LUIZ COSTA MINERAÇÃO-Registro de Licença N°111/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 11/06/2017
810.292/2016-RENATO LEONCIO-Registro de Licença N°109/2016 de 24/06/2016-Vencimento em 27/04/2019
810.299/2016-CERÂMICA ROQUE FILHOS LTDA-Registro de Licença N°118/2016 de 30/06/2016-Vencimento em 18/03/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
811.440/2011-COTREL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÕES LTDA-OF. N°1037/2016
810.413/2015-F C C MAGNUS E CIA. LTDA. ME-OF. N°2008/2016
810.698/2015-CLAUDIO JONI DE OLIVEIRA-OF. N°906/2016
810.700/2015-VALDIR FRANCISCO GONZATTI-OF. N°921/2016
810.068/2016-BASEL BASALTO SERRANO LTDA-OF. N°2011/2016
810.094/2016-CONSTRUTORA GIOVANELLA LTDA-OF. N°2007/2016
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.300/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIZINHO-OF. N°961/2016
810.301/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIZINHO-OF. N°961/2016
810.412/2016-ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TIRADENTES DO SUL-OF. N°962/2016
810.497/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO-OF. N°963/2016
810.498/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-OF. N°964/2016
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(921)
810.708/2015-MUNICÍPIO DE TENENTE PORTELA- Registro de Extração N°91/2016 de 29/06/2016
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(922)
811.424/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO- Registro de Extração N°90/2016 de 28/06/2016
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação:(923)
810.401/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA- Registro de Extração N°85/2016 de 24/06/2016
810.481/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL- Registro de Extração N°87/2016 de 24/06/2016
810.482/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL- Registro de Extração N°88/2016 de 24/06/2016
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação:(924)
810.019/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS AUSENTES- Registro de Extração N°53/2016 de 16/06/2016
810.252/2016-MUNICIPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO PREFEITURA MUNICIPAL- Registro de Extração N°83/2016 de 24/06/2016
810.283/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL- Registro de Extração N°84/2016 de 24/06/2016
810.326/2016-MUNICÍPIO DE GIRUÁ- Registro de Extração N°75/2016 de 23/06/2016
810.327/2016-MUNICÍPIO DE GIRUÁ- Registro de Extração N°76/2016 de 23/06/2016
810.328/2016-MUNICÍPIO DE GIRUÁ- Registro de Extração N°77/2016 de 23/06/2016
810.329/2016-MUNICÍPIO DE GIRUÁ- Registro de Extração N°78/2016 de 23/06/2016
810.330/2016-MUNICÍPIO DE GIRUÁ- Registro de Extração N°79/2016 de 23/06/2016
810.395/2016-MUNICÍPIO DE PINHAL- Registro de Extração N°81/2016 de 24/06/2016
810.396/2016-MUNICÍPIO DE PINHAL- Registro de Extração N°82/2016 de 24/06/2016
810.404/2016-MUNICÍPIO DE GIRUÁ- Registro de Extração N°80/2016 de 23/06/2016
810.478/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ- Registro de Extração N°86/2016 de 24/06/2016
810.501/2016-PEJUÇARA PREFEITURA- Registro de Extração N°89/2016 de 24/06/2016

ROBERTO FERRARI BORBA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 56/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Aldir da Silva Gonçalves - 886335/10
Alpha Explorations Beneficiamento de Pedras Preciosas Brazil Ltda - 886005/12
Christino Silva Bispo - 886008/14
Dayane Kerollem Pettenon - 886064/12
Jeton Empreendimentos Ltda - 886276/14
José da Luz Morais da Nóbrega - 886547/11
Luciano Correia Genomio Marques - 886156/12
Metalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda - 886055/11
Mgr Mineração Geral de Rondônia Ltda - 886120/14, 886121/14, 886128/14, 886137/14, 886138/14, 886139/14, 886140/14
Mineração Kandandu Ltda - 886222/12
Mineração Tarauaca Industria e Comercio s a - 886371/14
Multicommerce COM. IMP. EXP. Ltda - 886528/11
Ronilton Rodrigues Reis - 886441/11
Silvano Gomes da Cruz - 886242/12

RANILSON MONTEIRO CÂMARA
Substituto

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
RELAÇÃO Nº 148/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
868.160/2015-MARIANA LEVY GUERRA-TORNO SEM EFEITO, por ter sido relacionado indevidamente, a publicação referente ao processo DNPM nº 868.160/2015 no Diário Oficial da União de 27/6/2016, na Relação nº 129/2016-SEDE, página 45, que deu provimento ao recurso interposto por Mariana Levy Guerra

ALOÍSIO S. J. CRUZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 113, DE 14 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.001694/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 14, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033138-4.01, de titularidade da empresa Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.869.347/0001-45, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 81, de 8 de março de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.			02	CNPJ 21.869.347/0001-45
03	Logradouro Rodovia Doutor Mendel Steinbruch			04	Número s/n
05	Complemento km 08, Sala 199	06	Bairro/Distrito Distrito Industrial	07	CEP 61939-906
08	Município Maracanaú	09	UF CE	10	Telefone (11) 2874-8941
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos de São Vicente 14 (Autorizada pela Portaria MME nº 81, de 8 de março de 2016 - Leilão nº 04/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 14, compreendendo: I - Quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora, de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV com cerca de três quilômetros e quinhentos metros de extensão, em Circuito Simples, para interligação da Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Curral Novo do Piauí II, a qual Secciona a Linha de Transmissão 500 kV São João do Piauí - Milagres II, esta última sob a responsabilidade da Iracema Transmissora de Energia S.A.				
Período de Execução	De 01/03/2017 a 01/01/2018.				
Localidade do Projeto	Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSAVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Raul Almeida Cadena				CPF: 007.544.507-75	
Nome: Cesar Augusto Conservani				CPF: 889.775.368-04	
Nome: João Augusto Nogueira Vanzeli				CPF: 341.353.608-74	
Nome: Mauro Sérgio Gaspar				CPF: 812.967.898-53	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	151.867.053,00				
Serviços	17.331.570,00				
Outros	0,00				
Total (1)	169.198.623,00				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	137.819.351,00				
Serviços	15.728.400,00				
Outros	0,00				
Total (2)	153.547.751,00				

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 112, DE 15 DE JULHO DE 2016

Autoriza a realização do "Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e:

Considerando que a realização dos objetivos da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza e a marginalização e de reduzir as desigualdades sociais e regionais, previstos no art. 3º, inciso III, da Constituição da República, depende do compartilhamento de responsabilidades, da cooperação e da coordenação de ações entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com a diretriz inscrita no art. 204, inciso I, da Lei Maior; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, (Cadastro Único), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e pela Portaria nº 177 de 2011, constitui um instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda, contribuindo para sistematização de informações necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, requerendo, para sua efetividade, cooperação interfederativa e coordenação das ações dos entes públicos envolvidos em sua gestão e execução, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização "Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ", na forma desta Portaria e de edital específico.

Art. 2º São objetivos do "Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ":

I - identificar e divulgar práticas bem-sucedidas e inovadoras na gestão do Cadastro Único, executadas nos níveis municipal, estadual e do Distrito Federal;

II - sistematizar as informações a respeito das boas práticas de gestão;

III - estimular a rede de gestores estaduais e municipais, com vistas à melhoria dos processos de gestão, implementação, monitoramento e integração do Cadastro Único com diferentes políticas públicas;

IV - valorizar o trabalho dos dirigentes e das equipes municipais e estaduais por suas iniciativas inovadoras na gestão do Cadastro Único;

V - reconhecer e valorizar o trabalho dos entrevistadores do Cadastro Único por sua atuação direta junto às famílias atendidas; e

VI - fortalecer o Cadastro Único como ferramenta de planejamento e identificação de famílias de baixa renda para o desenvolvimento de diferentes políticas públicas.

Art. 3º O "Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal " é voltado exclusivamente às práticas de gestão desenvolvidas e implementadas pelo setor público dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como à eleição do Entrevistador Destaque do Cadastro Único.

Art. 4º O "Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal " será regido por edital específico, a ser publicado no Diário Oficial da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 14 DE JULHO DE 2016

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 12, 13 e 14 de julho de 2016, no uso da competência conferida pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e

Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que garante a utilização de outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar para além do recorte de renda;

Considerando a Portaria nº 1.813/GM/MS, de 11 de novembro de 2015, que declara situação de emergência em saúde pública de importância nacional - ESPIN, por alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil;

Considerando as responsabilidades da Política de Assistência Social no provimento de amparo às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social;

Considerando que essas crianças com microcefalia encontram-se em fase de desenvolvimento e requerem maior apoio na primeira infância, necessitando de aportes complementares aos cuidados familiares;

Considerando que o agravamento da situação de vulnerabilidade dessas famílias decorre tanto da situação da própria criança, que demanda cuidados diferenciados, como também da tendência à diminuição da renda familiar, visto que, via de regra, um dos seus membros tem que abdicar da participação no mercado de trabalho para dedicar-se exclusivamente aos cuidados da criança.

Considerando que a relação de gênero que se estabelece na oferta de cuidados é predominantemente feminino, o que desafia o Poder Público a promover ações de fortalecimento do protagonismo dessas mulheres que se dedicam integralmente ao exercício dos cuidados diretos e ininterruptos a essas crianças;

Recomenda:

Art. 1º Que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário considere a situação das famílias com crianças vítimas de infecção congênita por Zika Vírus e/ou Microcefalia no processo de regulamentação da Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016, flexibilizando o atual critério de renda per capita adotado na concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC - renda menor que ¼ (um quarto) do salário mínimo per capita - passando o mesmo a ser de, pelo menos, 1 (um) salário mínimo per capita.

Art. 2º Que haja integração entre serviços e benefícios, garantindo, para além da segurança de renda, a proteção integral às famílias e crianças em situação de vulnerabilidade e risco social por meio do acesso dessas famílias ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, dentre outros serviços socioassistenciais, em conjunto com os serviços das demais Políticas Públicas, como condição essencial para a garantia de patamares dignos de cidadania.

Art. 3º Que procedimentos adotados para a concessão do Benefício de Prestação Continuada para crianças com microcefalia sejam ampliados para famílias cujos filhos sejam afetados por outras deficiências igualmente graves.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MOASSAB BRUNI
Presidente do Conselho

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA Nº 853, DE 15 DE JULHO DE 2016

Altera dispositivos da Portaria nº 1.673/PRES/INSS, de 1° de agosto de 2013.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.078, de 26 de janeiro de 2010;
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Decreto n° 8.540, de 9 de outubro de 2015;
Portaria MPS nº 165, de 27 de fevereiro de 2003; e
Portaria MPS nº 296, de 9 de novembro de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Portaria nº 1.673/PRES/INSS, de 1° de agosto 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 148, pág. 46, de 2 de agosto de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

§ 1º A solicitação deverá ser feita pelo titular da unidade requerente, ou seu substituto legal, ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, mediante Memorando ou mensagem de correio eletrônico, contendo a correspondente identificação do usuário, matrícula e cargo no INSS. (NR)

.....

§ 3º Fica autorizada a utilização dos serviços, objeto desta Portaria, aos servidores ocupantes do cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS nível 4, considerando as peculiaridades e atribuições do cargo e a necessidade de comunicação no interesse do serviço."

"Art. 4º.....

I - DAS 6 - R$ 300,00 (trezentos reais);

II - DAS 5 - R$ 200,00 (duzentos reais);

III - DAS 4 e Gerente-Executivo - R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); e

IV - demais usuários - R$ 100,00 (cem reais). (NR)

§ 1º Não serão computadas, para efeito dos limites fixados neste artigo, as ligações efetuadas ou recebidas por usuários em viagem de representação ou acompanhamento ao Presidente do INSS, em roaming internacional, quando em viagens no interesse do serviço, desde que justificadas e requeridas à unidade gestora competente, com antecedência mínima de cinco dias, em função de procedimentos técnicos de caráter operacional a serem adotados por parte da empresa prestadora dos serviços." (NR)

.....

"§ 3º Os valores que excederem os limites mensais de gastos estabelecidos no caput deste artigo, nos termos do § 3° do art. 6° do Decreto n° 8.540, de 9 de outubro de 2015, deverão ser ressarcidos aos cofres do INSS, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, com vencimento em até cinco dias úteis após a sua emissão, devendo cópia da quitação do débito ser anexada à correspondente fatura. (NR)

§ 4º Caso não ocorra o pagamento no prazo estabelecido no § 3º deste artigo, os serviços serão bloqueados após o décimo dia útil do vencimento da GRU." (NR)

"Art. 7º Os aparelhos telefônicos e demais acessórios de comunicação que integram os Serviços Móveis Pessoais são objeto de controle patrimonial, cedidos ao INSS em regime de comodato, cuja responsabilidade pelo uso e guarda será atribuída ao usuário no ato da entrega, sendo imputado ao responsável o ônus sobre possíveis danos causados por:" (NR)

"Art. 9º No ato do recebimento de aparelho telefônico, o usuário dos Serviços Móveis Pessoais deverá assinar o Termo de Uso e de Responsabilidade, comprometendo-se a cumprir as disposições estabelecidas neste Ato, bem como realizar a devolução dos aparelhos que porventura estejam sendo substituídos, na forma constante do Anexo II desta Portaria." (NR)

"Art. 12. .....

Parágrafo único. As atualizações e posteriores alterações dos Anexos citados no caput serão objeto de Despacho Decisório por parte do Diretor de Orçamento, Finanças e Logística."

Art. 2° Revoga-se o art. 8º da Portaria nº 1.673/PRES/INSS, de 1° de agosto de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE MELO GADELHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL EM FLORIANÓPOLIS
GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM CANOAS

DESPACHO DO GERENTE

PROCESSO Nº 35247.001259/2015-54 ASSUNTO: Locação do imóvel situado na Avenida Santos Ferreira nº3010 bairro Estância Velha - Canoas/RS, sendo 38 metros frente para Santos Ferreira e nos fundos mede 37,88m, por um lado 62,40m e pelo outro lado 45 metros tendo como área total de 2.034 metros quadrados de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, situado Avenida Inconfidência 778 - bairro Marechal Rondon Canoas. INTERESSADO: Gerência Executiva em Canoas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa nº 03/2016. FUNDAMENTO LEGAL: subitem 9.2.6 do ACÓRDÃO Nº 170/2005 - TCU - Plenário e ìtem 42 do Manual de Engenharia e Patrimônio aprovado pela Resolução nº 244/PRES/INSS de 16 de outubro de 2012. DECISÃO: 1. De acordo com a competência delegada no inciso XVI, do artigo 20, anexo I. do Decreto nº 7.556 de 24 de agosto de 2011, AUTORIZO a locação do imóvel situado na Avenida Santos Ferreira nº3010 bairro Estância Velha - Canoas/RS, matrícula 22.666 sendo 38 metros frente para Santos Ferreira e nos fundos mede 37,88m, por um lado 62,40m e pelo outro lado 45 metros tendo como área total de 2.034 metros quadrados em tela em favor da Prefeitura Municipal de Canoas, CNPJ nº88.577.416/0001-18 pelo valor mensal de R$3.800,00 (Três mil e oitocentos reais) pelo prazo de 30 (trinta) meses a contar de 15 de junho de 2016.

DOUGLAS GERSON LUCAS VIEIRA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 43, DE 15 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001382/2016-68 e do Parecer nº 32, 14 de julho de 2016, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, e por terem sido apresentados elementos suficientes que indicam a prática de dumping nas exportações da China para o Brasil do produto objeto desta circular, e de dano à indústria doméstica resultante de tal prática, decide:

1. Iniciar investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios, de baixa relaxação, classificadas no item 7312.10.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de abertura da investigação, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da investigação será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

1.3. Tendo em vista que, para fins de procedimentos de defesa comercial, a China não é considerada um país de economia predominantemente de mercado, o valor normal foi determinado com base no preço do produto similar em um terceiro país de economia de mercado. O país de economia de mercado adotado foram os Estados Unidos da América, atendendo ao previsto no art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013. Conforme o § 3º do mesmo artigo, dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias contado da data de início da investigação, o produtor, o exportador ou o peticionário poderão se manifestar a respeito da escolha do terceiro país e, caso não concordem com ela, poderão sugerir terceiro país alternativo, desde que a sugestão seja devidamente justificada e acompanhada dos respectivos elementos de prova.

2. A análise dos elementos de prova de dumping considerou o período de janeiro a dezembro de 2015. Já o período de análise de dano considerou o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

3. A participação das partes interessadas no curso desta investigação de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem, por meio do SDD, sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta investigação de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da investigação, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014. As respostas aos questionários da investigação apresentadas no prazo original de 30 (trinta) dias serão consideradas para fins de determinação preliminar com vistas à decisão sobre a aplicação de direito provisório, conforme o disposto nos arts. 65 e 66 do citado diploma legal.

8. Em virtude do grande número de produtores/exportadores da China identificados nos dados detalhados de importação brasileira, de acordo com o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão selecionados, para o envio do questionário, os produtores ou exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do país exportador.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da investigação, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à investigação, o DECOM poderá elaborar suas determinações preliminares ou finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da investigação, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-7804/9309 ou pelo endereço eletrônico cordoalhasdeaco@mdic.gov.br.

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO

1. DO PROCESSO

1.1. Da petição

Em 28 de abril de 2016, a empresa Belgo Bekaert Arames Ltda., doravante também denominada Belgo, BBA ou peticionária, protocolou, por intermédio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de investigação de dumping relativa às exportações para o Brasil de cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios, de baixa relaxação, ou simplesmente cordoalhas de aço, usualmente classificadas no subitem 7312.10.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH originárias da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Em 30 de maio de 2016, solicitou-se à Belgo, com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. A peticionária, após pedido de prorrogação, apresentou tais informações, tempestivamente, em 17 de junho de 2016.

Fundamentado no art. 194 do Decreto nº 8.058, de 2013, utilizou-se de prorrogação de prazo para análise da petição e para análise das informações complementares submetidas pela peticionária.

1.2. Das notificações aos governos dos países exportadores

Em 14 de julho de 2016, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, o governo da China foi notificado, por intermédio de ofícios endereçados, respectivamente, à sua representação diplomática e ao Conselho Econômico-Comercial, ambos situados em Brasília, da existência de petição devidamente instruída, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

1.3. Da representatividade da peticionária e do grau de apoio à petição

Consoante carta do Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos (SICETEL), datada de 25 de abril de 2016 e anexa à petição, a BBA é a única produtora nacional de cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios, de baixa relaxação.

Ressalta-se, ainda, que a autoridade investigadora realizou pesquisa na internet com a intenção de confirmar que não haveria nenhuma outra associação ou entidade que representasse os produtores brasileiros de cordoalhas de aço nem outros produtores de cordoalhas de aço. Após a pesquisa, concluiu-se que a SICETEL é a única representante dos produtores nacionais do produto similar doméstico e que a BBA é a única produtora.

Desse modo, considerou-se que a petição foi apresentada pela indústria doméstica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013.

1.4. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da Belgo, a SICETEL, os produtores/exportadores chineses e os importadores brasileiros do produto objeto da investigação, além do Governo da China.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8,058, de 2013, foram identificadas, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação durante o período de análise de indícios de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1. Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação se constitui de cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios, de baixa relaxação, normalmente utilizada em obras civis envolvendo protensão ou como elemento de sustentação, também denominadas Low Relaxation Strand e, quando utilizadas em concreto protendido, PC Strand e Presstressed Concrete Strand.

Segundo informações da petição obtidas por meio dos dados públicos de importação, fornecidos pela Receita Federal do Brasil (RFB), as cordoalhas de aço importadas da China, normalmente, têm diâmetro de 9,5, 12,7 ou 15,2 mm e resistência de 190 kgf/mm², o que não significa que não haja importação de cordoalhas com dimensões e resistências distintas. Além disso, a BBA esclareceu que um aço é considerado de alto teor de carbono quando a concentração desse elemento supera 0,6% na composição da matéria.

Com relação à forma de apresentação do produto objeto da investigação, a peticionária afirmou que este seria acondicionado em pallets, com uma proteção plástica, para proteção do material.

Na construção civil, as cordoalhas de baixa relaxação podem ser utilizadas em diversos campos da engenharia:

Construção industrializada de concreto;
Construção de edifícios;
Obras de arte;
Pontes estaiadas;
Barreiras verticais ou tirantes;
Sistemas de montagem de torres eólicas;
Obras ferroviárias (dormentes); e
Obras de pisos industriais.

Segundo informações da petição, a relaxação é um parâmetro de desempenho mecânico que se refere à perda de força de protensão ao longo do tempo. Uma cordoalha de baixa relaxação apresentará esse efeito de perda de carga minimizado, conferindo, portanto, maior segurança à estrutura. A protensão, por sua vez, é uma técnica que consiste em introduzir em uma estrutura um estado de tensões capaz de melhorar sua resistência ou seu comportamento.

As cordoalhas são fabricadas pelo encordoamento de 3 ou 7 fios de aço trefilados e podem ser fabricadas mediante torção para a direita ou para esquerda, a pedido do cliente. As cordoalhas de 7 fios são constituídas por 6 fios de mesmo diâmetro e um outro fio central de diâmetro distinto. Os seis fios são encordoados juntos, numa forma helicoidal, com passo uniforme em torno do fio central. Por sua vez, as cordoalhas de 3 fios são constituídas por 3 fios do mesmo diâmetro nominal, encordoados juntos, numa forma helicoidal, com passo uniforme.

As cordoalhas ainda podem ser engraxadas, plastificadas ou galvanizadas. Há ainda a possibilidade de utilização de EPOXI diretamente sobre a cordoalha nua ou galvanizada. Todos os revestimentos e proteções têm a finalidade de aumentar a resistência da cordoalha à corrosão. Observe-se que as cordoalhas podem ser plastificadas sem serem engraxadas, mas o contrário, porém não ocorre. Também há a possibilidade das cordoalhas serem entalhadas, também denominadas indentadas, ou lisas. A cordoalha entalhada apresenta maior aderência ao concreto, se comparada à cordoalha lisa.

De acordo com informações trazidas pela Belgo, as cordoalhas nuas são mais utilizadas em vigas pré-moldadas, pontes, viadutos e estruturas de concreto. Por sua vez, as engraxadas em lajes protendidas, radier (fundação direta e rasa) e pisos industriais. Além disso, a utilização de cordoalhas de baixa relaxação em concreto protendido resulta em diversas vantagens em relação ao concreto armado. Os principais benefícios são:

redução e/ou eliminação das fissuras no elemento de concreto;

menor quantidade de aço e concreto utilizado, contribuindo para a redução do custo de construção e leveza da peça de concreto;

possibilidade de construção de vãos de maiores dimensões; e

possibilidade de utilização industrializada (pré-moldagem), o que confere às obras, velocidade e aumento de produtividade.

As cordoalhas em questão podem ser importadas diretamente pelo consumidor ou por distribuidores.

De acordo com a petição, há outros tipos de cordoalhas no mercado com aplicação em outros segmentos como o agropecuário, setor elétrico e aterramento, porém, essas outras cordoalhas não são de relaxação baixa.

Segundo a peticionária, a matéria-prima das cordoalhas é o fio-máquina de alto teor de carbono e o processo produtivo tem início com sua decapagem química ou mecânica, que visa à remoção da camada de óxido de ferro presente na superfície do fio-máquina. Em seguida ocorre a trefilação, etapa na qual o diâmetro do fio-máquina é reduzido para um diâmetro pré-estabelecido, a depender do produto final, por meio do processo de deformação mecânica a frio.

Posteriormente os fios são encordoados. Na sequência, tem-se a estabilização, que é um processo termo-mecânico que consiste na aplicação de uma deformação mecânica por meio do tensionamento da cordoalha simultaneamente ao aumento da temperatura. Este processo é o que assegura a característica de baixa relaxação à cordoalha. Quando necessário, os revestimentos devem ser aplicados após a etapa de estabilização, à exceção da galvanização, que deve ser realizada após a trefilação a frio.

Acerca das normas ou regulamentos técnicos, consta na petição que há diversas normas aplicáveis às cordoalhas de baixa relaxação, principalmente quando destinadas à aplicação em concreto protendido, porém tais regulamentos não são obrigatórios no Brasil. As principais normas internacionais citadas pela peticionária são: EN10138-3, ASTM A416, ASTM A910, ASTM 886/886M - 05, BS 5896, AS/NZS 4672/07, CSA STANDARD G279 e AS 1311/87. No Brasil as cordoalhas estão sujeitas à norma ABNT NBR 7483 (Cordoalhas de aço para estruturas de concreto protendido - Especificação).

De acordo com a BBA, as normas técnicas definem as principais características das cordoalhas para uso em concreto protendido: diâmetro externo, diâmetro dos fios, área da cordoalha, massa linear, carga de ruptura mínima, carga a 1% mínima, alongamento pós ruptura mínimo, relaxação máxima, passo e módulo de elasticidade. Ademais, para as cordoalhas revestidas existem outras recomendações emanadas pelo Post Tensioning Institute (PTI) que especificam as condições relativas à quantidade de graxa, cera e qualidade do revestimento.

2.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto similar doméstico também se constitui de cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios e de baixa relaxação, utilizada principalmente em obras civis envolvendo protensão ou sustentação. Estas cordoalhas apresentam elevada resistência mecânica, de 177 a 210kgf/mm² e podem ser utilizadas em diversos campos da engenharia.

Destaca-se que as cordoalhas nacionais possuem a mesma finalidade, na construção civil, que o produto objeto da investigação, sendo utilizadas, preponderantemente, na construção de: concreto pré-fabricado, edifícios, pontes, viadutos, contenções, barreiras verticais, tirantes, obras ferroviárias e pisos industriais.

De acordo com informações da petição, a Belgo confecciona o produto similar nacional utilizando-se como matéria-prima o fio-máquina com teor de carbono entre 0,80% e 0,86%. O teor de manganês se situa entre 0,30% e 0,50%; o teor de silício entre 0,20% e 0,35% e de cromo entre 0,17% e 0,18%. Note-se que a norma NBR 7483, adotada no Brasil, mas de aplicação não obrigatória, não especifica a composição química do aço, exceto em relação aos teores máximos de fósforo e enxofre, os quais não devem exceder 0,020% e 0,025%, respectivamente. Em relação aos demais elementos químicos, a NBR 7483 apenas indica que sua composição deve garantir que as características mecânicas especificadas na norma sejam atingidas pelo produto final.

A NBR 7483 menciona outras normas relacionadas a ensaios aos quais o produto é submetido, a saber: ensaios de tração e ensaio de relaxação. Este último visa a garantir que a cordoalha tenha baixa relaxação, característica determinante para a segurança da estrutura de concreto na qual a cordoalha é utilizada.

A norma brasileira classifica as cordoalhas, conforme o número de fios, em cordoalha de 7 fios ou cordoalha de 3 fios. No que tange à resistência à tração, as cordoalhas classificam-se nas categorias CP-190 ou CP-210. Os números 190 e 210 correspondem ao limite máximo da resistência à tração na unidade quilograma força por milímetro quadrado. A norma brasileira ainda determina que cada rolo deve ser identificado com os dados do fabricante, norma aplicável e identificação do produto. Além disso, deve ser fornecido certificado de qualidade.

Com relação aos diâmetros das cordoalhas fabricadas pela Belgo, de início é preciso esclarecer que para as cordoalhas de 7 fios utiliza-se o diâmetro da cordoalha em si, enquanto para as cordoalhas de 3 fios utiliza-se o diâmetro do fio. As cordoalhas de 7 fios fabricadas pela BBA apresentam diâmetros nominais externos na faixa de 9,3mm a 15,90mm, sendo que os diâmetros nominais mais frequentes são: 9,50mm, 12,70mm, 15,20mm e 15,70mm. Por sua vez, para os fios que compõem as cordoalhas de 3 fios apresentam os seguintes diâmetros: 3mm, 3,5mm, 4mm, 4,5mm e 5mm, sendo usualmente denominadas no mercado como 3x3; 3x3,5; 3x4; 3x4,5; e 3x5. Estas cordoalhas correspondem aos seguintes diâmetros externos (da cordoalha: 6,52mm, 7,71mm, 8,70mm, 9,58mm e 11,45mm, respectivamente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Segundo a Belgo, todas as cordoalhas nuas por ela fabricadas atendem integralmente aos parâmetros estabelecidos na norma ABNT NBR 7483. No caso das cordoalhas revestidas, além dos parâmetros da norma, o produto da Belgo ainda atende às recomendações do PTI relacionadas à quantidade de graxa ou cera, espessura do revestimento, camada de zinco e a durabilidade do material plástico. Ademais, com relação às cordoalhas galvanizadas, cabe observar que estas possuem menor resistência mecânica em decorrência do processo de galvanização, de modo que não são tratadas na norma brasileira, estando a resistência CP-177 prevista apenas na recomendação do PTI. A Belgo também afirmou que, no caso das suas exportações, as cordoalhas seguem as normas adotadas por cada país.

O processo produtivo das cordoalhas tem início com o recebimento da matéria-prima, o fio-máquina de aço de alto teor de carbono, pelas duas unidades de confecção do produto da peticionária. Destaca-se, ademais, que o fio-máquina adquirido pela Belgo é procedente da fábrica da ArcelorMittal de João Molevade, em Minas Gerais, sendo a ArcelorMittal Brasil S/A uma das empresas proprietárias da BBA em conjunto com a Bekaert do Brasil Ltda.

O processo de produção do similar nacional pela Belgo é o mesmo apresentado anteriormente na descrição do produto objeto da investigação, compartilhando, então, das mesmas fases: decapagem, trefilação, encordoamento, estabilização e, se for o caso, aplicação de revestimento. No caso da peticionária, os lotes de produção, que podem ter de 16 a 25 toneladas, seguem então para a etapa de formação de rolos acabados com peso na faixa de 2.500kg a 3.200kg.

A petição informa, ademais, que são utilizados os seguintes materiais secundários: produtos químicos para decapagem do material, sabão de trefilação, fieiras (matriz de trefilação), peças de desgaste dos equipamentos, peças de manutenção das máquinas, pallets, cintas de aço e etiquetas. Já as utilidades empregadas são energia elétrica, ar comprimido, água industrial, gás natural e combustível.

2.3. Da classificação e do tratamento tarifário

As cordoalhas objeto de investigação são comumente classificadas no código tarifário 7312.10.90 da NCM descrita a seguir:

NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
73.12	Cordas, cabos, tranças, lingas e artefatos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos.	
7312.10	Cordas e Cabos	
7312.10.10	De fios de aço revestidos de bronze ou latão	
7312.10.90	Outros	14

A alíquota do Imposto de Importação (II) desse subitem tarifário permaneceu, de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, em 14%.

Em consulta ao sítio eletrônico do Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços dos Acordos Comerciais Brasileiros - CAPTA observa-se que as importações originárias do MERCOSUL, para ambos os subitens da NCM em questão, desfrutam de preferência tarifária de 100%, concedida sob o amparo do Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 18, implementado no Brasil por meio do Decreto nº 550, de 27 de maio de 1992. As seguintes preferências tarifárias foram também identificadas para o código tarifário 7312.10:

País/Bloco	Base Legal	Preferência (%)
Mercosul	ACE 18 - Mercosul	100
Bolívia	ACE 36 - Mercosul - Bolívia	100
Chile	ACE 35 - Mercosul - Chile	100
Colômbia	ACE 59 - Mercosul - Colômbia	100
Cuba	APTR 04 - Cuba - Brasil	28
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	69
Israel	ALC - Mercosul - Israel	70
México	APTR 04 - México - Brasil	20
Peru	ACE 58 - Mercosul - Peru	100
Uruguai	ACE 02 - Brasil - Uruguai	100
Venezuela	APTR 04 - Venezuela - Brasil	28

Destaca-se, conforme será analisado no item 5 deste documento, que somente a Argentina e a Colômbia, entre todos os parceiros comerciais que desfrutam de preferência tarifária, exportaram para o Brasil o produto similar.

Ademais, observou-se também que os produtos israelenses desfrutam de preferência tarifária de 70% com relação a suas exportações sob o amparo do código 7312.10.90. A preferência está sob a égide do Acordo de Livre Comércio firmado entre o MERCOSUL e Israel implementado no Brasil por intermédio do Decreto nº 7.159, de 27 de abril de 2010.

A classificação tarifária em questão não é específica para o produto objeto da investigação ou similar, abrangendo também cabos de distintas dimensões, obtidos por justaposição e torção apertada de dois ou mais fios de ferro ou aço, ou de dois ou mais dos elementos assim obtidos.

2.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Dessa forma, conforme informações obtidas na petição, o produto objeto da investigação e o produto similar confeccionado no Brasil:

(i) são produzidos a partir da mesma matéria-prima, qual seja, o fio-máquina de alto teor de carbono;

(ii) apresentam as mesmas características físicas. Com efeito, ambos possuem alta resistência mecânica, possuem 3 ou 7 fios e são de baixa relaxação;

(iii) estão submetidos às mesmas normas técnicas: ABNT NBR 7483, EN10138-3, ASTM A416, ASTM A910, ASTM 886/886M - 05, BS 5896, AS/NZS 4672/07, CSA STANDARD G279, entre possíveis outras não elencadas na petição;

(iv) são confeccionados segundo processo de produção semelhante. No processo, a matéria-prima composta basicamente pelo fio-máquina de alto teor de carbono passa pelo processo de decapagem e, em seguida, de trefilação para obtenção da bitola desejada, encordoamento, estabilização e, se for o caso, aplicação do revestimento;

(v) são apresentados em rolos;

(vi) têm os mesmos usos e aplicações, a saber: construção de concreto pré-fabricado, pontes, viadutos, contenções, barreiras verticais, tirantes, dormentes para obras ferroviárias, obras de pisos industriais, dentre outras aplicações;

(vii) foram considerados concorrentes entre si, visto que se destinam aos mesmos segmentos comerciais. Ademais, a partir de comparação entre os dados de vendas da indústria doméstica e os detalhados de importação, fornecidos pela RFB, foi possível constatar coincidência de alguns clientes da BBA e dos exportadores chineses, como as empresas [CONFIDENCIAL]; e

(viii) são vendidos por meio de canais de distribuição semelhantes, visto que, segundo informações da peticionária e aquelas constantes nos dados detalhados de importação, as cordoalhas de aço da indústria doméstica e dos exportadores chineses podem ser vendidas diretamente a consumidores finais ou via distribuidores. Especificamente no caso do produto importado, é possível, ainda, a intermediação de trading companies.

2.5. Da conclusão a respeito da similaridade

Conforme o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto submetido à investigação. Considerando o exposto nos itens anteriores, concluiu-se que, com vistas ao início da investigação, o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto da investigação.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Conforme informado nos itens anteriores, a Belgo foi responsável, durante o período de análise de indícios de dano (janeiro de 2011 a dezembro de 2015), pela totalidade (100%) da produção nacional do produto similar doméstico. Tal informação foi obtida por intermédio de carta do SICETEL, datada de 25 de abril de 2016, anexa à petição e confirmada por meio de consultas à internet.

Nesse sentido, definiu-se a indústria doméstica, para fins de início da investigação, como a linha de produção de cordoalhas de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios e de baixa relaxação da BBA.

4. dos indícios de dumping

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

Na presente análise, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2015, a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil de cordoalhas de aço, nos moldes do item 2.1 deste documento, originários da China.

4.1. Da China

4.1.1. Do valor normal

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

No entanto, cumpre ressaltar que a China, para fins de defesa comercial, não é considerada país de economia de mercado. Por essa razão, aplica-se, no presente caso, a regra do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, que estabelece que, no caso de país que não seja considerado economia de mercado, o valor normal será determinado com base no preço de venda do produto similar em país substituto, no valor construído do produto similar em um país substituto, no preço de exportação do produto similar de um país substituto para outros países, exceto o Brasil, ou em qualquer outro preço razoável.

Para selecionar o país substituto a ser indicado na petição, a BBA inicialmente considerou a inexistência de publicações técnicas que informem o preço de cordoalhas de aço para concreto protendido de relaxação baixa ou normal. Além disso, os dados estatísticos de exportação ou importação dos principais produtores/exportadores e importadores mundiais não permitem a depuração da informação, que seria necessária, pois os códigos tarifários nos quais essas cordoalhas se classificam compreendem outros produtos, o que afetaria a justa comparação.

Assim, a peticionária sugeriu os Estados Unidos da América (EUA) como país substituto, já que possui mercado relevante no segmento de protendidos, fruto da existência de uma indústria da construção civil forte, que utiliza as técnicas mais modernas de construção.

Foi identificada a empresa produtora estadunidense Insteel Industries Inc. (Insteel), cujos dados foram utilizados para construção do valor normal e que se autointitula, conforme descrito em seu próprio sítio eletrônico, "the nation's largest manufacturing of steel wire reinforcing products for concrete construction applications".

A BBA informa que outro dado de fundamental importância na escolha dos EUA é que a produtora estadunidense Insteel obteve lucro em 2015, período da investigação de indícios de dumping, o que corroboraria a aplicação de sua margem de lucro na construção do valor normal na investigação em tela. Além disso, como será observado mais adiante, a publicação utilizada como fonte para construção do valor normal divulga o preço do fio-máquina de aço de alto teor de carbono nesse mercado.

Nesse sentido, para fins de início de investigação, optou-se por apurar o valor normal construído do produto similar no mercado estadunidense com base nos dados e informações trazidas pela peticionária. Os Estados Unidos da América (EUA) foram sugeridos como país substituto para fins de apuração do valor normal para a China por se tratar de país de economia de mercado com produção relevante de cordoalhas de aço, com diversas empresas atuantes no mercado, dentre as quais se destacou a empresa Insteel Steel Products Co.

Além disso, o valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, no presente caso, se baseariam em classificações tarifárias que abarcariam outra infinidade de produtos além do produto similar.

Para obtenção do preço da matéria-prima no mercado estadunidense, a peticionária apresentou dados da publicação Cru Steel Long Products Monitor, que detalha mensalmente o preço do fio-máquina de alto teor de carbono em diversos países, inclusive nos EUA. Destaca-se que a publicação apresentou os preços da matéria-prima em dólar estadunidense por quintal (US$/cwt) e, para melhor compreensão, houve conversão para dólares estadunidenses por tonelada (US$/t):

Cotação do fio-máquina

Período	Fio-máquina de alto teor de carbono (US$/cwt)	Taxa de conversão de quintal para tonelada	Fio-máquina de alto teor de carbono (US$/t)
Janeiro de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Fevereiro de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Março de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Abril de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Maio de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Junho de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Julho de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Agosto de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Setembro de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Outubro de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Novembro de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Dezembro de 2015	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Janeiro a Dezembro de 2015 (média)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Para calcular o volume consumido de fio-máquina para a produção de uma tonelada de cordoalha de aço, a peticionária informou, por meio de telas de seu sistema de custeio no ambiente de seu software coorporativo, o SAP, o coeficiente técnico da matéria-prima consumida relativo à confecção das cordoalhas de aço de maior produção em 2015, de CODPROD [CONFIDENCIAL] (7 Fios Nua), [CONFIDENCIAL] (7 Fios Engraxada/Plastificada) e [CONFIDENCIAL] (3 Fios Nua) e de respectivas denominações [CONFIDENCIAL]. Cabe esclarecer que para certos itens de custo (insumos, embalagens, outros custos variáveis e custos fixos) também foram utilizados os coeficientes técnicos calculados a partir da estrutura de custos da própria peticionária.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

esse sentido, de acordo com a tela do sistema anexa à petição, para a produção de uma tonelada de cordoalhas de 7 fios nua, 7 fios revestida e 3 fios nua foram consumidos, respectivamente, [CONFIDENCIAL] tonelada de fio-máquina de alto teor de carbono. Multiplicando-se esse coeficiente pelo preço médio baseado em cotações da matéria-prima nos EUA, obteve-se o custo total para matéria-prima de, US$ [CONFIDENCIAL] por tonelada para cordoalha de 7 fios nua, US$ [CONFIDENCIAL] por tonelada para cordoalha de 7 fios engraxada/plastificada e US$ [CONFIDENCIAL] por tonelada para cordoalha de 3 fios nua, conforme tabela a seguir.

Custo Matéria-Prima

	Valor
Fio-máquina de alto teor de carbono (US$/t) (A)	[CONFIDENCIAL]
Coeficiente técnico do CODPROD [CONFIDENCIAL] - 7 Fios Nua (t) (B)	[CONFIDENCIAL]
Custo matéria-prima (US$/t) (A x B)	[CONFIDENCIAL]
Fio-máquina de alto teor de carbono (US$/t) (C)	[CONFIDENCIAL]
Coeficiente técnico do CODPROD [CONFIDENCIAL]- 7 Fios Engr./Plast. (t) (D)	[CONFIDENCIAL]
Custo matéria-prima (US$/t) (C x D)	[CONFIDENCIAL]
Fio-máquina de alto teor de carbono (US$/t) (E)	[CONFIDENCIAL]
Coeficiente técnico do CODPROD [CONFIDENCIAL]- 3 Fios Nua (t) (F)	[CONFIDENCIAL]
Custo matéria-prima (US$/t) (E x F)	[CONFIDENCIAL]

Os principais revestimentos para cordoalhas de 7 fios são graxa e polietileno de alta densidade (PEAD). A peticionária afirmou que não encontrou cotações internacionais de graxa. Para calcular o valor consumido de revestimentos nas cordoalhas de 7 fios engraxadas/plastificadas (CODPROD [CONFIDENCIAL]), a peticionária obteve os preços do PEAD, um dos principais revestimentos, no site www.theplasticsexchange.com. Como são disponibilizados os preços apenas para os 12 meses mais recentes à data da consulta, foram apresentados os valores de PEAD no período de março a dezembro de 2015. Como o preço do PEAD na base de consultas estava em dólares estadunidenses por libra (US$/lbs), foi necessário a aplicação do fator de conversão de [CONFIDENCIAL] libras para quilogramas. Com isso, o preço médio do PEAD, no mercado internacional, de março a dezembro de 2015, foi US$ [CONFIDENCIAL] por quilograma.

Cotação do PEAD

Período	PEAD (US$/lbs)
20/03/2015	[CONFIDENCIAL]
03/04/2015	[CONFIDENCIAL]
17/04/2015	[CONFIDENCIAL]
01/05/2015	[CONFIDENCIAL]
15/05/2015	[CONFIDENCIAL]
29/05/2015	[CONFIDENCIAL]
12/06/2015	[CONFIDENCIAL]
28/06/2015	[CONFIDENCIAL]
10/07/2015	[CONFIDENCIAL]
24/07/2015	[CONFIDENCIAL]
07/08/2015	[CONFIDENCIAL]
21/08/2015	[CONFIDENCIAL]
04/09/2015	[CONFIDENCIAL]
18/09/2015	[CONFIDENCIAL]
02/10/2015	[CONFIDENCIAL]
16/10/2015	[CONFIDENCIAL]
30/10/2015	[CONFIDENCIAL]
13/11/2015	[CONFIDENCIAL]
27/11/2015	[CONFIDENCIAL]
11/12/2015	[CONFIDENCIAL]
25/12/2015	[CONFIDENCIAL]
Preço médio PEAD (US$/lbs)	[CONFIDENCIAL]
Fator de conversão (lbs para kg)	[CONFIDENCIAL]
Preço médio PEAD (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]

Para calcular o valor consumido de PEAD para a produção de uma tonelada de cordoalha de aço engraxada/plastificada, a peticionária informou, por meio de telas de seu sistema de custeio no ambiente de seu software coorporativo, o SAP, o coeficiente técnico do PEAD consumido relativo à confecção das cordoalhas de aço de maior produção em 2015, de CODPROD [CONFIDENCIAL] (7 Fios Engraxada/Plastificada).

Nesse sentido, de acordo com a tela do sistema anexa à petição, para a produção de uma tonelada de cordoalha de 7 fios revestida foram consumidos [CONFIDENCIAL] kg de PEAD, o qual, multiplicado pelo preço médio do PEAD, resultou no custo total de US$ [CONFIDENCIAL] por tonelada, conforme tabela a seguir.

Custo do revestimento (PEAD)

	Valor
Preço médio PEAD (US$/kg)	[CONFIDENCIAL]
Coeficiente técnico do CODPROD [CONFIDENCIAL](PEAD) (kg)	[CONFIDENCIAL]
Custo total de PEAD (US$/t)	[CONFIDENCIAL]

Para calcular o custo dos insumos, a dizer: lubrificante para trefilar, ácido clorídrico, fosfatizante, outros insumos, sucata e outras matérias-primas e materiais aplicados à produção - calculou-se a relação entre os valores incorridos com insumos e o custo da matéria-prima (fio-máquina) a partir dos custos incorridos pela Belgo. O percentual assim obtido foi aplicado ao custo total da matéria-prima nos EUA obtido na tabela anterior.

Consumo de Insumos

Matéria-prima	7 Fios Nua	7 Fios Revestida	3 Fios Nua
Fio-máquina de alto teor de carbono (R$/t) (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Insumos			
Lubrificante para trefilar (R$/t) (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Ácido clorídrico (R$/t) (C)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Fosfatizante (R$/t) (D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros insumos (R$/t) (E)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Sucata e outras matérias-primas (R$/t) (F)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Materiais aplicados à produção (R$/t) (G)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Soma insumos (R$/t) (H) = (B + C + D + E + F+G)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Percentual com insumos (I) = (H / A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Custo Insumos

Custo matéria-prima (US$/t) (G)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo insumos (US$/t) (G x I)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Para o cálculo do custo com embalagem a mesma metodologia foi utilizada e obtiveram-se os seguintes valores, conforme as tabelas a seguir:

Consumo de Embalagem

Embalagem	7 Fios Nua	7 Fios Revestida	3 Fios Nua
Fio-máquina de alto teor de carbono (R$/t) (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Embalagem (R$/t) (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Percentual com embalagens (C) = (B / A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Custo Embalagem

Custo matéria-prima (US$/t) (D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo embalagem (US$/t) (C x D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Para os custos imputados a título de energia elétrica, a peticionária, primeiramente, obteve o preço médio da energia elétrica praticado nos EUA, divulgado pela U.S. Energy Information Administration, pertencente ao governo desse país, para o setor industrial para o ano de 2015 (US$ [CONFIDENCIAL]/kwh) em dólares estadunidenses por quilowatt hora e esse preço foi multiplicado pela soma do consumo de energia em cada estágio da produção dos similares nacionais de CODPRODs [CONFIDENCIAL] (7 Fios Nua), [CONFIDENCIAL] (7 Fios Engraxada/Plastificada) e [CONFIDENCIAL] (3 Fios Nua). Destaca-se que os estágios que consumiram energia na fabricação foram diferentes para cada um dos três tipos de cordoalhas e a peticionária anexou à petição telas do sistema que denotam tais consumos, bem como dados extraídos do sistema, por centro de custo, que corroboram as informações. Nesse sentido, o custo com energia elétrica a título de construção do valor normal está detalhado nas tabelas a seguir:

Consumo de Energia

Em kWh

Consumo de energia elétrica	7 Fios Nua	7 Fios Revestida	3 Fios Nua
Decapagem - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Trefilação - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Encordoa/Estabiliza/Reenrola - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Reenrolar/Embalar - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Plastificar - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Encordoamento - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Reenrolador - [CONFIDENCIAL]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Consumo Total (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Custo de Energia

Preço Energia Elétrica EUA (US$/kwh) (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo energia elétrica (US$/t) (A x B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Acerca dos custos envolvidos com "Outras Utilidades", como combustíveis e água industrial, utilizou-se o percentual que esses custos representam do total consumido de energia elétrica do custo padrão do similar nacional em questão e a relação obtida foi multiplicada pelo preço da energia elétrica nos EUA já pormenorizado neste documento (US$ [CONFIDENCIAL]/kwh). Dessa maneira, obteve-se os valores destacados na tabela em sequência.

Consumo Outras Utilidades

Outras utilidades	7 Fios Nua	7 Fios Revestida	3 Fios Nua
Energia elétrica por CODPROD (R$/t) (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Água Industrial (R$/t) (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Combustíveis (R$/t) (C)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Soma de Outras Utilidades (R$/t) (D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Percentual com outras utilidades (E) = (D / A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo energia elétrica (US$/t) (F)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo outras utilidades (US$/t) (E x F)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Com relação aos custos com mão-de-obra direta (MOD) e indireta (MOI), primeiramente calculou-se o número de horas trabalhadas por empregado da linha de produção de cordoalhas de aço. Nesse sentido, foram consideradas as [CONFIDENCIAL] horas semanais da jornada de trabalho, [CONFIDENCIAL] semanas por mês e os [CONFIDENCIAL] meses do ano, totalizando, assim [CONFIDENCIAL] horas por ano de trabalho. Em 2015, a produção do similar nacional pela BBA totalizou [CONFIDENCIAL] toneladas e foram considerados [CONFIDENCIAL] empregados atuando de forma direta na linha de produção, indicando que foram produzidas [CONFIDENCIAL] toneladas de cordoalhas de aço por empregado direto. Assim, cada empregado produziu [CONFIDENCIAL] toneladas por hora e para a produção de uma tonelada de cordoalhas de aço foram necessárias [CONFIDENCIAL] horas de trabalho por empregado direto.

O valor da hora de trabalho utilizado no cálculo foi extraído do sítio eletrônico do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América para trabalhadores do setor de ferro e aço. Destaca-se que o valor obtido de US$ [CONFIDENCIAL] por hora refere-se ao mês de maio de 2015, último mês com dado disponibilizado.

Para o cálculo do custo relacionado com mão-de-obra indireta, as mesmas [CONFIDENCIAL] horas por ano de trabalho foram consideradas, bem como a produção de [CONFIDENCIAL] toneladas de cordoalhas de aço em 2015. A peticionária informou que [CONFIDENCIAL] empregados indiretos colaboraram na produção e, assim, obteve-se que cada empregado indireto produziu [CONFIDENCIAL] toneladas de cordoalhas de aço em 2015 sendo que em uma hora foram produzidas [CONFIDENCIAL] toneladas [CONFIDENCIAL] por empregado. Foram necessárias, portanto, de [CONFIDENCIAL] hora de trabalho de um empregado indireto para a produção de uma tonelada de cordoalhas de aço.

Nesse sentido, tem-se como custo com mão-de-obra na construção do valor normal os seguintes montantes:

Mão-de-Obra

	Valor
Valor médio do salário (US$/h) (A)	[CONFIDENCIAL]
Quantidade de horas necessárias para a produção de 1t - MOD (B)	[CONFIDENCIAL]
Custo com MOD (US$/t) (C) = (A x B)	[CONFIDENCIAL]
Quantidade de horas necessárias para a produção de 1t - MOI (D)	[CONFIDENCIAL]
Custo com MOI (USS/t) (E) = (A x D)	[CONFIDENCIAL]
Custo total com mão-de-obra (USS/t) (C + E)	[CONFIDENCIAL]

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Para computar o custo envolvido na rubrica "Outros custos variáveis", foram novamente considerados os valores relativos ao custo padrão da BBA e calculou-se relação entre esses custos e o custo da matéria-prima. O resultado assim obtido foi multiplicado pelo custo do fio-máquina no mercado norte-americano.

Consumo com Outros Custos Variáveis

Outros custos variáveis	7 Fios Nua	7 Fios Revestida	3 Fios Nua
Fio-máquina de alto teor de carbono (R$/t) (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Serviços contr. produção variável (R$/t) (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Percentual com outros custos variáveis (C) = (B / A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Custo com Outros Custos Variáveis

Custo matéria-prima (US$/t) (D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo com outros custos variáveis (US$/t) (C x D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Para calcular os demais custos fixos na composição do valor normal construído, de modo semelhante ao realizado com os "Outros custos variáveis", foi considerada a relação entre os "Outros custos fixos" e o custo da matéria-prima incorrido pela peticionária. Destaca-se que esses custos fixos se dividem, basicamente, em gastos gerais de fabricação e serviços fixos de manutenção.

Consumo com Outros Custos Fixos

Outros custos fixos	7 Fios Nua	7 Fios Revestida	3 Fios Nua
Fio-máquina de alto teor de carbono (R$/t) (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Serviços contr. produção fixo (R$/t) (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Manutenção (R$/t) (C)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Serviços gerais (R$/t) (D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total com Outros custos fixos (R$/t) (E) = (B+C+D)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Percentual com outros custos fixos (F) = (E / A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Custo com Outros Custos Fixos

Custo matéria-prima (US$/t) (G)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo com outros custos fixos (US$/t) (F x G)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Com relação às despesas administrativas, comerciais e financeiras, a peticionária anexou aos autos as demonstrações financeiras auditadas para o ano fiscal de 2015 da empresa estadunidense Insteel Industries Inc. (Insteel), que confecciona o produtor similar nos EUA. Nesse sentido, para as referidas despesas, foi calculada a relação entre cada uma dessas rubricas e o Custo do Produto Vendido - CPV, de acordo com os valores constantes da Demonstração de Resultado do Exercício - DRE da Insteel, demonstrados na sequência.

Despesas Operacionais - Insteel

Rubricas	Valor (Mil US$)
CPV	[CONFIDENCIAL]
Despesas de vendas, gerais e administrativas	[CONFIDENCIAL]
Receitas financeiras	[CONFIDENCIAL]
Despesas financeiras	[CONFIDENCIAL]
Outras receitas/despesas operacionais	[CONFIDENCIAL]
Rubricas	% em relação o CPV
Despesas de vendas, gerais e administrativas	[CONFIDENCIAL]
Receitas financeiras	[CONFIDENCIAL]
Despesas financeiras	[CONFIDENCIAL]
Outras receitas/despesas operacionais	[CONFIDENCIAL]

Para a definição da margem de lucro a ser considerada na construção do valor normal, utilizou-se a relação entre o lucro operacional (Mil US$ [CONFIDENCIAL]) e o somatório do CPV com as despesas e receitas operacionais (Mil US$ [CONFIDENCIAL]) da empresa produtora Insteel, todos relativos ao fiscal de 2015, o qual se encerrou no 3º trimestre. Assim sendo, obteve-se o percentual de margem de lucro de [CONFIDENCIAL]% a ser aplicado sobre o custo de produção mais despesas operacionais.

Considerando toda a metodologia descrita, o valor normal construído para fins de início da investigação foi US$ 1.143,61/t para cordoalhas de 7 fios nua, US$ 1.212,34/t para cordoalhas de 7 fios engraxada/plastificada e 1.265,78/t para cordoalhas de 3 fios nua, na condição ex fabrica.

Valor normal construído

Rubricas	7 Fios Nua	7 Fios Engraxada/plastificada	3 Fios Nua
Matéria-prima (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Insumos (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Embalagem (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
PEAD (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Utilidades (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros custos variáveis (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total Custo Variável	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
MOD (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
MOI (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros custos fixos (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo de Produção (A) (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Despesas de vendas, gerais e administrativas (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Receitas financeiras (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Despesas financeiras (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outras receitas/despesas operacionais (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total Despesas Operacionais (B) (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Custo de Produção + Despesas Operacionais (C) = (A) + (B) (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Margem de lucro (D) = ([CONF.]% x C) (US$/t)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Valor Normal (C + D) (US$/t)	1.143,61	1.212,34	1.265,78

4.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação das cordoalhas de aço da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, as exportações realizadas em 2015, de janeiro a dezembro. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras para a NCM em questão, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, conforme definição constante do item 2.1 deste documento e excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação.

Com base nos dados disponibilizados pela RFB, foram calculados preços de exportação para cordoalhas de 7 fios nua e 7 fios engraxadas/plastificadas. Ressalta-se que não houve importação da China de cordoalhas de 3 fios, no período de investigação de indícios de dumping, por isso não foi possível apurar preço de exportação de cordoalhas de 3 fios.

Assim, o preço de exportação apurado para a China, na condição FOB, de cada tipo de cordoalha, está apresentado na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Tipo de cordoalha	Valor FOB (mil US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
7 Fios Nua	6.870,96	10.294,1	667,46
7 Fios Engraxada/plastificada	1.174,72	1.568,2	749,08
Total	8.045,68	11.862,4	678,25

4.1.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação. Para efeitos de início da investigação, a margem de dumping foi ponderada de acordo com o volume importado de cordoalhas de 7 fios nuas e 7 fios engraxadas/plastificadas. Como não houve importações de cordoalhas de 3 fios, para a apuração da margem de dumping, foi considerado o valor normal somente das cordoalhas de 7 fios nua e 7 fios engraxada/plastificada.

Embora o valor normal se encontre na condição ex fabrica, não se dispõe, até o momento, de informações referentes ao frete interno nos EUA. Dessa forma, reputou-se apropriado comparar o preço de exportação na condição FOB com o valor normal na condição ex fabrica. Ressalte-se que essa opção revela-se menos prejudicial aos exportadores chineses, uma vez que resulta em minoração da margem de dumping.

Os quadros a seguir resumem o cálculo realizado e a margem de dumping, absoluta e relativa, para a China:

Margem de Dumping

Tipo de cordoalha	Volume Exportado (t) (A)	VN - PE (US$/t) (B)	Total (US$) (A x B)
7 Fios Nua	10.294,1	476,15	4.901.535,71
7 Fios Engraxada/plastificada	1.568,2	463,26	726.484,33
Total	11.862,4		5.628.020,04

(A x B)	Quantidade Exportada (t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
5.628.020,04	11.862,4	474,44	70%

4.2. Da conclusão sobre os indícios de dumping

A margem de dumping apurada no item 4.1.3 demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de cordoalhas de aço da China para o Brasil, realizadas de janeiro a dezembro de 2015.

5. DAS IMPORTAÇÕES, DO MERCADO BRASILEIRO E DO CONSUMO NACIONAL APARENTE

Neste item serão analisadas as importações brasileiras, o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente (CNA) aparente de cordoalhas de aço. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de dano à indústria doméstica, de acordo com a regra do § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013. Assim, para efeito da análise relativa à determinação do início da investigação, considerou-se o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, o qual foi dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro a dezembro de 2011;
P2 - janeiro a dezembro de 2012;
P3 - janeiro a dezembro de 2013;
P4 - janeiro a dezembro de 2014; e
P5 - janeiro a dezembro de 2015

5.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de cordoalhas de aço importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 7312.10.90 da NCM, fornecidos pela RFB.

A partir da descrição detalhada das mercadorias, verificou-se que são classificadas nesses itens da NCM importações de cordas e cabos de aço e outros tipos de cordoalhas, distintos do produto objeto da investigação. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, a fim de se obterem as informações referentes exclusivamente a cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios, de baixa relaxação.

A metodologia para depurar os dados consistiu, portanto, em excluir aqueles produtos que não estavam em conformidade com os parâmetros descritos no item 2.1.

5.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de cordoalhas de aço no período de investigação de indícios de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em número-índice de kg)

Países	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	101,4	272,4	341,4	196,6
Total (investigada)	100,0	101,4	272,4	341,4	196,6
Alemanha	0,0	100,0	139,9	26.354,4	158.219,4
Argentina	100,0	55,1	103,5	25,2	11,8
Espanha	100,0	162,1	92,6	0,0	0,8
Portugal	100,0	154,1	166,1	67,5	0,0
Demais Países*	100,0	15,4	18,0	10,3	18,5
Total (exceto sob investigação)	100,0	101,9	91,8	23,1	21,5
Total Geral	100,0	101,8	136,4	101,7	64,8

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

*África do Sul, Colômbia, EUA, Índia, Itália, Japão, Holanda, Reino Unido e Tailândia.

O volume das importações brasileiras de cordoalhas de aço investigadas cresceu durante praticamente todo o período investigado, apresentando elevações de 1,4% de P1 para P2, 168,7% de P2 para P3 e 25,3% de P3 para P4. Somente de P4 para P5 houve queda no volume importado da origem investigada, equivalente a 42,4%. De P1 a P5, o aumento acumulado atingiu 96,6%.

Já o volume importado de outras origens teve reduções sucessivas ao longo do período investigado, exceto de P1 para P2, quando aumentou 1,9%. Durante os outros períodos, as diminuições foram: 9,9% de P2 para P3, 74,9% de P3 para P4 e 6,8% de P4 para P5. Durante todo o período investigado, houve redução acumulada de 78,5% dessas importações.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de cordoalhas de aço cresceram 1,4% de P1 para P2 e 34% de P2 para P3 e diminuíram 25,4% de P3 para P4 e 36,3% de P4 para P5. Durante todo o período de investigação de indícios de dano, de P1 a P5, houve decréscimo de 35,2% no volume total de importações de cordoalhas de aço.

Ressalta-se ainda que as importações submetidas à investigação apresentaram o seguinte comportamento na participação no total geral importado: queda de [CONFIDENCIAL] pontos percentuais (p.p.) de P1 a P2; aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. No acumulado de P1 a P5, a participação das importações submetidas à investigação no total geral importado cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. Em P1, as participações das importações investigadas e não investigadas eram equivalentes, respectivamente a [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, passando a representar [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente, do total de cordoalhas de aço importadas pelo Brasil em P5.

5.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de cordoalhas de aço no período de investigação de indícios de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (em número-índice de mil US$ CIF)

Países	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	95,0	230,0	267,8	136,8
Total (investigada)	100,0	95,0	230,0	267,8	136,8
Alemanha	0,0	100,0	221,1	13.288,2	39.756,0
Argentina	100,0	56,1	105,3	21,5	7,1
Espanha	100,0	153,2	87,4	0,0	0,5
Portugal	100,0	131,0	127,0	48,1	0,0
Demais Países*	100,0	20,2	59,2	10,2	27,2
Total (exceto sob investigação)	100,0	92,9	93,4	24,4	27,2
Total Geral	100,0	93,4	122,4	75,9	50,4

* África do Sul, Colômbia, EUA, Índia, Itália, Japão, Holanda, Reino Unido e Tailândia.

Verificou-se o seguinte comportamento do valor importado da origem investigada: redução de 5% de P1 para P2, aumentos de 142,2% de P2 para P3 e de 16,4% de P3 para P4. De P4 para P5, houve queda de 48,9% no valor das importações. Se considerados os extremos da série de análise, o aumento do valor acumulado das importações alcançou 36,8%.

Por outro lado, verificou-se que a evolução dos valores importados das outras origens apresentou as seguintes reduções: 7,1% de P1 para P2 e 73,9% de P3 para P4. Houve crescimentos de 0,5% de P2 para P3 e 11,4% de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se diminuição de 72,8% nos valores importados dos demais países.

O valor total das importações brasileiras de cordoalhas de aço, comparativamente ao período imediatamente anterior, recuou 6,6% em P2, aumentou 31,1% em P3 e voltou a decrescer 37,9% em P4 e 33,7% em P5. Em P5, esse valor recuou 49,6% quando comparado a P1.

Preço das Importações Totais (em número-índice de US$ CIF/t)

Países	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	93,7	84,4	78,4	69,6
Total (investigada)	100,0	93,7	84,4	78,4	69,6
Alemanha	0,0	100,0	158,1	50,4	25,1
Argentina	100,0	101,9	101,8	85,3	60,7
Espanha	100,0	94,5	94,4	0,0	71,8
Portugal	100,0	85,0	76,5	71,3	0,0
Demais Países*	100,0	131,1	329,1	98,9	147,2
Total (exceto sob investigação)	100,0	91,2	101,8	105,6	126,2
Total Geral	100,0	91,7	89,7	74,7	77,8

* África do Sul, Colômbia, EUA, Índia, Itália, Japão, Holanda, Reino Unido e Tailândia.

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada ponderado das importações brasileiras de cordoalhas de aço investigadas apresentou as seguintes reduções: 6,3% de P1 para P2, 9,9% de P2 para P3, 7,1% de P3 para P4 e 11,3% de P4 para P5. De P1 para P5, o preço dessas importações acumulou queda de 30,4%.

O preço CIF médio por tonelada ponderado de outros fornecedores estrangeiros acumulou queda de 8,8% de P1 para P2, e elevações de 11,6% de P2 para P3, 3,7% de P3 para P4 e 19,5% de P4 para P5. De P1 para P5, o preço das importações de origens não investigadas cresceu 26,2%.

Com relação ao preço médio do total das importações brasileiras de cordoalhas de aço, observou-se diminuições de 8,3% de P1 para P2, 2,2% de P2 para P3 e 16,8% de P3 para P4. Houve aumento de 4,2% de P4 para P5. Ao longo do período de investigação de indícios de dano, houve decréscimo de 22,2% no preço médio das importações totais.

Ademais, constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações brasileiras da origem investigada foi inferior ao preço CIF médio ponderado das importações brasileiras das demais origens em todo o período de investigação de indícios do dano.

5.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de cordoalhas de aço, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela peticionária, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior. Destaca-se que, por não haver consumo cativo de cordoalhas de aço pela BBA, o mercado brasileiro é idêntico ao consumo nacional aparente.

Mercado Brasileiro (em número-índice de kg)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	98,5	101,4	101,9	99,8
P3	105,9	272,4	91,8	118,3
P4	85,3	341,4	23,1	92,0
P5	89,8	196,6	21,5	79,6

Inicialmente, ressalta-se que as vendas internas de cordoalhas de aço da indústria doméstica apresentadas na tabela anterior incluem apenas as vendas de fabricação própria. As revendas de produtos importados não foram incluídas na coluna relativa às vendas internas, tendo em vista já constarem dos dados relativos às importações.

Observou-se, assim, que o mercado brasileiro de cordoalhas de aço, com exceção do crescimento de 18,5% de P2 para P3, apresentou retrações de 0,2% de P1 para P2, de 22,3% de P3 para P4 e de 13,5% de P4 para P5. Durante todo o período de investigação de indícios de dano, de P1 a P5, o mercado brasileiro retraiu-se 20,4%.

Verificou-se que as importações submetidas à investigação aumentaram [CONFIDENCIAL] kg (96,6%) de P1 a P5, ao passo que o mercado brasileiro decresceu [CONFIDENCIAL] kg (20,4%). Já no último período, de P4 para P5, as importações investigadas diminuíram [CONFIDENCIAL] kg (42,4%) enquanto o mercado brasileiro de cordoalhas de aço diminuiu [CONFIDENCIAL] kg (13,5%).

A peticionária alegou que o mercado é altamente influenciado pela demanda de grandes obras, quando as cordoalhas são utilizadas na fabricação na confecção de concreto protendido e utilizadas nas construções de pontes, torres eólicas, linhas ferroviárias e pisos industriais. O ápice do mercado brasileiro foi em P3, influenciado pela demanda das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Os investimentos em grandes obras foram reduzidos em P4 e P5, também em função da crise econômica do Brasil, o que explica a contração do mercado brasileiro de P3 para P5.

5.3. Da evolução das importações

5.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de cordoalhas de aço.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número-índice de %)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens
P1	100,0	100,0	100,0
P2	98,7	101,5	102,1
P3	89,5	230,2	77,5
P4	92,7	371,1	25,1
P5	112,8	247,0	27,0

A participação das importações da origem investigada no mercado aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. De P4 para P5, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. De P1 para P5, observou-se acréscimo acumulado de [CONFIDENCIAL] p.p. na participação das importações originárias da China.

Quanto às importações das demais origens, sua participação no mercado brasileiro oscilou durante os períodos. Ocorreram reduções de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. De P1 para P2 e de P4 para P5, o aumento na participação das importações das outras origens no mercado brasileiro foi idêntico - equivalente a [CONFIDENCIAL] p.p. Ao longo de todo o período de análise de indícios de dano, a participação das importações das demais origens decresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

5.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de cordoalhas de aço.

Importações Investigadas e Produção Nacional (em número-índice de kg)

Período	Produção Nacional (A)	Importações investigadas (B)	[(B) / (A)] (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	94,0	101,4	107,8
P3	97,2	272,4	280,3
P4	88,2	341,4	387,2
P5	90,9	196,6	216,2

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de cordoalhas de aço apresentou sucessivas elevações de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. De P4 para P5, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. Assim, ao considerar-se todo o período, essa relação apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p.

5.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de investigação de indícios de dano, as importações a preços com indícios de dumping cresceram significativamente:

a)em termos absolutos, as importações passaram de [CONFIDENCIAL] kg em P1 para [CONFIDENCIAL] kg em P5, um aumento de [CONFIDENCIAL] kg, equivalente a 96,6%;

b)em relação à produção nacional, de P1 ([CONFIDENCIAL]%) para P5 ([CONFIDENCIAL]%) houve aumento dessa relação em [CONFIDENCIAL] p.p.;

c)em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação de tais importações apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 ([CONFIDENCIAL]%) para P5 ([CONFIDENCIAL]%).

Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações a preços com indícios de dumping, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro.

Além disso, as importações a preços com indícios de dumping foram realizadas a preços CIF médio ponderados mais baixos que os das demais importações brasileiras, além de os preços terem apresentado queda de 30,4% de P1 para P5 e de 11,3% de P4 para P5.

6. DOS INDÍCIOS DE DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços com indícios de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

Conforme explicitado no item 5 deste documento, para efeito da análise relativa à determinação de início da investigação, considerou-se o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

6.1. Dos indicadores da indústria doméstica

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de cordoalhas de aço da Belgo, única produtora do produto similar fabricado no Brasil. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela peticionária, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste documento.

Destaque-se que os indicadores econômico-financeiros apresentados, com exceção do Retorno sobre Investimentos, da Capacidade de Captar Recursos e do Fluxo de Caixa, são referentes exclusivamente à produção e vendas da BBA de cordoalhas de aço no mercado interno.

6.1.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de cordoalhas de aço de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informado na petição. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica (em número-índice de kg)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Período	Vendas Totais	Vendas no Mercado Interno	Participação no Total	Vendas no Mercado Externo	Participação no Total
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	97,2	98,5	101,4	91,3	94,0
P3	98,4	105,9	107,7	65,1	66,2
P4	87,0	85,3	98,1	94,4	108,5
P5	92,2	89,8	97,4	102,9	111,6

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno apresentou a seguinte oscilação: queda de 1,5% de P1 para P2, crescimento de 7,5% de P2 para P3, seguido de queda de 19,5% de P3 para P4 e de elevação de 5,3% de P4 para P5. Considerando todo o período de análise de indícios de dano, de P1 para P5, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou queda de 10,2%.

Durante o período investigado, as vendas do produto em questão ao mercado externo registraram quedas de 8,7% de P1 para P2 e 28,7% de P2 para P3, seguido de crescimento de 44,9% de P3 para P4 e 9% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, houve aumento de 2,9% nas vendas do produto para o mercado externo.

Com relação às vendas totais da indústria doméstica, observou-se comportamento semelhante ao verificado com as vendas destinadas ao mercado interno. As vendas totais da indústria doméstica apresentaram diminuição de 2,8% de P1 para P2, tendo apresentado recuperação de 1,2% de P2 para P3. Houve nova retração no período seguinte, com diminuição de 11,6% de P3 para P4, e crescimento de 6% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume total de vendas da indústria doméstica do produto similar nacional apresentou diminuição de 7,8%.

6.1.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro (em número-índice de kg)

Período	Vendas no Mercado Interno	Mercado Brasileiro	Participação
P1	100,0	100,0	100,0
P2	98,5	99,8	98,7
P3	105,9	118,3	89,5
P4	85,3	92,0	92,7
P5	89,8	79,6	112,8

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de cordoalhas de aço apresentou quedas sucessivas de [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, seguido de aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p na comparação entre P4 e P5. Tomando-se todo o período de investigação, de P1 para P5, verificou-se acréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p. na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Mercado Brasileiro (em número-índice de %)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	98,7	101,5	102,1	100,0
P3	89,5	230,2	77,5	100,0
P4	92,7	371,1	25,1	100,0
P5	112,8	247,0	27,0	100,0

Apesar da queda de [CONFIDENCIAL] p.p. na participação no mercado brasileiro de P4 para P5, as importações das origens investigadas tiveram aumento de participação nos demais períodos: [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. Comparados os extremos da série, a participação no mercado brasileiro das origens investigadas cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

A produção de cordoalhas de aço pela peticionária ocorre nas plantas de Contagem, em Minas Gerais, Feira de Santana, na Bahia, e Osasco, em São Paulo.

Para o cálculo da capacidade instalada, conforme informações presentas na petição, a BBA, por intermédio de dados extraídos do sistema corporativo SAP, obteve, para cada bitola confeccionada de cordoalha de aço, a velocidade, o peso e a eficiência de sua produção. O texto da petição destaca que a eficiência leva em conta parada para abastecimento, para troca de programas e reparos eventuais. Foi informado, também, que para o cálculo da capacidade nominal foi considerado que as linhas de produção operaram 24 horas por dia durante os 365 dias do ano em todos os períodos de análise e que para a capacidade efetiva foram deduzidos[CONFIDENCIAL]dias em referência às paradas para manutenção.

A capacidade instalada da planta de Feira de Santana não foi utilizada para o cálculo, porque esta é exclusiva para revestimento e todo o material revestido nessa unidade é produzido na planta de Contagem.

Nesse sentido, para cálculo da capacidade nominal foram considerados a velocidade de produção e o quanto foi produzido, em peso, por metro durante os 365 dias de trabalho. Para cálculo da capacidade efetiva, além desses aspectos foi considerada também a eficiência real da produção e deduzidos [CONFIDENCIAL] dias a título de manutenção. Após ter sido levantada a produção por bitola, foi calculada a ocupação da capacidade (nominal e efetiva), levando-se em conta o volume produzido, e o resultado da multiplicação do grau da ocupação pela produção efetiva de cada bitola conformou a capacidade instalada.

A capacidade instalada de produção de cordoalhas de aço da Belgo aumentou em P5, em razão da entrada em operação da unidade produtiva de Osasco.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número-índice de kg)

Período	Capacidade Instalada Efetiva (A)	Produção de cordoalhas de aço (B)	Grau de Ocupação (C) = (B /A)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	103,7	94,0	90,6
P3	106,0	97,2	91,7
P4	97,5	88,2	90,5
P5	109,6	90,9	83,0

A capacidade instalada da indústria doméstica variou positivamente em 3,7% de P1 para P2 e 2,2% de P2 para P3. Em seguida, de P3 para P4, observou-se a única queda ao longo do período de análise de indícios de dano, de 8,1%. De P4 para P5, observou-se expansão de 12,4%. Por fim, ao se analisarem os extremos da série, de P1 a P5, houve acréscimo de 9,6% na capacidade instalada efetiva.

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica variou durante todo o período de análise de indício de dano. Apresentou queda de 6,0% de P1 para P2, seguido de aumento de 3,4% de P2 para P3. De P3 para P4 nova queda de 9,3% foi observada seguida de crescimento de 3,1%, de P4 para P5. Ao considerar os extremos da série, o volume de produção da indústria doméstica diminuiu 9,1%.

O grau de ocupação da capacidade instalada apresentou a mesma tendência da análise de volume de produção do similar nacional, oscilando durante os períodos em questão. Nesse sentido, houve queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, seguido de crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, e novas quedas de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. De P1 para P5 verificou-se decréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

6.1.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período investigado, considerando um estoque inicial, em P1, de 3.364.485,3 kg. Cumpre esclarecer que, conforme informações da peticionária, a rubrica outras entradas/saídas-transferências refere-se a [CONFIDENCIAL].

Estoque Final (em número-índice de kg)

Período	Produção	Vendas Mercado Interno	Vendas Mercado Externo	Importações (-) Revendas	Outras Entradas/ Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	(100,0)	100,0
P2	94,0	98,5	91,3	73,0	(512,9)	77,8
P3	97,2	105,9	65,1	(11,7)	(279,3)	84,3
P4	88,2	85,3	94,4	(104,9)	(119,4)	112,1
P5	90,9	89,8	102,9	(3,6)	(655,2)	89,2

O volume do estoque final de cordoalhas de aço da Belgo diminuiu 22,2% de P1 para P2 e 20,5% de P4 para P5. De P2 para P3 e de P3 para P4, o estoque final apresentou aumento de 8,4% e 32,9%, respectivamente. Considerando-se todo o período de investigação, o volume do estoque final da indústria doméstica diminuiu 10,8%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de investigação.

Relação Estoque Final/Produção (em número-índice de kg)

Período	Estoque Final (A)	Produção (B)	Relação A/B (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	77,8	94,0	82,8
P3	84,3	97,2	86,8
P4	112,1	88,2	127,1
P5	89,2	90,9	98,1

A relação estoque final/produção apresentou oscilação se compararmos os períodos de análise de indícios de dano. Primeiramente, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, para, logo em sequência, aumentar [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. De P4 para P5 essa relação diminuiu em [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando-se os extremos da série, a relação estoque final/produção diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir, elaboradas a partir das informações constantes da petição inicial e da resposta ao pedido de informação complementar, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de cordoalhas de aço pela indústria doméstica.

Segundo informações as apresentadas pela peticionária, para a apuração do número de empregados da Belgo nas linhas de produção de similar nacional foram adotados os seguintes critérios:

Produção

Direta

Contagem: [CONFIDENCIAL]

Volume Total de Produção [CONFIDENCIAL] (em número-índice de kg)

Período	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	65,0	95,7	91,9	104,1
P3	79,7	89,5	88,3	101,4
P4	107,5	91,1	93,2	97,7
P5	171,4	86,8	97,4	89,0

Feira de Santana: [CONFIDENCIAL].

Indireta

Contagem: [CONFIDENCIAL]

Feira de Santana: [CONFIDENCIAL].

Osasco: [CONFIDENCIAL].

Administração

Contagem: [CONFIDENCIAL].

Feira de Santana: [CONFIDENCIAL]:

Volume Total de Produção (em número-índice de kg)

Período	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	70,0	91,1	80,9	112,6
P3	124,6	110,1	117,1	94,0
P4	99,2	83,2	91,0	91,5
P5	94,1	66,1	79,7	83,0

Osasco: [CONFIDENCIAL].

Vendas (Contagem): [CONFIDENCIAL].

Demais linhas: [CONFIDENCIAL].

Número de Empregados (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	98,0	98,0	93,8	110,8
Administração e Vendas	100,0	140,0	140,0	146,7	186,7
Total	100,0	105,9	105,9	103,8	125,0

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção do produto similar oscilou ao longo do período de análise. Reduziu 1,5% de P1 para P2 e 7,6% de P3 para P4, e aumentou 3,1% de P2 para P3 e 18% de P4 para P5. Ao analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção cresceu 10,8%.

O número de empregados alocados nas áreas de administração e vendas apresentou evolução distinta à apresentada acima com as seguintes variações: aumento de 40% de P1 para P2, queda de 4,8% de P2 para P3, e elevações de 10% de P3 para P4 e 27,3% de P4 para P5. Dessa forma, de P1 para P5, o número de empregados destes dois setores aumentou 86,7% ([CONFIDENCIAL] postos de trabalho).

Já o número total de empregados cresceu 6,3% de P1 para P2 e 1,2% de P2 para P3, seguidos de redução na ordem de 3,5% de P3 para P4 e novo aumento de 20,5% de P4 para P5. De P1 para P5, o número total de empregados apresentou acréscimo de 25% ([CONFIDENCIAL] postos de trabalho).

Produtividade por Empregado (em número-índice)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Período	Número de empregados ligados à produção	Produção	Produção por empregado envolvido na produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	98,0	94,0	95,9
P3	100,9	97,2	96,3
P4	93,8	88,2	94,0
P5	110,8	90,9	82,1

A produtividade por empregado ligado à produção decresceu em todos os comparativos de períodos, a exceção do comparativo entre P2 e P3, o qual apresentou aumento de 0,5%. Nesse sentido, houve reduções de 4,1% de P1 para P2, 2,5% de P3 para P4 e 12,6% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de investigação de indícios de dano, de P1 para P5, a produtividade por empregado ligado à produção diminuiu 17,9%.

A perda de produtividade observada de P1 para P2 é explicada pela queda proporcionalmente maior do volume de produção (6%) em relação à diminuição do número de empregados (1,5%). De P2 para P3, o aumento observado se deu em função do aumento maior da produção (3,4%) que do número de empregados ligados à produção (3,1%). De P3 para P4, a diminuição de produtividade da indústria doméstica é justificada pela queda do volume de produção (9,3%) maior do que a queda no número de empregados ligados à produção (7,6%). De P4 para P5, por fim, houve aumento do volume produzido (3,1%) relativamente menor que o aumento do número de empregados (18%), o que justifica o decréscimo da produtividade de P4 para P5.

Massa Salarial (em número-índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Produção	100,0	61,2	74,3	78,4	89,2
Administração e Vendas	100,0	139,6	141,5	187,0	234,6
Total	100,0	87,7	97,0	115,1	138,3

A massa salarial dos empregados ligados à linha de produção apresentou aumentos de: 21,4% de P2 para P3, 5,5% de P3 para P4 e 13,8% de P4 para P5. De P1 para P2, houve queda de 38,8% na massa salarial dos empregados ligados à linha de produção. Ao se considerar todo o período de investigação de indícios de dano, de P1 para P5, a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção registrou redução de 10,8%.

A massa salarial dos empregados das áreas de administração e vendas apresentou elevações ao longo de todo o período: 39,6% de P1 para P2, 1,4% de P2 para P3, 32,1% de P3 para P4 e 25,5% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, a massa salarial dos empregados desses setores aumentou 134,6%.

De maneira similar às análises anteriores, a massa salarial total apresentou aumentos de 10,6% de P2 para P3, 18,6% de P3 para P4 e 20,2% de P4 para P5. De P1 para P2 observou-se redução de 12,3%. De P1 a P5, a massa salarial total registrou aumento de 38,3%.

6.1.6. Da demonstração de resultado

6.1.6.1. Da receita líquida

A receita líquida da indústria doméstica refere-se às vendas líquidas de cordoalhas de aço de produção própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas de frete interno.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica (em número-índice de mil R$ atualizados)

		Mercado Interno		Mercado Externo	
Período	Receita Total	Valor	% total	Valor	% total
P1	[CONFIDENCIAL]	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	[CONFIDENCIAL]	102,3	[CONF.]	97,7	[CONF.]
P3	[CONFIDENCIAL]	116,1	[CONF.]	74,3	[CONF.]
P4	[CONFIDENCIAL]	88,6	[CONF.]	116,2	[CONF.]
P5	[CONFIDENCIAL]	83,0	[CONF.]	141,4	[CONF.]

A receita líquida referente às vendas no mercado interno apresentou crescimento de 2,3% de P1 para P2 e 13,5% de P2 para P3. No restante do período, os demais comparativos foram permeados de quedas: 23,7% de P3 para P4 e 6,4% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de investigação de indícios de dano, a receita líquida obtida com as vendas de cordoalhas de aço no mercado interno diminuiu 17%.

No tocante à receita líquida obtida com as exportações do produto similar, foram verificadas quedas de 2,3% de P1 para P2 e 23,9% de P2 para P3. Em seguida, observaram-se aumentos de 56,3% e 21,7%, de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Considerando todo o período de análise de indícios de dano, ou seja, de P1 para P5, observou-se incremento de 41,4% na receita líquida advinda da exportação do cordoalhas de aço pela BBA.

A receita líquida total apresentou comportamento similar em relação às receitas líquidas auferidas com as vendas no mercado interno. Nesse sentido, a receita líquida total apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL]% de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL]% de P2 para P3. Nos demais períodos as quedas se deram nas seguintes proporções:[CONFIDENCIAL]% de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL]% de P4 para P5. De P1 a P5, houve diminuição de [CONFIDENCIAL]% no total da receita líquida obtida com as vendas de cordoalhas de aço, considerando-se os mercados interno e externo.

6.1.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de cordoalhas de aço, apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (em número-índice de R$ atualizados/t)

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	103,8	107,0
P3	109,6	114,2
P4	103,9	123,1
P5	92,4	137,5

Observou-se que de P1 para P2 e de P2 para P3, o preço médio do similar nacional de fabricação própria vendido no mercado interno aumentou 3,6% e 5,7%, respectivamente. Nos períodos subsequentes, de P3 para P4 e de P4 para P5, houve diminuições de 5,1% e 11,1%, respectivamente. Considerando os extremos da série, o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno diminuiu 7,6%.

Ao contrário, observou-se que o preço de venda obtido com as vendas para o mercado externo aumentou 37% ao se considerar todo o período de análise de indícios de dano, de P1 a P5. Os aumentos observados ao longo do período foram 6,9% em P2, 6,4% em P3, 7,9% em P4 e 11,6% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior.

6.1.6.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir apresentam a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de cordoalhas de aço de fabricação própria no mercado interno, conforme informado pela BBA.

Dessa forma, a tabela a seguir apresenta os resultados bruto e operacional relativos às vendas da peticionária no mercado interno, nos períodos de investigação de indícios de dano. Registre-se que a receita operacional líquida encontra-se deduzida dos fretes incorridos nas vendas e que os percentuais apresentados relativos à Demonstração de Resultado (DRE) foram baseados nos dados da empresa em reais atualizados. Com relação às despesas e receitas operacionais, a BBA informou que utilizou o seguinte critério de rateio para reportar tais valores: extraiu dos balancetes analíticos da empresa os totais para essas despesas e receitas, por rubrica, e as dividiu pela receita bruta total da BBA. O percentual, assim obtido, foi multiplicado pelo faturamento bruto da empresa com as vendas, de cordoalhas de aço, de produção própria no mercado interno, exportações de produto de fabricação própria e revenda de produto importado.

Demonstração de Resultados (em número-índice de mil R$ atualizados)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	102,3	116,1	88,6	83,0
CPV	100,0	87,5	94,5	84,4	89,1
Resultado Bruto	100,0	419,2	578,7	179,9	(48,0)
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	95,6	108,0	68,6	78,4
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	98,0	104,0	92,8	89,4
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	102,0	111,6	82,2	85,9
Resultado financeiro (RF)	100,0	81,5	105,6	73,3	92,6
Outras Despesas/Receitas Operacionais (OD)	100,0	99,7	108,0	51,3	62,2
Resultado Operacional	(100,0)	209,6	336,1	36,5	(197,6)
Resultado Operacional s/ RF	(100,0)	482,0	749,3	139,2	(295,8)
Resultado Operacional s/ RF e OD	100,0	1.244,6	1.795,4	426,4	(397,5)

Margens de Lucro (em número-índice de %)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	409,9	498,4	203,0	(57,9)
Margem Operacional	(100,0)	205,0	289,5	41,2	(238,2)
Margem Operacional s/ RF	(100,0)	471,3	645,3	157,0	(356,5)
Margem Operacional s/ RF e OD	100,0	1.217,0	1.546,3	481,0	(479,1)

O resultado bruto com a venda de cordoalhas de aço no mercado interno apresentou incremento de 319,2% de P1 para P2 e 38,1% de P2 para P3. De P3 para P4 e de P4 para P5, as quedas no resultado bruto observadas alcançaram, respectivamente, 68,9% e 126,7%. Com relação aos extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 148% menor que o resultado bruto verificado em P1. Ressalte-se que em P5 a empresa obteve prejuízo bruto.

Observou-se que a margem bruta da indústria doméstica apresentou elevações de P1 para P2 ([CONFIDENCIAL]p.p.) e de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL]p.p.), seguidas de quedas de P3 para P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.), período em que foi negativa. Considerando os extremos da série, a margem bruta negativa obtida em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

O resultado operacional da indústria doméstica aumentou 309,6% de P1 para P2, quando passou de posição negativa para positiva, e 60,3% de P2 para P3. De P3 para P4, o resultado operacional da BBA com a venda de cordoalhas de aço apresentou redução de 89,1%. Em P5, o resultado operacional voltou a ser negativo, tendo decrescido 641,3% com relação a P4. O resultado operacional foi negativo nos dois extremos do período de análise de indícios de dano e decresceu 97,6% de P1 para P5.

A margem operacional apresentou aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, passando de negativa a positiva e, em sequência, cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. De P3 para P4, houve redução [CONFIDENCIAL] p.p. Em P5, quando tornou a ser negativo, com relação a P4, esse indicador variou negativamente em [CONFIDENCIAL] p.p. Assim, considerando-se todo o período de análise de indícios de dano, a margem operacional obtida em P5 piorou[CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

A margem operacional sem a interferência do resultado financeiro foi negativa em P1 e P5. Esta apresentou elevações de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3, seguidas de quedas de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Levando-se em conta todo o período de análise, de P1 a P5, a margem operacional exceto resultado financeiro obtido com a venda de cordoalhas de aço de produção própria para o mercado nacional diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

De maneira similar à tendência observada para as demais margens, a margem operacional excetuando-se os resultados financeiros e de outras despesas e receitas operacionais apresentou aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Em seguida, houve quedas de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. em P5 com relação a P4. Assim, considerando-se todo o período de análise de indícios de dano, a margem operacional obtida em P5, período em que foi negativa, piorou [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

Demonstração de Resultados (em número-índice de R$/kg atualizados)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	103,8	109,6	103,9	92,4
CPV	100,0	88,8	89,2	98,9	99,2
Resultado Bruto	100,0	425,5	546,5	210,9	(53,5)
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	97,0	102,0	80,4	87,3
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	99,5	98,2	108,8	99,5
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	103,5	105,3	96,4	95,6
Despesas/Receitas Financeiras (RF)	100,0	82,7	99,7	85,9	103,1
Outras Despesas/Receitas Operacionais (OD)	100,0	101,2	102,0	60,2	69,3
Resultado Operacional	(100,0)	212,8	317,4	42,8	(220,1)
Resultado Operacional s/ RF	(100,0)	489,2	707,5	163,2	(329,4)
Resultado Operacional s/ RF e OD	100,0	1.263,2	1.695,3	499,8	(442,7)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ao analisar o resultado bruto unitário das vendas de cordoalhas de aço no mercado interno, verificou-se elevação de 307,1% de P1 para P2 e 29,8% de P2 para P3 e sucessivas quedas de 62,2% em P4 e 125% em P5, quando foi negativo, em relação aos períodos imediatamente anteriores. Considerando os extremos da série, o resultado bruto unitário apresentou queda de 150%.

O resultado operacional unitário, negativo em P1, aumentou 314,3% em P2, quando tornou-se lucro operacional, e apresentou melhoras de 50% de P2 para P3 e queda de 86,7% de P3 para P4. Comparando-se P5 com P4, nova queda é vislumbrada, agora, de 633,3%, gerando, mais uma vez, resultado operacional unitário negativo. Ao considerar todo o período de análise de indícios de dano, esse indicador em P5 foi 128,6% menor do que em P1, sendo que houve prejuízo operacional nos extremos da série.

Quando considerado o resultado operacional sem o resultado financeiro, em termos unitários, a mesma tendência averiguada para o resultado operacional pôde ser observada. Nesse sentido, houve acréscimo de 614,3% de P1 para P2, seguido de aumento de 44,4% de P2 para P3. Observou-se quedas de 76,9% e 300% em P4 e P5, respectivamente. Assim, ao analisar os extremos da série, períodos de prejuízo, observou-se queda de 242,9% do resultado operacional sem o resultado financeiro unitário.

O resultado operacional, excetuados resultado financeiro e outras despesas, em termos unitários, registrou o seguinte comportamento: aumento de 1.075% de P1 para P2 e 36,2% de P2 para P3, e quedas sucessivas, em relação ao período imediatamente anterior, de 70,3% em P4 e 189,5% em P5, período este em que o resultado foi negativo. Ao se considerar os extremos da série de análise de indícios de dano, observou-se contração de 525% em P5 com relação a P1 no resultado operacional sem o resultado financeiro e as outras despesas, em termos unitários.

6.1.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.7.1 Dos custos

Cabe inicialmente destacar, conforme informações constantes da petição e detalhadas na resposta ao ofício de informações complementares, que, a fim de fornecer informações com o nível de detalhamento solicitado pelo autoridade investigadora, foram reportados a título de custo de produção os dados relativos ao Custo do Produto Vendido - CPV para os mercados interno e externo. A empresa destacou que as variações entre o custo padrão e o custo real não são apropriadas por rubrica. Assim, para fornecer as informações solicitadas, foi necessário utilizar o CPV, pois apenas a partir desse dado é possível obter o custo real por código de material e de forma detalhada.

Conforme já destacado no texto deste documento, a matéria-prima das cordoalhas de aço é o fio-máquina de alto teor de carbono, que por sua vez é adquirido de parte relacionada da BBA. Como insumos de produção, a depender do tipo de cordoalha produzida, são utilizados: zinco, graxas, material para revestimentos, ácido clorídrico, lubrificante para trefilar, chumbo, fosfatizante e sal flux. Materiais aplicados à produção, por sua vez, referem-se a [CONFIDENCIAL]. Como utilidades, a empresa reportou energia elétrica, água industrial e gases e combustíveis.

Com relação à rubrica outros insumos, a peticionária esclareceu que a produção de cordoalhas de aço[CONFIDENCIAL]

A petição destaca que para "reportar o custo por CODIP, a BBA adotou os seguintes critérios: inicialmente, foi identificado o material mais relevante, em termos de volume de vendas, de cada CODIP. Em seguida, foi identificada a estratificação do custo padrão do material assim selecionado. Em seguida, o CPV do CODIP foi aplicado à estratificação do custo padrão do material selecionado."

Com relação à computação da depreciação, a petição destaca que esse item foi calculado por [CONFIDENCIAL]O texto da petição informa, ainda, que, quando da produção do similar doméstico, são gerados os seguintes subprodutos/refugos: sulfato ferroso, sucata metálica, carepa (óxido de ferro) e lama de fosfato. A BBA destaca que a recuperação dos valores [CONFIDENCIAL] foi devidamente contabilizada quando da conformação dos apêndices de custo. A peticionária esclareceu que [CONFIDENCIAL].

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação de cordoalhas de aço pela indústria doméstica.

Custo de Produção (em número-índice de R$/t atualizados)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	91,1	92,5	100,8	101,9
1.1 - Matéria-prima	100,0	90,7	89,9	99,6	101,8
1.2 - Outros insumos	100,0	95,3	112,9	110,7	102,6
1.3 - Utilidades	100,0	91,0	93,9	101,9	102,4
1.4 - Outros custos variáveis	100,0	91,3	96,7	102,7	102,1
2 - Custos Fixos	100,0	89,4	90,2	99,7	102,3
2.1 - Mão de obra	100,0	90,3	91,8	100,4	102,1
2.2 - Serviços Gerais	100,0	90,3	90,6	99,8	101,9
2.3 - Depreciação	100,0	87,5	89,3	99,4	102,9
2.4 -Manutenção	100,0	84,9	82,5	96,1	103,3
Custo de Produção (1+2)	100,0	90,7	92,1	100,6	102,0

O custo de produção por tonelada do produto similar nacional produzido pela BBA, à exceção do comparativo entre P1 e P2, quando houve diminuição de 9,4%, apresentou os seguintes aumentos: 1,6% de P2 para P3, 9% de P3 para P4 e 1,4% de P4 para P5. De P1 para P5, o aumento acumulado do custo de produção alcançou 1,8%.

6.1.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de investigação de indícios de dano.

Participação do Custo no Preço de Venda (em número-índice de R$ atualizados/t)

Período	Preço de Venda Mercado Interno (A)	Custo de Produção (B)	Relação (B/A)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	103,8	90,7	87,4
P3	109,6	92,1	84,0
P4	103,9	100,6	96,8
P5	92,4	102,0	110,4

Observou-se que a relação entre o custo de produção e o preço praticado pela indústria doméstica no mercado interno diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Entretanto, essa relação aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Ao considerar o período como um todo, de P1 a P5, a relação entre custo de produção e preço aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

A deterioração da relação custo de produção/preço, de P1 para P5, ocorreu devido à queda dos preços de venda (7,6%) associada ao aumento nos custos de produção no mesmo período (1,8%).

6.1.7.3. Da comparação entre o preço do produto sob investigação e similar nacional

O efeito das importações a preços com indícios de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços com indícios de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto submetido à investigação é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço de cordoalhas de aço importados da China com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessa origem no mercado brasileiro. Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida, em toneladas, no mercado interno durante o período de investigação de indícios de dano. Como não houve importação de cordoalhas de aço de 3 fios, no período de análise de indício de dano, o cálculo da subcotação foi feito com base somente no preço de venda da indústria doméstica de cordoalhas de 7 fios nuas e engraxadas/plastificadas, ponderado pelo volume importado pelo Brasil.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil da origem submetida à investigação, foram considerados os valores totais de importação do produto objeto da investigação na condição CIF, em reais, e os valores totais do II, em reais, ambos obtidos dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

Foram apurados, também, os valores totais do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), por meio da aplicação do percentual de 25% sobre o valor do frete internacional, referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, e os valores das despesas de internação, apuradas aplicando-se o percentual de 3% sobre o valor CIF de cada uma das operações de importações constantes dos dados da RFB, baseados em dados históricos adotados pela autoridade investigadora brasileira para fins de início de investigação.

Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo.

Ademais, destaca-se que cada uma das rubricas mencionadas foi dividida pelo volume total de importações investigadas, a fim de se obter o seu valor por tonelada. Por fim, realizou-se o somatório das rubricas unitárias, chegando-se ao preço CIF internado das importações submetidas à investigação.

Os preços internados do produto da origem submetida à investigação, assim obtidos, foram atualizados com base no IPA-OG, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de investigação de indícios de dano.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - China (em número-índice de R$/t)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF China	100,0	107,4	107,4	107,2	130,0
Imposto de Importação	100,0	107,4	107,4	107,2	130,0
AFRMM	100,0	133,4	107,8	90,9	74,6
Despesas de internação	100,0	107,4	107,4	107,2	130,0
CIF Internado	100,0	107,8	107,4	106,9	129,1
CIF Internado (atualizado) (a)	100,0	103,3	96,7	91,7	105,5
Preço da Indústria Doméstica (atualizado) (b)	100,0	102,3	104,0	99,4	88,0
Subcotação (R$/t) (b-a)	100,0	97,1	141,4	138,5	-1,9

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado da origem submetida à investigação, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos de investigação, exceto em P5. De P1 para P2, houve queda de 2% na subcotação. No intervalo seguinte, a subcotação aumentou 45,8% de P2 para P3. Em seguida, houve duas quedas seguidas na subcotação, de 2,9% de P3 para P4 e de 101,5% de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série de análise, houve redução de 102% na subcotação.

Apesar de não ter sido constatada subcotação em P5, verificou-se depressão dos preços da indústria doméstica 4,5% de P3 para P4 e de 11,4% de P4 para P5. Em P2 e P3, houve elevação dos preços da indústria doméstica, na proporção, respectivamente, de 2,3% e 1,6%. De P1 para P5, a depressão dos preços da indústria doméstica equivaleu a 12%.

Por fim, constatou-se ter havido supressão do preço da indústria doméstica em P4 e P5, períodos em que houve queda de preços da indústria doméstica concomitante ao aumento dos custos de produção quando comparados aos períodos imediatamente anteriores.

6.1.7.4 Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping da China afetaria a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

Considerando que o montante correspondente ao valor normal representa o menor preço pelo qual uma empresa pode exportar determinado produto sem incorrer na prática de dumping, procurou-se quantificar a qual valor as cordoalhas de aço originárias da China chegariam ao Brasil, considerando os custos de internação, caso aquele montante fosse praticado nas suas exportações. O resultado alcançado foi comparado com o preço praticado pela indústria doméstica, conforme tabela a seguir.

Magnitude da Margem de Dumping - China (em US$/t)

Valor Normal	[CONFIDENCIAL]
Frete Internacional	[CONFIDENCIAL]
Seguro Internacional	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal CIF	[CONFIDENCIAL]
Imposto de importação	[CONFIDENCIAL]
AFRMM	[CONFIDENCIAL]
Despesas de Internação	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Internado	[CONFIDENCIAL]
Preço Ind. Doméstica	[CONFIDENCIAL]

Em relação a tabela, considerou-se o preço da BBA ex fabrica (líquido de devoluções, descontos, abatimentos, tributos e despesas de frete) de vendas de cordoalhas de 7 fios nuas e engraxada/plastificada ponderado pelo volume exportado da China, o qual foi convertido de reais para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média de P5, calculada a partir de dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Para o cálculo do valor normal internado da China, foram, primeiramente, somados ao valor normal ex fabrica médio dos dois tipos de cordoalhas importadas no período investigado (7 fios nua e 7 fios engraxada/plastificada), apurado conforme descrito no item 4.1.1, os montantes referentes a frete e seguro internacionais, obtidos a partir dos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB.

O Imposto de Importação, assim como o seguro internacional, também foi apurado como um percentual do valor CIF (14%).

Já o AFRMM e as despesas de internação foram apurados conforme descrito no item 6.1.7.3, vale dizer, aplicação do percentual de 25% sobre o frete internacional, quando cabível, no caso do primeiro, e de 3% sobre o valor CIF das mercadorias, no caso das segundas.

Ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, é possível inferir que as vendas da China não teriam impactado tão negativamente os resultados da indústria doméstica, já que teriam concorrido em outro nível de preço com o produto similar nacional caso não fossem objeto de dumping. Dessa forma, pode-se concluir que o dumping praticado nas exportações da China para o Brasil do produto objeto da investigação exerceu importante pressão sobre os preços da indústria doméstica, ocasionando sua depressão e supressão.

6.1.8. Do fluxo de caixa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica por meio de suas demonstrações financeiras auditadas.

Tendo em vista a impossibilidade da BBA apresentar o fluxo de caixa completo e exclusivo para a linha de produção de cordoalhas de aço, a análise desse indicativo foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios da peticionária.

Fluxo de Caixa (em número-índice de mil R$ atualizados)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(100,0)	4.850,2	9.550,4	8.255,1	7.257,0
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	100,0	(201,1)	(368,7)	(289,0)	(225,3)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(100,0)	(248,7)	(412,4)	(448,6)	(445,7)
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	(100,0)	(3,9)	592,5	131,6	(30,5)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa oscilou significativamente ao longo do período de análise de dano. A geração de caixa foi positiva em P3 e P4 e negativas nos demais períodos. Considerando os extremos da série, verificou-se aumento líquido nas disponibilidades da empresa de 69,5%. De P1 para P2 houve crescimento nas disponibilidades de 96,1%. Em P3, verificou-se melhora nas disponibilidades em 15.333,3% e em P4 e P5 novas reduções foram vislumbradas, respectivamente, de 77,8% e 123,2%, sempre em relação ao período anterior.

6.1.9. Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado na petição, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica pelos valores do ativo total de cada período, constantes de suas demonstrações financeiras. Assim, o cálculo refere-se aos lucros e ativos da empresa como um todo, e não somente aos relacionados ao produto similar.

Retorno sobre Investimentos (em número-índice de mil R$)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	118,4	218,1	222,6	216,8
Ativo Total (B)	100,0	86,4	95,9	96,7	91,8
Retorno (A/B)	100,0	137,0	227,3	230,1	236,3

A taxa de retorno sobre investimentos da peticionária aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Considerando a totalidade do período de investigação de indícios de dano, houve crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. do indicador em questão.

6.1.10. Da capacidade de captar recursos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da BBA e não exclusivamente para a produção do produto similar. Os dados aqui apresentados foram apurados com base nas demonstrações financeiras da empresa relativa ao período de investigação de indícios de dano.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número-índice de mil R$)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Ativo Circulante	100,0	138,1	174,4	177,0	168,6
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,0	154,2	139,1	143,3	97,4
Passivo Circulante	100,0	52,4	55,3	60,9	43,1
Passivo Não Circulante	100,0	331,4	386,8	319,5	275,5
Índice de Liquidez Geral	100,0	232,2	256,2	247,7	307,6
Índice de Liquidez Corrente	100,0	263,7	315,7	290,8	391,1

O índice de liquidez geral cresceu 133,3% de P1 para P2 e 10,2 % de P2 para P3. Já de P3 para P4, o índice diminuiu 3,2%. Em seguida, de P4 para P5, houve aumento de 24,4%. Ao longo do período, verificou-se aumento de 209,5% de P1 para P5. O índice de liquidez corrente, por sua vez, registrou a mesma tendência que de liquidez geral, apresentando crescimento de 162,9% de P1 para P2 e 19,6% de P2 para P3. No entanto, de P3 para P4, o índice apresentou diminuição de 7,7%. Em sequência, de P4 para P5, houve aumento de 34,0%. Ao analisar os extremos da série, esse índice aumentou 288,6%.

Tendo em vista que, de P1 para P5, o índice de liquidez geral e o índice de liquidez corrente aumentaram, conclui-se que a indústria doméstica elevou sua capacidade de saldar suas obrigações de longo e de curto prazo, respectivamente.

6.1.11 Do crescimento da indústria doméstica

Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de vendas no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica se contraiu no período de investigação de indícios de dano. O volume de vendas para o mercado interno foi reduzido em 10,2% de P1 para P5, partindo de [CONFIDENCIAL] kg em P1 para [CONFIDENCIAL] kg em P5.

Convém ressaltar, nesse ponto, que as vendas da BBA para o mercado nacional não decresceram mais em função da supressão e também da depressão de seus preços. A empresa teve que concorrer com importações chinesas a preços com indícios de dumping, as quais estiveram subcotadas em todos os períodos com exceção de P5, o que ocasionou extrema deterioração de seus resultados e margens ao longo dos períodos analisados, especialmente em P5.

6.2 Da conclusão sobre os indícios de dano

A partir da análise dos indicadores da indústria doméstica, constatou-se queda no volume e nas receitas de vendas internas da indústria doméstica de P1 para P5 (10,2% e 17%, respectivamente), e diminuição do resultado operacional (97,6%) no mesmo período. Nota-se, ainda, que a indústria doméstica reduziu seu preço de venda (7,6% de P1 para P5), mesmo diante do aumento de seu custo de produção (1,8%, no mesmo período), para não perder participação no mercado nacional.

Em P2, o volume de vendas da peticionária apresentou deterioração, acompanhando a retração do mercado. Em P3, com o crescimento da demanda (18,5% em relação a P2), foram registrados os melhores resultados da indústria doméstica em volume de vendas e lucratividade. Com isso, suas margens de lucro cresceram [CONFIDENCIAL] p.p. (bruta), [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional), [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional exclusive resultado financeiro) e [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional exclusive resultado financeiro e outras receitas e despesas operacionais). A despeito desse desempenho da indústria doméstica, esta perdeu [CONFIDENCIAL] p.p. de participação no mercado, em razão do aumento de 168,7% das importações de origem da China, as quais assumiram fatia de mercado antes ocupada por importações de outras origens.

De P3 para P4, a indústria doméstica teve suas vendas internas reduzidas em 19,5% e queda de preço (5,1%) acompanhada do aumento de custo de produção (9%). Consequentemente, foram observadas reduções na receita líquida (23,7%), no resultado bruto (68,9%), no resultado operacional (89,1%), resultado operacional da indústria doméstica exceto resultado financeiro (81,4%) e resultado operacional da indústria doméstica, exceto resultado financeiro e outras despesas (76,3%). Ainda, houve diminuição de 9,3% na produção, 1% no grau de capacidade instalada, 77,8% no fluxo de caixa e nos índices de liquidez geral (3,2%) e corrente (7,7%).

De P4 para P5, a indústria doméstica recobrou 5,3% das suas vendas internas, no entanto, teve sua receita líquida reduzida em 6,4%. Esse aumento no volume de vendas foi alcançado porque, para permanecer no mercado, a peticionária reduziu seus preços em 11,1%, apesar do aumento de 1,4% no seu custo de produção, sacrificando margens e massas de lucro. Desta forma, no último período a peticionária passou a trabalhar com prejuízo bruto e operacional.

O resultado bruto unitário apresentou quedas de 125% de P4 para P5 e de 150% de P1 para P5. O resultado operacional unitário, por sua vez, apresentou quedas de 633,3% de P4 para P5 e 128,6% de P1 para P5. Excetuado o resultado financeiro, também se constatou comportamento análogo, com quedas de 300% de P4 para P5 e de 242,9% de P1 para P5. Excluindo-se, ainda, resultado financeiro e outras despesas, o resultado demonstrou perdas de 189,5% de P4 para P5 e de 525% de P1 para P5.

De forma semelhante ao comportamento dos resultados, as margens bruta, operacional, operacional exceto resultado financeiro e operacional exceto resultado financeiro e outras despesas apresentaram quedas de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente) e de P1 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente).

Com relação à produção, houve aumento de 3,1% de P4 para P5 e queda de 9,1% de P1 para P5 na produção do produto similar. Isso refletiu na queda do grau de ocupação da capacidade instalada efetiva de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5. A redução no grau de ocupação da capacidade instalada de P4 para P5, mesmo com o aumento da produção no período, ocorreu devido ao aumento da capacidade instalada, com a entrada em operação da planta de cordoalhas de aço de Osasco.

Ao comparar os indicadores da indústria doméstica de P3, período de melhores resultados da peticionária, com o último período (P5), é possível observar as seguintes deteriorações: diminuição de 15,2% no volume de vendas internas, redução de 6,4% na produção, aumento de 5,7% dos estoques e [CONFIDENCIAL] p.p. na relação estoque/produção, redução de 28,5% na receita líquida e 15,7% do preço, acompanhando de crescimento de 10,6% do custo de produção. Com isso, de P3 para P5, suas margens de lucro recuaram [CONFIDENCIAL] p.p. (bruta), [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional), [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional exclusive resultado financeiro) e [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional exclusive resultado financeiro e outras receitas e despesas operacionais).

Além da queda dos indicadores em P5 em relação à P3, ao comparar os extremos da série, houve depressão e supressão no preço de venda no mercado interno da indústria doméstica. Em virtude disso, de P1 para P5, constatou-se uma deterioração dos indicadores da indústria doméstica relacionados à lucratividade, às receitas bruta e líquida e aos resultados e margens. Dessa forma, pôde-se concluir pela existência de indícios de dano à indústria doméstica no período investigado.

7. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de se demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços com indícios de dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços com indícios de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1. Do impacto das importações a preços com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

Consoante o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações objeto da investigação contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

A partir dos dados apresentados nos itens 5 e 6 deste documento, é possível observar que as importações investigadas cresceram durante o período de análise de dano, de P1 para P5, alcançando aumento acumulado de 96,6%, enquanto as vendas da indústria doméstica caíram, no mesmo período, 10,2%.

Ademais, essas mesmas importações estiveram sempre subcotadas, de P1 a P4, em relação ao preço praticado de vendas no mercado interno e causaram depressão e supressão no preço da indústria doméstica. Em P5, foi o único período em que não houve subcotação.

De P1 para P2, verificou-se elevação de 1,4% no volume de importações de cordoalhas de aço da China. No mesmo período, a indústria doméstica reduziu suas vendas internas (1,5%) e aumentou seu preço (3,6%). Com isso, houve melhora na relação custo de produção/preço ([CONFIDENCIAL] p.p.), o que ocasionou incremento de suas margens bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional exclusive resultado financeiro ([CONFIDENCIAL] p.p.) e operacional exclusive resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais ([CONFIDENCIAL] p.p.).

Nesse período, o mercado brasileiro retraiu-se (0,2%), enquanto a participação da indústria doméstica diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p e a das origens investigadas cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

De P2 para P3, as importações da origem investigada cresceram 168,7% ([CONFIDENCIAL] kg) acompanhando o aumento de 18,5% no mercado brasileiro. Com isso, a participação das importações investigadas também subiu [CONFIDENCIAL] p.p, enquanto a participação da peticionária decresceu [CONFIDENCIAL] p.p., apesar do aumento de 7,5% no volume vendido no mercado interno.

Em P3, a indústria doméstica, em decorrência do aumento de preço 5,7% e de 1,6% no custo de produção, recuperou mais [CONFIDENCIAL] p.p. na relação custo/preço. Com isso, suas margens de lucro cresceram [CONFIDENCIAL] p.p. (bruta), [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional), [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional exclusive resultado financeiro) e [CONFIDENCIAL] p.p. (operacional exclusive resultado financeiro e outras receitas e despesas operacionais).

O preço CIF internado nesse intervalo reduziu 6,5%, o que, aliado ao aumento de 1,6% no preço da indústria doméstica, fez com que a subcotação aumentasse em 45,8%, atingindo seu patamar mais elevado em P3.

De P3 para P4, o volume de importações da origem investigada cresceu 25,3%, não obstante a retração no mercado brasileiro de 22,3%. Com isso, sua participação nesse indicador de demanda aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

Apesar da redução do preço (5,1%), o custo de produção apresentou aumento de 9%, levando deterioração na relação custo/preço ([CONFIDENCIAL] p.p.). Neste cenário as massas de lucro diminuíram de P3 para P4: 68,9% (bruta), 89,1% (operacional), 81,4% (operacional exclusive resultado financeiro) e 76,3% (operacional exclusive resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais).

Por fim, de P4 para P5, acompanhando a queda da demanda de 13,5%, as importações originárias da China reduziram 42,4% e perderam [CONFIDENCIAL] p.p. de participação no mercado. Nesse intervalo, o preço CIF internado dessas importações aumentou 15,2%, enquanto o preço da indústria doméstica caiu 11,4%, resultando na ausência de subcotação.

Em P5, a peticionária conseguiu aumentar suas vendas (5,3%), ao sacrificar suas massas e margens de lucro. Não obstante o aumento de 1,4% em seu custo de produção, a BBA reduziu seu preço em 11,1%, para se manter competitiva frente ao avanço das importações chinesas nos períodos anteriores. Assim, conseguiu aumentar sua participação no mercado ao passar a operar com prejuízos bruto e operacionais e reduzir seu faturamento líquido em 6,4%.

Influenciada pela contração da demanda brasileira, a indústria doméstica experimentou piora em todas suas margens de lucro: bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional, exclusive resultado financeiro ([CONFIDENCIAL] p.p.) e operacional exclusive resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais ([CONFIDENCIAL] p.p.).

Em decorrência da análise acima minuciada, pôde-se concluir haver indícios de que as importações de cordoalhas de aço a preços com indícios de dumping contribuíram significativamente para a ocorrência de dano à indústria doméstica.

7.2. Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

onsoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços com indícios de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período investigado.

Conforme já destacado, a peticionária é a única produtora de cordoalhas de aço no Brasil.

7.2.1. Volume e preço de importação das demais origens

Com relação às importações das demais origens exceto as submetidas à investigação, verificou-se redução do volume importado em todos os períodos, exceto de P1 para P2 (aumento de 1,9%), a saber: 9,9% de P2 para P3, 74,9% de P3 para P4 e 6,8% de P4 para P5. De P1 para P5, a redução acumulada atingiu 78,5%.

Comparando os preços das demais origens com os preços da indústria doméstica e com os preços das importações de origem chinesa, observaram-se as seguintes relações abaixo. Observe-se que a metodologia aplicada para a obtenção do preço CIF internado das demais origens foi similar à descrita quando da comparação entre o preço do produto submetido à investigação e o similar nacional:

Em R$/t

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF internado China atualizado (A)	100,0	103,3	96,7	91,7	105,5
Preço CIF internado demais origens atualizado (B)	100,0	103,6	112,6	127,4	192,2
Preço Indústria Doméstica atualizado (C)	100,0	102,3	104,0	99,4	88,0
Importações - China (t)	100,0	101,4	272,4	341,4	196,6
Importações - Demais origens (t)	100,0	101,9	91,8	23,1	21,5
Subcotação (China) (C - A)	100,0	97,1	141,4	138,5	-1,9
Subcotação (Demais origens) (C - B)	100,0	108,8	37,3	-472,0	-2357,5
Participação das importações da China no mercado brasileiro (%)	100,0	101,0	229,7	370,3	246,5
Participação das importações das demais origens no mercado brasileiro (%)	100,0	102,0	77,5	25,1	27,0

O preço CIF internado em reais por tonelada das origens não investigadas apresentou trajetória ascendente de P1 a P5. O preço CIF internado das importações das demais origens esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica de P1 a P3. Então, em P4 e P5, observou-se grande elevação nos preços das cordoalhas de aço importada de outras origens, períodos em que estes deixaram de estar subcotados com relação ao preço da indústria doméstica.

Observou-se, portanto, que as importações das demais origens, ao longo do período de análise de indícios de dano, foram substituídas pelas importações da origem investigada. Se de P1 a P3 as importações das demais origens podem ter contribuído para o dano à indústria doméstica, em P4 e P5 não é possível inferir essa correlação. Destaca-se, além disso, que os preços da China foram inferiores aos das demais origens em todos os períodos.

7.2.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

A alíquota do Imposto de Importação do subitem tarifário 7312.10.90 se manteve em 14% ao longo no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

Não foi observado, portanto, processo de liberalização das importações ao longo do período de análise.

7.2.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de cordoalhas de aço, com exceção do crescimento de 18,5% de P2 para P3, apresentou retrações de 0,2% de P1 para P2, de 22,3% de P3 para P4 e de 13,5% de P4 para P5. Durante todo o período de investigação de indícios de dano, de P1 a P5, o mercado brasileiro retraiu 20,4%.

Conforme já mencionado, a peticionária alegou que o mercado é altamente influenciado por obras de investimentos em logística, transportes e indústria em geral quando as cordoalhas de aço são utilizadas na confecção de concreto protendido. Conforme consta dos autos, o mercado em P3 foi influenciado pela construção de estádios para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e pelo PAC. A conclusão de algumas dessas obras e o aprofundamento da crise econômica brasileira explicam a contração do mercado brasileiro de P4 para P5.

Em que pese a contração do mercado brasileiro observada de P1 a P5 em [CONFIDENCIAL] kg (20,4%), houve, concomitantemente à redução nas vendas da indústria doméstica em [CONFIDENCIAL] kg (10,2%), aumento das importações da origem investigada em [CONFIDENCIAL] kg (96,6%).

Considerando a evolução de P2 para P5, o mercado reduziu 20,3% acompanhado da diminuição das vendas da peticionária em 8,9%. No mesmo período, as importações da China aumentaram 94%.

Dessa forma, foi constatado que o mercado brasileiro de cordoalhas de aço ficou praticamente estável de P1 para P2 e atingiu seu zênite em P3, a partir de quando duas quedas sucessivas foram vislumbradas. Destaca-se que apesar de o mercado brasileiro ter encolhido 20,4% de P1 para P5, a participação da BBA aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. nesse mesmo período, contudo às custas da deterioração de todas as suas margens e resultados. As importações de origem chinesa, por sua vez, mais do que dobraram sua participação no mercado brasileiro, no mesmo período, com um incremento de [CONFIDENCIAL] p.p.

Assim, apesar das retrações de demanda observadas nos últimos dois períodos, os indícios de dano à indústria doméstica apontados anteriormente não podem ser atribuídos somente às oscilações do mercado.

7.2.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de cordoalhas de aço pelos produtores domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.2.5. Progresso tecnológico

Também não foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. As cordoalhas de aço importadas da origem submetida à investigação e as fabricadas no Brasil são concorrentes entre si.

7.2.6. Desempenho exportador

Como já apresentado, as vendas do produto em questão ao mercado externo registraram quedas sucessivas de 8,7% de P1 para P2 e de 28,7% de P2 para P3, seguido de crescimento de 44,9% de P3 para P4 e 9% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, houve aumento de 2,9% nas vendas do produto para o mercado externo.

O desempenho das vendas para o exterior contribuiu para que a queda nas vendas totais da peticionária de P1 para P5 fosse de reduzida em 7,8%. O aumento das exportações ajudou a indústria doméstica a aumentar a produção, diluir custos fixos e despesas, manter empregos e aumentar a massa salarial.

Registre-se que o aumento das exportações não fez com que a peticionária deixasse de vender no mercado brasileiro, fato corroborado pela existência de estoques e capacidade instalada ociosa.

Portanto, os indícios de dano à indústria doméstica não podem ser atribuídos ao seu desempenho exportador.

7.2.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica decresceu 6% de P1 para P4. Este indicador apresentou maior retração (12,6%) de P4 para P5, em função do início das operações de produção de cordoalhas de aço na nova planta de Osasco. O aumento no número de empregados ligados à produção (18%), nesse período, ainda não teve correspondência com o crescimento da produção (3,1%). Comparando os extremos da série de análise, a produtividade decresceu 17,9%. A despeito disso, como esse segmento da indústria não é intensivo em mão-de-obra, não se pode atribuir o dano sofrido à perda de produtividade.

7.2.8. Consumo cativo

Não houve consumo cativo no período, não podendo, portanto, ser considerado como fator causador de dano.

7.2.9. Importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica

Segundo a peticionária, devido ao aumento da demanda, em razão de obras do PAC e da realização de grandes eventos esportivos, a peticionária realizou importações, [CONFIDENCIAL] para complementar sua produção, em períodos em que o investimento na planta de Osasco estava sendo avaliado. Com o início do funcionamento dessa planta, a peticionária afirmou que as suas importações de cordoalhas de aço tendem a diminuir.

Destaque-se que a proporção das importações de cordoalhas de aço efetuadas pela indústria doméstica, em relação ao volume total importado do produto, considerando todas as origens, alcançou [CONFIDENCIAL]% em P1, [CONFIDENCIAL]% em P2, [CONFIDENCIAL]% em P3, [CONFIDENCIAL]% em P4 e [CONFIDENCIAL]% em P5.

Em relação ao volume de vendas internas de produção da peticionária, as revendas de produto importado representaram 13,4% em P1, 14,1% em P2, 17,9% em P3, 4,2% em P4 e 2,1% em P5.

Dessa forma, considerando a tendência declinante das importações e das revendas da indústria doméstica a partir de P2, não podem ser considerados os volumes importados no de cordoalhas de aço pela indústria doméstica como fator causador de dano que se agravou ao longo do período de análise.

7.3 Da conclusão sobre a causalidade

Para fins de início da investigação em foco, considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se haver indícios de que as importações da origem investigada a preços com indícios de dumping contribuíram significativamente para a existência dos indícios de dano à indústria doméstica constatados no item 6.2 deste documento.

8. DA RECOMENDAÇÃO

Uma vez verificada a existência de indícios suficientes de dumping nas exportações de cordoalhas de aço da China para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, recomenda-se o início da investigação.

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 912, DE 15 DE JULHO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016, 03/05/2016 07/06/2016 e 05/07/2016, e na reunião extraordinária realizada em 18/05/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016, 03/05/2016, 07/06/2016 e 05/07/2016, e na reunião extraordinária realizada em 18/05/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.004886/2016-16
Proponente: Associação Atlética Desportiva Recreativa Cultural e Educacional Estrela Dalva
Título: Live Music Nigth Run
Registro: 02SP117192013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 86.964.608/0001-51
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.837.368,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0584 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45452-4
Período de Captação até: 30/06/2017
2 - Processo: 58701.002544/2014-01
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Santo Ângelo
Título: Núcleo de Tênis AABB Santo Ângelo
Registro: 02RS044892009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 96.216.718/0001-99
Cidade: Santo Ângelo UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 125.417,23
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0138 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57458-9

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Período de Captação até: 18/05/2017
3 - Processo: 58701.002945/2015-33
Proponente: Clube de Regatas do Flamengo
Título: Flamengo Olímpico - Individuais
Registro: 02RJ028772008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 33.649.575/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.458.481,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42896-5
Período de Captação até: 02/02/2017
4 - Processo: 58000.005749/2016-07
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Olímpico Terrestres (VI)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 4.805.470,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6658-3
Período de Captação até: 05/07/2017
5 - Processo: 58000.005748/2016-54
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Olímpico Aquáticos (VI)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 3.573.280,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6656-7
Período de Captação até: 05/07/2017
6 - Processo: 58000.005000/2016-51
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Formação de Atletas (VI)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 6.596.290,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6659-1
Período de Captação até: 05/07/2017
7 - Processo: 58000.006070/2016-27
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Coletivos (IV)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 3.852.910,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6657-5
Período de Captação até: 30/07/2017
8 - Processo: 58701.003149/2015-18
Proponente: Kiai Associação Canoense de Judô
Título: Judô Canoas
Registro: 02RS055242009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.705.806/0001-07
Cidade: Canoas UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 396.152,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0479 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 109358-4
Período de Captação até: 04/07/2017
ANEXO II
1 - Processo: 58701.003742/2015-64
Proponente: Associação Racing
Título: I Campeonato Jovens Talentos Associação Racing
Valor aprovado para captação: R$ 779.422,81
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6630 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8988-5
Período de Captação até: 31/03/2017
2 - Processo: 58701.003033/2015-89
Proponente: Confederação Brasileira de Rugby
Título: Desenvolvimento do Rugby 2016
Valor aprovado para captação: R$ 1.561.657,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4227 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8171-X
Período de Captação até: 31/12/2016
3 - Processo: 58701.003070/2015-97
Proponente: Instituto Sports
Título: Torneio Internacional de Tênis
Valor aprovado para captação: R$ 1.176.911,78
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16949-8
Período de Captação até: 01/10/2017
4 - Processo: 58701.002982/2015-41
Proponente: Instituto Sports
Título: Campeonato Internacional de Tênis
Valor aprovado para captação: R$ 1.357.519,17
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16948-X
Período de Captação até: 05/09/2017
5 - Processo: 58701.002642/2014-30
Proponente: Instituto Sports
Título: Circuito Internacional de Tênis
Valor aprovado para captação: R$ 1.885.912,23
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16598-0
Período de Captação até: 31/12/2017

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE JULHO DE 2016

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 da Estrutura Regimental do IBAMA, e considerando o disposto na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no art. 7° do Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e na Instrução Normativa Conjunta n° 11, de 30 de junho de 2015, e tendo em vista que o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), em reunião realizada nos dias 14 de abril e 10 de maio de 2016, reconheceu a ocorrência de emergência ambiental relativa ao controle de espécies vegetais exóticas invasoras, que afetam unidades de conservação, áreas de proteção permanente e reservas legais, doravante referidas nesta Instrução Normativa como áreas legalmente protegidas, e para cujo controle foi solicitada autorização para uso emergencial de herbicidas pela Superintendência de Biodiversidade e Florestas da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, pelo Instituto Ambiental do Paraná e pelo Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, conforme consta dos processos administrativos n° 02001.007600/2014-28, n° 02001.007601/2014-72, n° 02001.001233/2015-30 e n° 02001.002040/2016-87, resolve, com fundamento no item IV do art. 7° do Decreto n° 4074 de 2002:

Art. 1º Divulgar, como Anexo desta Instrução Normativa, os ingredientes ativos e as especificações técnicas a serem observadas para fins de registro emergencial de produtos herbicidas destinados ao controle de determinadas espécies exóticas invasoras, para fins de recuperação de áreas legalmente protegidas.

Art.2º O interessado na obtenção de registro emergencial de herbicida de que trata esta Instrução Normativa deve encaminhar requerimento à Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do IBAMA, acompanhado dos documentos listados nos Anexos III e IV da Instrução Normativa Conjunta (INC) n° 11, de 30 de junho de 2015, estabelecida pelo Ibama, pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3° A utilização de produto a ser registrado com base nesta Instrução Normativa só poderá ocorrer após a publicação pelo Ibama do ato de concessão do registro emergencial do produto, de acordo com as doses e modo de aplicação estabelecidos no rótulo e bula e mediante expressa autorização para uso do produto emitida pelo órgão ambiental competente pelo controle da área objeto de recuperação.

Art.4º O registro de produto para uso emergencial concedido com base nesta norma terá validade por 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua concessão, podendo ser prorrogado, se necessário, ou cancelado, se constatado problema de ordem toxicológica ou ambiental, ou de desconformidade do produto comercializado frente às especificações aprovadas por ocasião da concessão do registro.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO

ANEXO

INDICAÇÕES PARA CONTROLE QUÍMICO PARA ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

Grupo	Gênero	Ingrediente ativo	Concentração do ingrediente ativo / Modo de aplicação	Dose	Frequência de aplicação
Árvores	*cacia*	Triclopir	Corte rente ao solo ou anelamento na base do tronco de indivíduos jovens e adultos, seguido	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Adenanthera	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Albizia	Triclopir	de aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco ou na base do anel.	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Aleurites	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Artocarpus	Triclopir	Corte rente ao solo ou anelamento na base do tronco de indivíduos jovens e adultos,	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Azadirachta	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Casuarina	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Cinnamomum	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Citrus	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
Árvores	*Clitoria*	Triclopir	seguido de aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco ou na base do anel.	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Cotoneaster	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Eriobotrya	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Eucalyptus	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Ficus	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Grevillea	Triclopir	Corte rente ao solo ou anelamento na base do tronco de indivíduos jovens e adultos, seguido de	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Hovenia	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Hura	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Leucaena	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Ligustrum	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
Árvores	*Mangifera*	Triclopir	aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco ou na base do anel.	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Melia	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Mimosa	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Mimusops	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Morus	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Murraya	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Nicotiana	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Pachira	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Parkinsonia	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Persea	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
Árvores	*Pittosporum*	Triclopir	Corte rente ao solo ou anelamento na base do tronco de indivíduos jovens e adultos, seguido de	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Prosopis	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Psidium	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Ricinus	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Robinia	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Rubus	Triclopir	aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco ou na base do anel.	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Schefflera	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Schefflera	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Schizolobium	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Senna	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
Árvores	*Spatodea*	Triclopir	Corte rente ao solo ou anelamento na base do tronco de indivíduos jovens e adultos, seguido	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Sterculia	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Syzygium	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Taliparitti	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Tecoma	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A cada 6 meses até cessarem as rebrotas, se houver, repetindo o tratamento
	Terminalia	Triclopir		5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
Palmeiras	*Thespesia*	Triclopir	de aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco ou na base do anel.	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Archontophoenix	Triclopir	çãéçãàçã	0-40ml por planta, dependendo do diâmetro de cada palmeira	Aplicação única
	Caryota	Triclopir			Aplicação única
	Elaeis	Triclopir			Aplicação única
	Euterpe	Triclopir			Aplicação única
	Livistona	Triclopir			Aplicação única
	Roystonea	Triclopir			Aplicação única
Arbustos	*Calotropis*	Triclopir	Corte na base do tronco, rente ao solo, seguido de aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco.	5ml por toco	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Ulex	Triclopir		5ml por toco	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Tithonia	Triclopir		5ml por toco	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Crotalaria	Triclopir	Aspersão foliar com herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% em óleo vegetal.	5ml por planta	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Pinus (plântulas)	Triclopir		5ml por planta	A mortandade esperada é superior a 95%; repetir a aplicação caso haja sobrevivência
Bambus	*Bambusa*	Triclopir	Corte na base do caule, rente ao solo, e aplicação de herbicida à base de Triclopir em diluição de 2% sobre o toco.	5ml por toco	Tratar eventuais rebrotas com 15-30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Phyllostachys	Triclopir		5ml por toco	
Trepadeiras	*Cryptostegia*	Triclopir	Corte na base e aplicação de herbicida à base de glifosato no toco em diluição de 2%	5ml por toco	Repetir se houver rebrote
	Lonicera	Triclopir		5ml por toco	Repetir se houver rebrote
	Momordica	Triclopir		5ml por toco	Repetir se houver rebrote
	Sechium	Triclopir		5ml por toco	Repetir se houver rebrote
	Thunbergia	Triclopir		5ml por toco	Repetir se houver rebrote

Suculentas

Agavaceae	*Agave*	Triclopir	Corte na base e aplicação de herbicida à base de glifosato no toco em diluição de 4%	10-20ml por toco	Repetir se houver rebrote
Agavaceae	*Furcraea*	Triclopir	Corte na base e aplicação de herbicida à base de glifosato no toco em diluição de 4%	10-20ml por toco	Repetir se houver rebrote
Cactaceae	*Opuntia*	Triclopir	Corte na base e aplicação de herbicida à base de glifosato no toco em diluição de 4%	10-20ml por toco	Repetir se houver rebrote

Grupo	Gênero	Ingrediente ativo	Concentração do ingrediente ativo / Modo de aplicação	Dose	Frequência de aplicação
Gramíneas e ciperáceas	*Andropogon*	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 2%	1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Aristida	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Cenchrus	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Digitaria	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Eragrostis	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Melinis	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Ophiopogon	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Paspalum	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Urochloa	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Arundo	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de	1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Cortaderia	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Cynodon	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Cyperus	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Echinochloa	Glifosato	3%, preferencialmente no rebrote após roçada	1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Hyparrhenia	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Megathyrsus	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Pennisetum	Glifosato		1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
Herbáceas	*Asparagus*	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 1%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Cirsium	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Centella	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 2%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Curculigo	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Dracaena	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Duchesnea	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Epipremnum	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Impatiens	Glifosato		10-20ml por planta	A cada 3-4 meses até parar o rebrote.
	Pilea	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Tradescantia	Glifosato		3,0 - 3,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Urena	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Ammi	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 3%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Asystasia	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Brillantaisia	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Chrysanthemum	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Cobaea	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Coix	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Colocasia	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Dieffenbachia	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Hedychium	Glifosato		10-20ml por planta	A cada 3-4 meses até parar o rebrote.
Herbáceas	*Iris*	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 3%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Oeceoclades	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Pueraria	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Senecio	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Syngoniun	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
Bananas	*Musa*	Glifosato	Corte na base e aplicação de herbicida à base de glifosato no toco em diluição de 3%.	10-20ml por toco	Entre 6 meses e um ano, se necessário
Pteridófitas	*Deparia*	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 2%. Usar surfactante sobre folhas com cerosidade.	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Macrothelypteris	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Nephrolepis	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Pteris	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Thelypteris	Glifosato		10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
Trepadeiras	*Crypstostegia*	Glifosato	Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 2%	Depende da extensão da planta e da viabilidade da aspersão	A cada 3-4 meses até eliminar toda a planta
	Lonicera	Glifosato		Depende da extensão da planta e da viabilidade da aspersão	A cada 3-4 meses até eliminar toda a planta
	Momordica	Glifosato		Depende da extensão da planta e da viabilidade da aspersão	A cada 3-4 meses até eliminar toda a planta
	Sechium	Glifosato		Depende da extensão da planta e da viabilidade da aspersão	A cada 3-4 meses até eliminar toda a planta
	Thunbergia	Glifosato		Depende da extensão da planta e da viabilidade da aspersão	A cada 3-4 meses até eliminar toda a planta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 208, DE 15 DE JULHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista o disposto no art.7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto no 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRAANEXO

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

	Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
	I - LIMITES ATÉ OUTUBRO							
25000	Ministério da Fazenda	0	0	0	0	0	240.000.000	240.000.000
71000	Encargos Financeiros da União	0	0	0	0	0	37.120.000	37.120.000
	TOTAL ATÉ OUTUBRO	0	0	0	0	0	277.120.000	277.120.000
	II - LIMITES ATÉ DEZEMBRO							
25000	Ministério da Fazenda	0	0	0	0	0	240.000.000	240.000.000
71000	Encargos Financeiros da União	0	0	0	0	0	37.120.000	37.120.000
	TOTAL ATÉ DEZEMBRO	0	0	0	0	0	277.120.000	277.120.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º , da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, do art. 79, do D.L. nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, c/c o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 11452.002411/00-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao INSS - Instituto de Nacional de Seguridade Social, no Estado de Santa Catarina, do imóvel de domínio da União, medindo 520,00m², situado na Rua Barão do Rio Branco, n° 110, Centro, Urussanga/SC, com benfeitoria de 80,00m², sob matrícula nº 20.241, fl. 01, do Livro n° 2, do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Urussanga/SC.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação da sede INSS - Instituto de Nacional de Seguridade Social, na Cidade de Urussanga, neste Estado.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A implantação de quaisquer obras no referido imóvel fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 6º A cessão tornar-se nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016071800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 554, DE 15 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.º 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.º 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Anular o ato administrativo de cancelamento da inscrição n.º 0593575 no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, publicado por meio da Portaria n.º 314, de 29 de março de 2012, no DOU de 30 de março de 2012, relativo à empresa EXPRESSO MIRACEMA LTDA, CNPJ n.º 25.019.563/0001-52, em cumprimento ao Acórdão transitado em julgado no processo n.º 0000982-45.2012.5.10.0016 da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de julho de 2016

Tendo em vista o que consta no processo nº 46210.000461/2016-83, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria nº 02, de 25 de maio de 2006, expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários dos técnicos administrativos da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP, inscrito junto ao CNPJ nº. 37.500.808/0003-00, com sede na Avenida 23 de maio, nº 02, no município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

EDUARDO DRIEMEYER
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº. 46220.001564/2016-41, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários do AMRL - SERVIÇOS DE MOTORES ELÉTRICOS LTDA. ME.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

PORTARIA Nº 242, DE 11 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, e considerando o que consta dos autos do Processo 46303.001374, protocolado no dia 01/07/2016, resolve:

Conceder autorização á H.F. SISTEMAS DE FREIO LTDA / SC inscrita no CNPJ sob o nº 09.075.317/0002-42, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia BR 101, Km 360, Morro Grande, na cidade de Sangão (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

PORTARIA Nº 251, DE 12 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, publicada no DOU de 20/05/2010 e considerando o que consta dos autos do Processo nº 46220.000987/2016-44, protocolado em 07/03/2016, resolve:

Conceder autorização a DUDALINA S/A / SC, CNPJ 85.120.939/0005-76, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Curt Hering, nº 1849, Centro, no município de Presidente Getúlio, SC, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

PORTARIAS DE 13 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, RESOLVE:

Nº 252 - Conceder autorização a FIOTUBOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA /SC, CNPJ 78.355.807-34, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Otto Wille, nº 571/585, Velha, no município de Blumenau, SC, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003650/2016-99, protocolado em 28/06/2016.

Nº 253 - Conceder autorização a NANETE TEXTIL /SC, CNPJ 84.432.434/0001-50, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Horácio Rubini, nº 2727, Bairro Rio Cerro I, no município de Jaraguá do Sul, SC, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estaqrá sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004380/2016-33, protocolado em 12/07/2016.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

PORTARIAS DE 14 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 254 - Conceder autorização a HC BRASIL TÊXTIL LTDA / SC, CNPJ 79.014.809/0001-22, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Fritz Lorenz, nº 1330, Bairro Industrial , no município de Timbó, SC, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001766/2016-93, protocolado em 22/04/2016.

Nº 255 - Conceder autorização á COMPONENT INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA / SC inscrita no CNPJ sob o nº 62.672.415/0003-20, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Dona Francisca, nº 7200 - Fabrica 2 - Portão 8S - Área de Injetoras, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46303.001916/2016-39 protocolado no dia 12/07/2016.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 46, DE 12 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NA PARAÍBA/SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria MTE Nº 153, de 12 de fevereiro de 2009, publicada no D.O.U. de 13/02/2009, considerando:

O artigo 37, caput, da Constituição da República no tocante à obediência ao princípio da publicidade;

O disposto no artigo 2º, inciso V, da Lei Nº 9.784, de 29/01/1999, que trata da divulgação oficial dos atos administrativos;

O que preceitua o artigo 3º, inciso III e parágrafo único, da Instrução Normativa Nº 121, de 13 de novembro de 2015 (D.O.U. de 17/11/2015), no que se refere à conveniência ou não da suspensão do atendimento ao público, como também dos prazos processuais, durante o período de verificação anual de processos de multas e recursos;

A realização da verificação anual de processos no âmbito desta Superintendência, resolve:

Art. 1º Suspender, no período de 25 de Julho a 03 de Agosto de 2016, os prazos processuais e o atendimento ao público no Núcleo de Multas e Recursos e no Núcleo do FGTS, nesta sede, e no Setor de Atividades Auxiliares, na Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Campina Grande.

ABÍLIO SÉRGIO DE V. CORREIA LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 241, DE 13 DE JULHO DE 2016 (*)

Altera a Portaria GM/MT nº 300, de 22 de agosto de 2014, que estabelece os critérios e os procedimentos específicos de avaliação individual e institucional, para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura- GDAIE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de Analista de Infraestrutura e de Especialista em Infraestrutura Sênior do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em exercício no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, considerando o disposto na Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, suas alterações posteriores, no Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013 e na Portaria nº 103, de 12 de maio de 2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Os arts. 10, 15, 21, 24, 26, 29 e 64, da Portaria GM/MT nº 300, de 22 de agosto de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. Ficam definidas como Unidades de avaliação as seguintes unidades organizacionais do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

I- Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete do Ministro;

b) Secretaria-Executiva

II- Órgãos específicos singulares".(NR)

"Art.15. O ciclo de avaliação de desempenho terá início em 1º de outubro e encerrar-se-á em 30 de setembro do ano subsequente, com efeitos financeiros por igual período.

Parágrafo único. As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do ciclo avaliativo e seus efeitos financeiros iniciarão no mês seguinte ao do processamento das avaliações" (NR).

"Art.21. As metas globais de desempenho institucional serão fixadas, anualmente, em ato do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicado até trinta de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, podendo ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o Órgão não tenha dado causa a tais fatores." (NR)

"Art.24. A avaliação de desempenho institucional será apurada anualmente, por ato Ministerial, publicado até trinta de setembro".(NR)

"Art.26. As unidades de avaliação deverão enviar para a CAD a apuração das metas de desempenho institucional até os dias quinze de março e quinze de setembro".(NR)

"Art.29. Cada unidade de avaliação deverá elaborar Plano de Trabalho, o qual se subdivide em Plano de Trabalho - Metas Institucionais e Plano de Trabalho - Metas Individuais, conforme os Anexos II e III.

§1º O Plano de Trabalho - Metas Individuais é o documento norteador das metas de desempenho e compromissos individuais pactuados, a ser encaminhado à CAD até trinta de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, contendo:

.....

§2º O Plano de Trabalho - Metas Institucionais é o documento norteador das metas intermediárias de desempenho estabelecidas para as unidades de avaliação, a ser encaminhado à CAD, até trinta de setembro, antes do início do novo ciclo de avaliação, contendo:

....."(NR).

"Art.64. Excepcionalmente, o terceiro ciclo de avaliação terá início em 1º de setembro de 2015 e término em 30 de setembro de 2016.

Parágrafo único. Exclusivamente para o terceiro ciclo de avaliação, os prazos estabelecidos nesta Portaria, no que couber, poderão ser ajustados pela COGEP/MT " (NR).

Art.2º Fica alterado o Anexo II da Portaria GM/MT nº 300, de 22 de agosto de 2014, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - as Portarias nºs:

a)322, de 17 de setembro de 2014, da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República; e

b)202, de 19 de agosto de 2014, da extinta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 14/07/2016, seção 1, página 61.

ANEXO II

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	GDAIE Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura

PLANO DE TRABALHO METAS INSTITUCIONAIS - PTInst

1. CICLO DE AVALIAÇÃO:

I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE AVALIAÇÃO - UA

2. SIGLA DA UA:

3. CHEFE DA UA:

4. CARGO/FUNÇÃO:

II - METAS

COMPROMISSOS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	METAS INTERMEDIÁRIAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL OUTUBRO/SETEMBRO		
	PREVISTA (P)	REALIZADA (R)	R/P x 100%
Média do percentual de atingimento das metas.			
Índice de atingimento das Metas de Desempenho Institucional da Unidade			

III - OBSERVAÇÕES

IV - VALIDAÇÃO

Encaminhe-se à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD.

Local e data: _____, ___ / ___ / _____

_____

Carimbo e assinatura do responsável pela UA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 15 DE JULHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso de atribuição que lhe confere o art. 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 65.081566/2016-45, resolve:

Nº 1.839 - Excluir o Aeródromo Público Centro de Lançamento de Alcântara/MA (SNCW) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.081566/2016-45. Fica revogada a Portaria DAC nº 398/SOP, de 16 de novembro de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 1989.

Nº 1.840 - Excluir o Aeródromo Público Moura/AM (SWOW) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.079438/2016-31.

Estas Portarias entram em vigor em 13 de outubro de 2016. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO FLÓRIO MOSER

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.889, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos processos nºs 50300.001726/2015-98 e 50300.005890/2016-13 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.251-ANTAQ, de 24 de novembro de 2015, de titularidade da empresa Om Boat Locação de Embarcações Ltda., CNPJ nº 17.026.052/0001-30, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude da inclusão do transporte de derivados de petróleo.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 4.890, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos processos nºs 50306.000212/2010-19 e 50300.004656/2016-61 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 637-ANTAQ, de 18 de março de 2010, de titularidade da empresária individual H. M. Nogueira Gomes Navegação - ME, CNPJ nº 08.157.036/0001-95, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 7º Termo Aditivo, em virtude da alteração do esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 4.893, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001469/2013-82, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Prorrogar para o dia 22 de agosto de 2016 o prazo fixado pelo Aviso de Audiência Pública nº 02/2016-ANTAQ, 6 de junho de 2016, para obtenção de subsídios e informações adicionais visando o aprimoramento do ato normativo aprovado pela Resolução nº 4.828-ANTAQ, de 6 de junho de 2016, rerratificada pela Resolução nº 4.865-ANTAQ, de 17 de junho de 2016.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Aviso de Audiência Pública nº 02/2016-ANTAQ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 4.894, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.006564/2016-15, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 4.892-ANTAQ, de 14 de julho de 2016, em virtude de erro material, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Deferir autorização, em caráter especial e de emergência, à empresa Ultrafértil S.A., CNPJ nº 02.476.026/0008-02, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para realizar, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Resolução, comissionamento em área ampliada de instalação portuária de sua titularidade, denominada Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita - TIPLAM, localizada no município de Santos/SP.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não gera direitos à continuidade de prestação dos serviços, nem desonera a empresa Ultrafértil S.A. do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

Art. 3º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, acompanhe a operação ora autorizada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 4.892-ANTAQ publicada no DOU de 15 de julho de 2016, Seção 01, pág. 69 , onde se lê: "7 de julho de 2016" leia-se: "14 de julho de 2016".

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS
GERÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 15 de julho de 2016

O Gerente de Autorização de Instalações Portuárias da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso II do art. 49 do Regimento Interno e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.000486/2015-64, resolve:

Tornar sem efeito o Anúncio Público nº 19/2015-ANTAQ, cujo Extrato de Instrumento Convocatório encontra-se publicado na pág. 2 da seção 3 do Diário Oficial da União - DOU de 9 de junho de 2015, em virtude da abertura do Anúncio Público nº 07/2016-ANTAQ, de 5 de abril de 2016, cujo Extrato de Instrumento Convocatório encontra-se publicado nas páginas. 1 e 2 da seção 3 do DOU de 11 de abril de 2016.

LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 279, DE 15 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 49 e Art. 78-C da Lei nº 10.233/2001, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 50500.141757/2016-65, resolve:

Art. 1º Incluir ao ANEXO da Portaria nº 257, de 30 de junho de 2016, a linha Teresina (PI) - Brasília (DF), prefixo nº 18-0318-03, a ser operada pela empresa Expresso Guanabara S.A., bem como excluir a linha Teresina (PI) - Brasília (DF), prefixo nº 18-0953-02, operada pela empresa Expresso Guanabara S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE BASTOS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.139, DE 14 DE JULHO DE 2016

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 24, inciso V, 26, incisos II e III, 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001, fundamentada no Voto DMV - 152, de 13 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.235205/2016-17, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância ao art. 9º da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir a autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apurada em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777/2015 e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância ao disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

CNPJ N º	RAZÃO SOCIAL	TAF N º
21.145.838/0001-43	A.C.Z PEREIRA - TRANSPORTES - EIRELI - ME	41.9585
17.986.687/0001-89	AGUIA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	31.8014
02.616.906/0001-60	ANTONIO DIAZ & CIA LTDA-ME	41.9588
06.040.672/0001-07	AROLDO ALVES NOGUEIRA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI	35.9597
07.190.108/0001-33	AUTO VIAÇÃO CIRCULARE POCOS DE CALDAS LTDA	31.4879
14.788.139/0001-56	BARUK VANS LOCAÇÃO E FRETAMENTO DE VEICULOS LTDA	31.8343
18.404.787/0001-12	BETO SERVIÇOS DE TRANSPORTES-EIRELI-ME	41.9580
07.353.509/0001-67	C.S. LUCAS & CIA LTDA - ME	41.6601
12.936.855/0001-08	CARLOS ALBERTO DE RESENDE EIRELI	31.7971
26.026.641/0001-09	CENTAURO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA	31.1107
10.680.639/0001-19	CLAUDIO TUR LTDA - ME	52.8404
19.340.617/0001-84	COOPERATIVA ATTUALE-VIAGENS E TURISMO	25.9591
06.219.278/0001-30	CURITIBAVANS LOCADORA DE VEICULO LTDA-ME	41.9600
07.540.755/0001-28	DA CAPITAL TOUR TURISMO LTDA - ME	42.4623
91.459.180/0001-20	DALLATUR TURISMO LTDA	43.0773
20.907.744/0001-00	DANTAS & DANTAS LOCAÇÕES E TURISMO LTDA	28.9581
19.714.844/0001-22	DIAS E CAMPOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA	31.9603
03.570.486/0001-91	EMBRAVANS - EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTE EM VANS LTDA - ME	31.4672
18.227.524/0001-85	FLECHA DOURADA LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	35.9590
23.816.000/0001-60	FLIPTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	43.9593
15.426.215/0001-46	FONSECA & OLIVEIRA TRANSPORTES TURISMO LTDA	31.9583
12.414.899/0001-78	FORTE LOCADORA DE VEICULOS E TURISMO LTDA ME	53.9579
18.574.933/0001-58	FRANCISCO MARCOS DE SOUZA PEREIRA & CIA LTDA - ME	22.8126
18.350.933/0001-74	GABY TUR SERVICE TURISMO LTDA-ME	33.9578
04.834.932/0001-90	GENOIR BAMPI & CIA LTDA EPP	42.6533
17.129.957/0001-35	HAURA E TOZETTO TRANSPORTES LTDA - ME	41.9598
19.630.339/0001-08	ISLATOUR TRANSPORTES E LOCADORA DE VEICULOS LTDA	35.8376
22.602.481/0001-48	J.S. ARAUJO - TRANSPORTE - EIRELI	41.9587
03.731.011/0001-30	J.S.C DA SILVA EIRELI - ME	53.9584
24.275.670/0001-89	JCV TURISMO EIRELI-ME	41.9595
73.800.526/0001-20	JOSELIANE AP DE PAULA & CIA LTDA - ME	41.9575
20.958.812/0001-51	JUMATUR LTDA ME	42.9596
04.348.936/0001-69	L.A. FÉLIX & M.J.S. FÉLIX LTDA	41.0619
12.295.239/0001-15	L.L.G. TRANSPORTES LTDA-ME	41.9589
24.916.585/0001-52	MAIA TUR LTDA-ME	31.9602
03.845.335/0001-07	MARANATA TRANSPORTES LTDA	50.7243
14.436.633/0001-51	MULT VC TRANSPORTADORA TURISTICA E LOCAÇOES LTDA - ME	35.7521
04.090.424/0001-45	MZ TURISMO LTDA	42.4489
11.087.234/0001-34	NAYARA E LAYSA CONFECÇÕES, SERVIÇOS E TURISMO LTDA-ME	31.9582
93.370.476/0001-03	ODITUR TRANSPORTES COLETIVOS E TURISMO LTDA. - EPP	43.7419
73.164.998/0001-33	PRELÚDIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA	35.0828
12.629.080/0001-28	PROVIDENCIA LOCADORA LTDA-ME	35.9599
30.925.689/0001-26	REITUR TURISMO LTDA.	33.1772
07.556.831/0001-93	RIBATUR TRANSPORTES LTDA ME	41.9592
18.761.450/0001-62	SILVA'S TRANSPORTES LOCAÇOES E SERVIÇOS LTDA - ME	32.9594
07.578.311/0001-81	SILVESTUR TRANSPORTES LTDA	31.5445
90.291.436/0001-70	SOGIL - SOCIEDADE DE ÔNIBUS GIGANTE LTDA	43.2307
03.590.820/0001-79	TRANS EXPRESS LTDA	43.5539
04.838.334/0001-90	TRANSLEROLI TRANSPORTES LTDA	31.5201
21.522.635/0001-29	TRANSLITORAL VIAGENS E TRANSPORTES LTDA	35.9577
52.406.329/0001-50	TRANSPORTADORA TURISTICA SUZANO LTDA	35.0229
03.876.772/0001-80	TURISMO BILLY LTDA- ME	31.9586
22.848.290/0001-60	UEDA TUR LOCADORA & TURISMO EIRELI ME	53.9541
18.374.030/0001-23	VAI VAN LOCADORA LTDA - ME	31.9576
03.617.943/0001-56	VANDY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME	42.4602
78.586.674/0001-07	VIAÇÃO GARCIA LTDA	41.0028
15.726.999/0001-28	VIAÇÃO VIA BRASIL FRETAMENTO E TURISMO LTDA	31.7613
18.678.139/0001-54	VINIVANS LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	35.9604
17.400.519/0001-60	V M S LOCADORA DE VEICULOS EIRELI ME	33.9601
01.458.490/0001-37	WL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	52.3433

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 5.132, DE 14 DE JULHO DE 2016

Revoga a Resolução nº 5.115, de 8 de junho de 2016.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 124, de 5 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.186561/2013-57, resolve:

Art. 1° Revogar a Resolução nº 5.115, de 8 de junho de 2016, que teve por objeto a desvinculação da prestação do serviço público concedido à FTL, do bem imóvel NBP 1240117 (136M2ALV.EST. MACAU K651), conhecido por "Estação de Macau", juntamente com a área de 20.000m², integrante do ativo inscrito sob o NBP 1055012 (20000M2 P.MACAU U), bem como a autorização para respectivas desincorporações do Contrato de Arrendamento nº 071/97.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.133, DE 14 DE JULHO DE 2016

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa EXPRESSO CONTINENTAL Ltda. e, no mérito, nega-lhe provimento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 126, de 5 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.034614/2011-93, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto por EXPRESSO CONTINENTAL Ltda., para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão constante da Resolução nº 5.048, de 10 de março de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.134, DE 14 DE JULHO DE 2016

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, fundamentada no Voto DSL - 131, de 7 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.226918/2016-90, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros deverá disponibilizar as autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

CNPJ Nº	RAZÃO SOCIAL	TAF Nº
77.477.834/0001-17	ACN - TURISMO E AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA	41.0821
23.416.208/0001-91	ARTBUS TRANSPORTES LTDA ME	31.9560
18.417.571/0001-91	BELLACATARINA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	42.9565
92.514.728/0001-50	CAÇADOR VERDE TURISMO LTDA	43.1071
07.484.806/0001-41	COSTA AZUL TRANSPORTE TURISTICO LTDA - ME	31.4679
24.446.870/0001-57	DALVIM ANDRADE & CIA LTDA-ME	31.9561
24.417.604/0001-04	DMSTUR E FRETAMENTO LTDA-ME	41.9574
18.779.557/0001-38	EMMNUEL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA - ME	31.8436
23.909.772/0001-46	EUCLIDES DOS SANTOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E LOCAÇÕES EIRELI - ME	41.9573
02.714.199/0001-45	EXPRESSO SEM FRONTEIRAS LTDA - EPP	31.1514
07.417.540/0001-14	EXTRA TURISMO TRANSPORTE FR LTDA	31.4773
79.659.892/0001-97	EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	42.1970
13.723.172/0001-35	F. A. DA SILVA JUNIOR TRANSPORTE - EIRELI	35.8086
31.134.935/0001-94	FACIL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	33.2092
21.434.180/0001-90	FLEXVAN TRANSPORTES E LOCAÇÕES EIRELI-ME	41.9572
03.081.618/0001-11	FLOWERS TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	42.9564
71.294.664/0001-59	GAÚCHO TURISMO LTDA	31.0195
15.199.291/0001-66	GONÇALVES E NASCIMENTO TRANSPORTE LTDA	41.8368
97.476.113/0001-08	GRACIOSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	41.7385
03.119.338/0001-55	GRAN TURISMO FRETAMENTO E TURISMO LTDA	32.3070
06.044.464/0001-86	IRMÃOS MINGOTI LTDA	43.3760
23.053.836/0001-50	ITL TRANSPORTE DE PASSAGEIRO EIRELI	41.9568
02.954.000/0001-56	J.G.A TRANSPORTES LTDA	41.7370
05.105.422/0001-45	JOÃO CARLOS MARTINS PONTES TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA -ME	31.9559
02.736.016/0001-92	KATANIKA TUR - TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	29.0413
01.589.437/0001-75	LEITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	42.3062
14.578.780/0001-66	LIMATUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - ME	41.9562
08.200.949/0001-47	LOCAVIA LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA - ME	35.9566
01.676.336/0001-31	NIVIA TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA - ME	35.9570
10.396.583/0001-75	PEROLA DA LAGOA TURISMO LTDA	43.7463
08.973.135/0001-45	PONTE NOVA TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA - ME	41.9571
19.453.704/0001-48	PRETINHO TURISMO LTDA-ME	41.8497
11.077.721/0001-16	R&G LOCAÇÃO DE VEICULOS E TRANSPORTE TURISTICO LTDA - ME	53.9567
07.480.672/0001-90	RENATO FERNANDES E CIA LTDA	31.4701
15.504.022/0001-66	S J A RAHMAN EIRELI	15.8401
05.432.316/0001-76	SILVEIRA E CAIXETA LTDA-ME	52.8552
18.277.555/0001-40	TRANSPORTADORA ROCHA CAMPOS LTDA ME	31.8360
20.850.400/0001-01	TRANSUR - TRANSPORTE RODOVIARIO MANSUR LTDA	31.0152
15.435.388/0001-20	V.B. DA SILVA TRANSPORTE EIRELI.ME	11.9569
07.004.424/0001-73	VIAÇÃO LIMA & SILVA LTDA - EPP	35.7202
08.255.415/0001-18	VIVIAN BARROS FERREIRA EIRELI	35.8473
32.681.371/0001-72	VIX LOGISTICA S/A	32.3713

RESOLUÇÃO Nº 5.135, DE 14 DE JULHO DE 2016

Autoriza a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, VIII, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.770/2015, de 25 de junho de 2015, fundamentada no Voto DSL - 133, de 7 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.227974/2016-41, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros deverá dar publicidade as Licenças Operacionais das autorizatárias e autorizar o início da operação das linhas.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

CNPJ Nº	RAZÃO SOCIAL	TAR Nº
06.773.063/0001-67	VIAÇAO TRANSPIAUI SAO RAIMUNDENSE LTDA	169
05.051.769/0001-52	ANTONIO PEDRO DA SILVA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI - ME	170
44.235.380/0001-19	RIBE TRANSPORTE LTDA	171
15.293.637/0001-90	LEA SIMONE BRITO DE LIMA EIRELI EPP	172
97.476.113/0001-08	GRACIOSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	173

RESOLUÇÃO Nº 5.136, DE 14 DE JULHO DE 2016

Aprova a terceira Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória para o biênio 2015/2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 25, inciso VIII da Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DMV - 154, de 13 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.102762/2014-91, resolve:

Art. 1º Aprovar a terceira Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória para o biênio 2015/2016, de modo a retirar o tema "Sistema de Avaliação de Desempenho dos serviços regulares autorizados" da Agenda e realoca-lo ao Banco de Temas, incluir o tema "Regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC" no Eixo Temático 1, alterar o nome do projeto de "Habilitação de empresas certificadoras no âmbito da fiscalização das rodovias federais concedidas reguladas pela ANTT" para "Designação de Organismos de Certificação no âmbito da ANTT", bem como realoca-lo para o Eixo Temático 1, e alterar o nome do projeto de "Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pelas Concessionárias de Rodovias" para "Definição de preceitos de revisão tarifária para as concessionárias da 3ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais".

§1º Revogar a alínea 'g' do inciso III do art. 1º da Resolução nº 5.039, de 3 de março de 2016.

§2º Incluir a alínea 'm' no inciso I do art. 1º da Resolução nº 5.039, de 3 de março de 2016, com a seguinte redação:

"m) Regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;"

§3º Revogar a alínea 'i' do inciso II do art. 1º da Resolução nº 5.039, de 3 de março de 2016, e inclui-se a alínea 'n' no inciso I do art. 1º da Resolução nº 5.039, de 3 de março de 2016, com a seguinte redação:

"n) Designação de Organismos de Certificação no âmbito da ANTT;"

§4º A alínea 'j' do inciso II do art. 1º da Resolução nº 5.039, de 3 de março de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"j) Definição de preceitos de revisão tarifária para as concessionárias da 3ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais;"

Art. 2º Revogar a Resolução nº 4.597, de 11 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 5.137, DE 14 DE JULHO DE 2016

Defere a paralisação dos serviços

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, e nº 3.076, de 26 de março de 2009, e fundamentada no Voto DMV - 148, de 11 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.063954/2015-55, resolve:

Art. 1º Deferir a paralisação dos serviços Brasília (DF) - Céu Azul (GO), prefixo 12-0124-71; Brasília (DF) - Luziânia (GO), prefixo 12-0124-72; Brasília (DF) - Lago Azul (GO), prefixo 12-0869-71; Gama (DF) - Lago Azul (GO), prefixo 12-0869-72; Brasília (DF) - Valparaíso de Goiás (GO), prefixo 12-1030-70; Brasília (DF) - Novo Gama (GO), prefixo 12-1031-70; Taguatinga (DF) - Parque Estrela Dalva (GO), prefixo 12-1032-70; Taguatinga (DF) - Cidade Ocidental (GO), prefixo 12-1033-70; Gama (DF) - Luziânia (GO), prefixo 12-1060-70; Gama (DF) - Novo Gama (GO), prefixo 12-1061-70; Taguatinga (DF) - Luziânia (GO), prefixo 12-1062-70; Taguatinga (DF) - Novo Gama (GO), prefixo 12-1063-70; Gama (DF) - Valparaíso de Goiás (GO), prefixo 12-1065-70; e Gama (DF) - Cidade Ocidental (GO), prefixo 12-1067-70, operados pela Viação Anapolina Ltda.

Parágrafo único. A decisão adotada no caput não gera quaisquer outros direitos em favor da empresa Viação Anapolina Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.138, DE 14 DE JULHO DE 2016

Autoriza o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas da Ferrovia Centro-Atlântica S.A - FCA, correspondente ao período de 1º de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2015.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 149, de 11 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50510.020679/2016-47, resolve:

Art. 1º Autorizar, em cumprimento ao estabelecido no item 8.1 da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas da Ferrovia Centro-Atlântica S.A - FCA, no percentual de 26,71% (vinte e seis inteiros e setenta e um centésimos por cento), referente ao período de 1º de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2015, com base na variação acumulada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas e conforme tabelas em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.140, DE 14 DE JULHO DE 2016

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 24, inciso V, 26, incisos II e III, 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001, fundamentada no Voto DMV - 153, de 13 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.244002/2016-11, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância ao art. 9º da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir a autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apurada em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777/2015 e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância ao disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

CNPJ Nº	RAZÃO SOCIAL	TAF Nº
12.827.005/0001-71	ALEX TUR VIAGENS E TURISMO EIRELI-EPP	33.8583
24.571.429/0001-05	AMORIM TURISMO LTDA-ME	31.9605
19.793.020/0001-95	ASSAI TURISMO - EIRELI - ME	41.9620
53.416.038/0001-06	AUTO VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA	35.1578
05.588.333/0001-05	C.S. CUNHA LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS EIRELI	33.9618
05.292.426/0001-80	COOPERATIVA DE TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE LAVRAS E REGIÃO LTDA	31.9606
03.630.041/0001-50	D.J. DE MELO FILHO E CIA LTDA - ME	31.4566
91.459.180/0001-20	DALLATUR TURISMO LTDA	43.0773
13.160.831/0001-72	DANQ TURISMO EIRELI	31.9612
19.714.844/0001-22	DIAS E CAMPOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA	31.9603
07.532.851/0001-24	DIESEL MAIS TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	31.9609
03.510.489/0001-30	DIRONTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	52.2011
08.058.666/0001-02	ELIZARIO CORREA DA SILVA TRANSPORTE EIRELI - ME	41.9617
10.285.309/0001-29	ELSHADAI VIAGENS E TURISMO LTDA	31.7433
08.893.063/0001-26	ESTRELA DE OURO BRANCO TRANSPORTE LTDA-ME	27.7362
64.255.425/0001-24	EXPRESSO REAL VIAÇÃO E TURISMO LTDA - ME	31.4830
21.115.183/0001-60	EXPRESSO TRANSLIDER LTDA	31.1622
13.620.552/0001-44	FAST LOCADORA & TURISMO LTDA - ME	53.9610
11.880.422/0001-15	FELIPE ALEXANDRE GONÇALVES HENRIQUE EIRELI-ME	53.9621
14.224.156/0001-60	FENIX TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA ME	31.7372
10.470.390/0001-17	GILMAR ZANCHET EIRELI-ME.	43.6437
09.456.379/0001-13	GU VANS LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	35.9619
08.666.123/0001-78	HS TRANSPORTES LTDA	50.5662
07.803.985/0001-32	MAIRA TUR LTDA - ME	42.4822
08.632.080/0001-00	MARCELINO RODRIGUES DE FREITAS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI	33.6087
00.865.046/0001-73	MARIOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	43.1950
13.772.213/0001-83	MEGA TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA	42.9614
02.490.967/0001-24	MOSNA VIAGENS E TURISMO LTDA	43.1530
18.450.793/0001-06	MTC VIAGENS, TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	52.9616
15.667.913/0001-33	MULTIAMERICAN SERVIÇOS LTDA EPP	33.9613
07.623.492/0001-10	NILTON LUIZ DE AGUIAR TRANSPORTE - EIRELI - ME	35.6589
11.470.586/0001-74	OLIVEIRAVANS TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA-ME	35.9611
12.348.198/0001-88	PARANÁ CEM TRANSPORTE DE CARGA LTDA-ME	41.9622
13.214.660/0001-17	PORTAL TURISMO LTDA - ME	21.9607
19.643.656/0001-50	PRIME TRANSPORTES LTDA	41.9608
20.919.464/0001-03	SOUZA & AMORIM LOCADORA E TRANSPORTES LTDA - ME	35.9615
93.273.860/0001-80	STADTBUS TRANSPORTES LTDA	43.6497
07.580.219/0001-56	TOM TURISMO LTDA	31.4632
21.522.635/0001-29	TRANSLITORAL VIAGENS E TRANSPORTES LTDA	35.9577
46.090.221/0001-07	TRANSPORTES CAPELLINI LTDA	35.0422
03.215.940/0001-96	UNIVERSO EXPRESS LTDA - EPP	35.5531
32.285.454/0001-42	VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A	33.0081
11.661.492/0001-82	WG LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-ME	35.9623
00.453.672/0001-52	ZAMVALTUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	43.0083

DELIBERAÇÃO Nº 181, DE 14 DE JULHO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 123, de 6 de julho de 2016, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; nas manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.138496/2013-53, delibera:

Art. 1º Não conhecer do Recurso contratual interposto pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora/Rio S.A, por intempestividade, consoante art. 56 c/c art. 61, inciso I do Regulamento anexo à Resolução nº 442, de 17 de fevereiro de 2004.

Art. 2º Não conhecer do Pedido de Revisão apresentado pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora/Rio S.A, por ausentes os requisitos de admissibilidade insculpidos no art. 97 do Regulamento Anexo à Resolução nº 442, de 17 de fevereiro de 2004.

Art. 3º Aplicar a penalidade de multa de 550 (quinhentos e cinquenta) URT, por violação ao Art. 7º / Inc. VII da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº PG-138/95-00.

Art. 5º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº PG-138/95-00.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 182, DE 14 DE JULHO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 132, de 7 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.333718/2015-10, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente à Rodovia BR-153/MG, abrangido e delimitado pelas coordenadas topográficas descritas na planta e no memorial descritivo constantes do referido processo, situado no município de Prata, no estado de Minas Gerais, necessário à execução das obras de implantação do Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU no km 081+050m, na Pista Norte.

Art. 2º A descrição da área mencionada no art. 1º consta do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Uma fração de terra, com área superficial de 2.237,66 m² (dois mil, duzentos e trinta e sete metros quadrados e sessenta e seis decímetros quadrados), com as seguintes dimensões, divisas e confrontações. A área inicia-se no Ponto 01 com coordenadas UTM's S=7889819.7816 e W=710309.5445, situado na extremidade noroeste da área, junto à cerca que faz divisa com a faixa de domínio da Rodovia BR-153/MG, seguindo por 91,2m até o Ponto 02 com coordenadas UTM's S=7889741.4167 e W=710356.2546. Do Ponto 02 parte-se para o Ponto 03 com coordenadas UTM's S=7889753.8144 e W=710377.0506 com distância de 24,2m. Daí segue até o Ponto 04 com coordenadas UTM's S=7889832.4664e W=710330.7496 com distancia 91,3m. Daí segue até retornar ao Ponto 01, por uma distância de 24,7m, conforme croqui em anexo.

DELIBERAÇÃO Nº 183, DE 14 DE JULHO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 146, de 11 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.240800/2015-93, DELIBERA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-163/MS, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Nova Alvorada do Sul, no estado de Mato Grosso do Sul, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo tipo retorno em desnível no km 396+100m.

Art. 2º As descrições das áreas mencionadas no art. 1º constam do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Área 01, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01, de coordenadas N=7653549,951949 e E=763331,616106, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 167°59'4", distância de 302,13m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 285°50'18", distância de 41,90m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 324°19'2", distância de 40,50m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 350°50'11", distância de 196,23m; segmento 5 - 1 - em linha reta com azimute 29°20'18", distância de 65,90m; perfazendo uma área de 12.606,36m² (doze mil, seiscentos e seis metros quadrados e trinta e seis centímetros quadrados); e

II - Área 02, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01, de coordenadas N=7653267,898000 e E=763463,466992, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 347°56'17", distância de 328,50m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 127°23'53", distância de 88,64m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 163°43'56", distância de 206,04m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 200°12'48", distância de 57,44m; segmento 5 - 1 - em linha reta com azimute 248°21'53", distância de 42,65m; perfazendo uma área de 18.267,76m² (dezoito mil, duzentos e sessenta e sete metros quadrados e setenta e seis centímetros quadrados).

DELIBERAÇÃO Nº 184, DE 14 DE JULHO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 147, de 11 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.171729/2016-72 e apensos, delibera:

Art. 1º Anuir à constituição de garantias, nos termos do Inciso I da Cláusula Segunda, do Aditivo nº 4 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo - CALC nº 13.2.0890.1, de 29 de agosto de 2013, (DULC nº 14.5.5.2.172), celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a MRS Logística S/A, no valor de R$ 58.029.000,00 (cinquenta e oito milhões e vinte e nove mil reais).

Art. 2º Determinar à MRS que, até que seja amortizado o principal da dívida decorrente da utilização dos Subcréditos A3 e B3, tratados nas subcláusula 1.1 e 1.2 do Aditivo nº 4 ao CALC nº 13.2.0890.1, apresente à ANTT:

I - Anualmente, no prazo estipulado no §2º, art. 1º da Resolução n.º 2.495, de 13 de dezembro de 2007, o Índice Dívida Líquida/EBITDA, acompanhado de memória de cálculo, apurado nos termos do §2º da Cláusula 10ª do CALC n.º 13.2.0890.1, demonstrando o contínuo atendimento ao valor máximo previsto no inciso X da Cláusula 10ª do mesmo Contrato; e

II - Na hipótese de o Índice Dívida Líquida/EBITDA se situar acima de 90% (noventa por cento inteiros) do valor máximo previsto no inciso X da Cláusula 10ª do CALC nº 13.2.0890.1, Plano de Ação que garanta que o Índice retorne a patamares abaixo dos 90% (noventa por cento inteiros) até a data estabelecida para a próxima aferição.

Parágrafo Único. O Plano de Ação, que será apresentado juntamente com o cálculo exigido no Inciso I do caput, conterá as ações, prazos e justificativas que garantam a redução do Índice Dívida Líquida/EBITDA, e será submetido à aprovação da Superintendência de Processos Finalísticos responsável pelo acompanhamento dos Contratos de Concessão de Ferrovias.

Art. 3º Na hipótese de o BNDES declarar o vencimento antecipado da dívida descrita nos artigos 1º e 2º desta Deliberação, devido à ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela MRS, deverão seus sócios prover, imediatamente, os recursos necessários ao cumprimento das obrigações avençadas no Contrato de Concessão e à continuidade da prestação do serviço.

Art. 4º Anuir ao Aditivo n.º 5 ao CALC nº 13.2.0890.1, que alterou a redação do inciso X da Cláusula 10ª do referido Contrato.

Art. 5º Alterar a redação dos incisos I e II do art. 2º da Deliberação n.º 067, de 3 de março de 2016, que passam a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º (...)

I - Anualmente, no prazo estipulado no §2º, art. 1º da Resolução ANTT n.º 2.495/2007, o Índice Dívida Líquida/EBITDA, acompanhado de memória de cálculo, apurado nos termos do §2º da Cláusula 10ª do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.0890.1, demonstrando o contínuo atendimento ao valor máximo previsto no inciso X da Cláusula 10ª do mesmo Contrato; e

II - Na hipótese de o Índice Dívida Líquida/EBITDA se situar acima de 90% (noventa por cento inteiros) do valor máximo previsto no inciso X da Cláusula 10ª do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.0890.1, Plano de Ação que garanta que o Índice retorne a patamares abaixo dos 90% (noventa por cento inteiros) até a data estabelecida para a próxima aferição.

Parágrafo Único (...)"

Art. 6º Ratificar a anuência às garantias prestadas quando do Aditivo nº 1 ao CALC nº 13.2.0890.1, concedida por meio da Deliberação nº 072, de 03 de abril 2014.

Art. 7º Determinar que a MRS apresente à ANTT cópia autenticada do Aditivo nº 5 ao CALC n.º 13.2.0890.1, em até 30 (trinta) dias da data de sua assinatura pelas partes.

Art. 8º Determinar que a MRS submeta à prévia anuência da ANTT toda e qualquer alteração em cláusulas do CALC n.º 13.2.0890.1 ou seus Aditivos, que tratem da dação em garantia de direitos emergentes da concessão e suas respectivas obrigações.

Art. 9º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 185, DE 14 DE JULHO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 125, de 6 de julho de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.144908/2004-70, resolve:

Art. 1º Anuir à revisão do Contrato nº 01/ERCUB/RFFSA/97, celebrado entre a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA e o Consórcio Pontal do Paraná Ltda., tendo como interveniente a Ferrovia Sul Atlântico S/A, atual América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, mediante Termo Aditivo, com anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 149, DE 14 DE JULHO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo nº 50505.117856/2015-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Washington Luiz, BR-040/RJ, no km 111+600m, na Pista Sul, Município de Duque de Caxias/RJ, de interesse de Atacadão S.A.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, o Atacadão deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Atacadão não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCER, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCER deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Atacadão assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Atacadão deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Atacadão verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCER sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à CONCER acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Atacadão deverá apresentar, à URRJ e à CONCER, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Atacadão abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 150, DE 14 DE JULHO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50515.042514/2015-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização de edificação na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/SP, no km 7+270m sul, no Município de Vargem/SP, de interesse da Vivo S.A.

Art. 2º Na conservação e manutenção da referida edificação, a Vivo S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Vivo S.A. deverá assinar, com a Autopista Fernão Dias, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Vivo S.A. assumirá todo o ônus relativo à manutenção e ao eventual remanejamento da edificação, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a manutenção e conservação por ela aprovado e manter o cadastro referente à edificação.

Art. 7º A Vivo S.A. deverá apresentar, à URSP e à Autopista Fernão Dias, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 8º A regularização da edificação autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 55.694,20 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Vivo S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 151, DE 14 DE JULHO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50510.051890/2015-21, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso no km 655+000m, Pista sul da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, no município de Santo Antônio do Amparo/MG, de interesse de Lucas Barbosa da Mata - ME.

Art. 2º Na conservação e conservação do referido acesso, Lucas Barbosa da Mata - ME. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Lucas Barbosa da Mata - ME deverá assinar, com a Autopista Fernão Dias, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Lucas Barbosa da Mata - ME assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Lucas Barbosa da Mata - ME deverá concluir a obra de implantação de acesso no prazo de 6 (seis) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Lucas Barbosa da Mata - ME verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Lucas Barbosa da Mata - ME deverá apresentar à URMG e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Lucas Barbosa da Mata - ME abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 152, DE 14 DE JULHO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50515.037227/2016-54, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal entre o km 207+364m e o km 207+428m, pista norte, no Município de Guarulhos/SP, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de cabos de fibra óptica, a SAMM deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra - NovaDutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SAMM não poderá iniciar a implantação da rede de cabos de fibra óptica objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A SAMM assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de cabos de fibra óptica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SAMM deverá concluir a obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo de 210 (duzentos e dez) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SAMM verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de cabos de fibra óptica.

Art. 8º A SAMM deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.087,26 (mil e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SAMM abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 153, DE 14 DE JULHO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.074780/2016-37, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, no trecho entre o km 493 e o km 496, nas Pistas Sul e Norte, em Betim/MG, de interesse da EPO - Empreendimentos, Participações e Obras LTDA.

Art. 2º Na implantação e conservação das referidas vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim, a EPO deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A EPO não poderá iniciar a implantação das vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A EPO assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessas vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A EPO deverá concluir a obra de implantação das vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a EPO verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação das vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente às vias marginais e acesso ao Anel do Contorno de Betim.

Art. 8º A EPO deverá apresentar, à URMG e à Autopista Fernão Dias, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A EPO abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 11 DE JULHO DE 2016

NOTÍCIA DE FATO 65-09.2016.1000
EMENTA. SUPOSTO CONSTRANGIMENTO PRATICADO CONTRA MILITAR DURANTE PALESTRA. MATÉRIA SEM RELEVÂNCIA CRIMINAL. ARQUIVAMENTO.
Notícia de suposto constrangimento praticado contra militar durante palestra realizada no auditório do Departamento de Engenharia e Construção. Matéria sem relevância penal. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral

DECISÕES DE 12 DE JULHO DE 2016

NOTÍCIA DE FATO (PI) 236-69.2015.1106
EMENTA. SUPOSTA MOVIMENTAÇÃO ARBITRÁRIA DE OFICIAIS INTENDENTES. MATÉRIA SEM CONTORNOS CRIMINAIS. AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIA A SER ADOTADA PELA PGJM. ARQUIVAMENTO.
Notícia de supostas irregularidades na movimentação de oficiais intendentes, levada a efeito pelo Comando da Aeronáutica. Comunicação aos militares por meio de correio eletrônico. Alegação de arbitrariedade. Matéria de cunho administrativo, sem contornos criminais, que poderá ser debatida na Justiça Federal, por iniciativa do interessado. Ausência de providência a ser adotada pela Chefia do MPM. Arquivamento determinado pelo PGJM.

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL 280-50.2015.1105
EMENTA. SUPOSTOS ABUSOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TAIFEIROS EM PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS. IMPOSSIBILIDADE DE CONTATO COM O NOTICIANTE. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O INÍCIO DE UMA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. ARQUIVAMENTO.
Procedimento de Investigação Criminal instaurado para apurar supostos abusos cometidos contra taifeiros que prestam serviços em residências de oficiais-generais. Ausência de indícios mínimos de verossimilhança. Impossibilidade de contato com o noticiante para obtenção de outros dados. Falta de elementos para a abertura de investigação criminal. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 401ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2016

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Membro) e o Procurador de Justiça Militar Dr. Clauro Roberto de Bortolli (Membro-Suplente). Aberta a Reunião às 14h15. O Coordenador agradeceu a presença de todos. Apresentou o Ofício 79/2016 de 3 de março de 2016, pelo qual o Dr. Clauro Roberto de Bortolli encaminhou a Portaria Conjunta 003/20116/PJM/POA/RS, de 26 de fevereiro de 2016, a qual trata sobre a distribuição das visitas aos estabelecimentos prisionais militares do âmbito daquela Procuradoria. O Coordenador fez registrar o voto de congratulações pelo exercício dessa atividade extrajudicial de controle externo.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000093-71.2015.
Origem: PJM Curitiba - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE PRISÃO SITUADA EM ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. Conversão do feito em diligências por decisão da CCR/MPM, para acompanhamento de providências. Instauração da Notícia de Fato 99-68.2015.1501 para apurar reclamações de preso. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.2. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000021-04.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 20º BATALHÃO LOGÍSTICO PARAQUEDISTA (RIO DE JANEIRO-RJ). Instalações condizentes com suas finalidades e constatação do cumprimento das disposições legais atinentes à matéria, o que se infere pelos lançamentos efetuados em rascunho de "Formulário de Visita Técnica Anual a Estabelecimento Prisional das Forças Armadas", a ser encaminhado, pelo Membro Oficiante, ao Conselho Nacional do Ministério Público. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000021-89.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 36º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO (UBERLÂNDIA-MG). Adequabilidades das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000040-22.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 3º Ofício Geral.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 62º BATALHÃO DE INFANTARIA (JOINVILLE - SC). Atendimento parcial das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Recomendação expedida pelo Órgão Ministerial, com prazo de cumprimento, sob risco de interdição de cela coletiva do estabelecimento prisional. Arquivamento parcialmente homologado, com baixa dos autos à origem, visando comprovação do cumprimento da recomendação formulada, ou, em caso contrário, comprovação da interdição da célula prisional.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento parcial, com baixa dos autos à origem, visando comprovação do cumprimento da recomendação formulada, ou, em caso contrário, comprovação da interdição da célula prisional.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000017-37.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (TERESINA/PI). Instalações condizentes para o recolhimento de presos, com apontamento de necessidade de realização de pequenas obras estruturais, visando aumentar a segurança da prisão, inferindo-se da adequabilidade das instalações vistoriadas e do tratamento dispensado aos custodiados. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000011-03.2016.1302.
Origem: PJM Bagé - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 3° BATALHÃO LOGÍSTICO (BAGÉ/RS), DO 8° REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO (URUGUAIANA-RS), DO 22° GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO (URUGUAIANA-RS), DO COMANDO DA 2° BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA (URUGUAIANA - RS) E DO 1° REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO (ITAQUI-RS). Atendimento das disposições legais atinentes à matéria, com instalações condizentes com suas finalidades, certificadas pelo Membro Oficiante, à exceção da prisão do 22º GAC AP, que se encontra interditada, por conta de obras de melhoria. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000061-81.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA TRIMESTRAL NAS INSTALAÇÕES CARCERÁRIAS DO PRESÍDIO DA MARINHA, NO RIO DE JANEIRO/RJ. Desnecessidade de instauração de Procedimento Administrativo, nos termos do contido no Art. 1º da Resolução 84/CSMPM, de 15 de abril de 2015. Não obstante, verifica-se a adoção de medidas, junto ao Comando da Unidade Militar, no sentido de atendimento às demandas dos presos, inferindo-se da adequabilidade das instalações vistoriadas e do tratamento dispensado aos custodiados. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 000004-55.2016.1302.
Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR.VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA 12ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES (ALEGRETE-RS). Instalações condizentes para o recolhimento de presos. Atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificada pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000053-88.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS INSTALAÇÕES CARCERÁRIAS DO 1º ESQUADRÃO DE CAVALARIA LEVE (VALENÇA - RJ). Instalações condizentes para o recolhimento de presos disciplinares e constatação do cumprimento das disposições legais atinentes à matéria, o que se infere pelos lançamentos efetuados em "Formulário de Visita Técnica Anual a Estabelecimento Prisional das Forças Armadas", encaminhado, pelo Membro Oficiante, ao Conselho Nacional do Ministério Público. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000029-97.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES PRISIONAIS. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO ESPÍRITO SANTO (EAMES). Não havia presos na ocasião. Direitos de eventuais presos observados. Instalações prisionais adequadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000042-21.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO 27º BATALHÃO LOGÍSTICO DE CURITIBA/PR. Presença de apenas um recluso. Direitos do preso observados. Instalações carcerárias consideradas ótimas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000012-70.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 4º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA DA 17ª COMPANHIA DE INFANTARIA DE SELVA, PORTO VELHO/RO. Havia reclusos quando da visita ministerial. Instalações prisionais adequadas e reto tratamento dispensado aos internos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000043-93.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO PRESÍDIO DA MARINHA, RIO/RJ. Detentos presentes. Recomendações feitas. Direitos observados. Instalações carcerárias adequadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000022-58.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA, PIRASSUNUNGA/SP. Ausência de detento na carceragem quando da inspeção ministerial. Tratamento previsto e dispensado a eventuais detidos (disciplinares) dentro das diretrizes legais. Instalações físicas da unidade carcerária do Batalhão observam o ordenamento jurídico pertinente. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Procedimento Administrativo 0000142-22.2015.1105. (MPM 2238/2015).
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DESERTOR. JUNTADA DE DILIGÊNCIAS CONFORME SUFICIENTES PARA O DESLINDE DA *QUAESTIO*. Desertor indiciado em duas Instruções Provisórias de Deserção. Arquivamento na instância. Arquivamento homologada.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Procedimento Administrativo 0000089-70.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITAR DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade da Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa do APF, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Procedimento Administrativo 0000070-28.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CÓPIA DE INSTRUÇÃO PROVISÓRIA DE DESERÇÃO ENCAMINHADA AO MPM. Autuação sob pálio do controle externo da atividade policial. Encaminhamento, em tempo hábil, do procedimento original ao Juízo Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000009-41.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE SARGENTO DO EXÉRCITO CONTRA SUPERIOR HIERÁRQUICO. SUPOSTA PRÁTICA DE ABUSO FUNCIONAL E RIGOR EXCESSIVO. Requisição de abertura de IPM. Desnecessidade de prosseguir a investigação direta. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000010-46.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SINDICÂNCIA QUE APUROU O POSSÍVEL FURTO DE APARELHO CELULAR EM ORGANIZAÇÃO MILITAR. CONDUTA DILIGENTE DA ORGANIZAÇÃO MILITAR, NO SENTIDO DE RECUPERAÇÃO DO MATERIAL DESAPARECIDO. Autoria desconhecida. Recomendação à OM no sentido de que, em casos de semelhante matiz, seja instaurado o IPM, ao invés de Sindicância. Arquivamento homologado, sem prejuízo da reabertura da investigação, nos termos legais. Em caso de *declínio de atribuições*, deve o Membro submeter sua decisão à homologação da Câmara de Coordenação e Revisão, antes da remessa ao Órgão declinado, nos termos do Enunciado nº 14 - CCR/MPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-07.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. IRREGULARIDADES NO RECEBIMENTO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR MILITARES INATIVOS DA AERONÁUTICA. FATOS OCORRIDOS NO ÂMBITO DA 4ª CJM. Diligências. Arquivamento. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000012-11.2011.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE SARGENTO DA FAB CONTRA MILITAR MEDIADOR DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM CONSIGNADO, SUPOSTA OCORRÊNCIA DE FRAUDE ATRIBUÍDA A MILITAR DA AERONÁUTICA. Requisição de abertura de IPM. Desnecessidade de prosseguir a investigação direta. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-91.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. OCORRÊNCIA DE FURTO DE EXPLOSIVOS EM PAIOIS DE PEDREIRA MAXIXE, EM QUIXERÉ/CE. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL, NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO. Ausência de indícios de prática de delito militar, cuja eventual e futura detecção deverá ser objeto de informação, ao *Parquet Milicien*, por força de solicitação acostada aos autos. Apontamento de necessidade de acompanhamento, pelo Exército, do trabalho da Polícia Judiciária Estadual, para fins de eventual correção de procedimentos de fiscalização. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000058-92.2015.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA. ERRO DE DIAGNÓSTICO EM EXAME DE LABORATÓRIO, POSITIVO PARA HIV. Inexistência de dolo. Fato que revela irregularidade, mas não constitui indício de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000026-56.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA CONTRA O SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS DO EXÉRCITO - SFPC/2. Matéria objeto de dois Inquérito Policial Militar instaurados mediante requisição do MPM. Desnecessidade de prosseguir a investigação direta. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000041-34.2015.2201.
Origem: PJM Manaus - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. EXERCÍCIO DE COMÉRCIO POR OFICIALA TEMPORÁRIA DO EXÉRCITO. AUSÊNCIA DE HABITUALIDADE. Comprovação de que se trata de aluna de curso técnico, cumprindo estágio obrigatório, estando proibida, por Resolução do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI) de anunciar e intermediar interesses, em seu próprio nome, para realização de negócios imobiliários. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000076-49.2015.1301
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA, SUPOSTAMENTE REALIZADA PELA EX-COMPANHEIRA DE SUBTENENTE. DIVERSAS IRREGULARIDADES ATRIBUÍDAS AO MILITAR, ENQUANTO ATUAVA NA CJCAEx e TESOURARIA DO MUSEU MILITAR DO SUL. As denúncias não foram comprovadas. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli por ter atuado na condição de órgão agente, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.27. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000023-81.2010.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE SARGENTO CONTRA AGREMIAÇÃO SOCIAL DE PRAÇAS DO EXÉRCITO NO ESTADO DO ACRE. Interesse individual. Matéria civil estranha às atribuições do MP Militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.28. Processo: Notícia de Fato (PI) 000036-45.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HIPOTÉTICA PREVARICAÇÃO DO CHEFE DA SEÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS DA 1ª REGIÃO MILITAR (SFPC/1), POR NÃO RESPONDER À REQUISIÇÃO DO MPM. Constatação do pretérito cumprimento da requisição, por parte do próprio Comandante da 1ª RM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000010-61.2013.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. REABERTURA DE IPM QUE APUROU AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FALECIMENTO DE EX-SOLDADO DO EXÉRCITO DURANTE PROVA DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSO D'ÁGUA NO CAMPO DA 1ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA. O MPM na origem ouviu testemunhas indicadas pelos requerentes, pais do soldado falecido, tendo se evidenciado a inexistência de fato novo que justifique a reabertura do IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.30. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000030-88.2015.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI) REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. SUPOSTA PRÁTICA DE FRAUDE EM LICITAÇÃO DE SERVIÇOS. ORGANIZAÇÃO MILITAR DA AERONÁUTICA. Investigação administrativa conduzida pelo escalão superior. Improcedência da notícia. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.31. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000013-93.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SINDICÂNCIA QUE APUROU O POSSÍVEL FURTO DE APARELHO CELULAR EM ORGANIZAÇÃO MILITAR. CONDUTA DILIGENTE DA ORGANIZAÇÃO MILITAR, NO SENTIDO DE RECUPERAÇÃO DO MATERIAL DESAPARECIDO. Autoria desconhecida. Recomendação à OM no sentido de que, em casos de semelhante matiz, seja instaurado IPM, em vez de Sindicância. Arquivamento homologado, sem prejuízo da reabertura da investigação, nos termos legais.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.32. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000121-81.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NOTICIANTE ANÔNIMO. DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES EM OM DA MARINHA. Diligências. Instauração de IPM. Perda de objeto. Desnecessidade de prosseguir com a investigação direta. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.33. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-15.2009.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI) REPRESENTAÇÃO DE EX-CÔNJUGE. SUPOSTO RECEBIMENTO INDEVIDO DE AJUDA DE CUSTO POR TRANSFERÊNCIA DE MILITAR, MEDIANTE FRAUDE. Instauração de IPM por requisição do Ministério Público. Desnecessidade de prosseguir na investigação direta tendo em vista a abertura de Inquérito para apurar o fato. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.34. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000042-91.2015.2101.
Origem: 2ª PJM Brasília - 3ºOfício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL CRIME CONTRA A HONRA DE INÚMERAS AUTORIDADES FEDERAIS, POR INTERMÉDIO DE REDE SOCIAL, IMPUTADA A POSSÍVEL INTEGRANTE DAS FORÇAS ARMADAS. Constatação de que o hipotético autor do fato não pertence, ou pertenceu, aos quadros das Forças Armadas. Arquivamento dos autos, por inexistência de indícios de crime militar, com *declínio de atribuições* ao Ministério Público Federal. Decisão homologada.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento da investigação, em relação a (inexistência) de crime militar, e *declínio de atribuições*, em relação a hipotéticos crimes contra a honra de autoridades federais, com remessa dos autos ao Ministério Público Federal.

1.35. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000053-55.2015.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. FATOS DECORRENTES DA NOTÍCIA DE FATO 53-55.2015, IRREGULARIDADES DECORRENTES DA FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, CRIMES COMETIDOS NA CONDUÇÃO DE SINDICÂNCIAS PARA APURAR QUESTÕES RELACIONADAS A FÉRIAS VENCIDAS. Irregularidades administrativas. Ausência de configuração de crime militar quanto à falsificação de documentos relativos à publicações de férias. Inexistência de assédio moral, constrangimento, coação e abuso de autoridade pelo condutor da sindicância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000009-29.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI) REPRESENTAÇÃO CONTRA O SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS DO EXÉRCITO - SFPC. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ATIRADORES, CAÇADORES E COLECIONADORES - ANACC. Demora injustificada na concessão de autorização de transporte de equipamento de tiro. Prejuízo para competições de tiro esportivo. Esclarecimentos e apresentação da documentação do requerente. Matéria sem repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.37. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000005-25.2016.2201.
Origem: PJM Manaus -1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NEGATIVA DE FORNECER "ATESTADO SANITÁRIO DE ORIGEM" RELATIVO A EX-CB MORTO ACIDENTALMENTE EM QUARTEL DO EXÉRCITO. Necessidade do atestado para processo junto à seguradora POUPEX. Pretensão resistida. Decisão do Comando com base em dispositivos legais pertinentes. Questão administrativa. Arquivamento na origem. Homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.38. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000021-82.2010.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). DENÚNCIA DE SUBOFICIAL DA FAB. SUPOSTO PAGAMENTO INDEVIDO DE AJUDA DE CUSTO A OFICIAL SUPERIOR. Pagamento correto na exata prescrição legal. Inexistência de ilícito penal militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.39. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000109-84.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE PENSÃO PARA A AVÓ DO DENUNCIANTE. A PJM de origem ouviu o denunciante e a irmã da pensionista e, ainda, reuniu diversos documentos que comprovaram a regularidade na concessão da pensão a qual está sendo paga devidamente. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.40. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000034-65.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPOSTA PRÁTICA DE *PATROCÍNIO INDÉBITO* - ART. 334 DO CÓDIGO PENAL MILITAR, POR MILITAR DO EXÉRCITO. Informações frágeis e insuficientes para dar prosseguimento à investigação criminal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.41. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000023-79.2015.1801.
Origem: PJM Belém
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPOSTA OCORRÊNCIA DE FRAUDE EM LICITAÇÃO EM OM DO EXÉRCITO. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE OFICIAL. Instauração de Inquéritos para investigar fatos conexos na mesma OM. IPMS 63-83.2013.7.08.0008, 103-80.2014.7.08.0008 e 105-50.2014.7.08.0008. Remessa de cópia da notícia ao órgão oficiante nos citados IPMS. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, com remessa de cópia ao Membro que oficia por distribuição nos citados IPM's.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.42. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000065-06.2015.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE 2º SARGENTO DO EXÉRCITO AO MPF. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO A FAVOR DO MPM. Denúncia de supostas irregularidades em
OM. Militar portador de doença mental (esquizofrenia), sob curatela de ascendente. Improcedência da notícia. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento. Impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli.

1.43. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000042-66.2015.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE PRAÇA DO EXÉRCITO. RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE PORTE DE ARMA. INAPTIDÃO DE SAÚDE MENTAL.
Questão de ordem administrativa. Ausência de crime militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu, homologar o arquivamento.

1.44. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000212-81.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI) REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÕES DE FATOS NOVOS PARA REABERTURA DE PI. Diligencias ministeriais. Inquirição testemunhal. Improcedência das suposições.
Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.45. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000125-76.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC. REPRESENTAÇÃO DE SOLDADO DA FAB CONTRA SUPERIOR HIERÁRQUICO. ALEGAÇÃO DE ABUSO E TRATAMENTO DESRESPEITOSO.
Investigação administrativa conduzida pelo escalão superior. Diligencias promovidas pelo MPM. Não comprovação das alegações do representante. Improcedência da representação. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.46. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000010-55.2015.1601.
Origem: PJM Salvador - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO DE CIVIS. MOVIMENTO SOCIAL "MULHERES INDEPENDENTES DA V.N.B". RECLAMAÇÃO CONTRA ORGANIZAÇÃO MILITAR DA MARINHA.
Dificuldades de Ingresso de moradores civis ocupantes de imóvel em área sob administração militar - Vila Naval da Barragem, Aratu/BA. Assunto recorrente sob a intervenção do MP Militar e MP
Federal. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, declarou finda a reunião às 16h30. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ

Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ

Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 219, DE 14 DE JULHO DE 2016

Altera a Resolução n.º 170, de 9 de maio de 2014 - Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Processo Tabularium nº 08190.033584/2016-87, e de acordo com a deliberação ocorrida na 242ª Sessão Ordinária, realizada no dia 14 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n.º 170, de 9 de maio de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Compete ao Conselho Superior, além das atribuições estabelecidas no art. 166 da Lei Complementar nº 75/93:

(...)

VI - conhecer e homologar as decisões de arquivamento de procedimentos e expedientes oriundos da Corregedoria-Geral;"

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho
Em exercício

ANA LUISA RIVERA
Conselheira-Relatora
Conselheira-Secretária

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob Nº 08190.041825/16-55, que tem como interessados: AGECOM, AV COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, AGNELO PACHECO-CRIAÇÃO, DUPLA CRIAÇÃO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, WELLINGTON LUIZ MORAES, LEONARDO TESHIMA, CARLOS ANDRÉ DUDA, ADEVAGNER BEZERRA, PAULO PEREIRA DOS SANTOS, LUCIANE GERMENDORFF, AMÉLIA C. L. CARVALHO DE ASCENÇÃO e MARIA DO CARMO SILVA para apurar supostas irregularidades nos contratos 01/2008, 02/2008 e 03/2008 firmados pelo GDF, por meio da AGECOM.

ALI TALEB FARE

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

DECISÃO NORMATIVA Nº 152, DE 13 DE JULHO DE 2016

Altera, para o exercício de 2017, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, constantes do Anexo I da Decisão Normativa - TCU 150, de 23 de março de 2016.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 161, parágrafo único, da Constituição Federal e o art. 1º, inciso VI, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), e ainda o constante no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal; no art. 92 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), alterado pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013; e na Lei Complementar 62, de 28 de dezembro de 1989, alterada pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013, bem assim o que consta no processo TC 014.246/2016-3, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, na forma do Anexo I desta Decisão Normativa, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal na distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2017, constantes do Anexo I da Decisão Normativa TCU 150, de 23 de março de 2016.

Art. 2º As unidades federadas disporão de trinta dias, a partir da publicação desta Decisão Normativa, para apresentar contestação, que poderá ser protocolada nas secretarias de controle externo nos estados ou na Sede deste Tribunal, nos termos do art. 292 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 13 de julho de 2016.

AROLDO CEDRAZ
Presidente do Tribunal

ANEXO I

FPE - COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO
EXERCÍCIO 2017

UF	Unidade da Federação	Participação
AC	Acre	3,820034%
AL	Alagoas	4,901774%
AM	Amazonas	4,385219%
AP	Amapá	3,348682%
BA	Bahia	8,426562%
CE	Ceará	6,592268%
DF	Distrito Federal	0,658304%
ES	Espírito Santo	2,323989%
GO	Goiás	2,974134%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MA	Maranhão	6,900439%
MG	Minas Gerais	4,386068%
MS	Mato Grosso do Sul	2,154635%
MT	Mato Grosso	2,269229%
PA	Pará	6,360185%
PB	Paraíba	4,320163%
PE	Pernambuco	6,022984%
PI	Piauí	4,202606%
PR	Paraná	2,718533%
RJ	Rio de Janeiro	2,851967%
RN	Rio Grande do Norte	3,876080%
RO	Rondônia	3,475137%
RR	Roraima	2,292189%
RS	Rio Grande do Sul	1,225430%
SC	Santa Catarina	1,229063%
SE	Sergipe	3,709551%
SP	São Paulo	1,046278%
TO	Tocantins	3,528497%
T O T A L		100,000000%

ANEXO II

FPE - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2017

(A) UF	(B) População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2015)	(C) Fator repr. pop. inicial	(D) Trava (lim.inf. 0,012 e lim.sup. 0,07)	(E) Fator repr. pop. final	(F) Renda domiciliar per capita (rdpc) (fonte: IBGE, ref. 2015)	(G) Inverso da rdpc	(H) Fator repr. inverso rdpc inicial	(I) Fator repr. inverso rdpc final	(J) Coef. individual inicial	(K) Excesso positivo (rdpc menos valor ref.) (*)	(L) Redutor (Excesso / valor ref.)	(M) Coef. indiv. reduzido (para rdpc > valor ref.)	(N) Trava (lim.inf. 0,005)	(O) Coef. individual final
AC	803.513	0,00393011	0,01200000	0,00714048	752,00	0,00132979	0,04374746	0,02187373	0,02901421	0,00	0,00000000	0,02901421	0,02901421	0,03820034
AL	3.340.932	0,01634102	0,01634102	0,00972357	598,00	0,00167224	0,05501353	0,02750676	0,03723033	0,00	0,00000000	0,03723033	0,03723033	0,04901774
AM	3.938.336	0,01926302	0,01926302	0,01146227	753,00	0,00132802	0,04368936	0,02184468	0,03330695	0,00	0,00000000	0,03330695	0,03330695	0,04385219
AP	766.679	0,00374995	0,01200000	0,00714048	840,00	0,00119048	0,03916439	0,01958220	0,02672268	38,64	0,04821803	0,02543417	0,02543417	0,03348682
BA	15.203.934	0,07436481	0,07000000	0,04165283	736,00	0,00135870	0,04469849	0,02234925	0,06400207	0,00	0,00000000	0,06400207	0,06400207	0,08426562
CE	8.904.459	0,04355310	0,04355310	0,02591585	681,00	0,00146843	0,04830850	0,02415425	0,05007010	0,00	0,00000000	0,05007010	0,05007010	0,06592268
DF	2.914.830	0,01425689	0,01425689	0,00848342	2.254,00	0,00044366	0,01459543	0,00729771	0,01578114	1.452,64	1,81271838	-0,01282562	0,00500000	0,00658304
ES	3.929.911	0,01922181	0,01922181	0,01143775	1.074,00	0,00093110	0,03063137	0,01531568	0,02675344	272,64	0,34022162	0,01765134	0,01765134	0,02323989
GO	6.610.681	0,03233387	0,03233387	0,01923996	1.078,00	0,00092764	0,03051771	0,01525885	0,03449881	276,64	0,34521314	0,02258937	0,02258937	0,02974134
MA	6.904.241	0,03376972	0,03376972	0,02009435	509,00	0,00196464	0,06463279	0,03231639	0,05241074	0,00	0,00000000	0,05241074	0,05241074	0,06900439
MG	20.869.101	0,10207403	0,07000000	0,04165283	1.128,00	0,00088652	0,02916497	0,01458249	0,05623531	326,64	0,40760707	0,03331340	0,03331340	0,04386068
MS	2.651.235	0,01296760	0,01296760	0,00771625	1.044,00	0,00095785	0,03151158	0,01575579	0,02347204	242,64	0,30278527	0,01636505	0,01636505	0,02154635
MT	3.265.486	0,01597200	0,01597200	0,00950399	1.053,00	0,00094967	0,03124225	0,01562113	0,02512511	251,64	0,31401617	0,01723542	0,01723542	0,02269229
PA	8.175.113	0,03998575	0,03998575	0,02379314	671,00	0,00149031	0,04902845	0,02451422	0,04830736	0,00	0,00000000	0,04830736	0,04830736	0,06360185
PB	3.972.202	0,01942866	0,01942866	0,01156084	774,00	0,00129199	0,04250399	0,02125200	0,03281283	0,00	0,00000000	0,03281283	0,03281283	0,04320163
PE	9.345.173	0,04570870	0,04570870	0,02719852	825,00	0,00121212	0,03987647	0,01993824	0,04713676	23,64	0,02949985	0,04574623	0,04574623	0,06022984
PI	3.204.028	0,01567140	0,01567140	0,00932512	728,00	0,00137363	0,04518968	0,02259484	0,03191996	0,00	0,00000000	0,03191996	0,03191996	0,04202606
PR	11.163.018	0,05460006	0,05460006	0,03248924	1.241,00	0,00080580	0,02650934	0,01325467	0,04574391	439,64	0,54861735	0,02064801	0,02064801	0,02718533
RJ	16.550.024	0,08094875	0,07000000	0,04165283	1.284,00	0,00077882	0,02562157	0,01281078	0,05446361	482,64	0,60227613	0,02166148	0,02166148	0,02851967
RN	3.442.175	0,01683621	0,01683621	0,01001823	819,00	0,00122100	0,04016861	0,02008430	0,03010253	17,64	0,02201258	0,02943990	0,02943990	0,03876080
RO	1.768.204	0,00864856	0,01200000	0,00714048	823,00	0,00121507	0,03997338	0,01998669	0,02712717	21,64	0,02700409	0,02639463	0,02639463	0,03475137
RR	505.665	0,00247329	0,01200000	0,00714048	1.008,00	0,00099206	0,03263699	0,01631850	0,02345898	206,64	0,25786164	0,01740981	0,01740981	0,02292189
RS	11.247.972	0,05501558	0,05501558	0,03273649	1.434,00	0,00069735	0,02294149	0,01147074	0,04420724	632,64	0,78945792	0,00930748	0,00930748	0,01225430
SC	6.819.190	0,03335372	0,03335372	0,01984681	1.368,00	0,00073099	0,02404831	0,01202416	0,03187097	566,64	0,70709793	0,00933507	0,00933507	0,01229063
SE	2.242.937	0,01097055	0,01200000	0,00714048	782,00	0,00127877	0,04206917	0,02103458	0,02817507	0,00	0,00000000	0,02817507	0,02817507	0,03709551
SP	44.396.484	0,21715013	0,07000000	0,04165283	1.482,00	0,00067476	0,02219844	0,01109922	0,05275205	680,64	0,84935609	0,00794677	0,00794677	0,01046278
TO	1.515.126	0,00741072	0,01200000	0,00714048	816,00	0,00122549	0,04031629	0,02015814	0,02729863	14,64	0,01826894	0,02679991	0,02679991	0,03528497
TOTAL	204.450.649	1,00000000	0,84027912	0,50000000		0,03039690	1,00000000	0,50000000	1,00000000				0,75952767	1,00000000

(*) Renda domiciliar per capita nacional (rdpcn): R$ 1.113,00; Valor de referência (corresponde a 72% da rdpcn): R$ 801,36

ANEXO III

FPE - NOTA EXPLICATIVA DA METODOLOGIA DE CÁLCULO
EXERCÍCIO 2017

Seguindo os princípios estabelecidos no item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, são publicadas informações adicionais relativas ao cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Portanto, esta nota explicativa detalha a metodologia empregada para o cálculo dos coeficientes do FPE fixados pela presente Decisão Normativa, a vigorarem em 2017.

O Anexo I da presente Decisão Normativa apresenta a tabela com os coeficientes de participação de cada estado e do DF e o Anexo II apresenta a memória de cálculo dos coeficientes. Os cálculos foram efetuados a partir dos preceitos legais e seguem a seguinte metodologia:

FPE - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES (ANEXO II)

Coluna A: sigla da UF;

Coluna B: população da UF fornecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com data de referência em 1°/7/2015 (art. 102, inciso I, da Lei 8.443, de 16/7/1992);

Coluna C: fator representativo da população - inicial, calculado a partir da razão entre a população da UF (coluna B) e o somatório das populações das UFs (total da coluna B) (art. 2º, inciso III, alínea "a", da LC 62, de 28/12/1989);

Coluna D: fator representativo da população - após aplicação dos limites inferior de 0,012 e superior de 0,07 nos valores da coluna C (art. 2º, inciso III, alínea "a", da LC 62/1989);

Coluna E: fator representativo da população - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna D para que sua soma seja 0,5 (art. 2º, § 1º, inciso I, da LC 62/1989);

Coluna F: renda domiciliar *per capita* (rdpc) da UF fornecida pelo IBGE, relativa ao exercício de 2015;

Coluna G: inverso da renda domiciliar *per capita* (rdpc) da UF, obtido pela razão entre 1,0 e os valores da coluna F;

Coluna H: fator representativo do inverso da rdpc - inicial, calculado a partir da razão entre o inverso da rdpc da UF (coluna G) e o somatório dos inversos das rdpc das UFs (total da coluna G) (art. 2º, inciso III, alínea "b", da LC 62/1989);

Coluna I: fator representativo do inverso da rdpc - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna H para que sua soma seja 0,5 (art. 2º, § 1º, inciso I, da LC 62/1989);

Coluna J: coeficiente individual da UF - inicial, calculado a partir da soma dos valores das colunas E (fator representativo da população - final) e I (fator representativo do inverso da rdpc - final) (art. 2º, § 1º, inciso II, da LC 62/1989);

Coluna K: excesso da rdpc, obtido pela diferença entre a rdpc da UF e o valor de referência - que corresponde a 72% da renda domiciliar *per capita* nacional (rdpcn) -, caso a rdpc da UF seja superior ao valor de referência (caso não seja, o valor da UF na coluna K fica zero). Na observação, apresenta-se o valor da rdpcn, também fornecido pelo IBGE (R$ 1.113,00), a partir do qual calcula-se o valor de referência (72% da rdpcn = R$ 801,36) (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna L: redutor aplicado caso haja excesso da rdpc, ou seja, caso a rdpc da UF seja superior ao valor de referência; é calculado a partir da razão entre o excesso da rdpc (coluna K) e o valor de referência (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna M: coeficiente individual da UF - reduzido proporcionalmente à razão entre o excesso da rdpc da UF e o valor de referência (caso haja excesso da rdpc); é calculado a partir da diferença entre o coeficiente individual - inicial (coluna J) e o produto do redutor (coluna L) pelo coeficiente individual - inicial (coluna J) (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna N: coeficiente individual da UF - após aplicação do limite inferior de 0,005 nos valores da coluna M (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna O: coeficiente individual da UF - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna N para que sua soma seja 1,0 (art. 2º, § 1º, inciso IV, da LC 62/1989).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Plenário, prevista para 20/07/2016, às 14h30.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

010.756/2011-6
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Edmir Fonseca Rodrigues (OAB/MS 6.291), representando Luiz Candido Escobar, Wilson Cesar Parpinelli e Edson Giroto

016.394/2016-0
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; Presidência da República
Representação legal: não há

029.938/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior; Carla de Souza Marques; Claudia Gomes de Melo; Claudinei Pimentel Mota; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Mario Augusto Lopes Moyses; Marta Feitosa Lima Rodrigues; Premium Avança Brasil
Representação legal: Anderson Medeiros Bonfim (OAB/SP 315.185) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses; Fábio Santos Martins (OAB/GO 21.828), representando Calypso Produções Artísticas do Brasil

Ministro BENJAMIN ZYMLER

011.794/2016-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Universities Suprannuation Scheme Ltd.
Representação legal: Antônio José do Carmo Condini (OAB/SP 372.598) e outros, em nome de Universities Suprannuation Scheme Ltd.

015.401/2016-2
Natureza: Solicitação
Solicitação: Universities Suprannuation Scheme Ltd.
Representação legal: Renato Mantoanelli Tescar (OAB/SP 344.847), em nome de Universities Suprannuation Scheme Ltd.

015.403/2016-5
Natureza: Solicitação
Solicitação: Universities Suprannuation Scheme Ltd.
Representação legal: Renato Mantoanelli Tescari (OAB/SP 344.847), em nome de Universities Suprannuation Scheme Ltd.

015.404/2016-1
Natureza: Solicitação
Solicitação: Universities Suprannuation Scheme Ltd.
Representação legal: Renato Mantoanelli Tescari (OAB/SP 344.847) em nome de Universities Suprannuation Scheme Ltd.

029.834/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Maurivã Gomes Tavares
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

005.211/2006-7
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Francisco Diomar Forza; Granorte Terraplanagem Ltda. - ME; Irineu César Brandão; Francisco de Assis Leal Souza; Rural Norte Serviços & Comércio Ltda.; Indústria e Comércio de Pré-moldados Veneciano Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Venécia/ES
Representação legal: Alexandre Zamprogno (OAB/ES 7.364) e outros, representando Irineu César Brandão, Rural Norte Serviços & Comércio Ltda., Granorte Terraplanagem Ltda. - ME, Francisco de Assis Leal Souza e Francisco Diomar Forza; Francisco Diomar Forza e outros, representando Francisco de Assis Leal Souza, Rural Norte Serviços & Comércio Ltda., Irineu César Brandão, Indústria e Comércio de Pré-moldados Veneciano Ltda. e Granorte Terraplanagem Ltda. - ME

010.023/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-Centro/RJ
Responsáveis: Alfredo Faria Rego; Antonio Dinis Soeiro Veiga; Antonio Galdino Gomes; Arnaldo Voigt; Aroldo da Costa Santos; Carlos Alberto Martins; Claudia Maria Fernandes de Mello; Eliene Pires; Erivaldo Aragão Farrapo; Erly de Oliveira Cruz; Ivonete Silva Baldez; Jorge Luiz de Oliveira Araujo; João Batista Fernandes Lima; João Carlos Peçanha da Silva Oliveira
Representação legal: Alex Ferreira Leite (OAB/RJ 118.685) e outros, representando Jorge Luiz de Oliveira Araujo

019.161/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Coordenação-Geral de Serviços Gerais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

020.559/2016-0
Natureza: Representação
Representante: JB Construtora Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Jose Carlos Nespoli Louzada (OAB/DF 18.494) e outros, representando JB Construtora Ltda. ME.

023.298/2015-4
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: Leilane Morais Alcântara e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.854/2001-3
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Exercício: 2000
Órgão/Entidade: Conselho Federal de Administração
Responsáveis: Wagner Huckleberry Siqueira, Abílio Thomaz de Freitas, Wallace de Souza Vieira, Adilson de Almeida, Adolpho da Silva Oliveira, Jorge Humberto Moreira Sampaio e Flávio de Freitas Filho; Paulo Cesar Carvalho Coelho
Representação legal: Jose Celio Santos Lima, representando Maria Emilia Pinheiro Cunha; Paulo Cesar da Silva Leal de Souza (OAB/RJ 97.508), representando Wallace de Souza Vieira; Anibal Sergio Corrêa de Souza (OAB/RJ 66.899), representando Wagner Huckleberry Siqueira e Jorge Humberto Moreira Sampaio, Francisco Luiz do Lago Viegas (OAB/RJ 67.617) e Giovanni Frangella Marchese (OAB/RJ 90.950).

002.498/2016-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Gado Bravo/PB
Responsável: Austerliano Evaldo Araujo
Representação legal: não há.

005.619/2015-7
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Responsáveis: Fernando de Magalhães Furlan; Jorge Antonio Deher Rachid
Representação legal: não há

011.470/2016-0
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal e Caixa Participações S.A.
Representação legal: não há.

015.959/2014-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pinhalão/PR
Responsáveis: Claudinei Benetti, Marcelo Bezerra Crivella
Representação legal: Karina Correia de Freitas Chaves (OAB/PR 33.670)

020.264/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Audac Serviços Especializados de Cobrança e Atendimento ao Cliente S.A.
Órgão/Entidade/ Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados - Regional São Paulo.
Representação legal: Sarah Priscilla Guimarães (OAB/DF 37.394)

Ministra ANA ARRAES

012.462/2014-4
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Recorrente: Jorge Mesquita Huet Machado
Representação legal: não há

015.245/2013-6
Natureza: Representação
Representante: IQS Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Aviação Civil
Responsável: Wagner Bittencourt de Oliveira
Representação legal : José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471)

027.740/2015-3
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

031.001/2013-0
Natureza: Representação
Representante: M.M. de Aguiar Indústria e Comércio
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Codó/MA
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

008.293/2015-5
Natureza: Levantamento
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações; Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

030.632/2007-5
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: José Roberto Biazon
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Representação legal: Aline Cristina de Melo Franco e Oliveira (OAB/DF 23.794) e outros, representando José Roberto Biazon e Rosângela Segalla Afanasieff; Jackson Vieira dos Santos (OAB/RJ 201.700-E) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

Ministro VITAL DO RÊGO

019.829/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araguari/MG
Responsáveis: Cima Engenharia e Empreendimentos Ltda. e Marcos Antonio Alvim
Representação legal: Danilo Burle Carneiro de Abreu (OAB/MG 141.164), Paulo Roberto Cardoso Brasileiro (OAB/MG 86.177) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

020.062/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Engemax Construções e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cairu/BA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

041.930/2012-6
Natureza: Representação
Representante: Benedito Fortes de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo
Representação legal: Arnaldo D' Amelio Junior (OAB/SP 32.245), representando Flávio Prada e Arani Nanci Bomfim Mariana; Fausto Pagioli Faleiros (OAB/SP 233.878), e outros, representando Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

030.027/2015-2
Natureza: Monitoramento
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Responsáveis: Angelo José de Negreiros Guerra; César Augusto Pinheiro; Fernando Antônio Costa de Oliveira; Giovanni Brigido Bezerra Cardoso e Risnaldo Carvalho da Costa Moreira
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministra ANA ARRAES

022.106/2015-4
Natureza: Representação
Representante: União de Educação e Cultura
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Representação legal: Antonio Morais Pinto da Mota (OAB/RJ 129.890), Paulo Henrique Franco Palhares (OAB/DF 19.336), Dyogo César Batista Viana Patriota (OAB/DF 19.397) e outros.
1º Revisor: Ministro Augusto Nardes (51/2015)
2º Revisor: Ministro Vital do Rêgo (26/2016)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministra ANA ARRAES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

015.406/2009-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2008
Órgão/Entidade/ Unidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Goiás
Responsáveis: Daniel Viana; Humberto Tannús Junior; Instituto Euvaldo Lodi; Ismael Gonçalves Numes; Ivan da Glória Teixeira; Jair Antonio Meneguelli; Nalva Oliveira Resende; Orizomar Araújo Siqueira; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Vargas; Pedro Alves de Oliveira; Samuel Alves Silva; Waldyr O Dwyer e Wilson de Oliveira
Representação legal : Ludmila de Carvalho Menezes (OAB/GO 16.057) e outro, Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010), Dennys Cláudio Rodrigues de Carvalho (OAB/GO 20.014), Telma da Consolação Alves Mahfuz (OAB/GO 3.360) e outros
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (51/2015)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

007.220/2011-1
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Osvaldo Rocha Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Acordo/TO
Representação legal: José Osório Sales Veiga (OAB/TO 2.709-A)

010.517/2007-6
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Francisco Lima Neres
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte/MA
Representação legal: Marcus Vinicius da Silva Santos (OAB/MA 7.961) e Laecio Pinto Leite, representando Maria Raimunda dos Santos

016.185/2016-1
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Representação legal: não há

021.919/2015-1
Natureza: Embargos de Declaração (Consulta)
Embarga nte: Secretaria de Portos
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Portos
Representação legal: não há

028.129/2014-8
Natureza: Representação
Representa nte s : Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias e Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes
Órgãos /Entidade s /Unidade s : Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério dos Transportes
Representação legal: Lúcia Helena Ferreira de Oliveira e Renata Amado Ferreira

044.693/2012-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Paulo Roberto dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.067/2016-6
Natureza: Embargos de Declaração (Auditoria)
Embarga nte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

010.956/2014-0
Natureza: Embargos de Declaração (Denúncia)
Recorrente: Conselho Federal de Medicina Veterinária
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Medicina Veterinária
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

005.790/2015-8
Natureza: Administrativo
Interessados: Fernando Luiz Souza da Eira, Carlos Renato Ravazio Lauxen, Sueli Aparecida Vieira Barbosa da Silva, Nelsy Maria Gomes e José Dalton Vitorino Leite
Representação legal: não há

020.053/2015-0
Natureza: Auditoria
Órgãos/ Entidade s /Unidade s : Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

023.215/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

030.165/2014-8
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidade s /Unidade s : Agência Nacional de Aviação Civil; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Luís Justiniano de Arantes Fernandes e outros, representando Concessionaria do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.; Erica Carla Souza Matos e outros, representando Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.; Antônio Henrique Medeiros Coutinho (OAB/DF 34.308) e outros, representando Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.; Paula Damas de Matos (OAB/DF 25.814), representando Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.; Márcia Fernandes Bezerra (OAB/PR 35.769) e outros, representando Aeroportos Brasil Viracopos S.A.; Rosimeire Gaudad Sardinha Carneiro e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

016.316/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva de Curitiba/PR
Responsáveis: Ângela Maria Benato de Oliveira; Boleslaw Dranczuk; João Córdoba; Laurindo da Silva Ribeiro; Lourdes Nery Rodrigues; Neuza Akemi Susaki Ogiwara;
Representação legal: Bruna Lacorte (OAB/PR 56.314), representando Letícia Dranczuk, Tiago Dranczuk e Rosa Regina Viesser; José Orivaldo de Oliveira (OAB/PR 12.321), representando Neuza Akemi Susaki Ogiwara; Carlos Henrique Pereira Bueno (OAB/PR 58.637), representando Laurindo da Silva Ribeiro; Paulo José Gozzo (OAB/PR 13.306), representando Lourdes Nery; Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095) e outros, representando João Córdoba

021.409/2003-4
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Empresa Constremac Industrial Ltda., Rubens de Siqueira Júnior, Plácido Rodriguez Rodriguez, José Jackson Queiroga de Morais e Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Representação legal: Henry Rossdeutscher (OAB/SC 15.289), Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (OAB/RN 3.640) e outros

026.970/2007-6
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Mário Pedro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça
Representação legal: Fábio Barbosa Maciel (OAB/AL 7.147)

028.831/2007-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Dáblios Com. Rep. Imp. e Exp. Ltda., Sistema Comercial, Importadora e Exportadora Ltda. e Real Alimentos Ind. e Com. Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação e de Administração do Estado de Sergipe
Representação legal : Sidney Melquiades de Queiroz (OAB/SP 184.500) e Rodrigo Mendonça Alvares da Silva (OAB/SE 3.545)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

007.193/2010-6
Natureza: Pedido de Reexame (Auditoria)
Recorrente: Andréa Regina Fontana
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Ministério da Integração Nacional e Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina
Representação legal: Adriano Silva Soromenho (OAB/DF 47.636) e Alessandra Oliveira Ramos Piccoli (OAB/SC 15.203)

025.040/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Passagem/PB
Responsável: Agamenon Balduíno da Nóbrega
Representação legal: não há

026.925/2006-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Milton Teixeira Carneiro, Flávio Góes Menicucci, Maria Izabel Meirelles de Mello, Maurício Guedes de Mello, Construtora Barbosa Mello S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Representação legal: Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934), Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros

030.656/2015-0
Natureza: Levantamento
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e Banco Nacional do Desenvolvimento
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

004.662/2014-8
Natureza: Embargos de Declaração (Denúncia)
Embargante: André de Seixas Ponce Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: Osvaldo Agripino de Castro Junior (OAB/SC 13.458-B) e Adão Paulo Ferreira (OAB/SC 12.708)

014.395/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Dásio Lopes Simões
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Andaraí
Representação legal: não há

425.012/1996-4
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Encomind Engenharia Ltda.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Estado de Mato Grosso e Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Mato Grosso
Representação legal: Marcelo Aparecido Batista Seba (OAB/SP 208.574/A e OAB/DF 15.816), e outros, representando a embargante

Ministro BRUNO DANTAS

002.225/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Renato Menezes Castelão
Representação legal: não há

003.008/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame (Auditoria)
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

007.834/2013-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Cleyton Maia Barros, falecido (inventariante Glaucia Wanderley Maia Barros); Construtora Jalapão Ltda.; Construtora Maia Ltda. - ME; Jhonata Elias Maia Barros de Lima; José Aparecido de Araújo; Shyrleide Maria Maia Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ponte Alta do Tocantins/TO
Representação legal: Leandro Manzano Sorroche (OAB/TO 4.792) e outros, representando Jhonata Elias Maia Barros de Lima, Construtora Jalapão Ltda., Construtora Maia Ltda. - ME, José Aparecido de Araújo, RC dos Santos Tocantinense - ME, Cleyton Maia Barros, Glaucia Wanderley Maia Barros, Cleyton Maia Barros Filho e Shyrleide Maria Maia Barros

018.996/2016-7
Natureza: Consulta
Consulente s : Ministério da Fazenda; Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

035.919/2011-6
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Reordenamento Agrário
Representação legal: Aline Crivelari (OAB/SP 230.844) e outros, representando Banco do Brasil S.A, Flávia Holanda Duarte (OAB/CE 17.798) e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Ministro VITAL DO RÊGO

003.808/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Antonio Cassiano Pereira; Antonio Rodrigues Roberto; Arivaldo Fernandes Costa; Benedito Santos Titara; Claudio Jose da Silva; Cosmo Damiao de Lima; Francisco Dantas Belem; Francisco Demontiez Gomes Ferreira; Francisco Ricardo Lima Cruz; Francisco das Chagas dos Santos; Francisco de Assis Ferreira Alcantara
Representação legal: não há

005.000/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/ Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsável: Maria Emília Lima Cansanção
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

012.330/2016-7
Natureza: Representação
Representante: RCS Tecnologia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: Jamila Maylin Campanaro (OAB/DF 41.061) e outros.

031.529/2010-0
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Antônio Carlos de Melo Victório; Construtora Sanches Tripoloni Ltda.; Laércio Coelho Pina; Rui Barbosa Egual
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Tatiana Barbosa Farias Machado (OAB/MT 11.120); Eduardo Stenio Silva Sousa (OAB/DF 20.327) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

014.325/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Campo do Brito/SE
Responsáveis: Manoel de Souza, Jairo Augusto Araújo Maciel, Construtora Lapa Ltda.
Representação legal: Antônio Eduardo Silva Ribeiro e outros (OAB/SE 843), Mário César Vasconcelos Freire de Carvalho (OAB/SE 2.725)

020.397/2016-0
Natureza: Solicitação
Interessado: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

018.231/2015-2
Natureza: Representação
Representante: Servegel - Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: Dalmo Rogério Souza de Albuquerque (OAB/DF 10.010), Raphael Rabelo Cunha Melo (OAB/DF 21.429), Roseli DiasValenti (OAB/DF 24.068), Isabel Cristina Lacerda Fernandes (OAB/DF 34.069), Guilherme Campos Coelho (OAB/DF 27.810), Roseli Nogueira da Silva Lima (OAB/DF 42.737), e André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004)

031.557/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Caixa Econômica Federal; Departamento Penitenciário Nacional
Responsáveis: Ana Cláudia Alves de Medeiros Guimarães; Carla Sueli Barbosa; Carlos Almeida Filho; Celso Lelis Carneiro Borges; Erika Hatano Routledge; Eurico de Salles Cidade; Kátia Alice Cárdia de França; Marcele Simone Câmara de Andrade; Porto Belo Engenharia e Comercio Ltda.
Representação legal: Jader Teixeira de Sousa e outros, representando Eurico de Salles Cidade; Erika C. Frageti Santoro (OAB/SP 128.776); Rafael Klautau Borba Costa (OAB/DF 38.871), Guilherrne Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366), e outros, representando Caixa Econômica Federal; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Cythia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 228.856), e outros, representando Porto Belo Engenharia e Comercio Ltda.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.051/2016-0
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Centauro Comercio de Equipamentos de Segurança Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Logístico do Exército
Representação legal: Alberto Pavie Ribeiro (7.077/OAB-DF) e outros, representando Centauro Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda.; e Vitor Fonseca Araújo (46.346/OAB-DF) e outros, representando Palmilhados Boots Indústria e Comércio Ltda.

000.323/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Monte Santo do Tocantins /TO
Responsável: Cleodson Aparecido de Sousa
Representação legal: não há

033.570/2015-9
Natureza: Levantamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Estado de Pernambuco e Municípios do Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

Em 18 de julho de 2016
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, prevista para 20/07/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

010.364/2015-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

011.751/2016-9
Natureza: Levantamento
Representação legal: não há

011.788/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

018.238/2015-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: Joseane Rosa de Oliveira Rocha (OAB/GO 42.856) e outros

Ministro BRUNO DANTAS

019.178/2016-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

015.788/2014-8
Natureza: Auditoria
Representação legal: Esio Costa Junior (OAB/RJ 59.121) e outros

033.187/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Igor Fernando Suriano (OAB/DF 29.681) e outros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

004.939/2016-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

031.582/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

011.701/2015-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

007.604/2015-7
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

Em 18 de julho de 2016
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

2ª CÂMARA

ATA Nº 24, DE 12 DE JULHO DE 2016
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 23 referente à Sessão Ordinária realizada em 5 de julho de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-008.715/2011-4 e TC-013.316/2011-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-006.977/2013-8 e TC-009.434/2013-5, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-000.525/2013-8, TC-000.974/2015-3, TC-007.630/2014-0, TC-013.739/2012-3, TC-016.626/2007-8, TC-020.525/2013-3 e TC-031.081/2013-4, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-000.201/2014-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, a Dra. Joana Mara Gomes Miranda - OAB/MA nº 8.598, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Agenor Almeida Filho.

SUSPENSÃO DE VOTAÇÃO ANTE PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-031.561/2013-6, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Augusto Nardes. Já votou a relatora, conforme voto e minuta de acórdão constantes do Anexo II desta Ata.

APRECIAÇÃO DO TC-006.114/2013-0

Quando da apreciação do TC-006.114/2013-0, o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, informou que o Dr. Rafael Lobato - OAB/DF nº 34.897, advogado do Sr. Tertuliano José Cavalcanti Lustosa, solicitava adiamento do presente feito. Registrou, para que constasse de Ata, o indeferimento da solicitação tendo em vista já haver excluído de pauta, por duas vezes, o referido processo.

I

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 8062 a 8256 e 8282 a 8339.

RELAÇÃO Nº 14/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 8062/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.865/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abel Duque de Carvalho (090.417.611-87); Eduardo Calheiros de Araujo (036.771.337-34); Joao Martins de Moura (055.281.001-00); Manoel Francisco Costa Rodrigues (037.346.684-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8063/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Ian Stirling, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.988/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ian Stirling (004.821.024-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8064/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Lidia Marieta Bentes Carreira Evangelista, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.002/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lidia Marieta Bentes Carreira Evangelista (244.302.851-87).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8065/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.807/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilene Adratt (851.187.969-20); Alberto Canavarro Moreira dos Santos (463.048.196-68); Dalvina Souza Rodrigues Brum Carlos (612.016.772-20); Eugenio Paceli Werneck (622.392.877-72); Fabiana Vanessa Lemos de Souza (043.928.454-60); Jairo de Jesus Rabelo (452.372.123-87); Mario Jorge da Silva Baia (585.369.652-15); Newton Jose da Silva Monteiro (480.655.602-53); Nicolas Alves de Oliveira Souto (077.646.154-04); Paulo Roberto Fontes da Silva (671.190.932-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8066/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Liliane Meneses Monteiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.829/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Liliane Meneses Monteiro (004.531.435-71).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8067/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Orlanda Dias Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.006/2016-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Orlanda Dias Machado (018.427.551-29).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8068/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.023/2016-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Esmeralda Rodrigues de Mesquita (021.393.411-63); Maria José de Aquino Silva (030.986.176-40).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8069/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.063/2016-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luiza Ferreira de Souza (457.115.005-97); Maria de Jesus Santos (401.194.165-49); Marinalva Alves dos Santos (331.585.335-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8070/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.072/2016-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edneia dos Santos (066.163.525-28); Ernandes dos Santos (066.163.655-06); Josefa Maria dos Santos (336.533.485-87); Julita Tavares Santos (420.732.515-87); Juracy Oliveira de Moura (856.951.815-34); Maria Cleta Mendes dos Santos (873.653.405-68); Maria Jose Santos (154.383.845-68); Maria Salvelina Costa Souza (919.454.615-00); Rosineia dos Santos (066.163.425-65).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8071/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Edimar Valente de Andrade Gibim (CPF 229.247.362-34), Chefe do Segad, bem como de seus substitutos Sr. José Ribamar Costa Silva (CPF 608.830.222-49), período de 14/10/2013 a 7/2/2014, e Nádia Maria Santos Cunha (255.626.733-04), período de 12/2/2014 a 5/2/2015, dando-lhes quitação, em face das falhas apontadas na instrução da unidade técnica (peça 9), sem prejuízo das recomendações descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-026.200/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Edinar Valente de Andrade Gibim (229.247.362-34); José Ribamar Costa Silva (608.830.222-49); Nadia Maria Santos Cunha (255.626.733-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Roraima
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno - TCU, aprovado pela Resolução - TCU 246/2011, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima (NEMS/RR), que:
1.7.1.1.destaque, do Planejamento Estratégico elaborado pelas instâncias superiores dos órgãos cujos setores integram o NEMS/RR (Segad, Dicon, Seaud e SFCT), os objetivos estratégicos definidos para seus respectivos níveis de atuação, bem como as metas a eles associadas, apurando-as, periodicamente, informando a esta Corte de Contas por meio de seu Relatório de Gestão as ações levadas a efeito, e os resultados alcançados (tópico "IV - Avaliação do planejamento de ação e dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão");
1.7.1.2.defina os indicadores de gestão para o seu nível de atuação, bem como sejam feitas as respectivas apurações e avaliações, comparando os resultados com aqueles apurados em exercício anteriores, apresentando as informações no Relatório de Gestão a ser encaminhado a esta Corte de Contas (tópico "V - Avaliação dos Indicadores");
1.7.1.3.faça a utilização dos indicadores de evolução do "número de instrumentos celebrados e do montante repassado no exercício", do "número de instrumentos cujas contas deveriam ter sido prestadas, mas não foram no exercício em referência", e "número de contas prestadas, mas não analisadas pelo concedente no exercício em referência (com prazo de análise vencido)", apurando as suas evoluções e apresentando os resultados no Relatório de Gestão das próximas contas anuais que vierem a serem prestadas, como forma de viabilizar a avaliação de sua atuação (tópico "XII. Avaliação da situação das transferências voluntárias vigentes (convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, termos de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições)";
1.7.1.4.promova a capacitação dos agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos e na definição de seus controles, de forma que possam adotar e implementar com eficiência os modelos de gestão de riscos Coso I e Coso II, definidos no documento "Controles Internos - Modelo Integrado", publicado pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras - Coso, bem como os mecanismos e práticas de "Governança descritos no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhorias, publicado pelo Tribunal de Contas da União", minimizando assim os riscos relacionados às seguintes fragilidades apontadas nas presentes contas (tópico "VI. Avaliação da estrutura de governança e de controle internos"):
1.7.1.4.1.falta de homogeneidade de visão dos itens que compõem os níveis avaliativos de entidade e atividade;
1.7.1.4.2.ausência de documento formal que norteie o processo da avaliação de riscos;
1.7.1.4.3.processos de licitação:
1.7.1.4.3.1.ausência de um setor de licitação formalmente instituído;
1.7.1.4.3.2.ausência de mecanismos ou rotinas que expressem a documentação padrão para procedimentos licitatório;
1.7.1.4.3.3.ausência de rotinas de revisão dos quantitativos de produtos constantes nos editais de licitação em relação aos mesmos constantes na solicitação nos termos de referência;
1.7.1.4.3.4.ausência de rotinas de controle dos quantitativos de produtos recebidos, em relação ao quantitativo estabelecido no edital de licitação;
1.7.1.4.4.recursos humanos:
1.7.1.4.4.1.inexistência ou insuficiência de mecanismos de controle capazes de detectar indícios de acumulação ilegal de cargos públicos;
1.7.1.4.4.2.ausência de pessoal para realizar a apreciação dos atos de aposentadoria e pensão;
1.7.1.4.4.3.ausência de segregação de função na folha de pagamentos do órgão;
1.7.1.5.implemente medidas com vistas à disponibilização dos seguintes recursos no prédio do NEMS/RR com vistas a facilitar o acesso de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nos termos da Lei 10.098/2000, com as alterações introduzidas pela Lei 13.146/2015 (tópico "XIII. Avaliação do cumprimento de obrigações legais e normativas "):
1.7.1.5.1.mapa tátil, na entrada do edifício sede;
1.7.1.5.2.piso tátil com vistas a guiar ou alertar pessoas com deficiência visual;
1.7.1.5.3.reservas de vagas de estacionamento, próximas à entrada principal do prédio;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.1.6.atente para a necessidade de inscrever corretamente o código identificador de que a contratação decorreu de licitação sustentável, ao registrar os contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), de forma a viabilizar a recuperação via sistema das informações de sustentabilidade ambiental nas contratações, conforme previsto na Instrução Normativa-SLTI/MP 01/2010 e na Portaria/SLTI-MP 2/2010 (tópico "XI. Avaliação da gestão dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental");

1.7.2. As falhas aqui tratadas sejam comunicadas ao órgão de controle interno competente para que nas próximas contas do NEMS/RR que vierem a ser apresentadas, examine a situação do cumprimento das recomendações alvitradas, fazendo inclusive gestões junto à central de controle interno em Brasília/DF, quanto à parcela que lhe seja de competência (servidores relacionados no Quadro - Atos pendentes de registro no Sisac por parte do Ministério da Saúde (MS),(peça 9 item 139 alínea "b.6"), e preste informações a respeito no Relatório de Auditoria das Contas;

1.7.3. As pendências de registro no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão (Sisac) dos atos de concessão de pensão e aposentadoria constantes dos quadros da alínea "b.6", sejam comunicadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) para fins de monitoramento em ações futuras;

1.7.4. Determinar ao NEMS/RR que:

1.7.4.1.conclua as apurações que estão sendo levadas a efeito no âmbitos dos processos administrativos abertos para os servidores, matrículas: 0655465, 053129, 2083058, 6705979, e 1810365, apurando se efetivamente ocorreram as acumulações irregulares de cargos públicos, contrariando a alínea "c", do inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, bem como se houve prejuízo para a Administração quanto ao cumprimento de carga horária por parte dos mesmos, tomando as medidas cabíveis em caso de confirmação da situação levantada, bem como seja comunicado a esta Corte de Contas o resultado das medidas adotadas, no prazo de noventa dias (tópico "VIII. Avaliação da gestão de pessoas e da terceirização de mão de obra");

1.7.4.2.conclua o cadastramento dos atos de aposentadoria e pensão no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), dos servidores relacionados nos quadros descritos na proposta da unidade técnica (peça 9, item 139, b6), fazendo inclusive gestões junto ao setor de aposentadoria do Ministério da Saúde em Brasília/DF, quanto àqueles cuja inserção lhe seja de competência (embora vinculados ao NEMS/RR), disponibilizando os registros à apreciação do Controle Interno, com vistas a emissão de parecer quanto à legalidade, em consonância com os arts. 7° e 11 da Instrução Normativa-TCU 55/2007, bem como comunique a este Corte de Contas sobre os resultados alcançados, no prazo de sessenta dias (tópico "VIII. Avaliação da gestão de pessoas e da terceirização de mão de obra");

1.7.5. Dar ciência ao gestor que, nos termos do o art. 58, inciso VII da Lei 8.443/1992 c/c o § 1° do mesmo artigo e o art. 268, inciso VIII, do Regimento Interno do TCU, no caso de reincidência de descumprimento de decisão deste Tribunal, salvo motivo justificado, poderá ser aplicada multa aos responsáveis;

1.7.6. Dar ciência desta deliberação acompanhada de cópia da instrução de peça 139, ao NEMS/RR.

ACÓRDÃO Nº 8072/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar regulares as contas dos responsáveis Claudia Luzia Vieira Soares Martins (CPF 612.012.512-49), Cleuva Silva Sales de Souza (CPF 084.443.402-78), Éder Jorge Machado Santana (CPF 203.956.712-72), Ilson Alves Pequeno Júnior (CPF 198.933.294-34), Luiz Gonzaga da Silva (CPF 286.430.032-04), Marcos Rogério dos Reis da Silva (CPF 326.241.402-63), Olegário de Oliveira Reis (CPF 045.831.752-72), Raimunda Tamar Souza da Rocha (CPF 576.208.222-9), Raimundo Jose Zacarias da Costa (CPF 052.889.242-87) e Waldemir Nogueira de Lima (CPF 334.966.331-15), dando- lhes quitação plena, conforme proposta da unidade técnica (peça 11), ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-028.080/2015-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Claudia Luzia Vieira Soares Martins (612.012.512-49); Cleuva Silva Sales de Souza (084.443.402-78); Ilson Alves Pequeno Júnior (198.933.294-34); Luiz Gonzaga da Silva (286.430.032-04); Marcos Rogério dos Reis da Silva (326.241.402-63); Olegário de Oliveira Reis (045.831.752-72); Raimunda Tamar Souza da Rocha (576.208.222-91); Raimundo José Zacarias da Costa (052.889.242-87); Waldemir Nogueira de Lima (334.966.331-15); Éder Jorge Machado Santana (203.956.712-72)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/RO-AC, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de instituir mecanismos de verificação periódica para averiguar possível acúmulo indevido de cargos, funções ou empregos públicos pelos servidores públicos vinculados ao órgão, com vistas a incrementar o controle na gestão de pessoas;

1.7.2. Dar ciência desta deliberação, ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/RO-AC.

ACÓRDÃO Nº 8073/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992; arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em determinar o arquivamento deste processo, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-001.501/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco de Assis Peixoto (246.233.931-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Simão - GO

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Ministério do Turismo (MTur) de que a reprovação das contas do convênio 1133/2009, Siafi 706006, devido exclusivamente à associação do evento ao aniversário da cidade, conforme Nota Técnica 370, de 15/5/2012, afronta a jurisprudência desta Corte, exemplificada pelos acórdãos Acórdãos 2.606/2013-TCU-Plenário, 332/2014-TCU-2ª Câmara e 1.931/2014-TCU-Plenário, de modo que é indevido o ressarcimento feito pelo Município de São Simão aos cofres do Tesouro Nacional, por meio das parcelas de R$ 43.663,49, em 29/8/2012 e R$ 44.092,41, em 6/11/2012;

1.7.2. Dar ciência desta deliberação ao Ministério do Turismo (MTur) e ao Sr. Francisco de Assis Peixoto (CPF 246.233.931-00).

ACÓRDÃO Nº 8074/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2609/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 10/6/2014, inserido na Ata nº 19/2014-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.3, onde se lê: "...o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional...", leia-se: "...o recolhimento dos valores aos cofres do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA)...", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.188/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adelmar Alves de Aviz Junior (396.913.812-49); Antonio Carlos Pinheiro Teixeira (076.681.802-06); Arenales Faustino Barroso dos Santos (121.501.002-82); Benedito Santos Amorim Pinto (264.361.672-34); Carlos Lemos Barboza (032.489.412-00); Carlos de Souza Arcanjo (037.231.192-04); Celso Rosivaldo de Melo Pereira (271.453.102-44); Darcy Marinho Quintela (394.539.872-04); Diogo Guerreiro Reale (289.248.432-49); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); Ernandes Ribeiro Rabelo (023.769.622-34); Fabiano de Assunção Oliveira (007.691.772-04); Fernando José Cardoso Brandão (458.732.402-72); Francisco Solano Rodrigues Neto (148.265.002-97); Genoveva Maria Esteves de Oliveira Melo (061.965.782-00); Hilton Prado de Castro (031.835.302-44); José Garcia Neto (380.804.001-72); José Luis Miranda Vieira (076.675.742-00); José Renato Dias Camelo (257.850.952-20); José Tadeu das Virgens Alves (076.755.262-87); José Vieira Tavares de Sousa (032.489.172-53); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); Julia Luna Cohen Assunção (139.911.592-87); Luiz Carlos Vieira de Carvalho (081.312.602-91); Luiz Eduardo do Canto Costa (006.099.002-34); Maria Auxiliadora Gomes Araujo (036.557.502-00); Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Eduardo Xavier da Costa (380.080.842-00); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma (158.464.822-87); Mauricio Camargo Zorro (510.458.262-00); Moysés Mimon Benchimol (036.333.902-78); Naide de Souza Gaia (033.171.962-20); Neuza Salete Zortea (261.706.472-72); Pedrina Wania Mesquita (167.702.422-49); Ronaldo Passos Guimaraes (028.572.782-68); Solange de Fatima Freire Linhares (092.422.522-04); Sérgio Cabeça Braz (125.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Joanaina de Paiva Rodrigues (17967/OAB-PA) e outros, representando Wilson Tavares Von Paumgartten; Antonio Candido Monteiro de Brito (646/OAB-PA), representando Genoveva Maria Esteves de Oliveira Melo; Aroldo Brasil da Silva (9.588/OAB-PA), representando Diogo Guerreiro Reale; Francinaldo Fernandes de Oliveira (10.758/OAB-PA), representando Darcy Marinho Quintela; Antonio Eduardo Cardoso da Costa (9.083/OAB-PA), representando Maria Eduardo Xavier da Costa; Antonio Villar Pantoja (1.049/OAB-PA), representando Carlos de Souza Arcanjo; Cláudio Monteiro Gonçalves (4.656/OAB-PA), representando José Luis Miranda Vieira e José Vieira Tavares de Sousa; Maria do Socorro Borges Celso Sa (5.093/OAB-PA), representando Ronaldo Passos Guimaraes; Carla Ferreira Zahlouth (5.719/OAB-PA), representando Carlos Lemos Barboza, Wilson Tavares Von Paumgartten, Julia Luna Cohen Assunção, Hilton Prado de Castro e Francisco Solano Rodrigues Neto; Luiz Carlos dos Anjos Cereja (6977/OAB-PA), representando Maria Auxiliadora Gomes Araujo, Maria Auxiliadora Souza dos Anjos, Maria Francisca Tereza Martins de Souza, Sérgio Cabeça Braz e Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8075/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU, bem como no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19 da IN-TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, sem o cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para que seja dado cumprimento ao disposto no art. 15, inciso I, da IN-TCU 71/2012, aos Srs. José Sobrinho Barros (CPF 093.254.841-53), Jair José da Silveira Júnior (CPF 258.189.701-59), Manoel Valdeci Machado Elias (CPF 086.653.381-87) e à Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal - FACI-DF (CNPJ 38.050.233/0001-71), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.731/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Federação das Associações Comerciais e Industriais do DF (38.050.233/0001-71); Jair José da Silveira Júnior (258.189.701-59); Jose Sobrinho Barros (093.254.841-53)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: Antonio Valdir Oliveira Filho e outros, representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8076/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 6639/2013-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 14/11/2013, inserido na Ata nº 41/2013-Extraordinária, relativamente ao seu item 9, a inclusão do subitem 9.6 com a seguinte redação: "Autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com a proposta da unidade técnica emitida nos autos, ratificado pelo Ministério Público:

1. Processo TC-008.352/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 028.651/2007-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL).

1.2. Responsável: Rosemiro Rocha Freires (030.327.952-49).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Santana - AP.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.7. Representação legal: Izabel Souza da Silva e outros, representando Rosemiro Rocha Freires e Rosemiro Rocha Freires.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8077/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em considerar cumpridas as determinações exaradas nos Acórdãos 7.569/2012-TCU-2ª Câmara, item 9.5, e 4.442/2014-TCU-2ª Câmara, item 9.2, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-019.614/2014-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN) (00.414.607/0017-85)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira - RN
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar o apensamento desses autos ao Processo TC-002.010/2011-9, no âmbito do qual foi proferido o Acórdão 7.569/2012-TCU-2ª Câmara;
1.7.2. Dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira - RN, encaminhando-lhe cópia da instrução da unidade técnica (peça 26) e desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 8078/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, em face da inexistência de interesse público a ser tutelado, e em determinar seu arquivamento, nos termos do art. 169, inciso VI, do RI/TCU, após ciência do teor desta deliberação ao representante, conforme proposta da unidade técnica nos autos (peça 2).

1. Processo TC-018.223/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Jc Nantes Ltda. (10.754.818/0001-53)
1.2. Órgão/Entidade: Embrapa/cpao
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 8079/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de acompanhamento das determinações exaradas no Acórdão 5.250/2009- TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 6/10/2009 (peça 1, p. 36-37), que considerou ilegais os atos de aposentadoria dos interessados acima indicados, em razão da utilização de tempo de serviço fictício correspondente a 20% do tempo cumprido sob a vigência da Lei 3.313/1957.

Considerando as determinações do Acórdão 5.250/2009-TCU-2ª Câmara não foram cumpridas na íntegra pelo Departamento de Polícia Federal, em razão de decisões judiciais que amparam a manutenção das aposentadorias do inativo Daniel Cardoso Leite (Ação Ordinária 0015069- 66.2008.4.01.3900, da 10ª Vara do Juizado Especial Federal Cível - PA, transitada em julgado) e do inativo Antônio Geraldo de Freitas Filho (Ação Ordinária 002039-12.2012.4.05.8200, da 1ª Vara Federal/PB, em trâmite no Supremo Tribunal Federal).

Considerando que, cabe o acompanhamento dessa ação judicial por parte da AGU, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 002039- 12.2012.4.05.8200 (1ª Vara Federal/PB), em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

b) arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-009.379/2009-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Antônio Geraldo de Freitas Filho (032.569.102-97)
1.2. Interessados: Alberto Pereira da Silva (133.383.901-49); Antonio Geraldo de Freitas Filho (032.569.102-97); Daniel Cardoso Leite (196.344.554-68); Pedro Glauter de Carvalho (112.602.973-49)
1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: Joselisses Abel Ferreira e outros, representando Antônio Geraldo de Freitas Filho.

ACÓRDÃO Nº 8080/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidores de Ministério da Fazenda, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-016.851/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Djalma Estevam Dantas (010.580.531-91); Francisco Carneiro Cruz (098.814.253-87); Jaime Quirino da Costa (056.888.844-87); Jose Francelino Pereira (084.326.511-68); José Roberto de Paiva (008.291.531-87); Maria Helena Jaime (077.460.161-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8081/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, de ex-servidores do Banco Central do Brasil, encaminhados a este Tribunal para apreciação na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que o cruzamento com o sistema Sisac comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-016.878/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mateus Teodoro Pinto dos Santos (003.153.893-20); Orlando Bordallo Junior (186.701.138-72)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8082/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-017.797/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Karoline Alves (063.027.236-04); Augusto Cesar Araujo Maeda (028.270.171-05); Brenda Motta Melo (792.305.552-15); Bruno Graciano Rocha Gomes (063.661.826-98); Bruno Nogueira Silva (028.652.163-65); Bruno Teixeira e Silva de Vasconcelos Ribeiro (018.030.521-20); Camila Ferraz Peixoto Cavalcante (122.287.237-46); Camila Maria Rodrigues Marques (035.879.923-63); Camila Medeiros de Souza (055.912.239-07); Cassio Sobocinski Castro (035.112.381-45)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8083/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 4.506/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 12/4/2016, Ata nº 11/2016, relativamente ao item 9.2, para que:

Onde se lê:
"9.3. em consequência do item 9.1 deste Acórdão, tornar insubsistente os itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, e 9.6;"

Leia-se:
"9.3. em consequência do item 9.1 deste Acórdão, tornar insubsistente os itens 9.3, 9.4, 9.5, e 9.6;
9.4. enviar cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Distrito Federal, bem como à Exª Sra. Raquel Branquinho P. M. Nascimento, Procuradora da República;"
Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela SecexFazenda e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-001.753/2002-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 028.762/2008-0 (SOLICITAÇÃO); 030.527/2007-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Nauro Luiz Scheufler, (CPF 238.535.731-34), Celso Luiz Barreto dos Santos (CPF 023.633.137-04), Ernane Domingos Lagares (CPF 057.334.721-20), Tácito Furtado Silva (CPF 225.302.901-72), Sérgio Otero Ribeiro (CPF 008.241.271-53), Wolney Mendes Martins (CPF 184.958.931-34), Raimundo Nonato da Costa (CPF 096.575.841-91), Carlos Luiz Moreira de Oliveira (CPF 260.410.737-68), Nabuco Francisco Barcelos da Silva (CPF 009.668.860-20), Kleber Campos Rodrigues Filho (CPF 225.831.301-53), Nancy de Araújo Vieira (CPF 270.151.817-20), Luiza de Marilac Fernandes Koshino (CPF 186.559.121-15), Gerimias Cardoso Dourado (CPF 029.234.831- 20), João Lucas (CPF 662.986.798-04), Roberto Duarte Pontual de Lemos (CPF 244.463.001-72), Vanice Olívia da Silva Rodrigues (CPF 025.572.358-06), José Roberto Machado (CPF 064.167.738- 30), Sueli Ester da Cunha (CPF 851.974.408-72), Antônio Varella Neto (CPF 872.409.048-49), Décio Cudmane (CPF 376.998.818-34), Paulo César Caldeira Brantes (CPF 064.401.398-27), Vera Lúcia da Silva Oliveira (CPF 032.325.598-16) e Empresa PROLAN Soluções Integradas S.A. (CNPJ 65.668.311/0001-79).
1.3. Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.7. Representação legal: Juliano Couto Gondim Naves, OAB/DF nº 21.149, e outros; Flávio Medeiros Simões, OAB/DF nº 16.453, e outros; Ulysses Alves de Levy Machado, OAB/DF nº 5.853, Idmar de Paula Lopes, OAB/DF nº 24.882, e outros.

ACÓRDÃO Nº 8084/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1563/2014 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 15/04/2014, Ata nº 11/2014, relativamente ao item 9.1, para que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Onde se lê:

"9.1. julgar irregulares as contas do Espólio do Sr. Benedito Justino (CPF: 922.085.848- 72), ex-Presidente do Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste, e condená- lo, em solidariedade com o Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste (CNPJ: 50.266.212/0001-93), ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados, respectivamente, a partir das datas de ocorrência abaixo discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"

Leia-se:

"9.1. julgar irregulares as contas do Espólio do Sr. Benedito Justino (CPF: 922.085.848- 72), ex-Presidente do Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste, e condená- lo, em solidariedade com o Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste (CNPJ: 50.266.212/0001-93), ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados, respectivamente, a partir das datas de ocorrência abaixo discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex- SP e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-002.776/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 017.797/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.2. Responsáveis: Benedito Justino (922.085.848-72); Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste/sp (50.266.212/0001-93)

1.3. Órgão/Entidade: Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste/SP (50.266.212/0001-93)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8085/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 7273/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 14/06/2016, Ata nº 20/2016, relativamente ao item 9.2:

Onde se lê: "*9.2. aplicar individualmente ao Sr. Roberto Nicolsky (CPF 008.638.078-87) e à Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica - Protec (CNPJ 05049634/0001-52), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;*"

leia-se: "9.2. aplicar individualmente ao Sr. Roberto Nicolsky (CPF 008.638.078- 87) e à Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica - Protec (CNPJ 05049634/0001-52), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex- RJ e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-010.421/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Roberto Nicolsky (008.638.078-87); Sociedade Brasileira Pro-inovação Tecnológica - Protec (05.049.634/0001-52)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8086/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 4.383/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 05/04/2016, Ata nº 10/2016, relativamente ao item 9.7, para que:

- onde se lê: Data: 1//2007 valor: R$ 49.874,99, leia-se: Data: 1/8/2007 valor: R$ 49.874,99.

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex- AL e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-011.306/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 032.540/2011-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Daniel Wagner Vieira de Lima (046.883.344-78); Marcos Antonio dos Santos (240.532.524-15); Robson Nascimento de Farias (021.254.504-37); Valter dos Santos Canuto (530.284.224-68)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Traipu - AL

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8087/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 5.933/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 17/05/016, Ata nº 16/2016, relativamente ao 3.2, para que:

onde se lê: Governo do Estado de Alagoas (11.220.019/2001-69),

deve-se ler: Estado de Alagoas (12.200.176/0001-76).

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex/AL e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-011.886/2012-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Estado de Alagoas (12.200.176/0001-76)

1.2. Órgão/Entidade: Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8088/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 3511/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 15/03/2016, Ata nº 7/2016, relativamente ao item 9.2, para que:

onde se lê: "[...] atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado [...]",

leia-se: "[...] atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor."

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex- PR e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-015.749/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Eduardo Eugênio Figueroa Meza (162.903.618-80); Instituto Brasileiro de Assistência Social, Esportiva e Saúde (05.576.892/0001-97)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8089/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 4.510/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 12/4/2016, Ata n. 11/2016, relativamente ao 9.1, para que:

Onde se lê:

"julgar irregulares as contas da Sra. Dulce Regina Bezerra da Silva e da Associação Afro Cultural Lemi Ayò - Grupo Lemi Ayò, com fulcro no art. 1º, inciso I, e no art. 16, inciso III, alíneas "b" da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os ao pagamento do valor demonstrado (...)"

Passa-se a ler:

"julgar irregulares as contas da Sra. Dulce Regina Bezerra da Silva e da Associação Afro Cultural Lemi Ayò - Grupo Lemi Ayò, com fulcro no art. 1º, inciso I, e no art. 16, inciso III, alíneas "b" da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os solidariamente ao pagamento do valor demonstrado (...)".

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-RJ e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-016.993/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Afro Cultura Lemi Ayó (32.363.558/0001-28); Dulce Regina Bezerra da Silva (783.654.227-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8090/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados esta Tomada de Contas Especial, que trata de "recurso de reconsideração" interposto pelo Município de Nova Iguaçu - RJ em face do Acórdão 4.213/2016-TCU-2ª Câmara (Peça 19).

Considerando que o recorrente busca combater item da decisão que concedeu ao responsável o prazo improrrogável de quinze dias para que comprovasse o recolhimento do débito apurado nos autos, *verbis*:

"9.2. com fundamento no art. 12, inciso IV, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443/92, c/c/ o art. 202, inciso IV, §§2º e 3º, do Regimento Interno, fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias para que o Município de Nova Iguaçu/RJ, CNPJ 29.138.278/0001-01, recolha aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS a quantia de R$ 136.318,48, atualizada monetariamente a partir 1º/1/2005, em razão da não devolução do saldo financeiro da Conta Corrente 44.589-4, Agência 81-7, Banco do Brasil S/A, após o fim da vigência do Plano Municipal de Ajuste dos Recursos do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - ICCN, registrado em 31/12/2004;

9.3. dar ciência ao Município de Nova Iguaçu/RJ de que o recolhimento tempestivo do débito, atualizado monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento das contas pela regularidade com ressalva, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 153, §§ 4º e 5º, do RI/TCU;"

Considerando que, não há que se falar em cabimento de recurso em face de decisão que não julga o mérito das contas e apenas fixa prazo para recolhimento de recursos federais.

Considerando que o RI/TCU atribui a decisões, que fixam novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito, a natureza de decisão preliminar, nos termos do art. 201, § 1º, do RI/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

a) receber o expediente como mera petição no âmbito desta Secretaria de Recursos, em razão do não cabimento de recurso e ante a ausência de decisão definitiva de mérito, nos termos do artigo 201 do Regimento Interno/TCU, c/c artigo 23 da Resolução TCU 36/95;

b) receber a Peça 26 como elementos complementares de defesa, nos termos do parágrafo único do art. 279 do RI/TCU;

c) encaminhar os autos à unidade técnica de origem, para dar ciência ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados do teor do presente Acórdão, dando prosseguimento ao processo.

1. Processo TC-021.023/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Requerente: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ (29.138.278/0001-01)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8091/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em :

a) considerar revéis, para todos os efeitos, o município de Diamante/PB (CNPJ 08.942.229/0001-57) e o Senhor Hercules Barros Mangueira Diniz (CPF 873.025.604-63), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

b) fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que o município de Diamante/PB (CNPJ 08.942.229/0001-57) efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00 (débito)	21/9/2009
17,18 (crédito)	2/12/2009
5.582,28 (crédito)	10/3/2011

Valor atualizado até 22/2/2016: R$ 144.954,22

c) informar ao referido ente, na pessoa de seu representante legal, no ofício que lhe der ciência da presente deliberação, que a liquidação tempestiva de débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se- lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei 8.443/1992.

1. Processo TC-026.417/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Hercules Barros Mangueira Diniz (873.025.604-63); Prefeitura Municipal de Diamante - PB (08.942.229/0001-57)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Diamante - PB
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2016 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 8092/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo representante da Secretaria Federal de Controle Interno no Estado da Paraíba, Gabriel Aragão Wright, e conceder-lhe mais 30 (trinta) dias, a contar de 30 de junho de 2016, para cumprimento da determinação contida no item 1.8 do acórdão 4406/2016-2ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.254/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jocelyn Santiago Brandão (CPF 025.458.614-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8093/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Olympio Pereira da Silva Júnior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.583/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Olympio Pereira da Silva Júnior (CPF 238.099.907-44).
1.3. Unidade: Superior Tribunal Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8094/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.585/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Raymundo Nonato de Cerqueira Filho (CPF 031.607.267-20).
1.3. Unidade: Superior Tribunal Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8095/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rayder Alencar da Silveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.604/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Rayder Alencar da Silveira (CPF 033.693.747-49).
1.3. Unidade: Superior Tribunal Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8096/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.242/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Manoela Margarida Honig Gonçalves (CPF 199.761.191-00); Marcos Antonio Espindola (CPF 017.611.638-92); Maria Gomes Rodrigues (CPF 164.416.051-04); Maria Luiza Felipe de Oliveira (CPF 202.750.991-72); Maria Socorro Miguel Lima (CPF 294.872.691-34); Maria da Gloria Batista Ferreira Escobar (CPF 257.654.181-04); Mario Marcio Silva de Brito (CPF 519.642.361-34); Reinaldo Atienza Rodrigues (CPF 079.619.361-49).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8097/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.269/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alberto Neves Hiltner (CPF 037.100.685-68); Ana Maria Portela Santos (CPF 065.935.935-91); Flávio Costa Carvalho (CPF 055.192.925-15); Francisca Souza Damasceno (CPF 078.905.085-49); Heloisa Helena da Silva (CPF 152.465.745-04); Jose Pedro Sales Lessa (CPF 054.416.175-00); Luiz Vladimir Vilalva Negreiros Falcão (CPF 004.297.325-20); Maria Helena Silva (CPF 050.461.495-91); Maria José Santana Itaparica (CPF 187.977.925-00); Maria São Pedro dos Prazeres de Jesus (CPF 124.261.135-53).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8098/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.283/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Dina de Souza Costa (CPF 183.874.384-72); Edivaldo Antonio da Silva (CPF 073.164.964-87); José Severino Cavalcante (CPF 066.398.874-87); Lucia Alves Ramos (CPF 285.427.114-91); Marcio Osorio Beserra de Farias (CPF 094.116.074-20); Maria José de Souza Lucas da Silva (CPF 244.044.894-04); Maria Luiza Chaves Mendes (CPF 223.526.784-04); Maria de Fatima Pianco da Silva (CPF 197.274.884-04); Vera Amelia Ferraz Pacheco (CPF 179.918.204-59).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8099/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Raimundo Nonato dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.013/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Raimundo Nonato dos Santos (CPF 292.637.438-00).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8100/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.073/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Lidia Oliveira Gomes (CPF 176.313.355-91); Tereza Nadya Lima dos Santos (CPF 104.875.143-00); Urbano José de Mello Campello (CPF 178.383.204-53); Vera Lúcia de Almeida Barbosa (CPF 267.856.335-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8101/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.079/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio de Vasconcellos Carneiro Campello (CPF 052.942.584-04); Antônio Carlos Mariz Beltrão (CPF 127.349.854-20); Clylton Jose Galamba Fernandes (CPF 231.578.524-34); Eduardo Ferreira de Carvalho (CPF 040.789.694-53); Gercina Buarque Pereira (CPF 508.284.014-20); Katia Cristina Guimaraes Correia da Silva (CPF 149.865.404-59); Lucinda de Vasconcelos Frota Alves (CPF 319.015.734-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8102/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.871/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Jose Raimundo Sobrinho (CPF 146.362.394-15); Ronaldo Romero Lira (CPF 096.233.964-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8103/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Sebastião Duran Junior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.951/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Sebastião Duran Junior (CPF 018.944.538-67).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8104/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.961/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Goncalves Vicente (CPF 709.821.808-10); Benedito Saldanha Filho (CPF 267.035.487-49); Everaldo Cebalho (CPF 045.968.971-15); Lauro Silva de Oliveira (CPF 111.401.601-25); Madalena Mateus da Silva (CPF 209.158.291-34); Paulo de Campos Borges (CPF 006.726.291-00).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8105/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.962/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Lindinea da Silva Ferreira (CPF 249.488.961-87); Terezinha Aparecida Buratto dos Santos (CPF 205.565.001-72).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8106/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Antonio Eustaquio Saliba, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.969/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Antonio Eustaquio Saliba (CPF 039.272.376-04).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8107/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.029/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Joaquim do Nascimento (CPF 148.149.434-15); Elienai Batista Teixeira (CPF 151.743.874-87); Eurides de Lima Costa Silva (CPF 208.609.354-34); Jose Maria da Silva (CPF 177.605.504-72); Nominando Vieira (CPF 164.567.694-34); Paulo Correia de Carvalho (CPF 031.519.484-72); Plinio da Rocha Amaral (CPF 045.455.834-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8108/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.030/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alba Maria Ferreira Lyrio (CPF 226.818.685-72); Aldo Correia do Valle (CPF 040.264.035-72); Arnóbio Ribeiro dos Santos (CPF 028.064.875-87); Wilson Cezar Cerqueira Santos (CPF 326.230.545-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8109/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.034/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Carlos Ferreira Carvalho (CPF 010.364.326-53); Antonio David de Sousa Sobrinho (CPF 001.798.416-53); Carlos Afonso Rego (CPF 001.538.426-87).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8110/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Maria Geralda de Jesus, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.036/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maria Geralda de Jesus (CPF 317.879.086-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8111/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.039/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Agostinho Donizeti Roble (CPF 254.969.569-00); Antonio Marcos dos Santos (CPF 157.202.259-00); Jovita Damiani Pereira (CPF 770.286.439-72); Maria D Aparecida Cordeiro (CPF 171.511.049-87); Maria D Aparecida Cordeiro (CPF 171.511.049-87); Nara Mari de Fatima Balthazar (CPF 234.319.039-91); Nara Mari de Fatima Balthazar (CPF 234.319.039-91); Paulo Sydney Campos Amaro (CPF 006.316.809-00); Paulo Sydney Campos Amaro (CPF 006.316.809-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8112/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.040/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Benedito Florêncio de Queiroz (CPF 012.313.594-04); Carlos Alberto Staudinger Lima (CPF 051.551.344-04); Carlos Fernando Mota (CPF 003.525.194-87); Evandro Costa Ferreira (CPF 002.968.804-34); Fernando Romano Guerreiro (CPF 003.013.104-91); Francisco Gurgel de Melo Freitas (CPF 067.411.184-20); Francisco de Assis Silva (CPF 150.477.254-72); Joao Peixoto da Silva (CPF 150.443.864-72); João Ferreira de Souza (CPF 456.293.907-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8113/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Jose Luciano Goncalves de Araujo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.041/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jose Luciano Goncalves de Araujo (CPF 044.226.274-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8114/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.042/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Josefa Plácido de Morais (CPF 044.393.844-04); Manoel Simao Filho (CPF 028.276.034-20); Marco Antonio da Silva Caneca (CPF 032.046.344-34); Maria das Graças Barboza Soares (CPF 565.807.204-25); Maria de Lourdes Barbalho Campos (CPF 140.704.564-49); Marineide de Oliveira Manso (CPF 123.529.854-04); Milton Ezequiel Fonseca (CPF 003.555.344-87); Raimundo Francisco de Oliveira (CPF 140.630.184-15); Sebastião Evaristo Sales (CPF 063.103.624-53); Wilton Gomes da Costa (CPF 011.004.324-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8115/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.043/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Roberto Lopes Gervini (CPF 054.091.520-34); Roberto Lopes Gervini (CPF 054.091.520-34); Theodor August Johannes Maris (CPF 054.817.590-04); Theodor August Johannes Maris (CPF 054.817.590-04).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8116/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Jorge Mesquita de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.044/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jorge Mesquita de Oliveira (CPF 202.866.007-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8117/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.047/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: José Carlos Teixeira (CPF 289.425.079-72); Lauro Carlos Wittmann (CPF 077.587.070-68); Manoel de Jesus Ossimas (CPF 338.350.047-00); Maria Dorvalina Vieira (CPF 416.021.459-20); Maria Rosa Laurindo (CPF 446.630.809-87); Osvaldo Valfrido dos Santos (CPF 300.101.529-20); Telmo Temistocles Siridakis (CPF 223.875.959-04).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8118/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados a seguir relacionados; em dar ciência à Universidade Federal de Pernambuco e à Controladoria-Geral da União no Estado do Pernambuco sobre o descumprimento dos prazos estabelecidos no art. 7º da Instrução Normativa 55/2007, quanto ao envio dos atos dos interessados para apreciação deste Tribunal, fato que poderá sujeitar o responsável às sanções previstas na Lei 8.443/1992; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.066/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Egídio Ferreira Lima (CPF 000.457.994-15); Geraldo Bosco Lindoso Couto (CPF 000.064.244-49); Josue Monteiro da Silva (CPF 018.837.044-72); José de Sousa Pimentel (CPF 000.017.244-87); João Petronilo de Lima Filho (CPF 113.312.914-53).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à Sefip que corrija no formulário Sisac de Josue Monteiro da Silva, o campo "servidor acumula outra aposentadoria? ", passando a informar que "não", uma vez que essa informação foi corrigida pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 8119/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.157/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gabriel Tozatto Zago (CPF 058.972.477-06); Graziela Barboza Guaitolini Ramos (CPF 079.048.677-61); Igor Spinasse Caulyt (CPF 086.956.837-02); João Vitor Ferreira Duque (CPF 107.246.027-04); Karin Satie Komati (CPF 008.101.627-17).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8120/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-008.169/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jamille Silva Madureira (CPF 790.910.085-04); João Bosco Silva Rocha (CPF 454.663.005-00); Juliano Silva Lima (CPF 813.055.675-87); Márcio de Melo (CPF 601.615.825-91).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8121/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.329/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Miguel Antônio Rodrigues (CPF 918.417.123-53); Ronnyere Cardoso de Oliveira (CPF 026.888.883-31); Rosalina de Souza Rocha da Silva (CPF 724.120.383-68).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8122/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.355/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leizer Fernandes Moraes (CPF 732.428.451-53); Maria Eugenia Sebba Ferreira de Andrade (CPF 699.254.611-20); Marlei de Fatima Pereira (CPF 211.420.501-06); Monique Leite Arauo (CPF 005.794.011-89).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8123/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.361/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gilberto Oliveira do Nascimento (CPF 034.757.844-67); José Mário de Lima Freire (CPF 026.475.934-69); Luiz Guimarães Ribeiro Neto (CPF 895.407.864-87); Ramon Mota de Souza Farias (CPF 052.723.664-09); Vandeberg Ezequiel Araujo de Medeiros (CPF 028.241.904-77).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8124/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da unidade técnica, com acréscimo do Ministério Público junto ao TCU e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados e fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-008.909/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Amanda Ferreira de Albuquerque (CPF 049.597.164-28); Amanda Menezes da Silva Leôncio (CPF 055.149.314-39); Bergson José do Nascimento (CPF 950.246.464-87); Bruno Nicodemos Bispo da Silva (CPF 042.406.204-65); Carlos Antonio de Andrade Enedino (CPF 665.067.944-53); Cleiton Januário Silva (CPF 046.637.184-50); Dalton Francisco de Araujo (CPF 012.388.354-73); Deraldo Silva da Costa (CPF 571.408.044-00); Ebson Magalhães de Lima (CPF 064.424.104-71); Eriton Gustavo Clementino (CPF 066.759.674-79).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à Universidade Federal Rural de Pernambuco que apure eventual descumprimento do art. 117, XVIII, da Lei 8.112/1990, por Dalton Francisco de Araújo, em relação à compatibilidade de horário de trabalho, ante a constatação da existência de vínculos empregatícios mantidos pelo servidor, totalizando carga horária semanal de 84 horas, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2015 (RAIS - 2015).

ACÓRDÃO Nº 8125/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados e fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-016.176/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leandro Lemos Gonzales (CPF 004.953.970-16); Luis Felipe Costa Cunha (CPF 468.711.870-49); Rodrigo Nuevo Lellis (CPF 002.311.010-40); Vinicius Nizolli Kuhn (CPF 002.727.910-32).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data da Validade do Concurso, nos Formulários de todos os servidores que constam nesta deliberação, passando a constar de acordo com as justificativas transcritas no parágrafo 9 da instrução.

ACÓRDÃO Nº 8126/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.771/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandre Henrique Delforge (CPF 118.778.418-46); Arnulfo Miguel Rodriguez Pena (CPF 018.175.266-26); Cristiano Grijo Pitangui (CPF 058.803.386-30); Daniel Vasconcelos Campos (CPF 051.776.036-36); Erika Lorena Fonseca Costa de Alvarenga (CPF 051.212.856-12).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8127/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.772/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Eudes Muller D´oliveira Santos (CPF 839.572.275-34); Fernando Aparecido de Assis (CPF 074.855.446-75); Gilberto de Souza (CPF 011.868.116-84); Guilherme Ramos Demetrio Ferreira (CPF 095.408.026-28); Humberto Ferreira de Oliveira Quites (CPF 033.255.936-07).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8128/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.778/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Estevao Virgilio Vaz Curvo (CPF 513.678.901-87); Filipe Xavier Ribeiro (CPF 083.760.786-82); Francyne Carmem Santos Correia (CPF 022.728.271-01); Genilza da Silva Melo (CPF 020.455.501-92); Gracyeli Santos Souza Guarienti (CPF 035.734.471-55).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8129/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.779/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gustavo Vettorato (CPF 940.506.510-68); Heliete Martins Castilho Moreno (CPF 207.792.401-20); Igor Alexandre Silva Bueno (CPF 028.693.431-08); Islaynne Magalhaes Pereira de Souza (CPF 034.633.851-47); Ivonete Hoss (CPF 007.421.969-33).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8130/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.782/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Maria Fernanda Favero Menna Barreto (CPF 024.448.631-00); Mariana Rampazzo (CPF 325.050.078-02); Monica Maria dos Santos (CPF 588.372.482-53); Olivia Paula Silva (CPF 014.792.351-48); Paula Figueiredo Poubel (CPF 037.432.551-03).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8131/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.784/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thaiza Galhardo Silva Morceli (CPF 268.366.338-28); Thiago Bruno Ribeiro da Silva (CPF 723.049.441-91); Victor Hugo de Souza (CPF 029.367.361-61).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8132/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.789/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriano Mendonça Rocha (CPF 077.223.156-74); Aline Carrijo de Oliveira (CPF 085.443.146-27); Ana Luiza Rodrigues Inacio (CPF 096.887.236-06); Andressa Finzi de Abreu (CPF 142.582.597-48); Antonia Manuela de Sa Batista (CPF 829.189.102-87).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8133/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.790/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Ricardo Vasconcelos (CPF 083.513.446-64); Bruno de Sousa Figueira (CPF 103.933.696-50); Camila do Carmo Hermida (CPF 068.580.376-75); Conrado Augusto Ferreira de Oliveira (CPF 016.963.596-19); Danielle Akemi Jogo (CPF 068.794.126-10).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8134/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.794/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Raphael Fonseca Porto (CPF 078.558.226-66); Renata Rodrigues Catani (CPF 060.305.596-64); Rodrigo Hiroshi Murofushi (CPF 089.069.426-56); Tania Maria da Silva Mendonça (CPF 461.014.036-53).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8135/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.795/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carla Maira Bossu (CPF 301.274.508-40); Erlon Lopes Pereira (CPF 089.732.386-63); Filipe Augusto Alves de Oliveira (CPF 080.317.336-94); Flora Maria de Melo Villar (CPF 362.054.408-57); Francielle Christine Caetano Alves (CPF 060.756.096-79).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8136/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ramon Guido Thomaz Marliere, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.797/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Ramon Guido Thomaz Marliere (CPF 087.012.066-21).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8137/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.802/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabia Antunes Zaloti (CPF 245.476.028-24); Fabricia Almeida Fernandes Santana (CPF 040.406.795-63); Flavia Pascoal Ramos (CPF 030.685.905-07); Gildon Oliveira Silva (CPF 813.584.075-68); Graceane Coelho de Souza (CPF 015.972.965-38).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8138/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.804/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lissandra Amorin Santos (CPF 008.493.105-12); Mariana Melo Costa (CPF 024.480.885-60); Marina Coelho Teixeira (CPF 014.303.055-84); Miriam Flores Rebouças (CPF 804.444.315-00); Rafael Rodrigues de Queiroz Freitas (CPF 016.476.135-74).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8139/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.807/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Weldon Ribeiro Santos (CPF 053.136.345-77); Yuri Carvalho Barreto (CPF 033.878.945-62).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8140/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.810/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bernardo Ignatowski Barcelos (CPF 102.718.607-66); Brunela Pitanga Ramos Madureira (CPF 046.097.427-05); Bruno Teixeira Dantas (CPF 008.073.887-77); Carla da Silva Meireles (CPF 054.962.216-09); César Augusto Tureta de Morais (CPF 047.461.006-32).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8141/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.816/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luciene Pessotti de Souza (CPF 901.329.807-97); Marcelo Aiolfi Barone (CPF 114.162.597-08); Marcus Vinicius Vaughan Jennings Licinio (CPF 077.590.667-08); Patricia Leite Rodrigues (CPF 095.602.647-88); Patricio Jose Moreira Pires (CPF 022.860.234-33).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8142/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.818/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Paulo Cezar Cavatte (CPF 096.609.737-80); Raphaela Palácios Eleutério (CPF 145.673.787-25); Renata de Iracema Pulcheri (CPF 099.302.667-20); Renato Fehlberg Júnior (CPF 105.920.787-79); Rodrigo de Melo Baptista (CPF 046.011.557-03).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8143/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.819/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rodrigo Freitas Silva (CPF 063.874.416-41); Ruy Rocha Gusman (CPF 813.155.547-04); Silian Angela Avila Alves (CPF 078.253.417-16); Weverton Machado Luchi (CPF 087.996.787-05).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8144/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.822/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Margarida Aparecida de Oliveira (CPF 782.443.156-87); Natalia Mariloli Santos Giarola (CPF 073.215.656-45); Patricia Fonseca de Brito (CPF 137.509.407-62); Renata Nogueira Gomes de Morais (CPF 088.316.756-56).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8145/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.826/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Marchese (CPF 042.325.729-37); Andre Bellin Mariano (CPF 849.168.779-34); Andrey Jose de Andrade (CPF 042.450.886-99); Angela Maria Hoffmann Walesko (CPF 858.952.029-34); Arabella Natal Galvao da Silva (CPF 016.990.999-95).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8146/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.827/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Barbara Talamini Villas Boas (CPF 977.527.549-00); Bruno Jacson Martynhak (CPF 057.735.529-57); Carolina dos Anjos de Borba (CPF 000.731.710-77); Cleverson Luiz da Silva Pinto (CPF 553.952.289-34); Cristina Cardoso (CPF 553.226.899-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8147/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.829/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Geruza Mara Hendges (CPF 040.240.939-67); Glaucio Valdameri (CPF 006.582.740-66); Graziele Altino Frangiotti (CPF 318.329.918-65); Guilherme Jurkevicz Delben (CPF 226.747.508-12); Iasmin Zanchi Boueri (CPF 052.264.189-06).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8148/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.831/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luiza Helena Gremski (CPF 040.086.519-00); Manuel Antonio Guerrero Zegarra (CPF 056.531.987-65); Marcelo Franco de Oliveira (CPF 050.058.199-16); Marcio Luiz Jokowiski (CPF 974.153.679-87); Marco Antonio Zanata Alves (CPF 315.306.938-70).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8149/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.834/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Paulo Eduardo Pinheiro Rosa (CPF 039.042.089-18); Paulo Ricardo Lisboa de Almeida (CPF 073.263.599-38); Pedro Gusmao Borges Neto (CPF 040.742.225-07); Renata Lucia Grunennvaldt (CPF 019.091.730-02); Ricardo Tavares de Oliveira (CPF 061.483.739-12).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8150/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.838/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alcides Luiz dos Anjos Hora (CPF 836.266.975-68); Aristides Vitorino de Oliveira Neto (CPF 039.361.924-99); Bruna de Carvalho Farias Vajgel (CPF 045.565.904-42); Carlos Alberto Gomes de Amorim Filho (CPF 046.297.494-46); Fernanda Torres Figueiroa de Albuquerque Maranhão (CPF 046.588.244-77).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8151/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.839/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gilcelia Janaina Lino da Silva Barbieri (CPF 073.788.894-66); Helena Aguiar Ribeiro do Nascimento (CPF 073.513.364-66); Heloisa Germany (CPF 008.159.790-88); Herica Karina Cavalcanti de Lima (CPF 026.725.714-73); Jaciana dos Santos Aguiar (CPF 018.614.234-03).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8152/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.841/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Priscilla Maria Silva do Carmo (CPF 053.980.594-75); Rosane Maria dos Santos Nascimento Tavares (CPF 048.068.374-31); Silvia Elizabeth Gomes de Medeiros (CPF 061.099.594-48); Susiele Maria de Arruda Lima (CPF 055.453.244-10).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8153/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-016.845/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rozelma Soares de França (CPF 056.595.694-98); Sergio Vladimir Barreiro Degiorgi (CPF 013.382.614-79); Taynah de Brito Barra Nova (CPF 057.860.364-05); Thamires Santos Cruz (CPF 026.419.345-82); Wellington Jorge Cavalcanti Lundgren (CPF 536.041.304-25).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8154/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Clóvis Luiz de Amorim Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.814/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Clóvis Luiz de Amorim Filho (CPF 009.308.854-06).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8155/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-017.819/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Robson Schmidt Silva Pereira (CPF 070.665.857-47); Rosana Puton (CPF 102.630.567-59); Solange de Faria Venturini (CPF 129.702.027-86); Sollyvan Rangel Mazziolli (CPF 109.044.837-62).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8156/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-017.844/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcos Antonio Martins Oliveira (CPF 041.744.313-70); Pauline Daniel de Oliveira (CPF 046.313.803-14); Paulo Ricardo Cardoso Gonçalves (CPF 010.924.823-69); Wilian Daniel Pires Schmidt (CPF 037.217.711-50).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8157/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Camila da Silva Aragão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.846/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Camila da Silva Aragão (CPF 112.990.327-37).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8158/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-017.945/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Felipe Barreto (CPF 106.362.987-01); Claudia Angela Lima Oliveira Lena (CPF 054.256.517-08); Fernanda Peres Moulin (CPF 092.087.867-90); Frederico Luiz Rigoni e Silva (CPF 116.534.967-11); Haryanne Mabel Oliveira Vieira (CPF 051.273.095-48); Jaimel de Oliveira Lima (CPF 016.197.106-76); Jarbas dos Santos (CPF 115.314.257-04); Jhullayson Ferreira de Carvalho (CPF 127.454.557-96); Josias Soares de Souza (CPF 074.575.047-88); José de Oliveira Maciel Filho (CPF 881.221.407-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8159/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-017.947/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mônica Cristina Wanderley (CPF 117.575.707-13); Priscila Branco de Oliveira (CPF 128.215.917-80); Rodolpho Rodrigo Souza da Silva (CPF 041.530.465-23); Taisa Rodrigues Smarssaro Bahiense (CPF 028.922.215-01); Thiago Maciel Viana (CPF 840.965.785-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8160/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-017.950/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexsandra Alexandre Bezerra (CPF 081.014.134-56); Allana Lemos Andrade Gouveia (CPF 089.791.904-17); Ana Beatriz Gomes de Souza (CPF 097.827.354-00); Ana Carla Lima Marinato (CPF 058.698.357-04); Andre Gustavo Leao de Melo Ataide (CPF 063.026.694-80); Antonio Cleide de Morais (CPF 075.753.504-62); Bruno Rafael Vieira Lino (CPF 051.114.444-08); Bruno Vanzillotta do Nascimento (CPF 123.887.627-74); Carolina Seixas Bastos Moura (CPF 046.664.384-59); Claudia Leticia Ferraz Dutra (CPF 069.083.694-55).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8161/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-017.952/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Igor Falle Moreira Branco (CPF 050.612.274-33); Italo Silva Melo (CPF 053.643.124-88); Jamerson Henrique Freitas da Silva (CPF 057.859.564-89); Jaqueline Oliveira da Silva (CPF 013.898.354-21); Leonardo Drews Kluck (CPF 008.750.990-33); Luiz Ricardo Silva da Costa (CPF 089.006.464-43); Marcia Andrade Porto (CPF 010.065.144-57); Marcos Antônio Correa Gondim Filho (CPF 093.187.694-07); Moises Henrique de Albuquerque (CPF 715.410.714-68); Renato Luiz Vieira de Carvalho (CPF 069.259.334-95).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8162/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Alana Macedo Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.164/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Alana Macedo Silva (CPF 649.306.613-15).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8163/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Fabio Marcelo Walter, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.183/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Fabio Marcelo Walter (CPF 028.279.709-29).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8164/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Davi Esteu Santos da Costa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.469/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Davi Esteu Santos da Costa (CPF 683.480.532-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8165/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-033.234/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Magda Maria Profeta da Luz (CPF 497.954.066-04); Nathalia Mota Mattos Santi (CPF 067.426.856-38).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8166/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados, e em fazer a orientação constante do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.560/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Jorge Alexandre dos Santos Freitas (CPF 511.347.992-68); Oslain Jose Pinheiro Freitas (CPF 510.641.382-68).
1.3. Unidade: Coordenação-Geral dos Extintos Territórios.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Informar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia que, em função do recebimento da pensão instituída por seu pai José Oliveira Freitas, resta afastada a dependência econômica de Oslain José Pinheiro Freitas (CPF 510.641.382-68) em relação à sua mãe, servidora inativa desse órgão, Maria de Nazaré Pinheiro (CPF 031.446.402-63), que é requisito para a concessão de uma eventual futura pensão civil em benefício do filho maior inválido.

ACÓRDÃO Nº 8167/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria das Dores Varanda, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.047/2016-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Maria das Dores Varanda (CPF 863.919.411-49).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8168/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil ao interessado relacionado abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.051/2016-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Suely Helena Mesquita Tupinambá (CPF 404.462.982-04).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8169/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.081/2016-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elyon Omar da Silva Moreti (CPF 159.550.617-97); Renan Omar da Silva Moreti (CPF 159.551.897-50).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8170/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.082/2016-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Maria Elizabeth Silva Teixeira (CPF 092.144.536-91); Nizia de Souza Pereira (CPF 006.595.926-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8171/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria das Graças Alencar Urquiza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.086/2016-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maria das Graças Alencar Urquiza (CPF 104.521.334-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8172/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Vanessa Maria Silva e Souza Pavan, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.088/2016-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Vanessa Maria Silva e Souza Pavan (CPF 233.188.561-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8173/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.699/2016-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alexsandro Pereira da Silva (CPF 916.361.835-49); Ligia Margarida Ramos de Azevedo (CPF 112.085.115-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8174/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Amauri Ribas de Oliveira, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e em dar ciência desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Quitação relativa ao acórdão 2.073/2012-1ª Câmara.

Amauri Ribas de Oliveira
Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem da multa: 17/4/2012
Valor recolhido: R$ 10.758,00 Data do último recolhimento: 31/5/2016

1. Processo TC-011.911/2002-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2001)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsável: Amauri Ribas de Oliveira (CPF 110.373.509-87
1.3. Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8175/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS estes embargos de declaração opostos por Revelino Braz Trevisan contra o acórdão 8.663/2015-2ª Câmara, que reduziu multa aplicada pelo acórdão 8.542/2014-2ª Câmara, mas manteve a irregularidade das contas e o débito imputado;

considerando que o art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992 determina que embargos de declaração devem ser opostos no prazo de 10 (dez) dias;

considerando que o art. 183 do Regimento Interno dispõe que os prazos processuais são contados dia a dia, a partir: (i) da data de recebimento pela parte da comunicação/notificação; (ii) da data de comprovação da ciência; ou (iii) da data de publicação em órgãos oficiais;

considerando, assim, que a data de vista do processo, arguida pelo embargante, não é aplicável ao caso em epígrafe para fins de contagem de prazo processual;

considerando a intempestividade dos embargos, uma vez que o responsável recebeu a comunicação da deliberação embargada em 07/06/2016 (peça 97) e somente protocolou seu recurso nesta Corte em 21/06/2016, 14 (quatorze) dias após a notificação (peça 98);

considerando que a deliberação embargada, que cuida de recurso interposto pelo interessado, foi proferida em 29/09/2015 e que depois disso o Tribunal buscou notificar o responsável por seis vezes, inclusive por meio de publicação em edital na data de 25/01/2016 (peça 83), tendo ocorrido a efetiva comunicação por recebimento pessoal em 07/06/2016 (peça 97);

considerando que o embargante não apresentou nenhum fato que justificasse o conhecimento dos embargos intempestivos, nos termos do art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/92;

considerando que o responsável não demonstrou a existência de omissão, obscuridade ou contradição, mas tão somente a intenção de rediscutir o mérito do processo;

considerando que os embargos de declaração não podem ser desviados de sua específica função jurídico-processual para serem utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal, ensejando rediscussão dos fundamentos do acórdão impugnado;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade e nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em não conhecer destes embargos de declaração, por intempestivos, e em dar ciência desta deliberação ao recorrente.

1. Processo TC-003.346/2013-7 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Embargante: Revelino Braz Trevisan (CPF 681.231.679-20).
1.3. Unidade: Município de Porto dos Gaúchos/MT.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
1.7. Unidade Técnica: não atuou.
1.8. Representação legal: Lieda Rezende Brito (12.816/OAB-MT), representando Revelino Braz Trevisan.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8176/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 5716/2016-2ª Câmara, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada, para que, onde se lê:

Edson Spíndola
Valor original da multa: R$ 37.546,12Data de origem do débito: 27/11/2000
Valor recolhido: R$ 105.447,58Data do recolhimento: 30/12/2015
(última parcela)
Leia-se:
Edson Spíndola
Valor original do débito: R$ 37.540,76 Data de origem do débito: 27/11/2000
Valor recolhido: R$ 201.991,69 Data do recolhimento: 30/12/2015
(última parcela)

1. Processo TC-009.111/2008-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsável: Edson Spíndola (CPF 004.269.541-49).
1.3. Unidade: município de Formosa - GO.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8177/2016 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta peça, nominada recurso de reconsideração, interposta por FM Engenharia Ltda. contra o acórdão 2.649/2015 - 2ª Câmara, que julgou contas irregulares e condenou o recorrente solidariamente ao pagamento de débito e multa.

considerando que o interessado ingressou previamente com recurso de reconsideração, não conhecido pelo acórdão 8.957/2015 - 2ª Câmara por intempestividade e por não ter apresentado fatos novos, o que resultou em preclusão consumativa;

considerando a impossibilidade de receber o expediente como recurso de revisão, pois este somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92; e

considerando o parecer consignado nos autos pela Secretaria de Recursos - Serur, (peça 110);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, em receber a peça como mera petição e negar seguimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa para interposição de recurso de reconsideração neste processo, conforme artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno, dar ciência desta deliberação ao interessado e restituir o processo à Serur, para que prossiga com o feito nos termos propostos à peça 108 destes autos.

1. Processo TC-013.199/2013-7 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: I
1.2. Recorrente: FM Engenharia Ltda. (CNPJ 25.320.870/0001-79).
1.3. Unidades: Município de Ladainha/MG e Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4.1. Relator da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8178/2016 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta tomada de contas especial na qual se aprecia, nesta oportunidade, pedido de parcelamento de dívida formulado por Raimundo Nonato Alves Pereira por meio de seu procurador constituído nos autos (peça 88);

considerando que a condenação do responsável, ex-prefeito de Pedreiras/MA, por meio do acórdão 6.131/2009 - 2ª Câmara, alterado pelo recurso de revisão, parcialmente provido pelo acórdão 1.779/2015-Plenário (peça 79), se deu em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do convênio MMA 2001CV000109-SQA (implantação de aterro sanitário), celebrado com o Ministério do Meio Ambiente;

considerando que, após o trânsito em julgado do acórdão 6.131/2009 - 2ª Segunda Câmara, ocorrido em 27/9/2012, foi formalizado processo de cobrança executiva do ex-prefeito (TC 042.097/2012-6), remetido aos órgãos executores, com recebimento atestado em 4/3/2013 (peça 1, p. 21 do TC 042.097/2012-6, processo apensado);

considerando que somente após essa data, em 24/8/2015, o ex-gestor formalizou a petição que se aprecia neste momento (peça 88);

considerando que o Tribunal, por meio do item 9.1 do acórdão 1.964/2004-Plenário, adotou entendimento de que, remetidos aos órgãos executores os elementos necessários à cobrança na via judicial, não mais cabe intervenção do Tribunal no processo;

considerando o art. 217 do Regimento Interno, que dispõe que, "em qualquer fase do processo, o Tribunal ou o relator poderá autorizar o pagamento parcelado da importância devida em até trinta e seis parcelas, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial";

considerando que o art. 9º da Resolução TCU 178/2005 dispõe que, após remessa da documentação inerente ao processo de cobrança executiva aos órgãos/entidades executores, não haverá mais intervenção deste Tribunal no processo;

considerando, ainda, os pareceres uniformes da unidade técnica pelo indeferimento do pleito (peças 95 e 96);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, em indeferir o pedido de parcelamento de dívida formulado por Raimundo Nonato Alves Pereira, com fulcro no art. 9º da Resolução/TCU 178/2005, no art. 217 do Regimento Interno, e no entendimento firmado no item 9.1 do acórdão 1.964/2004-Plenário; em dar ciência desta deliberação ao interessado; e, encaminhar os autos a Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão para providências referentes ao processo de cobrança executiva.

1. Processo TC-022.326/2006-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 042.097/2012-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsável: Raimundo Nonato Alves Pereira (CPF 100.870.363-04).
1.3. Unidade: Município de Pedreiras - MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.
1.7. Representação legal: Adale Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453), Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406), Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359), Fernando Antonio Costa Polary (OAB/MA 5.605), Jéssica de Oliveira Amaral (OAB-DF 48.386), Silvia Maria Frazão de Sousa (OAB/MA 2.940), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Daniel de Faria Jerônimo Leite (OAB/MA 5991) e Vanderley Ramos dos Santos (OAB/MA 7.287).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8179/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fazer as determinações constantes nos itens 1.8 e 1.9 abaixo.

1. Processo TC-013.615/2016-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsável: Deise Guadelupe de Lima Vagula (CPF 486.847.599-15).
1.3. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que proceda, no prazo improrrogável de 45 dias, nos termos da orientação expedida pela Coordenação de Suporte à Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, à retificação dos recolhimentos constantes da tabela abaixo, provenientes do débito imputado a Deise Guadelupe de Lima Vagula (CPF 486.847.599-15), por meio do acórdão 2538/2012-1ª Câmara, de maneira a redirecioná-los ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; e

(*) encaminhar, em anexo ao expediente de notificação a ser expedido, cópia do Ofício 82/GEARE/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF (peça 5) e do Ofício/DGTI/CNPq nº 105, de 27/6/2016 (peça 6)

Data do Recolhimento	UG Emitente	Valor Recolhido (R$)
01/06/2012	Não localizada	1.834,58
01/07/2012	Não localizada	1.834,58
01/08/2012	Não localizada	1.834,58
01/09/2012	Não localizada	822,98
01/10/2012	Não localizada	822,98
01/11/2012	Não localizada	188,62
01/02/2013	Não localizada	822,98
01/03/2013	Não localizada	188,62
01/03/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/04/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/05/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/06/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/07/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/08/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/09/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/10/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/11/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/12/2013	154054 -UFMS	1.834,58
01/01/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/02/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/03/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/04/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/05/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/06/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/07/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/08/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/09/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/10/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/11/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/12/2014	154054 -UFMS	1.834,58
01/01/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/02/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/03/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/04/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/05/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/06/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/07/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/08/2015	154054 -UFMS	1.834,58
01/10/2015	Não Localizada	2.200,00
01/11/2015	Não Localizada	2.200,00
01/12/2015	Não Localizada	1.987,48

1.9. determinar à Secex/MS que monitore, nos presentes autos, a determinação constante do item 1.8 acima, nos termos do art. 243 do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 8180/2016 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação, com pedido de cautelar, formulada pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (CNPJ 78.326.469/0001-02), com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 031/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, cujo objeto foi registro de preços para "eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e asseio, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários ao atendimento das necessidades da UFSC" (peça 1, p. 1), no valor estimado inicialmente em R$ 25.828.951,86 (peça 1, p. 1 e 58-59);

considerando que a representante se insurgiu contra: (i) ausência de exigência de comprovação de prestação de serviços com no mínimo 50% dos postos, nos termos Instrução Normativa 02/2008-SLTI/MPOG; (ii) indefinição sobre os postos que demandam pagamento de insalubridade em grau máximo e quanto aos equipamentos e utensílios a serem utilizados para limpeza; e (iii) inviabilidade da utilização de registro de preços para contratação de serviços essenciais e contínuos;

considerando que a Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - Secex/SC aduziu que: (i) o Anexo II do edital traz as especificações do objeto (peça 1, p. 76) quanto ao número de postos que demandam pagamento de insalubridade em grau máximo, e descreve a produtividade esperada para limpeza das áreas, bem como o somatório de todas as áreas cujas limpezas estão sendo licitadas, o que possibilita que as empresas licitantes possam calcular o número de funcionários necessários para cumprir o objeto, assim como calcular preços a serem ofertados com base nos funcionários de que necessitarão para fazer a respectiva limpeza, inclusive no que diz respeito ao adicional de insalubridade; e (ii) as especificações dos serviços esperados estão bem detalhadas, sendo de responsabilidade das licitantes prever quais equipamentos deverão utilizar para entregar os serviços da forma descrita no Anexo II, que detalha as áreas e a respectiva limpeza esperada;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando que, após oitiva da UFSC e da empresa vencedora, Provac Terceirização de Mão de Obra Ltda. (peças 11 a 13), verificou-se, que: (i) a escolha do sistema de registro de preços pela UFSC decorreu da necessidade de poder limitar a quantidade de serviços de limpeza a serem executados em caso de redução drástica dos repasses financeiros à autarquia, em virtude da crise econômica; (ii) necessitava-se evitar o risco do não pagamento de valores devidos e incorrer em multa, juros e paralisação dos serviços; (iii) decidiu-se contratar serviços de limpeza por unidade de medida ou em regime de tarefa, os quais, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto 7.982/2013, seriam demandados conforme os recursos financeiros disponíveis; (iv) o objeto da licitação não foi "postos de trabalho", mas sim a prestação de serviços para execução de limpeza, conservação e asseio; assim, o foco teria sido na execução dos serviços, no resultado, nas metodologias ou, mais genericamente, na produção, e não na quantidade de postos de trabalho, podendo o número de funcionários variar de empresa para empresa; (v) o art. 19, §11, da Instrução Normativa SLTI/MPOG 2/2008 permite adaptação dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira previstos nos outros parágrafos, desde que justificado; (vi) o objeto do certame não era a contratação de um número de postos de trabalho, e como, consequentemente, tal número se tornou variável e dependente da produtividade das licitantes, seria impossível determinar previamente o limite de 50% a ser exigido a título de comprovação de experiência anterior; e (vii) a metade dos postos, considerando-se a proposta final da empresa vencedora, corresponderia a 168, e os atestados apresentados por ela comprovaram 602 postos;

considerando a improcedência de todas as questões levantadas pelo representante;

considerando que os atos praticados pela UFSC no pregão eletrônico 31/2016 observaram as exigências legais e editalícias;

considerando que não se configurou nem perigo na demora, nem fumaça do bom direito, pressupostos necessários à adoção de medida cautelar;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer esta representação, em considerá-la improcedente, em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e ao Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina, e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-016.099/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (CNPJ 78.326.469/0001-02).

1.2. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - Secex/SC.

1.6. Representação legal: Aluísio Coutinho Guedes Pinto (OAB/SC 3.899) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8181/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 237, I e parágrafo único, e 235 do Regimento Interno, em conhecer desta representação; sobrestar este processo até que sejam encaminhadas as informações solicitadas no item 1.9 abaixo, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 41 à Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e à Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo/RS.

1. Processo TC-019.713/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 023.676/2015-9 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Classe de Assunto: VI.

1.3. Representante: Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo/RS).

1.4. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 74, §1º, da Constituição Federal, que encaminhe a esse Tribunal, tão logo sejam ultimadas as apurações relacionadas aos indícios de irregularidades constantes do Relatório de Demandas Externas 0190.020174/2013-21, de 23/2/2015, o inteiro teor dos documentos pertinentes e quais foram os encaminhamentos dados para o deslinde das questões apuradas.

ACÓRDÃO Nº 8182/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação, considerá-la improcedente, dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica ao representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe e arquivar o presente processo.

1. Processo TC-020.026/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: CCN Construtora e Incorporadora Ltda. EPP (CNPJ 00.712.814/0001-59).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8183/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação do item 1.8.1, do acórdão 10.859/2015-2ª Câmara; em dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e ao representante, e em arquivar os autos.

1. Processo TC-029.824/2013-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Júlio César Bueno Silva, prefeito municipal de Alpinópolis/MG.

1.3. Unidade: município de Alpinópolis - MG.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 8184/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria (inicial e alteração) à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.252/2016-1 (Aposentadoria)

1.1. Interessada: Guilhermina Maria Moreira dos Santos (138.396.998-19).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em S. J. dos Campos/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8185/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria da interessada a seguir relacionada, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-007.525/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lindette Ricarte Shneider (223.548.671-15).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992 e 260, § 6º, do RI/TCU que, no prazo de 60 (sessenta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato de concessão de aposentadoria à Sra.Lindette Ricarte Shneider, livre das divergências de informações identificadas no ato submetido a registro, referentes aos tempos informados para fins da concessão, uma vez que estes que não amparam a proporção atualmente registrada no Siape (24/30).

ACÓRDÃO Nº 8186/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.087/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Juarez Tavora Nem Junior (654.116.258-15).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8187/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II e 243, do Regimento Interno/TCU, em arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU, sem prejuízo de fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-012.260/2006-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Martins Ferreira (054.965.940-49).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 5005511-59.2012.404.7101, de interesse de Antônio Martins Ferreira (CPF 054.965.940-49), que tramita na Justiça Federal da 4ª Região.

ACÓRDÃO Nº 8188/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-012.633/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Socorro Elizabeth Oliveira Maia (119.053.792-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, por meio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), ato de alteração referente à concessão de aposentadoria à Sra. Socorro Elizabeth Oliveira Maia, que contemple a mudança de fundamento legal dada pelo art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c Emenda Constitucional 70/2012.

ACÓRDÃO Nº 8189/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.637/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Roberto Freitas Pessoa (028.240.275-68).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8190/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.646/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manuel Cândido Rodrigues (125.139.466-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8191/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.648/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Afrânio Neves de Melo (002.426.244-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8192/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.654/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Beatriz Zoratto Sanvicente (316.851.020-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8193/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.658/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Beatriz Condessa Ferreira (107.065.260-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8194/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.691/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria das Graças Silvany Dourado Laranjeira (111.944.805-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8195/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.698/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nildemar da Silva Ramos (867.112.458-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8196/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.701/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dirceu Buyz Pinto Júnior (251.406.120-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8197/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.702/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Márcio Dionísio Gapski (275.183.969-04).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8198/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.704/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubens Edgard Tiemann (222.175.419-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8199/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.707/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gloria Regina Ferreira Mello (406.198.347-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8200/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.709/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Luiz da Gama Lima Valentino (434.225.947-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8201/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.710/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Antonio Palácio (868.151.058-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8202/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.712/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gerson Paulo Taboada Conrado (212.974.010-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8203/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.713/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lourdes Dreyer (131.735.960-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8204/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.714/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Aparecida Caitano (369.615.828-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8205/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.715/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Maria Contrucci Brito Silva (636.085.888-68).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8206/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.717/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Laura Rossi (034.243.378-46).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8207/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.719/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Carlos Gomes Godoi (072.379.958-04).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8208/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.720/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Edgar Ferraz de Oliveira (464.471.648-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8209/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.721/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Augusto Câmara (033.522.188-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8210/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.722/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Carlos Sampaio Garcia (012.584.478-60).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8211/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.723/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rita Maria Silvestre (064.598.988-63).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8212/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.724/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Winnik (039.064.349-15).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8213/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.424/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Jose Benevides Albuquerque (021.342.503-30); José de Anchieta Fernandes Távora (053.155.813-49); Maria Inês Braga Cavalcante Maciel (224.205.173-34) e Maria da Conceição Lima Câmara (117.617.923-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8214/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º e 6º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer do Ministério Público, em:

a) considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Márcia Regina Fontebassi (032.353.418-03), em razão de não haver, no ato submetido a registro, informação acerca do regime jurídico antes da Lei 8.112/1990, fato que impede a análise de legalidade da parcela concedida a título de gratificação adicional por tempo de serviço;

b) considerar legais os atos de concessão de aposentadoria à Celia Lodi Della Nina (134.869.898-55), Cleusa da Luz Ribeiro de Melo (516.103.538-20) e Guida Aparecida Alves Pombo Nery (033.674.858-29), determinando os respectivos registros;

c) fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8;

1. Processo TC-014.431/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Maria Santana (124.817.418-62); Celia Lodi Della Nina (134.869.898-55); Cleusa da Luz Ribeiro de Melo (516.103.538-20); Guida Aparecida Alves Pombo Nery (033.674.858-29); Marcia Regina Fontebassi (032.353.418-03).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992 e 260, § 6º, do RI/TCU que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato de concessão de aposentadoria à Sra. Márcia Regina Fontebassi (032.353.418-03), livre das inconsistências apontadas pelo MPTCU, em especial, pela ausência de informação acerca do regime jurídico antes da Lei 8.112/1990;
1.8. Determinar à Sefip que destaque o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ana Maria Santana (124.817.418-62), autuando-o em processo apartado, para promover diligência ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP com vistas a justificar a incorporação de 1/5 de FC-1 e 1/10 de FC-1, bem como demonstre os períodos de exercício utilizados para tais incorporações.

ACÓRDÃO Nº 8215/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.024/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Milza Helena de Sousa (124.236.701-25).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Anápolis/GO.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8216/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.038/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Ben Hur (024.538.006-04); Anesio Rodrigues da Silveira (077.341.236-00); Maria de Lourdes Carvalho Alvim (456.446.086-20); Maria de Lourdes Jeunon Barros Gomes (496.197.486-20) e Zuleika Martins Duarte de Lima (486.287.276-04).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Belo Horizonte/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8217/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.041/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Walmyr Larosa (129.489.937-68).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8218/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.044/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Gilberto Belchior (028.529.933-68).
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8219/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.889/2016-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Bardini Alves (155.442.819-04).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Criciúma/SC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8220/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.897/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Teresinha Lourdes Rosa Freitas (192.349.960-20).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Novo Hamburgo/RS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8221/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.898/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gelsa Meirelles (154.849.120-91).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8222/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.910/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aristofanes de Siqueira Campos (194.689.544-04).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Recife/PE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8223/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria (inicial e alteração), referentes ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.919/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hosannah Micheli Tolomei (042.234.705-15).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana/BA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8224/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.926/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elias Vieira da Costa (386.193.426-49).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Governador Valadares/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8225/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.932/2016-1 (Aposentadoria)
1.1. Interessados: Francisco Nunes de Azevedo (376.409.927-53) e Francisco de Assis Gustavo (018.185.623-91).
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8226/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.021/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Guilhermano Melo Fernandes (033.353.642-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8227/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.023/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Assis Marques dos Santos (068.376.709-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8228/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.025/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Sabino de Oliveira (005.907.204-06).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8229/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.071/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cristiane Alves da Silva (530.081.114-91) e Ismar Ribeiro Uchôa (454.037.754-04).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8230/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.072/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Regina Maura Figueiredo Martins (029.558.901-97).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual do INSS em Campo Grande/MS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8231/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.079/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elza Cândida da Silveira (672.301.808-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8232/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/ 1992, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar os presentes autos, sem prejuízo de se fazer as determinações indicadas no item 1.7.

1. Processo TC-017.201/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jairo Vianna Ramos (340.348.117-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que:
1.7.1. exclua do Sisac o ato sob o número de controle 20785100-04-2016-000044-5 (peça 2), alusivo à alteração da aposentadoria de Jairo Vianna ramos (340.348.117-49), uma vez que não há elementos novos que possam ser apreciados por este Tribunal;
1.7.2. doravante, quando constatar o cadastramento em duplicidade de atos de pessoal de qualquer natureza, adote o comando estabelecido no Acórdão 2.100/2010-TCU-Plenário, (item 1.5.1.2) por meio do qual esta Corte de Contas já autorizou, ao titular da Sefip, a efetuar a exclusão de atos por duplicidade sem a necessidade de encaminhamento dos autos ao relator, devendo-se, no entanto, informar no sistema Radar a deliberação de exclusão em relação ao ato a ser excluído.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8233/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Gerência Executiva do INSS em Pelotas/RS, em favor da ex-servidora Natalicia Martinez de Almeida.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento da parcela judicial referente ao índice de 3,17% (URV), que se deu em razão de perda remuneratória decorrente de aplicação errônea dos critérios de reajuste previstos nos arts. 28 e 29 da Lei 8.880/1994, norma que criou a Unidade Real de Valor (URV);

Considerando que a rubrica judicial decorrente da URV, percebida atualmente pela aposentada em decorrência de decisão judicial, foi estendida a todos os servidores civis do Poder Executivo Federal, ativos e inativos, bem como pensionistas por meio do art. 8º da Medida Provisória 2.225/2001, independentemente de terem ingressado com pedido judicial;

Considerando que a referida norma estabeleceu no art. 10 da MP 2.225/2001 que o pagamento dessa parcela deveria se dar apenas até a data de reorganização da carreira a qual pertence o servidor, nos termos a seguir transcritos:

Art. 10. Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8º somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada

Considerando que a vigência posterior de nova estrutura remuneratória criada para determinada carreira encerra, para os servidores nela enquadrados, o pagamento da parcela referente ao índice decorrente da URV;

Considerando que, in casu, determinação no sentido de suprimir o pagamento da parcela referente ao percentual de 3,17% não ofende a coisa julgada, visto que esta se limita pela situação jurídica sob cuja órbita se configurou, caracterizando tal exclusão mera equalização dos vencimentos em face de panorama jurídico posterior;

Considerando que a continuidade do pagamento destacado do índice de 3,17% mesmo após 1/1/2002, data da incorporação do reajuste, conforme o art. 9º da Medida Provisória 2.225/2001, implica, no caso dos autos, em duplicidade de pagamento do referido índice tendo em vista que uma mesma circunstância foi valorada em mais de um momento, contrariando, assim, o princípio do non bis in idem.

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores que integram o órgão de origem, que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Natalicia Martinez de Almeida (249.738.400-25), em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, no percentual de 3,17% (URV), na base de cálculo dos proventos;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerencia Executiva do INSS em Pelotas/RS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-018.258/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Natalicia Martinez de Almeida (249.738.400-25).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Pelotas/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Gerencia Executiva do INSS em Pelotas/RS que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

1.7.3. informe à interessada o teor do presente acórdão, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada.

ACÓRDÃO Nº 8234/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, em favor da ex-servidora Carmen da Silva Gonçalves.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento da parcela judicial referente ao índice de 28,86%;

Considerando que a referida parcela judicial decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, reeditada pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado por esta corte no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria à Carmen da Silva Gonçalves (221.974.940-15), em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerencia Executiva do INSS em Natal/RN, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-019.016/2016-6 (Aposentadoria)

1.1. Interessada: Carmen da Silva Gonçalves (221.974.940-15).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4 no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações supramencionadas.

ACÓRDÃO Nº 8235/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, em favor da ex-servidora Marilane de Oliveira Danieli.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento da parcela judicial referente ao índice de 28,86%;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a referida parcela judicial decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, reeditada pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado por esta corte no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

d) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria à Marilane de Oliveira Danieli (408.983.340-04), em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos;

e) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerencia Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

f) fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-019.018/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marilane de Oliveira Danieli (408.983.340-04).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4 no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações supramencionadas.

ACÓRDÃO Nº 8236/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, em favor da ex-servidora Vera Beatriz Cunha Guedes.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento da parcela judicial referente ao índice de 28,86%;

Considerando que a referida parcela judicial decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, reeditada pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado por esta corte no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

g) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria à Vera Beatriz Cunha Guedes (296.010.450-15), em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos;

h) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerencia Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

i) fazer a determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-019.019/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vera Beatriz Cunha Guedes (296.010.450-15).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4 no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações supramencionadas.

ACÓRDÃO Nº 8237/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer a determinação constante do item 1.7.

1. Processo TC-007.429/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cyrio Pastor de Oliveira Junior (059.760.856-36); Daniel Brandao de Souza (855.087.212-15); Daniel Gemignani (344.011.988-24); Daniel Oliveira Pessoa (064.263.864-05) e Daniel de Andrade Fiuza (948.297.565-00).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que, para os atos constantes destes autos, proceda a alteração no Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) do campo "Data de Validade do Concurso", fazendo constar 1/11/2011 em vez de 1/3/2011.

ACÓRDÃO Nº 8238/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-007.455/2016-0 (Atos de Admissão)

1.1. Interessados: Humberto Monteiro Camasmie (073.146.586-50); Igor Teixeira de Miranda Guimaraes (007.723.514-22); Ivan Souza de Andrade (078.906.457-08); Joao Paulo Ferreira Machado (030.152.909-40) e Juliana Morais de Azevedo (770.486.443-20).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que, para os atos constantes destes autos, proceda a alteração no Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) do campo "Data de Validade do Concurso", fazendo constar 1/11/2011 em vez de 1/3/2011.

ACÓRDÃO Nº 8239/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-007.466/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Kazuyoshi Akinaga (311.203.298-50); Mauricio Rodrigues Franchi (306.511.888-22); Norma Lucia Eduardo (358.854.835-15); Paulo Neri Santana (780.615.715-87) e Paulo Roberto Warlet da Silva (905.214.807-44).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que, para os atos constantes destes autos, proceda a alteração no Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) do campo "Data de Validade do Concurso", fazendo constar 1/11/2011 em vez de 1/3/2011.

ACÓRDÃO Nº 8240/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.809/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maísa Moura (461.229.401-78).

1.2. Órgão: Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8241/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.936/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danielle Mendonça Rizzi (027.330.961-76); Hellen Rose Martins Lage (001.180.996-55); Júlio Rafael Buhl de Azevedo (005.538.220-71); Maria Eduarda de Lucena Araujo (062.714.524-85); Rogério Neves Siqueira (014.223.441-93) e Willian Oliveira Santos (012.659.281-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8242/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.937/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme da Veiga Pimenta (077.773.646-26); José Júnior Malheiros Barros (006.057.085-76); Marina Bitarello Alves (083.874.256-48); Neide Arruda de Alvarenga (061.096.276-07) e Oscar Rodrigues Neto (101.977.556-40).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8243/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.938/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luiz Accioly de Araujo (007.997.574-70); Raphaela Duarte da Rosa Borges (064.667.654-74); Roberta Marques dos Santos (137.588.637-16) e Waleska Peixoto de Alencar Cainzo (830.162.014-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8244/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.939/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Everton Carpinete de Oliveira (352.843.178-40).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8245/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.459/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexnaldo Correia Moreira (507.654.345-04); Leandro Videira Soares de Sá (055.342.147-67); Monica Leite de Araujo (025.491.997-90); Renata Lucia de Lima Siqueira (032.326.886-24) e Rita Rosangela de Jesus Reis (309.622.005-06).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8246/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-004.523/2016-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ana da Conceição Vieira de Barros (030.505.926-21).

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8247/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-018.004/2016-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Cecilia da Costa Araujo Mendes (011.425.183-53).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Teresina/PI.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8248/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-018.008/2016-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Tania Beatriz da Silva Freitas (661.638.380-68) e Teresa Jurandi Conceição (726.149.940-49).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Uruguaiana/RS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8249/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-018.019/2016-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Solange Lima Ferreira (241.921.045-04) e Valmir Lima Ferreira (055.924.645-50).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana/BA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8250/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-018.021/2016-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Zila Soares Valente (042.287.128-19).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8251/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-018.040/2016-0 (Pensão Civil)
1.1. Interessada: Maria da Gloria Veras Cardoso (197.465.123-15).
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8252/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 3.611/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 22/3/2016- Ordinária, Ata 8/2016-2ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:
"9.2. (...) atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor; "

Leia-se:
"9.2. (...) atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor; "

1. Processo TC-001.815/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francisco de Assis Jácome Nunes (565.577.444-53).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Paraú.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8253/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 3 do Acórdão 4.526/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 2/9/2014-Ordinária, Ata 31/2014-2ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:
"3. Responsáveis: (...) Poli Engenharia e Comércio Ltda. (01.379.965/0001-61); (...). "

Leia-se:
"3. Responsáveis: (...) Poli Engenharia e Comércio Ltda. (01.379.965/0001-08); (...). "

1. Processo TC-006.583/2010-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carlos Leonardo Pereira da Silva (121.173.820-53); Maria do Carmo Barcellos (238.132.372-49); Poli Engenharia e Comércio Ltda. (01.379.965/0001-08) e Proteção Ambiental Cacoalense Paca (22.859.565/0001-61).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO).
1.6. Representação legal: Luiz Carlos Ioris e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8254/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material:
a) os itens 3, 9, 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.822/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 26/5/2015-Ordinária, de modo que passem a ter a seguinte redação:
3. Responsáveis: Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS (02.077.209/0001-89); (...).
9. (...) da Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS, (...);
9.2. (...) à Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS (...);
9.3. (...) e à Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS (...);
b) os itens 3, 9 e 9.1 do Acórdão 5.067/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 4/8/2015-Ordinária, de modo que passem a ter a seguinte redação:
3. Responsáveis: (...) Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS (02.077.209/0001-89).
9. (...) pela Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS (...);
9.1. (...) pela Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS (...);

1. Processo TC-022.581/2009-6 (Tomada de Contas Especial)
1.1. Responsáveis: Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata (02.077.209/0001-89); Coop. de Trabalho Para A Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimemto Agrícola e Silvicultura (01.170.902/0001-39); Enilson Simões de Moura (133.447.906-25) e Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34).
1.2. Órgão: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).
1.6. Representação legal: Rodrigo Molina Resende Silva (OAB/DF 28.438) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8255/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar atendidas as determinações constantes dos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 7.625/2015-TCU-2ª Câmara e, em consequência, concluído o presente monitoramento;
b) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre, com fundamento no art. 169, § 1º, do Regimento Interno/TCU;
c) apensar definitivamente os presentes autos ao TC 028.995/2014-7, nos termos do art. 169, § 2º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 33, caput, da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-008.638/2016-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Roberto Barros dos Santos (588.540.962-53).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8256/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante e à Gerência Executiva do INSS em Garanhuns/PE; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-016.396/2016-2 (Representação)
1.1. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 19/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 8282/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de prestar o seguinte esclarecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.949/2013-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Enéas de Almeida (084.379.471-20).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Orientação:
1.7.1. ao Sr. Enéas de Almeida que não cabe a esta Corte de Contas, de acordo com o art. 263 do seu Regimento Interno, apreciar requerimento de interessado que tenha como objetivo a obtenção de quaisquer benefícios ou vantagens de caráter pessoal.

ACÓRDÃO Nº 8283/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 169, inciso V, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.155/2007-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Antonio Carlos da Costa Silva (201.512.090-49).
1.2. Interessados: Adelcio Martins dos Santos (484.450.107-00); Alberto Domingos Jancke (462.355.159-87); Alberto Sá Roriz de Carvalho (047.854.282-87); Alberto Tavares Neto (386.818.207-10); Alcebíades Frazão Mendes (080.488.943-00); Alexandre Collaço Bezerra (406.045.787-68); Almir Colombo (349.198.649-49); Ana Maria Freitas Lauriano Freire (073.426.403-87); Anazerino Martins Batista Junior (124.977.031-91); Antonio Adelgir de Oliveira Almeida (212.291.390-87); Antonio Americo Sousa Sales (051.276.703-30); Antonio Cardoso de Farias (054.126.173-87); Antonio Carlos Montes (265.944.557-53); Antonio Carlos Teixeira (178.755.870-34); Antonio Carlos da Silva (201.512.090-49); Antonio Emanuel Viana Sena (067.620.341-87); Antonio Martins Moreira (096.831.513-53); Antonio de Padua Rabelo Pires (065.245.753-34); Antônio Fernando Teles de Meneses (085.108.571-72); Antônio Sérgio Barros da Silva (154.050.361-53).
1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Apóstolo Nicolau Pítsica (OAB/SC 8.325).
1.8. Determinação:
1.8.1. ao Departamento de Polícia Federal que emita e disponibilize no sistema Sisac o ato de cancelamento de concessão de Alcebíades Frazão Mendes (080.488.943-00), nos termos do art. 3º da Instrução Normativa/TCU n. 55/2007, tendo em vista sua reversão à atividade, em razão de sua aposentadoria ter sido julgada ilegal pelo Acórdão n. 451/2008 - 1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 8284/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.838/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Laís Caroline de Sousa Queiroz Nóbrega (279.049.268-90); Mariana Pallotta (373.279.058-47).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8285/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.750/2007-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Iury da Silva Costa (988.306.943-04); Luisa Almeida de Oliveira (012.248.551-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Cidadania - MJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: João Paulo da Silva Gregório (39.660/OAB-DF), representando Luisa Almeida de Oliveira; Erasmo Lima Bezerra (1094/OAB-PI) e outros, representando Iury da Silva Costa.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8286/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.754/2008-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Manilba Moraes da Silva (430.902.147-68); Marilene de Carvalho Muniz (011.620.867-85).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8287/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.417/2014-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Angela Maria Barbosa Davis (083.351.844-53); Anísio Davis Neto (051.218.153-52); Maria do Ó Barbosa Davis (094.036.714-91); Thiago Barbosa Davis (051.218.143-80).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8288/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.060/2009-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)
1.1. Responsáveis: Antonio Cezar Peluso (017.189.328-04); Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (003.722.005-59); Joaquim Benedito Barbosa Gomes (084.269.531-15); Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (012.369.627-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8289/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 9.810/2015 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 3/11/2015, Ata n. 38/2015, relativamente ao seu item 4, onde se lê: "Manoel Correa Araújo Neto (320.766.611-00)", leia-se: "Manoel Correa Araújo Neto (320.776.611-00)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.014/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Jesus dos Reis Rodrigues Bastos (246.264.141-68); Manoel Correa Araújo Neto (320.776.611-00).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio dos Bois/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Representação legal: Lilian Abi Jaudi Brandão (1998/OAB-TO), representando Manoel Correa Araújo Neto.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8290/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-009.209/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Francisco Martins de Mesquita (042.861.973-87); José Ilário Gonçalves Marques (161.388.803-15).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Quixadá/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (3625/OAB-CE) e outros, representando José Ilário Gonçalves Marques.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8291/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 3.017/2011 - Plenário, prolatado na Sessão de 16/11/2011, Ata n. 50/2011, relativamente ao seu item 3, onde se lê: "(...) Madeireira Eldorado (23.479.238/0001-35) (...) Norbral - Comércio Representação e Serviços Ltda. (...)"; leia-se: "(...) Madeireira Eldorado (00.138.748/0001-55) (...) Norbral - Com Representações e Serviços Ltda. (...)"; e ao seus subitens 9.4.4, 9.4.8 e 9.5, onde se lê: "(...) Norbral - Comércio Representações e Serviços Ltda. (...)"; leia-se: (...) Norbral - Com Representações e Serviços Ltda. (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-012.710/2001-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC - 008.830/2000-0 (Representação).

1.2. Responsáveis: A.c.m. Gomes (00.938.986/0001-45); Adailton J. dos Santos (01.041.449/0001-60); Antônio Alves de Gouveia (035.143.583-20); Armarinho São Paulo-mga Pereira Cardoso (63.448.948/0001-24); Armazém Titibadir - Francisco Rodrigues Lima (06.029.078/0001-15); Benevaldo Betelan Correa Santana (806.925.323-15); Bertcon Serviços Ltda. (02.553.825/0001-69); C. A. Alencar Saraiva (01.172.237/0001-12); Casa Maranhão - Paulo Veríssimo da Costa (63.428.205/0001-92); Construtora Rio Verde Ltda. (02.409.427/0001-73); Construtora Tavares Cunha Ltda. (69.569.473/0001-00); Construtora Vale do Gurupi - R.s. Ferro (03.213.783/0001-80); F de A Conceição (comercial Bom de Preço) (01.861.512/0001-05); F. O. Sousa Comércio e Representações (francom e Representações) (02.670.226/0001-25); Flank Rafael Silva Santos (449.650.953-91); Gilberto da S. Reis (02.343.474/0001-61); Gilson Oliveira Pereira (407.459.533-87); Heracilio de Sousa Alencar (169.947.952-68); Hidraqcon Perfurações, Conjstruções e Incorporação Ltda. (01.669.325/0001-24); J e X Travassos (visão Comércio e Representações) (00.363.456/0001-16); J. de Oliveira Comércio e Representações Ltda. (00.061.779/0001-55); J.b. Lopes Teixeira (02.366.215/0001-56); Jose Juscelino dos Santos Rezende (094.901.593-87); Jurecey Souza Santos- A Colegial (06.187.447/0001-06); Ltt Nunes Construção e Projetos Em Geral (02.041.972/0001-50); Madeireira Eldorado (00.138.748/0001-55); Madeireira Sampaio - Iramar Alves Sampaio (10.423.861/0001-36); Margareth Rose Martins Bringel (215.948.993-04); Márcia dos Santos Resende (280.727.073-53); Márcio dos Santos Herrera (561.671.480-15); Ney dos Santos Resende (351.307.093-49); Norbral - Com Representações e Serviços Ltda. (01.129.769/0001-77); Papelaria Imperial (03.498.735/0001-85); Prefeitura Municipal de Vitorino Freire - MA (06.018.568/0001-16); R. de Oliveira Rodrigues (00.835.707/0001-18); Slz Infoeletronicos - Comercial São Luis Rei de França (02.740.337/0001-60); Tiago Madeiras Ltda. (41.623.984/0001-44); Tracom Tavares Representações e Comércio Ltda. (tracom) (01.015.609/0001-05); Vendoria Lajofre - Lajofre Com. Prod. Alimentícios Ltda. (11.794.336/0001-90); Xavier Engenharia Ltda. (00.369.904/0001-99).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.7. Representação legal: José de Ribamar Santos Pereira e outros, representando Construtora Rio Verde Ltda; Nathusa de Fátima Torres Chaves (8032/OAB-MA) e outros, representando R. de Oliveira Rodrigues; Raimundo da Silva Santos (6086/OAB-MA) e outros, representando Benevaldo Betelan Correa Santana; Adraiano Geoffrey de Gois Araújo (14714/OAB-CE), representando J e X Travassos (visão Comércio e Representações); Diego José Fonseca Moura (8192/OAB-MA), representando Papelaria Imperial; João Fernandes Freire Neto (3546/OAB-MA), representando Xavier Engenharia Ltda; Gustavo Sauaia de Oliveira (6600/OAB-MA) e outros, representando Margareth Rose Martins Bringel.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8292/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 10.991/2015 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 24/11/2015, Ata n. 41/2015, relativamente ao seu subitem 9.3, onde se lê: "(...) aplicar aos Senhores Antônio Pohkroc Krahô e Nilton José dos Reis Rocha, bem como à entidade União das Aldeias Krahô - KAPEY, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU (...)", leia-se: "(...) aplicar aos Senhores Antônio Pohkroc Krahô e Nilton José dos Reis Rocha, bem como à entidade União das Aldeias Krahô - KAPEY, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.531/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Pohkroc Krahô (018.003.871-05); Nilton José dos Reis Rocha (060.816.221-34); União das Aldeias Krahô (01.010.997/0001-23).

1.2. Órgão/Entidade: União das Aldeias Krahô.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: José Carlos Duarte de Paula (8077/OAB-GO) e outros, representando Nilton José dos Reis Rocha.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8293/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar, desde logo, por economia processual, nos termos do art. 93 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e art. 213 do Regimento Interno/TCU, além dos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, o arquivamento do presente processo, sem o cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuarão obrigados os devedores, para que lhes possa ser dada quitação, e fazer a seguinte recomendação, sem prejuízo de dar ciência da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação aos responsáveis e à Fundação Nacional de Saúde/MS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.626/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Augusta Brito de Paula (816.087.133-34); Simão Pedro Brito (758.498.443-68); Tassia de Paula Brito (006.378.803-90).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Graça/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendação:

1.7.1. à Funasa/CE que adote as medidas cabíveis para obter o eventual ressarcimento do erário por outros meios adequados, atentando, ainda, para a previsão contida no art.15, inciso IV, da IN/TCU n. 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável em vistas à instauração de tomada de contas especial.

ACÓRDÃO Nº 8294/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea c, do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer emitido pela Secex/TO:

1. Processo TC-032.658/2014-1 (MONITORAMENTO)

1.1 Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.

1.2 Responsável: Edvaldo Soares de Oliveira (243.472.561-91).

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinação:

1.8.1. à Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, instaure o devido processo de tomada de contas especial, referente ao Convênio n. 37.000/2008, firmado com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, nos termos do art. 8º da Lei n. 8.443/1992 c/c a Instrução Normativa/TCU n. 71/2012, comunicando a este Tribunal, ao término do referido prazo, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 8295/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação e de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Fundação Pedro Calmon - Centro de Memórias e Arquivo Público da Bahia - FPC e de enviar cópia dos autos à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, para adoção das providências de sua alçada, de acordo com o parecer da Secex/BA:

1. Processo TC-011.440/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Bahia - TCE/BA.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Pedro Calmon - Centro de Memórias e Arquivo Público da Bahia - FPC (13.341.961/0001-01).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura que, quando da análise da prestação de contas do Convênio n. 462/2009 (Siafi 728095) celebrado com a Fundação Pedro Calmon, examine as impropriedades apontadas pelo TCE/BA (peça 3) e informe ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 8296/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Sefti:

1. Processo TC-015.389/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A. (58.069.360/0001-20).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: Rodrigo Herdy (477.750.171-04).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8297/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação e de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação, bem como da documentação acostada à peça n. 1 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis, e desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-015.567/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República no Amazonas - MPF.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lábrea/AM.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinação:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que proceda à análise da documentação relacionada com as irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos repassados ao Município de Lábrea/AM no âmbito do Termo de Compromisso PAC 2 n. 03618/2012 e informe ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, a respeito das conclusões sobre o assunto e das providências eventualmente adotadas.

ACÓRDÃO Nº 8298/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica, desta deliberação bem como da peça n. 1 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para adoção das providências que entender necessárias e cópia desta deliberação ao representante, e de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-016.465/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República no Amazonas - MPF.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Humaitá/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que proceda à análise da documentação relacionada com as irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos repassados ao município de Humaitá/AM no âmbito do Termo de Compromisso PAC 2 n. 03590/2012 e informe ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, a respeito das conclusões sobre o assunto e das providências eventualmente adotadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8299/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM/CE, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-031.579/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Josimar Bandeira de Castro (424.969.423-20), Presidente da Câmara Municipal de Aquiraz/CE.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aquiraz/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8300/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo da ciência da seguinte impropriedade e de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-035.824/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (427.215.123-15), Prefeito.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Granja/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Ciência:
1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas sobre o atraso na manifestação conclusiva acerca da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Granja/CE, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, exercício financeiro 2009, ocorrência que afronta o disposto no art. 8º da Lei n. 8.443/1992 e art. 4º da IN/TCU n. 71/2012.

RELAÇÃO Nº 23/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 8301/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.126/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valentina de Macedo Silva (CPF 150.823.261-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8302/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento de seus interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.978/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Soares de Almeida (CPF 438.096.698-49); Elisabete de Castro Oliveira (CPF 556.696.037-53); Norma Guedes Cunha (CPF 091.555.974-91) e Randolf Zachow (CPF 177.922.820-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8303/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento de seus interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.997/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anthero Leopoldino de Queiroz (CPF 274.588.067-53) e José Marcondes Olivetti Neto (CPF 116.723.151-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8304/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.741/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia de Fatima Siqueira Melquiades (CPF 377.404.948-36); Cynthia Feitosa Leal (CPF 758.334.412-34); Cássio Mitsuhiro Sugimoto (CPF 326.918.438-74) e Iury Soares de Souza (CPF 035.557.517-51).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no Sisac do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar 2/10/2015 ao invés de 2/10/2014.

ACÓRDÃO Nº 8305/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.742/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Julio Cesar Arrue Breitkreitz (CPF 048.211.328-69); Leonardo Ramos Rodrigues (CPF 087.020.567-63); Luciano Gianizeli Rodrigues (CPF 053.693.857-18) e Luiz Fernando de Araujo Ferrão (CPF 327.081.568-96).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no Sisac do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar 2/10/2015 ao invés de 2/10/2014.

ACÓRDÃO Nº 8306/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.827/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Luiz Araujo dos Santos (CPF 137.173.357-07).
1.2. Órgão/Entidade: 10º Batalhão de Infantaria (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8307/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.918/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Marcia Moraes Blanck (CPF 596.350.700-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8308/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.990/2016-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Vera Maria Kappel Vieira (CPF 278.741.920-87).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8309/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.993/2016-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Margarete Reinehr (CPF 895.224.780-91).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8310/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.995/2016-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Beatriz da Silva Pontes (CPF 063.006.135-18); Darlan Oliveira Pontes (CPF 050.500.135-77); Laureana Oliveira Pontes (CPF 051.161.235-45) e Maria Eleoteria Pontes (CPF 331.538.175-53).
1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8311/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.999/2016-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivanilda Brito Ribeiro (CPF 310.253.233-00); Rafael Brito Ribeiro (CPF 017.541.531-51); Rita de Holanda Nunes (CPF 029.934.756-73) e Zulmira Pereira dos Santos (CPF 897.100.021-04).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8312/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.000/2016-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Raimunda Nonata de Souza Lima (CPF 068.155.702-82).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8313/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.735/2016-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Olga Barros da Silva (CPF 025.257.077-45).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8314/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.582/2015-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Amaro Rodrigues de Souza (CPF 030.321.244-68) e Neli Santana Benevides Rodrigues de Souza (CPF 521.543.274-00).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8315/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.140/2016-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ana Maria de Siqueira Xavier (CPF 776.231.265-04); Elisa Teixeira (CPF 117.359.292-04); Elzir Gustavo Rosa (CPF 738.839.647-00); Itamara Sales Dias da Silva (CPF 401.869.544-68); Ligia Teixeira (CPF 013.262.867-81); Lilian de Souza Teixeira (CPF 013.663.237-85); Livia Teixeira (CPF 586.461.167-00); Lucineide Amaro Ribeiro (CPF 026.545.104-33); Maria Helena Casagrande (CPF 398.902.527-91); Marilda de Fátima Bakini Siqueira (CPF 381.013.867-34); Martha Bernardes Pereira (CPF 033.756.171-00); Mavilde Teixeira (CPF 066.071.362-49); Myrian Cristina Loureiro de Lima (CPF 256.552.212-68); Neide Torres de Albuquerque (CPF 338.319.127-34); Sheila Rejane Loureiro de Lima (CPF 460.046.882-15); Telma Lúcia Loureiro de Lima (CPF 256.552.642-34); Vanessa Pacheco da Silva (CPF 059.755.607-56); Vera Lucia dos Santos (CPF 636.452.037-53) e Wanda Ivany Loureiro de Lima (CPF 104.916.512-87).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8316/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.070/2015-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Eliana Cunha Beber (CPF 290.827.909-63) e Marcia Antunes Wisniewski Peletti (CPF 553.018.279-87).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8317/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.123/2015-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Arnaldo Jose Bergmann (CPF 385.809.189-87) e Nadir Bergmann (CPF 344.741.961-04).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8318/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.045/2016-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: José Zorzella Filho (CPF 084.490.238-15); Lourival Alves da Costa Filho (CPF 290.776.137-49); Luiz Alves de Carvalho (CPF 124.509.368-15); Luiz Carlos Felipe (CPF 741.836.308-78); Oscar Marques Pereira (CPF 121.791.838-87); Oswaldo Pires (CPF 107.654.928-49); Sebastião Sales Rezende (CPF 106.375.081-49) e Wilson da Silva (CPF 233.683.737-49).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8319/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.047/2016-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adroaldo Silva Porto (CPF 209.056.370-20); Alcides Pereira Carriel (CPF 111.974.399-00); Celso Nunes de Freitas (CPF 057.537.080-72); Danilo Soares Garcia (CPF 181.005.110-04); Eli Carvalho Ribeiro (CPF 583.441.797-34); Francisco Araujo de Azevedo (CPF 153.327.489-49); Francisco Vicente Neto (CPF 113.547.559-87); Heitor Lorenço de Lima (CPF 109.596.109-87); Jose Ernani Araujo (CPF 026.139.489-49) e Jose Lopes dos Santos (CPF 240.134.047-53).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8320/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.051/2016-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Antônio Pereira da Silva (CPF 124.366.154-20); Claudio Guerreiro de Castro (CPF 064.123.782-00); Constâncio de Andrade Melo (CPF 084.308.534-72); Edmilson Correia da Silva (CPF 321.748.457-68); Edson José da Silva Santos (CPF 168.150.684-04); Eliel Ribeiro de Albuquerque (CPF 492.325.257-04); Elio Reckziegel (CPF 137.243.980-34); Fernando Almeida de Aguiar (CPF 321.796.507-87); Francisco Alves dos Santos (CPF 065.990.603-15) e Francisco de Assis Campos (CPF 103.588.547-68).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8321/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.061/2016-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Gervásio Pereira Matos (CPF 057.597.811-20); Helio Pereira da Silva (CPF 186.168.791-53); Janio Alfredo Stange (CPF 257.811.700-49); Joel Camargos de Lima (CPF 186.286.211-72); José Alça Alves (CPF 002.985.739-20); José Antônio Ferreira (CPF 141.314.711-91); José Carlos de Oliveira (CPF 184.963.421-15); José de Fátima Santana (CPF 191.256.746-68); João Osório Bomfiglio Retamal (CPF 105.995.509-10) e João da Costa Pereira (CPF 129.329.143-91).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8322/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.062/2016-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: José Itajaú Oleques Teixeira (CPF 281.323.940-20); José Roberto Cavalcante (CPF 225.071.401-00); José Tadeu Fanis (CPF 192.633.926-68); Juarez Machado Costa (CPF 125.498.191-87); Luiz Antonio Faria (CPF 128.593.031-20); Luiz Carlos Campos Nunes (CPF 119.593.471-87); Luiz Castro da Silva (CPF 819.950.408-00); Luiz Mário Dias (CPF 123.208.111-68); Luziano Pereira Gomes (CPF 170.835.401-87) e Martinho Arruda Bento (CPF 339.244.906-78).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8323/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.082/2016-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alessandro Avelino de Souza (CPF 047.279.924-00); Alexandre Valeiko (CPF 111.835.609-82); Alfeu Morais (CPF 026.905.277-15); Alfredo Lima Leite (CPF 552.513.078-53); Altamiro Ângelo da Silva (CPF 057.040.497-53); Aluizio Alves Sette (CPF 330.934.827-04); Amarílio Paulino Pires (CPF 721.809.278-00); Anael Carlos Rodrigues (CPF 371.833.117-91); Angelo Eurípedes Passarelo (CPF 006.452.495-72) e Álvaro Follador (CPF 016.120.269-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8324/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.087/2016-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Estanislau Silva (CPF 114.136.549-91); Eugênio Otávio Pereira (CPF 108.498.660-49); Expedito Silva de Araújo (CPF 145.790.069-68); Fidélis Fontanella (CPF 271.516.037-20); Flávio Buhler (CPF 053.033.700-20); Flávio Diniz de Arruda Câmara (CPF 345.197.777-04); Francisco Lins de Souza (CPF 037.944.584-00); Francisco Moraes dos Santos (CPF 001.646.743-49); Francisco de Assis Cavalcante (CPF 790.183.788-87) e Gelson José Gonçalves (CPF 467.431.548-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8325/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.096/2016-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Olival Gomes Barboza (CPF 002.191.773-68); Onan Dias Fernandes (CPF 886.336.328-53); Otalicio de Souza Werneck Junior (CPF 032.640.848-72); Paulo Cavalcante de Oliveira (CPF 467.235.527-68); Paulo César Pereira (CPF 272.688.538-15); Paulo Francisco Block (CPF 448.986.228-87); Paulo Jose Vitor (CPF 157.246.708-87); Paulo Pedro Pessoa (CPF 056.685.578-04); Paulo Pinheiro Xavier (CPF 106.249.458-04) e Paulo Roberto da Costa Monteiro (CPF 723.327.867-91).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8326/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.100/2016-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Valdir Lemos Padilha (CPF 553.503.568-87); Valdir Oliveira da Silva (CPF 005.812.835-20); Valmiro Santos Cerqueira (CPF 890.784.625-15); Vania Varanda Pereira (CPF 349.086.097-72); Venancio Grossi (CPF 042.062.317-53); Vicente Bernardo de Freitas (CPF 789.673.258-00); Vilceu Vertela Viana (CPF 659.394.337-15); Virgílio Coracy Alves Cavalcante (CPF 080.303.594-20); Waldemar Dias Rabelo (CPF 028.830.407-10) e Walter Gomes Wanderley (CPF 025.760.822-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8327/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. Guilherme Cruz de Souza Coelho, prefeito do município de Petrolina/PE (gestão 1997-2000), diante da impugnação parcial das despesas do Termo de Responsabilidade SAC 1999 (Peça nº 1, 30-34), firmado com a União, por intermédio do então Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo por objeto a prestação de serviços assistenciais de natureza continuada de atenção a crianças carentes, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência;

Considerando que, no âmbito do TCU, foi constatado que o responsável foi notificado pela autoridade administrativa competente mais de dez anos após a ocorrência das irregularidades, o que pode comprometer o exercício pleno dos direitos ao contraditório e à ampla defesa;

Considerando, pelo exposto, que os presentes autos devem ser arquivados em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU, c/c os arts. 19, caput, e 6º, inciso II, da IN TCU nº 71/2012;

Considerando, por fim, os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.028/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Guilherme Cruz de Souza Coelho (CPF 261.784.941-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Petrolina/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao responsável e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

ACÓRDÃO Nº 8328/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.937/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 26/4/2016 (Ata nº 13/2016), relativamente aos itens abaixo indicados, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/TO, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) item 9.4

onde se lê:

"9.4 ...recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional...";

leia-se:

"9.4 ...recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional...";

b) item 9.8

onde se lê:

"9.8 ...bem como à Câmara Municipal de Barreiro/PE...";

leia-se:

"9.8 ...bem como à Câmara Municipal de Araguanã/TO...":

1. Processo TC-001.149/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Arte Produções de Shows Artísticos Ltda. (CNPJ 03.303.181/0001-13) e Noraldino Mateus Fonseca (CPF 231.895.091-15).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Araguanã/TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: Fábio Natiê Lima e Silva (6593/OAB-TO), representando Arte Produções de Shows Artísticos Ltda; Dalvalaides Morais Silva Leite (1756/OAB-TO), representando E. S. de Andrade.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8329/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Josafá Pereira de Sousa, diante da não execução do Convênio nº 569/2006, celebrado entre o município de Bandeirantes do Tocantins/TO e o Ministério da Saúde, foi julgada mediante o Acórdão 4.193/2016-2ª Câmara, proferido na Sessão de 29/30/2016 (Ata nº 9/2016);

Considerando que a unidade técnica apontou, no pronunciamento à Peça nº 68, que o nome do advogado da empresa Hidroambiental Consultoria Ltda. - ME, Allander Quintino Moreschi, OAB/TO 5.080, não constou do aludido Acórdão, tampouco da pauta da Sessão (conforme se verifica à Peça nº 67);

Considerando que, por essa razão, a Secex/TO propõe seja tornado insubsistente o Acórdão 4.193/2016-2ª Câmara;

Considerando que o MPTCU se manifestou de acordo com a proposta da unidade técnica no sentido de que seja declarada a nulidade do referido acórdão, em razão da ausência dos nomes dos advogados constituídos nos autos tanto no acórdão (Peça nº 63) como na pauta de julgamento publicada em 29/3/2016;

Considerando que o MPTCU esclareceu, ademais, que o Sr. Josafá Pereira de Sousa é representado neste processo pela Defensoria Pública da União (DPU), conforme documento consubstanciado na Peça nº 53;

Considerando, ainda, que o MPTCU aponta que, por se tratar de vício insanável e não de erro material propriamente dito, esta Corte de Contas tem determinado a revisão de ofício, ou a pedido da parte, da deliberação na qual se encontra essa espécie de vício, para torná-la insubsistente, de forma a que a falha em questão seja suprida (Acórdãos TCU 2.680/2015 e 3.000/2013, da 2ª Câmara; e Acórdãos TCU 3.132/2010, 3.438/2014 e 449/2014, do Plenário);

Considerando que, de fato, encontram-se constituídos nos autos o Dr. Wilton Resplande de Carvalho (Defensor Público da União), representando Josafá Pereira de Sousa, e o Dr. Allander Quintino Moreschi (OAB/TO 5.080), representando Hidroambiental Consultoria Ltda. - ME;

Considerando que, por se tratar de vício insanável e não de erro material, as pautas das sessões do TCU devem registrar os nomes e os respectivos números de inscrição na OAB dos advogados constituídos nos autos, o que não ocorreu, porém, no caso deste TC 005.152/2015-1, cuja pauta de julgamento foi publicada em 29/3/2016, sem a indicação do nome dos referidos advogados;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em tornar insubsistente o Acórdão 4.193/2016-TCU-2ª Câmara, com fulcro no art. 174 do RITCU, e restituir os autos ao Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.152/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Hidroambiental Consultoria Ltda. - ME (CNPJ 03.021.320/0001-16) e Josafá Pereira de Sousa (CPF 389.797.991-87).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Bandeirantes do Tocantins/TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: Wilton Resplande de Carvalho (Defensor Público da União), representando Josafá Pereira de Sousa; e Allander Quintino Moreschi (5080/OAB-TO), representando Hidroambiental Consultoria Ltda. - ME.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8330/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. Evandro Mauro Maciel Chacon, prefeito do município de Pesqueira/PE (gestão: 2013-2016) e Cleide Maria de Souza Oliveira, ex-prefeita de Pesqueira/PE (gestão: 2009-2012), diante do não cumprimento do objeto pactuado quanto aos recursos repassados ao município de Pesqueira/PE por força do Contrato de Repasse nº 309.920-60/2009 (Siconv nº 0940972009), celebrado pela Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, com o aludido município, tendo por objeto a execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas no município de Pesqueira/PE;

Considerando que o referido ajuste foi firmado no valor de R$ 806.613,84, dos quais R$ 740.350,00 à conta do concedente e R$ 66.262,84 referente à contrapartida do convenente, sendo que, do valor transferido (R$ 533.422,20), foi desbloqueada efetivamente a quantia de R$ 349.577,62, que se constitui no valor original do débito constatado pela Caixa na fase interna da TCE;

Considerando que, nos relatórios da entidade repassadora, não houve manifestação quanto ao fato de a obra ser aproveitável, mas houve menção expressa de que a glosa foi decorrente de "*imperfeições a serem corrigidas*", subentendendo-se uma execução aproveitável;

Considerando, além disso, que, de acordo com os relatórios de engenharia da Caixa, os serviços não executados não foram medidos e pagos, situação que afasta a existência de débito decorrente de pagamentos de parcelas de serviços não realizados;

Considerando que, de acordo com as análises da unidade técnica, não há como promover a responsabilização pela totalidade do valor repassado para a meta, pois poderia caracterizar o enriquecimento sem causa da administração, além do que, no presente caso, o percentual cumprido à época poderia vir a ser aproveitado com a conclusão da parte faltante do objeto, com o que os benefícios almejados poderão ser totalmente auferidos;

Considerando, de toda forma, que não foram constatados nos autos elementos objetivos que possam referendar eventual conclusão de que as partes inconclusas do contrato tivessem prejudicado ou tornado inútil todo o objeto previsto no pacto;

Considerando, pelo exposto, que são questionáveis os fundamentos alegados pela Caixa para imputação de débito, já que foi constatada em vistoria uma execução física de 72,05% do objeto, especialmente se levado em conta o valor efetivamente repassado ao ente federado - que não chegou a ser a totalidade;

Considerando, diante disso, que os presentes autos devem ser arquivados em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU;

Considerando, por fim, os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem o julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.865/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cleide Maria de Souza Oliveira (CPF 496.423.164-04) e Evandro Mauro Maciel Chacon (CPF 075.172.204-97).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Pesqueira/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, aos responsáveis, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades.

ACÓRDÃO Nº 8331/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial em desfavor do Sr. José Fernando Moreira da Silva, prefeito do município de Paudalho/PE (gestão: 2009-2012), diante da inexecução parcial do Contrato de Repasse nº 214.862-47/2006, celebrado pela Caixa Econômica Federal, como mandatária de União representada pelo Ministério da Integração Nacional, e o aludido município, tendo por objeto a recuperação/reconstrução de 46 casas populares danificadas pelas chuvas de 2004;

Considerando que a Caixa utilizou, como fundamento para a instauração destas contas especiais, o último Relatório de Vistoria, que consignou as obras realizadas, não obstante terem sido atestadas como 95,96% completas, tiveram sua funcionalidade prejudicada devido à não execução de fossas sépticas, sumidouros e muros de arrimo, tendo sido colocado como débito o valor correspondente à íntegra do valor repassado, qual seja, R$ 391.409,67;

Considerando que, no âmbito do TCU, foram feitas as seguintes verificações:

a) o saldo não medido das obras contratadas perfaz apenas R$ 20.551,46;

b) no Relatório de Acompanhamento da Caixa (Peça nº 1, p. 112-116 e 120), foram efetuadas glosas (isto é, valores não repassados) relativas às fossas sépticas, muros de arrimo e sumidouros não executados, totalizando os R$ 20.551,46 que faltavam para a execução total do ajuste;

c) infere-se que os muros de arrimo, ausentes em oito das casas que sofreram intervenção, não estavam previstos inicialmente em projeto, eis que consta, como pendência do Relatório de Análise de Engenharia - RAE (Peça nº 1, p. 84), a manifestação da Prefeitura de Paudalho/PE sobre a necessidade ou não da execução de muros de arrimo em vários trechos do empreendimento;

Considerando que a unidade técnica concluiu que a obra foi totalmente executada e que houve a utilidade dos recursos empregados, de forma que não há como promover a responsabilização pela totalidade do valor repassado para a meta, o que caracterizaria o enriquecimento sem causa da administração, ainda mais que foi constatada a restituição de R$ 191.353,10 por parte daquela municipalidade;

Considerando, pelo exposto, que os presentes autos devem ser arquivados em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU;

Considerando, por fim, os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem o julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.007/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Fernando Moreira da Silva (CPF 611.778.814-20).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Paudalho/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao responsável, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério da Integração Nacional (MI).

ACÓRDÃO Nº 8332/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.374/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 5/4/2016 (Ata nº 10/2016), relativamente ao item 9.3, para que onde se lê: "...no valor de R$ 150.00,00 (cento e cinquenta mil reais),..."; leia-se: "...no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),...", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.463/2013-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco Júnior Lopes Tavares (CPF 302.151.293-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Caridade/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8333/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 492/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 26/1/2016 (Ata nº 1/2016), relativamente aos itens abaixo indicados, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/PI, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

c) item 3.1

onde se lê:

"3.1. ...Maria Francilina Rodrigues...";

leia-se:

"3.1. ...Maria Francelina Rodrigues...";

d) acrescentar nos itens 9.1 e 9.2 o nome da responsável Maria Francelina Rodrigues:

1. Processo TC-024.821/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ana Maria Rodrigues (CPF 785.090.843-00); Antonio Rodrigues Filho (CPF 566.461.353-04); Antônio Rodrigues Filho (CPF 022.815.893-15); Francisco Antonio Rodrigues (CPF 296.281.133-72); Iselina Maria Rodrigues (CPF 806.197.543-20); Jose Antonio Rodrigues (CPF 205.155.373-49); Luzia Maria Rodrigues de Sousa (CPF 725.241.973-87); Manuel Antonio Rodrigues (CPF 229.433.903-72); Maria Aparecida de Jesus (CPF 882.185.543-00); Maria Francelina Rodrigues (CPF 267.045.443-72); Maria de Lourdes Rodrigues (CPF 340.208.704-97) e Venancio Antonio Rodrigues (CPF 729.197.953-68).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Acauã/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8334/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 11, caput e parágrafos da IN TCU nº 71/2012, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Major-Brigadeiro Intendente Gilberto Barros Santos, como Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, e conceder ao Cenciar a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo para o encaminhamento da TCE nº 04/VI COMAR/2015, instaurada no âmbito do Sexto Comando Aéreo Regional, devendo o novo prazo ser contado a partir da ciência do solicitante, conforme a proposta da unidade técnica:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-018.820/2016-6 (ADMINISTRATIVO)

1.1. Interessado: Sr. Major-Brigadeiro Intendente Gilberto Barros Santos, Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.2. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8335/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Ronaldo Ferreira de Melo, prefeito do município de Brejão/PE, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Convênio nº 285/MDSCF/2004, firmado entre o município de Brejão/PE e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo por objeto a execução do Projeto AGR/Projeto de Promoção a Inclusão Produtiva;

Considerando que o representante possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que o controle e a fiscalização da execução do convênio, bem como o exame da prestação de contas é atribuição primária do concedente ou repassador, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, encaminhando-a a este Tribunal para julgamento;

Considerando que, de acordo com as informações prestadas pelo MDS, o órgão concedente já adotou as medidas pertinentes para a apuração dos fatos informados na inicial, bem como levantamento do débito deles decorrente, cujo montante foi menor do que o limite previsto no art. 6º, inciso I, da IN TCU nº 71/2012, tendo o Sr. Joseraldo Rodrigues Bezerra, ex-gestor municipal, e a Prefeitura Municipal de Brejão sido incluídas no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados de órgãos e Entidades Federais (Cadin), motivo pelo qual resta dispensada a instauração de tomada de contas especial;

Considerando, além disso, que o próprio prefeito de Brejão informou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tomou medidas no sentido de ajuizar Ação de Ressarcimento ao Erário contra o ex-gestor municipal que também figura como responsável pelo débito identificado pelo MDS;

Considerando, pelo exposto, que não subsistem ações a serem adotadas pelo TCU no âmbito dos presentes autos, ficando prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do presente feito;

Considerando, de todo modo, que se mostra indicado o encaminhamento de determinação ao MDS para que atente ao disposto no art. 15, inciso IV, da IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, por perda de objeto, e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-004.015/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Ronaldo Ferreira de Melo, Prefeito do Município de Brejão/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Brejão/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que atente ao disposto no art. 15, inciso IV, da IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial; e

1.7.2. à Secex/PE que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

1.7.2.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8336/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Moisés Nogueira Avelino, prefeito do município de Paraíso do Tocantins/TO, noticiando a existência de possíveis irregularidades na execução do objeto do Convênio nº 2627/2001 (Siafi nº 445326) firmado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tendo por objeto a construção de aterro sanitário no aludido município;

Considerando que o representante acostou aos autos, a título de documentação comprobatória, cópia da Notificação 31/2015 SUEST/SETOR DE CONVÊNIOS, de 6/5/2015, por meio da qual, a Superintendente Estadual Substituta da Superintendência Estadual do Tocantins/Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde encaminhou ao atual prefeito de Paraíso do Tocantins, cópia do Parecer Técnico 01/15, de 3/2/2015 e do parecer Financeiro 5/2015, de 6/5/2015, comunicando a não aprovação da prestação de contas final do referido ajuste, devido à inexecução de 25,5% do objeto pactuado;

Considerando que a unidade técnica, no intuito de sanear os autos, realizou diligência junto Funasa;

Considerando que a Funasa, em sua resposta, informou que, após esgotadas as medidas administrativas com vistas à elisão do dano, instaurou a competente tomada de contas especial;

Considerando que já se encontra no TCU a tomada de contas especial instaurada pela Funasa com vistas a verificar a regularidade da execução do Convênio nº 2627/2001 (TC 007.695-2016-0);

Considerando, dessa forma, que se constata a perda de objeto dos presentes autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-008.995/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Moisés Nogueira Avelino, Prefeito do Município de Paraíso do Tocantins/TO.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Paraíso do Tocantins/TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/TO que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão ao ilustre representante; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8337/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos de representação formulada pela empresa Infotendência Informática e Suprimentos Ltda. - EPP, por meio da qual informa a ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 12/2015, realizado pelo 4º Batalhão de Engenharia de Combate do Exército Brasileiro - 4º BE Cmb (Uasg 160113), do tipo menor preço por item, contendo 48 itens, tendo por objeto o registro de preços para futuras aquisições de cartucho toner no valor global estimado de R$ 131.772,04;

Considerando que a representante possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante o disposto no inciso VII do art. 237 do RITCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

Considerando que a representante, em resumo, alega que o pregoeiro agiu de forma arbitrária e irregular, exigindo especificações não previstas no instrumento convocatório, inabilitando todos os licitantes que ofertaram cartuchos e toners originais, de fabricantes que não produzem impressoras, nos termos autorizados no edital;

Considerando que a unidade técnica, após percuciente análise, concluiu que a empresa foi indevidamente inabilitada, já que o pregoeiro não se ateve aos termos do instrumento convocatório, o qual, claramente, aceita, em seu item 1.3, como cartucho/toner original aqueles cujo fabricante não seja o mesmo da marca da impressora, além do fato de ter optado por habilitar, para determinados itens do objeto, somente empresas que ofertaram cartuchos da mesma marca da impressora especificada, sem que, para tanto, no processo licitatório tenha sido demonstrado, tecnicamente e de forma circunstanciada, que somente uma atende às necessidades específicas da Administração, nos termos da Decisão 664/2001-TCU-Plenário;

Considerando, além disso, que também foi identificada a citação equivocada de jurisprudência deste TCU na descrição dos itens 13 a 16, 21, 23, 25 e 27 do objeto do referido certame;

Considerando, de toda forma, que, para sanar tal impropriedade, mostra-se suficiente determinar ao órgão que, utilizando-se do seu poder discricionário, decida se mantém os exatos termos do edital, reabrindo prazo para realizar nova sessão de abertura, aceitando, desta feita, como originais os cartuchos de outros fabricantes que não os da marca da impressora e se atendo ao comando do item 1.3 do instrumento convocatório, sem se escusar de enviar errata aos participantes do certame excluindo a citação da jurisprudência deste TCU da descrição dos itens 13 a 16, 21, 23, 25 e 27 do objeto; ou se prefere alterar o edital, incluindo no termo de referência ou em novo anexo, justificativa técnica e circunstanciada que o autorize a especificar marca para os cartuchos;

Considerando, pelo exposto, a procedência da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la procedente, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.123/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Infotendência Informática e Suprimentos Ltda. - EPP (CNPJ 23.925.584/0001-01).

1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Engenharia de Combate do Exército Brasileiro (4º BE Cmb).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao 4º Batalhão de Engenharia de Combate do Exército Brasileiro (4º BE Cmb) que:

1.7.1.1. adote, com relação ao Pregão Eletrônico nº 12/2015, providências com vistas a, alternativamente:

1.7.1.1.1. reabrir prazo para realizar nova sessão de abertura do certame, desta feita, aceitando como originais os cartuchos de outros fabricantes que não os da marca da impressora, se atendo ao comando do item 1.3 do instrumento convocatório, tendo em vista o procedimento então adotado pelo pregoeiro estar em desacordo com os arts. 7º, § 5º; 45 e 46 da Lei nº 8.666/1993; e

1.7.1.1.2. enviar errata aos participantes do certame excluindo a citação da jurisprudência deste TCU da descrição dos itens 13 a 16, 21, 23, 25 e 27 do objeto, tendo em vista a especificação destes itens estar em desacordo com o comando da jurisprudência que referencia; ou

1.7.1.1.3. alterar o edital, de modo a incluir no termo de referência ou em novo anexo, justificativa técnica e circunstanciada que o autorize a especificar marca para os cartuchos, demonstrando ser essa opção, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração, atendendo ao art. 15, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 710/2011-TCU-2ª Câmara e 5.674/2009-TCU-1ª Câmara;

1.7.1.2. encaminhe a este Tribunal, por meio da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ), comprovantes do cumprimento das medidas determinadas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação;

1.7.2. à Secex/RJ que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à representante; e

1.7.2.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8338/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso I e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-014.336/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. José Luiz Pereira Gomes, Procurador de Justiça Militar em Manaus/AM.

1.2. Órgão/Entidade: Comando de Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério da Defesa, por meio de seu órgão setorial de controle interno, que promova a apuração, nos termos do art. 24, incisos VII e VIII, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, das irregularidades objeto da representação formulada pelo Ministério Público Militar, comunicando suas conclusões a este Tribunal de Contas da União, no prazo de 60 dias a contar da ciência deste Acórdão e, caso constatado dano ao erário federal e não logrado seu ressarcimento, que instaure tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 71/2012;

1.7.2. à Secex/RR que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante, ao Ministério da Defesa, ao Comando do Exército e à 12ª Circunscrição Judiciária Militar; e

1.7.2.2. monitore o cumprimento da determinação exarada no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 8339/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela Exma. Sra. Maria Madalena Santos de Britto, prefeita do município de Arcoverde/PE, sobre possíveis irregularidades ocorridas na execução do Contrato de Repasse nº 280.371-97/2008, celebrado pela Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, com o aludido município, tendo por objeto o recapeamento asfáltico de ruas no centro da cidade, implantação de perimetral beira-rio e pavimentação de ruas no Bairro de São Cristóvão;

Considerando que a representante legal possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que o controle e a fiscalização da execução do convênio, bem como o exame da prestação de contas, são atribuições primárias do concedente ou repassador, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, encaminhando-a a este Tribunal para julgamento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a Caixa já está adotando as providências sob a sua alçada, uma vez que já iniciou os procedimentos para instauração da tomada de contas especial;

Considerando que, nos termos do art. 11 da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, a entidade instauradora tem o prazo de 180 dias, a contar do término do exercício financeiro em que foi instaurada, para o encaminhamento da tomada de contas especial ao TCU;

Considerando, pelo exposto, que, na presente etapa processual, não se mostra adequada a atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, podendo, assim, ser considerada prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.444/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exma. Sra. Maria Madalena Santos de Britto, Prefeita do Município de Arcoverde/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Arcoverde/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão à representante e à Caixa Econômica Federal, determinando que a Caixa adote as providências cabíveis e informe o TCU sobre o resultado das medidas adotadas no prazo de até 60 (sessenta) dias; e

1.7.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento da determinação exarada no item 1.7.1 deste Acórdão.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8257 a 8281 e 8340 a 8377, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8257/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.491/2014-0.

1.1. Apenso: TC 024.298/2015-8.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: José Antonio Cavalcante (CPF 469.293.044-68).

4. Unidade: Município de São José da Tapera/AL.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: José Cícero Braga (OAB/AL 2.206).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração interpostos por José Antonio Cavalcante contra o acórdão 5.144/2016 - 2ª Câmara, que, em razão de sua intempestividade, não conheceu de recurso de reconsideração contra o acórdão 4.689/2015 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8257-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8258/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.648/2008-3.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente/Interessados:

3.1. Recorrente: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen, por intermédio da Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal - PF/Cnen

3.2. Interessados: Carlos Roberto Ferreira (CPF 580.481.388-91); Clotilde Moreira de Pina dos Santos (CPF 16.647.657-00); Elena Setuko Hamada (CPF 807.901.198-20); Eliane Salomão Arburuas (CPF 257.610.487-87); Graciela Soriana Estigarribia Canete (CPF 278.960.568-87); Ieda Irma Lamas Cunha (CPF 554.272.358-68); Margarida Enoshita Otomo (CPF 648.696.608-49); Maria Carmen Coelho Teixeira (CPF 187.153.706-15); Maria Cristina Rosa Yamasak (CPF 775.566.668-91); Maria Ines Costa Cantagallo (CPF 808.119.578-53); Maria Luiza Soares (CPF 266.475.087-91); Orlando Rebelo dos Santos (CPF 076.246.038-53); Rosane Isabel Marcon Battaglin (CPF 178.980.640-20).

4. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen contra o acórdão 2.244/2009 - 2ª Câmara, que considerou ilegais os atos de aposentadoria de ex-servidores daquela instituição.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, à recorrente e aos demais comunicados da deliberação original.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8258-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8259/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.180/2014-5.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: José Ribamar Ribeiro Castelo Branco (CPF 177.220.983-04).

4. Unidades: Município de Cândido Mendes/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Adriano Santana de Carvalho Santos (OAB/MA 12.286-A) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por José Ribamar Ribeiro Castelo Branco, ex-prefeito de Cândido Mendes/MA, contra o acórdão 1.441/2016-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentaram, ao embargante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8259-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8260/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.653/2013-0.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: José de Andrade Maia Filho (CPF 702.586.353-04).

4. Unidade: Município de Itainópolis/PI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Tiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e Valéria Bittar Elbel (OAB/DF 35.733), representando José de Andrade Maia Filho.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por José de Andrade Maia Filho contra o acórdão 2.087/2014 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8260-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8261/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.897/2011-4.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Enilton Batista da Trindade (CPF 294.079.314-04), Klauss Francisco Torquato Rêgo (CPF 502.774.644-04) e Lizélia Maria de Souza (CPF 522.645.804-53).

4. Unidade: Município de Extremoz/RN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Ana Luiza de Freitas Fernandes (OAB/RN 5.406) e outros, representando Lizélia Maria de Souza; Bruno Pacheco Cavalcanti (OAB/RN 6.280) e outro, representando Enilton Batista da Trindade.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Enilton Batista da Trindade, Klauss Francisco Torquato Rêgo e Lizélia Maria de Souza contra o acórdão 2.390/2015 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputou-lhes débito e aplicou-lhes multa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Fundação Nacional de Saúde, ao Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (relator dos embargos opostos em face do Acórdão 573818-RN, processo 2009.84.00.010485-6) e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8261-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8262/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.326/2016-1.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Edson Gutemberg de Sousa (CPF 057.706.104-68).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Edson Gutemberg de Sousa, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Edson Gutemberg de Sousa e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8262-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8263/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.327/2016-8.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Elizete Teresinha Santos Cavalcanti (CPF 104.073.404-91).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Elizete Teresinha Santos Cavalcanti, servidora inativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Elizete Teresinha Santos Cavalcanti e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8263-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8264/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.328/2016-4.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Evania Leiros de Souza (CPF 086.147.094-04).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Evania Leiros de Souza, servidora inativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Evania Leiros de Souza e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8264-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8265/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.330/2016-9.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Flávio José Cunha de Aguiar (CPF 074.603.094-00).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria Flávio José Cunha de Aguiar, servidor inativo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Flávio José Cunha de Aguiar e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8265-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8266/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.336/2016-7.
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Alzamir Pereira da Costa (CPF 163.576.717-20).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Alzamir Pereira da Costa, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de José Alzamir Pereira da Costa e determinar seu registro;
9.2. determinar, porém, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que:
9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisão judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;
9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo; e
9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8266-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8267/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.339/2016-6.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Euber Pereira Soares (CPF 090.226.947-04).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Euber Pereira Soares, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de José Euber Pereira Soares e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8267-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8268/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.3412016-0.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luiz Alberto Carneiro Marinho (CPF 090.635.014-04).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este ato de concessão de aposentadoria a Luiz Alberto Carneiro Marinho, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Luiz Alberto Carneiro Marinho e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8268-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8269/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.342/2016-7.
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luiz Antonio de Azevedo (CPF 039.448.324-34).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Luiz Antonio de Azevedo, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Luiz Antonio de Azevedo;
9.2. determinar, porém, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que:
9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisão judicial tans jul apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;
9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo; e
9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8269-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8270/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.349/2016-1.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria da Salete Lima Cunha (CPF 201.777.634-34).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria da Salete Lima Cunha, servidora inativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria da Salete Lima Cunha e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8270-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8271/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.350/2016-0.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria do Socorro de Oliveira Evangelista (CPF 138.893.034-04).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este ato de concessão de aposentadoria a Maria do Socorro de Oliveira Evangelista, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Maria do Socorro de Oliveira Evangelista e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à UFRN que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8271-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8272/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.354/2016-5.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Leidimar de Sousa Melo (CPF 111.816.804-68).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este ato de concessão de aposentadoria de Maria Leidimar de Sousa Melo, ex-docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Leidimar de Sousa Melo e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovantes das datas em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8272-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8273/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.355/2016-1.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Nísia Floresta Brasileira Augusta de Paula e Sousa (CPF 830.849.247-91).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Nísia Floresta Brasileira Augusta de Paula e Sousa, servidora inativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Nísia Floresta Brasileira Augusta de Paula e Sousa e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8273-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8274/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.359/2016-7.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo Ney Silva Bulhões (CPF 071.963.004-59).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este ato de concessão de aposentadoria a Paulo Ney Silva Bulhões, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Paulo Ney Silva Bulhões e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à UFRN que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8274-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8275/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.362/2016-8.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Rejane Marie Barbosa Davim (CPF 130.515.984-53).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Rejane Marie Barbosa Davim, servidora inativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Rejane Marie Barbosa Davim e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8275-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8276/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.363/2016-4.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Rejane Millions Viana Meneses (CPF 230.393.104-53).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Rejane Millions Viana Meneses, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Rejane Millions Viana Meneses e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8276-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8277/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.366/2016-3.
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Rosenite Alves de Oliveira (CPF 090.634.124-87).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Rosenite Alves de Oliveira, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Rosenite Alves de Oliveira;
9.2. determinar, porém, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que:
9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisão judicial tans jul apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;
9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo; e
9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8277-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8278/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.523/2016-1.
2. Grupo II - Classe VI - Representação.
3. Representante: Editora Jornalística Jarros Ltda.-EPP (CNPJ 00.512.930/0001-24).
4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - Secex/SC.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico para registro de preços 1/2016, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha para contratar serviços de publicação em jornais de grande circulação (local/regional) de anúncios oficiais e de materiais de interesse do instituto e das demais unidades participantes.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 237, inciso VII, e 250, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;
9.2. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha de que a rejeição, pela pregoeira, de intenção, imediata e motivada, de recurso de licitante, como constatado no pregão eletrônico para registro de preços 1/2016, caracteriza descumprimento dos arts. 8º, inciso IV, 11, inciso VII, e 26 do Decreto 5.450/2005, pelos quais deve ser aberto prazo de três dias para apresentação das razões recursais e o recurso deve ser encaminhado à autoridade superior, caso o pregoeiro mantenha sua decisão;
9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a integram, à representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;
9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8278-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8279/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.718/2014-4.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Espólio de Adil Pimenta de Souza (CPF 010.254.306-20) e Associação de Caridade de São João Nepomuceno (CNPJ 24.802.225/0001-20).
4. Unidades: Associação de Caridade de São João Nepomuceno e Fundo Nacional de Saúde - FNS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Minas Gerais - Secex/MG.
8. Representação legal: Arnaldo César Guerrieri (OAB/SP 74.259) e Felipe Augusto Comini da Gama Ferreira (OAB/MG 76.666), representando Associação de Caridade de São João Nepomuceno.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em decorrência da impugnação parcial das despesas do convênio 2.144/2003, celebrado com a Associação de Caridade de São João Nepomuceno para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Adil Pimenta de Souza e da Associação de Caridade de São João Nepomuceno;
9.2. condenar solidariamente a Associação de Caridade de São João Nepomuceno e o espólio de Adil Pimenta de Souza, ou, caso tenha havido a partilha de bens, seus herdeiros legais até o limite do valor transferido, ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde de R$ 44.612,89 (quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e oitenta e nove centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 24/6/2004 até o pagamento:
9.3. aplicar à Associação de Caridade de São João Nepomuceno multa de R$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até o pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;
9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.9. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8279-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8280/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.018/2009-2.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Marco Antônio Ribeiro de Castro (CPF 525.831.636-04) e Construtora SG Ltda. (CNPJ 03.066.967/0001-64).
4. Unidade: Município de Matutina/MG.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Mariodayson Silva Gonzalez (OAB/MG 137.653) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Marco Antônio Ribeiro de Castro, ex-prefeito de Matutina/MG, e pela Construtora SG Ltda. contra o acórdão 448/2013 - 2ª Câmara, alterado pelo acórdão 3.014/2015 - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8280-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8281/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.228/2015-6.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Antônio Nogueira de Souza (CPF 324.570.492-53).
4. Unidades: Município de Santana/AP e Ministério da Cultura - MinC.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá - Secex/AP.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em desfavor de José Antônio Nogueira de Souza, ex-prefeito de Santana/AP, em razão da impugnação total das despesas vinculadas ao convênio 90/2006, cujo objeto era a montagem de videoteca itinerante e de miniestúdio digital de gravação, produção e edição de som e imagem naquele município, no âmbito do Projeto Pontos de Cultura Materializando Sonhos.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 214, inciso III, alínea "a"; e 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel José Antônio Nogueira de Souza;
9.2. julgar irregulares as contas de José Antônio Nogueira de Souza;
9.3. condená-lo ao recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura dos valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora das respectivas datas até a data do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
27/2/2007	50.000,00
14/9/2009	65.000,00

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da correspondente notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao MinC e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8281-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8340/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.542/2014-1.

1.1. Apenso: 026.609/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Vilmar Farias Valim (374.394.212-72).

4. Unidade: Município de Cumaru do Norte (PA).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal: Edivaldo de Amorim Santos (22.810/OAB-PA); José de Ribamar Ribeiro Pinto (076.123.973-15) e outros, representando Vilmar Farias Valim.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Vilmar Farias Valim em face do Acórdão 5.195/2016-TCU-2ª Câmara;

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8340-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8341/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.437/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Ana Elisabete Tavares de Lima Bezerra (359.841.984-87); Angela Maria de Mendonça Pereira (179.736.274-72); Constance Joyce Clark (070.515.494-72); Evaldo Donato da Silva (062.555.154-00); Leny Maria de França e Silva (194.461.794-91); Leny Maria de França e Silva (194.461.794-91); Lindene Araújo (193.551.734-15); Luiz Paulo Sampaio Pires de Castro (054.460.404-06); Maria Amélia Couto Córdula (166.537.344-04); Maria Lucia Cabral de Melo (223.942.064-20) e Renato Santos Duarte (050.758.154-72).

4. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria em favor de Ana Elisabete Tavares de Lima Bezerra (359.841.984-87); Angela Maria de Mendonça Pereira (179.736.274-72); Constance Joyce Clark (070.515.494-72); Evaldo Donato da Silva (062.555.154-00); Leny Maria de França e Silva (194.461.794-91); Leny Maria de França e Silva (194.461.794-91); Lindene Araújo (193.551.734-15); Luiz Paulo Sampaio Pires de Castro (054.460.404-06); Luiz Paulo Sampaio Pires de Castro (054.460.404-06); Maria Amélia Couto Córdula (166.537.344-04); Maria Amélia Couto Córdula (166.537.344-04); Maria Lucia Cabral de Melo (223.942.064-20); Renato Santos Duarte (050.758.154-72) e Renato Santos Duarte (050.758.154-72).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno, art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007 e com o art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, em:

9.1. considerar ilegais e recusar registro aos atos de concessão de aposentadoria de Ana Elisabete Tavares de Lima Bezerra, Ângela Maria de Mendonça Pereira, Evaldo Donato da Silva, Leny Maria de França e Silva, Lindene Araújo, Maria Amélia Couto Córdula, e Maria Lucia Cabral de Melo;

9.2. considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria de Luiz Paulo Sampaio Pires de Castro e Renato Santos Duarte;

9.3. considerar prejudicado por perda de objeto o ato de aposentadoria da Sra. Constance Joyce Clark.

9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência da Fundação Joaquim Nabuco do presente Acórdão, consoante o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar à Fundação Joaquim Nabuco, com base no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, que:

9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, 8º, *caput*, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput*, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.5.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.5.3. comunique aos interessados o teor desta deliberação e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8341-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8342/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.139/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Esporte (00.000.000/0510-00)

3.2. Responsáveis: Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (05.007.008/0001-01); Geraldo Dorta Cabral (130.945.213-04).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Esporte em razão da impugnação das despesas do Convênio 726102/2009, celebrado com a Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (Codealgo), tendo por objeto a implantação de 23 núcleos de Esporte Educacional no município de Águas Lindas de Goiás/GO, observando as diretrizes e finalidades do Programa Segundo Tempo - Padrão - para atendimento de 2.300 crianças, adolescentes e jovens, por meio da oferta de práticas esportivas educacionais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3.º, da Lei n.º 8.443/1992, a Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (Codealgo) e o Senhor Geraldo Dorta Cabral;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas da Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (Codealgo) e do Senhor Geraldo Dorta Cabral, na condição de Presidente da Codealgo, condenando-os ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores porventura já ressarcidos; a condenação decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos, em face da omissão no dever de prestar contas e das irregularidades na execução do Convênio 726102/2009, conforme demonstrado nos Pareceres Técnicos 75/2011 e 08/2012 e nos Pareceres Financeiros 140/2013 e 017/2014 do Ministério do Esporte, especialmente a ausência de registro do Siconv da documentação referente à execução do convênio:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
472.138,40	14/5/2010

9.3. aplicar à Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (Codealgo) e ao Sr. Geraldo Dorta Cabral, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8342-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8343/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.692/2013-4.

1.1. Apenso: 033.636/2011-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Departamento de Polícia Federal (00.394.494/0039-09).

3.2. Responsáveis: Emerson Neri Emerim (594.171.029-15); José Florêncio da Rocha (484.988.829-15); Justiniano Francisco Coninck de Almeida Pedroso (514.381.199-68); e SUBMAR Serviços Subaquáticos Ltda. - ME (01.333.709/0001-71).

3.3. Recorrentes: Emerson Neri Emerim (594.171.029-15); José Florêncio da Rocha (484.988.829-15).

4. Unidade: Município de Balneário Barra do Sul/SC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Elias Miler da Silva (30245/OAB-DF) e outros, representando Emerson Neri Emerim.

8.2. Noel Antônio Baratieri (16.462/OAB-SC) e outros, representando Emerson Neri Emerim e José Florêncio da Rocha;

8.3. Karl Gustav Kohlmann (36130/OAB-PR) e outros, representando SUBMAR Serviços Subaquáticos Ltda. - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. Emerson Neri Emerim e José Florêncio da Rocha ao Acórdão 6.251/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado em recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.545/2015-TCU-2ª Câmara, que ao apreciar tomada de contas especial (TCE), julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os em débito solidário e aplicou-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 16 de Julho de 1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 1992, conhecer dos embargos de declaração opostos por Emerson Neri Emerim e José Florêncio da Rocha, e, no mérito, rejeitá-los, por inexistir omissão a ser corrigida na deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos embargantes;

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8343-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8344/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.964/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessado: Rosaura Garcia de Carvalho (991.523.558-53).

4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/Norte.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas no âmbito da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/Norte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegais os atos inicial e de alteração de aposentadoria de Rosaura Garcia de Carvalho (991.523.558-53), negando-lhes registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/Norte do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/Norte que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento dos recursos porventura impetrados;

9.3.3. informe ao TCU as medidas adotadas e encaminhe comprovantes sobre as datas em que a interessada tomou conhecimento do contido no subitem anterior, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/Norte.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8344-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8345/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.142/2011-9.

1.1. Apensos: 016.496/2015-9; 028.088/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Projetus Engenharia e Construções Ltda. (33.023.797/0001-00).

4. Unidade: Município de Pimenta Bueno (RO).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Eduardo Mezzomo Crisóstomo (3404/OAB-RO) e outros, representando Projetus Engenharia e Construções Ltda.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 5.200/2016-TCU-2ª Câmara pela empresa Projetus Engenharia Comércio e Construções Ltda.;

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8345-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8346/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.201/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Agenor Almeida Filho (237.933.173-15).

4. Entidade: Município de Mirinzal - MA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: Joana Mara Gomes Pessoa Miranda (OAB/MA 8.598).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Agenor Almeida Filho, ex-prefeito de Mirinzal/MA, contra o Acórdão 7.773/2014-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa, em face da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), no exercício de 2004;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8346-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Raimundo Carreiro.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8347/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.371/2016-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Jane Maria Schio (198.638.610-49).

4. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS, em favor da ex-servidora Jane Maria Schio;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Jane Maria Schio (198.638.610-49), determinando o respectivo registro;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. dar ciência desta deliberação à Gerência Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS e à interessada.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8347-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8348/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.374/2016-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luiz Heleno de Menezes (185.889.990-72).
4. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, em favor do ex-servidor Luiz Heleno de Menezes;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Luiz Heleno de Menezes (185.889.990-72), determinando o respectivo registro;
9.2. dar ciência desta deliberação à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS e ao interessado.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8348-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8349/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.998/2009-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Waucilon Carvalho Sousa (093.299.781-34).
4. Órgão: Secretaria Nacional de Esporte Educacional - ME.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Lincoln Magalhaes da Rocha (24.089/OAB-DF) e outros, representando Waucilon Carvalho Sousa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Waucilon Carvalho Sousa, ex-presidente da Associação de Servidores do Tribunal de Contas da União (ASTCU), em face do Acórdão 2.765/2016-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8349-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8350/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.018/2011-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Antonio Calixto Bezerra (719.868.047-04); Eliane Castelo Branco (199.850.107-87); Eunice de Menezes Souza (608.033.207-87); Jorg Friedrich Hubert Blatter (440.701.447-49); Jose Antonio Monassa Heide (007.633.227-68); Jose Rizel (263.656.777-15); Marcia Torres de Mesquita Souza (744.060.787-20); Marco Aurelio do Espirito Santo (896.163.757-68); Marisa Garcez Ferreira da Silva (442.091.937-04); Terezinha Cristina Medeiros Marques (708.682.637-53); Zenon de Oliveira (550.704.347-72).
4. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar prejudicados, por perda de objeto, os exames de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a José Rizel (CPF 263.656.777-15) e Marisa Garcez Ferreira da Silva (CPF 442.091.937-04), em virtude de falecimento dos interessados, ocorridos, respectivamente, em 10/2/2011 e 13/3/2010, nos termos do art. 260, § 5º do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (RITCU) e art. 7º, incisos I e II da Resolução TCU 206/2007;
9.2. considerar ilegais, nos termos do art. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 260, § 1º do RI/TCU, os atos de concessão de aposentadoria a Antonio Calixto Bezerra (CPF 719.868.047-04), Eliane Castelo Branco (CPF 199.850.107-87), Eunice de Menezes Souza (CPF 608.033.207-87), Jorg Friedrich Hubert Blatter (CPF 440.701.447-49), José Antonio Monassa Heide (CPF 007.633.227-68), Marcia Torres de Mesquita Souza (CPF 744.060.787-20), Marco Aurelio do Espirito Santo (CPF 896.163.757-68), Terezinha Cristina Medeiros Marques (CPF 708.682.637-53) e Zenon de Oliveira (CPF 550.704.347-72), recusando os respectivos registros;
9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, da presente deliberação, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.4. esclarecer aos interessados que, no caso de não provimento dos recursos que, eventualmente, vierem a ser interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela UFRJ;
9.5. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.5.1. exclua dos pagamentos decorrentes dos atos impugnados, seja nos proventos dos interessados que recebem com paridade, seja no cálculo dos proventos dos inativos que recebem com base média das remunerações, às parcelas obtidas por decisão judicial decorrentes da URP (26,05%) bem como as que aludem aos percentuais de 3,17% (URV) e 28,86%, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;
9.5.2. emita novos atos, livres da irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;
9.5.3. informe imediatamente aos interessados o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8350-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8351/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.982/2011-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Adla Rejane da Costa Silva (147.647.254-87); Antonia Patricio dos Santos (360.530.664-00); Antonio Gomes Barbosa (156.932.794-72); Antonio Gustavo Gomes (765.493.488-20); Brígida Jacob Alves de Freitas (202.498.374-04); Carlos Antonio Barbalho Bezerra (106.455.784-87); Cicero Basilio do Nascimento (146.606.284-34); Clivaneide Garcia da Rocha (123.482.364-00); Corintha Marlize Apparecida de Almeida Romano (316.362.504-59); Crizélia Maria Rodrigues (199.769.254-68); Cícera Soares de Sousa (406.825.874-00); Delma Xavier de Azevêdo (841.190.128-91); Doracy da Conceição (098.277.224-68); Edmilson Rodrigues Freire (043.965.454-87); Eduardo Barbosa de Lima (175.184.154-53); Elias Antonio da Costa Sobrinho (107.921.124-15); Eliça Daniel Ferreira (433.357.567-20); Emilia Maria Trigueiro Morais de Paiva (074.990.274-49); Francisca Elza de Lima Rocha (200.997.464-68); Francisca Oliveira de Lima (108.594.894-34); Francisca Paula Barbosa Paulo (138.719.514-04); Francisca Severina da Silva Campêlo (130.319.454-68); Francisca Valentim do Nascimento (241.443.124-53); Francisco Lopes de Araújo Neto (086.077.614-04); Francisco Miguel da Silva (142.196.974-20); Francisco Paulo da Silva (143.850.074-20); Francisco de Assis Ribeiro (214.567.804-25); Fátima Maria dos Santos Bezerra (107.474.004-15); Genaro Gomes de Paulo (231.168.034-04); Geralda de Oliveira (282.288.804-30); Gercina Faustina de Moura (094.747.064-68); Gessi Laura de Medeiros Lima (147.649.114-34); Gonçalo Joaquim Camilo (130.676.484-04); Ilza Macena Neta da Rocha (200.741.314-00); Irlene de Carvalho (154.605.684-04); Ivete do Nascimento (175.954.444-20); Joana da Silva Tavares (200.747.194-91); Jose de Medeiros Lima Junior (124.107.644-87); José Avelino de Sales (381.111.524-34); José Barbosa Filho (357.603.544-34); José Carlos Gomes Pinheiro (055.860.894-91); José Cavalcanti Araújo da Silva (074.823.374-15); João Francisco de Melo Duarte (222.257.224-04); João Maria de Miranda Monte (138.821.554-34); Laura Maria Pimentel de Carvalho Lima (154.646.104-30); Laura Roseneide Araújo Chacon (106.127.694-53); Lindalva Firmina Silva (182.791.044-53); Lúcia de Fátima Souto de Amorim (242.613.784-34); Magaly Magda Bezerra de Abreu (282.667.224-04); Manoel Roberto de Oliveira (261.423.504-06).
4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a atos de concessão de aposentadoria cadastrados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 259, inciso II, e 260, § 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU;
9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Corintha Marlize Apparecida de Almeida Romano (316.362.504-59); Crizélia Maria Rodrigues (199.769.254-68);Delma Xavier de Azevêdo (841.190.128-91); Edmilson Rodrigues Freire (043.965.454-87); Eliça Daniel Ferreira (433.357.567-20); Emilia Maria Trigueiro Morais de Paiva (074.990.274-49); Francisca Elza de Lima Rocha (200.997.464-68); Francisca Oliveira de Lima (108.594.894-34); Francisca Paula Barbosa Paulo (138.719.514-04); Francisca Severina da Silva Campêlo (130.319.454-68); Francisca Valentim do Nascimento (241.443.124-53); Francisco Lopes de Araújo Neto (086.077.614-04); Fátima Maria dos Santos Bezerra (107.474.004-15); Gercina Faustina de Moura (094.747.064-68); Irlene de Carvalho (154.605.684-04); Jose de Medeiros Lima Junior (124.107.644-87); Laura Maria Pimentel de Carvalho Lima (154.646.104-30); Laura Roseneide Araújo Chacon (106.127.694-53); Lindalva Firmina Silva (182.791.044-53); Lúcia de Fátima Souto de Amorim (242.613.784-34); Magaly Magda Bezerra de Abreu (282.667.224-04), determinando os respectivos registros.
9.2. considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Brígida Jacob Alves de Freitas (CPF 202.498.374-04), Eduardo Barbosa de Lima (CPF 175.184.154-53), Genaro Gomes de Paulo (CPF 231.168.034-04) e de João Maria de Miranda Monte (CPF 138.821.554-34) em razão do falecimento dos interessados;
9.3. considerar ilegais e recusar registro aos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Adla Rejane da Costa Silva (147.647.254-87); Antônia Patrício dos Santos (360.530.664-00); Antonio Gomes Barbosa (156.932.794-72); Antonio Gustavo Gomes (765.493.488-20); Carlos Antonio Barbalho Bezerra (106.455.784-87); Cicero Basílio do Nascimento (146.606.284-34); Clivaneide Garcia da Rocha (123.482.364-00); Cícera Soares de Sousa (406.825.874-00); Doracy da Conceição (098.277.224-68); Elias Antonio da Costa Sobrinho (107.921.124-15); Francisca Severina da Silva Campêlo (130.319.454-68); Francisco de Assis Ribeiro (214.567.804-25); Francisco Miguel da Silva (142.196.974-20); Francisco Paulo da Silva (143.850.074-20); Geralda de Oliveira (282.288.804-30); Gessi Laura de Medeiros Lima (147.649.114-34); Gonçalo Joaquim Camilo (130.676.484-04); Ilza Macena Neta da Rocha (200.741.314-00); Ivete do Nascimento (175.954.444-20); Joana da Silva Tavares (200.747.194-91); José Avelino de Sales (381.111.524-34);
9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.5. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos apreciados pela ilegalidade, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5.2. comunique imediatamente aos interessados cujos atos foram apreciados pela ilegalidade, do teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5.3. ante a exclusão dos *tempos insalubres* impugnados, avalie, caso a caso, se os interessados, cujos atos foram apreciados pela ilegalidade, ainda preenchem os requisitos para se aposentar com base no mesmo fundamento legal ou em outro vigente, com vistas à emissão de novos atos escoimados das irregularidades apontadas ou ao retorno dos servidores à ativa, na linha do Acórdão 3.373/2016-TCU-1ª Câmara;

9.5.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados cujos atos foram impugnados estão cientes do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8351-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8352/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 043.737/2012-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas (exercício 2011).

3. Responsáveis: Acires Dias (162.210.959-72); Ademir Donizeti Caldeira (018.913.298-12); Alexandre Marino Costa (796.510.389-34); Alvaro Toubes Prata (145.041.381-15); Antonio Carlos de Souza (178.591.749-87); Antônio Alir Dias Raitani Júnior (304.477.209-53); Ari Oliveria Alano (077.550.409-25); Aricio Treitinger (249.174.789-87); Audi Luiz Vieira (145.347.709-87); Augusto Vittorio Servelin (386.132.049-53); Carla Cristina Dutra Burigo (521.109.319-49); Carlos Alberto Justo da Silva (200.289.629-15); Cesar Damian (432.679.399-68); Cláudio José Amante (378.652.189-15); Dalton Barreto (376.096.889-91); Débora Peres Menezes (049.032.478-99); Edemar Roberto Andreatta (210.663.880-91); Edison Roberto de Souza (342.200.629-04); Edison da Rosa (199.430.080-91); Elizabete Simão Flausino (343.393.379-00); Elza Maria Meinert (432.983.469-34); Fabiano Seelig Paulokun (835.975.499-34); Felipe Felício (029.818.409-59); Felício Wessling Margotti (096.032.129-20); Flávio da Cruz (200.350.129-00); Jair Napoleão Filho (342.374.379-49); Jamil Assereuy Filho (144.458.401-49); Joanesia Maria Junkes Rothstein (298.419.339-34); José Arno Scheidt (223.269.879-34); José Augusto Faria (509.882.719-15); José Fernandes Matos (179.003.609-72); João Batista Furtuoso (216.143.269-91); Juarez Vieira do Nascimento (411.036.610-00); Júlio Francisco Borges de Oliveira (376.096.969-00); Kenya Schmidt Reibnitz (289.219.769-49); Leandro Luiz de Oliveira (889.681.209-78); Lorivaldo Pierri (454.612.369-87); Lucia Maria Loch Goes (344.451.709-25); Luiz Alberton (650.459.989-00); Luiz Alfredo Silveira (246.203.279-72); Luiz Antonio Zenni (340.035.840-15); Luiz Correa de Souza (344.664.959-04); Luiz Henrique Vieira Silva (485.912.389-15); Maria Lea Campos (454.512.819-04); Maria Lúcia de Barros Camargo (024.642.508-30); Maria de Lourdes dos Santos Silva (416.946.519-91); Mario Kobus (223.694.309-15); Milton Luiz Horn Vieira (415.244.899-72); Monica Aparecida Aguiar dos Santos (057.886.408-81); Narcisa de Fátima Amboni (432.788.179-15); Nazareno José de Campos (290.123.849-15); Nelio Francisco Schmitt (646.721.409-97); Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira (218.369.730-04); Otávio Vanderlei Berlanda (501.688.949-04); Ricardo José Araújo Oliveira (057.025.859-68); Romeu Augusto de Albuquerque Bezerra (274.593.229-20); Roselane Neckel (641.354.119-91); Sergio Peters (494.974.489-53); Sonia Mary Valente Bayestorff (593.596.099-00); Sylvia Teresinha Martins Damiani (637.652.769-87); Sérgio Fernando Torres de Freitas (614.828.037-04); Sérgio Roberto Arruda (001.798.419-04); Sônia Gonçalves Carobrez (010.489.738-40); Tarciso Antonio Grandi (100.200.980-49); Teresinha Inês Ceccato de Oliveira Gama (342.052.509-59); Ubaldo César Balthazar (169.288.149-34); Valdir Rosa Correia (216.244.539-53); Wilson Schmidt (766.453.988-91); Yara Maria Rauh Muller (247.889.889-68); Álvaro Guilhermo Lezana (528.489.739-00).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal: Carlos Alberto Justo da Silva (200.289.629-15).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da prestação de contas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), exercício 2011, que consolida informações sobre a gestão do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis do presente processo os Srs. Acires Dias (162.210.959-72); Ademir Donizeti Caldeira (018.913.298-12); Alexandre Marino Costa (796.510.389-34); Antonio Carlos de Souza (178.591.749-87); Antônio Alir Dias Raitani Júnior (304.477.209-53); Ari Oliveria Alano (077.550.409-25); Aricio Treitinger (249.174.789-87); Audi Luiz Vieira (145.347.709-87); Augusto Vittorio Servelin (386.132.049-53); Carla Cristina Dutra Burigo (521.109.319-49); Cesar Damian (432.679.399-68); Edemar Roberto Andreatta (210.663.880-91); Edison Roberto de Souza (342.200.629-04); Edison da Rosa (199.430.080-91); Elizabete Simão Flausino (343.393.379-00); Elza Maria Meinert (432.983.469-34); Fabiano Seelig Paulokun (835.975.499-34); Felício Wessling Margotti (096.032.129-20); Flávio da Cruz (200.350.129-00); Jamil Assereuy Filho (144.458.401-49); Joanesia Maria Junkes Rothstein (298.419.339-34); José Arno Scheidt (223.269.879-34); José Augusto Faria (509.882.719-15); José Fernandes Matos (179.003.609-72); Juarez Vieira do Nascimento (411.036.610-00); Júlio Francisco Borges de Oliveira (376.096.969-00); Kenya Schmidt Reibnitz (289.219.769-49); Leandro Luiz de Oliveira (889.681.209-78); Lorivaldo Pierri (454.612.369-87); Lucia Maria Loch Goes (344.451.709-25); Luiz Alberton (650.459.989-00); Luiz Alfredo Silveira (246.203.279-72); Luiz Antonio Zenni (340.035.840-15); Luiz Correa de Souza (344.664.959-04); Maria Lea Campos (454.512.819-04); Maria de Lourdes dos Santos Silva (416.946.519-91); Mario Kobus (223.694.309-15); Milton Luiz Horn Vieira (415.244.899-72); Monica Aparecida Aguiar dos Santos (057.886.408-81); Narcisa de Fátima Amboni (432.788.179-15); Nazareno José de Campos (290.123.849-15); Nelio Francisco Schmitt (646.721.409-97); Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira (218.369.730-04); Otávio Vanderlei Berlanda (501.688.949-04); Ricardo José Araújo Oliveira (057.025.859-68); Romeu Augusto de Albuquerque Bezerra (274.593.229-20); Roselane Neckel (641.354.119-91); Sergio Peters (494.974.489-53); Sonia Mary Valente Bayestorff (593.596.099-00); Sylvia Teresinha Martins Damiani (637.652.769-87); Sérgio Fernando Torres de Freitas (614.828.037-04); Sérgio Roberto Arruda (001.798.419-04); Sônia Gonçalves Carobrez (010.489.738-40); Tarciso Antonio Grandi (100.200.980-49); Teresinha Inês Ceccato de Oliveira Gama (342.052.509-59); Ubaldo César Balthazar (169.288.149-34); Valdir Rosa Correia (216.244.539-53); Wilson Schmidt (766.453.988-91); Álvaro Guilhermo Lezana (528.489.739-00);

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, regulares com ressalva as contas dos responsáveis Álvaro Toubes Prata, CPF 145.041.381-15, Reitor; Maria Lúcia de Barros Camargo, CPF 024.642.508-30, Pró-Reitora de Pós-Graduação; João Batista Furtuoso, CPF 216.143.269-91, Pró-Reitor de Infraestrutura; Jair Napoleão Filho, CPF 342.374.379-49, Pró-Reitor de Infraestrutura-substituto; Luiz Henrique Vieira Silva, CPF 485.912.389-15, Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social, dando-lhes quitação;

9.3. julgar, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, regulares as contas dos responsáveis Carlos Alberto Justo da Silva (200.289.629-15), Vice-Reitor; Débora Peres Menezes (049.032.478-99), Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão; Cláudio José Amante (378.652.189-15); Pro-Reitor de Assuntos Estudantis; e Yara Maria Rauh Muller (247.889.889-68), Pró-Reitora de Ensino de Graduação, dando-lhes quitação plena;

9.4. aplicar ao Sr. Felipe Felício (029.818.409-59), então Diretor do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, incio II, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da, dívida caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o Sr. Felipe Felício de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7 determinar à CGU que se manifeste nas próximas contas quanto ao cumprimento pela UFSC e HU/UFSC das recomendações do Plano Permanente de Providências;

9.8 dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem, sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

9.8.1 contratação de serviços de divulgação institucional (Contrato 116/2011) por meio de inexigibilidade de licitação, contrariando o art. 25 da Lei 8.666/1993, e sem a adequada justificativa dos preços cobrados;

9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/4/2011 (itens 1.6.1.3, 1.6.1.9, 1.6.1.10, 1.6.1.13 e 1.6.1.17), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;

9.8.3 exigência de amostras para todos os participantes de determinados itens licitados nos Pregões Eletrônicos 33/2010 e 389/2010, em descordo com o art. 30 da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência vigente, a exemplo do Acórdão 491/2005-TCU-Plenário;

9.8.4 ausência de fundamentação legal para exigências no edital do Pregão Eletrônico 154/2011, contrariando o art. 27 da Lei 8.666/1993, caracterizando-se como fatores restritivos à competitividade do certame;

9.8.5 restrição à competitividade em razão de exigência indevida de capacidade técnica no Pregão Eletrônico 55/2011, contrariando os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30 da Lei 8.666/1993;

9.8.6 diversas impropriedades na aquisição de aparelhos de amplificação sonora individual - AASI, mediante inexigibilidade de licitação, junto a empresas selecionadas por meio de prévio credenciamento, contrariando os arts. 2º e 25 da Lei 8.666/1993;

9.9 enviar à UFSC cópia do presente acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentam; e

9.10 arquivar os autos.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8352-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8353/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-000.940/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Paulo Sávio Angeiras de Góes (641.625.164-72).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em desfavor do Sr. Paulo Sávio Angeiras de Góes, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos que lhe foram repassados por aquela entidade em decorrência de Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto que tinha por finalidade propiciar auxílio financeiro ao Projeto de Pesquisa intitulado: "Avaliação da efetividade da implantação de instrumento equânime nas práticas de atenção à saúde bucal das equipes (...) da ESF [Estratégia Saúde da Família]", com realização na Universidade de Pernambuco/Faculdade de Odontologia, no período de 10/3/2009 a 29/12/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Sávio Angeiras de Góes, condenando-o pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
6/3/2009	48.530,46 (Débito)
22/4/2014	5.037,00 (Crédito)

9.2. aplicar ao Sr. Paulo Sávio Angeiras de Góes a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8353-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8354/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-014.941/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Alberto Araújo da Rocha (474.595.062-49) e Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia (07.453.371/0001-78).

4. Entidade: Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia - ITEC.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, em desfavor do Sr. Carlos Alberto Araújo da Rocha, na condição de presidente do Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia - ITEC e daquela entidade, em razão da não conclusão do objeto do Contrato de Repasse 0324.308-59/2010/MDA/Caixa, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, representado pela CAIXA, cujo objeto era a transferência de recursos financeiros para a realização de oficinas de formação de agentes de desenvolvimento de apoio ao desenvolvimento sustentável territorial rural.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Carlos Alberto Araújo da Rocha e do Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia, condenando-os, de forma solidária, ao pagamento da quantia de R$ 955.166,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e seis reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 9/8/2010, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao Sr. Carlos Alberto Araújo da Rocha e ao Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura da Amazônia, de forma individual, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8354-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8355/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.948/2014-9.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargantes: Rodrigo Riello Santos (CPF 282.302.188-46) e Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho (CNPJ 05.507.982/0001-26).

4. Entidade: Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1.Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos conjuntamente pelo Sr. Rodrigo Riello Santos e pela Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho ao Acórdão 10.990/2015 - 2ª Câmara, proferido em Tomada de Contas Especial, por meio do qual, dentre outras medidas adotadas, as contas dos embargantes foram julgadas irregulares, com a condenação solidária ao pagamento do débito apurado e aplicação individual da multa pertinente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Rodrigo Riello Santos ao Acórdão 10.990/2015 - 2ª Câmara, porquanto descumpriu o prazo legal para a apresentação dessa espécie recursal;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho ao Acórdão 10.990/2015 - 2ª Câmara, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterada a mencionada deliberação;

9.3. dar ciência deste Acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8355-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8356/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 018.390/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Responsável: Francisco Rubensmário Chaves Siqueira (599.748.004-63).

3.3. Recorrente: Francisco Rubensmário Chaves Siqueira (599.748.004-63).

4. Entidade: Município de Ipubi/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Francisco Aracildo Alves Feitoza, OAB/PE n. 14.095.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão n. 6.867/2016 - 2ª Câmara, por parte do Sr. Francisco Rubensmário Chaves Siqueira, ex-Prefeito de Ipubi/PE, em nome do qual esta Tomada de Contas Especial foi instaurada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em consequência da não execução integral do objeto do Convênio 01.00276.00/2005, que previa o apoio ao Projeto Arranjo Produtivo Local para o Processamento da Mandioca, conforme Termo de Convênio.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n. 8.443/1992, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 dar ciência desta Deliberação ao embargante.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8356-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8357/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-028.317/2014-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Zacarias Assunção Ribeiro Araújo (144.711.162-15).

4. Entidade: Município de Cantá/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/RR.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de Tomada de Contas Especial referente à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pela União ao Município de Cantá/RR durante o exercício de 2005, à conta do programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, bem como do saldo remanescente do exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução/TCU 178/2005, com a redação dada pela Resolução/TCU 235/2010, rever de ofício o Acórdão 3.350/2015 - 2ª Câmara, para implementar as seguintes modificações em razão do falecimento do Sr. Zacarias Assunção Ribeiro Araújo:

9.1.1. dar a seguinte redação ao subitem 9.2:

"9.2. condenar o espólio do Sr. Zacarias Assunção Ribeiro Araújo ou os seus sucessores, se já houver sido feita a partilha, até o limite do patrimônio transferido, nos termos do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, ao pagamento das quantias abaixo descritas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe(s) o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove(m), perante o Tribunal, o recolhimento do débitos aos cofres do FNDE, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU";

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor (R$)	Data
9.388,73	02/01/2005
7.256,25	22/06/2005
7.256,25	22/06/2005
7.256,25	22/06/2005
7.256,25	31/08/2005
7.256,25	31/08/2005
7.256,25	31/08/2005
7.256,25	31/08/2005
7.256,25	28/09/2005
7.256,25	29/09/2005
7.256,25	28/10/2005

9.1.2. tornar insubsistente o subitem 9.3, por meio do qual se aplicou multa ao Sr. Zacarias Assunção Ribeiro Araújo;

9.2. notificar o espólio do Sr. Zacarias Assunção Ribeiro Araújo, representado pela Sra. Roseny Cruz Araújo, ou os seus sucessores, se já houver sido feita a partilha, acerca do Acórdão 3.350/2015 - 2ª Câmara, tendo em vista que eles respondem pela obrigação de reparar o dano até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal;

9.3. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Proposta de Deliberação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8357-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8358/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.571/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Superintendência Estadual do Ibama no Estado do Maranhão - Ibama/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada por empresa licitante (Nórcia Vigilância Patrimonial Eireli - ME), com base no art. 113, § 1º, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face de possíveis irregularidades havidas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 5/2015, conduzido pela Superintendência Estadual do Ibama em São Luís/MA, para a contratação de serviços de vigilância contínua nas dependências do edifício sede da aludida superintendência estadual;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, vez que preenchidos os requisitos legais e regimentais de admissibilidade e, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. considerar prejudicado o pedido de deferimento de medida cautelar formulado pela empresa representante;

9.3. dar ciência à representante e ao Ibama-MA desta deliberação; e

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso VI, do RITCU.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8358-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8359/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.038/2014-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto da Cidade (CNPJ 05.596.938/0001-30); José Adriano Lima (CPF 371.286.393-49); Norma Paula Moreira da Silva (CPF 363.029.703-00).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da Sra. Norma Paula Moreira da Silva e do Sr. José Adriano Lima, na condição de diretora coordenadora e de diretor financeiro do Instituto da Cidade/CE, respectivamente, diante da impugnação total das despesas relativas aos recursos repassados ao Instituto da Cidade/CE pelo Convênio nº 960/2007-MTur (Siafi 619316), cujo objeto consistia na promoção do turismo no Estado do Ceará, por intermédio da implementação do projeto denominado "*III Canoa Viva*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Instituto da Cidade/CE, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Adriano Lima, da Sra. Norma Paula Moreira da Silva e do Instituto da Cidade/CE, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde 19/2/2008 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3. aplicar ao Sr. José Adriano Lima, à Sra. Norma Paula Moreira da Silva e ao Instituto da Cidade/CE, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8359-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8360/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.440/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Taumaturgo Caldas Coelho (CPF 279.341.524-34);

4. Entidade: Município de Urucará/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) em desfavor do Sr. Antônio Taumaturgo Caldas Coelho, ex-prefeito de Urucará/AM (gestão: 2005-2008), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados ao município, pelo valor total de R$ 250.931,51 na modalidade fundo a fundo, para a execução dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, integrantes do cofinanciamento federal das ações e dos programas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no exercício de 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Fernando Falabella, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. excluir o Sr. Fernando Falabella da presente relação processual;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Taumaturgo Caldas Coelho, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "a", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

DATA	VALOR (R$)
19/02/2008	R$ 6.300,00
19/02/2008	R$ 4.391,16
19/02/2008	R$ 3.100,00
21/02/2008	R$ 4.500,00
25/02/2008	R$ 1.440,00
25/02/2008	R$ 3.520,00
13/03/2008	R$ 3.100,00
14/03/2008	R$ 6.300,00
20/03/2008	R$ 4.500,00
01/04/2008	R$ 4.391,16
08/04/2008	R$ 6.300,00
15/04/2008	R$ 3.100,00
18/04/2008	R$ 4.480,00
22/04/2008	R$ 4.391,16
08/05/2008	R$ 4.391,16
12/05/2008	R$ 6.300,00
12/05/2008	R$ 3.100,00
15/05/2008	R$ 4.520,00
05/06/2008	R$ 4.391,16
06/06/2008	R$ 6.300,00
09/06/2008	R$ 3.100,00
11/06/2008	R$ 4.460,00
17/06/2008	R$ 6.281,25
01/07/2008	R$ 6.300,00
01/07/2008	R$ 4.520,00
01/07/2008	R$ 6.281,25
02/07/2008	R$ 4.391,16
03/07/2008	R$ 3.100,00
06/08/2008	R$ 3.100,00
08/08/2008	R$ 4.391,16
12/08/2008	R$ 6.300,00
15/08/2008	R$ 4.520,00
19/08/2008	R$ 6.281,25
04/09/2008	R$ 6.300,00
04/09/2008	R$ 4.391,16
04/09/2008	R$ 3.100,00
10/09/2008	R$ 4.520,00
10/09/2008	R$ 6.281,25
08/10/2008	R$ 3.100,00
13/10/2008	R$ 4.440,00
15/10/2008	R$ 6.281,25
17/10/2008	R$ 6.300,00
07/11/2008	R$ 6.300,00
11/11/2008	R$ 3.100,00
12/11/2008	R$ 4.340,00
13/11/2008	R$ 6.281,25
03/12/2008	R$ 4.391,16
16/12/2008	R$ 3.100,00
16/12/2008	R$ 6.281,25
19/12/2008	R$ 6.300,00
22/12/2008	R$ 5.500,00
23/12/2008	R$ 4.391,16
30/12/2008	R$ 4.391,16

9.4. aplicar ao Sr. Antônio Taumaturgo Caldas Coelho a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.7. determinar ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) que examine, se já não o fez, avalie a adequabilidade da prestação de contas pelo referido gestor sobre os recursos destinados à Proteção Social Básica e Especial em relação ao exercício de 2009, aí incluído o valor remanescente de R$ 5.500,00, em 31.12.2008, na Conta nº 33.393-X junto ao Banco do Brasil, vez que tal quantia não foi utilizada em 2008; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.8. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8360-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8361/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.114/2013-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração.

3. Recorrente: Tertuliano José Cavalcanti Lustosa (CPF 216.800.513-34).

4. Entidade: Município de Corrente/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal: Sebastião da Silva Luna dos Santos (OAB/PI 4.184).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Tertuliano José Cavalcanti Lustosa, ex-prefeito de Corrente/PI (gestão: 2001-2004), em face do Acórdão 4.835/2016-TCU-2ª Câmara que julgou irregulares as suas contas para condená-lo em débito e em multa, diante de irregularidades praticadas na execução do Convênio nº 1.098/2002 destinado à construção de módulos sanitários domiciliares na aludida municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Tertuliano José Cavalcanti Lustosa, com base no art. 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8361-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8362/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.524/2016-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Manoel Alves dos Santos (CPF 435.187.457-00).

4. Órgão: Diretoria de Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de alteração de aposentadoria concedida pela Diretoria de Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Comando do Exército, diante da revisão prevista no art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração em favor de Manoel Alves dos Santos (à Peça nº 5, sob o nº de controle: 10003371-04-2013-000533-8) negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Diretoria de Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, alertando para o fato de que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo débito, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, o comprovante de que o interessado nos ato considerado ilegal tomou conhecimento da presente deliberação;

9.3.4. adote e conclua as providências administrativas necessárias à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis e ao ressarcimento do dano relativo ao pagamento indevido da rubrica VPNI EMENDA CONSTITUCIONAL 70 no contracheque do Sr. Manoel Alves dos Santos, instaurando, se necessário, a devida tomada de contas especial, com fulcro no art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, devendo, ainda, comunicar ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, o resultado das providências adotadas;

9.4. orientar a Diretoria de Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Exército no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.5. determinar à Sefip que promova o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário; e

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8362-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8363/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.494/2014-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Juscelino Otero Gonçalves (CPF 160.832.022-72); Município de São Gabriel da Cachoeira/AM (CNPJ 04.272.670/0001-18).

4. Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, ex-prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão: 2005-2008), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), nos exercícios de 2005 e 2007, e da impugnação de parte das despesas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), no exercício de 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Juscelino Otero Gonçalves, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, com fulcro no art. 16, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhe quitação;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir informadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR (R$)	DATA
14.532,90	29/11/2005
28.976,00	20/9/2007
3.481,40	27/9/2007
11.572,90	29/12/2007

9.4. aplicar ao Sr. Juscelino Otero Gonçalves a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8363-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8364/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.100/2009-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas.

3. Responsáveis: Antônio Fernando Silva Rodrigues (CPF: 183.367.797-87); Joe Carlo Viana Valle (CPF: 308.642.911-91); Natália Gedanken (CPF: 134.580.604-30).

4. Órgão: Secretaria de Ciência e Tecnologia Para Inclusão Social (Secis/MCT).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas ordinária, relativas ao exercício de 2008, na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas do Sr. Antônio Fernandes Silva Rodrigues, dando-lhe quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992; e

9.2. manter o sobrestamento das presentes contas em relação ao Sr. Joe Carlo Viana Valle e à Sra. Natália Gedanken até o julgamento definitivo do TC 027.923/2010-0, juntando cópia desta deliberação ao referido processo.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8364-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8365/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.100/2013-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fernando Lima Lopes (CPF 042.761.673-53), Clóvis Amora Vasconcelos Filho (CPF 114.032.683-04), Hélio Dantas de Almeida Júnior (CPF 104.828.143-40) e Kariol Construções Ltda. (CNPJ 01.600.258/0001-91).

4. Entidade: Município de Baturité/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: José Moreira Lima Júnior (OAB/CE 6.968), Ana Paula Lopes de Melo Cesar (OAB/CE 14.356), Angerlene de Sousa Justa (OAB/CE 25.466) e Bruno Viana Garrido (OAB/CE 26.937), em nome de Clóvis Amora Vasconcelos Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Estado do Ceará em desfavor dos ex-prefeitos do Município de Baturité/CE, Srs. Fernando Lima Lopes (gestões: 1997-2000 e 2005-2008) e Clóvis Amora Vasconcelos Filho (gestão: 2001-2004), diante da impugnação total dos recursos repassados ao aludido ente municipal por força do Convênio nº 2.388/1999 (Siafi 390289) celebrado, em 30/12/1999, para a construção de usina de reciclagem de lixo na municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a empresa Kariol Construções Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Fernando Lima Lopes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, em solidariedade com a empresa Kariol Construções Ltda. e o Sr. Hélio Dantas de Almeida Júnior, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, desde a data indicada até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
31.975,81	26/12/2000

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Clóvis Amora Vasconcelos Filho, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, em solidariedade com a empresa Kariol Construções Ltda., com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, desde a data indicada até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor original de R$ 2.256,55, ressarcido aos cofres públicos em 13/6/2002:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
27.679,32	20/6/2001

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8365-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8366/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.814/2014-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cooperativa dos Produtores de Cana do Município de Palmeira do Piauí (CNPJ 05.409.401/0001-13); Raimundo Nonato de Sousa Leal (CPF 246.359.793-34).

4. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba/Ministério da Integração Nacional (Codevasf/MI) em desfavor da Cooperativa dos Produtores de Cana do Município de Palmeira do Piauí/PI (Coopercana) e do Sr. Raimundo Nonato de Sousa Leal, como presidente da aludida cooperativa, diante da não comprovação de despesas realizadas com recursos do Convênio nº 7.93.06.0098/00 (Siafi 577178), cujo objeto consistia no fortalecimento do segmento de produção de cachaça artesanal na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras no Estado do Piauí, com vigência estipulada para o período de 13/12/2006 a 2/3/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Raimundo Nonato de Sousa Leal, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Nonato de Sousa Leal e da Cooperativa dos Produtores de Cana do Município de Palmeira do Piauí, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 30.044,00 (trinta mil e quarenta e quatro reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde 21/5/2009 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3. aplicar ao Sr. Raimundo Nonato de Sousa Leal e à Cooperativa dos Produtores de Cana do Município de Palmeira do Piauí, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8366-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8367/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.203/2015-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adinel da Costa Torres (CPF: 214.758.811-34) e Imatel Construções Ltda. - ME (CNPJ: 06.095.128/0001-62).

4. Entidade: Município de Aurora do Tocantins/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins (Secex/TO).

8. Representante legal: Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson (CORECON/SP 23.636-5), em nome da empresa Imatel Construções Ltda. - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Adinel da Costa Torres, como ex-prefeito do Município de Aurora do Tocantins/TO, diante da execução apenas parcial do Termo de Compromisso nº TC/PAC/764/2007 (Siafi 633149) destinado à execução de "Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas", com a previsão de recursos federais na ordem de R$ 600.000,00 da parte do concedente, além de R$ 18.556,77 da parte do convenente, perfazendo o total de R$ 618.556,77;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Adinel da Costa Torres, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Adinel da Costa Torres, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, solidariamente com a empresa Imatel Construções Ltda. - ME, ao pagamento do débito no valor de R$ 130.476,45 (cento e trinta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 1º/8/2012 até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. aplicar ao Sr. Adinel da Costa Torres e à empresa Imatel Construções Ltda. - ME a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, individualmente, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8367-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8368/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.022/2014-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José César de Carvalho (CPF 349.629.483-34); Raimundo Pereira Neto (CPF 053.489.783-53).

4. Entidade: Município de Sigefredo Pacheco/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Raimundo Pereira Neto, ex-prefeito de Sigefredo Pacheco/PI (gestão: 1997-out/1999), e do prefeito sucessor, Sr. José César de Carvalho (gestão: out/1999-2000), diante da omissão no dever de prestar contas e da consequente ausência de comprovação da aplicação dos recursos repassados ao município no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 1999;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, por falta de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do Tribunal; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8368-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8369/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.653/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Acélio Paulino de Freitas (CPF 273.174.393-04) e Ágape Construção e Incorporação Ltda. (CNPJ 11.022.326/0001-36).

4. Entidade: Município de Acarapé/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/OAB-CE), representando José Acélio Paulino de Freitas.

8.2. Flávio Jacinto da Silva (6416/OAB-CE), representando a Ágape Construção e Incorporação Ltda..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. José Acélio Paulino de Freitas, ex-prefeito municipal de Acarapé/CE (gestão: 2009/2012), diante da não execução do objeto do Convênio nº 656420/2009, celebrado entre o FNDE e a referida municipalidade, cujo objeto consistia na construção de uma creche no âmbito do Proinfância.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Acélio Paulino de Freitas e pela empresa Ágape Construção e Incorporação Ltda.;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Acélio Paulino de Freitas para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 188.391,40 (cento e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta centavos), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, desde 5/1/2010 até a data dos recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. condenar, ainda, o Sr. José Acélio Paulino de Freitas, solidariamente com a Ágape Construção e Incorporação Ltda., ao pagamento da quantia de R$ 351.241,52 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, desde 5/1/2010 até a data dos recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. José Acélio Paulino de Freitas e à Ágape Construção e Incorporação Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e no valor de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8369-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8370/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.369/2014-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Erisvaldo Gomes de Oliveira (CPF 922.305.983-68).

4. Entidade: Município de Curral Novo do Piauí/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional da Fundação Nacional de Saúde no Piauí (Funasa/Suest/PI) em desfavor do Sr. Erisvaldo Gomes de Oliveira, ex-prefeito (gestão: 2005-2008, 2009-2012), diante da impugnação parcial do valor repassado ao Convênio nº 720/2003 (Siafi 489752) para a execução de sistema municipal de abastecimento de água;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Erisvaldo Gomes de Oliveira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Erisvaldo Gomes de Oliveira, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, desde as datas a seguir informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor Histórico (R$)	Data
38.451,00	29/5/2007
11.804,43	21/6/2006
55.659,37	20/6/2006
2.768,66	31/10/2008

9.3. aplicar ao Sr. Erisvaldo Gomes de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Erisvaldo Gomes de Oliveira a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8370-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8371/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.625/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ivon Rates da Silva (CPF 321.920.102-49).

4. Entidade: Município de Envira/AM.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal:

8.1. Silvana Grijó Gurgel Costa Rego (6767/OAB-AM) e outros, representando Ivon Rates da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas em desfavor do Sr. Ivon Rates da Silva, ex-prefeito do Município de Envira/AM (gestão: 2005-2008), diante da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 2088/2005, cujo objeto consistia na construção de um sistema de melhorias sanitárias domiciliares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Ivon Rates da Silva;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Ivon Rates da Silva, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da importância a seguir especificada, abatida da devolução já efetuada do saldo do convênio e atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR ORIGINAL (R$)	DÉBITO/CRÉDITO	DATA DA OCORRÊNCIA
34.691,83 (D)	DÉBITO	27/2/2008
2.233,94 (C)	CRÉDITO	29/6/2009

9.3. aplicar ao Sr. Ivon Rates da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8371-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8372/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.672/2015-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antenor Pinheiro Queiroz (CPF 087.911.391-04).

4. Entidade: Município de Tocantinópolis/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Antenor Pinheiro Queiroz, ex-prefeito do Município de Tocantinópolis/TO (gestão: 2005-2008), diante da impugnação parcial de despesas realizadas no âmbito do Convênio nº 1.027/2006, cujo objeto consistia na "Execução de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas", com a construção de 30 unidades habitacionais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade da Construtora Walli Ltda. na presente relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antenor Pinheiro Queiroz;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Antenor Pinheiro Queiroz, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da importância de R$ 54.727,32 (cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde 12/2/2008 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, III, alínea "a", do RITCU;

9.4. aplicar ao Sr. Antenor Pinheiro Queiroz a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8372-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8373/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.884/2015-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Indígena Xerente (AIX/TO) (CNPJ 37.379.104/0001-69); Viturino da Silva Calixto Xerente (CPF 332.692.381-34).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde/MS em desfavor do Sr. Viturino da Silva Calixto Xerente, ex-presidente da Associação Indígena Xerente AIX/TO (gestão: 2004-2007), diante da impugnação parcial de despesas do Convênio nº 1.350/2004 destinado à *execução de ações complementares à Saúde Indígena no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena de Tocantins"*, com vigência estipulada para o período de 3/9/2004 a 30/6/2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Viturino da Silva Calixto Xerente e a Associação Indígena Xerente, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Viturino da Silva Calixto Xerente e da Associação Indígena Xerente, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas assinaladas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Fundação Nacional de Saúde/MS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR (R$)	DATA
5.060,00	21/9/2004
4.999,50	5/11/2004
3.171,99	14/1/2005
13.687,00	17/1/2005
8.326,39	18/1/2005
310,00	28/1/2005
7.776,00	23/2/2005
170,00	9/6/2005
3.141,00	13/6/2005
4.500,00	14/6/2005
1.000,00	15/6/2005
200,00	30/6/2005
3.000,00	22/7/2005
2.991,86	25/7/2005
508,14	27/7/2005
600,00	7/12/2005
217,99	8/12/2005
1.800,00	17/2/2006
7.077,05	30/4/2006
566,97	30/4/2006

9.3. aplicar ao Sr. Viturino da Silva Calixto Xerente e à Associação Indígena Xerente, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, nos valores de R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) e R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8373-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8374/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.408/2015-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1 Interessados: Aureliana de Oliveira Silva Leite (CPF n.º 057.718.284-67); Ozemar Alves Ramos (CPF n.º 043.891.606-99); Paulo Marcelo Anastácio Segundo (CPF nº 083.619.264-88)
3.2 Responsáveis: Carmelita Estevão Ventura Sousa (CPF nº 509.695.524-91), Prefeita; Neumany Cristina Soares de Araújo (CPF nº 840.420.284-20); Rosa Marta Ventura Nunes (CPF nº 051.858.464-02); José Maviael Elder Fernandes de Sousa (CPF nº 028.717.674-67)
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Livramento (PB).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB).
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelos Exmos. Srs. Aureliana de Oliveira Silva Leite, Ozemar Alves Ramos e Paulo Marcelo Anastácio Segundo, todos vereadores do Município de Livramento (PB), com fundamento no art. 235 e o art. 237, inciso III, do Regimento Interno, em razão de supostas irregularidades na gestão pelo município do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e do Caminho da Escola com recursos federais repassados para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural, incluindo reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificante do veículo utilizado, e também para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 e no art. 237, inciso III, do Regimento Interno, para, no mérito, considera-la parcialmente procedente;
9.2 determinar ao Município de Livramento (PB) que:
9.3 caso já não o tenha feito, adote, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, as providências necessárias à regularização de eventuais contratos em vigor para obtenção de serviços de transporte escolar custeados, ainda que parcialmente, com recursos federais, cujos veículos e motoristas não atendam aos ditames do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, da Resolução FNDE n.º 12, de 17 de março de 2011, em especial quanto à vistoria veicular do departamento de trânsito competente e ao preenchimento pelo(s) motorista(s) dos requisitos do art. 138 da mencionada Lei, encaminhando a este Tribunal, ao término do prazo concedido, informações acerca das providências adotadas;
9.4 nas contratações para fornecimento de serviço de transporte escolar custeadas, ainda que parcialmente, com recursos federais:
9.4.1 exija dos contratados o fiel cumprimento dos ditames do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 1997, e dos normativos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) expedidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quanto à prestação desses serviços;
9.4.2 verifique a qualificação técnica do contratado, em especial, quanto à comprovação de aptidão para desempenho de atividade de prestação de serviço de transporte escolar, nos termos do art. 30, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.
9.5 determinar ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no Município de Livramento (PB) que, ao analisar a prestação de contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, avalie a adequação dos serviços de transporte escolar, em especial, quanto às condições dos veículos e condutores contratados com as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997;
9.6 determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe as providências de sua competência tomadas para que os recursos repassados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar sejam aplicados de acordo com às normas vigentes no que concerne à adequação dos serviços de transporte escolar ao Código de Transito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 1997, incluindo-se aquelas providências necessárias para que a prestação de contas desses recursos informe sobre o cumprimento do Código e para o condicionamento dos repasses subsequentes à comprovação desse cumprimento pelo ente beneficiário, nos termos do art. 19, inciso II, da Resolução FNDE n.º 5, de 2015;
9.7 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Promotoria de Justiça do Ministério Público da Paraíba em Taperoá (PB), tendo em vista o termo de ajustamento de conduta firmado entre o órgão e o Município de Livramento (PB), e também ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado da Paraíba, para as providências a seu cargo;
9.8 determinar à Secex/PB que monitore o cumprimento das determinações feitas;
9.9 aplicar à Sra. Carmelita Estevão Ventura Sousa, a multa prevista no inciso IV do art. 58 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor individual de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.10 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992;
9.11 autorizar, desde logo, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, se for requerido pelos responsáveis, com fulcro no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, e no art. 217 do RI/TCU;
9.12 arquivar o processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8374-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8375/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 011.362/2009-1
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Embargantes: Qualivida - Instituto para Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (CNPJ: 02.188.083/0001-10), Enilson Simões de Moura (CPF: 133.447.906-25) e Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS (CNPJ: 02.077.209/0001-89)
4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Ministério do Trabalho e Emprego
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Serur
8. Representação legal: Guilherme Barbosa (OAB/DF 45.197), Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros

9.Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos Embargos de Declaração em Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial (TCE) opostos pela Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS, pelo Instituto Qualivida e pelo Sr. Enilson Simões de Moura, ex-Presidente daquela Associação em face do Acórdão 4.384/2016-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. comunicar o teor deste Acórdão aos embargantes e à Procuradora da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8375-24/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8376/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.589/2014-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Eric Fischer Rempe (CPF 834.550.867-72).
4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em face de Eric Fischer Rempe (CPF 834.550.867-72), em razão de inadimplemento das obrigações assumidas quando da obtenção de bolsa de estudo para doutoramento,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Eric Fischer Rempe;
9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "c"; 19, *caput*; e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, irregulares as contas de Eric Fischer Rempe (CPF 834.550.867-72), condenando- ao pagamento da quantia de R$ 88.742,98 (oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais, noventa e oito centavos), fixando-se-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 30/6/1998, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento da dívida mencionada no item 9.2 deste Acórdão em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-se-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para que comprove os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. determinar à SECEX-RJ que inclua nas notificações para o pagamento do valor mencionado no item 9.2 deste Acórdão o disposto nos itens 9.4 e 9.5, com fundamento nos arts. 15 e 18, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 170/2004;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.7. encaminhar, com fundamento no § 3º, do art. 16 da Lei nº 8.443/1992, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/MCTI, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e demais interessados, para adoção das medidas que entenderem cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto nos arts. 32, I, 33 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 277, I, e 285 do RI/TCU;
9.8. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao responsável e demais interessados.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8376-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8377/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.227/2012-3

2. Grupo I - Classe de assunto V - Concessão de Aposentadoria

3. Interessado: Celso Fialho da Mota (CPF 020.383.583-20)

4. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal

8. Advogados constituídos nos autos: Reno Porto Cesar Bertosi (OAB/CE nº 18.902) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia a legalidade, para fins de registro, de ato de concessão de aposentadoria relativo a servidor vinculado ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal; nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92; e nos arts. 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Celso Fialho da Mota (peça 5), recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação ao Órgão concedente, consoante o disposto na Súmula nº 106 da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data da efetiva notificação;

9.4. orientar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:

9.4.1. nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado das irregularidades verificadas, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN/TCU 55/2007;

9.4.2. para fazer jus à aposentadoria fundamentada na Lei Complementar nº 51/1985, o interessado deverá retornar à atividade para completar as exigências temporais previstas na alínea "a" do inciso II do art. 1º da referida norma legal;

9.4.3. alternativamente, o interessado poderá:

9.4.3.1. solicitar nova aposentadoria com proventos proporcionais, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC nº 20/1998, respeitando-se, para tanto, as regras de cálculo e atualização do benefício vigentes a partir da EC nº 41/2003, com regulamentação dada pela Lei nº 10.887/2004;

9.4.3.2. solicitar aposentadoria voluntária, fundamentada nas regras gerais vigentes até 16/12/1998, combinadas com a regra do direito adquirido prevista no art. 3º da EC nº 20/1998, computando-se, para tanto, o tempo de serviço exercido somente até a data da publicação da referida Emenda, incluindo, nesse caso, o tempo de aluno aprendiz e até mesmo o de inatividade, com base no art. 103, § 1º, da Lei 8.112/1990, por se tratar de situação admitida por este Tribunal nos Acórdãos nºs 2.507/2003 e 1.659/2009 da 1ª Câmara;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da medida indicada no subitem 9.3 e, caso necessário, represente a este Tribunal.

9.6. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

10. Ata n° 24/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 12/7/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8377-24/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 41 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 15 de julho de 2016.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a alteração parcial do cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, estabelecido pela Portaria 2016/00120, de 1º de abril de 2016, bem como revoga os §§2º, 3º e 4º da Portaria 2016/00156, de 29 de abril de 2016.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL E PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 32 da Resolução n. 309, de 7 de outubro de 2014, do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre a implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;

CONSIDERANDO que, a partir de 1º de agosto de 2016, conforme a Portaria 2016/00120, de 1º de abril de 2016, as 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões da Justiça Federal já estarão todas integradas para envio dos processos das turmas recursais e regionais à TNU, via sistema PJe;

CONSIDERANDO que o período de transição já se estende desde abril de 2016 e que o TRF da 1ª Região foi comunicado, tendo participado das reuniões realizadas para essa implantação, desde então;

CONSIDERANDO a necessidade de a TNU, no seu ambiente interno, ajustar a transição de sistemas e o devido acompanhamento das rotinas; e

CONSIDERANDO a inexistência de prejuízo processual com a antecipação do cronograma de envio dos processos das Turmas vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, via sistema PJe, para a TNU, cujo limite anterior era 5 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar, em parte, o Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no que concerne ao envio dos Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, via sistema PJe-TNU, pelas turmas recursais e regionais, da seguinte forma:

I - omissis;

II - omissis;

III - omissis;

IV - turmas vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região: a partir de 1º de agosto de 2016.

Art. 2º Ficam revogados, a partir de 1º de agosto de 2016, os §§2º, 3º e 4º do art. 1º da Portaria 2016/00156, de 29 de abril de 2016, que alterou a Portaria 2016/00116, de 31 de março de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO OG FERNANDES

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 518, DE 15 DE JULHO DE 2016

Altera o Item XII - "SITUAÇÕES PREVISÍVEIS E CONDUTAS A SEREM ADOTADAS" do Manual de Fiscalização do Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, que passa a chamar-se "Quadro de Irregularidades e Ilegalidades", anexo da Resolução Cofen nº 374/2011.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, e

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, IV, da Lei nº 5.905/73, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO que compete ao Cofen, segundo o art. 22, II, do Regimento Interno do Cofen, orientar, disciplinar, normatizar e defender o exercício da profissão Enfermagem, sem prejuízo das atribuições dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 374/2011, que normatiza o funcionamento do Sistema de Fiscalização do Exercício profissional da Enfermagem e dá outras providências;

CONSIDERANDO a minuta de Quadro de Irregularidades e Ilegalidades apresentada pela Coordenação da Câmara Técnica de Fiscalização do Cofen por meio do Memorando nº 03/2016-CTFIS, datado de 19 de janeiro de 2016;

CONSIDERANDO tudo o que consta do PAD Cofen nº 0079/2016;

CONSIDERANDO as deliberações do Plenário do Cofen em suas 476ª e 478ª Reuniões Ordinária, respectivamente, de 11 de abril de 2016 e 20 de junho de 2016, resolve:

Art. 1° Alterar o Item XII - "SITUAÇÕES PREVISÍVEIS E CONDUTAS A SEREM ADOTADAS" do Manual de Fiscalização do Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, anexo da Resolução Cofen nº 374/2011, que passará a ser denominado "Quadro de Irregularidades e Ilegalidades".

Art. 2° O inteiro teor do presente "Quadro de Irregularidades e Ilegalidades" estará disponível ao acesso público no endereço eletrônico do Conselho Federal de Enfermagem (www.cofen.gov.br) e dos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU J. DA C. PANTOJA
Segundo-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 625, DE 14 DE JULHO DE 2016

Determina a aplicação dos cálculos de correções em insumos utilizados nas preparações farmacêuticas dentro da competência e âmbito do farmacêutico e dá outras providências.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

considerando o disposto no artigo 5º, XIII da Constituição Federal, que outorga liberdade de exercício, trabalho ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer;

considerando que o CFF, no âmbito de sua área específica de atuação e como Conselho de Profissão Regulamentada, exerce atividade típica de Estado, nos termos dos artigos 5º, inciso XIII; 21, XXIV, inciso XXIV e 22, inciso XVI, todos da Constituição Federal;

considerando que é atribuição do CFF expedir resoluções para eficácia da Lei Federal nº 3.820/60 e ainda, compete-lhe o múnus de definir ou modificar a competência dos profissionais de farmácia em seu âmbito, conforme o artigo 6º, alíneas "g" e "m", do referido diploma legal;

considerando, ainda, a outorga legal ao CFF de zelar pela saúde pública, promovendo ações que implementem a assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção à saúde, conforme alínea "p", do artigo 6º, da Lei Federal nº 3.820/60 com as alterações da Lei Federal nº 9.120/95;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

onsiderando a Lei Federal nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

considerando a Lei Federal nº 8.078/90, que estabelece o Código de Defesa do Consumidor;

considerando a Lei Federal nº 13.021/14, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

considerando o Decreto Federal nº 85.878/81, que estabelece normas para execução de Lei Federal nº 3.820/60, dispondo sobre o exercício da profissão de farmacêutico e dando outras providências

considerando a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 8 de outubro de 2007, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em Farmácias, alterada pela RDC Anvisa nº 87, de 21 de novembro de 2008;

considerando a RDC da Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências,

considerando a Resolução/CFF nº 467, de 28 de novembro de 2007, que regulamenta e estabelece as atribuições e competências do farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos;

considerando a Resolução/CFF nº 596, de 21 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares;

considerando as publicações sobre fatores de equivalências e de correção editadas por órgão de fiscalização ética ou sanitária e entidade de classe, resolve:

Artigo 1º - Essa Resolução determina a aplicação dos cálculos para correções de teor, umidade, conversão de unidades, da correspondência sal/base e grau de hidratação, em insumos utilizados nas preparações farmacêuticas, sempre que necessário.

Artigo 2º - Consideram-se, para os fins desta resolução, as referências contidas no Anexo.

Artigo 3º - Compete ao farmacêutico observar e aplicar as referências dos insumos farmacêuticos e proceder aos cálculos para atender a prescrição de profissional habilitado, observando as concentrações e quantidades indicadas.

Artigo 4º - Os registros das correções devem ser arquivados de acordo com a regulamentação vigente, podendo ser utilizado sistema de registro eletrônico de dados ou outros meios confiáveis e legais, sendo que a documentação deve ficar à disposição das autoridades fiscalizadoras.

Artigo 5º - Compete aos Conselhos Regionais de Farmácia a fiscalização para verificação do atendimento à presente norma pelo farmacêutico.

Artigo 6º - A não observância do atendimento à presente norma sujeita o farmacêutico às penas previstas pela legislação em vigor.

Artigo 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO

REFERÊNCIAS

(FORMULARIO NACIONAL / FARMACOPEIA)

BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de dezembro de 1973.

BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de agosto de 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 37, 19 de maio de 1998. Republicada no Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 1º de fev. de 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em Farmácias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de outubro de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 87, de 21 de novembro de 2008. Altera o Regulamento Técnico sobre as Boas Práticas de Manipulação em Farmácias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de novembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de agosto de 2009.

RASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 49, de 23 de novembro de 2010. Farmacopeia Brasileira, 5ª edição, ano 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 39, de 2 de setembro de 2010. Aprova a Farmacopeia Homeopática Brasileira, terceira edição e dá outras providências. 3a ed. ano: 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 96, de 17 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos. - ANEXO II - LITERATURAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS OFICIALMENTE RECONHECIDAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 37, de 6 de julho de 2009.Trata da admissibilidade das Farmacopeias estrangeiras.

United States Pharmacopeia, 38nd. ed. Rockville: United States Pharmacopeial Convention; 2014.

Manual de Orientação ao Farmacêutico - Equivalência Sal/Base. Conselho Regional de Farmácia - CRF-SP e apoio Anfarmag - Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais, 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 50, DE 5 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, ao orçamento do exercício financeiro de 2016 do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte.

A Presidenta em Exercício do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRC/RN nº 122/2015, de 29 de outubro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2016, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30%; Considerando a análise da execução orçamentária, em que foi verificada a necessidade de se proceder aos ajustes entre as dotações orçamentárias, resolve:

Art. 1º Aprovar a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte para o exercício financeiro de 2016, no valor de R$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais) nas seguintes dotações:

SUPLEMENTADA:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	PROJETO	VALOR R$
6.3	Execução da Despesa		63.300,00
6.3.1	Despesas Correntes		21.300,00
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços		21.300,00
6.3.1.3.02	Serviços		21.300,00
6.3.1.3.02.01	Serviços		21.300,00
6.3.1.3.02.01.004	Serviços de Instrutores	5005	3.000,00
6.3.1.3.02.01.030	Manutenção e Conserv. dos Bens Imóveis	5008	3.000,00
6.3.1.3.02.01.035	Post. de Correspondência Institucional	5001	15.000,00
6.3.1.3.02.01.036	Serviços de Telecomunicações	5006	300,00
6.3.2.1	Outras Despesas Correntes		42.000,00
6.3.2.1.03	Outras Despesas Correntes		42.000,00
6.3.2.1.03.01	Demais Despesas Correntes		42.000,00
6.3.2.1.03.01.005	Veículos	5011	25.000,00
6.3.2.1.03.01.006	Equipamentos de Processamento de Dados	5010	17.000,00
Total			63.300,00

Parágrafo Único Os Recursos para a cobertura do crédito serão provenientes da anulação parcial (total) das seguintes dotações:

ANULA:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	PROJETO	VALOR R$
6.3	Execução da Despesa		63.300,00
6.3.1	Despesas Correntes		63.300,00
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços		7.000,00
6.3.1.3.01	Material de Consumo		7.000,00
6.3.1.3.01.01	Material de Consumo		7.000,00
6.3.1.3.01.01.007	Material para Divulgação	3013	4.000,00
6.3.1.3.01.01.018	Materiais de Distribuição Gratuita	3013	3.000,00
6.3.1.3.02	Serviços		35.700,00
6.3.1.3.02.01	Serviços		30.600,00
6.3.1.3.02.01.002	Serviço de Assessoria e Consultoria	3013	3.500,00
6.3.1.3.02.01.005	Serviços de Informática	3013	1.000,00
6.3.1.3.02.01.017	Serviços Fotográficos e Vídeos	3017	1.000,00
6.3.1.3.02.01.018	Serviço de Divulgação Institucional	3017	5.000,00
6.3.1.3.02.01.021	Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	5001	100,00
6.3.1.3.02.01.022	Demais Serviços Profissionais	3013	5.000,00
6.3.1.3.02.01.022	Demais Serviços Profissionais	3017	3.000,00
6.3.1.3.02.01.022	Demais Serviços Profissionais	3019	1.000,00
6.3.1.3.02.01.022	Demais Serviços Profissionais	5004	4.000,00
6.3.1.3.02.01.034	Postagem de Correspondência de Cobrança	1005	6.000,00
6.3.1.3.02.01.037	Serviços de Internet	3017	1.000,00
6.3.1.3.02.03	Diárias		5.100,00
6.3.1.3.02.03.001	Diárias - Funcionários	2001	2.600,00
6.3.1.3.02.03.001	Diárias - Funcionários	2002	1.500,00
6.3.1.3.02.03.001	Diárias - Funcionários	3005	1.000,00
6.3.1.9	Outras Despesas Correntes		20.600,00
6.3.1.9.01	Outras Despesas Correntes		20.600,00
6.3.1.9.01.01	Demais Despesas Correntes		20.600,00
6.3.1.9.01.01.001	Sentenças Judiciais	5016	20.000,00
6.3.1.9.01.01.004	Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	1005	600,00
Total			63.300,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

MARIA LAÍDE DE SOUZA ARAÚJO

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.175, DE 12 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a regulamentação dos processos de emissão e renovação dos Certificados de Registro de Pessoas Jurídicas registradas no CREF4/SP.

O Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 9696/98 e de acordo com os incisos V e X do Artigo 40 do Estatuto do CREF4/SP (Resolução CREF4/SP nº. 60/2011);

CONSIDERANDO a Resolução CREF4/SP nº. 67/2012, especificamente o estabelecido em seu artigo 6º;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das rotinas internas do CREF4/SP com vistas a otimizar o procedimento de renovação dos Certificados de Registro de Pessoas Jurídicas registradas no CREF4/SP, beneficiando inclusive a fiscalização de entidades prestadoras de serviços nas áreas de atividades físicas e/ou desportivas;

CONSIDERANDO a deliberação pela Diretoria do CREF4/SP, em reunião realizada em 11 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º - Instituir, nos termos desta Portaria, os procedimentos específicos para emissão e renovação dos Certificados de Registro de Pessoas Jurídicas registradas no CREF4/SP.

Art. 2º - O Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, quando expedido, terá sua data de vencimento definida conforme o último algarismo do número de registro da respectiva pessoa jurídica no CREF4/SP, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Final do número	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2
Data de vencimento	31 mar	30 abr	31 mai	30 jun	31 jul	31 ago	30 set	31 out	30 nov	31 dez

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo Único: O Certificado de Registro de Pessoa Jurídica expedido quando do deferimento de registro da entidade junto ao CREF4/SP, terá validade mínima de 01 (um) ano, obedecida ainda a data de vencimento estabelecida neste artigo.

Art. 3º - Em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de vencimento do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, o CREF4/SP comunicará a cada entidade, por carta ou meio eletrônico, sobre a obrigatoriedade de renovação de seu Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias corridos para encaminhar ao CREF4/SP a "Ficha de Recadastramento" devidamente preenchida e assinada pelos responsáveis técnicos e legais da pessoa jurídica, acompanhada, se for o caso, da documentação necessária para regularização de eventuais pendências cadastrais.

Parágrafo Único: A "Ficha de Recadastramento" referida no caput deste artigo será disponibilizada ao público através do portal eletrônico do CREF4/SP na internet.

Art. 4º - O Certificado de Registro de Pessoa Jurídica será renovado no mês do vencimento, desde que não haja pendências cadastrais da entidade perante o CREF4/SP.

§ 1º. A verificação de pendências cadastrais da entidade perante o CREF4/SP será procedida através de consulta ao sistema de dados do Conselho, bem como através do preenchimento do formulário "Ficha de Recadastramento" pelas pessoas jurídicas, por meio do qual serão fornecidas informações atualizadas de interesse do CREF4/SP.

§ 2º. Na existência de pendência(s) cadastral(is), a pessoa jurídica encaminhará ao CREF4/SP a documentação necessária à atualização dos dados, conforme esclarecido no formulário "Ficha de Recadastramento".

§ 3º. A pendência financeira da entidade não impedirá a renovação do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, sem prejuízo das providências administrativas e judiciais para cobrança de débitos que deverão ser sistematicamente adotadas pelo CREF4/SP.

§ 4º. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior que justifique o contrário, a validade do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica renovado será de até 1 (um) ano, observado o disposto no artigo 2º.

Art. 5º - A desobediência ao prazo estipulado no artigo anterior para o envio de documentação pela pessoa jurídica não alterará a data de vencimento do respectivo certificado, conforme estabelecido no art. 4º, §4º desta portaria.

Parágrafo Único: O recebimento da "Ficha de Recadastramento", para fins de atendimento ao disposto no art. 3º, §2º desta portaria, somente será autorizado quando conferido o correto preenchimento do citado documento, devendo este, nos casos de erro de preenchimento, rasura ou falta de informações, ser devolvido ao representante da pessoa jurídica para regularização, o que não prejudicará a designação da data de vencimento do novo certificado de acordo com o art. 3º, §4º desta portaria.

Art. 6º - Para fins de facilitar o contato entre as pessoas jurídicas e o CREF4/SP, as entidades deverão fornecer ao Conselho duas opções de correio eletrônico (e-mail), sendo uma principal e outra, alternativa, informação esta que deverá ser atualizada a cada recadastramento.

Art. 7º - O Certificado de Registro de Pessoa Jurídica será disponibilizado à respectiva entidade por meio do portal do CREF4/SP na internet, link de serviços on-line ou enviado pelo CREF4/SP no(s) endereço(s) de e-mail(s) cadastrado(s) no prontuário da respectiva pessoa jurídica, na forma do artigo anterior.

Parágrafo Único: O representante da pessoa jurídica poderá solicitar ao CREF4/SP o envio do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica em via impressa, através dos Correios, mediante pagamento dos custos de postagem.

Art. 8º - Os casos omissos serão deliberados pela Diretoria do CREF4/SP.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria CREF4/SP nº 909, de 17 de novembro de 2014.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA

DECISÃO Nº 75, DE 4 DE JULHO DE 2016

Aprova a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento Programa para o corrente exercício, no valor de R$ 113.088,25 (cento e treze mil oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Paraíba COREN-PB, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia, com fundamento no inciso XXXIV, letra " b" do Art. 13 da Resolução COFEN - nº 242/2000, de 31 de agosto de 2000; Considerando o que dispõe a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, nos seus artigos nº 40 a 46; Considerando ainda, o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício; Considerando a necessidade de reajustar as dotações que se apresentam insuficientes no Orçamento para o Exercício de 2016; Considerando a ROP nº 691 de 04 de Julho de 2016, decide:

I - Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar até a quantia de R$ 113.088,25 (cento e treze mil oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos) destinados ao reforço de dotação no Orçamento vigente, conforme segue: 03.000 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA: 2001 Manutenção das Atividades do COREN-PB: 3390.39-110 Outros Serviços e Encargos - Outros Serviços e Encargos R$ 11.000,00; 3390.93-139 Indenizações e Restituições - Auxílio Representação R$ 12.000,00; 3390.14-122 Diárias - Civil - Diárias Colaboradores R$ 14.990,00; 3390.93-44 Indenizações e Restituições - Indenizações, Restituições e Reembolsos R$ 1.500,00; 3390.93-70 Indenizações e Restituições - Impostos, Taxas, Multas e Pedágios R$ 1.798,25; 3390.14-7 Diárias - Civil - Diárias Conselheiros R$ 30.000,00; 3390.14-140 Diárias - Civil - Diárias Servidores R$ 25.000,00; 3190.11-1 Vencimentos e Vantagens - Gratificação por Exercício de Cargos e Funções R$ 3.800,00; 3390.30-12Material de Consumo - Material de Expediente R$ 8.000,00; 3390.39-71 Outros Serviços e Encargos - Energia Elétrica R$ 5.000,00; Total das Suplementações R$ 113.088,25;

II - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de 113.088,25 (cento e treze mil oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme segue: 03.000 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA: 2001 Manutenção das Atividades do COREN-PB; 3390.93-45 Indenizações e Restituições - Congressos, Convenções, Conferências, Seminários e Simpósios. R$ 3.000,00; 3390.93-123 Indenizações e Restituições - Gratificação de Presença em Plenário - Jeton R$ 3.684,00; 3390.39-90 Outros Serviços e Encargos - Demais Serviços Profissionais R$ 10.000,00; 3390.14-905 Diárias - Civil - Diárias Diversas R$ 10,00; 3390.30-19 Material de Consumo-Matl. e Aces.Para Máqs. Aparelhos e Instrumentos R$ 10,00; 3390.30-22 Material de Consumo - Matl. destinado a Conservação de Bens Imóveis/Instalações R$ 10,00; 3390.30-24 Material de Consumo-Material de Telecomunicação R$ 10,00; 3390.30-25 Material de Consumo - Materiais para Filmagem e Fotografia R$ 10,00; 3390.30-28 Material de Consumo - Carteiras de Identificação Profissional R$ 10,00; 3390.30-91 Material de Consumo - Materiais, Peças e Acessórios Elétricos. R$ 10,00; 3390.30-109 Material de Consumo - Materiais Destinados a Conservação de Bens Móveis R$ 10,00; 3390.30-131 Material de Consumo - Utensílios Diversos R$ 10,00; 3390.30-146 Material de Consumo - Materiais para acondicionamento e embalagem R$ 10,00; 3390.30-147 Material de Consumo - Material de Consumo - Suprimento de Fundos R$ 10,00; 3390.30-902 Material de Consumo - Material para Áudio, Vídeo e Foto R$ 10,00; 3390.30-904 Material de Consumo - Material para Comunicações R$ 10,00; 3390.31-148 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras- Outras Premiações R$ 10,00; 3390.31-907 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras - Desp. C/ Aquis. de Prêmios, Condec., Medalhas, Troféus e Out R$ 10,00; 3390.32-137 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita - Material para Divulgação R$ 10,00; 3390.32-145 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita - Material para Cerimonial R$ 10,00; 3390.32-149 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita - Outros Materiais de Distribuição Gratuita R$ 10,00; 3390.33-100 Passagens e Despesas com Locomoção - Passagens Diversas R$ 10,00; 3390.33-150 Passagens e Despesas com Locomoção - Representantes Regionais R$ 10,00; 3390.36-151 Serviços Prestados Pessoas Físicas - INSS Sobre Serviços Pessoais - Patronal R$ 10,00; 3390.39-16 Outros Serviços e Encargos - Fotocópias, Microfilmagens e Digitalização R$ 10,00; 3390.39-35 Outros Serviços e Encargos - Outros Serviços Terceirizados R$ 10,00; 3390.39-40 Outros Serviços e Encargos - Palestra, Cursos, Treinamentos e Seleção de Pessoal R$ 10,00; 3390.39-72 Outros Serviços e Encargos - Serviços da Coleta de Informações de Jornais e Revistas R$ 10,00; 3390.39-130 Outros Serviços e Encargos - Serviços de Contabilidade e Auditoria 10,00; 3390.39-136 Outros Serviços e Encargos - Encadernação R$ 10,00; 3390.39-152 Outros Serviços e Encargos - Frete e Carretos R$ 10,00; 3390.39-155 Outros Serviços e Encargos - Seguro de Bens Imóveis R$ 10,00; 3390.39-156 Outros Serviços e Encargos - Serviço de Alimentação R$ 10,00; 3390.39-157 Outros Serviços e Encargos - Serviço Médicos, Hospitalares, Odontológicos e Farmacêuticos R$ 10,00; 3390.39-159 Outros Serviços e Encargos - Serviços Perícia, Asses., Consultoria, Tradução e Afins R$ 10,00; 3390.39-160 Outros Serviços e Encargos - Outros Juros e Encargos de Mora R$ 10,00; 3390.39-161 Outros Serviços e Encargos - Outros Multas de Mora R$ 10,00; 3390.47-142 Transf. Intragovernamentais - Juros Sobre Obrigações Tributárias e Contributivas R$ 100,00; 3390.47-188 Transf. Intragovernamentais - Taxas no Exercício do Poder de Polícia R$ 200,00; 3390.47-189 Transf. Intragovernamentais - Outras Obrigações Tribut. e Contribuições Não Especificadas R$ 100,00; 3390.47-906 Transf. Intragovernamentais - Multas Sobre Obrigações Tributárias e Contributivas R$ 100,00; 3390.91-163 Diversas Desp. de Custeio - Juros em Sentenças Judiciais R$ 100,00; 3390.91-164 Diversas Desp. de Custeio - Encargos em Sentenças Judiciais 100,00; 3390.92-104 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Material de Consumo R$ 100,00; 3390.92-126 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas R$ 100,00; 3390.92-132 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Outros Serviços de Terceiros Pessoas Físicas R$ 100,00; 3390.92-162 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Diárias R$ 100,00; 3390.92-165 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Material Cultural 100,00; 3390.92-167 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Passagens e Locomoção R$ 100,00; 3390.92-168 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Material de Distribuição Gratuita R$ 100,00; 3390.92-169 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Auxílio Alimentação R$ 100,00; 3390.92-170 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Obrigações Tributárias e Contributivas R$ 100,00; 3390.92-171 Diversas Despesas de Custeio -Dea - Auxílio Transporte R$ 100,00; 3390.93-74 Indenizações e Restituições - Outras Despesas de Custeio R$ 10,00; 3390.93-79 Indenizações e Restituições - Outras Indenizações e Restituições R$ 10,00; 3390.93-127 Indenizações e Restituições - Despesas com Fiscalizações R$ 10,00; 3390.93-172 Indenizações e Restituições - Transporte R$ 10,00; 3390.93-173 Indenizações e Restituições - Processo Eleitoral R$ 10,00; 3390.93-174 Indenizações e Restituições - Utilização de Dependências R$ 10,00; 3390.93-175 Indenizações e Restituições - Ressarcimento de Anuidades do Exercício Anterior R$ 10,00; 3390.93-176 Indenizações e Restituições - Verba Indenizatória de Conselheiros R$ 10,00; 3390.93-177 Indenizações e Restituições - Juros Encargos em Indenizações R$ 10,00; 3390.93-178 Indenizações e Restituições - Juros Encargos em Restituições R$ 10,00; 4410.42-190 Auxilio para Investimentos - Auxilio para Investimentos R$ 20,00; 4490.51-50 Obras e Instalações- Obras e Instalações R$ 10,00; 4490.51-59 Obras e Instalações - Instalações R$ 10,00; 4490.51-75 Obras e Instalações - Estudos e Projetos R$ 10,00; 4490.51-179 Obras e Instalações - Outras Obras e Instalações R$ 10,00; 4490.52-56 Equipamentos e Material Permanente - Outros Materiais Permanentes R$ 10,00; 4490.52-102 Equipamentos e Material Permanente - Aparelhos e Utensílios de Copa e Cozinha R$ 10,00; 4490.52-180 Equipamentos e Material Permanente - Coleções e Materiais Bibliográficos R$ 10,00; 4490.52-181 Equipamentos e Material Permanente - Obras de Arte R$ 10,00; 4490.52-182 Equipamentos e Material Permanente - Aparelhos de Medição e Orientação R$ 10,00; 4490.52-183 Equipamentos e Material Permanente -Dea - Obras e Instalações R$ 10,00; 4490.52-184 Equipamentos e Material Permanente -Dea - Equipamentos e Material Permanente R$ 10,00; 4510.42-191 Auxilio para investimentos - Auxilio para Inversões Financeiras R$ 10,00; 4590.61-59 Aquisição de Imóveis - Instalações R$ 10,00; 4590.61-185 Aquisição de Imóveis - Obras em Andamento R$ 10,00; 3190.91-111 Sentenças Judiciais - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado R$ 7.000,00; 3190.11-908 Vencimentos e Vantagens - Aviso Prévio R$ 1.004,25; 3390.30-18 Material de Consumo - Combustíveis e Lubrificantes - Automóveis R$ 5.000,00; 3390.30-20 Material de Consumo - Peças e Acessórios para Veículos R$ 9.000,00; 3390.30-21 Material de Consumo - Gêneros Alimentícios R$ 1.000,00; 3390.30-87 Material de Consumo - Material Elétrico e Eletrônico R$ 1.000,00; 3390.39-33 Outros Serviços e Encargos - Seguro de Bens Móveis R$ 10.100,00; 3390.39-39 Outros Serviços e Encargos - Jornal, Rádio e TV R$ 1.000,00; 3390.39-86 Outros Serviços e Encargos - Telefonia Móvel e Fixa R$ 2.000,00; 3390.39-93 Outros Serviços e Encargos - Serviços de Informática R$ 5.000,00; 3390.39-94 Outros Serviços e Encargos - Locação de Software R$ 4.000,00; 3390.39-117 Outros Serviços e Encargos- Serviço de Segurança R$ 18.000,00; 3390.39-134 Outros Serviços e Encargos-Serviços Gerais de Limpeza e Higienização R$ 10.000,00; 3390.39-135 Outros Serviços e Encargos - Confecção de Jornais, Revistas, Boletins e Demais Impressos R$ 5.000,00; 3390.39-153 Outros Serviços e Encargos - Locação de Bens Imovéis R$ 7.000,00; 3390.93-43 Indenizações e Restituições - Festiv. Recep. Hosped. Homenagens R$ 8.000,00; Total das Anulações R$ 113.088,25.

III - O valor do orçamento para o corrente exercício, mesmo em face das alterações ora aprovadas, permanece o mesmo, R$ 6.194.111,00 (seis milhões cento e noventa e quatro mil cento e onze reais).

IV - Os efeitos da presente Decisão produzirão efeitos a partir da data de sua publicação na imprensa oficial.

RONALDO MIGUEL BESERRA
Presidente do Conselho

RENATA RAMALHO DA CUNHA DANTAS
Secretária

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA
3ª TURMA

AUTOS COM VISTA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto: RECURSO N. 49.0000.2016.000802-0/SCA-TTU. Rectes: L.B.O. e O.N. (Adv: Camila Bueno Muller OAB/PR 52725). Recda: S.M.M.S. (Advs: Eduardo Marafon Silva OAB/PR 69992 e Manuela Rosa de Castilho OAB/PR 20884). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

Brasília, 15 de julho de 2016.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS